





CAMILO DE OLIVEIRA

O CONCELHO
DE GONDOMAR

(APONTAMENTOS MONOGRÁFICOS)

VOLUME IV

Biblioteca Municipal de Gondomar	
Aquisição:	Open
Nº de Registo:	5173
Data:	2007
Cota:	F1 908 (469.121.14) Oliveira
Mfn:	3431

1979
Livraria Avis
Rua da Fábrica, 68
PORTO



92 13 12 10
82 10 9 8 7 6 5

CAPÍTULO IX

SUMARIO: — Vias de comunicação e transporte. Estradas e pontes. Caminhos de ferro. Linhas eléctricas. Automobilismo. Carreiras diárias entre Gondomar e a cidade do Porto. Feiras ou mercados. Estabelecimentos comerciais e casas de Pasto. Correio. Telefone. Telégrafo. Pesos e medidas. Tarifas camarárias. Importações e exportações.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

ESTRADAS

O País, até 1852 media apenas cerca de 218 quilómetros de estradas macadâmizadas. Data daquele ano o seu progressivo desenvolvimento.

A conservação e polícia das estradas a cargo do Estado regulavam-se por um diploma de 25 de Julho de 1846.

Em 1862 reconheceu-se a necessidade impreterível de alterar e ampliar as disposições legais sobre este ramo de viação; e na Carta de 15 de Julho desse ano classificaram-se as estradas reais ou de 1.^a ordem, distritais ou de 2.^a ordem e municipais ou de 3.^a ordem. As primeiras seriam construídas pelo Estado, e as duas últimas ficaram respectivamente a cargo das Juntas gerais dos distritos e municípios; o Estado poderia subsidiar umas e outras; as distritais com importância não superior a metade do seu custo, e as municipais até um terço do valor dos seus trabalhos. A largura das estradas de 1.^a e 2.^a ordem não excederia 8 metros nem seria inferior a 6. Pelo decreto de 24 de Julho

de 1886, a construção, conservação, polícia e reparações das estradas distritais passaram para cargo do Estado.

Pelo decreto de 21 de Fevereiro de 1889 foi aprovado o plano geral da viação ordinária a cargo do Estado, compreendendo 79 estradas reais e 197 distritais.

Em 1 de Julho de 1903, com o fim de estabelecer a ligação das localidades com as estações de caminho de ferro do Estado, o Governo foi autorizado a aplicar à construção dessas estradas 500.000\$000 réis.

Conforme a classificação do decreto de 21 de Fevereiro de 1889, de que acima falamos, a rede das estradas reais e distritais, quando concluída, deverá medir cerca de 19.000 quilómetros, sendo 8.000 de estradas de 1.^a ordem e 11.000 de 2.^a.

Em 30 de Junho de 1907, havia 3.988 quilómetros de estradas municipais, construídas; e 432 quilómetros das mesmas, por concluir ou seja em construção.

Hoje as estradas nacionais abrangem 6.460 quilómetros; as distritais 5.804 e as municipais, 4.300 (¹).

Além destas estradas, há as de serviço que são de pequena extensão, destinadas a ligar entre si as de maior

(¹) A Junta Autónoma de Estradas acaba de publicar um Relatório da sua acção no período 1931-35. Durante esses anos repararam-se 3.443 quilómetros de estradas, sendo 1.230 a macadam no primeiro período e sobre ele revestimento betuminoso, 1.273 com betuminoso por semi-penetratão, 146 a macadam com revestimento betuminoso, 208 a paralelipípedos ou cubos de granito, 21 a betão e 565 com uma só camada de fundação em macadam sobre que se fará a camada de desgaste. De novas estradas construiram-se 289 quilómetros, tendo-se pavimentado 352, cujas terraplanagens haviam sido feitas em 1927-31 e tendo-se também construído 390 de terraplanagens. Estradas de terra construiram-se 64 quilómetros.

Na conservação de estradas aplicaram-se 131.241 contos. Pelos melhoramentos rurais foram concedidos 41.457 contos de comparticipações, distribuídos por 261 concelhos do Continente e 19 das Ilhas. As verbas totais dispendidas na construção, grande reparação, conservação e melhoramentos rurais desde 1931 a 1935 foram de 532.198 contos.

importância ou as estações de caminho de ferro com as povoações que lhes ficam próximas e cuja extensão é actualmente de 1.134 quilómetros.

O nosso País, de pequena área, tem regiões onde as necessidades e condições diferem dumas para as outras, razão pela qual muito conveniente se torna a legislação já existente na lei n.º 88, de 7 de Agosto de 1913, que foi a doutrina aceita e preconizada no Congresso de Londres.

O nosso concelho é dos mais pobres em vias de comunicação.

As melhores estradas que possuímos são relativamente dos nossos dias. Consultando as actas das sessões da Câmara Municipal, verifica-se que em 1887 a Câmara resolveu representar ao Governo na sua sessão de 30 de Junho, para dar princípio à construção da estrada marginal n.º 28-B, projecto há já muito tempo estudado e aprovado.

Também nas actas das sessões da Câmara se falou da estrada de Santo Tirso a Melres, aprovada pelo Governo, e que está em construção, até Vale de Ferreiros, Rio Tinto. Igualmente na sessão de 10 de Novembro de 1892 (Livro 15, das Actas das Sessões, págs. 92) se fala dum aqueduto; e outro em Valbom (sessão de 8 de Novembro de 1894), requerido por Silvestre Viana.

Na sessão de 22 de Janeiro de 1913, a Câmara resolreu pedir ao Governo a dotação de uma verba para a conclusão da estrada marginal de Campanhã a Melres.

Em 1913, foi publicado o *Relatório os Serviços da Repartição de Turismo*, feito pelo Sr. José de Ataíde e com autorização do Sr. Ministro do Fomento, Relatório que no concernente ao nosso concelho, quanto a hotéis, apenas aponta *hospedarias*. Quanto ao estado de conservação das estradas, classifica-as de *mau*; e à pregunta *quais as estradas que podem ser consideradas de turismo*, responde:

«As magníficas regiões de turismo do concelho de Gondomar são pobríssimas de estradas. Uma das estradas que possui é a que liga Gondomar ao Porto atravessando a freguesia de Rio Tinto, estrada de construção antiquíssima, estreita, tortuosa, íngreme, sem larguras nem pendentes

regularizadas que vai de Gondomar a S. Pedro da Cova, povoação esta rica em jazigos carboníferos. Estradas em construção de Gondomar a Castelo de Paiva. Concluída, fica uma das mais lindas estradas de turismo, na sua qualidade de estrada marginal do rio Douro (distrital n.º 64)». Para fundo de viação acusa a verba de 145\$80.

As coisas já mudaram um pouco. Têm-se construído muitas outras e está actualmente a construir-se a linda estrada marginal.

ESTRADAS DO CONCELHO DE GONDOMAR, EM 1924

Designação das estradas e pontes principais	Distâncias (em metros)	
	Inter- médias	à margem
S. COSME AO PORTO ⁽¹⁾ S. Cosme, sede do concelho Fonte Pedrinha (E. da Circunvalação) ...	2.700	2.700
S. COSME A MELRES: S. Cosme Melres (E. D. n.º 64) — apenas 6.100 m. construídos	21.855	21.855
FOZ DO RIO SOUSA		
À BARRACA DE JOVIM: Foz do Rio Sousa Barraca de Jovim (2.653 m. construídos)	5.653	5.653
S. COSME A BARREIROS DA MAIA: S. Cosme, sede do concelho Lugar do Brasileiro (E. D. n.º 24)	11.750	11.750
CHAO VERDE A ESTAÇÃO DE RIO TINTO: Chão Verde (E. N. n.º 33) Estação de Rio Tinto	1.150	1.150
S. COSME A RIO TINTO: S. Cosme Rio Tinto, lugar da Venda Nova (E. N. n.º 33).	2.939	2.939
VENDA VELHA A BAGUIM: Venda Velha (E. N. n.º 33) Baguim (E. D. n.º 24)	2.250	2.250
S. COSME, POR VILA VERDE, AS MINAS DE S. P. DA COVA: S. Cosme Minas de S. Pedro da Cova	4.000	4.000
COSTA DE FÂNZERES,		
POR VARZEA, A PORTELINHA: Costa de Fânzeres Portelinha	837	847

(1) Na sua sessão de 20 de Março de 1924, a Câmara Municipal, por proposta do vereador Sr. Ramos de Castro, aprovou a construção do pavimento da estrada municipal de S. Cosme ao Porto a paralelipípedos.

Desde 1931 começaram a levantar-se queixas nos jornais sobre o mau estado das estradas ou a necessidade de construção de novas, pelas respectivas freguesias do concelho.

Assim, em Julho desse ano, os habitantes de Melres esperavam que dentro em breve fosse posta em arrematação o traçado de Branzelo a S. Tiago; de facto a Câmara satisfez-lhes esta justa reclamação. Na freguesia de Covelo, lugar da Cruz, foram reparados os muros da estrada, pois dois anos antes desabava o muro de suporte inferior e depois o superior, ficando perigoso o trânsito de veículos. Está já consertada. Foi arrematada nesse mês de Julho a macadamização da estrada para Melres, nos lanços compreendidos entre o Alto da Cruz e a ponte de Covelo, bem como entre o Vale de Melro e o cume da Serra dos Aços.

Os seus habitantes estavam então a ficar mal de pontes, porque a de Cabanelas, ponte particular, devido à generosidade dos seus proprietários, há perto de cem anos, dá servidão a todos os estranhos que queiram passar o rio Sousa; mas essa ponte, devido ao desabamento dum pegão, só dá agora trânsito a peões ou cavaleiros. «Há cinco anos, diz um correspondente local para o semanário *A Nossa Terra*, após umas eleições renhidas, em que esta ponte foi fechada — o que nunca sucedera — deu a Ex.^{ma} Câmara um subsídio que junto ao produto duma subscrição local devia chegar para a construção duma ponte em Porto de Bois, mas... gastou-se o dinheiro e a ponte não se concluiu, continuando todos a servir-se da ponte particular da *Casa do Cunha*. Resta-nos agora só a ponte camarária por onde passa a estrada de Melres. Ora esta ponte, construída em 1928, segundo reza uma tabuleta lá colocada, acha-se em visível estado de ruína». Solta, por isso, o sinal de alarme.

Em Março de 1932, a Junta de Covelo, a propósito da reparação do caminho de Sentiais, já bastante intransitável, devido aos estragos causados pelo ribeiro de Covelo e porque alguns cidadãos se apresentaram perante a Ex.^{ma} Câmara com um protesto, essa Junta apresentou perante a dita Câmara um contra-protesto provando que era por

ali caminho, e isto não só por informação dos seus vereadores, como por uma prova documental, a qual se firma no «Livro dos Prazos», de 1841, existente no seu arquivo, a fls. 16, prazo feito a Manuel Moreira da Cunha:

«...a Sorte de Sentiais... confrontando do Nascente com caminho...». Além disso o prazo feito pelo Mosteiro de Cête a Leonardo António da Cunha, a 15 de Outubro de 1762, diz: «*O campo de Sentiais... parte do Norte com o caminho e Ponte, e do Sul com o Ribeiro...*». Donde se conclui que tinha razão a Junta em asseverar a existência de tal caminho.

Os moradores da freguesia de Rio Tinto, em Fevereiro de 1931, nos jornais da localidade, queixam-se da antiga estrada distrital que parte da estrada da circunvalação do Porto, em Rebordãis, para a estação de Rio Tinto, devendo prolongar-se até ao lugar de Baguim e ligar com a estrada nacional na Serra de Valongo. Dizem que essa estrada não passou da referida estação; e devido ao seu movimento e má reparação, está quase sempre em mau estado, havendo locais onde de inverno é necessário o máximo cuidado para os transeuntes não ficarem enterrados na lama. Pedem à Comissão Administrativa da Câmara que inste com a Direcção de Estradas do Distrito do Porto e com o Ministro do Comércio para se consertar essa estrada a paralelipípedos.

SUBSÍDIOS PELO MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

À Câmara Municipal de Gondomar, em 1931, foram concedidos pelo Ministério do Comércio os seguintes subsídios:

12.141\$25, destinado à construção de dois lanços de empedramento na Estrada Municipal n.º 1, de Campanhã, Freixo (limite do concelho do Porto) a Melres, um na extensão de 800 metros, de Serrinha à Ponte de Covelo, e outro na extensão de 1.950 metros, do Vale do Melro, ao alto da Serra dos Aços, obra orçada em 48.565\$00.

Outro subsídio de 18.219\$00, destinado à construção de dois lanços de pavimento na Estrada Municipal n.º 1, de Campanhã-Freixo (limites do concelho do Porto) a Melres, ramal da Serra dos Aços pelo Corgo (Vila Cova) às Medas, Estrada Nacional n.º 19-2.^a, na extensão total de 4.630 metros, obras orçadas em 72.876\$00.

A Comissão Administrativa desta Câmara, em 1933, desejando que todos os municípios tenham exacto conhecimento dos actos que vem praticando na gerência do Município, resolveu fazer publicar a presente nota, em que são dadas informações sobre os principais assuntos que à vida do concelho interessam.

Assim, principia por apresentar a relação dos subsídios até agora solicitados aos Poderes Públicos, ao abrigo da respectiva legislação, para a completa execução do plano de obras a levar a efeito no corrente ano económico.

PELO FUNDO DOS MELHORAMENTOS RURAIS	Subsídios solicitados	Orçamento das obras (incluindo o valor das expropriações)
Para o ramal da Culmieira à Igreja de Valbom, alargamento do Troço entre o Largo do Senhor do Padrão e a Junqueira, na extensão de 237,88 metros	8.977\$06	21.997\$76
Para a continuação da Estrada de Acores, por Medas, ao rio Douro, 1.º lanço da Igreja das Medas ao sítio da Porqueira, na extensão de 1.953,87 metros...	33.600\$00	77.200\$00
Para a estrada vicinal, da freguesia de Rio Tinto, a ligar a povoação da Triana com o ramal da E. N. n.º 6-1.º (no sítio da Castanheira)	25.150\$00	50.300\$00
Para o ramal de Medancelhe à Granja, na freguesia de Rio Tinto, na extensão de 821 metros	16.900\$00	33.800\$00
Para a Estrada Municipal de Vale de Ferreiros (E. N. n.º 6-1.º) por Xistos e Regadas, da freguesia de Fânzeres, ao Sanatório de Montalto — 1.º lanço a Xistos, na extensão de 438,40 metros	16.070\$00	32.140\$00
Para o empedramento do lanço de Branzelo a S. Tiago, da Estrada Municipal n.º 1, de Campanhã-Freixo a Melres, na extensão de 1.560 metros	13.180\$00	23.360\$00
Para o empedramento do lanço da Ponte da Ribeira a Jancido, da Estrada Municipal do Tronco, pela Ribeira da Sousa e Jancido, à praia da Lixa, na extensão de 1.250 metros	11.820\$00	23.640\$00
Para o empedramento do lanço do Outeiro à Barraca, da Estrada Municipal de Ramalde, por Cabanas e Atães, a Pinheiro e do ramal da mesma estrada, do Outeiro à Bes-sada, na extensão total de 1513 metros	12.400\$00	24.800\$00

PELO FUNDO DOS MELHORAMENTOS RURAIS	Subsídios solicitados	Orçamento das obras (incluindo o valor das expropriações)
Para o empedramento do lanço de S. Miguel de Baixo à Gandra, da estrada vicinal de Gondomarinho (por S. Miguel, Gandra e S. Jumil) à Praia de Aboína — extensão de 900 metros	7.050\$00	14 100\$00
Para o empedramento do lanço de Soutelo à Venda Nova, da freguesia de Rio Tinto, da Estrada Municipal n.º 3, de Gondomar, por Manariz de Fânzeres, à Venda Nova — extensão 700 metros	5.210\$00	10.420\$00
Para a construção de um lavadouro público no ribeiro da Fonte do Linhar, no lugar do Baixinho, da freguesia de Rio Tinto... ...	1.920\$00	4.480\$00
PELO FUNDO DO DESEMPREGO		
Para a calçada a paralelipípedos de granito, da Rua 5 de Outubro, entre a Praça Manuel Guedes e a Praça da República, da Vila de Gondomar	42.300\$00	121.800\$00
Total	199.578\$06	441.037\$76
<i>Das participações pedidas foram concedidas até agora:</i>		
Para o ramal da Culmeira à Igreja de Valbom	8.978\$06	
Para o ramal da estrada das Medas	35.822\$30	
Foi também concedido à Junta da Freguesia de Melres um subsídio para a estrada de ligação do centro da freguesia com a estrada marginal, cujo processo de concessão foi organizado por esta Câmara, na importância de	17.809\$90	
Total dos subsídios concedidos no ano de 1933 para o concelho de Gondomar	62.610\$26	

Espera esta Câmara que todos os subsídios solicitados lhe sejam concedidos, para o que está dando todos os seus esforços junto das entidades competentes. Como já em tempos esta Câmara justificou, todos os pedidos de comparticipações são instruídos com os projectos detalhados das obras a executar; e estes, antes de serem enviados à Junta Autónoma das Estradas, têm de ser informados pela Direcção de Estradas do distrito.

Sabe esta Câmara que todos os seus projectos já foram informados favoravelmente pela referida entidade e enviados àquela Junta Autónoma.

Foram arrematadas e acham-se em curso as seguintes obras:

Alargamento do ramal da Culmieira à Igreja de Valsobom, cujos trabalhos estão breve a terminar. Para se poder efectivar este melhoramento, teve o Município de pagar ao Sr. Conde de Campo Belo a indemnização de 9.000\$00, para demolir e reconstruir a casa que possuia no local dos trabalhos.

Estrada de Açores, por Medas ao Rio Douro — lanço da Igreja das Medas ao sítio da Porqueira⁽¹⁾. Vão adiantados os trabalhos e espera-se que não haja expropriações a pagar, a não ser algumas pequenas compensações em paredes de vedação e reconstrução de casas que tenham de ser demolidas.

Alargamento na Estrada Municipal no lugar da Cava da Nova, da freguesia de Rio Tinto, tenha sido necessário demolir a casa pertencente a Joaquim Moreira da Silva, a quem foi paga a indemnização de 3.500\$00.

Empedramento do lanço de estrada de Branzelo a S. Tiago, em Melres.

Idem da Ponte da Ribeira a Jancido, na freguesia de Sousa.

(1) Em Novembro de 1936, foi concedido pelo Estado um subsídio de 17.279\$45, para empedramento da estrada municipal n.º 8, de Açores ao rio Douro, por Melres e lanço da igreja de Medas ao sítio da Porqueira.

Idem de Soutelo à Venda Nova, na freguesia de Rio Tinto.

Estrada vicinal da Triana à Castanheira, na freguesia de Rio Tinto.

Idem de Vale de Ferreiros a Xistos, na freguesia de Fânzeres.

Além destes trabalhos cuja execução é feita por empreitada ou tarefas, mantém esta Câmara ao seu serviço 28 trabalhadores, com os quais dispõe quinzenalmente cerca de 2.500\$00, e que se empregam em trabalhos de conservação e reparação de estradas e caminhos e em execução de pequenos melhoramentos de interesse local.

ESTUDOS E PROJECTOS EM ANDAMENTO

Estrada da Covilhã à Mó, na freguesia de S. Pedro da Cova.

Estrada da Estação de Rio Tinto a Baguim.

Estrada de Acores, por Medas, ao Rio Douro -- 2.^o lanço do sítio da Porqueira ao rio Douro.

ESTRADA MARGINAL (Nacional 19-2.^a)

Sabe esta Câmara que pela Direcção de Estradas do Distrito do Porto foi concluído e enviado à Junta Autónoma das Estradas o projecto e orçamento para o prosseguimento deste importante melhoramento, de largo alcance para os interesses do concelho, compreendendo o lanço do Porto a Atães. Conquanto ainda se não possa prever para breve o início dos trabalhos, visto que, importando as obras numa avultada soma, tem o projecto de ser apreciado pelas repartições competentes, formalidades estas sempre demoradas, podemos no entanto desde já regozijar-nos com este facto, que marcará a primeira etapa para a consecução do almejado empreendimento.

Também os habitantes de Fânzeres, em Março de 1932, verificaram com prazer que a Câmara na sua sessão de 24 de Fevereiro aprovou o projecto do alargamento de um caminho público no lugar de Tardinhade. No entanto, não sabem se o caminho de Xisto chega ou não a ser reparado, quando é certo que tal caminho é de uma utilidade indiscutível. É por ali que está indicado o trajecto dos veículos e peões que provenham das freguesias de Valongo, Sobrado, S. Martinho de Campo e outras da mesma linha e que se dirijam a esta freguesia e vila de Gondomar; assim como é por ali que vem a ser feito o trânsito do lado de Ermesinde, uma vez concluída a estrada que se encontra em vias disso e que dali descende atravessando Baguim do Monte, indo bifurcar na estrada nacional, precisamente no mesmo ponto onde bifurca um ramal do aludido caminho de Xisto.

Há também a atender ao povo das Regadas que há muito se lamenta de residir embarrilado, pois não tem um via de comunicação em razoáveis condições de trânsito. Há talvez já meio século que lhe está prometida e projectada uma estrada com a trajecória da rua da Igreja através de Montezelo até ao seu lugar, mas até agora tudo não tem passado de promessas.

NOVAS ESTRADAS E PONTES

O Sr. Américo Fernandes de Carvalho, antigo presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal deste concelho, numa entrevista que concedeu a um redactor de *O Comércio do Porto* e que vem publicada a 8 de Novembro de 1928, a propósito dos melhoramentos públicos realizados por aquela vereação, diz que a principal artéria de comunicação entre a sede deste concelho e a cidade do Porto atravessando a populosa freguesia de Valsobom, está sendo pavimentada a paralelipípedos; para esta obra bastante dispendiosa, mas de alta vantagem para a viação mecânica, tem contribuído o povo com a quantia

de 30.049\$87 e a Câmara com cerca de 75.000\$00, acabando agora de abrir concurso para completa pavimentação dessa importantíssima estrada.

A ESTRADA MARGINAL; AS ESTRADAS MUNICIPAIS;
O APROVEITAMENTO HIDRO-ELECTRICO DO RIO
DOURO; 500 CONTOS PARA A ESTRADA MARGINAL

Uma das mais urgentes e importantes obras a realizar é, sem dúvida, a conclusão da estrada marginal, ligando as freguesias ribeirinhas deste nosso concelho com as dos concelhos limítrofes, tanto da margem direita, como da esquerda e consequentemente com a cidade do Porto. A estrada marginal, sonho dourado já há muito, principiou de fazer-se por etapas e por trechos, sem ligação, de modo que, em muitos pontos onde a enxada e alvião aplanaram terreno, hoje, mercê das chuvas e dos estragos produzidos por várias causas, esses trechos de estrada abandonada carecem de nova reparação.

Foram votados há tempos 500 contos para se ultimarem as obras. Esta concessão do Estado viria evidentemente acudir à agonia lenta em que se tem debatido a vida dos povos aos quais o rio Douro cerca com seus afluentes.

Esses 500 contos foram votados há mais de dez anos; e o entusiasmo foi tanto que, com a comparação dos respetivos engenheiros, para esse fim se realizou um almoço em Atães, onde se fizeram esplêndidas promessas. Ora o projecto primitivo tem sido rectificado em vários perfis, tendo sucessivos engenheiros percorrido a estrada projectada, acompanhados dos respetivos trabalhadores, para marcarem com tinta e uma grande brocha os apagados vestígios dos sinais que outros falecidos engenheiros tinham feito...

Deve notar-se que alguns sítios que já estavam transformados em estrada voltaram a ser bouças ou campos de batata, como sucedeu com um terreno em Ribeira de Aba-

de; e vamos, que ao menos é mais lucrativo este terreno do que se estivesse de pousio, a fingir de estrada! Arrastou-se a execução deste incalculável melhoramento público. Já em sessão de 30 de Julho de 1887, a Câmara de Gondomar resolveu apresentar ao Governo, no sentido de se dar princípio à construção da estrada marginal n.º 28-B, *projecto que já há muito tempo, diz ela, está estudado e aprovado.* Continuam actualmente estas obras.

Das cinco estradas distritais que partem do Porto, uma nos utiliza e é a que serve Rio Tinto, passando a Valongo e bifurcando-se para Paços de Ferreira e Trofa e para Paredes, Penafiel e Amarante. Das estradas municipais temos as que ligam a cidade a Gondomar e S. Pedro da Cova a Matosinhos e são quatro que passam respectivamente por Areosa, Foz, Lordelo e Ramalde e à Senhora da Hora, Custóias e Leça do Bailio. Tenho presente umas informações oficiais de Dezembro de 1927, que dizem, relativamente à área do nosso concelho:

A Estrada Nacional n.º 33 liga com a Circunvalação no klm 4,840 e cruza com a Estrada Distrital n.º 24 ao klm 8,260, e no klm 9 limita o concelho de Gondomar e segue até ao Alto de Espinho, limite do distrito do Porto no klm 96,820.

A Estrada Nacional n.º 33 tem origem na Praça da República e a Distrital n.º 24 tem a origem em Matosinhos.

A Estrada Nacional n.º 32 liga com a Circunvalação no klm 5 e cruza com a Distrital n.º 24 no klm 8,273, seguindo até Laborim, limite do distrito do Porto, ao klm 37,361. A Estrada Distrital n.º 24 continua e liga com a Estrada Nacional n.º 33 no klm 11,395, achando-se construída até ao klm 9,133 e em construção até ao klm 11,395, faltando estudar e construir até à foz do rio Sousa, término.

A Estrada Distrital n.º 24 (R. S.) liga com a Circunvalação ao klm 3,970 e vai até à Estação de Rio Tinto, klm 5,404 e por estudar o restante até à Ferreirinha, na extensão de klm 6.

A Estrada de Serviço do Porto pelas Minas de S. Pedro da Cova à Estrada Nacional n.^o 33, parte da Estrada da Circunvalação no klm 0,570 e segue construída até Gondomar. Está estudada até à Estação de Rio Tinto e por estudar até ligar com a Estrada Nacional n.^o 33, em Vâlongo.

A Estrada Distrital n.^o 64 parte de Campanhã (Esteiro), início da Estrada da Circunvalação e liga com a Estrada de Serviço das Minas de S. Pedro da Cova. Está construída até Ribeira de Abade e em construção até à foz do rio Sousa, klm 9,456, e estudada até à foz do rio Tâmega, klm 40,663.

E já que falamos das nossas estradas construídas até 1927, de justiça é lembrar as restantes que já se construíram depois desse ano, como sejam:

- a) A estrada para Melres que estava há longos anos paralizada em Gens; vai já até Branzelo e deve tornar-se urgente a sua conclusão;
- b) O ramal da freguesia das Medas, que liga a estrada em construção para Melres, para servir toda a região da parte alta do concelho;
- c) O ramal do Tronco à Ribeira do Sousa, servindo até os *Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento*, da cidade do Porto, por ser na margem do rio Sousa que estão instalados os seus grandes estabelecimentos hidráulicos;
- d) Ramal dos lugares da Lomba a Areja, a ligar a Estrada Distrital n.^o 61, de Ovar a Canedo, Carvoeiro e Sobrado de Paiva;
- e) Estrada em Jovim, servindo as povoações ribeirinhas com o centro da freguesia;
- f) Estrada de S. Gemil, S. Miguel e Chêlo, que serve para facilitar os transportes dos produtos agrícolas destinados ao abastecimento da cidade do Porto;

g) Estrada de S. Pedro da Cova a Valongo, ligando os dois concelhos, tornando-se de grande utilidade para a região mineira de S. Pedro da Cova e encurtando as distâncias que separavam as duas terras. Todas estas estradas ainda não são as suficientes para acudirem ao intenso movimento de peões e carros que a toda a hora do dia se cruzam, na azáfama dos transportes por terra; mas a estrada marginal não pode de modo nenhum dispensar-se; é ela o melhor benefício que se pode conceder não só ao povo de Gondomar, como ao de todos os outros concelhos vizinhos. A estrada, a principiar no Porto, na Ribeira, seguiria até Entre-os-Rios ou até Bitetos, onde, segundo a autorizada opinião do Engenheiro Ezequiel de Campos, se faria o aproveitamento hidro-eléctrico e da respectiva linha Bitetos-Porto. A Câmara do Porto chegou mesmo, no fim de Fevereiro de 1928, a solicitar a concessão desse aproveitamento, mas ainda não tem sequer o alvará de licença de estudos, como o mesmo engenheiro escreveu em Outubro de 1928, oito meses depois. (*Lázaro*, tomo II, págs. 190). Diz este autor que a Central de Bitetos com a linha Bitetos-Porto e a sub-estação do Porto custará na primeira fase 7.450 contos; os «recursos financeiros podem vir de empréstimo realizado pelo município do Porto, directamente, no estrangeiro, ou de suprimentos fornecidos ao município do Porto pelo Governo, oriundos embora de empréstimo externo». Por isso se esta obra de aproveitamento hidráulico se impõe, necessariamente a estrada marginal vem ajudar a desenvolver todas as actividades despertadas pela agricultura e a indústria dos povos que o rio margina.

P O N T E S

Está em construção sobre o rio Sousa uma ponte em cimento armado que ligará a nova estrada para Melres, servindo os povos do alto concelho.

Reconstruíram-se as pontes da Ribeira do Sousa, a ponte do Carvalhal, em S. Pedro da Cova, a da Lixa, em

Covelo e o pavimento a paralelepípedos da ponte de Santegãos, em Rio Tinto.

C A M I N H O S D E F E R R O

S U A H I S T O R I A

O primeiro combóio, assegurando um serviço público de passageiros, inaugurou-se na Inglaterra, em 1825, entre Darlington e Stockton. Há pouco mais de cem anos! E hoje já a superfície do planeta é apertada entre as malhas dumha rede ferro-viária de mais de 1.200.000 quilómetros.

O carril é, porém, mais antigo; já em 1669 as minas de Newcastle usavam carris de madeira, sobre os quais rodavam vagonetas; e, para impedir o desgaste, em 1730, começaram a usar-se carris chapeados de ferro. Em 1811 aparece o carril de ferro laminado, adoptado por Stephenson, o criador do primeiro caminho de ferro. Ainda o vagão era puxado a braço ou por cavalos; foi preciso inventar a locomotiva, que é uma aplicação da máquina a vapor. O francês Denis Papin estudou a força expansiva do vapor, mas não lhe deu aplicações industriais; estas foram devidas ao inglês Savery que, a partir de 1695, as empregou na extração de água de minas de carvão. No século XVIII, Watt introduziu grandes aperfeiçoamentos, tornando as máquinas a vapor fixas. A seguir, o francês Francisco Cugnot (1725-1804) criou o primeiro veículo que marchava a vapor, em 1769, com a velocidade de 4 quilómetros por hora e podendo transportar quatro pessoas! Seguiram-se diversos outros construtores de locomotivas mais aperfeiçoadas, até que, em 1825 Stephenson substituiu a cadeia por uma biela e inaugurando a primeira linha de caminho de ferro; a locomotiva chamava-se *The Rocket* — o Foguete. Destarte o carril é realização do génio inglês; mas a locomotiva é realização do génio francês. Hoje os caminhos de ferro estão espalhados por todo o mundo.

É, porém,, de notar que estes caminhos de ferro encontraram a princípio uma formidável oposição da rotina, como agora sucede com a navegação aérea. Exageravam-se os perigos do novo meio de transporte; afirmava-se que as aldeias seriam pasto das chamas, pelos incêndios provocados pelas faúlas saídas das caldeiras e que o fumo asfixiaria os animais!

Em França, até Thiers, então Ministro das Obras Públicas, combatia a construção dos caminhos de ferro, afirmando que eles não podiam ligar os centros separados por grandes distâncias. O grande astrónomo Arago afirmou que os túneis alterariam a saúde dos passageiros! Na Alemanha, um congresso de médicos declarava que a saúde da sociedade exigia que se dissimulassem as linhas férreas por detrás de grandes paliçadas, a fim de impedir as populações de caírem com vertígens! Quere dizer: os primeiros promotores deste admirável meio de locomoção foram considerados, senão uns criminosos, pelo menos uns doidos.

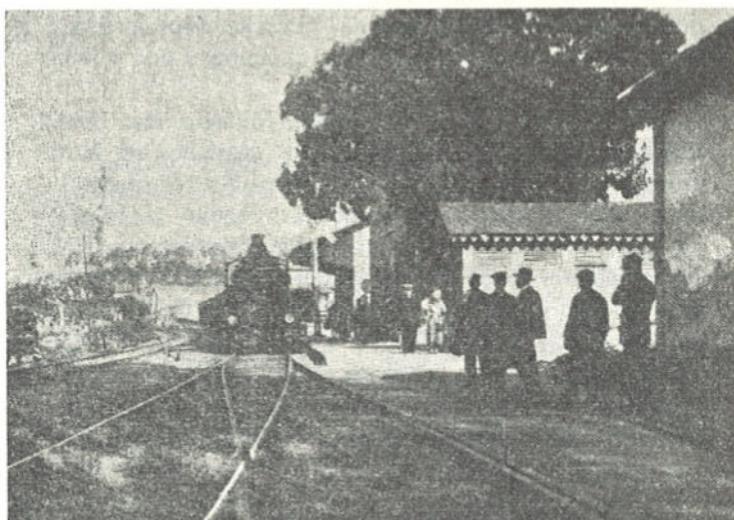
CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

Portugal foi, de entre todos os países europeus, aquele que mais tarde foi introduzida a viação ferro-viária.

Foi D. José de Salamanca que organizou a *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses*; e a linha do Porto foi inaugurada em Julho de 1864.

Os caminhos de ferro do Estado estão hoje todos nas mãos da Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro. O *Caminho de ferro do Minho* foi aberto à exploração, por troços, sendo o primeiro entre Porto (estação de Campanhã) e Braga, em 21 de Maio de 1875; no dia 30 de Julho do mesmo ano, foi aberto o *Caminho de ferro do Douro*, entre

Ermesinde e Penafiel e prosseguindo em anos sucessivos até Barca de Alva, em Dezembro de 1877, na extensão total aproximada a 61 quilómetros.



ANTIGA ESTAÇÃO DE RIO TINTO

(A chegada de um comboio)

Gondomar apenas é servido pela linha do Minho ou do Douro, pois até Ermesinde essa linha aproveita aos habitantes de Rio Tinto, deste concelho, com 6 quilómetros de percurso. A linha do Douro iniciou os seus trabalhos um ano depois da do Minho, a 8 de Julho de 1873, aberto à exploração o troço de Ermesinde a Penafiel em 30 de Julho de 1875, à Régua em 15 de Julho de 1879 e ao Pinhão em 1 de Junho de 1880. Em 23 de Julho de 1883 foi decretada a sua construção até Barca de Alva e suces-

vamente abertos à exploração o trôço ao Tua em 1 de Setembro de 1883 e ao Pocinho em 10 de Janeiro de 1887; daqui a Barca de Alva inaugurou-se a 9 de Dezembro de 1887.

REDE FERROVIÁRIA AO NORTE DO MONDEGO

Em sessão de 26 de Janeiro de 1899, a Câmara resolreu por unanimidade dar a seguinte informação acerca do plano de viação acelerada delineado pela Comissão Técnica encarregada de estudar a rede ferroviária ao Norte do Mondego, a saber:

«A Câmara Municipal de Gondomar vem apresentar à Ex.^{ma} Comissão Técnica encarregada de estudar a rede ferroviária ao Norte do Mondego as considerações que o plano geral delineado, na parte respectiva a este Município, lhe sugere. Facilitar a viação, tornar mais curtas as distâncias, aproximar os povos dos grandes centros consumidores e produtores, tal é o problema que actualmente preocupa as sociedades modernas. E o nosso País, embora a braços com uma temerosa crise financeira e económica, não pode deixar de continuar a resolvê-lo no mais breve espaço, sob pena de formar na extrema esquerda das nações civilizadas. O emprego produtivo do capital não é, nunca foi, um acto de má administração. A esta Câmara parece que as duas projectadas linhas férreas entre o Porto e S. Pedro da Cova e entre Viseu e Recarei, na linha do Douro, devem ser substituídas por uma só — do Porto a Viseu — tendo por pontos obrigados S. Cosme, Jovim, Barraca, S. Pedro da Cova, Medas, Melres, Raiva, Sobrado — próximo — Vale do Paiva, etc. O caminho de ferro — Porto-Viseu — satisfaz plenamente as necessidades industriais e comerciais das províncias do Douro e Beira Alta, e bem assim, das suas capitais, atravessa terrenos feracíssimos, de grande produção agrícola, que vai valorizar quase por completo, pois que, na actualidade, tem absoluta carência de meios de comunicação; os que existem são ainda os primitivos, espe-

cialmente na parte deste concelho que fica das margens esquerdas dos rios Ferreira e Sousa. A região mineira que vai servir é importantíssima, pois se estende desde S. Pedro da Cova, onde existem valiosos jazigos de antracite, até Castro Daire, que possui vastas e ricas minas de metais. A linha de Viseu-Recarei aumenta a distância entre Porto e Viseu de mais de 10 quilómetros, o que em viação acelerada é importantíssimo, pois que quanto mais curtas forem as distâncias, mais baratos ficarão os transportes, e consequentemente os géneros que tiverem de aproveitar desse meio.

É esta uma condição que se deve ter sempre em vista.

Além de tudo, o pouco acintado dos terrenos por que deve passar a linha projectada facilita e barateia a construção e mesmo a conservação, pois que a região é muito povoada de arvoredo próprio. Muitas outras considerações poderia expor a Câmara. O critério e os vastos conhecimentos da Ex.^{ma} Comissão suprirão, porém, as deficiências deste trabalho.»

Tudo isto ficou no tinteiro, não sem importantes despesas gastas no estudo do projecto...

CARROS ELÉCTRICOS

Através dos tempos o homem tem tido a necessidade de se deslocar e tem procurado os meios de mais fácil e comodamente o conseguir; isto levou-o a realizar uma série de conquistas que hoje podem constituir o orgulho da humanidade. Por terra aplinou os relevos do solo, formando caminhos ou quelhas; depois estradas e ferrovias; por água, as pirogas a princípio, depois os barcos, agora os cruzadores e transatlânticos; por baixo da terra, os túneis, com seus combóios, por cima dos rios, as pontes, com todos os veículos; por baixo das ondas do mar, os submarinos; pelo ar, a maravilhosa navegação dos aeroplanos e hidroaviões, atravessando oceânos com a rapidez muito superior ao vôo da mais veloz das aves!

E tudo isto seria impossível se não se houvesse desenvolvido a força de tracção; o animal está sendo substituído vantajosamente pela máquina ou motores mecânicos: — máquina a vapor de tipo alternativo, a máquina a vapor de turbinas, os motores de explosão e os motores eléctricos. E todos estes processos mecânicos tiveram em vista o aumento da velocidade e do rendimento e a economia do tempo e do espaço.

A energia eléctrica é veículo e é força, porque graças às canalizações eléctricas, transmite o pensamento, a luz, a força motriz, o calor e a energia química.

A linha de tracção eléctrica percorre já as quatro freguesias deste concelho que, mercê do abundante jazigo carbonífero, assim se vê dotado deste importante melhoramento — S. Cosme, Rio Tinto, Fânzeres e S. Pedro da Cova.

Actualmente a viação eléctrica que serve o concelho é a seguinte: do Porto à Venda Nova (Rio Tinto), a 4 quilómetros, carro n.º 10; do Porto a S. Pedro da Cova, carro n.º 10 (traço); Porto à Praça Manuel Guedes (Paços do Concelho), carro n.º 10 (dois traços) e outro ramal à Praça da República (Souto) com o mesmo carro.

Inauguração da linha eléctrica. Em sessão de 6 de Julho de 1927, a Câmara Municipal convidou o Ex.^{mo} Governador Civil a visitar oficialmente este concelho, no dia 9 do mesmo mês.

A INAUGURAÇÃO DE MAIS UM RAMAL DA LINHA ELÉCTRICA, EM S. COSME

Esta linha tinha chegado já até perto de Quintã, isto é, até ao cimo da Quinta da Bouça-Cova.

Faltava levá-la até ao largo de Quintã, junto aos Paços do Concelho, donde há-de depois, pela letra do contrato, seguir até ao largo do Souto.

Coincidindo com o bi-centenário da fundação da igreja matriz, inaugurou-se nesse dia o seu prolongamento até

Quintã. Para solenizar mais este melhoramento, que era uma velha aspiração do concelho, seguiram em carro eléctrico especial, da Praça da Liberdade, para S. Cosme de Gondomar, entre outros convidados, os Srs. tenente-coronel Nunes da Ponte, ilustre chefe do distrito; bispo de Meliapor, D. Teotónio Ribeiro Vieira de Castro, director do Colégio das Missões Ultramarinas; Américo Fernandes de Carvalho, presidente da Câmara; rev. Crispim Soares Leite, abade de S. Cosme; rev. Manuel Francisco dos Santos, abade de Rio Tinto; alferes Ezequiel da Costa Ferreira, administrador do Concelho; rev. Abel de França Castro e Moura, abade de Fânzeres; capitão Rêgo Monteiro, engenheiro-chefe da fiscalização da Companhia Carris; tenente Vilhe na; engenheiro Teófilo Augusto Fernandes, chefe das oficinas; engenheiro Francisco Brito de Faria, chefe de Via e Obras; José Joaquim Saraiva Carvalheiro, Adriano Pinto de Carvalho, inspector do movimento; Guilherme de Abreu, chefe dos Armazéns Gerais e Joaquim Fernandes, que conduziu o carro inaugural.

À chegada do carro, no largo fronteiro ao edifício dos Paços do Concelho, literalmente cheio de povo, estralejaram morteiros, enquanto duas bandas de música executaram o hino nacional.

Sob uma chuva de flores, entre as alas de gentis senhoras, escuteiros e bombeiros, dirigiram-se os convidados aos Paços do Concelho, onde se reuniou uma sessão solene, presidida pelo chefe do distrito e na qual tomou a palavra, dando as boas-vindas aos ilustres hóspedes o Sr. Presidente da Câmara. Falou de seguida o Sr. Dr. Ernesio da Fonseca, notário desta vila e membro organizador daquela festa, bem como o Sr. Abade de S. Cosme. O Sr. Governador Civil encerra a sessão, agradecendo tão espontânea e cativante recepção.

Seguiu-se um banquete em casa do Sr. Manuel Ribeiro de Almeida, na Cónega. Os convidados, após essa lauta refeição, em que se fizeram brindes entusiásticos, foram visitar a Repartição da Contrastaria, a convite do digno director Sr. Laurindo Costa. Percorreram depois as princi-

pais ruas da vila, vistosamente engalanadas e dirigiram-se ao Largo do Souto, visitando a igreja matriz, construção que data de 1727.

O rev. bispo de Meliapor, no dia seguinte, celebrou missa campal no Largo do Souto, ministrando a comunhão a muitas crianças, havendo por essa ocasião vários concertos musicais, tanto neste lugar, como no Largo de Quintã. Realizou-se uma imponente procissão que foi pelo Cruzeiro de Quintela e Largo de Quintã, até à igreja paroquial, acompanhada de muitas crianças, povo e bandas de música.

Desde então ficaram estabelecidas as carreiras regulares de carros eléctricos da Praça da Liberdade a Gondomar. Já vai até ao Souto desde 1934.

MAIS OBRAS DE RECTIFICAÇÃO DE ALINHAMENTOS, CORTES, ENCASCAMENTOS DE ESTRADAS, ETC.

Em Fevereiro de 1932 prosseguiram as obras de rectificação de alinhamento dos muros na Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa, antigo lugar da Culmeira, freguesia de Valbom, para o que muito contribuíram o esforço da Câmara e a boa vontade dos proprietários dos terrenos que tiveram de sofrer os devidos cortes.

Para alargamento da estrada de Valbom, nessa data prosseguiam com toda a actividade os trabalhos do corte do terreno da propriedade do Sr. António Vieira dos Reis. Outros cortes também se fizeram para rectificação de alinhamentos de muros de propriedades do Sr. Cosme Lima, do mesmo lugar; também se iniciou essa obra, recuando o arruinado muro para o seu natural alinhamento.

No lugar da Gandra, Vila de Gondomar, também a Câmara nessa mesma época, com o auxílio eficaz de alguns proprietários, executou o grande melhoramento da construção da estrada, muito ansiada por aquele povo.

Em Março desse ano, o correspondente da freguesia das Medas para *A Nossa Terra* noticiava que estava sendo

macadamizado o lanço de estrada, a começar no Ribeiro do Corgo, até ao encontro com a estrada de Branzelo, limites da Serra de Covelo, pelo Sr. José António da Silva, empreiteiro, de Rio Tinto.

A este respeito, o correspondente acrescenta que, para ser aplicada na brita, o empreiteiro deu ao Sr. António Dias Ferreira, de Vila Cova, 1.000\$00 por um montão de calhau que estava depositado junto das entulheiras da Mina dos Pinheirinhos, fragmentos do quartzo extraído da mina e da quebra e escolha para amalgamação do ouro e preparação dos metais, no tempo em que funcionava a mina. E exclama: «Quem havia de dizer que nesse terreno existia um tesouro!»

Os habitantes da freguesia das Medas, em Maio desse ano, ficaram gozando o encascalhamento do lanço de estrada, da bifurcação, da Serra de Covelo às Minas do Corgo, bem como o lanço de Vila Cova a Medas. Foi uma obra indispensável, porque as camionetas não podiam passar de Vila Cova para cima. Nesse ano ficou resolvido o alargamento do caminho público do lugar da Igreja ao lugar dos Carvalhos, em forma de estrada, com a largura mínima de 3 a 4 metros. É de grande necessidade pelo muito trânsito que tem para as povoações e para a praia do Carreiro.

Em fins do ano de 1933, os jornais publicaram a seguinte estatística das

ESTRADAS MUNICIPAIS DO PORTO

CONCELHO DE GONDOMAR

Campanhã a Melres — Freixo (estrada da circunvalação), Valbom, Gondomarinho, Gondomar, Ramalde, Barraca, Ferreira, Gens, Covelo, Serra dos Aços, Branzelo (R. 19-1.^a), Melres — 19.000 metros (construídos, parte na posse do Estado); Ramal de Culmiera à praia de Gramido (E. N. 19-2.^a), 3.500 metros (construídos 2.000 metros, por estudar 1.500 metros); Ramal de Gondomarinho à praia de

Aboínha (E. N. 19-2.^a), 5.000 metros (construídos 3.500 metros, por estudar 1.500 metros); Ramal da Cônega a Vila Verde, 3.000 metros (construídos, na posse do Estado); Ramal do Souto, pela Gandra, à praia de Gramido (E. N. 19-2.^a), 3.500 metros (construídos); Ramal de Ramalde à praia de Atães (E. N. 19-2.^a) e a Pinheiro de Jovim, 9.500 metros (construídos 5.500 metros, por estudar 4.000 metros); Ramal de Barraca à Foz do Sousa (E. N. 19-2.^a), 4.500 metros (construídos 2.000 metros, por estudar 2.500 metros); Ramal do Tronco, pela Ribeira do Sousa, à praia da Lixa (E. N. 19-2.^a), 6.000 metros (construídos 2.000 metros, por estudar 4.000 metros); Ramal da Serra dos Açores por Vila Cova às Medas (E. N. 19-2.^a), 7.000 metros (construídos); Campanhã, por Gondomar a Valongo — Campanhã, Gondomar, Tardariz, Covilhã, S. Pedro da Cova (limite do concelho de Valongo) — 11.679 metros (construídos, segue no concelho de Valongo); Ramal de Tardariz a Touta, freguesia de Jovim (E. M. 1), 3.500 metros (por estudar); Ramal da Covilhã, por Mó, Carvalhal a Ferreirinha (E. M. 1), 7.000 metros (idem); Gondomar, por Fânzeres a Rio Tinto — Gondomar (E. M. 1), Taralhão, Santa Eulália, Igreja de Fânzeres, Venda Nova (E. M. 1), estação de Rio Tinto, Medancelhe, Brasileiro (E. N. 11-2.^a), limite do concelho da Maia, 11.750 metros (construídos); Ramal de Felga de Fânzeres a Vale de Barreiros (E. N. 6-1.^a), 3.000 metros (por estudar); Ramal de Fânzeres, por Montezelo, a Regadas e Seixo (E. N. 6-1.^a), 3.500 metros (idem); Ramal de Venda Velha a Baguim (E. M. de Ermesinde a Regadas), 3.000 metros (construídos); Ramal de Venda Nova à estação de Rio Tinto, 1.500 metros (idem); Ramal da estação de Rio Tinto a Baguim, 2.500 metros (por estudar); Ramal de Medancelhe à Granja (E. N. 11-2.^a), limite do concelho da Maia, 2.000 metros, construídos 500 metros, por estudar 1.500 metros, segue no concelho da Maia); Gondomar à Venda Nova — Gondomar (E. M. 1), Manariz, Portelinha, Venda Nova (E. N. 6-1.^a), 4.000 metros (construídos); Ramal da Portelinha a Azevedo (limite do Porto), 1.500 metros (idem); Rio Tinto a S. Pedro da Cova — S. Caetano (E. N. 6-1.^a),

Soutelo (E. M. 4), Santa Eulália (E. M. 3), S. Pedro da Cova (E. M. 2), — 7.000 metros (idem); Pé de Moura a Monte de Meda — Pé de Moura (Rio Douro, freguesia de Lomba), Monte de Meda (E. N. 29-2.^a) — 6.000 metros (por estudar, segue no concelho de Arouca).

Desde os princípios do ano de 1934 têm-se pedido instantes providências sobre o perigoso estado de ruína em que se encontra a ponte do Rio Torto, ao Bacelo. Sobre tão importante assunto a repartição competente da Câmara Municipal do Porto já então recebera pelo menos dois relatórios elaborados pelo Sr. Engenheiro Russo Belo, nos quais bem se esclarecia o estado deplorável daquela ponte, que representa um enorme perigo para o trânsito que é o único a servir as freguesias de Valbom, S. Cosme, Jovim, Sousa, Medas, S. Pedro da Cova, Covelo, Melres e Lomba.

Esses relatórios deram ensejo a que a Ex.^{ma} Câmara do Porto comunicasse à Direcção das Obras Públicas aquele facto, mas a referida Direcção não tomou decisão alguma no sentido de fazer a devida reparação, dando como razão, parece, que tal ruína se deve ao grande peso do cano das águas.

Por sua vez, a Direcção dos Serviços de Águas e Saneamento também alega que não lhe compete fazer tal reparação.

E tudo permanece como dantes; somente para remediar o trânsito de veículos, a Câmara Municipal do Porto fez construir uma ponte de madeira mais abaixo com entrada para os terrenos da Fábrica de Moagem «A Favorita» e saída acima da ponte arruinada. Uma volta grande e por caminho estreito e tortuoso.

Com mais largos voos andou a Câmara do Porto que desde há muito projectou a continuação da Rua Alexandre Herculano até ao Freixo e daí pelo lugar da Revolta, desviando-a desde a Barreira do Freixo por detrás dos armazéns da Companhia Velha até à entrada da ponte de Campanhã, de modo a substituir a actual ponte em linha recta e fazer o alargamento da rua desde a ponte até à entrada de Gondomar. Estará a referida Câmara da Cidade resolvida a pôr em execução este magnífico projecto?

Seria a melhor via de comunicação do nosso concelho com a cidade.

Outro projecto que traria indiscutíveis vantagens seria uma avenida que ligasse a populosa freguesia de Valbom com a Vila de Gondomar. Mas tudo vai devagar.

A Câmara Municipal do nosso concelho adjudicou, por meio de concurso público, ao Sr. José António da Silva, de Rio Tinto, a empreitada do fornecimento de 100.000 paralelipípedos destinados à pavimentação da Rua 5 de Outubro, desde a Praça Manuel Guedes à Praça da República. Para este melhoramento foi concedida a respectiva dotação pelo Fundo do Desemprego, subsídio pedido pelo Município para este fim, em 1934, como se vê do *Diário do Governo*, n.º 74, II série, de 31 de Março desse ano. Essa comparticipação importou em 29.902\$23. Com os materiais que importaram em 82.003\$94, toda a construção ficou por 111.905\$47. A fiscalização desta obra pertence à Junta Autónoma das Estradas. O mesmo *Diário do Governo*, n.º 83, de 11 de Abril daquele ano, publica também outra concessão de uma comparticipação de 12.279\$75 para a pavimentação da Estrada Municipal n.º 1, no lanço de Branzelo a Santiago, na extensão de 1.560, estando tal obra orçada em 15.907\$16 para mão de obra e 8.642\$40 para material e seus transportes.

A 12 de Junho de 1934 a Câmara Municipal, por edital, recebia propostas para a adjudicação da empreitada de *terraplanagem e pavimento, obras de arte e acessórios*, para a construção da estrada de S. Pedro da Cova a Ferreirinha — primeiro lanço até à Mó, na extensão de 1.749,92 metros. Já está construída até ao referido lugar da Mó. Há nesta freguesia uma outra que vai das Bocas à igreja matriz.

Num dos diários desta cidade, de 20 de Maio de 1936, vem uma correspondência de Gondomar que, a respeito de melhoramentos públicos, diz:

«A Câmara deste concelho, uor ordem superior, classificou da mais urgente realização as seguintes obras e trabalhos, orçados em 746.400\$57, para os quais havia já pedido a comparticipação do Estado: alargamento e pavi-

mentação da estrada de Fânzeres à Vila de Gondomar; alargamento e reconstrução do pavimento da estrada de Valbom à mesma vila; reparação em estradas e caminhos, danificados pelos últimos temporais; pavimentação da estrada de Vale de Ferreiros ao Sanatório de Montalto; abertura do ramal de estrada da estação de Rio Tinto a Baguim; pavimentação e construção de passeios em arruamentos do lugar do Chapeleiro, Rio Tinto; abertura da estrada de Fânzeres por Montecelo a Regadas e Seixo; pavimentação do lanço de estrada de S. Pedro da Cova à Mó; idem do lanço da igreja das Medas à Porqueira e ramal da nossa igreja por Sobrido à Azenha de Melres.»

E acrescenta: «Oxalá a dotação dos respectivos subsídios não se faça demorar».

VIAS DE COMUNICAÇÃO COM CONCELHOS VIZINHOS

Do Porto partem quatro *estradas distritais* para:

- a) Vila do Conde, Póvoa e Viana do Castelo;
- b) S. Mamede de Infesta, Maia, Vila Nova de Famalicão e de aqui para Braga, Barcelos e Guimarães;
- c) Ermesinde, bifurcando-se para Santo Tirso e Guimarães, e para Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel;
- d) Rio Tinto e Valongo, bifurcando-se para Paços de Ferreira e Trofa, e para Paredes, Penafiel e Amarante.

Estradas municipais ligam a cidade a Gondomar e S. Pedro da Cova, a Maiosinhos, por meio de quatro estradas que passam, respectivamente, por Areosa, Foz, Lordelo e Ramalde, e à Senhora da Hora, Custóias e Leça do Balio.

(*Monogr. da Cid. do Porto*, por Aurora V. de Castro, pág. 103).

AUTOMÓVEIS ELÉCTRICOS SEM «RAILS»

Em 24 de Dezembro de 1902, foi dirigido à Câmara um requerimento dum tal Sr. José Ferreira Dias, negociante, da rua do Almada, desta cidade, e Erdman Schreck,

comerciante, de Ermesinde, e António Pinto de Oliveira, negociante, de Leça da Palmeira, representados por um bastante procurador e advogado Dr. Afonso Costa, requerendo e pedindo autorização para estabelecerem nas ruas, praças, largos e estradas deste concelho de Gondomar transportes regulares e permanentes de pessoas e mercadorias, por meio de *automóveis eléctricos sem «rails»* e com corrente aérea transmitida por *trolleys*, sistema Lombard-Gerin, (tracção por trólei automotor) ou outro que melhor seja, sob umas certas condições, constantes do requerimento. À margem, a lápis, lê-se: «Nomeada a Comissão em sessão de 8 de Janeiro de 1903».

Afinal nunca mais se falou em tal coisa!

AERONAUTICA

TERRENO PARA ATERRAGEM DE AEROPLANOS

Na sessão de 15 de Março de 1917, foi lido um ofício do Governador Civil do Porto, pedindo que se fornecam directamente ao Comandante da Escola de Aeronáutica Militar de Vila Nova da Raínha, indicações sobre se existem ou não terrenos que possam servir ao fim que se tem em vista — aterragem de aeroplanos. O Sr. Presidente disse que neste concelho *talvez* exista um terreno que muito se aproxima das condições exigidas, chamado «Monte de Mêda», na freguesia da Lomba, deste concelho. A Comissão Executiva autorizou o Sr. Presidente a responder neste sentido. É o caso dos automóveis eléctricos sem «rails»...

AUTOMOBILISMO

CARREIRAS DIARIAS DE CAMIONETAS

É a indústria de transportes, por meio de automóveis, cujo maquinismo é a síntese de dois inventos: o motor da explosão e o movimento sobre pneumáticos. Deve-se a um

engenheiro francês, chamado Cugnot, a construção, em 1769, do primeiro veículo automóvel, cujo motor era a vapor. Sucessivas tentativas de aperfeiçoamento fizeram com que já, na Exposição Universal de Paris, em 1889, aparecesse um modelo de automóvel considerado prático. E hoje já o automóvel, cada vez mais aperfeiçoado, consegue conquistar o transporte das pessoas e mercadorias dos grandes centros para seus afastados arredores, em detrimento da via férrea que há-de, desta maneira, sentir a diminuição do seu movimento. A demais, o turismo e o desporto encontram no automóvel um processo cómodo e mais pronto, para dilatarem a zona de suas distrações, negócios ou estudos, pois que a rede de caminho de ferro em Portugal ainda não abrange infelizmente regiões e localidades que pela sua beleza ou riqueza natural estão chamando a atenção das sociedades desportivas ou de recreio e estudo. É que o automóvel vai mesmo à porta dos prédios ou das oficinas e fábricas, entre pelas avenidas particulares, suplantando assim qualquer outra locomotiva.

Já em Gondomar há lavradores ricos que têm garagens com o respectivo automóvel, apenas para as suas viagens. Por enquanto, e de certo ainda por muito tempo, o clássico carro de bois, do tempo anterior à época dos Romanos, continuará a ser o meio de transporte dos produtos agrícolas, embora sem a *harmoniosa* chiadeira que era o orgulho do honrado lavrador desta terra. Mas a verdade é que este povo já tem consciência das grandes vantagens económicas deste veículo. Falta agora a abertura de novas estradas não macadamizadas, mas cobertas de paralelipípedos e o alargamento das actuais, sem o que o automobilismo nem se expande nem aproveita aos interesses do concelho.

No entanto há já carreiras diárias de camionetas de Gondomar para o Porto, isto é, de Valbom, de Gens (Sousa), de Atães (Jovim), de Melres, de Vale de Ferreiros (Rio Tinto) e de Gondomar. O pior é que as estradas ficam muito a desejar, se bem que já estamos melhor do que dantes.

F E I R A S
(SUA HISTORIA E LEGISLAÇÃO)

Uma das manifestações do desenvolvimento económico do nosso País, revela-se já na segunda metade do século XIII, com o estabelecimento de muitas feiras.

A existência das feiras, quando não havia ainda outros meios de efectuar o comércio pela falta de vias de comunicação e agentes de rápido transporte, é a prova bem clara da actividade comercial dessa época. O documento mais antigo da existência das feiras aparece nos forais portugueses (o de Ponte do Lima, ano de 1125), em que se impõe a multa de 60 soldos a quem causar dano às pessoas que de qualquer lugar concorram à *feira*, ou seja na vinda ou na ida.

Outros preceitos se encontram nas cartas municipais do século XII que já revelam a existência de trato mercantil entre várias povoações. Em 1205, D. Sancho I, dando foral aos habitantes do reguengo de Vila Nova (entre Douro e Minho, será Famalicão?) ordena que haja aí feira ao domingo, de quinze em quinze dias; e já então estavam exaradas no diploma certas imunidades, semelhantes às que se concediam noutros países aos mercadores que vinham às feiras.

Conforme as localidades, essas feiras podiam ser semanais, quinzenais, mensais, etc.; e também conforme os concelhos, igualmente os mercados e *açouques*⁽¹⁾ podiam competir ao rei ou constituir monopólio do senhorio da terra; e, neste caso, a feira realizava-se só em lojas, arma-

(1) *Açougue* era o local da vila onde diariamente, em lojas ou barracas, e fora delas, não só se fazia venda de carne, peixe, hortaliça, azeite e outros géneros, mas também se negociava em diversas mercadorias.

zéns ou recintos que lhe pertenciam, de modo que o comércio da maior parte das coisas e até das de primeira necessidade só lá se facultava aos estranhos e, em certos casos, aos próprios moradores; noutras terras, esses mercados estavam à disposição dos grémios municipais.

No tempo de D. Afonso III, o monarca determinara que, em Lisboa, houvesse feira de um dia, em cada semana, nas suas casas junto à alcáçova, estabelecendo uma certa renda; mas tendo-se o concelho agravado da resolução, o mesmo rei ordenou, em 1273, que a feira não se fizesse de futuro nessas casas, e ninguém fosse coagido a ir a elas nem à tomá-las de arrendamento; e que a cidade mandasse fazer «*ipsam feiram que vocatur mercatum*» onde visse que era sua conveniência, em cada semana, por um dia, *como, diz ele, foi costume em tempo de meu pai e de meu avô.*

Em 1300 já vamos encontrar as feiras estabelecidas por todo o País, quer seja em carta de foro conferido à terra, quer em diploma especial. Até para isto, era necessária autorização régia!

Mas cada povoação, ao mesmo tempo que ia aumentando de população, procurava atender mais aos interesses próprios do que aos dos povos vizinhos.

No Porto, já no século XIII, o comércio tomara um incremento espantoso. Entre os moradores do burgo e o bispo, por uma composição celebrada em 1240, vê-se que a actividade mercantil deste povo não se limitava aos negócios internos, mas estendia-se até à França. A carta régia de 17 de Março de 1254 também determina em que proporção deviam descarregar na *vila da igreja do Porto* e na vila de Gaia, de senhorio do rei, os barcos que descessem o Douro e os navios e barcos que viesssem de França ou de outras terras. Esta carta dá-nos ideia do tráfego fluvial e marítimo do Porto daquele tempo.

Pouco a pouco as leis reguladoras destas reuniões comerciais foram-se modificando segundo o aumento das populações e a marcha sempre irrequieta da concorrência mercantil ou das necessidades económicas locais, de modo

que coube às câmara regularizar e prover às compras e vendas dos mercados públicos, cobrando uma taxa dos géneros expostos ao tráfego comercial. É hoje, portanto, um serviço das atribuições da administração municipal.

Não falamos aqui das grandes feiras, existentes antes da existência das vias férreas e outros meios de rápido transporte; essas estão sendo substituídas pelas *exposições de amostras*, a primeira das quais foi inaugurada, depois da Grande Guerra, pela cidade de Leipzig.

FEIRAS NO CONCELHO DE GONDOMAR

A Junta Geral do Distrito do Porto, numa sessão do ano 1854 autorizou a feira no lugar de Quintã (hoje Praça Manuel Guedes), Vila de Gondomar, de entre outros concelhos.

E assim, a Câmara Municipal, em sua sessão de 8 de Março desse ano, criou nesse lugar de Quintã, junto aos Paços do Concelho, «uma feira, tanto de cereais, como de gado vacum, suíno e lanígero, não só para remediar os inconvenientes da sua falta, como para conciliar os interesses do povo e evitar a sua reunião em diferentes locais, formando pequenos mercados, quando reunidos podem constituir uma grande feira e a Câmara exercer a sua acção fiscal, com a regularidade que prescreve a lei».

Em sessão de 20 de Junho de 1861 foi à Câmara entregue uma representação pedindo a criação de um mercado no lugar da Formiga, freguesia de Rio Tinto; e a Câmara, pela faculdade que lhe confere o artigo 123.^º, n.^º 14, do Código Administrativo, deliberou que se estabeleça o novo mercado.

Deu o terreno o Sr. José Joaquim Pinto da Silva.

FEIRA MENSAL, EM BRANZELO, FREGUESIA DE MELRES

Pela sessão de 23 de Fevereiro de 1871, vê-se que o povo de Melres envia um ofício à Câmara pedindo a «graça de lhes criar a feira mensal» em Branzelo, para ali se

estabelecer o mercado de gado vacum, suíno, sementes, cereais, assim como de géneros de primeira necessidade, conforme a autorização do artigo 123.^º, n.^º 14, do Código Administrativo, fazendo-a aprovar pela Junta Geral do Distrito, na forma do artigo 125.^º do mesmo Código. A Câmara, por unanimidade, deliberou anuir à pretensão dos requerentes, fixando o dia 3 de cada mês para a realização da referida feira.

FEIRA, NO LUGAR DAS QUINTAS,
DA FREGUESIA DE MELRES

Na sessão da Câmara, de 19 de Setembro de 1895, um requerimento dos moradores das freguesias de Melres, Lomba e Medas, e dos de Sebolido, do concelho de Penafiel e dos da freguesia de Pedrido, do concelho de Castelo de Paiva, pede a criação duma feira de gado e com especialidade de cereais e legumes, no dia 8 de cada mês, no lugar das Quintas. Concedida licença, submetendo esta deliberação à aprovação da comissão distrital. Hoje já não existe.

FEIRA, NA FREGUESIA DA SOUSA

Na sessão de 7 de Janeiro de 1904 foi, a pedido dos moradores da freguesia da Sousa, criada uma feira mensal de gado vacum e suíno, no lugar denominado *Arraial de S. João*. Já não existe.

Houve também feiras, mas já não existem: uma na Areosa e outra no lugar do Souto de S. Bento, em Rio Tinto. Igualmente já acabaram as feiras que se realizavam no lugar de Jancido, freguesia da Sousa.

Existe ainda a feira quinzenal, que foi transferida do lugar da Quintã (S. Cosme) para o largo do Souto, por deliberação camarária, na sessão de 10 de Dezembro de 1908.

A Câmara, na sua sessão de 11 de Outubro de 1923, autorizou a criação em Covelo de uma feira de gado bovino e suíno, no segundo domingo de cada mês.

Em volta de Gondomar há as feiras de Valongo, da Maia, dos Carvalhos (Gaia), da Corujeira (Porto), etc., etc. Em geral estas feiras são gado bovino, cavalar e suíno. Também há na Corujeira a radicional *feira dos moços*, que deve acabar por dignidade humana. É um costume que não depõe a favor da consideração que devem ter uns pelos outros — amos e servos.

CASAS DE PASTO OU ESTALAGENS

Hoje não há vila portuguesa que não tenha uma melhor ou pior hospedaria, casa de pasto ou, como à francesa se costuma dizer, *restaurante*. É uma necessidade criada pela deslocação da gente que viaja, ou em negócios ou por recreio. E constitui um atractivo e conforto indispensáveis; só não há hotéis nas terras de província afastadas dos centros de população e de comércio. Mas estes estabelecimentos, se hoje pagam as suas contribuições, antigamente estavam isentos de imposto, porque as condições sociais políticas e económicas eram outras mui diversas das que regulam a vida moderna.

Gama e Barros, na sua *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. II, pág. 224, conta-nos que «os grandes senhores e fidalgos, e em geral as classes que em si consubstanciavam a força derivada da riqueza ou da condição social, em suma, todos os poderosos, estavam acostumados, até quando andavam fora das suas terras, a exigir, para eles e para os seus aderentes e serviçais, aposentadoria que, de ordinário, ou era gratuita ou eles aparentavam remunerar, pagando-a arbitrária e injustamente. A passagem destas companhas pelas aldeias e casais deixava nas casas, celeiros, adegas, palheiros e estrebarias um rasto de extorsões, que é bem fácil descobrir nos repetidos clamores com que as cortes as denunciavam ao soberano». Refere mesmo que as violências atingiam o

maior grau quando se davam com a comitiva real, porque os espoliadores pertenciam às mais elevadas categorias sociais. Por isso os monarcas se viram na dura necessidade de obstar a tão vergonhosos e cruéis abusos. Assim, nas côrtes de Lisboa, em 1439, sendo regente o infante D. Pedro, os povos queixaram-se dos vexames e prejuízos que sofriam com as aposentadorias, pedindo renúncia de tal direito e que as aposentadorias sejam pagas. O infante decretou que todas as cidades e vilas muradas façam estalagens (*estados*), as mais e melhores que puderem; que as façam também os particulares, como lhes aprouver, sem embargo dos privilégios que existam nalgumas terras, de só se poderem estabelecer e manter certos indivíduos; que estas providências se estendam às vilas e aldeias que forem nas estradas; as casas que dentro das cidades, vilas e aldeias, ou fora, estiverem arruinadas, devem reparar-se de maneira que possam ser aposentadoria por dinheiro, para homens e cavalgaduras que não caibam nas estalagens.

De modo que simples aldeias mesmo obtiveram do rei, para estabelecimento de estalagens, concessão de privilégios para quem as mantivesse, e impondo o mesmo soberano aos empresários ou oficiais da justiça certas obrigações, em benefício dos hóspedes. Não era igual para todas as localidades a legislação sobre esta matéria. Conta o ilustre autor referido que um certo Afonso Anes, carpinteiro, morador em S. João da Foz, quis construir umas casas para servirem de estalagem, no lugar chamado o Miradouro, próximo do Porto. Conferiu-lhe D. João II estes privilégios, em 1488, enquanto conservasse a estalagem. E as disposições desta concessão eram: quem estiver por estalajadeiro nas casas não terá de ir em guarda (fazer serviço) de presos ou transportes de dinheiro: não será tutor ou curador, contra sua vontade, salvo se as tutorias forem legítimas: ficará isento de peitas, fintas, talhas, empréstimos e serviços, e de quaisquer outros encargos que por el-rei ou pelo conselho do Porto hajam sido ou forem lançados; as cavalgaduras que tiver para si ou para os seus criados, e lhe acarretarem vitualhas e outras coisas necessárias à estalagem, não se tomarão para nenhum serviço de

quem quer que seja: as coisas destinadas à stalagem não estarão sujeitas a almotaçaria, e poderá o estalajadeiro vendê-las a quem quiser e pelo preço que lhe aprouver: na stalagem haverá sempre camas, mantimentos e tudo o mais que se exige em tais casas, para se fornecerem por dinheiro aos hóspedes: poderá trazer vinho de fora, sem embargo do privilégio e costume da cidade do Porto (¹), para o vender na stalagem: as casas não se darão de apsentadaria a ninguém; quem aí quiser ficar, pagará a pousada, as camas e tudo o mais que se servir; finalmente o estalajadeiro será isento da milícia, terrestre ou marítima, ainda no caso em que vá em pessoa el-rei ou seu filho; não o nomearão besteiro do conto, se o não for já antes de ter a stalagem a seu cargo, e também não será posto em vintena do mar.) Carta régia de 5 de Novembro de 1488).

(¹) Os tempos mudaram quanto à função destes estabelecimentos que outrora eram stalagens. O paciente investigador Arnaldo Gama, no seu livro *A última Dona de S. Nicolau*, em a nota V, referente a págs. 10, falando desta cidade do Porto, escreve: «Na vereação de 2 de Outubro de 1392 «dom frey aluaro gonçalves camello, prioll dospital, marjehal da oste delrey, meirinho moor por elRey antre doyro e mynho e traslosmontes» apresentou à camara duas cartas d'el-rei D. João I, escriptas a elle prior, nas ques ordenava que se fizessem na cidade oito stalagens, em que pousassem, por dinheiro, aquelles que a ella tivessem necessidade de vir. A camara accordou que era bom que se fizessem, e logo as distribuiu, e lhes marcou da maneira seguinte a localidade:

It. no souto hua esalage gráde e boa.

It. outra nas casas de Estevão fereira.

It. outra na rua chāa nas casas que forō de Jeruaz da deuesa.

It. outra gráde e boa á porta de cima de villa.

It. em myragaya outra estalage gráde e boa.

It. outra em villa noua.

(Cartorio da Câmara do Porto. Livro das vereações de 1428 a 1431 fl. 30-32 das pertencentes ás vereações de 1430). (Era de César). Eis o que era o Porto no tempo do Mestre de Avis.

Por este documento se pode avaliar da vida comercial e política dos tempos passados. Hoje a vida é muito outra, mercê da abolição de privilégios, da liberdade de comércio, da facilidade de comunicações e transportes, do aumento da população e do mais elevado espírito de civilização que por seu turno, criou novas exigências e comodidades. O turismo, que é uma indústria moderna, procura chamar a certas regiões privilegiadas pela beleza de suas paisagens e amenidade do seu clima, um maior número possível de forasteiros que, dada a facilidade de transporte, ajudem a melhorar-lhes as condições económicas. E poucos países como o nosso se prestam ao desenvolvimento dessa indústria.

Gondomar, muito perto do Porto, está naturalmente indicado para realizar essa aspiração. E a sede da vila assenta sobre a raiz do Monte Crasto, que é um pequeno Buçaco, único que aos habitantes da cidade pode prodigalizar horas de recreio e doses de bom ar, lá no pequeno e gracioso planalto, onde se eleva uma humilde capelinha, recordação dos nossos devotos avós. Na Vila de Gondomar há já duas casas de pasto, não com todas as comodidades, mas ainda assim suficientes para satisfazerm à mais comuns exigências de refeição. São as de Azevedo & Coelho e de José Fernandes Gonçalves. Em Rio Tinto contam-se as seguintes: da viúva de António Martins dos Santos Viana; de Francisco Xavier Monteiro Peixoto; de Joaquim Soares de Queiroz e de Rosa Teixeira Linhares, da Areosa. Em S. Pedro da Cova, a do Sr. Manuel de Sousa Matos. E poucas mais que não passam de mercearias que accidentalmente preparam de momento uma leve refeição caseira.

O CORREIO

(SUA ORIGEM E SUA HISTÓRIA)

O ofício de correio-mor foi criado pelo rei D. Manuel I, em 1520. Não há documento algum que mostre ter alguém exercido esse cargo até esta época. O primeiro que exerceu este cargo foi Luiz Homem. D. João III fez expe-

dir duas cartas de lei, sendo a primeira um regimento postal. Por morte de Luiz Homem, foi nomeado correio-mor Luiz Afonso, e por falecimento deste, passou este cargo para seu genro Francisco Coelho, e assim sucessivamente, na mesma família. Portanto este cargo era propriedade da família daquele que o exercia, conservando-se assim até 1606. Por falecimento do último correio-mor desta família, que era Manuel Gouveia, mandou Filipe II fazer venda deste ofício. Isto por entender, *na sua alta sabedoria*, que seria loucura não explorar tudo. O primeiro que tomou posse deste cargo, por via de contrato, foi Luiz Gomes da Mata, em 19 de Julho de 1606. Foi-lhe vendido por 70.000 cruzados, ficando o cargo para ele e seus sucessores com inteiro e pleno domínio, tendo a seu cargo nomear estafetas, mestres de posta e assistentes, e até considerar-se isento da sujeição ao reino de Castela. Por este contrato pode-se acreditar que já naquela época havia um princípio de regulamento, que vigorou até 1852, com mais ou menos alteração.

A importância que foram tomando os correios, e as exigências do comércio e da indústria, já de certa importância naquela época, convenceram o Governo de então, que um serviço de tal magnitude não podia permanecer por mais tempo nas mãos de pessoa particular, e que, demais a mais, considerava como patrimônio um tão importante cargo. Por esta circunstância, o Ministro da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi encarregado pelo Sobrano de propôr ao correio-mor a cedência do ofício por uma indemnização, o que se concluiu, por alvará de 16 de Março de 1797, com Manuel José da Maternidade Mata de Sousa Coutinho, último correio-mor, da seguinte forma:
1.^º — O título de conde, de juro e herdade em três vidas;
2.^º — Conservação da honra de criado de Sua Majestade;
3.^º — Uma renda de 40.000 cruzados; 4.^º — Pensões vitalícias de 400\$00 réis a diversas pessoas; 5.^º — Um ou dois postos no exército. Por aqui se pode avaliar a importância deste cargo, atendendo ao valor da indemnização para o reivindicar para o Estado. Foi nesta época que o correio

principiou a tomar maior desenvolvimento, estabelecendo-se os correios marítimos e terrestres.

Atendendo, pois, a esta circunstância, devemos considerar montados regularmente os correios desde esse tempo.

Até 1880 conservou-se separado dos telégrafos; mas nesse ano operou-se a fusão dos dois serviços, o que contribuiu altamente para notáveis progressos neste ramo de serviço público, e para acudir a inadiáveis necessidades económicas de diferentes ordens.

A guerra peninsular determinou uma nova organização do serviço postal, instituindo-se em 1809 a telegrafia visual, que foi montada pelo tenente Leith durante a ocupação das linhas de Torres Vedras.

A reforma de 1852 criou em Portugal a estampilha, inventada pela Inglaterra. Em 1855, iniciou-se a telegrafia eléctrica do sistema Broquet, que ainda hoje os caminhos de ferro adoptam; e em 1870 construíram-se os primeiros cabos submarinos de Portugal para a Inglaterra e para Gibraltar. Só depois do convénio para a união geral dos correios, assinado em Berne, a 9 de Outubro de 1874, precursora da União Postal Universal, é que se organizou no País o serviço da estatística das correspondências, aparecendo os primeiros mapas em 1878. Destes mapas resulta a conclusão de que, se nos 10 últimos anos da monarquia a receita dos correios foi de 19.884.764\$084 réis, em 10 anos de República, a despeito das enormes perturbações determinadas pela guerra que abalou o mundo inteiro, atingiu a mesma receita a importância de 25.869.592\$20, o que representa um desenvolvimento assombroso.

Para se fazer ideia das condições em que o correio exerce a sua acção, basta dizer-se que em 1920 existiam 12.121 estações e caixas postais que, segundo a estatística, já em 1919 manifestaram 136.429.733 objectos.

O transporte de malas pelo ar é uma das preocupações da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

Os vales do correio, emitidos durante o ano de 1920, foram em número de 749.459 e na importância de 35.608.304\$47 para Portugal e Ilhas Adjacentes e de 2.325 na importância de 96.536,96 francos, para o estrangeiro.

Os mapas estatísticos demonstram que os serviços do correio propriamente dito deram sempre lucro até 1880; desde então, em que se fusionaram tais serviços com os dos telégrafos, esses serviços reunidos não produziram senão *deficits* até 1893; só desde 1892-1893 é que as explorações postal e eléctrica reunidas passaram a dar ao Estado lucros superiores a 400 contos anuais, sendo estes de 798 contos em 1910-1911, 863 contos em 1917-1918, 553 contos em 1918-1919 e finalmente, de mais de 1.622 contos em 1919-1920.

Em Gondomar, a Estação Telégrafo-Postal funciona desde o ano de 1903. Até aí era apenas Estação Postal. Foi instalada no edifício dos Paços do Concelho pelo Sr. José Novais da Cunha.

Ainda não há 60 anos, a distribuição do correio era feita no estabelecimento comercial do Sr. João do Armazém e aí eram procuradas ou entregues as correspondências postais, no edifício onde hoje está a mercearia do Sr. José Gonçalves, propriedade do falecido Sr. Aureliano Correia. Ainda em 1885, a expedição postal para Gens, Covelo, Medas, Lomba e Melres, havia só às terças, quintas e sábados, à meia hora da tarde. Para Gondomar, Jancido, Jovim, S. Pedro da Cova e Valbom, a expedição era à 1 hora da tarde.

Gondomar é uma estação de 2.^a classe telégrafo-postal, com serviço de valores declarados, encomendas postais, cobrança de títulos, letras, valores e assinaturas de jornais.

Damos a seguir uma nota estatística do movimento do correio em Gondomar, extraída da *Estatística Geral dos Correios*, relativa ao ano de 1897, para se confrontar com outra referente ao ano de 1921 e ainda outra do ano 1932, para os leitores poderem fazer uma ideia do progressivo movimento do serviço postal no nosso concelho.

Assim, em 1897:

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	59.891	139	1.334	2.730	64.094
Melres . . .	182	—	115	39	336
Rio Tinto . . .	35.202	85	1.098	169	36.554
Valbom . . .	11.206	41	288	91	11.626
<i>Soma</i> . . .	106.481	265	2.835	3.029	112.610

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	23.725	219	1.114	1.820	26.878
Melres . . .	130	—	23	13	166
Rio Tinto . . .	15.457	52	597	195	16.301
Valbom . . .	5.889	7	132	52	6.080
<i>Soma</i> . . .	45.201	278	1.866	2.080	49.425

Encomendas postais, no ano de 1921:

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	87.854	858	3.196	2.574	94.482
Melres . . .	16.705	—	302	390	17.397
Rio Tinto . . .	70.174	1.222	2.023	884	74.303
Valbom . . .	26.377	—	1.049	—	27.426
Soma . . .	201.110	2.080	6.570	3.848	213.608

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	26.364	1.001	2.617	3.172	33.154
Melres . . .	10.335	—	126	338	10.799
Rio Tinto . . .	26.221	988	1.873	1.404	30.486
Valbom . . .	14.131	—	2	—	14.133
Soma . . .	77.051	1.989	4.618	4.914	88.572



A N O D E 1 9 3 2

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	94.588	—	6.957	1.716	103.261
Melres . . .	9.057	—	430	338	9.825
Rio Tinto . . .	22.945	156	2.676	299	26.076
Valbom . . .	113.724	—	1.036	182	114.942
<i>Soma</i> . . .	240.314	156	11.099	2.535	254.104

ESTAÇÕES	CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA				
	ORDINÁRIA		Registada e avisos de recepção	Oficial	TOTAL
	Franqueada	Porteada			
Gondomar . . .	146.815	—	7.062	1.287	155.164
Melres . . .	19.591	—	568	364	20.523
Rio Tinto . . .	116.948	455	3.614	429	121.446
Valbom . . .	111.891	—	1.268	—	113.159
<i>Soma</i> . . .	395.245	455	12.512	2.080	410.292

Actualmente em Gondomar (Vila) a Repartição dos Correios e Telégrafos tem como chefe a Sr.^a D. Maria Georgina da Silva Dias; e distribuidores rurais, Antero Pinto de Menezes e Carmindo das Neves.

Na freguesia de Covelo, é encarregado do correio o Sr. António Ferreira dos Santos Bastos. Em Fânzeres, o Sr. Antero Pinto Menezes. Na freguesia da Foz do Sousa há quatro caixas e são encarregados, D. Alexandrina Martins de Oliveira, na Aldeia Nova; D. Deolindo de Castro Neves, no Outeiro; Sr. Jacinto Gomes, em Trás-da-Serra e D. Maria Fernandes das Neves, em S. Martinho. Na freguesia da Lomba não consta qual seja o encarregado. Na das Medas, o correio tem como encarregado, o Sr. António Luiz dos Santos. Em Melres é encarregado da Estação-Postal o Sr. Manuel Gonçalves Viana. Em Rio Tinto é encarregada a Sr.^a D. Maria Elisa Ferreira da Veiga; e distribuidores, os Srs. Alexandre Loureiro, Antero Pinto de Menezes e Rodrigo da Silva Carvalho. Em S. Pedro da Cova, é encarregado o Sr. Manuel de Sousa Matos. Em Valbom, é encarregada do Correio e Estação Telégrafo-Postal, a Sr.^a D. Amélia de Oliveira Teixeira; e é distribuidor rural o Sr. José Ribeiro da Silva.

TELEFONE

(SUA HISTÓRIA)

É, como toda a gente sabe, um instrumento pelo qual reproduzimos a distância a palavra ou qualquer som.

Hooke, contemporâneo de Newton, inventara o telefone de barbante com que a rapaziada ainda hoje se diverte; vem já do século XVII. Em 1782, o monge Gauthey apresentou à Academia de Ciências, por intermédio de Condorcet, um sistema que permitia a correspondência ao longe, de estação para estação, por meio de longos tubos metálicos, no interior dos quais a voz se propagava. Era o

telefone acústico e ainda hoje se usa no serviço de casa, dum para outro andar. Em 1837, Page transformou as vibrações eléctricas em vibrações aéreas; e, a seguir, La Rive verificou a magnetização ou desmagnetização dum ferro macio, que sob a acção duma corrente produzia sons particulares; e então este sábio de Genebra aumentou estes efeitos harmónicos, operando sobre longos circuitos eléctricos lineares que passavam por bobinas cobertas de fio isolado. E em 1861, o professor alemão Filipe Reiss teve a honra de construir o primeiro telefone verdadeiro, embora sem o timbre e intensidade de som. A transmissão da voz foi, porém, realizada por Graham Bell, de Boston; no começo do ano de 1874 descobriu o meio de transmitir simultaneamente o tom, a intensidade e quasi o timbre dos sons. As primeiras experiências foram feitas na Exposição Internacional de Filadélfia, por ocasião do centenário da independência dos Estados Unidos, em 1876. O aparelho era extremamente simples e possuía os órgãos essenciais dos postos telefónicos de hoje. Por detrás duma membrana metálica delgada e flexível, metida numa caixa de madeira, havia um imã permanente, em forma de ferradura; cada ramo deste imã era envolvido por uma bobina onde se enrolava um fio em hélice. Este fio era coberto de seda e as suas extremidades terminavam em dois parafusos, isto é, em dois contactos fixos à parte oposta da caixa; destes parafusos partiam dois fios que formavam a linha telefónica e se ligavam aos contactos dum segundo instrumento idêntico. E assim o telefone de Bell servia de transmissor e de receptor, conforme a pessoa falava ao pavilhão ou o aplicava ao ouvido, para receber resposta. O som produzido diante da membrana do primeiro posto fá-la vibrar e estas oscilações desenvolvem no imã correntes induzidas que a linha transmite à estação receptora.

Descarte se obteve a *intensidade* do som vocal. Mais tarde, Hughes inventou um mecanismo transmissor mais poderoso, o microfónio, que tornou possível o estabelecimento das numerosas redes urbanas e inter-urbanas; em 1922 já se contavam cerca de 22 milhões de instalações telefónicas; o primeiro circuito que ligou dois países dife-

rentes foi o de Paris e Bruxelas, em 1886; o mais antigo cabo submarino telefónico é o que foi submerso, em 1891, entre a França e a Inglaterra.

Hoje já se aplica ao telefone o engenhoso processo da televisão; mas ainda não chegou a Portugal.

Pelas 4 horas da tarde de 1 de Julho de 1882 foram inaugurados os serviços telefónicos na cidade do Porto, à rua Ferreira Borges. A estação só tinha a funcionar 30 subscriptores, dos quais a maior parte ainda existem, e se bem que este número pareça insignificante, devemos lembrar que a Companhia, a título de experiência, oferecia os primeiros 4 meses gratuitos.

Mesmo assim, o Governo Civil e a Guarda Municipal não permitiram a instalação do telefone!...

Logo após a inauguração, começaram a sentir-se os efeitos desta e um aumento de mais 85 linhas foi feito urgentemente. Em 20 de Outubro deste mesmo ano, é inaugurada na Alfândega a primeira cabine pública e o serviço, que era só feito de dia, passa a ser permanente.

A 16 de Julho de 1927 a velha Central da rua Ferreira Borges deixou de funcionar depois de ter trabalhado ininterruptamente 45 anos e 15 dias.

O sistema magnético foi substituído por 11 secções n.º 1 de bateria central, com 33 posições equipadas, sendo a capacidade actual para 10.000 linhas. Este sistema, único na Europa, funciona sem alavancas e com corrente de máquina de tocar automaticamente em todas as posições.

No ano de 1928 a Companhia firmou com o Governo um novo contrato, pelo qual foi introduzida em Portugal a modalidade da «tarifa por chamadas». Em fins de 1930 o número de telefones instalados tinha aumentado em mais de 100 por cento em relação a 1920.

No nosso concelho, a Comissão Executiva da Câmara Municipal, em sua sessão de 2 de Setembro de 1915, autorizou a presidência a efectuar o contrato com a Companhia dos Telefones, para a instalação e assinatura do telefone, nos Paços do Concelho, pelo prazo máximo de três anos.

Hoje a rede da Companhia abrange mais de 80 localidades nos arredores do Porto, com serviço permanente em todas as estações. O nome e o número das estações telefónicas relativas ao nosso concelho são indicadas da seguinte maneira:

- 1 — S. Caetano.
- 2 — Rio Tinto.
- 4 — Venda Nova.
- 5 — Baguim.
- 6 — Vale de Ferreiros.
- 13 — Gondomar.
- 14 — Santa Eulália.
- 15 — Fânzeres.
- 16 — Largo do Souto (Praça da República).
- 17 — Gandra (Gondomar)
- 18 — Atães (Jovim).
- 19 — Sousa.

No nosso concelho já há muitos anos existe o telefone, em casas particulares, como por exemplo: na Farmácia Gonçalves, Praça Manuel Guedes; em casa de Paiva & Irmão, na sua fábrica, freguesia da Sousa, e outro na Companhia das Águas. Em Valbom há o da Empresa Electro-Valboense e outro na Fábrica de Curtumes, do Sr. Julião da Cunha Freitas Guimarães. Em Rio Tinto, o do Sr. Domingos Gonçalves de Sá, Chão-Verde e outro na sede dos Bombeiros Voluntários da Areosa. Em S. Pedro da Cova, um pertencente à Companhia das Minas de Carvão, etc., etc. Ao todo contam-se actualmente 44 telefones.

TELEGRAFIA

(SUA HISTÓRIA)

A organização dos telégrafos e correios, vigente em Portugal, foi aprovada pelos decretos de 24 de Dezembro de 1901 (no que respeita aos serviços propriamente ditos) e de 30 do mesmo mês (no que respeita ao pessoal).

As primeiras linhas telegráficas estabelecidas em Portugal foram construídas por Alfredo Breguet, em virtude do contrato celebrado em 26 de Abril de 1855, pelo então Ministro das Obras Públicas, António Maria de Fontes Pereira de Melo, estadista notável a quem cabe orgulhosamente a honra de ter introduzido no País a telegrafia eléctrica. Até então havia só os telégrafos semafóricos ou telegrafia óptica, servindo, é claro, as costas marítimas; e os serviços destes postos foram mais tarde encorporados no da telegrafia eléctrica, por decreto de 18 de Setembro de 1867 e assim esses postos marítimos ficaram ligados à rede telegráfica do Estado.

O contrato de que atrás se fala foi aprovado por lei de 13 de Julho de 1855; e a nova sede inaugurada no ano seguinte, a 16 de Setembro de 1856, com as seguintes estações: Central (no Terreiro do Paço), Cortes, Necessidades e Sintra. Escusado será lembrar a larga expansão que esta rede sofreu até hoje; é que a princípio o telégrafo servia apenas, normalmente, para a transmissão do serviço oficial.

Só em 20 de Julho de 1857 é que apareceu a primeira organização da telegrafia, fixando não só o princípio geral que constituía este serviço em monopólio do Estado, mas dando também ao público o direito de se servir deste novo meio de rápidas comunicações. Por esta mesma época, inaugurava-se o serviço telegráfico internacional, estabelecendo em Badajoz uma ligação com a Espanha, celebrando com esta nação uma convenção aprovada por lei de 12 de Julho de 1857.

Com o decorrer dos tempos, embora lentamente, foi-se melhorando tudo que concerne a este prestantíssimo factor comercial, mormente no que diz respeito ao pessoal e aos métodos do serviço técnico.

Pelo decreto de 6 de Março de 1884 foram estabelecidas as cauções que devem prestar os responsáveis por dinheiros públicos dependentes da Direcção Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis. O encarregado da Estação de Gondomar prestava a caução de 150\$000 réis.

Instalação Telégrafo-Postal. A Câmara de Gondomar dirigiu, a 8 de Fevereiro de 1906, uma representação a Sua

Majestade pedindo que a Câmara seja autorizada a instalar a Estação Telégrafo-Postal num edifício, no qual possa, como é de necessidade, habitar o respectivo encarregado.

Gondomar, no ano de 1920, acusa o seguinte movimento de telegramas de transmissão, 608; de recepção, 1.530. Soma 2.138. Rendimento cobrado, 221\$09. Avaliação dos telegramas oficiais, 41\$92.

Por ordem decrescente do serviço eleigráfico local, Gondomar ocupa o número de ordem 516 e serviço local, 608.

Rio Tinto ocupa o número de ordem 383 e serviço local, 1.100, isto é, número de telegramas de transmissão, 1.100; de recepção, 2.103. Soma 3.203. Rendimento cobrado, 637\$85. Avaliação de telegramas oficiais, 12\$13.

Para os leitores avaliarem o movimento que se operou neste ano para o de 1922, bastará observarem o seguinte quadro, que inclui Valbom, como Estação Telégrafo-Postal:

A N O D E 1 9 2 2

ESTAÇÕES	NÚMERO DE TELEGRAMAS				Rendimento cobrado	Rendimento dos telegramas oficiais incluindo na coluna anterior
	de trans- missão	de re- cepção	de trâ- nsito	Soma		
Gondomar . . .	674	1.769	—	2.443	748\$25	97\$63
Rio Tinto . . .	1.224	1.952	—	3.176	2.194\$46	3\$60
Valbom . . .	154	343	—	497	114\$82	—

VALES NACIONAIS EMITIDOS — GONDOMAR E RIO TINTO
NO ANO DE 1921

NÚMERO DE VALES

IMPORTÂNCIA DOS VALES

Prêmios de emissão

	Tele- gráficas	Nomi- nais	Ao par- tidor	De ser- viço	Total geral	Telefónicas	Nominais	Ao par- tidor	De serviço	Total geral	
Gondomar . .	6	560	—	48	614	1.482\$71	23.930\$38		1.554\$14	26.967\$23	90\$90
Rio Tinto . .	11	346	—	411	768	418\$00	19.966\$10	—\$—	9.971\$74	30.355\$84	71\$90

Em 1932, isto é, 11 anos depois, vejamos o movimento do número de vales emitidos e sua importância:

Número de vales:

GONDOMAR — Telegráficos, 11; nominais, 1.036; de serviço, 12; total, 1.059.

Importância dos vales:

GONDOMAR — Telegráficos, 2.830\$00; nominais, 93.998\$64; de serviço, 643\$44; total, 97.472\$08; prémio de emissão, 303\$12.

Número de vales:

RIO TINTO — Telegráficos, 5; nominais, 717 de serviço, 108; total, 830.

Importância dos vales:

RIO TINTO — Telegráficos, 2.610\$00; nominais, 95.977\$95; de serviço, 15.310\$55; total, 113.898\$50; prémio de emissão, 286\$42.

Como os leitores vêem, a diferença em 11 anos é extraordinária.

E no ano seguinte, em 1933, o número total de vales emitidos em Gondomar, foi de 1.332, na importância total de 151.117\$48. E na estação de Rio Tinto, o número total de vales foi de 842, na importância de 122.965\$00. O movimento neste ramo de serviço postal é, como se vê, cada vez mais crescente.

A.T.S.F.

A descoberta desta maravilha foi obra colectiva de muitos inventores de várias nações.

Hertz verificou a existência das ondas electromagnéticas, previstas já por Maxwell, até à perfeição da válvula

Flaming, aperfeiçoada pelo Dr. Lee de Forest. Heinrich Hertz em 1888 publicava as primeiras experiências. Em 1893, Tesla produzia a transmissão para uma antena excitada por uma fonte de energia de alta frequência. Lodge estudou o tubo de limalha, explicou o aumento de condutibilidade pela produção de micro-faíscas entre os grãos e dava ao tubo o nome de *cohéreur*, enquanto o Dr. Brauly propunha chamar-lhe radiocondutor. Depois do tubo de limalha, nasceu a T. S. F.

Enfim, de 1890 a 1895, os sábios de todo o mundo dedicaram-se com afinco a procurar a resolução deste magnifico problema. Marconi foi o realizador; partindo de Inglaterra, faz registar o seu primeiro invento a 2 de Março de 1897. É claro que tudo que hoje se faz é quanto há de mais diverso, graças aos seus sucessores, eminentes mentilidades que a esta assombrosa obra têm ligado o seu nome imortal.

No nosso concelho, como por toda a parte, já muitos gozam destes inestimável benefício da actual civilização. Em Lisboa fundou-se a revista *T. S. F.*, em 1924, para divulgação de todos os assuntos relativos à radiotelefonia e à radiotelegrafia, que a centenas de léguas, através dos continentes, vão levar todas as notícias e até a música e declamação. Ainda assim os aparelhos do rádio não são acessíveis pelo seu preço a todas as bolsas. Tempo virá em que eie se adquira mais barato.

PREÇOS DOS GÉNEROS E DE SALARIOS

CUSTO DA VIDA

Conta o autor da *Monografia do Concelho de Proença-a-Nova* P.^o Manuel A. Catarino, edição de 1934, que cem anos antes de Cristo um alqueire de trigo custava 10 réis, e um almude de vinho 2 vinténs; um boi 20 vinténs; uma ovelha 4 vinténs. Até ao século XIV inclusivé, diz ele, «os preços dos géneros na sua terra, eram pouco mais ou menos os seguintes: trigo, 26 réis, centeio, 18 réis, azei-

te, 150 réis, castanha, 5 réis cada alqueire, vinho, 23 réis o almude e mel, 25 réis a canada.

Nos séculos XV, XVI e XVII o trigo custava 20 réis, o centeio, 15 réis, o azeite, 100 réis cada alqueire (¹) e o vinho, 20 réis cada almude, pouco mais ou menos. A carne de vaca oscilava entre 4 e 15 réis o arrátel, a de cabra entre 2,5 e 12 réis e ganhavam os carpinteiros 100 réis, os pedreiros, 50 réis, os sapateiros, 45 e os alfaiates e jornaleiros 40 réis diários. No século XVIII o trigo custava, pouco mais ou menos, 280, o centeio, 240, a castanha, 130, o azeite, 700 réis o algueire, o mosto, entre 180 e 240 réis o almude, cera 300 réis o arrátel e comprava-se um carneiro ou capado por 400 réis. No século XIX subiram bastante os géneros alimentícios, devido a várias causas, oscilando o preço do trigo entre 380 e 700 réis; o centeio, entre 300 e 520 réis; o milho, entre 280 e 500 réis; o azeite, 1.700 e 2.400 réis cada alqueire; o vinho entre 800 e 1.400 réis; vinagre, entre 800 e 1.000 réis o almude; carne de vaca, entre 90 e 220 réis; porco entre 90 e 220 réis; carneiro, entre 70 e 130 réis cada quilo. Assim, em 1820, eram os seguintes preços máximos, médios e mínimos em Proença: trigo, 550 — 520 — 480; centeio, 400 — 360 — 300; milho, 360 — 340 — 280; azeite, 2.400 — 2.060 — 1.920 réis cada alqueire; vinho, 1.200 — 1.000 — 800; vinagre, 960 — 850 — 800 réis cada almude.

No século XX, os géneros mantiveram os preços anteriores até à *Grande Guerra*.» E após ela?

Diz a este respeito o Sr. Armando Gonçalves Pereira, no seu precioso livro *A variação dos preços* (Lisboa, 1925):

«A muita gente surpreende que nos diversos países a carestia da vida tenha tomado a sua acuidade, não propriamente durante a guerra, mas após ela.

Os que acompanham a evolução económica sabem perfeitamente como este fenómeno se explica. Até fins de 1915 viveu-se na Europa, pode-se dizer, dos *stocks* dantes da guerra e produzidos aos preços dantes da guerra. Em 1916, começam-se a sentir as primeiras faltas de mercadorias, o que obriga as fábricas a uma laboração excepcional e extraordinária, isto é, com uma mão de obra mais cara,

tecnicamente menos valiosa, com maior dispêndio nas matérias primas e nos fretes. O produto industrial fica assim caríssimo e o agricultor faz face aos seus novos encargos aumentando os preços dos seus próprios produtos.

Dominados pela alta dos preços dos produtos agrícolas e manufactureiros, os consumidores reagem por seu lado, reclamando a alta dos salários que é um novo gerador da alta dos preços. Para melhorarem a situação do seu funcionalismo, os Estados elevam os seus encargos e suporam-nos aumentando a sua circulação fiduciária. Novo gerador da alta.

Nesta verdadeira teia de círculos viciosos assistimos ao findar da guerra. Nesta altura, a situação anuvia-se ainda mais pela consolidação dos encargos da guerra e pelos grandes desfalques que sofreu a mão de obra. Inoportunamente os congressos internacionais do trabalho votam o regime das oito horas.

E, ferida em todos os seus fundamentos, a produção assiste ainda ao ataque de duas forças extra-económicas que dominam os mercados. A primeira dessas forças é a fila dos especuladores gerada pelo comércio miliciano. A outra — e esta a mais grave — é a verdadeira desorganização da economia privada, desequilibrando os orçamentos domésticos e exigindo um consumo incomportável com as possibilidades económicas. O desabar de uma velha sociedade provocado pela guerra, facilitou na Europa a desorganização da família, a sede do luxo, do desperdício e do jogo. Por toda a parte, a ânsia dos negócios e o prazer dos gozos materiais abateram as barreiras do sentimento da economia, não se meditando sequer que as formidáveis destruições de riqueza ocasionadas pela guerra impunham necessariamente um modo de vida mais comedido que o que se tinha em 1914! ...verifica-se que o chamado problema da caestria da vida não pode ter uma solução imediata e radical. Certamente uma firme política de abastecimento, auxiliada por uma limitação enérgica dos lucros ilícitos, pelo desen-

(1) Azeitonas?

volvimento do cooperativismo, dos armazéns reguladores de preços, bolsa de cotações de géneros, etc., poderá influir beneficamente nas condições internas dos mercados; mas ninguém se esqueça que a elevação dos preços, sendo um fenómeno sintético está dependente e por tal forma da situação económica, financeira, política, social e moral de uma nação que é bem lícito afirmar que a sua cabal solução está sujeita, em cada país, a uma verdadeira obra de reorganização nacional». Fala em seguida «de uma *política de saneamento*, que vise a regularizar o comércio dos géneros de primeira necessidade, essenciais à sustentação humana e que tem de ser estabelecida imediatamente por parte do Estado, a quem incumbe regularizar, por forma a torná-los mais eficientes, os serviços comerciais do Ministério da Agricultura, transformando-os em verdadeiros árbitros da concorrência e dos preços, estudando a formação destes, tanto no comércio importador e armazenista, como no comércio a retalho».

Ocupa-se depois «do desequilíbrio da balança económica que resulta do *déficit* das importações sobre as exportações e também da drenagem do ouro nacional feita em pagamento aos armadores estrangeiros, nas despesas de transporte e do juro dos capitais nacionais colocados no estrangeiro e também pelas despesas aí feitas por nacionais».

Conclui por afirmar que sob o ponto de vista económico, a agricultura sofre, por um lado, da deficiente organização do Crédito Agrícola, e, por outro, de uma insuficiente rede de comunicações para o transporte dos produtos.

PREÇO DOS GENEROS DE PRIMEIRA QUALIDADE

Se quisermos verificar a variação, expressa em números-índices, do custo da vida, de Julho de 1914 (antes da Guerra) a Junho de 1926, obtemos o seguinte resultado, com respeito à cidade do Porto: Em Julho de 1914, 100 (⁽¹⁾): de 1915, 111,5; de 1916, 137,1; de 1917, 214,8; de 1918,

(¹) Tomemos o número 100 por unidade.

377,6; de 1919, 399,4; de 1920, 830,0; de 1921, 1.044,2; de 1922, 1.286,0; de 1923, 2.418,8; de 1924, 3.064,1; de 1925, 2.874,6.

E não ficou por aqui a marcha ascensional; no ano de 1926, em Janeiro estava em 2.828,9; em Fevereiro, 2.835,6; em Março, então subiu para 2.960,5; em Abril foi para 2.879,5; em Maio, 2.969,8; e em Junho desse ano ficou em 2.878,5.

As variações que neste longo período se registam, posto que sempre crescentes, relacionam-se com as condições económicas, financeiras, políticas, sociais e morais da Nação portuguesa e cuja causa imos procurar na Grande Guerra que tivemos de suportar, desde 1914 a 1918.

AFERIÇÃO DE PESOS E MEDIDAS E TARIFAS DOS PREÇOS DOS GÊNEROS

As atribuições do actual aferidor competiam antiga-mente aos almotacés. É fora de dúvida que esta aferição foi sempre uma das providências estabelecidas nos conce-lhos, para que o povo não fosse iludido pelos comerciantes, aos quais eram aplicadas penas bem rigorosas, quando fossem defraudadores do peso ou medida.

D. Manuel, *o Rei Venturoso*, aplicou a algumas câmaras do País certas medidas, para servirem de padrões. D. Sebastião fez outro tanto, em 1575.

Em o Livro I. T. 15 das suas *Ordenações*, manda D. Manuel I, expressamente, desde o § 24 até ao 29, que todas as varas e côvados, pesos e medidas sejam do mesmo tamanho das da cidade de Lisboa; determina que as medidas particulares sejam aferidas duas vezes por ano, em Janeiro e Julho, e regula as penas dos que contravierem a estas ordens; enfim, dá todas as providências para que este ramo económico se conserve sob uma administração regular e uniforme.

Os padrões de vara foram dados por D. Sebastião, que também se esforçou por cortar abusos, como se vê da sua Carta de Lei, datada de Almeirim, em 1575; os padrões, por onde D. Sebastião tinha, porém, mandado

regular as medidas do Reino, foram os de Lisboa, grande parte dos quais desapareceram no terramoto de 1755. Para se acabar de vez com as alterações ou abusos de todas as medidas ou pesos, para se remediar tudo isto, a solução seria achar um tipo na Natureza tão inalterável como ela, o qual sirva de base e unidade fundamental de todas as medidas; formar sobre esta base um sistema métrico, cujas partes sejam intimamente ligadas entre si; e cujos múltiplos e subdivisores sigam uma progressão natural, fácil e sempre uniforme. Eis a origem da metrologia actual.

Foi a Academia R. das Ciências de Paris que, consultada sobre esta grave questão em 1791, ofereceu uma base que reúne, com efeito, todas as vantagens: tal é a grandeza da Terra, medida sobre um dos seus Meridianos — base simples e real, uma vez que se tenha determinado a relação em que certa porção dela está com o comprimento do Pêndulo de Paris; as experiências para determinar esta extensão foram feitas por Mrs. Borda e Cassini; por elas se verificou que esse Pêndulo de segundos em Paris tinha um comprimento igual a 0,993.85 do *Metro*; por conseguinte, para achar o comprimento deste mesmo *Metro*, no caso de perder-se ou alterar-se, não haveria mais que acrescentar ao comprimento do Pêndulo de segundos, 615 partes iguais às 99.385, de que ele é composto. Isto com respeito a Paris. Lisboa, que tem diversa latitude, tem também diverso comprimento de Pêndulo de segundos, porque tal comprimento não é o mesmo em toda a parte, pois no Equador era mais pequeno e vai crescendo à proporção que se avizinha dos polos; ora, sendo esta última latitude de 38°, 42' e 25", acha-se, segundo a fórmula de la Place, que o comprimento absoluto do Pêndulo simples de segundos deve ser de 0,992.836.

Assim calculada a extensão do quarto do Meridiano, fácil é dividi-lo, de modo que uma pequena porção dele servisse de base métrica; ficou, pois, dividido pela progressão decimal, isto é, por 10, 100, 1.000 e esta sua milésima parte deu uma grande medida itinerária, chamada *posta* (ou miriâmetro) que, novamente dividida por 10, dá outra

mais pequena chamada *milha* (ou quilómetro), que é a décima milésima parte do dito quarto do Meridiano.

Estava resolvido o problema. A convenção diplomática do *Metro* em 1875 decidiu a criação da Repartição dos pesos e medidas, que funciona sob a vigilância duma comissão que por sua vez está sujeita à autoridade duma conferência geral, formada pelos delegados de todos os Estados contratantes. Pouco depois, o Governo francês ofereceu o pavilhão de Breteuil, situado em Sèvres e o terreno onde se construiu um segundo edifício terminado em 1878 e que abriga hoje uma magnífica coleção de instrumentos metrológicos.

Em Portugal, na regência de D. João VI, a Comissão do Exame dos Forais e Melhoramento de Agricultura, encarregada por aquele monarca e de colaboração com alguns sócios da Academia R. das Ciências, de propor um plano de pesos e medidas, escolheu o sistema métrico decimal, que foi aprovado.

No 3.^o volume desta obra, a págs. 290, transcrevi o mapa demonstrativo do preço de géneros neste concelho, referente aos anos de 1828 a 1843; e em seguida apresentei a tarifa camarária no ano de 1935.

Para completar estes informes, o digníssimo antigo secretário da Câmara, o Sr. Justiniano Vieira Ramos, teve a amabilidade de me remeter a tarifa do preço dos géneros nos anos de 1844, 1854 e mais modernamente os dos anos de 1904, 1914 e 1926.

Por este mapa, os leitores verificarão igualmente a variedade dos produtos agrícolas de que é dotado o nosso rico concelho.

TARIFA DO PREÇO DOS GENEROS NOS ANOS
AQUI INDICADOS

DESIGNAÇÃO	1844	1854
Milho grosso — alqueire	\$280	\$540
Milho miúdo — alqueire	\$300	—\$—
Milho alvo — alqueire	\$280	\$500
Milho painço — alqueire	\$280	\$500
Pão meado — alqueire	—\$—	\$540
Pão de segunda — alqueire	—\$—	\$540
Pão terçado — alqueire	\$280	\$540
Pão quartado — alqueire	\$300	\$540
Trigo — alqueire	\$550	\$750
Centeio — alqueire	\$260	\$520
Cevada — alqueire	\$240	\$400
Freijão grosso — alqueire	\$480	—\$—
Feijão vermelho — alqueire	—\$—	\$600
Feijão amarelo — alqueire	—\$—	\$500
Feijão branco reboludo — alqueire	—\$—	\$460
Feijão rajado — alqueire	—\$—	\$460
Feijão fradinho — alqueire	—\$—	\$460
Feijão miúdo — alqueire	\$360	—\$—
Vinho verde cozido — almude	\$400	\$560
Vinho mole — almude	\$200	\$480
Vinho aquatorzado — almude	\$300	\$560
Azeite — almude	\$3600	\$5000
Favas — alqueire	\$160	\$240
Mostarda — alqueire	\$800	\$800
Batatas — alqueire	\$200	\$240
Nozes — alqueire	\$400	\$600
Castanha pilada — alqueire	\$700	\$700
Castanha verde — alqueire	\$400	\$480
Farinha triga — alqueire	\$720	\$720
Espádua inteira	\$380	\$1200
Marrã inteira	\$800	\$1200
Colmeiro — cada um	\$040	\$060
Marrã de costa	\$300	\$360
Cada galinha	\$240	\$240
Cada Franga	\$160	\$120
Cada frango	\$100	\$100
Cada capão	\$300	\$240
Cada pato	\$480	\$400
Cada perdiz	\$160	\$120
Cada pombo	\$080	\$060
Cada carneiro	\$600	\$480

DESIGNAÇÃO	1844	1854
Cada cabrito	\$200	\$200
Cada leitão	\$480	\$700
Cada coelho	\$100	\$080
Cada pescada	\$140	\$120
Cada lampreia	\$180	\$160
Cada sável	\$140	\$120
Cerejas — cada cesto	\$120	\$100
Cereja tinta — cada cesto	\$160	\$120
Sardinhas — cada cento	\$120	\$140
Caranguejos — cada cento	\$050	\$040
Navalheiras — cada cento	\$060	\$060
Martangil — cada cento	\$020	\$080
Ovos — a dúzia	\$050	\$040
Palha painça — a dúzia	\$160	\$120
Palha milhã — a dúzia	\$100	\$100
Palha painça de argola—cada molho	\$050	\$100
Palha triga — a dúzia	\$020	\$050
Palha milha — o carro	1\$440	1\$440
Palha triga — o carro	1\$000	3\$000
Palha painça — o carro	3\$000	3\$600
Feno — o feixe	\$050	\$060
Lenha de pinho — o carro	\$480	\$600
Lenha de carvalho — o carro	—\$—	\$300
Lenha de sobreiro — o carro	—\$—	\$800
Chamiça — o carro	\$600	\$700
Carqueja — o carro	\$700	\$800
Mato — o carro	\$160	\$200
Estérco — o carro	\$300	\$400
Telha — o moio	—\$—	\$400
Telha — o carro	\$600	1\$200
Bragal — a vara	\$120	\$120
Cera — o arrátel	\$200	\$240
Marrã — o arrátel	\$050	\$080
Espádua — o arrátel	\$050	\$070
Leitão — o arrátel	\$040	\$060
Pavio — o arrátel	\$060	\$080
Fio de cosido — o arrátel	\$160	\$160
Leite — a canada	\$050	\$060
Manteiga — a canada	\$400	\$200
Mel — a canada	\$400	\$400
Cebolas — o cabo	\$060	\$040
Linho — a mão	\$050	\$050
Linho — o fusel	\$015	\$010

PADRÕES DE AFERIÇÃO — COMPARAÇÃO DE PESOS
E MEDIDAS, NO ANO DE 1858

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1858, aos 8 dias do mes de Abril dito anno, neste concelho de Gondomar, Paços d'elle, onde foi vindo João Marques de Moura, Presidente da Camara Municipal deste concelho, e os veriadores Manoel Antonio da Silva, Manoel Ferreira, Manoel Martins das Neves, faltando os veriadores Manoel de Sousa Pedroso, José da Costa d'Oliveira e José dos Santos Moura, por justificado empeditamento, onde eu escrivão me achava igualmente presente: E logo pelo mencionado Presidente foi declarado aberta a sessão para o fim de se proceder perante a referida Camara, a comparação dos padrões dos antigos pesos e medidas com os novos padrões dos pesos, e medidas do sistema metrico decimal conforme as Ordens transmitidas ao dito Senhor Presidente em officio de Sua Excellencia o Governador Civil do Distrito de trese de Fevereiro ultimo, do corrente anno, expedido pela segunda repartição numero sete estando tambem presente o Administrador do Concelho João Martins Ferreira, assim como João Baptista Nunes e Jorge da Cunha Ribeiro em carregados pela digo em carregados por parte da Comissão Central dos pesos e medidas, de fazerem proceder á dita comparação, como fizérão vêr pela guia expedida pelo Ministerio das obras publicas, repartição Central da direcção Geral do Commercio, e industria datada de desacete de Fevereiro ultimo, a qual pelo referido Senhor Major João Baptista Nunes foi apresentada ao Senhor Presidente, declarando este constituída a Camara em sessão publica érão des horas do dia, e logo forão presentes aos ditos Senhores oficiais encarregados de esta Comissão os Padrões pelos quaes este Concelho afere, declarando a Camara nesta ocasião que não tem padrões seos, e sim o afferidor nomeado pela Camara, que pelo intereço da aferição tem obrigação de ter padrões para ceccos, (quere dizer *sécos*) para líquidos para pessos e medidas lineares; os quais são afferidos pelos padrões do Concelho do Porto;

e procedendo os mencionados Senhores offeciões ás comparações dos antigos padrões, em uso, com os do cistema metrico decimal, obtiverão quanto a este Concelho o seguinte resultado = Medidas liniaries = Vara igual a um metro e noventa e nove millimetros ($1^m,099$) = Covado igual a cessenta e seis centimetros ($0^m,66$) = Medidas de Capacidade para cecos = Alqueire igual a desasseis litros e sete centos setenta e sete millimetros ($16^l,777$) = Meio alqueire igual a oito litros e sete centos ccessenta e sete millilitros ($8^l,767$) = Quarta igual a quatro litros e trescentos e nove millilitros ($4^l,309$) = Meia quarta, que neste Concelho se denomina igualmente celemim, igual a dous litros e cento e sete millilitros ($2^l,107$) = Medidas de Capacidade para liquidos = Meio almude, ou Cantaro de seis Canadas, igual a dose litros e quatrocentos e oitenta e um millilitros ($12^l,481$) = Quartilho igual a cincuenta e cinco centilitros ($0^l,55$) = Meio quartilho igual a dusentos setenta e sete millilitros ($0^l,277$) = Medidas de peso = Arroba igual a quatorze quilogramas e seis mil novecentas e noventa e quatro decigramas ($14k,6994$) = Meia arroba igual a sete kilogramas e tres mil setecentos ccessenta e oito decigramas ($7k,3768$) = Oito arrateis igual a tres kilogramas e seis mil oitocentos e quinze decigramas ($3,6815$) = Quatro arrateis igual a um kilograma oito mil e quatrocentos e dose decigramas ($1k,8412$) = Dous arrateis igual a noventa e dous mil e cento e vinte e cinco centigramas ($0k, 92295$) um arratel igual a quatro centos e sessenta e dous gramas ($0k,462$) = Meio arratel igual a dois mil e duzentos e noventa e cinco decigramas ($0,2295$) = Huma quarta igual a honze mil quatrocentos e quarenta e cinco centigramas ($0,k11445$) = Meia quarta igual a quinhentos e cettenta e tres decigramas ($0k,0573$). E não existindo mais padrões pelos quais o Concelho costuma aferir, nem vigurando outros neste mesmo Concelho, se deo por concluída a comparação dos pesos e medidas. E de tudo para constar se lavrou a presente Acta que vai por todos ser assignada, alias por todos assignada, e bem

assim o afferidor da Comissão José Ricardo Baptista, depois de lida por mim Antonio Joaquim Ferreira, escrivão a escrevi.»

Seguem-se as assinaturas.

No livro 6, pág. 74, se lê que em sessão extraordinária de 3 de Junho de 1861, foi dito pelo Presidente que, tendo sido por ofício do Governador Civil, datado de 29 de Maio último, devolvido a esta Câmara o seu orçamento geral da receita e despesa do ano económico próximo futuro de 1861-1862, que havia sido apresentado, discutido e aprovado por esta Câmara, reunida com o Conselho Municipal, em sessão de 11 de Abril último, para o fim de ser reformato segundo a resolução do Conselho do Distrito tomada em sessão de 23 do referido mês de Maio findo, consistia a sua reforma nos seguintes pontos: 1.º — Devendo começar a ter vigor no princípio do ano económico a que respeita o orçamento, a nova denominação dos pesos, conforme o Decreto de 20 de Setembro último, é necessário que a Câmara, tendo em vista a recomendação feita em ofício-circular número 44, pela 2.ª Repartição do Governo Civil, com data de 11 de Março último, indique entre parêntesis, em seguida à designação dos pesos e medidas da antiga denominação, os que lhes correspondem pelo sistema métrico decimal, etc.

Na sessão de 13 de Março de 1862, a Câmara estabeleceu numa postura, entre outros, o artigo 3.º: O aferimento dos pesos e medidas deve ser feito em Janeiro e Julho de cada ano. Todo aquele que vender por pesos, medidas, ou balanças não aferidas, incorre na multa de 2.000 réis, e na de inutilização daqueles pesos, medidas ou balanças.

Transcrevemos dos «Mapas das medidas do novo sistema legal comparadas com as antigas», no concelho de Gondomar:

MEDIDAS PARA LÍQUIDOS

Duplo decalitro	9,434 canadas
Decalitro	4,717 >
Meio decalitro	2,358 >
Duplo litro	3,774 quartilhos
Litro	1,887 >
Meio litro	1,887 meio quartilho
Duplo decilitro	1,509 quatro de quartilho
Decilitro	1,509 oitavo de >
Tonel	1272,000 litros
Pipa	636,000 >
Almude	25,440 >
Pote	12,720 >
Canada	2,120 >
Quartilho	0,530 >
Meio quartilho	0,265 >
Quarto de quartilho	0,133 >

MEDIDAS PARA SECOS

Hectolitro	5,961 alqueires
Meio hectolitro	2,980 >
Duplo decalitro	1,192 >
Decalitro	2,384 quartas
Meio decalitro	1,192 >
Duplo litro	1,907 maquia
Litro	1,907 celamim
Meio litro	1,097 meio celamim
Molo	1006,620 litros
Fanga	67,108 >
Alqueire	16,777 >
Quarta	4,194 >
Oitava	2,097 >
Celamim	1,049 >
Meio celamim	0,524 >
	0,262 >

(Lisboa, Imprensa Nacional, 1868).

TABELA DOS PREÇOS DAS MEDIDAS
PARA LÍQUIDOS E SECOS

(Aprovada em sessão de 3 de Junho de 1869)

MEDIDAS PARA SAL

Razão	80 réis
Meio dito . . . ,	60 »
Quarto	40 »
Oitavo	30 »
Maquia	30 »
Celamim	30 »

MEDIDAS DE PAU PARA SECOS

Alqueire	60 réis
Meio dito	40 »
Quarta	40 »
Meia dita	30 »
Maquia	30 »
Celamim	30 »
Meio dito	30 »

MEDIDAS DE PAU PARA LÍQUIDOS

Meia canada	40 réis
Quartilho	40 »
Meio dito	30 »
Quarto	30 »

MEDIDAS DE FOLHA PARA LÍQUIDOS

Almude	100 réis
Meio dito	80 »
Quarto dito	60 »
Canada	40 »
Meia canada	30 »
Quartilho	20 »
Meio dito	20 »
Quarto dito	20 »
Meio dito	20 »

TARIFA DO PREÇO DOS GENEROS EM GONDOMAR,
NOS ANOS ABAIXO INDICADOS

DESIGNAÇÃO	1904	1914	1926
Milho grosso — litro	\$030	\$03	\$73
Milho alvo — litro	\$030	\$03,3	\$75
Milho miúdo — litro	\$035	\$03	\$75
Painço — litro	\$030	\$03	\$90
Pão de segunda — litro	\$035	\$03	\$78
Pão meado — litro	\$035	\$03,5	\$70
Pão terçado — litro	\$030	\$04,5	\$76
Pão quartado — litro	\$029	\$02,9	\$67
Trigo — litro	\$050	\$05	1\$20
Centeio — litro	\$055	\$03,3	\$82
Cevada — litro	\$025	\$02,5	\$73
Feijão vermelho — litro	\$040	\$04,5	1\$30
Feijão amarelo — litro	\$037	\$03,8	\$80
Feijão branco — litro	\$045	\$04,5	1\$80
Feijão rajado — litro	\$035	\$03,5	\$70
Feijão fradinho — litro	\$035	\$03,5	\$56
Vinho verde cozido — litro	\$040	\$04	1\$20
Vinho verde mole — litro	\$020	\$03	1\$00
Azeite — litro	\$200	\$24	8\$00
Favas — quilos	\$020	\$02	5\$00
Mostarda — quilo	\$045	\$10	3\$50
Batatas — quilo	\$025	\$03	\$60
Nozes — quilo	\$100	\$10	4\$00
Castanha seca — quilo	\$080	\$08	1\$50
Castanha verde — quilo	\$030	\$03	1\$10
Farinha riga — litro	\$060	\$06	1\$00
Espádua inteira — cada uma	\$700	\$70	100\$00
Marrã inteira — cada uma	10\$000	10\$00	200\$00
Marrã de costa — cada uma	\$600	\$60	150\$00
Galinha — cada uma	\$600	\$60	12\$00
Franga — cada uma	\$400	\$40	9\$60
Frango — cada um	\$300	\$30	7\$50
Capão — cada um	\$450	\$45	13\$00
Pato — cada um	\$400	\$40	8\$50
Perdiz — cada uma	\$200	\$20	5\$50
Pombo — cada um	\$080	\$08	2\$50
Carneiro — cada um	\$650	\$65	30\$00
Cabrito — cada um	\$400	\$40	16\$00

DESIGNAÇÃO	1904	1914	1926
Leitão — cada um	1\$000	1\$00	58\$00
Coelho — cada um	\$120	\$12	6\$50
Lampreia — cada uma	\$500	\$50	18\$00
Pescada — cada uma	\$500	\$50	20\$00
Sável — cada um	\$300	\$30	12\$00
Cereja — cada cesto	\$200	\$20	12\$00
Sardinha — cada cesto	\$080	\$08	8\$00
Ovos — cada dúzia	\$160	\$16	4\$80
Palha — cada colmeiro	\$100	\$10	2\$80
Palha paínça—cada dúzia de molhos	\$240	\$24	8\$50
Palha milhoa—cada dúzia de molhos	\$120	\$12	2\$40
Palha paínça de argola — molho . .	\$160	\$16	7\$75
Palha triga — cada dúzia de molhos.	\$060	\$06	2\$40
Palha Milhoa — cada carro	4\$500	4\$50	50\$00
Palha triga — cada carro	5\$500	5\$50	100\$00
Palha paínça — cada carro	7\$500	7\$50	120\$00
Feno — cada feixe	\$100	\$10	4\$00
Lenha de pinho — cada carro	\$600	1\$00	50\$00
Lensa de sôbro — cada carro	1\$000	2\$00	80\$00
Lensa de carvalho — cada carro	1\$000	2\$00	80\$00
Chamiça — cada carro	\$600	\$90	50\$00
Carqueja — cada carro	\$600	\$60	60\$00
Mato — cada carro	\$500	\$60	27\$00
Estrume — cada carro	\$800	\$80	20\$00
Telha — cada carro	2\$700	2\$70	140\$00
Telha — cada mcio	\$900	\$90	35\$00
Bragal — cada metro	\$120	\$12	7\$00
Cera — quilo	\$800	\$80	20\$00
Marrã — quilo	\$260	\$26	8\$70
Presunto — quilo	\$300	\$40	12\$00
Espádua — quilo	\$260	\$26	9\$00
Leitão — quilo	\$240	\$24	10\$00
Pavio — quilo	\$200	\$20	8\$00
Mel — litro	\$300	\$30	8\$00
Leite — litro	\$060	\$06	2\$00
Unto — quilo	\$400	\$40	9\$50
Cebolas — cada cabo	\$100	\$05	1\$50
Linho — cada mão	\$080	\$08	2\$00
Linho — cada fusel	\$010	\$01	1\$40
Toucinho — quilo	\$280	\$40	8\$70
Manteiga — quilo	—\$—	\$60	16\$00

Nove anos depois de 1926, ou seja em 1935, o milho custava (o litro), \$60; o trigo, \$90; o centeio, \$60; a cevada, \$50; o feijão, 1\$00; o vinho verde, 1\$20; o azeite, 6\$60; a batata (o quilo), \$70; nozes, 3\$00; castanha seca, 2\$50; castanha verde, \$50; farinha triga, 1\$50; 1 cabrito, 30\$00; 1 leitão, 30\$00; 1 coelho, 2\$00; 1 lampreia, 10\$00; 1 sável, 10\$00; 1 cesto de cereja, 12\$00; 12 ovos, 4\$00; carqueja (carro), 60\$00; metro de bragal, 4\$00; cera (o quilo), 10\$00; presunto, 8\$00; leitão, 10\$00; mel, 3\$75; leite, 6\$00; cabo de cebolas, 2\$00; mão de linho, 1\$80; fusel de linho, 1\$00; carro de lenha de carvalho, 50\$00; toucinho (o quilo), 6\$50.

E no ano de 1936? Ouçamos uma autoridade no assunto:

O Vice-Presidente do Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria, o Sr. Dr. Luiz Supico Pinto, convidou os jornais a fazerem-se representar numa reunião que se realizou em Dezembro de 1935, no seu gabinete, para fornecer esclarecimentos a propósito do encarecimento de alguns géneros alimentícios.

«Não há dúvida, afirma S. Ex.^a, que desde a última Primavera, se vem registando elevação de preços em alguns géneros». Depois expõe que o Inverno passado foi excepcionalmente rigoroso e causou os maiores prejuízos à vida agrícola. Nota que os poderes públicos só podem intervir eficazmente no custo da vida ⁽¹⁾ através da engrenagem dumha organização racional, «pois está provado à saciedade que os processos de pretenso tabelamento, importação imoderada e socialização produtiva conduzem invariavelmente aos mais desastrados resultados.»

Diz que o ano de 1936 foi o pior de produção de fruta, de pouco valendo a intensiva importação de banana da Madeira e algumas laranjas da África.

(1) O custo da vida durante o ano de 1936, a partir de Maio, manteve-se bastante acima do nível médio determinado para 1935.

O valor mais alto foi o de Outubro, superior ao valor médio relativo ao ano de 1935.

Quanto aos tipos mais correntes, não subiu o preço do arroz; este, que hoje existe no mercado, é todo nacional e o seu preço mantém-se estacionário. Quanto ao bacalhau, é apenas devido à acção da respectiva Comissão Reguladora que os preços no mercado de retalho se têm mantido. É preciso que o público saiba que, tendo estado quase a desaparecer a frota nacional bacalhoeira, foram à campanha deste ano 50 navios com 2.128 homens, que pescaram cerca de 12.500.000 quilos de bacalhau.

Relativamente ao açúcar, diz que não há ainda qualquer forma de organização corporativa deste género, isto é, quanto à produção e comércio.

Abordando a questão do vinho, começa por dizer que há menos dum ano o vinho estava muito barato; mas a colheita deste ano é a pior dos últimos 25 anos⁽¹⁾. O público alarmou-se justamente quando viu desde há poucas semanas subir bruscamente o vinho, no preço de retalho, de 1\$20 a 1\$50 e a 1\$70, mas não lhe deve ter passado despercebida a nota oficiosa da Federação dos Viticultores, explicando a situação. E afirma que estão a ser aplicadas medidas que devem evitar a alta imoderada. Ademais, a Federação opõe-se a colaborar com o Grémio dos Arma-

(1) Da *Revista Vinicola Portuguesa*, de 31 de Janeiro de 1926, colhemos a interessante informação: «Quanto à utilização da mão de obra, a cultura da vinha emprega actualmente mais de 100.000 trabalhadores e valoriza cerca de 300.000 hectares de terra, no Continente. Considerada como factor de equilíbrio da nossa balança comercial, fornece à economia nacional produtos de valor superior a 800.000 contos, dos quais 200.000 são para exportação. A produção total é de cerca de 5.000.000 de hectares, o que corresponde a uma produção de 16,6 por hectar».

Segundo a opinião do falecido economista Sr. Bento Carqueja, em todo o País aplicam-se à viticultura e à vinicultura cerca de 2.500.000 pessoas. Um *Mapa do resultado da inspecção de 1883 a 1885*, sobre a doença chamada *antracnose*, apresenta o nosso concelho como um dos que sofreram pequenos ataques, dando como bastantes atacados Bouças, Maia, Santo Tirso, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

zenistas no sentido de estabilizar a venda ao público a preço inferior àquele que já hoje atingiu.

Quanto ao azeite, as notícias sobre a colheita são pouco animadoras.

A lavoura deve ter mui pouco azeite. Quanto ao resto, declara que não há grémios de batatas, hortaliças, cebolas, etc., como os não há do azeite das frutas e do açúcar. Todos estes produtos permanecem em regime de produção e comércio livres. Só há organização corporativa no bacalhau, no arroz e no vinho.

Por fim diz que «não se procure, pois, estabelecer a confusão no espírito do público, acusando grémios e federações que não existem, das oscilações dos preços de produtos que continuam entregues à lei da oferta e da procura.

Referindo-se às reformas sociais, disse: O programa de reformas sociais começadas a executar desde a publicação em 1933 do Estatuto do Trabalho Nacional, visa, como se sabe, a um levantamento progressivo das condições de vida das classes trabalhadoras, forçosamente lento, mas seguro e efectivo, sem incorrer de nenhuma forma nos erros e nos excessos das aventuras demagógicas que outros países tem provocado perigosos desequilíbrios da vida económica». Diz que «são já cerca de 150.000 os trabalhadores do comércio e da indústria que beneficiam dos salários mínimos, o que já representa uma melhoria positiva e uma garantia contra o envilecimento do custo e da mão de obra, que é uma causa da miséria social e de regressão de nível económico». E nesta ordem de ideias, diz que «o público deve habituar-se a desconfiar daqueles que queiram servir-se dos salários mínimos ou das Caixas de Previdência para abusiva-

É certo que o oídio e o mildio são doenças de natureza criptogâmica que desde 1846 a 1879 causaram grandes devastações; e posteriormente, para remate, veio a *filoxera*, causada por um insecto fitófago que obrigou à renovação das plantações, por meio de cepas resistentes, americanas. Daí a invasão do vinho americano, hoje por lei condenado a desaparecer.

mente subirem os preços, visto que, na maioria dos casos, o aumento de salário será obtido por se ter apenas imposto que a margem de lucros da produção ou do comércio fosse compartilhada com os seus empregados ou operários.»

É preciso que o público colabore com os Organismos Corporativos⁽¹⁾ contra a ganância e as resistências que não raro surgem a entravar tudo que diga respeito à melhoria das condições do povo.

Ademais «as sanções corporativas contra os que delinquirem serão implacavelmente aplicadas, porque a disciplina da nova organização não é um mito».

O Sindicato Agrícola de S. Cosme de Gondomar fundou-se em 24 de Julho de 1916. O número dos seus sócios tem sido flutuantes; começando com 454, tinha 461 em fins de 1930, 517 em fins de 1931, 414 em fins de 1932, 560 em fins de 1933, e 462 em fins de 1934, apenas mais 8 que à data da fundação. Presta informações aos sócios e vende-lhes sementes, adubos e fungicidas. Este sindicato não tem vida próspera, como se verifica pelo declínio das suas vendas que têm vindo decrescendo desde 1930, em que realizou 565 operações no valor de 141.363\$36 até 1934, em que efectuou apenas 161 no valor de 27.218\$45. O seu fundo social é de 27.418\$41. Fundou-se recentemente também no nosso concelho um outro sindicato, o que nos parece um erro, pois leva à dispersão de esforços, sem qualquer vantagem (Vid. vol. 3.º, pág. 273).

(1) Quanto a estes organismos, os leitores podem consultar os seguintes documentos:

Estatuto Nacional do Trabalho (decreto n.º 23.048). *Grémios* (decreto n.º 23.049). *Sindicatos Nacionais* (decreto n.º 23.050). *Casas do Povo* (decreto n.º 23.051). *Casas Económicas* (decreto n.º 23.052). *Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* (decreto n.º 23.053).

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, ARMAZÉNS
OU DEPÓSITOS

Limitamo-nos a arquivar neste lugar os nomes dos comerciantes do concelho que figuram no *Anuário Comercial* deste ano e os dos que são agentes de sociedades bancárias.

VILA DE GONDOMAR — Armazém Coelho & Vieira. *Negociantes de azeite*: António Gonçalves de Carvalho, Coelho & Vieira, Manuel Carvalho Couraria e Viúva de Constantino de Carvalho & Filho. *Bijouteries*: Agostinho Silva, Artur Pereira Cardoso, Jerónimo Martins Ferreira, Joaquim dos Reis Lopes, Manuel Ferreira da Silva e Vitorino M. dos Reis Lopes. *Cereais e farinhas, mercearias e vinhos*: Alfredo José de Oliveira, telef., Gondomar-12, António Coelho da Silva, António Ferreira das Neves, Arnaldo Martins de Sousa, Damião Marques Rosas, Domingos Martins Ferreira, Jacinto Martins Rosas, Joaquim Martins Rosas, Joaquim dos Santos Martins, José de Castro Neves & Filho, José Coelho das Neves Júnior, telef., Gondomar-45, José Fernandes Gonçalves, José Martins das Neves Torres, telef., Gondomar-60, Manuel Marques, Manuel Martins dos Santos, Manuel Pereira das Neves, Vigário & Irmão e Viúva de Daniel Pinto Gonçalves, telef., Gondomar-15, Manuel Silva, José Pinto de Moura e José Pereira da Silva. *Negociante de azeite*: Artur dos Santos Rosas. *Depósitos de madeiras*: Manuel Martins dos Santos, Manuel dos Santos Vigário. Há também nesta vila a cultura de flores, de que se abastecem os mercados portuenses. Sobre floricultura, vid. vol. 3.^º, pág. 392.

COVELO — *Comerciantes*: Adelino Moreira Alves, António da Silva Ferreira, Jerónimo Moreira Gomes, João Fernandes Moreira e Manuel Fernandes dos Santos.

FÂNZERES — *Comerciantes*: Albina Martins da Silva, Alfredo M. Magalhães, Alfredo da Silva Rocha, Ana Martins da Silva, Aurélio Martins da Silva, Viúva de Cosme Pereira Martins, Damião dos Santos Rocha, David Ferreira dos Santos, David Martins de Moura, Glória Jorge de Cas-

tro, Joaquim Martins Ferreira Júnior, Joaquim Moreira da Silva, Joaquim de Moura Correia, José Ferreira, José Martins de Sousa, Viúva de José Peixoto dos Reis, Ivaniuci Alves de Castro, Manuel Pinto Lisboa e Vitorino Martins dos Santos. *Ferragens*: José Francisco Barreira. *Estâncias de madeiras*: António Ferreira de Brito e Manuel Martins Correia da Cruz. *Mercearias*: Alfredo da Silva Rocha e Augusto Peixoto Soares de Moura.

FOZ DO SOUSA — *Comerciantes*: António Pereira Campos, António Pinto de Freitas, Bernardino Martins da Silva, Delfim Martins de Almeida, Jerónimo Pinto Barbosa, Joaquim Pinto de Freitas, José Dias Moreira da Silva, Luiz José Ferreira & Filhos, Mateus Vieira da Silva e Severiano Vieira da Silva. *Depósito de farinhas*: Joaquim de Oliveira Martinho. *Negociantes de vinhos*: José da Silva Melo & C.^a e Luiz José Ferreira & Filho.

JOVIM — *Comerciantes*: Ana Pereira Carqueja, Viúva de António Marques de Oliveira, Jacinto Vieira de Oliveira e Manuel Ferreira de Castro.

MELRES — *Comerciantes*: Agostinho Alves Moreira, António Gonçalves Viana, António Martins Alves, Arnaldo da Silva Neves, Ernesto Coelho da Rocha, Henrique Martins Alves, João Madureira Soares, Viúva de José Gonçalves Viana e Maria Rosa. *Negociantes de lenha*: Albino Barbosa Poças, Albino Gonçalves Viana, José Gonçalves Viana e José Moreira dos Santos.

RIO TINTO — *Negociantes de azeite*: Fernando Rosas & C.^a, Filhos, Hipólito José Ferreira, Joaquim Lavandeira, Sucor, Manuel Serra e Miguel dos Santos Rosa. *Comerciantes*: António Ferreira de Castro, Viúva de António Martins dos Santos Viana, António da Silva Ribeiro, António Teixeira Gomes, Augusta de Jesus Moreira, Arlindo Pereira Pinto, Artur da Cunha Estrela, Baltazar Rodrigues Pinto, Carlos Ferreira Cordoeiro, Casimiro Pinto Monteiro, Castanheira & Irmão, Delfina das Neves e Silva, Francisco Xavier Monteiro Peixoto, Germano Ferreira Soares, Ireneu Martins Cristóvão (Venda Nova), Joaquim Ferreira Barbosa, Joaquim Lavandeira Júnior, Joaquim Soares de Queiroz, José Bernardo, Viúva de José Ferreira

Vales, José Ribeiro da Silva, Júlio Rodrigues, Leite & Nogueira e Silva & Irmãos. *Estância de madeiras*: Barbosa & Silva, Lda. *Estabelecimento de ourivesaria*: Emílio Velloso Cardoso. *Negociantes de vinhos*: Valadares, Marques & C.ª.

S. PEDRO DA COVA — *Comerciantes*: Américo Nogueira dos Santos, Américo dos Santos Rocha, Ana de Oliveira, António Martins França, António Moreira da Rocha, Augusto dos Santos Oliveira, Boaventura Pereira Dias de Oliveira, Damião Alves dos Santos, Damião Martins de Moura, David Teixeira, Delfim Bastos Moreira, Eduardo de Castro Gandra, João Martins de Castro, Joaquim Bastos Moreira, José Ferreira de Brito, José Martins de Sousa, José Moreira da Rocha, José de Oliveira e Castro, José da Rocha Pereira, Manuel de Almeida França, Manuel Barbosa Branco, Manuel Luiz dos Santos, Manuel Martins França, Manuel Moreira, Mateus Martins França, Mateus Martins Sousa, Serafim Eugénio Martins dos Santos e Zeferino Miranda. *Fazendas*: Manuel de Sousa Matos e Maria Martins Moreira do Vale.

VALBOM — *Negociantes de azeite*: António Ferreira da Costa. *Negociantes de cereais*: Serafim Alves da Costa. *Comerciantes*: Álvaro Ribeiro Lopes, António Vieira & Filho, Carlota Martins dos Santos, Damião Pereira, Ilídio Ferreira da Cunha, João Vieira de Sousa, José de Castro Neves, José Duarte, José Pinto Vieira, José de Sousa e Silva, Manuel Dias Júnior, Serafim dos Santos Lima, Silva & Barbosa, Viúva de António Ribeiro Bastos. *Mercearia*: Américo Pereira dos Santos Neves. *Depósitos de móveis de madeira*: António Martins de Sousa, António de Sousa Ramos, António Vieira, Manuel Fernandes de Magalhães, Reis & Irmão e Vieira & Irmão. *Depósitos de tabaco*: Ilídio Ferreira da Cunha e Joaquim Martins Marques.

Os outros restantes géneros de comércio constam dos três volumes já publicados, quando se refere a vida de cada uma das freguesias do concelho.

AGÊNCIA DE SEGUROS E REPRESENTANTES
DE CASAS BANCARIAS

Esta instituição humanitária não é muito antiga entre nós. Hoje contam-se muitas companhias de seguros, incluívés os seguros de vida que tiveram sua origem na Inglaterra em 1706. Mas já antes, em 1694, por causa dos grandes abalos económicos que resultavam do juro excessivo, os negociantes de Londres obtiveram do Governo uma carta que autorizasse o estabelecimento de um banco público de circulação. Essa carta de instituição do *Banco de Inglaterra* tinha a faculdade do desconto de letras de câmbio e do comércio da prata e ouro em barras e de adiantamentos ao Governo, pagáveis pelo produto dos impostos. Desde então surgiram os bancos, sociedades e companhias que se tornaram um dos mais valorosos recursos de desenvolvimento económico de todo o mundo.

No Porto, o documento mais antigo encontra-se no cartório da Câmara Municipal, a respeito da Bolsa do Comércio desta cidade, no livro das Vereações de 1439-1449, fl. 40. Aí se impõe a obrigação de auxiliar com um subsídio os comerciantes, de cujas perdas casuais podiam resultar falências. Nalguns casos, estes subsídios, diz Arnaldo Gama, chegavam a ser a completa indemnização da perda». Este documento é extremamente honroso para os comerciantes desta cidade.

Actualmente esse espírito associativo espalhou-se por toda a parte com a organização de companhias de seguros, principalmente contra incêndios.

Após a criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral pelo decreto com força de lei n.º 5.640, de 10 de Maio de 1919, tomaram notável incremento os serviços de todos os ramos de Previdência e mormente os que se referem à actividade das sociedades portuguesas de seguros e das sociedades estrangeiras legalmente autorizadas a funcionar em Portugal. Disto é frisante prova o facto de em 1918 se fundarem no nosso País 31 companhias de seguros, com um capital de responsabilidade de 25.100.000\$00 e realizado de 5.010.000\$00, ou seja no

prazo de um ano o dobro das sociedades de seguros das que desde 1907 se achavam legalmente autorizadas a explorar a indústria de seguros em todos os seus aspectos práticos que a lei estabelece e que são reconhecidos nas diferentes modalidades de previdência social.

Em Gondomar há as seguintes agências bancárias:

Na Vila, o Sr. António C. da Silva, do *Banco Ultramarino*; o Sr. Manuel da Silva Monteiro, de *Borges & Irmão*; o Sr. Joaquim Caetano Martins Pereira, do banco *Sotto-Maior*.

Agências de seguros: Da *Argus*, o Sr. João Martins das Neves; da *Bonança*, o Sr. Albino Moreira de Araújo; da *Portugal*, o Sr. António Coelho da Silva; da *Portugal Previdente*, o Sr. Jorge Eduardo Kock; e da *Tágus*, o Sr. António Coelho da Silva.

Rio Tinto, da *Mundial*, o Sr. Germano Ferreira Soares; da *Portugal*, o Sr. Manuel Francisco Marques.

Valbom, da *Mundial*, o Sr. António Vieira.

COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E DE EXPORTAÇÃO

Todas as freguesias do concelho abastecem-se em geral, da cidade do Porto. A proximidade dum ao outro ponto e a facilidade que hoje há de transporte justificam a circunstância de não haver nem mesmo na Vila de Gondomar, sede do concelho, estabelecimentos comerciais, tais como sapatarias, camisarias, chapelarias, cafés ou hotéis confortáveis, garagens de automóveis de aluguer⁽¹⁾ e tantos outros elementos que hoje recomendam as principais povoações do nosso Portugal. É que as transacções conti-

(1) Parece que o introdutor dos primeiros automóveis no nosso País foi o sr. Albert Beauvalet, que, contratado pela Empresa Industrial Portuguesa, chegou a Portugal em 31 de Outubro de 1899, para nesta fábrica montar uma oficina de construção de automóveis. Dirigindo essa oficina, ensinou várias pessoas a conduzir e punha a funcionar automóveis. Depois de ter saído daquela Empresa, fundou a sua casa comercial em Fevereiro de 1902.

nuam a fazer-se na cidade, onde há também as necessárias distrações, como teatro, cinema, etc. Os fornecimentos mais urgentes ou usuais vêm das mercearias ou armazéns cujo abastecimento por sua vez quase do Porto depende.

De lá também são importados os artigos indispensáveis à agricultura, como instrumentos agrícolas, arame, ferro, enxôfre, adubo, sementes, etc. Igualmente os artistas e industriais compram na cidade ou a matéria prima da sua arte ou as respectivas ferramentas ou máquinas.

Como comércio ambulante, temos as feiras e romarias, onde acodem os vendedores e vendedeiras de peixe frito e bons «petiscos», cavacas e pão de ló ou regueifa de Valongo e de S. Pedro da Cova.

Na festa do Rosário, na Vila, muitos dias antes da romaria, já lá desde tempos antigos, no largo do Souto, se encontra uma grande quantidade de louça de barro, de Barcelos; o mesmo acontece na festa de S. Bento das Pêras, em Rio Tinto, onde também aparecem tendas de diversas quinquilharias.

Quanto ao comércio de exportação, falam bem alto as quatro grandes indústrias concelhias: a ourivesaria, a marcenaria, as minas de carvão e a agricultura.

Os artefactos de ourivesaria são hoje conhecidos em todo o mundo e a sua venda não se limita aos países da Europa, estende-se por todo o Brasil e pela África. Os metais nobres, aqui executados, têm enfileirado ao lado das mais antigas e artísticas obras deste género em Portugal. Dos artistas de Gondomar falam honrosos testemunhos.

O Sr. João Couto, digno Conservador adjunto do Museu Nacional de Arte Antiga, num belo trabalho que escreveu sobre *Ourivesaria Portuguesa*, para a Exposição Portuguesa em Sevilha, no ano de 1929, depois de relatar a riqueza de Portugal na arte de ourivesaria, que tem sido uma das mais cultivadas no País, «uma das poucas em que os nossos artistas podem rivalizar com os estrangeiros», refere as obras primas deste ramo de arte decorativa, apresentando nítidas fotografias de antigos cálices, cruzes, relicários e custódias, que são monumentos riquíssimos dos nossos antepassados e que revelam o grau de perfeição a

que eles como artistas conseguiram elevar esta arte nacional. Quase no fim escreve: «Aproveitando o momento de citar a formosa arqueta em filigrana de ouro, do século XVI, na colecção do Museu de Lisboa, faremos, em parêntesis, uma referência à rte dos filigraneiros, uma das que mais e melhor se tem perpetuado através da accidentada história portuguesa. Vinda dos tempos mais remotos, ainda hoje tem, no Porto e Gondomar, excelentes e tenazes cultores; e será porventura às suas modestas oficinas que, por mais de uma vez, teremos de ir procurar iniciativas e estímulos para o trabalho de alguns dos melhores monumentos da nossa ourivesaria. Logo encontramos as filigranas decorando os cálices e as cruzes românicas e ogivais das nossas colecções, e daí em diante, na arte popular, ou associadas às mais importantes peças, elas emprestam a sua graça em complexos recortes ou estranhos arabescos».

Se este ilustre crítico tivesse visitado as oficinas de Gondomar e apreciado o trabalho aqui executado, decerto o seu juízo ou apreciação subiria de ponto pois confessaria que não há no mundo país algum que neste género sobreleve, a maior parte dos quais dispõe de cultura técnica rudimentar!

Quase o mesmo podemos dizer da marcenaria, que, embora hoje atravesse uma crise bastante acentuada, ainda assim ocupa um lugar importante na vida económica do concelho. Quase toda a matéria prima é importada, como o mórgono, o pau brasil, a nogueira americana, etc. Os mobiliários da cidade do Porto e doutras terras estão hoje abastecidos com móveis manufacturados em Valbom, Vila de Gondomar, Fânzeres e alguns de S. Pedro da Cova.

Pode dizer-se que os melhores fornecedores deste género são de Gondomar ⁽¹⁾

(1) Actualmente a especialidade de trabalhos neste ramo de indústria é a contraplacagem, em todo o género de mobiliário.

A madeira empregada é, na maior parte, de procedência brasileira; mas temos também o carvalho do Minho e da Beira, o plátano, o castanho (melhor e mais resistente madeira nacio-

As minas de carvão de S. Pedro da Cova são outra fonte de riqueza desta terra. Foram elas que contribuiram eficazmente para a construção das linhas eléctricas para Gondomar. No Porto despejam-se diariamente muitas toneladas de antracite, transportadas pelos carros eléctricos ou pelas cestas» de viação aérea. Teremos ocasião de desenvolver este assunto quando falarmos das indústrias locais.

A agricultura é a maior e a mais antiga fonte de receita deste povo, que nos férteis campos e hortas encontra toda a variedade de legumes e de produtos agrícolas e que envia todos os dias para os mercados do Porto, como seja: ervilha, feijão, alhos, batatas, milho, centeio, abóboras, melões, melancias, colombros, nabos, pepinos, tomates, alface, cebola, couve-flor, repolhos, penca, couves, avencas, vagens, tremoços, morangos, flores, etc.

Estes produtos são transportados em carros de bois ou pelas «regateiras» ou recoveiras que em canastras à cabeça, os vendem pelas portas. O vinho e o azeite por junto são vendidos a negociantes cujos nomes indicamos acima ou a estranhos, para exportação⁽¹⁾.

nal) e o carvalho do Norte, isto é, da América do Norte. Também se utiliza o choupo para o interior das peças do mobiliário.

A importação da madeira faz-se por intermédio de diversos comerciantes que, com os madeireiros de serração, formaram um convénio e elevando assim os preços, sem terem em conta o número extraordinário de marceneiros que só desta profissão vivem. E por infelicidade não existe um sindicato! Por isso o metro cúbico, que custava há pouco 390\$00 foi elevado para 540\$00; e não contentes com isto, os senhores madeireiros ainda aumentaram mais 10\$00 na hora da serração. Uma descarada ganância! Mas há mais; até aqui, a madeira era medida nos próprios topos; agora é medida ao diâmetro; e com esta medição aumenta mais 20 % na própria medida, a favor dos madeireiros. Não haverá maneira de pôr cobro a este estado de coisas?

A exportação, que é diminuta, faz-se quasi somente para as Colónias.

(1) Quanto à graduação alcoólica dos vinhos deste concelho, a Câmara Municipal, em sessão de 27 de Abril de 1927, em resposta a um ofício do Chefe da Delegação da Bolsa Agrícola pedindo-lhe qual a graduação alcoólica dos vinhos que esta Câmara adoptou no referido ano, em obediência ao

Do alto concelho vêm pelo rio abaixo grandes cargas de lenha e carqueja que são desembarcadas na Corticeira ou na Ribeira. Os lavradores vendiam antigamente grande quantidade de cebola e gado bovino que eram exportados para Inglaterra.

Assim no ano de 1853, o jornal lisboeta *Imprensa e Lei*, no seu número 47, de 8 de Outubro, trazia a seguinte notícia, transcrita do *Nacional*:

Procura de cebolas. «— As linhas de vapores de aqui para Liverpool, têm dado ocasião a aumentar-se consideravelmente a exportação dos nossos produtos agrícolas. A cebola, entre todos, é muito procurada: sabemos que andam em S. Cosme agentes de comércio a comprar toda a que encontram.»

Hoje já não há essa procura tão intensa; mas os lavradores carream quase todo o ano os seus produtos agrícolas para as praças da cidade do Porto, mormente para o mer-

art. 2.º do decreto n.º 8.079, de 27 de Março de 1902, resolveu estabelecer a graduação alcoólica de 8 graus.

Pertence ao nosso concelho à região dos vinhos verdes, fazendo parte dos 44 concelhos dessa região, cuja produção é acusada na Estatística desse vinho manifestado no ano de 1930 e cuja regulamentação vem no decreto n.º 16.684, de 22 de Março de 1929.

O total dessa produção, referente a esse ano, é assim discriminado :

Vinho verde tinto	705.081hl,15
» » branco	265.469hl,29
Total	970.550hl,69

A produção vinícola de Gondomar, no ano de 1918, foi de 4.000.000 l, segundo a nota da Divisão de Estatística Agrícola (Ministério da Agricultura).

Confrontando esta produção com a dos anos de 1861 a 1865, segundo as informações recebidas pelo júri do 4.º grupo da *Exposição Internacional Portuense*, temos no concelho 3.180 hectolitros. Todos os outros concelhos do distrito produziram mais quantidade, menos Lousada que deu 810 hectolitros. (Boletim de Ampelografia e Oenologia, Julho de 1885, n.º 1).

cado do Bolhão, onde eles mesmos vendem directamente aos consumidores os seus géneros.

As feiras de gado que se realizam em diversas freguesias do concelho e de outras regiões circunvizinhas, dão testemunho da grande abundância de pecuária. Assim, no segundo volume, páginas 301, desta obra, citando *O Minho Pitoresco*, trazíamos o quadro das espécies animais, do número de cabeças e do seu valor, no ano de 1871.

Para que os leitores possam fazer ideia do aumento progressivo desta fonte de receita agrícola, vejamos:

RELAÇÃO DOS ANIMAIS MANIFESTADOS
NO CONCELHO, NO ANO DE 1925

	CABEÇAS DE GADO						
	Cavalar	Muar	Asinino	Bovino	Ovino	Caprino	Suíno
Covelo	12	17	8	228	91	77	160
Fânzeres	5	—	—	371	57	38	324
Foz do Sousa	19	6	2	411	112	70	376
Gondomar(S. Cosme)	16	—	1	726	170	112	902
Jovim	3	—	5	125	89	20	212
Lomba	6	1	—	126	260	67	122
Medas	17	—	3	279	257	33	213
Melres	12	1	—	420	214	114	289
Rio Tinto	31	4	18	574	290	40	829
S. Pedro da Cova	13	21	1	245	98	66	358
Valbom	6	1	—	166	24	13	305
Total	140	51	38	3.671	1.162	650	3.890

No «Arrolamento Geral de gados e animais de capoeira» (Manifesto referido a 31 de Dezembro de 1934), pelo Ministério da Agricultura, Lisboa, 1935, colhemos, a págs. 74, a estatística dos manifestantes e dos animais manifestados do nosso concelho, no referido ano. É o seguinte:

FREGUESIAS	Manifestantes	Animais manifestados											
		Cavalari	Muar	Asturino	Bovino	Ovinio	Caprino	Suinfo	Galinha	Coelhos	Pombos	Perus	Coeiros
Covelo	149	8	19	5	251	111	39	100	724	—	1	46	62
Fânzeres	821	4	—	1	744	54	56	391	4.215	38	29	991	387
Foz do Sousa	553	17	6	—	762	157	58	338	2.759	3	2	136	876
Gondomar	1.062	6	2	1	2	1.073	95	74	6.082	30	52	1.003	447
Jovim	374	2	1	2	321	45	37	276	1.992	7	19	141	600
Lomba	247	6	3	1	207	424	84	100	1.233	4	3	27	61
Medas	199	12	—	1	311	166	69	105	1.062	5	—	14	118
Melres	316	10	—	—	479	280	192	253	1.793	5	4	40	160
Rio Tinto	2.023	18	7	5	1.675	258	88	940	10.142	104	108	3.124	1.278
S. Pedro da Cova	642	17	31	5	303	41	88	295	3.574	53	22	195	365
Valbom	1.132	1	2	5	351	56	36	409	5.329	39	114	2.405	563



Quanto às restantes informações, os leitores encontrão nas tarifas camarárias aqui expostas e no capítulo VIII, vol. 3.^o, sobre Agricultura, o que de mais importante se relaciona com o comércio de Gondomar.

Segundo o *Relatório do Inquérito Agrícola-Pecuário*, realizado em 1922, a região fornecedora do leite à cidade do Porto abrange onze concelhos, com a zona lactígena de 15.056.000 litros, dos quais se destinavam 6.000.000 de litros ao consumo directo no Porto e o restante para o fabrico de lacticínios, quase exclusivamente da manteiga. Gondomar figura com a produção de 769.700 litros e com a percentagem de 13,25 (¹).

O MATADOURO MUNICIPAL

(MATANÇA DO GADO BOVINO)

Já falámos, no 2.^o vol., a págs. 357, da construção do Matadouro Municipal e sua inauguração a 25 de Outubro de 1931.

(¹) No referido 3.^o vol., págs. 432, desta obra, fizemos referência ao manifesto do gado leiteiro, segundo o decreto de 11 de Dezembro de 1926.

Posteriormente, o Sr. Dr. J. Correia da Costa, Intendente de Pecuária, no Porto, fez afixar a 12 de Dezembro de 1936, um edital, nos termos do decreto-lei n.^o 26.114, de 23 de Novembro de 1935, em que faz saber que os donos ou responsáveis do gado bovino leiteiro do concelho de Gondomar deviam apresentar em local, dia e hora mencionados, todos os animais que possuitem, a fim de serem registados e tuberculinizados, sob pena de pesadas multas impostas aos transgressores e reincidientes.

A legislação moderna sobre produção e comércio do leite e sobre fabrico e comércio de lacticínios, abrange:

Decreto n.^o 10.195, n.^o 234 (1.^a série), de 18-10-924 — Estabelece os preceitos higiénicos a observar no fabrico de lacticínios.

Decreto n.^o 10.539, n.^o 33 (1.^a série), de 12-2-925 — Promulga várias disposições atinentes a contrariar a continuação de fraudes praticadas pelos vendedores de leite. Neste mesmo

Do Inquérito ao abastecimento de carne bovina, no Continente e Ilhas Adjacentes, dirigido pelo Professor da Escola Superior de Medicina Veterinária, o Sr. Dr. José Miranda do Vale, ed. de Lisboa, 1935, relativamente ao nosso distrito, recortamos particularmente o que diz respeito a Gondomar, Diz ele:

«O regime de matança do gado para consumo público neste concelho de Gondomar, a que dei o nome de misto, comprehende o seguinte:

«A Câmara Municipal, quando tomei posse do lugar de Inspector Municipal de Sanidade Pecuária, não tinha um matadouro por mais insignificante nem dinheiro para a sua construção.

«Os carniceiros abatiam reses nas dependências dos próprios talhos, o que se tornava intolerável, sob todos os pontos de vista. Conseguí da Câmara que abrisse concurso para a construção dum edifício moderno, apetrechado mecanicamente, mediante a concessão da cobrança do imposto de 50 centavos por cada quilo de carne limpa, durante 15 anos.

sentido foi igualmente promulgado o decreto n.º 10.708, n.º 86 (1.^a série), de 21-4-1925. Sobre a fiscalização na venda do leite, decreto n.º 11.093, n.º 202, de 21-9-1925. A respeito da profissão de vaqueiros, decreto n.º 11.595, n.º 82, de 17-4-1926. E para assegurar as condições de higiene do gado leiteiro a sanidade do leite, estabelecendo-se normas para a instalação do gado e as penalidades aos infractores, decreto n.º 16.130, n.º 261 (1.^a série), de 12-11-1928. E tudo isto será o bastante para se evitarem falcatruas?

Há dias um grande *diário*, de Lisboa, pedindo enérgica fiscalização dos géneros alimentícios, em face da introdução da química na alimentação pública, expõe a necessidade de providências rápidas e seguras, declarando, entre outras coisas, o seguinte:

«Portugal não necessita para nada de recorrer a corantes e outros produtos sintéticos de origem puramente química para suprir a falta de ovos ou de leite ou para branquear o pão. Os ovos e o leite não escasseiam e, quanto ao pão, a terra portuguesa produz trigo que sobra para o pão genuíno necessário ao sustento dos seus habitantes. Só a ânsia de lucros ilegítimos, escandalosamente arrancados à boa fé do público,

«Os concessionários obrigaram-se a fazer a matança do concelho e a condução das carnes em caminhetas aos lugares de venda e a cumprir tôdas as disposições impostas pelo regulamento da Câmara por intermédio do Inspector Municipal, pagando ainda anualmente ao Município 75.700\$00, quantia esta destinada a compensar a Câmara do recebimento das avenças, que nunca foi superior a 30.000\$00. O pessoal é todo admitido pela Câmara, mas pago pelos concessionários.

«Os marchantes registados fazem abater as suas reses em regime de absoluta liberdade». E acrescenta:

«Pessoa dedicada à agricultura diz: A Comissão Municipal de Gondomar, composta exclusivamente de negociantes e na qual portanto a lavoura não tinha quem lhe defendesse os interessês, houve por bem entregar a um marchante do concelho, por simples contrato, sem concurso, a construção e a exploração dum moderno e grande Matadouro Municipal.

explica o uso de tais ingredientes, cuja nocividade está mais que demonstrada, sem que o seu emprego tenha sido até agora reprimido ou proibido. A tolerância de que têm gozado os que os empregam nas indústrias da alimentação tem, entretanto, de acabar. É a saúde pública, que tem de ser protegida e defendida, que o exige. Se este aspecto do problema alimentar ainda não foi fixado, urge que o seja quanto antes, para que findem de vez os abusos que por aí se estendeiam e a química perniciosa e mortifera desapareça definitivamente dos suspeitos redutos em que se instalou.»

Estes brados de revolta confirmam o pouco ou nenhum receio que os miseráveis mixordeiros têm pela lei.. Ainda ultimamente com o n.º 27.485, foi publicado um decreto a determinar que o Tribunal Colectivo criado pelo decreto n.º 20.282, de 31 de Agosto de 1931 (sobre fiscalização dos géneros alimentícios) fique funcionando junto do Comando Geral da Policia de Segurança Pública e regulando as suas atribuições.

Todo o castigo é pouco para tais malvados. Além das penalidades impostas pela lei, deveriam tais criminosos ser obrigados a comer ou a beber as «drogas» que manipulassem ou vendessem. Então o caso era mais sério.

O Sindicato Agrícola de Gondomar, e por ele toda a lavoura do concelho justissimamente alarmada, levantaram contra este facto um veemente protesto, que a Federação de Sindicatos Agrícolas do Norte, de pronto devidamente secundou, dirigindo-o directamente ao Governador Civil e ao próprio Ministro do Interior. Estes protestos obrigaram a Comissão Administrativa Municipal a estabelecer um acordo com o negociante, a anular o contrato feito e a abrir para o efeito um concurso. Isto porém foi feito por tal forma, e o concurso aberto em condições tão especiais, que tudo em suma ficava na mesma, pois a esse concurso só ao mesmo negociante podia convir concorrer.

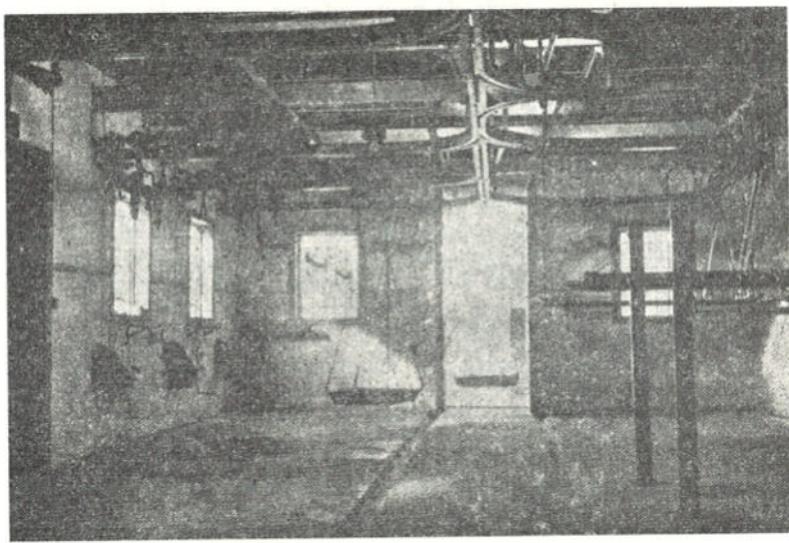
Este facto e ainda as próprias condições da adjudicação levaram o Sindicato e a Federação que o secundou, a persistir no seu protesto contra a acção nefasta e lesiva dos interesses económicos gerais da lavoura e do concelho, daquela Comissão Administrativa Municipal.

Efectivamente, não só o Matadouro era — e foi — adjudicado por uma renda de muito inferior ao que devia ser, e que não atingia talvez metade do que a Câmara receberia se fizesse ela mesma a exploração do Matadouro, como ainda era — e ficou — estabelecendo sobre cada quilo de carne das reses abatidas, um imposto — (salvo erro de 55) — pelo espaço de 15 anos.

Baseados nestes factos, e considerando as dificuldades e todos os perigos para a lavoura resultantes de uma tal adjudicação, bem como quanto tal sistema contrariaria a eventual, e então projectada disseminação de talhos da lavoura e pelo menos a sua projectada criação à volta da cidade do Porto, foram apresentadas ao Governo repetidas reclamações. A criação, recriação e engorda de gado de talho ficava nas mãos da marchantaria, embora duma



MATADOURO MUNICIPAL



CASA DE MATANÇA

manceira indirecta por completo sujeita ao seu arbítrio, sem que mesmo qualquer outra Comissão Administrativa Municipal pudesse — pelo menos por espaço de 15 anos — beneficiá-la no que quer que fosse.

Além disso, projectava a Federação a organização e generalização de organismos especiais, no género dos denominados de «Valorização do gado de talho», que existem lá fora, e todos estes e outros esforços e projectos, bem como, digamos: os desejos e vastos planos de se chegar ao abastecimento dos grandes centros de consumo por carne abatida em matadouros regionais, existentes nos centros de criação ou de engorda, se viam em cheque naquele tão importante concelho de Gondomar, limítrofe do Porto.

Nele, pelo menos, a lavoura ficava, como nunca, nas mãos da marchantaria e de recear era que tão grande exemplo rapidamente frutificasse, repetindo-se em Braga e em outros centros cujas Comissões Administrativas Municipais analogamente, então, projectavam a construção de Matadouros.

Tudo isto foi — em vão — ponderado e considerado pela Federação de Sindicatos Agrícolas do Norte em exposição — umas verbais, outras escritas — apresentadas ao Governo, quer ao seu representante distrital, quer aos Ministros do Interior e da Agricultura.»

E mais tarde recebi ainda o seguinte comunicado:

«Ainda sobre a questão do Matadouro de Gondomar, e por talvez não ter sido suficientemente claro... devo esclarecer que as reclamações feitas então e acerca deste assunto pela Federação dos Sindicatos Agrícolas ao Governo, eram formuladas no sentido de obter a anulação do concurso, baseada nas irregularidades cometidas por parte da Comissão Administrativa Municipal, no que à adjudicação feita se referia, e ainda no prejuízo resultante das condições desta. E ponderado o elevado interesse da questão e das possibilidades e projectos, de organização futura de tão importante ramo de produção agrícola, se reclamava que fosse considerada em separado a construção do Matadouro da exploração do mesmo. Por um lado a Comissão Administrativa Municipal com a consignação, em condições

estudadas, de parte dos rendimentos da exploração do Matadouro contrairia o empréstimo necessário à construção do mesmo, pondo-a a concurso — segundo o plano estudado... ou outro melhor se fosse caso para isso. E quanto à exploração, a Comissão Administrativa Municipal reservava-a para si (pelo menos até à liquidação do empréstimo), ou a poria em concurso especial, dentro de condições especiais a estudar, por forma que ficassem salvaguardados os interesses da produção e com estes os do consumo. Creio não ter bem esclarecido no outro dia este ponto e daí a razão destas linhas.

Cabe agora ponderar que as Comissões Administrativas Municipais deveriam na exploração dos seus Matadouros, ter em vista que se não deveria de tal fazer uma fonte de receita geral.

¡Pelo menos penso que é contrário aos interesses gerais que o imposto camarário seja de tal ordem que se dê o exagero que, ao que me consta, se dá com o Matadouro Municipal do Porto, que dá cerca de 4.000 contos de receita bruta e cerca de 2.000 de *receita líquida* à Câmara!» Após algumas considerações alusivas à «brutalidade das contribuições indevidamente lançadas sobre os desgraçados talhos da Lavoura», escreve: «Quanto à injustiça da contribuição em si, lembra a Federação que o Estado, em matéria de carnes, bem mais avisado andaria se colectasse cada marchante (cada Talho) em função do quantitativo de quilos de carne por ele retirados do Matadouro. Haveria assim rigorosa igualdade, ou melhor diremos: justiça na distribuição das contribuições, e este processo garantindo certeiramente o Estado contra todos os subterfúgios, talvez até lhe desse maior receita».

E mais abaixo pondera: «O que porém reputo justo é a carne pagar apenas as taxas camarárias estritamente necessárias à manutenção dos serviços de morticínio e fiscalização».

Afirma ainda que de 1920 a 1925 «verificou-se uma larga exportação clandestina de gado bovino para Espanha, com grandes lucros para os lavradores da região de Amarante». E falando do nosso concelho, diz que «a mecaniza-

ção dos transportes e a industrialização leiteira tem sido a causa da diminuição do bovicultura, mas tem melhorado um pouco a raça turina e holandesa pelos reprodutores selectos».

Até aqui o que consta do inquérito referido. Agora necessário se torna acrescentar que a Ex.^{ma} Comissão Administrativa da Câmara fez uma larga exposição do assunto ao Sr. Ministro do Interior, que com ela concordou, dando portanto por liquidada a questão.

CONSUMO DE CARNES E SUA DISTRIBUIÇÃO

Por informações colhidas, pode-se calcular o consumo da carne abatida durante o ano e das espécies animais, se bem que não seja uma estatística exacta — o que se obtaria na Câmara Municipal. A carne bovina, suína e ovina é distribuída pelos talhos das freguesias de S. Cosme, Valbom, Fânzeres, Rio Tinto, S. Pedro da Cova e Sousa.

O consumo é muito variável, porque os meses que vão de Outubro a Abril são de consumo muito reduzido; no entanto podemos calcular da seguinte maneira o número de bovinos por ano:

Bois	1.150
Vitelas	600
Porcos	3.640
Carneiros	600

que são distribuídos pelos seguintes talhos:

S. Cosme (Souto e Quintã), de José Diogo Leite e António Teixeira da Fonseca; em Valbom, de Domingos Ferreira da Silva e de José Teixeira da Fonseca (em Lamas e Fonte Pedrinha). Em Fânzeres, de Francisco de Sousa Coelho; em Rio Tinto, de António Luiz Neves, António Teixeira da Fonseca, Francisco de Sousa Coelho (na Venda Nova), Manuel Teixeira da Fonseca (na Areosa e Brasileira), Manuel Vieira da Silva e Teixeira & Fernandes. Em S. Pedro da Cova, de José Teixeira da Fonseca Júnior. Em Melres, de Zeferino Pinto.

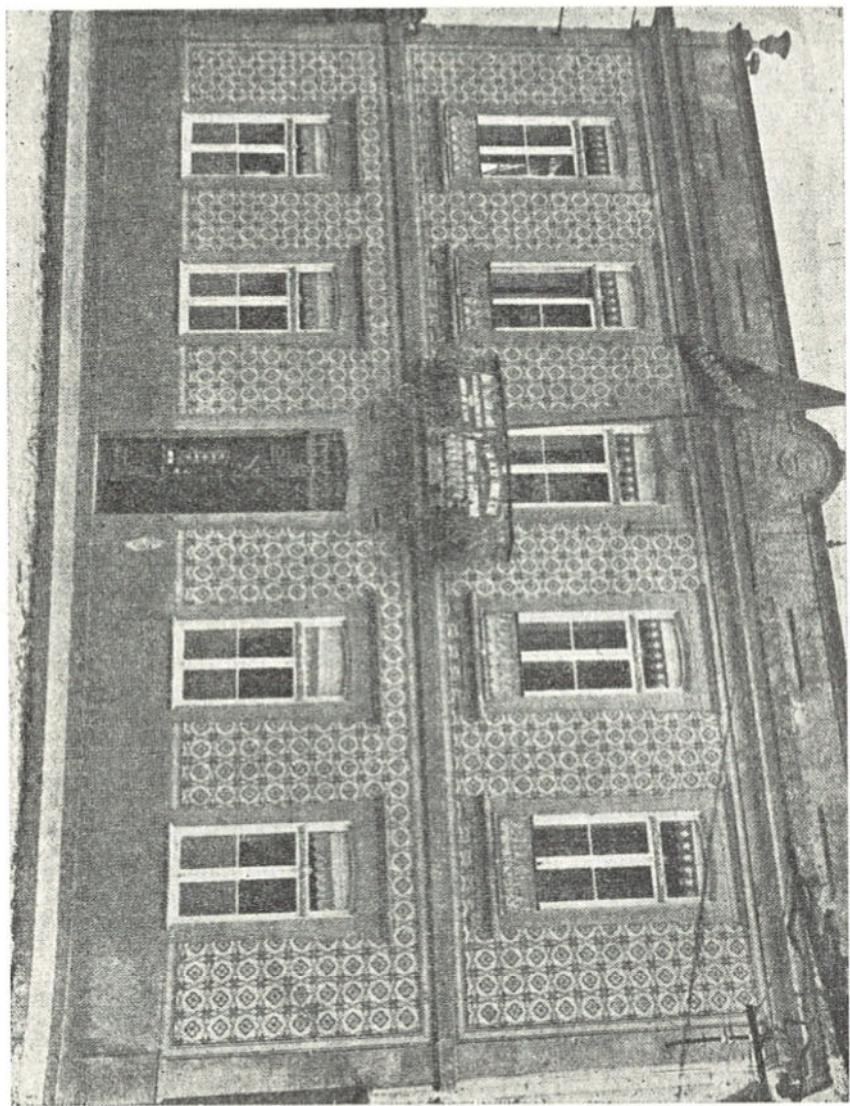
A carne de porco é vendida para estes talhos e mercearias de todas as freguesias, excepto para as duas do extremo concelho.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GONDOMAR *

A reunião de muitas pessoas para fins de interesse comum, ou seja o que hoje se chama *associação* é já medida económica que remonta à mais afastada antiguidade; mas no sentido moderno da palavra, não se pode dizer que as associações existissem antes de 1789, embora na antiga França houvesse associações, como as corporações de artes e ofícios, companhias, etc.

Portugal não tem sido alheio ao grande movimento de associações locais e de classe, na defesa de interesses que lhes digam respeito. No entanto o comércio português não encontrou organismo formado neste sentido senão já em pleno século XIX. A primeira instituição desta natureza foi criada na capital, em 1834. Reuniram em sessão, no dia 15 de Maio desse ano, 277 negociantes que resolveram formar uma sociedade com o nome de *Associação Mercantil Lisbonense*, com o fim de advogar e promover as conveniências e interesses do comércio e da indústria do País. Formulou um projecto de estatutos que foram aprovados pela portaria de 4 de Fevereiro de 1836. Esta instituição, com tal título, durou até ao ano de 1855. Neste ano fizeram-se novos estatutos que foram aprovados pelo decreto de 17 de Janeiro do referido ano e tomou então a designação actual de *Associação Comercial de Lisboa*, que através da sua já longa vida muito tem contribuído para levantar o nível literário e intelectual da classe comercial.

A Associação Comercial do Porto também tem feito sentir notavelmente a sua influência nos destinos económicos desta cidade. No século XIV já ela existia com o nome de *Bolsa do Comércio*, uma corporação de negociantes, governada por leis especiais e administrada por um certo número de membros dessa associação. Criou um fundo, por meio de um imposto especial de importação e expor-



ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GONDOMAR

tação, com o fim de dar pensões aos negociantes que caísem na miséria, como já referimos noutro lugar deste capítulo.

Antes de 1834, o comércio, porém, não tinha no Porto representação colectiva. Na Real Junta do Comércio havia, quando muito, 50 negociantes matriculados; e se algum deles desejava dirigir-se ao rei, requeria individualmente. Decretado o Código Comercial, seguiu-se a instalação do Tribunal do Comércio da 1.^a instância e em Dezembro de 1834 o juiz-presidente e os jurados convidaram os principais negociantes da praça do Porto a uma reunião para formarem uma associação. Elaboraram então uns estatutos com o nome de *Regimento da Associação Comercial do Porto*.

Promoveram a sua aprovação e a sociedade instalou-se com 200 e tantos membros. Precisando, porém, de casa própria e estando em ruínas o convento de S. Francisco, que havia sofrido um grande incêndio em 24 de Julho de 1832, trabalharam tenazmente para angariarem recursos pecuniários, até que, com a carta de lei de 19 de Junho de 1814, conseguiram instalar-se no referido convento, onde também se instalou o Tribunal do Comércio.

Em Gondomar organizou-se uma associação de classe com a denominação de *Associação de Classe «União Comercial de Gondomar»*. Esta obteve um alvará que aprovou novos estatutos em substituição dos que foram aprovados por alvará de 26 de Junho de 1903. Com esses estatutos passou a denominar-se *Associação de Classe «Comercial e Industrial de Gondomar»*, que consta de 7 capítulos e 33 artigos, aprovados por alvará régio de 17 de Outubro de 1905.

Foram seus primitivos directores: António Coelho da Silva, Manuel Rodrigues da Silva (falecido), António de Sousa Teixeira (falecido), José Gomes Cardoso (falecido), João Fernandes da Silva e Joaquim Pereira Pinto.

A actual direcção é composta dos seguintes cidadãos: Presidente, Tomaz Barbosa Leão; vogais, José Fernandes Gonçalves, Baltazar Rodrigues Pinto, António Martins

Duarte, Domingos Martins Ferreira, José Pinto de Moura, Avelino Pedro Viterbo, Joaquim Pereira da Silva e Maurício Martins de Oliveira.

No dia 27 de Dezembro de 1936, esta Associação festejou solenemente o 31.º aniversário da sua fundação, inaugurando a sua nova bandeira. A sua sede sita à rua Cinco de Outubro, na Vila de Gondomar, achava-se engalanada e na sala numerosa e distinta assistência, com a presença dos Bombeiros Voluntários de Gondomar, Areosa e Valbom, com suas bandeiras. Houve uma sessão solene, presidindo o Sr. Dr. António Marques dos Santos Júnior, clínico em Rio Tinto. Por essa ocasião foram distribuídos donativos às três corporações de Bombeiros do concelho, conforme tinha sido resolvido em assembleia geral daquela Associação. Esse donativo irá auxiliar a construção do novo quartel que se está levantando.

Entre outros oradores, falaram, além do Sr. Dr. A. Marques dos Santos Júnior, o Srs. Tomaz Barbosa Leão e António Martins Fernandes, que lembra a necessidade de todos se filiarem na Associação pois existe em Gondomar, entre comerciantes e industriais, um número muito superior a mil, encontrando-se apenas inscritos actualmente uns cento e tantos associados.

Que todos se lembrem de que a união faz a força.



CAPÍTULO X

SUMARIO: — A vida industrial de Gondomar. Antiguidade das minas de ouro e de outros metais em Portugal. A história da ourivesaria entre os diversos povos, tanto antigos como modernos. O inquérito à vida industrial do nosso concelho em 1878. A ourivesaria e mormente o fabrico de filigrana. Oficinas, fabricantes e fornecedores. Os Congressos da Ourivesaria Portuguesa. — as minas de carvão (antracite). Pessoal operário, trabalhos executados, boletins e estatísticas. — Marcenaria. Oficinas e artefactos. Exposições. Exportação. Associação de Classe dos Industriais de Marcenaria de Gondomar. Escola Industrial «Marques Leitão». — Pesca. — Instalações eléctricas e água. Outras indústrias. Fábricas e oficinas.

A HISTÓRIA DAS MINAS DE OURO E PRATA EM PORTUGAL

LEGISLAÇÃO A TAL RESPEITO

A indústria mineira data dos primórdios da monarquia. D. Diniz concedeu várias minas de ferro, estanho e pedra-ume; e por conta do Estado foram lavradas no seu reinado minas de prata, estanho, enxôfre, ouro, etc.

«Foi D. Diniz, o Príncipe, que mais se aplicou», diz D. Rafael Bluteau, a tratar das minas, principalmente da de ouro na Adiça, de que se fez o cetro e coroa, de que na sua coroação usavam os reis de Portugal. E não só tiravam os Portugueses ouro das entradas da terra, mas das areias dos seus rios. Neste mesmo tempo havia minas além das de ouro e prata, de chumbo, de ferro, de estanho, de pedra-ume, azeviche, vermelhão e turquesa. No ano de 1620 se

abriu uma mina no lugar de Parame, distante três léguas da cidade de Bragança, tão fina, que de oito arrobas de terra, ficavam na fundição seis de prata. (Ver *Mon. Lusit.*, part. 5, cap. 311).

No nosso território há minas que já no tempo dos romanos tinham sido exploradas e continuaram a ser também pelos visigodos e árabes. (Ver vol. I, págs. 196 e seguintes).

«Desde tempos antigos, diz Fortunato de Almeida, na sua *Hist. de Portugal*, 1.^o vol., págs. 451, se dizia que nas areias do Tejo se encontravam palhetas de ouro, principalmente no lugar denominado Adiça. O geógrafo árabe Edrici dizia, no século XII, que o nome do forte de Almádine (Almada), isto é, a mina, provém do ouro que o mar ali lançava e que os habitantes daqueles sítios juntavam durante o Inverno. Os trabalhos de pesquisa continuaram depois de fundada a monarquia portuguesa, e com a protecção dos monarcas, que concederam diversos privilégios aos *Adiceiros ou ourivejes da adiça*. Em 1210 doou D. Sancho I à Ordem de Santiago a décima de quanto lhe pertencesse na Adiça. Doação semelhante fez D. Afonso II em 1218.» Outras indústrias mineiras houve em Portugal, como se verifica pelas cartas régias concedendo exploração e fabricos de ferro e aço, com certos ónus e privilégios.

No reinado de D. Duarte foi promulgada a primeira lei de minas, incluída no artigo 26.^º, título XXIV, livro II, das *Ordenações* afonsinas. Esta lei permitia a todas as pessoas a lavra de minas em qualquer parte do País, pagando uma dízima a el-rei e outra ao proprietário do solo em que jaziam. Estas concessões de minas metálicas foram sendo feitas pelos monarcas, fundando-se assim ferrarias. O alvará de 3 de Junho de 1516, de D. Manuel, foi uma nova lei de minas, conhecida pelo nome de *Regimento de Aires do Quintal*, que foi pelo mesmo alvará nomeado feitor-mor das minas do reino; esta lei mantinha também o direito realengo.

A indústria mineira começou a decair no reinado de D. João III, devido em grande parte à descoberta dos jazigos de ouro na África, às riquezas da Índia e do Brasil,

etc. Uma outra lei foi promulgada pela regente D. Catarina, em nome do futuro rei D. Sebastião, em 1557, que permitia a venda livre dos metais. Esta lei foi durante três séculos o código mineiro de Portugal.

Depois, porém, de 1640, a mineração sofreu notáveis alternativas, mercê, entre outras causas, da guerra da Restauração. No princípio do século XIX, o Estado intentou a lavra de alguns jazigos de ferro, carvão, antimónio, estanho, chumbo, etc. No que se refere ao concelho de Gondomar, pode o leitor consultar o que ficou escrito no 1.º volume desta obra, págs. 192 e seguintes.

INQUÉRITO A VIDA INDUSTRIAL DO CONCELHO,
MORAMENTE A OURIVESARIA, EM 1881

Gondomar já foi, outrora, uma região onde a indústria de ourivesaria atingiu o seu maior grau de intensidade fabril. E a prova está no *Relatório apresentado ao governador civil deste distrito pela subcomissão encarregada das visitas aos Estabelecimentos industriais em 1881*, onde se verifica que o maior cuidado na investigação e exame da vida industrial gondomarense recaiu sobre a ourivesaria, pois reconheceu (esse Relatório) que são os concelhos de Gaia e Gondomar aqueles que mais intensamente se consagram a esta indústria, histórica como nenhuma outra. E quantas eram, há 50 anos, as oficinas do Concelho? Nesse dito Relatório registam-se: em S. Cosme, 40, com 150 operários; em Valbom, 30, com 120 operários; em Rio Tinto, 6, com 50 operários; Jovim, S. Pedro da Cova e Fânzeres, respectivamente 4 oficinas com 14 operários, 7 com 25 e 8 com 15. Soma total: 95 oficinas com 374 operários.

Esta estatística, acusada pelo Relatório referido, não deve ser a expressão rigorosa da verdade, mas em todo o caso deve aproximar-se dela.

A remuneração é que era muito exígua. Diz o citado Relatório: «O salário é geralmente pago ao ano, variando entre o máximo de 50\$000 réis e o mínimo de 18\$000 réis com casa, cama e mesa. As horas de trabalho são das cinco

da manhã às nove da noite, com intervalos apenas necessários às refeições. Digamos 15 ou 14 horas de trabalho». Pobres operários! Assim se explica que muitos patrões enriquecessem desmesurada e impiedosamente. Mas há mais: diz ainda o documento citado: Nos casos de doença, o operário ou é mandado para sua casa ou socorrido na do patrão, ao qual fica devedor pelo alimento e tratamento durante a enfermidade».

Pela leitura do Relatório em questão, vê-se que durante a aprendizagem que dura seis ou sete anos, o operário não recebe salário em dinheiro, apenas casa, cama e alimento. No fabrico do cordão, o operário em sua casa era pago à razão de 320 réis por cada cordão de grossuras ordinárias, com oito palmos de comprimento. E, se ele pudesse fazer meio cordão por dia e teria para isso de trabalhar aceleradamente, receberia o salário de 160 réis e trabalhando 14 ou 15 horas diárias!

AS FRAUDES DOS OURIVES, A IMPORTAÇÃO CLANDESTINA DE BIJOUTERIES E A CRISE DE AÍ RESULTANTE. O MOVIMENTO INTENSO DA NOSSA CONTRASTARIA

No entanto, os artistas de ourivesaria da minha terra não devem deixar definhlar este famoso ramo de indústria, que tão brilhantemente tem afirmado as qualidades de persistência e o génio de inventiva peculiar aos gondomarense. Muitas são as causas que motivaram em todos os tempos a diversas crises por que tem passado esta indústria; e, já em 1908, o insigne investigador Rocha Peixoto, falando da joalharia falsa que diz entrara em Portugal com a mulher de D. Afonso VI, declara que «o emprego do quartzo hialino nas filigranas e principalmente nas de prata reinou com muito êxito desde tempos imprecisos, enquanto não se subverteu, *com as fraudes*, a exportação dos artefactos para a América». E noutro lugar, corroborando esta triste afirmação, diz que os ourives expediam as filigranas para o Pará, até que as demasiais da burla no toque dos metais desacreditaram de vez tão florescente indústria. Também se exportava para a África, que ainda hoje recebe alguns

contos de filigranas de ouro muito baixo; exportava-se para lá nesse tempo, aos sacos e às canastras. O negociante português de lá não era estranho a esta combinada exploração do preto. E na Galiza «o dolo atingia igual e despejada pertinácia, associando-se enganosamente o elemento cúprico aos milhares de «contas» de ouro «que para lá se expediam, subtraídas, para mais, aos encargos da aduana». Mas hoje já lá não suportam o descarado embuste e rejeitam o artigo, convencidos de que são defraudados. E cá dentro davam-se as mesmas falcatruas, embora às vezes attenuadas pelos receios fiscais, mas nunca por motivos de escrúpulos. Mais abaixo, explica como se realizava a fraude. Diz assim: «Contrastadas as peças, volvia à oficina e cuidava F. imediatamente de lhes amputar os componentes que eram de mais vulto e de bom ouro, substituindo-os por outras de ouro baixo, onde o cobre assistia em grande parte».

Assim se explica que muitos ourives desses tempos realizassem colossais fortunas.

O delegado da comissão central do inquérito industrial Augusto Malheiro Dias, em 1881, opõe certas contrariedades a algumas das conclusões apresentadas no relatório da Comissão distrital do Porto. Diz que não lhe parece que deva atribuir a decadência da indústria de ourivesaria no concelho de Gondomar à importação clandestina da *bijouterie* francesa e suíça. Acrescenta, como elucidação, que naquele centro de produção se fabricavam e ainda hoje se fabricam quase exclusivamente cordões, arrecadas e bolsas de prata, manufacturas de que se não importam similares estrangeiras. Ora o consumo destes artefactos é feito na sua maior parte pelas mulheres do campo, e as ricas lavradeiras da Maia «que não compravam objectos de ouro sem verificarem com o máximo cuidado a marca do contraste». E pregunta: ¿Como, pois, comprarão *bijouteries* francesas ou suíças, cujo quilate inferior as impede de receber o carimbo legal? Esta, pois, não é a razão do definhamento da indústria; e com mais justificada razão se não pode também atribuir tal definhamento ao influxo das ideias modernas que convencem o rude aldeão de que o capital

empregado em objectos de ouro era estéril e improdutivo, ao passo que empregado em inscrições dá juro certo e seguro. Antigamente as mulheres dos lavradores e as criadas de servir empregavam todas as suas economias em grossos cordões de ouro, computando-se muitas vezes o dote, a legítima, a herança, pelo maior ou menor número ou maior ou menor peso «daqueles padrões representativos de uma riqueza estéril». Diz o referido delegado que por essa forma se chegaram «a acumular no distrito do Porto verdadeiras massas do precioso metal, calculando-se soniente no concelho da Maia, em mais de 2.000.000\$00 réis o valor imobilizado nos pesados e ricos ornatos com que nas romarias as lavradeiras reciprocamente se deslumbravam».

Eu ainda me lembro bem do orgulho, a despertar ironias aos observadores, com que as raparigas do campo se apresentavam no largo das festas a namorar os saloios, ostentando ao peito, sobre os alentados e pujantes seios, um bem fornecido mostruário onde figuravam a grossa cadeia e o gigante coração filigranado!

Diz por fim o delegado que, quando se puser em execução o decreto sobre contrastarias e toques legal do ouro, então se poderá avaliar a importância relativa das causas apontadas como determinantes da decadência da ourivesaria, em Gondomar.

O que é, porém, certo é que a contrastaria de Gondomar atravessou uma fase bem difícil, mercê da política de corrilhos que há uns 50 anos dominava no concelho; os senhores da governança não olhavam ao interesse geral do povo; serviam apenas a sua clientela, embora com manifesto prejuízo dos interesses locais. Não era, todavia, geral e sem excepção, esta nefasta desorientação.

Não. Assim, na sessão camarária de 4 de Julho de 1901, «o administrador do concelho, disse que sentia ter de chamar a atenção da Câmara para o facto seguinte: No dia 28 de Junho foi mandada fechar a Repartição (Delegação da Contrastaria Central do Porto) que funcionou com a maior regularidade e interesse não só para aquela

classe, como também para o Estado, até 27 de Junho último, tendo rendido, nos nove meses incompletos, a importância de 6.208\$505 réis.

E continua as suas judiciosas e patrióticas observações: «Foi mandada fechar sem observância das formalidades em casos análogos. Lembrava, pois, à Câmara a conveniência de auxiliar a representação que os industriais vão dirigir a S. Majestade, pedindo a continuação da Contrastaria. A Câmara resolveu por unanimidade secundar o pedido da conservação dessa Repartição de Contrastaria com o seu pessoal privativo, como é facultado pelo n.º 2 do artigo 1.º da lei de 27 de Julho de 1882.

A Câmara oferece mesmo, mediante aluguer, alguma das dependências do seu edifício para a instalação da desejada Repartição».

Eis integralmente transcrita a acta da referida sessão e que revela os desgraçados tempos que a Contrastaria atravessou. A Câmara pedia a conservação da Repartição com o seu pessoal privativo, alegando já então as disposições legais a tal respeito. Mas o serviço das Contrastarias foi fixado posteriormente pela lei de 26 de Julho de 1913, o que reorganiza esse serviço e cria, pelo artigo 2.º, uma Repartição de Contrastaria privativa do concelho de Gondomar, com sede neste concelho, *enquanto se não modifiquem as actuais condições de comunicação entre o concelho de Gondomar e a cidade do Porto*. O grifo é meu, O barbicacho é manifesto. A face desta disposição pode desaparecer a privativa Repartição, visto que as condições de comunicação entre Gondomar e Porto vão sofrendo alterações. É preciso que ela tenha uma vida completamente autónoma e desembaraçada de quaisquer condições, tanto mais que ela tem um movimento que lhe garante uma existência desafogada, como se pode verificar pelas estatísticas.

Tenho sobre a minha banca de trabalho a *Esmeralda*, revista de Ourivesaria, mensal e ilustrada; e no n.º 45, 2.ª série, relativo ao mês de Maio do ano de 1929, pág. 3, vem uma estatística dos «artefactos de ourivesaria, barras e re-

lógiros marcados durante o mês de Março de 1929 nas Repartições de Contrastaria», de Lisboa, Porto e Gondomar.

Cotejando estes dois últimos centros industriais, verificamos o seguinte: quanto a artefactos de fabrico nacional, em ouro, o Porto acusa a quantidade de 87.657 marcas e de 37.502 em prata; e Gondomar respectivamente 77.872 e 29.037; o Porto, em artefactos com marca de export. em ouro, 29; e Gondomar, 357.

Estes simples números falam bem alto e revelam a intensidade fabril deste concelho. Por isso muito bem afirmou o digno director desta Contrastaria, o falecido Sr. Laurindo Costa, no n.º 46 da *Esmeralda*: «Na linda região de Gondomar, principalmente na vida do mesmo nome, em Valbom, Rio Tinto e S. Pedro da Cova, a Arte das Filigranas conta primorosos artistas. Eles executam as jóias regionais com interessantes aplicações de pedras e esmeraldas.

Eles trabalham as jóias com carinho e com a compreensão de quem cumpre a boa tarefa de fomentar e manter com arraigada devoção a tradicional Arte, que herdaram de seus antepassados, e a que eles, os gloriosos artistas, imprimem mais e maior delicadeza! As delicadas bolsas de finíssima malha de ouro e prata, exclusivo dos ourives de Gondomar, são outro nobilitante padrão de glória dos ourives de Portugal!»

É a justa e imparcial apreciação do valor artístico destes operários ignorados mas apreciáveis, feita por quem tem toda a autoridade para o afirmar.

É mais uma consagração e um estímulo para estes obreiros da Arte dos metais nobres. O que se torna necessário é a união de todos para debelarem a crise por que está passando a classe; e estou certo que, se os esforços se conjugarem neste sentido, a ourivearia em Gondomar ainda há de atingir um alto grau de prosperidade, como são prometedoras esperanças a persistência, as aptidões e o espírito de bairrismo que caracteriza este povo gondomarense.

INDÚSTRIAS DE GONDOMAR EM 1878, ESPECIALMENTE
A OURIVESARIA. INQUÉRITO AOS ESTABELECIMENTOS
INDUSTRIAIS

No Relatório apresentado ao Ex.^{mo} Sr. Governador Civil do distrito do Porto, pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, em 1881, verificamos que Gondomar tinha 60 moinhos de água, com 180 mós e 90 a 120 operários. Em padaria, 12 fornos, com 24 operários; em pescaria, 9 companhas, com 9 barcos e 270 pescadores (¹). Em distilação, 12 alambiques, de bagaço de uva. Em construção, entre carpinteiros, pedreiros e estucadores, 148, com 500 rs. uns, outros 360 rs., de salário. Em ferraria, 11 oficinas, com 26 operários. Em curtumes, 2 oficinas, com 28 tanques e 26 operários; um forno de cal, com 6 operários; um fogueteiro; 80 operários de carvoaria, produzindo 500 a 700 toneladas; uma oficina de asfalto, com um operário. Em fundição de metais, há uma oficina de panelas de ferro, com 8 operários. Teares domésticos, 200, com 30 rs. de tarefa, por metro. Entre alfaiates e sapateiros, 82; uma oficina de tinturaria, com um operário; um espingardeiro; em obras de verga, 7 cesteiros; em ourivesaria, 95 oficinas, com 374 operários; em marcenaria, 52 oficinas, com 170 operários.

(¹) Claro é que este numerário não pode ser a expressão da verdade, nem sequer representa uma aproximação. No entanto, se o compararmos com a vizinha Gaia, notaremos que estes algarismos representam uma importante actividade; assim para este último concelho, dá a mesma estatística 4 companhas, 1.060 pescadores, mas não sabe o número de barcos!

Escusado será dizer que em todo o distrito, só a Póvoa de Varzim acusa maior número, pois conta 536 barcos e 8.100 pescadores.

Nos outros concelhos não há pescarias, a não ser no de Bouças que contribui com 52 barcos e 134 pescadores.

Quanto à moagem, o Relatório diz que já o vapor aparece em cena. A Póvoa tem um moinho, Vila do Conde outro, Gondomar outro, a Maia dois e o Marco um. O moinho de Gondomar, situado no lugar do Mosteiro, pertence a José Ferreira da Costa Guimarães e funciona durante as estiagens. Referindo-se à pescaria, diz que o concelho de Gondomar tem um pessoal de pesca marítima bem superior ao de Gaia; quanto à fundição de metais, a de Gondomar fica no lugar de Zebreiros e tem uma máquina de vapor de 2 cavalos, para soprar o forno de fundição e empregava 8 pessoas. Não foi visitada pela dita subcomissão. Sobre a manufactura do linho, diz que não há concelho do distrito do Porto onde mais ou menos se não cultive, se não amasse, se não fie e se não teça o linho; mas os concelhos de Gondomar e Penafiel são os únicos onde a manufactura do linho tem um carácter de indústria não-doméstica. No primeiro destes concelhos tecese o linho fiado nos limitroses e a obra feita por conta dos donos do objecto paga-se à razão de desde 30 a 80 réis a vara. A tecedeira que se ocupa exclusivamente desse mísster produz num dia 3 a 4 varas de pano liso. Há cerca de 200 teares, especialmente nas freguesias de S. Cosme e Fânzeres, distribuídos pelas casas; e além dos panos lisos ou do atoalhados, tecem-se riscados tintos e cobertas de um tipo característico em que a lã de várias cores entra como ornato em desenhos mais ou menos bárbaros; e quanto à manufactura do algodão — fiar, dobrar e tecer, diz que, em Gondomar, o regime do trabalho é diferente do das outras localidades. Há em Rio Tinto obra de 200 teares fabricando também riscados e cotins, mas domesticamente: um tear em cada casa.

Não há pequenos fabricantes, mas sim operários que tecem por tarefa e por conta de mercadores do Porto. O preço da tarefa é de 30 réis o metro.

O maior cuidado que o Relatório dedica é à ourivesaria, afirmendo que são os concelhos de Gaia e Gondomar os que se ocupam nesta indústria local e histórica.

Em todo o caso, acrescenta que «o foco industrial desta espécie é Gondomar». Todo o concelho, à excepção

das freguesias serranas, possui mais ou menos oficinas onde trabalham operários hospedados e alimentados pelos patrões, ou oficiais que trabalham domesticamente por tarefa e por conta dos mestres de oficinas. Eis aqui um registo das oficinas por freguesias:

FREGUESIAS	Oficinas	Operários
S. Cosme	40	150
Valbom	30	120
Rio Tinto	6	50
Jovim	4	14
S. Pedro da Cova	7	25
Fânzeres	8	15
 Totais	95	374

As maiores oficinas ocupam de 8 a 10 pessoas, mas destas há apenas 3 em S. Cosme. O salário é geralmente pago ao ano, variando entre o máximo de 54\$000 réis e o mínimo de 18\$000 réis com casa, cama e mesa. As horas de trabalho vão das 5 da manhã às 9 da noite com os intervalos apenas necessários para as refeições. Digamos 15 ou 14 horas de trabalho. Nos casos de doença, o operário ou é mandado para casa ou socorrido na do patrão ao qual fica devedor pelo alimento e tratamento durante a enfermidade. Quase todos os ourives sabem ler.

A aprendizagem dura de 6 a 7 anos, durante os quais o aprendiz não recebe salário em dinheiro: apenas casa, cama e alimento.

Os oficiais que trabalham em suas casas recebem por peça. Fabricam principalmente cordão, e a unidade da obra é o cordão de grossuras ordinárias com oito palmos

de comprimento, cujo feitio é pago à razão de 320 réis. Cada operário pode fazer meio cordão por dia, mas o salário de 160 réis tem um certo acréscimo proveniente da diferença de valor do peso das soldas, acréscimo que o eleva a 200 réis.

A indústria decai desde 1870, pela introdução do ouro francês. O número dos ourives era há dez anos triplo. 700 ou 800 pessoas foram expulsas pela concorrência, indo uns trabalhar para os campos, emigrando muitos. Assim se despedaçam gradualmente as pequenas indústrias históricas e tradicionais, diminuindo os elementos da riqueza nacional. A ourivesaria de Gondomar é como a relojoaria de Genebra: porque não seguiríamos nós o exemplo da Suíça, amparando e protegendo os nossos artífices? O caso dos ourives é tanto mais flagrante quanto eles prescindem de direitos protectores pautais: querem e pedem apenas que se não venda com o nome de ouro duas substâncias de toque diverso; querem que o ouro francês, vendido como ouro de lei, tenha o mesmo toque imposto pela nossa lei ao ouro português. Atendendo a essas reclamações, o Governo publicou há pouco um decreto determinando que o ouro francês fosse contrastado para poder ser vendido. Basta isto? Não basta; porque o decreto inexequível sem o regulamento é uma letra morta e um papel inútil.

Sobre marcenaria, o Relatório começa por dizer: «Também indígena em Gondomar, esta indústria caminha paralelamente com a ourivesaria no definhamento. A marcenaria, cujos ramos se estendem pelo concelho de Paredes em números e condições que a subcomissão não pode avaliar, está localizada principalmente em

FREGUESIAS	Oficinas	Operários
Valbom	35	120
S. Cosme	2	6
Fânzeres	10	30
Totais	47	156

além disto, há 1 oficina de torneiro com 3 operários e 4 de entalhador com 11.

Do número total de artífices, metade são oficiais, metade aprendizes. Trabalham por salário. O dos marceneiros vai desde 160 até 400 réis. O dos torneiros e entalhadores, de 280 até 400 réis. A aprendizagem dura 4 anos, durante os quais o aprendiz é apenas alimentado pelo patrão. O trabalho de Abril a Setembro é de sol a sol com hora e meia de descanso; e de Outubro a Março, é das 5 da manhã às 8 da noite, com duas horas de descanso. A produção principal consiste em cadeiras, mobílias e em geral caixas de charutos para as fábricas de tabacos: o seu valor total orça por 20 contos anuais.

Nos últimos cinco a seis anos, o definhamento da indústria tem reduzido o pessoal operário a metade do que era. Em parte, os marceneiros fizeram-se lavradores, em parte emigraram: sucedeu-lhes o mesmo que aos ourives. Aqueles eram 700 ou 800, estes serão 200; eis aí um milhar de homens, cujo trabalho enriquecia e não enriquece mais a Nação. Uns emigraram, outros foram aumentar o número já excessivo dos que pedem alimento à terra neste distrito do Porto, onde a população é densíssima. Não se pode dizer que, indo fazer outra coisa, na frase consagrada, fossem fazer obra melhor e mais produtiva nem para eles nem para todos nós.

A causa do definhamento da marcenaria é a importação de mobílias estrangeiras, importação legal umas vezes,

mas muitas vezes por um contrabando escandaloso que mais de uma pessoa denuncia a voz baixa. Forçada a lutar com a indústria estrangeira, já transformada no tipo da grande indústria com os abundantes capitais necessários para os depósitos de madeiras, com um pessoal educado técnica e artisticamente, — como se quere que a pequena indústria da marcenaria se transforme em grande?

A concorrência destruirá esses velhos núcleos fabris, desaparecerá a tradição, desnacionalizar-se-á o trabalho; e quando mais tarde por ventura os capitais olhando para a importação se lembrarem de instalar fábricas à moderna, suceder-lhe-á o que sucede com o ferro, por exemplo: ser necessário principiar por educar operários. Assim as ferrarias históricas morreram todas ou quase. Os marceneiros de S. Cosme nem sabem ler nem desenhar: copiam os moldes que vêm de fora, com uma habilidade comum aos Portugueses em muitos outros ofícios, com uma habilidade digna de melhor sorte. Não sabem ler nem desenhar, porque não há escolas que lhes ensinem. Imagina-se que basta pôr um direito defensivo na alfândega para criar ou modernizar uma indústria?»

Hoje já se não pode, felizmente, dizer o mesmo, quanto ao grau de cultura artística e mesmo literária. Esse Relatório dá, em 1818, ao concelho 24.353 habitantes; 190, por quilómetro quadrado e uma área de 12.775 hectares.

A OURIVESARIA ENTRE OS POVOS DA ANTIGUIDADE E ENTRE NOS ATÉ HOJE. A FILIGRANA DE GONDOMAR. APRECIAÇÕES CRÍTICAS

Rocha Peixoto, sobre a antiguidade da ourivesaria, no *Portugália*, págs. 540, tomo II, diz que «a filigrana e a trança de ouro aparecem muito cedo, antes da era presente, nos pequenos tesouros legados, geralmente em necrópoles, das populações apenas contemporâneas dos primeiros alvares da História». De facto, já o velho Egípto nos forneceu ricos espécimes de ourivesaria, como seja a tríade de Osiris, Isis e Horus — o grupo de ouro do Louvre. Chegaram até nós damasquinadas estatuetas dos caldeus

e assírios; depois os gregos, herdando a arte desses povos, dão-nos primores dum a técnica superior em jóias, vasos e outros objectos de culto e de guerra. Herdaram os fenícios o processo dos complicados enrolamentos de fios, das malhas finíssimas que depois haviam de brilhar nas obras etruscas.

«Mas afinal, escreve Rocha Peixoto, não só os túmulos egípcios, com as revelações de seus despojos, antecipam a precedência, como os fios de ouro e o granitado de certa ourivesaria micénica acusam a posse e o uso da fieira e do maçarico.»

Os ourives bizantinos, nos países do Levante, embelezaram suas obras com incrustações de pedras preciosas e vidro colorido, mais tarde substituído pelo esmalte, no século VI. Entre os bárbaros, as mesas dos senhores feudais eram ornadas de copos e taças cinzeladas e esmaltadas; os armeiros e alfagemes ornavam de tal arte os punhos e baínhas de suas armas brancas.

De modo que, quando os árabes entraram na Península, no século VIII, já aqui vieram encontrar oficinas bem desenvolvidas desta nobre arte.

Da época carlovíngia restam evangeliários e cálices ornamentados com a ramagem admirável de filigrana estriada. Dos árabes temos, como sobrevivência, trabalhos que ainda hoje os ourives de Córdova e Málaga imitam.

Impregnada do ideal pagão da beleza e da graça, surgiu a Renascença, pontificando, entre a pleiade de artistas, Benvenuto Cellini.

Falando da arte românica, diz Rocha Peixoto, «Veneza cria a datar do século XII, a reputação imarcuscível de seus artefactos de fios de ouro e prata, sendo então as suas jóias objecto de grande aura».

No século seguinte «este género de ornamentação adquiria ainda mais brilho e vida, dispondo-se os enrolamentos de fios metálicos granulados não completamente soldados aos fundos, mas apenas nas origens, desligando-se portanto à maneira de espirais para se elevarem até sete e oito milímetros ao alto».

Ouçamos ainda o douto investigador:

«Entre nós, se não é fácil, para essa época, historiar com documentação bastante a ourivesaria do tempo, mais se dificulta a apreciação dos recursos ornamentais alcançados com os rendilhados metálicos. Sabe-se que nos costumes e foros de Castelo-Bom (1188) se encontra um título referente ao exercício da profissão de aurífice, e que já anteriormente, no último quartel do século XI, vivia em Coimbra um *Johannes aurifex* (¹).

Dos dois séculos seguintes e na mesma cidade há memória de outros ourives. O objecto, porém, rareia, salientando-se, com o cálice da mulher, a cruz de Sancho I, ornada de pedras preciosas e filigranas, e bem assim, das proximidades do tempo, outro mobiliário em que o acessório do fio de ouro também resplandece.

É menos árduo seguir o desenvolvimento desta arte suntuária em Espanha, que então e depois, nos séculos XIV e XV, produz uma numerosa alfaia filigranada sacra e profana, atingindo no século XVI, com a exuberância do gótico florido, a máxima delicadeza e perícia do adorno filigranado em jóias inolvidáveis como a cruz de Léon!

Antes do século XV Portugal está sob a influência de elementos alheios e diminutos, com apoucados recursos e sem grande tradição artística, como naturalmente incapacitado, pela sabida ausência de génio criador, de se manifestar sob uma feição própria. Não há originalidade na ourivesaria portuguesa: há um certo carácter na ourivesaria peninsular, denunciado sempre, e sobretudo, nos séculos XV e XVI, sendo então, pelo fausto da corte e do culto, pelo conhecimento dos produtos de fora e pela fácil obtenção da matéria prima desde que nos votámos à navegação e à conquista, que a ourivesaria nacional alcança o seu relativo esplendor.

A celebrada custódia de Belém representa, efectiva-

(¹) João ourivez.

mente, o auge da arte portuguesa, sem manifestar todavia nem um «milagre», pois que seria irrealizável não havendo precedentes do mesmo estilo e técnica, nem um «assombro», porque na época e antes se concebiam e efectuavam jóias estrangeiras, que a amplificação delirante do critério patriótico inteiramente desconhece.

No século XVII acusa-se entre nós, adoptando uma qualificação precisa e feliz, uma Renascença póstuma, tímida, sem novidade e retradução dos tipos espanhóis. Através dessa arte bastarda subsistem, chegando algumas até nós, lindas jóias de filigrana do século anterior, com pérolas, rubis e safiras engastadas. Nós fabricamos pouco e mau, à semelhança, mas muito mais humildemente, do que sucede na decadência espanhola, com as suas custódias e tabernáculos de 200 e 300 quilos de prata e a gigante, emaranhada e profusa complicação da sua estrutura e acessórios.

Em França, onde no século de quinhentos se desenvolvera principalmente o fabrico da filigrana, ainda no século imediato os artefactos eram em tal número que só no inventário da Coroa se contavam, filigranadas, 919 peças de prata e 199 de ouro.

Do século XVIII em diante é mais praticável a apreciação do artefacto de ouro ou prata na sua mísera decadência, afora um ou outro lampejo, aliás de sugestão ou ensinamento alheios. A filigrana é que desaparece da baixela e da alfaia do culto para regressar a destinos mais humildes, confinando-se em modelos e padrões que jamais esquecera, retomando outros, abastardando muitos e defendendo-se, até à última crise, no reduto que foi sempre o seu amparo mais seguro: o uso popular e a rotina». E remata, explicando:

«Não é, pois, a obra subtil de fio de ouro e prata, tão graciosa, tão leve e, em rigor, barata e fácil, nem uma arte nacional, como se julgou e até já se escreveu, nem lição da Índia ou da Mourama. A sua longevidade na Península é bem maior, como a sua expansão mais dilatada. Cedo,

muito cedo a ostentação e a vanglória adoptaram nos adornos que cintilam este delicado pormenor ornamental que, além de grácil e airoso, também reluz!»

A técnica. Rocha Peixoto foi a Gondomar ver como trabalhavam os ourives. Sentou-se num banco duma oficina para fazer a descrição que vamos ler.

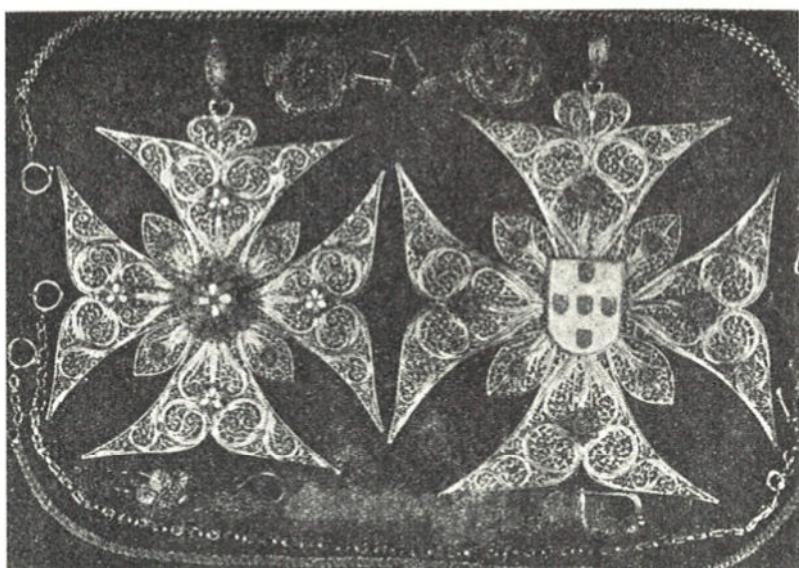
Diz: «Para o fabrico de uma peça de filigrana começase, em regra, por organizar o seu arcabouço fundamental, destinando-se os grandes espaços que as nervuras estruturais limitam a serem guarnecidos pelo fio de ouro ou de prata, cuja tenuidade e disposição caracterizam esta especialidade artística. Ao arcabouço — que, tratando-se duma folha vegetal, seria a margem do limbo, o período e as nervuras mediana e secundárias — é o que, em Travassos, denominam a *armação*, fita de ouro ou de prata obtida no que chamam o *cilindro*, isto é, entre dois tamboretes de aço paralelos, animados de movimento e dando-lhe a espessura e largura pretendidas. Os padrões tradicionais fixados de memória ou em singelos debuxos arquivados, os modelos de encomenda procedendo do cliente ocasional e principalmente do mercador, um ou outro raro objecto de inventiva do artífice enquadraram as faculdades produtivas. Edificada a armação, o fio que a vai ornar e encher é suficientemente alelgado de sorte a curvar-se e enrolar-se em espiras ou SS e em *rodilhões*, como dizem em Travassos, ou *crespos*, que é a denominação de Gondomar. Para a obtenção do fio já não se usa, mas ainda lembra, o martelo, como provavelmente se procedera na antiguidade e ainda nos tempos merovíngios, achatando-se e alongando-se o metal por simples percussão mas com uma destreza admirável.

Sucedeu-lhe a *fieira* ou *damasquillo*. E a fieira é, como se sabe, uma espessa placa de aço crivada de orifícios com os calibres sucessivamente decrescentes, através dos quais o ouro e a prata são levados à espessura duma *aresta* e até dum *cabeleiro*. Chama-se a esta operação *puxar o ouro*. E para tal começa-se por colocar a fieira entre dois tacos de madeira, paralelos e firmes no extremo da superfície dum banco. O ouro ou prata antecipadamente fundidos

e vazados em *rilheiros* (S. Cosme), e batidos em *redondo* numa bigorna, são levados a uma das aberturas da fieira. Dela se faz emergir a ponta do fio a distender; e essa ponta é agarrada por uma longa tenaz de hastes recurvas, onde engancha a corrente de ferro ligada ao eixo dum *sarilho* no extremo do banco oposto ao que sustenta o damasquillo. Corrido o fio, passa-se depois para o ostíolo imediatamente inferior e seguintes até se conseguir o adelgaçamento requerido.

Em Gondomar, os ourives preferem ao banco geralmente o cilindro, passando daqui o fio para o *tabuleiro*, ou duma nova fieira anexa com os *pertuchos* diminutos, puxa à mão, com uma tenaz, o filigraneiro. É então que o fio se leva à *grossura duma aresta*. Por fim, do tabuleiro vai ao *carrinho*, no qual, por entre as estreitíssimas aberturas dos *rubins*, os dois metais atingem a finura extrema. É a *finura do cabeleiro*, ou o mais alto grau de ductilidade que podem, com tais instrumentos, alcançar.

A fieira é já antiga; usavam-na de ferro, os Egípcios e de aço os Árabes, obtendo estes últimos o fio de prata aplicando com as plantas dos pés o damasquillo e esticando o metal ajudados por uma corda. Actualmente as populações *berberes* do Norte de África adoptam o mesmo banco já descrito, com a tenaz, o sarilho e a cadeia sem fim, *recozendo*, como entre nós, o fio, isto é, metendo-o, cautelosamente ao fogo entre carvões, e assim evitando que, tornando-se quebradiço, se não dome à espessura desejada. De ordinário não se aplica o fio singelo. Tomam-se dois, torcem-se à mão, concluindo a operação entre duas tábuas, submete-se rapidamente o cordão ao fogo da forja — o que também se chama *recozer* — ligando destarte o par de fios, e levam-se depois ao cilindro que os esmaga, convenientemente na ténue fita de subtilíssima denticulação que o trançado explica. O fio torcido com outro igual e parecendo ambos um só fio gravado é, e foi na antiguidade, o elemento principal da filigrana. As velhas e modernas jóias guarnecidias, com surpreendente perícia técnica, de



ARTEFACTOS DE GONDOMAR — Estrelas e correntes

volutas e entrelaços, SS e círculos, de ornamentos ou reticulados, ou vermiculados, ou imbricados, têm, em geral, nos dois fios trançados, o essencial elemento desta decoração variada e inesgotável.

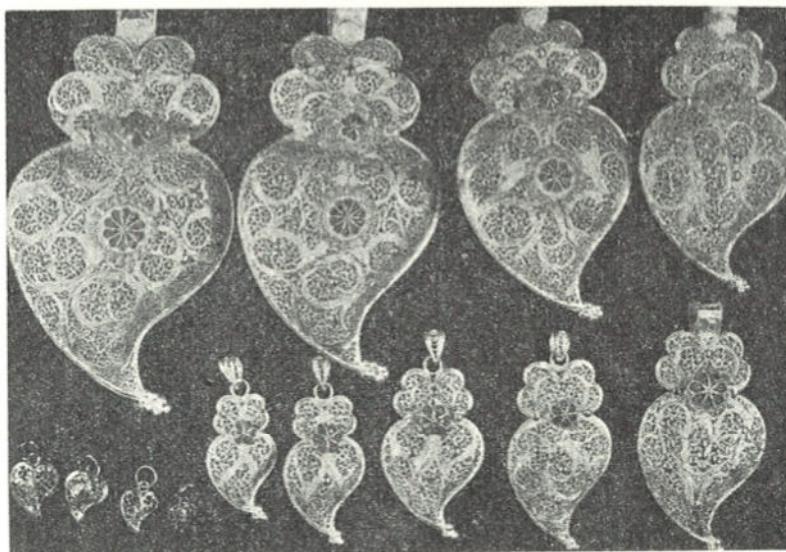
Resta encher as *armações* — de arrecadas, ou pulseiras, de anéis ou alfinetes, de gargantilhas ou pingentes, de cruzes ou relicários, de brincos ou corações. Mas previamente organizam-se os SS e os crespos, maiores ou menores, conforme os espaços em que devam ser intercalados. Para envurvar e enrolar o fio dos SS — que são sempre, nos remates, muito ou pouco espiralados e constituem o motivo mais comum de ornato e enchimento — emprega a *buxela* (Travassos), espécie de pinça de aço cujos ramos findam em gumes. Sobre o tabuleiro de ferro e forçando, pren-

dendo, tomado e largando o fio, lento e lento lhe dão a curvatura, cortando-o com um dos gumes logo que o S ou a espiral atingiram a dimensão e o enrolamento necessários. Com a buxela ainda em Travassos obtinham os *rodilhões*. Em Gondomar, porém, mais facilmente conseguem hoje realizar o mesmo elemento decorativo que na localidade, aliás, se chama *crespo*.

Para tal há o *ferro do crespo*, espécie de alicate cujos ramos unem, no extremo, em cone. Fixo o fio de ouro na extremidade do utensílio, introduz-se na *embutideira* — que é uma lâmina com pequenas cavidades cónicas — e dá-se ao ferro um movimento de rotação mais ou menos prolongado. Claro está que se vai enrolando em volta do ferro; e como a cavidade tem a forma dum pequeníssimo cone invertido e a ela se adapta a terminação cónica do ferro, o ornamento resultante é um diminutíssimo cone, cuja superfície se gerou com o encurvamento, progressivamente crescente em diâmetro, do fio áureo.

Então, obtidos estes *rolos*, procede-se enfim, ao enchi-
mento das armações. Realizada a peça ou parte dela, con-
forme a estrutura e as dimensões, dispõe-se num carvão
ou na espécie de umbela constituída principalmente por
muitos fios de ferro, que em S. Cosme denominam *piruca* e
em Travassos chamam *aranhola*. Cobre-se, seguidamente,
de solda. E o maçarico, cuja representação mais remota se
encontra já em pinturas do Egípto, intervém agora com a
sua característica função. É por este emprego nas obras de
ouro que os artífices da prata, pejorativamente, classificam
os ourives, com desdém de *maçariqueiros*. Efictivamente
os primeiros não ocupam a boca, mas a forja.

Na prática duma soldadura tão subtil que não seja perceptível a olho nú, reside a habilidade suprema do artí-
fice. As jóias encontradas nas necrópoles da Etrúria ofere-
cem soldas duma delicadeza inimitável. E a ourivesaria



Corações filigranados

merovíngia, tão inferior esteticamente à galo-romana, é interessante constatar, a par da inexperiência ante os recursos ornamentais da filigrana, o primor da aplicação das soldas. Em Travassos metade da solda é formada pelo ouro e a outra metade compõe-se dum terço de cobre e dois de prata. Em Gondomar a 10 gramas de ouro adiciona-se grama e meio de prata e um e meio de cobre e trincal. Esparge-se a solda com a *borrachinha*; e, aplicando o maçarico, vigia-se ininterruptamente a acção do fogo. Então, se não há em vista a fraude do emprego duma solda diminuída em ouro e destinada a tornar a peça mais pesada. o que, de resto, é menos frequente na obra de filigrana, o artífice desde o «cantar da cigarra» até ao abandono do maçarico, efectuou uma das mais delicadas tarefas da sua empresa técnica.

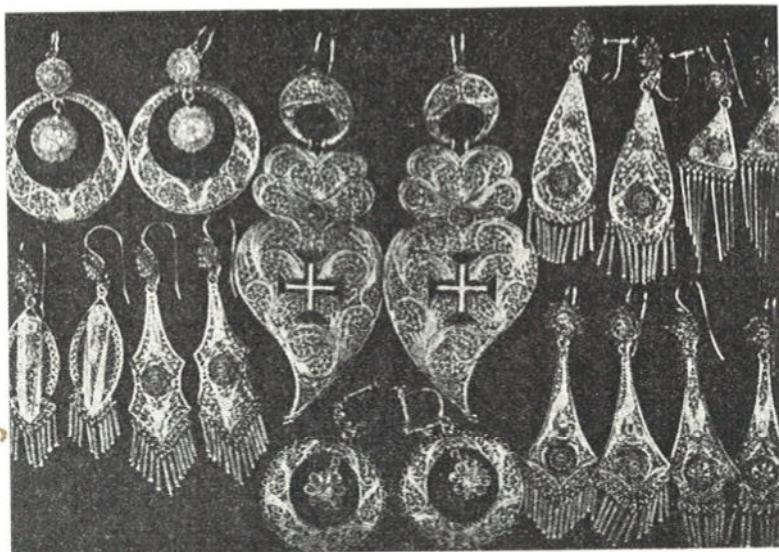
Borracha ou borrachinha é a indevida denominação, já antiga (Borrachia em Bluteau)⁽¹⁾, duma pequena caixa de cobre, de forma cilíndrica, donde emerge lateralmente um tubo ao cima serrilhado. Dentro está a solda. E obliquando o recipiente sobre a peça faz-se oscilar e verter a poalha metálica passando a unha pela serrilha — que então *canta de cigarra!*

No ouro como na prata a similitude da manufactura é completa, sendo ambos os metais, como se sabe e por igual, maleáveis e tícteis. Como o ouro, a prata é inalterável ao ar e na água, e 1 grama desta substância pode fornecer mais de 2.000 metros de fio. Liga-se, em geral, com o cobre; e apenas, para *limpar*, algumas leves divergências nem contam para além dos interesses profissionais.

A peça de filigrana de ouro, uma vez soldada, é de novo *recozida* a fim de desaparecerem os efeitos do fumo e da soldadura. Enchem-se, para tal, em Travassos, dois recipientes de barro, juxtapostos pelas bocas ou bojos, com carvão de urze, havendo-se incluído as peças de ouro de permeio. Pousa-se depois o volume na forja a fim de as aquecer; e é visível que a alta temperatura em nada as prejudica, visto não manterem contacto directo com o fogo, de que os carvões as distanciam. Seguidamente, depois de esfriadas, vão a *embranquecer* numa vasilha, onde as espera uma solução muito diluída de ácido sulfúrico.

Depois de *limpar* falta ainda *corar*. Prepara-se para o efeito uma massa em que entram, em Gondomar, como em Travassos, duas partes de salitre, uma de sal e outra de pedra-ume. Tudo misturado e adicionado dalguma água vai a ferver, depois do que esfria e seca. É então que, de novo vertendo mais água e introduzindo as peças, se con-

(1) Diz ele: «Borrachia, Borrâchia. (Termo de Ourives). He hum vaso pequeno cõ hum bico, que serve de deitar o rincal, para soldar o ouro.»



Brincos

duz outra vez o recipiente ao fogo, deixando que a pasta entre em ebuição. A cor fica mais ou menos *carregada*, conforme o tempo que as peças se demorem na massa e ac fogo.

Mas ainda aqui não remata a tarefa. As filigranas depois de *receberem a cor*, são ainda *areadas* ou pulidas com areia fina, água e uma escôva, a fim de adquirirem o brilho conhecido. E voltam mais uma vez, rapidamente à massa ou à *cor*, no propósito de expungi-las dum ou outro defeito, procedendo desta última diligêncie, e fixarem o tom, definitivamente. Isto feito, são os objectos *brunidos*, última e simplíssima operação que se limita ao atrito hábil e, de resto, sumário, duma haste de aço cilíndrica — o brunidor.

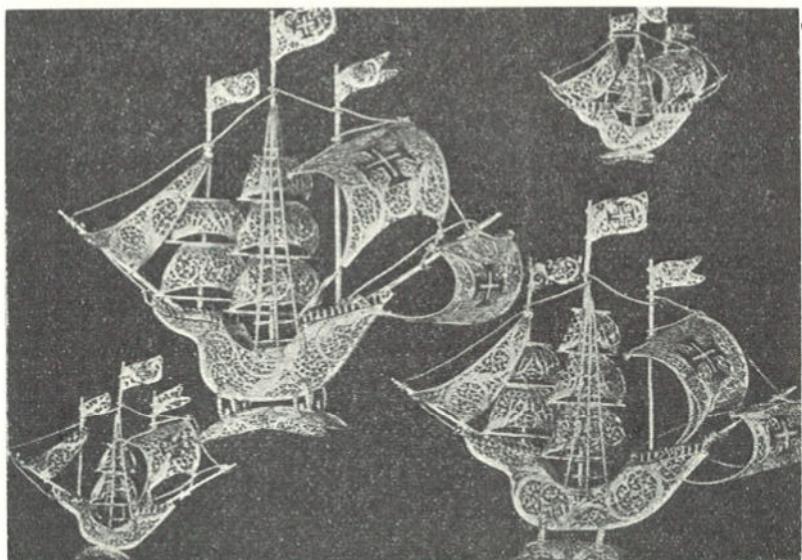
Numa e outra localidade, onde actualmente se trabalha em filigrana, a matéria prima principal é o dinheiro. Às moedas, libras sobretudo, acrescente-se ainda a *cascalhada*, velhos brincos, cordões e argolas, que vão ao cadinho para formarem as barras. Assim desapareceram e desaparecem antigos artefactos e mais ou menos valiosos espécimes monetários. Mas tal regime vem de longe: em casos de necessidade particular ou de calamidade pública, como se verá, fundiu-se sempre o objecto de ouro e prata e sem escrúpulo.

Suplementarmente outro pequeno artificio dá algum ouro. É a *escovilha*, ou sejam os cadinhos, os carvões das forjas, o lixo das oficinas e o das lojas, tudo queimado para apuro dos resíduos. Em Guimarães chamavam *covilheiros* aos que adquiriam os cadinhos para se aproveitarem desses vagos despojos. A extracção oferecia-se, ainda assim, lenta e penosa. Previamente os cadinhos eram pisados, peneirados e, por fim, lavrados. Extraída a berra, ficava apenas areia e ouro; e desta mistura, lavada em um caco, dispunha-se o metal no fundo, permitindo facilmente a exclusão da areia. Ia depois o ouro com azougue a um pequeno moente onde se triturava durante algum tempo. E acabada a moedura, lançava-se a nova mistura num cadinho, sobre o qual um outro servia de tampa. Neste praticava-se superiormente um furo e introduzia-se-lhe um tubo de ferro. Conduziam-se então à forja, começando em breve o mercúrio a sair pelo tubo — donde passava para um alguidar com água — e ficando o ouro no fundo do cadinho inferior.»

Falando mais adiante, da associação das gemas com os metais nobres, das preferências ou domínio de certas pedrarias e do emprego paralelo da falsa joalharia, diz:

«A joalharia falsa começou a entrar em Portugal com a mulher de Afonso VI (¹), como fica dito a págs. 113. Há

(¹) Esta célebre rainha chamava-se D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, filha de Carlos Amadeu de Sabóia, duque de Némours. Casou com D. Afonso VI a 27 de Fevereiro de 1666, sendo o rei representado em Rochela pelo seu procurador Mar-



Caravelas

trinta anos (em 1878) ainda se encontravam lapidários nos arredores do Porto, ocupando-se sobretudo do desbaste do cristal de rocha. Vários exerciam a indústria em Contumil, junto a Venda Nova, na freguesia de Rio Tinto, ou seja numa das mais notáveis zonas que, no Norte do País, se pode antolhar ao petrógrafo.

quês de Sande. Mas ela, pouco depois, pede a anulação do matrimónio, declarando «que não estava casada com ele (rei)», apesar de ter vivido como esposa. O papa anulou-lhe o matrimónio e ela casa com o cunhado, D. Pedro II.

O marido deposto foi para a Ilha Terceira; e mais tarde, veio para Portugal, sempre preso e faleceu no Paço de Sintra, a 12 de Setembro de 1683.

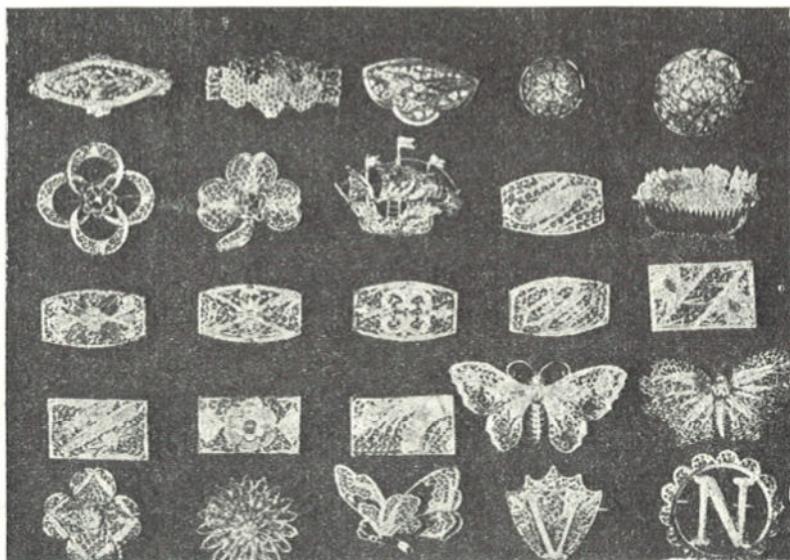
Falsa joalharia e falsa esposa!

Os filigraneiros de Gondomar lá conduziam as *garras* de ouro ou prata, escolhendo os lapidários, das pedras já por eles facetadas, as que melhor se acomodavam aos engastes. Era então que os ourives expediam as filigranas para o Pará, até à altura em que as demasiais da burla no toque dos metais desacreditaram de vez a indústria e a ruíram.»

O mesmo autor, mais adiante, refere que a indústria da filigrana se exerce actualmente nas freguesias de Rio Tinto, Fânzeres e S. Pedro da Cova; e, com maior intensidade, nas de Valbom e S. Cosme de Gondomar.

De contrabando é certo que ainda hoje vai muita conta de filigrana para a Galiza. Mas, já conhecedores do antigo logro, vigiam a mercancia e rejeitam o artigo afigurando-se-lhes ou convencendo-se que os defraudam. No País as falcatruas — descontando no registo as que escapam aos profissionais — eram da mesma natureza, embora, por virtude de receios fiscais e não escrúpulos, notoriamente atenuadas. A formação das ligas, entre nós como em toda a parte onde se manufactura o ouro, dava o ensejo primacial para a espoliação. Conta-se que em Travassos um mestre, a um tempo fabricante e mercador, conduzia as argolas ao contraste, o qual se legalizava *firmando* o punção, como era da praxe, no arco que directamente atravessa o lóbulo da orelha. Contrastadas as peças, volvia à oficina e cuidava imediatamente de lhes amputar os componentes que eram de mais vulto e de bom ouro, substituindo-os por outros de ouro baixo onde o cobre assistia em grande parte, como se lê a págs. 113. Assim vinham depois para o mercado. E a verdade é que alcançou basto dinheiro, comprando muitas terras no lugar e dispendendo grandes somas com amores.

E comenta: — Queria que todo Travassos fosse dele, e as mulheres!»

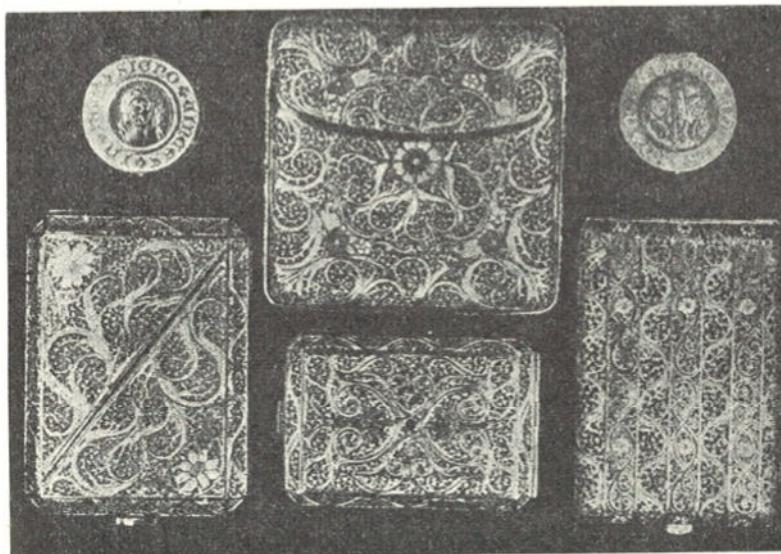


Distintivos, alfinetes e broches

O que o ingênuo crítico acaba de contar, infelizmente, não se deu só lá por Travassos...

Hoje, porém, os olhos estão mais abertos e a lei está, creio eu, mais rigorosa. E ainda bem.

Não posso, nem devo esquivar-me a fazer uma honrosa referência ao Sr. Dr. Pedro Fazenda que é autor dum precioso livro a que deu o título de *A Ourivesaria Portuguesa contemporânea e os Metais e as Pedras Preciosas*, edição de 1927 — Lisboa. Na segunda parte desse seu valioso trabalho, ocupa-se entre outras coisas, da ourivesaria de Gondomar, a págs. 205, mormente das filigranas. Fala da *paisagem, concentração e repetição*, factores que influem na arte; afirma que «a filigrana, para ser completa, precisa do brilho do ouro. É a sua tinta natural». Em con-



Caixas

traste, «a filigrana de prata é a filigrana nua; e assim como a cor excita o paladar, diz ele, assim a cor também excita o olhar».

Tece um hino de louvor e admiração pelo soberbo panorama que oferece a terra de Gondomar, sobretudo a linda paisagem do Monte Crasto, recordando com emoção o sino tangendo as *Trindades* «e o sol a declinar, difundindo-se na atmosfera plúmbea, que punha uma *patine* vagamente cobreada na superfície daquela salva imensa!» Confessa que se trabalha o ouro e prata — filigranas e malhas por aptidão hereditária. E depois tem esta descrição da oficina dos artistas: «A oficina primitiva é-o de facto na arquitectura e desconforto: caixa rectangular de granito com uma separação interna — laboratório e enxerga. A

luz filtra-se por uma fresta aberta sem postigo, pela qual penetra um magro raio de sol, que empalidece e morre na lobreguidão do antro; e por onde, mais atrevido e resistente— porque é o azorrague dos pobres — o vento fustiga o laborante, que, à banca com a família dezóito horas quase ininterruptas, compõe as filigranas e encadeia as malhas por obra do instinto. Tudo milagre!»

Percorreu algumas oficinas em Valbom e Gondomar, entre as quais as dos Srs. Albino Teixeira, irmãos Magalhães, Alberto Dias de Magalhães e Germano de Castro. E acrescenta laconicamente: «Em todos a mesma paz laboriosa: operários de ambos os sexos, na maioria gente moça, aspecto simples, sem sombra de arrogância; os mesmos instrumentos — alicate, tesoura, martelo e maçarico — que herdaram de seus maiores».

Refere em seguida, após certas considerações de carácter económico, alguns dos seus artefactos (págs. 212) foi como Rocha Peixoto, observar lá o trabalho destes humildes filigraneiros.

A FISCALIZAÇÃO ANTIGA, PERANTE AS FRAUDES DOS OURIVES

Já falámos destas fraudes. Vejamos, porém, as graves penalidades impostas ao delinquentes.

Em a *Ourivesaria Portuguesa*, de 19 de Dezembro de 1936, sob o título *Era assim antigamente*, foi publicado um interessante artigo sobre o zelo que a Confraria dos Ourives, antes de haver contrastarias, empregava para evitar ou castigar as fraudes cometidas. Diz: «Temos em nosso poder e à nossa disposição, o arquivo da Confraria de Santo Eloy, padroeiro dos ourives, que é composto de 74 livros. O mais antigo deles — *Sentenças da eleição, contas e termos* — data de 1570, isto é, tem 366 anos!

E como tivemos a paciência de o organizar legalizando e pondo em dia as contas da Confraria, que há muitos anos vivia sem orçamentos, recreamo-nos, às vezes, a ler toda a documentação que esse arquivo contém e mesmo outros códigos e manuscritos que encerram Estatutos das antigas

corporações de ourives, sentenças e pleitos respeitantes à ourivesaria portuguesa que se encontram na Biblioteca Pública do Porto.

É claro que nesse tempo não havia contrastarias. Estas repartições datam apenas de 1886, isto é, têm 50 anos de existência. Era, pois, a Confraria que velava pelo fiel e exacto cumprimento dos deveres dos ourives, e a ela estava confiada a honra e o crédito desta profissão.

Transcreve, em seguida, para comprovar esta afirmação, um documento que afinal já dez anos antes, em Fevereiro de 1926, fora publicado em a *Esmeralda*, revista de ourivesaria, n.º 12, 2.ª série e que é como segue:

«Térmo de expulsão que se fez a Manuel de Oliveira, ourives da praia, desta cidade, de sair e despejar da mesma para fora ao Reino, na forma abaixo expressado.

«Aos 17 dias do mês de Setembro, de 1790, na capela de Santo Eloy e secretaria dessa, onde é costume fazerem os Juízes dos ourives da prata desta cidade, comigo escrivão todos os consistórios e estando presentes os Juízes: Luiz António Teixeira Coelho, Alexandre Pinto da Cruz, comigo escrivão e a maior parte da corporação que no fim desta assinaram e por ter vindo a notícia desses Juízes e de mim escrivão por cartas que escreveram da vila de Guimarães a esses mesmos Juízes actuais por onde se lhe fez saber a grande extorsão que fez Manuel de Oliveira, ourives da prata, casado com Maria Clara, morador na rua de S. Bento dos Obreiros da Avé-Maria desta cidade, em uma cruz depois de feita e acabada umas poucas de onças de chumbo derretido, que averiguando-se pelo modo possível na mesma cruz, que da dita Vila de Guimarães foi remetida a esta cidade e veio a examinar, ter efeito o dito chumbo que o Manuel de Oliveira viu e confessou ser a dita cruz por ele feita e acabada, confessando na presença de mim escrivão e dos mesmos Juízes até a factura d'este térmico, para onde passou a mão de José de Moura, ourives do ouro que havia abonado o dito Manuel de Oliveira. E também veio a notícia d'esses Juízes e de um escrivão haver esse mesmo Manuel de Oliveira feito outra igual extorsão em uma cruz que fêz para a Confraria de S. José dos Carpinteiros desta mesma cidade, cuja cruz sendo também vista a examinada por êsses ditos Juízes e por mim escrivão se viu e examinou e achou que o mesmo Manuel de Oliveira, lançara na dita cruz também depois de feita e acabada, nas pontas dela umas poucas

de onças de chumbo derretido que tirado veio a importar o seu peso a quantia de 11\$360 réis, como êsse mesmo viu, conheceu, confessou e restituiu a referida quantia à dita Confraria depois de tornar a compor e a beneficiar a dita cruz em casa dos Juízes da dita corporação dos ourives da prata e também das repetidas extorsões desacreditam o dito ofício em que deve haver a mais exacta verdade, tanto para interesse dos particulares como do público e porque o dito suplicado não continua mais usurpações nem use mais de ourives da prata nesta cidade e sua comarca, deverá ser *expulso* como com efeito fica por êste térmo de nunca mais usar do *referido ofício* e menos gozar das regalias e privilégios que pelo mesmo ofício se concede áqueles que se prezam e exercitam com tóda a verdade e inteireza com a condição de que, tornando a usar do dito ofício nesta cidade e sua comarca, de se proceder contra él com todo o rigor da Justiça acumulando-se e dando-se-lhe em culpa as usurpações que são a causa e motivo de lavrar o presente térmo, usar por ora a dita Corporação de tóda a comiseração e piedade da que se não faz digno o dito suplicado Manuel de Oliveira, mas na esperança de que se emendará e não passa a outro procedimento despejando passados que forem três dias depois do S. Miguel que há de vir dêste presente ano para o que él suplicado aonde quer que estiver, para remeter uma certidão do Juízo reconhecida por tabelião de como lá se acha apresentado, tudo na forma dêste térmo e para todo tempo conste que assim se observou, mandaram êsses Juízes a mim escrivão que lavrasse e fizesse êste térmo que assinaram com o dito suplicado Manuel de Oliveira e a parte dos ourives abaixo assinados e eu escrivão actual da dita Corporação o subscrevi e assinei

(aa) *José Moreira
Alexandre Pinto da Cruz
Manuel de Oliveira.»*

Seguem-se 40 assinaturas; o autor do referido artigo termina bem judiciosamente:

«Era assim antigamente. Era assim que procediam os ourives da antiguidade ciosos, como sempre, do seu bom nome. Expulsavam, do seio da sua classe os prevaricadores. Tinham no COMPROMISSO da sua corporação determinações rigorosíssimas para os falsificadores, penalidades que iam até ao decepar de mãos. Mas os anos rodaram. Os costumes modificaram-se.

Surgiram novos processos, nova técnica, novas medidas legislativas e as velhas corporações, perdidas as suas prerrogativas, foram desaparecendo. Acabaram os juízes de ofício que tinham a seu cargo velar pelo prestígio e probidade da ourivesaria em Portugal. Hoje há, e ainda bem, uma legislação especial e privativa que, criando as Contrastarias, lhes confiou a missão reguladora e fiscalizadora do fabrico e comércio de metais ricos, missão de que essas repartições se têm desempenhado a contento da classe com uma acção digna do nosso maior respeito. À frente delas estão, felizmente, homens em quem confiamos, em quem podemos confiar a guarda da honra e do crédito da ourivesaria portuguesa que não pode estar sujeita a ataques que a deslustram e envergonhem, porque a fraude, parte de onde partir, não pode nem deve ter protecção de nenhuma espécie nem desculpas de nenhuma natureza. E nós estamos em boas mãos.»

FALA UM ILUSTRADO FABRICANTE DO CONCELHO,
A RESPEITO DA VIDA DA SUA CLASSE

A meu pedido, um dos artistas da ourivesaria de Gondomar, e que é um espírito culto e um dos mais valiosos elementos dentro desta numerosa classe, o Ex.^{mo} Sr. Germano José de Castro, enviou-me as seguintes informações que eu tenho o prazer de registar neste capítulo, acompanhadas das fotografias de vários artefactos, pelos quais se pode aquilatar do valor artístico daqueles obreiros dos metais nobres. Aqui fica o meu mais profundo agradecimento pelo alto serviço que aquele meu ilustre conterrâneo acaba de prestar-me e ao concelho.

PARA A HISTÓRIA DA OURIVESARIA EM GONDOMAR

«Data de alguns séculos o fabrico de artigos de ouro no concelho de Gondomar, onde se estabeleceram várias oficinas de ourives, primeiro nas freguesias de S. Cosme e Rio Tinto, estendendo-se depois a Valbom, Fânzeres, S. Pedro da Cova, etc.

Os primeiros ourives deste concelho só trabalhavam — segundo parece — em artefactos de filigrana de ouro e prata, desenvolvendo-se mais tarde para muitos outros artigos no ramo de ourivesaria, destacando-se os objectos de uso corrente nas classes de agricultores, principalmente nas lavradeiras. Salientavam-se, pela sua profisão e uso, os chamados grilhões — colares vistosos — arrecadas, cordões, brincos à rainha e correntes duplas — de barbela e de muitos outros feitos — que se chamavam dubles e eram usados pelos homens. Contudo as filigranas mantinham o seu predomínio, já pela sua perfeição cada vez mais acentuada, por não haver no País nem talvez noutra parte do mundo oficinas onde se executassem objectos daquele género.

Na Exposição Industrial realizada no Porto em 1895, foram admiradas as filigranas trabalhadas em Gondomar, vindo um grupo de artistas executar vários trabalhos no Palácio de Cristal, onde essa exposição se realizou, causando verdadeira admiração aos seus visitantes, que se não cansavam de ver como se entrelaçavam os finíssimos fios de prata e ouro.

Como fica dito, o fabrico da Ourivesaria em Gondomar tomou grande incremento na última parte do século passado, podendo garantir-se que as oficinas abasteciam todo o País e ainda exportavam todo o consumo da chamada obra do campo, ou sejam as filigranas e todos os adornos de metal precioso com que se enfeitavam as nossas lavradeiras e a gente do povo.

A classe piscatória e todo o povo do litoral português, pela sua predilecção pelos objectos de ouro — seu pecúlio ou *pé de meia* — foram desde sempre bons consumidores dos artigos de ourivesaria fabricados em Gondomar.

As nossas Ilhas e Colónias também foram regulares compradores dos objectos de ourivesaria fabricados em Gondomar, principalmente as primeiras, e muito havia a esperar das segundas se não fossem as dificuldades em negociar com artigos de tanto valor, sem protecção das instâncias superiores.

Para o Brasil também têm sido exportados bastantes artigos fabricados em Gondomar e pena é que, por não haver protecção pautal própria e algumas facilidades na exportação legal, muita desta se faça por contrabando.

Em virtude das dificuldades na exportação, já muitos Gondomarense se têm estabelecido, com oficinas de ourives, no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, onde já existem muitas dezenas destas oficinas.

Dada a grande expansão do fabrico de ourivesaria em Gondomar, onde existiam centenas de oficinas, com uma população de milhares de pessoas que viviam dessa indústria, foi decretada pelo Governo da Nação, em 5 de Outubro de 1900, a instalação em Gondomar, de uma delegação da Contrastaria do Porto, para serviço privativo dos ourives gondomarense.

A instalação destes serviços no concelho de Gondomar foi motivo de grande satisfação para todos os ourives e povo da terra, que se manifestaram em ruidosos festejos de congratulação.

Concorreu para que a delegação da Contrastaria fosse criada em Gondomar, o vulto político dessa época e grande amigo do concelho, José Novais da Cunha, a cuja acção, vontade e prestígio devem os ourives tamanho melhoramento, bem como outros serviços prestados ao concelho por este ilustre cidadão.

Muitos ourives de Gondomar também concorreram para a criação da sua Contrastaria, destacando-se em primeiro lugar Silvestre Gomes Cardoso, Américo Fernandes de Carvalho, José Alves de Almeida, Manuel França Oliveira, etc.

Foi primeiro director ou chefe dos serviços da delegação, o distinto funcionário Guilherme Augusto Harberts, um exemplaríssimo funcionário de quem nunca os ourives tiveram a menor razão de queixa.

Em 1904 foi criada a Associação de Classe dos Ourives de Gondomar, ainda sobre a influência e prestígio dos ourives que se distinguiram na criação da Contrastaria. Esta Associação tem pugnado sempre por conseguir melhorar a situação dos ourives gondomarense, sendo apenas de la-

mentar que a maior parte destes, por comodismo ou falta de compreensão, não se tenham filiado na sua prestimosa Associação de Classe.

Várias vezes e por motivos políticos foi tentado retirar a Contrastaria de Gondomar, mas os ourives, unidos nessas ocasiões, exerciam também toda a sua influência e valor perante os poderes públicos e, ajudados por amigos políticos, conseguiram manter sempre em Gondomar a sua Contrastaria; por decreto de 26 de Julho de 1913, foi a delegação convertida em Repartição de Contrastaria de Gondomar, sendo seu primeiro director o Sr. António Simões Terceiro.

Em 1925, por ocasião do Primeiro Congresso dos Ourives Portugueses, realizado na cidade do Porto e para o qual muito contribuiram os ourives de Gondomar, foi o concelho visitado por muitos congressistas que de todo o País aqui se encontravam, sendo-lhes feita grandiosa recepção, que constou de uma sessão solene nos Paços do Concelho, onde falou, em nome da Câmara de Gondomar, o seu presidente, Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, enaltecendo a classe de Ourivesaria, de quem foi sempre grande amigo e dedicado cooperador nas suas justas reivindicações públicas. Em nome dos ourives, agradeceu Germano José de Castro, que esteve à frente da Comissão organizadora da recepção feita aos Srs. Congressistas. Por esta mesma ocasião foi visitado o Monte Castro, várias oficinas e os melhores locais da sede do Concelho.

Em 1929 concorreram os ourives de Gondomar, com vários artigos da sua especialidade de fabrico, à Exposição de Sevilha, ali se obtendo um primeiro prémio, que foi conferido à Associação de Classe dos Ourives de Gondomar, em nome de quem estavam agrupados todos os concorrentes.

A crise, que infelizmente se atravessa desde há anos, vem definhando a Ourivesaria deste concelho, tendo já desaparecido uma parte das pequenas oficinas que, pela falta de trabalho, não podem viver.»

DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OURIVES DE
GONDOMAR, EM OUTUBRO DE 1928, RECEBEMOS
O SEGUINTE INFORME QUANTO A

«ORIGEM E FINS DESTA ASSOCIAÇÃO»

Os ourives de Gondomar, tendo reconhecido a falta de uma Associação de Classe, a exemplo de que os colegas do Porto já tinham, fundaram e instalaram a sua em 1 de Janeiro de 1904, tendo-se notabilizado pelo seu grande esforço e amor a este empreendimento os ilustres membros desta, senhores Silvestre Gomes Cardoso, Vicente Gaspar Vieira, Manuel de França Oliveira, João Antunes de Magalhães, José Alves de Almeida, Manuel José Ferreira Marques e outros, sendo o respectivo Estatuto aprovado por Alvará Régio de 2 de Maio do mesmo ano. O seu fim é: — O estudo e a defesa dos interesses gerais da classe, principalmente os dos seus associados; tornar conhecidas destes as leis que mais directamente disserem respeito à mesma; difundir-lhe os conhecimentos indispensáveis à sua educação profissional, associativa e social por conferências ou outros meios que mais utilizam o desenvolvimento e aperfeiçoamento da sua indústria e comércio; criar escolas de desenho e modelação; organizar bibliotecas com livros apropriados e aplicados ao ramo da sua indústria quando as suas forças o permitam.

Grandes serviços tem esta Associação prestado não só aos seus associados, como à classe em geral, deste concelho. Havendo neste concelho uma Delegação da Repartição de Contrastaria do Porto, que o grande amigo desta terra e particularmente dos ourives, Ex.^{mo} Sr. José Novais da Cunha, conseguiu que aqui fosse instalada, mas reconhecendo-se que não satisfazia em absoluto as necessidades cada vez mais crescentes da numerosa classe de ourivesaria, foi por intermédio desta Associação que se conseguiu a sua autonomia, pela Lei n.^o 85, de 26 de Julho de 1913, tendo-se salientado neste grande melhoramento o Ex.^{mo} Sr. Alexandre de Barros, antigo deputado de saudosa memória. Mais tarde, repetindo-se alguns esforços já por várias vezes

tentados, foi preciso travar acesa luta para evitar que fosse daqui retirada, para satisfação de meia dúzia de ambiciosos.

Por estes e outros factos,alguns amigos precisou a ourivesaria desta terra, que por esta organização com facilidade encontrou e que para lhes testemunhar a sua gratidão os nomeou sócios honorários. São eles os Ex.^{mos} Srs. Conselheiro Campos Henriques, antigo Presidente do Ministério; José Novais da Cunha, antigo Administrador e Presidente da Câmara; Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, igualmente antigo Presidente da Câmara e Lourenço Correia Gomes, antigo deputado da Nação, além de outros.

É por intermédio desta Associação que fazemos as nossas reclamações e foi ainda pela sua organização que se conseguiu uma boa apresentação, em lugar de destaque, na exposição de ourivesaria realizada em Lisboa por ocasião do II Congresso desta classe. Actualmente está agregada, como as congêneres, à Junta Directiva dos Ourives Portugueses, fazendo presentemente a propaganda dentro da classe para conseguir destacar-se com artigos manufacturados neste concelho na grande Exposição Internacional de Sevilha.

O número dos sócios efectivos não é aquele que devia ser atendendo ao número elevado de ourives que existem, mas ainda assim conta actualmente 150 sócios, tendo muitos outros passado pelos seus registos que atingem o número de 550 inscrições.

A sede é nesta vila de Gondomar.

Secretaria da Associação de Classe dos Ourives de Gondomar, 30 de Outubro de 1928.

A Direcção.

CONGRESSOS DA OURIVESARIA PORTUGUESA

Era uma velha aspiração da classe a realização dum congresso. O 1.^º realizou-se em Março de 1925, no Porto. Foi a primeira grande manifestação colectiva, tendente a

um vasto plano de fomento. Durou desde 28 de Fevereiro a 4 de Março.

O Catálogo deste Congresso trás diversos artigos de membros desta classe, abrindo com um da autoria do falecido Sr. Laurindo Costa, sobre as *Corporações dos Ourives*.

Principia por dizer que a regulamentação dos ourives estava confiada às instituições religiosas, de que era patrono Santo Eloy; essas confrarias existiam nas cidades de Lisboa, Coimbra, Braga e Guimarães. No Porto a Confraria dos Ourives tem um altar na igreja de S. Nicolau⁽¹⁾. Os Estatutos estabeleciam um contrato entre o oficial e o mestre; a carta de mestre só era dispensada aos filhos dos ourives; o oficial que casasse com viúva de ourives era também dispensado de exame. As corporações não deixavam abrir oficinas de ourives nos arrabaldes das cidades, para evitar fraudes.

Os ourives do ouro regulavam-se por esses Estatutos dos seus colegas de Lisboa de 1538, do tempo de D. João III, sofrendo diversas alterações até 1882; o mesmo aconteceu com os ourives da prata. Estas confrarias tinham um tribunal expressamente constituído para aplicar penas e multas, chamado *Juizado*. As *Ordenações de D. Afonso V e de D. Manuel* impunham penas severíssimas que iam até à confiscação dos bens, degredo perpétuo, etc., aos que falsificavam o ouro ou a prata ou procedessem de má fé na venda de pedras preciosas. Havia vistoria às oficinas, de 15 em 15 dias. Também medidas severas eram impostas pelas *Ordenações Filipinas*. Os Estatutos de 1693

(1) Esta Confraria de Santo Eloy, do Porto, é anterior à era de 1570, «sendo reformados os Estatutos de 1694 por alvará de 28 de Dezembro de 1868, com a união das duas antigas corporações dos ourives de ouro e prata. Nesta data tinha 235 ourives irmãos da Confraria, sendo 27 examinados pelo antigo regime dessa instituição. A festividade anual do santo é no dia 25 de Junho. Em 1911 os Estatutos foram reformados de harmonia com a Lei da Separação das Igrejas do Estado». (Vid. nota à pág. 20, de *Uma arte famosa*, ed. 1920, do Sr. Laurindo Costa).

impunham aos *Contrastes-ensaiadores*⁽¹⁾ a obrigação de ensinarem seis ourives para serviço de ofício; e para tal fim os *Juízes do Ofício* tinham de apresentar ao Senado Municipal uma lista de seis ourives dos mais competentes para este lhes mandar dar lições de ensaio e «copela». Por fim os Contrastes não cumpriram o Regulamento e assim foram acabando as prerrogativas dos juízes dos ofícios, pelo princípio do século XVIII.

(1) O cargo de *Contraste da prata e Aferidor de pesos e medidas*, era desde 1679 a 1735, por eleição da Confraria de Santo Eloy; mas em 1725 já foi autorizado por lei que tais lugares, que por muito tempo tinham sido exercidos por um só indivíduo, passassem a ser desempenhados por dois funcionários, sendo um para o *Contraste da prata* e outro para o de *Aferidor*. (Vid. pág. 27 *ibid.*).

Nas *Antiguidades curiosas*, coligidas por António Luiz Monteiro (Pôrto, 1870), vem a pág. 65, uma *Certidão* com o subtítulo *Juízes e deputados da Corporação dos ourives desta cidade*, a qual reza assim:

«Antonio Gomes Vieira, Ensaidor Mór do Reino, e da Real Casa da Moeda desta cidade e Côrte de Lisboa por S. Magestade Fidelíssima que Deus Guarde etc.

Certifico que da cidade do Porto me foi remetida uma carta de Ignacio Fernandes Lopes de Menezes, que declara ser ensaiador da dita cidade e com a dita carta seis cordões de ouro e me pede o referido queira eu fazer ensaio em os mesmos cordões com toda a exação, o que assim fiz e achei serem os ditos cordões de desoito quilates e tres graus pelo toque com pouca diferença uns dos outros, e em um dos ditos fiz ensaio Real e lheachei a este que tinha desanove quilates curtos fazendo grande diferença do que determina a lei do reino, pois devem ter vinte quilates e meio: por cuja causa, e na forma das ordens de S. M. os quebrei: pezarão os referidos cordões sessenta e duas oitavas e vinte e quatro graus com o abatimento dos 12 graus que lhe tirei para o ensaio real. E por me ser pedida a presente pelo dito Ignacio Fernandes Lopes de Menezes a mandei passar que vai por mim assignada.

Lisboa, 22 de Outubro de 1783 annos.

Anton:o Gomes Vieira»

Em 1868 (¹) deu-se a fusão das duas Confrarias do ouro e da prata numa só confraria para acabar com contendas políticas; mas as desavenças continuaram, porque se estabeleceu uma concorrência desleal causada pelos fabricantes menos escrupulosos. Não havia lei para fiscalizar o comércio, pois havia caducado a que fixava os toques do fabrico dos objectos de metais preciosos, bem como os regulamentos e alvarás. Para formar uma barreira contra este desaforo, formou-se uma liga de resistência que foi secundada pelas Associações Benéficas dos Curives do Porto e de Lisboa; e então o Governo decretou em 10 de Agosto de 1881 os toques de ouro e de prata para o fabrico nacional; incumbia às Câmara Municipais regular e fiscalizar os serviços de Contrastarias do País; e uma outra lei, de 27 de Julho de 1882, determinava que elas ficassem subordinadas à Administração Geral da Casa da Moeda (²); e no ano seguinte (1882) foram criadas oficialmente as Reparti-

(¹) O dicionário *Portugal*, no vocábulo *Contraste*, diz que em 1688, a 6 de Setembro, o senado da Câmara de Lisboa propôs que esse cargo (de contraste) fosse de nomeação vitalícia, pelos inconvenientes que apresentava achar-se o examen do ouro e da prata a cargo dos juízes dos ofícios de ourives, que eram de eleição anual e por isso dependentes dos próprios indivíduos que tinham de fiscalizar.

(²) A Casa da Moeda do Porto começou a funcionar no reinado de D. João IV, em 1643, sofrendo alterações em 1688 no Governo de D. Pedro II, sendo mais tarde fechado este estabelecimento do Estado. Os ferros e engenhos destinados a montar este estabelecimento partiram de Lisboa a 16 de Junho de 1688 na caravela de José Dias Rocha, a quem a Fazenda pagou de frete 3\$000 réis. A 18 do mesmo mês, a carta régia comunicava à Câmara Municipal do Porto achar-se criada nessa cidade a Casa da Moeda, e encarregado da sua superintendência o Dr. Sebastião Cardoso Sampaio, deixando à Câmara a nomeação do etsoureiro. A Casa da Moeda do Porto tinha jurisdição em todas as terras da província do Minho, Beira e Trás-os-Montes, e, segundo documentos publicados por A. C. Teixeira de Aragão, se conclui que somente fora lavrada nesta Casa moeda de ouro em 1712. (Laurindo Costa, *Uma arte famosa*, nota 2.^a, págs. 24).



ções de Contrastarias. As bases da sua regulamentação foram aprovadas pelo decreto de 10 de Fevereiro de 1886 (¹).

A *Associação de Classe dos Ourives do Porto* foi fundada em 1895 e é obra da já referida *Associação Benéfica dos Ourives* desta mesma cidade. Diz o Sr. Laurindo Costa que a mesma colectividade, para que a sua acção possa melhor beneficiar a classe, vem ser extensiva a todos os ourives do Norte do País, para o que em breve é transformada em *Associação de Classe dos Ourives do Norte de Portugal*, cujos Estatutos já foram aprovados em Assembleia Geral.

Fala também da *Associação de Classe dos Ourives de Prata no Porto*, que, fundada há 15 anos (em 1910), tem já prestado uma larga folha de serviços; refere-se aos cursos especializados de cinzelagem e ourivesaria nas Escolas *Arte Aplicada de Soares dos Reis, Faria Guimarães e Infante D. Henrique*.

Um outro artigo do mesmo antigo director da nossa Contrastaria, Sr. Laurindo Costa, intitula-se *A Ourivesaria em Gondomar — As filigranas*. Faz a história deste ramo de indústria; e depois diz que «a mimosa Arte ornamental de filigrana tem artistas de valor em S. Cosme, Valbom, Rio Tinto e S. Pedro da Cova, que executam belas produções «regionais», com interessantes combinações de pedras e esmaltes, que são verdadeiros encantos. O característico tipo de grilhão de ouro, o cordão, a argola, a arrecada, o

(¹) Neste catálogo, o Sr. A. Pires Júnior, espírito ilustrado e probo, reconhece que é tempo de revogar o artigo 89.º deste Regulamento ou decreto, porque ele «é uma constante ameaça que põe os ourives sob a alcada de penalidades». Esse artigo obriga-nos a dar aos compradores uma factura datada e assinada na qual se mencionem *a espécie e a forma das obras, assim como a qualidade e o peso das pedras preciosas nelas cravadas*. Diz que com tais disposições não há ourives comerciantes que não seja multado, porque na maioria dos casos eles não possuem nem podem possuir o peso exacto das pedras cravadas.

brinco à rainha e de fusil, o colar, a «estrela» ou a Cruz de Malta e tantos outros artefactos de ourivesaria são exclusivos dos ourives de Gondomar. É nesta linda região de Gondomar, situada próximo da margem direita do Douro, fundada pelo rei godo Flávio-Gundemaro, de quem deriva o seu nome, que vivem com toda a singeleza numerosos e obscuros artistas tão ignorados que a si mesmos se desconhecem. Mas com quanto carinho e amor executam as belas jóias, que chegam a vender por preço insignificante, cumprindo a boa tarefa de fomentar e manter a tradição piedosa dessa mimosa Arte, seguida por longínquos avós e perpetuada por dinastiás de familiares de modestos filigraneiros. Tal é a dedicação e o despreendimento desses ourives, sob o ponto de vista lucrativo! As delicadas bolsas de malha finíssima de ouro e de prata são produto exclusivo dos ourives dessas localidades, exportando avultadas quantidades desses artigos para França, Inglaterra e outros países, o que patenteia o valor dos ourives gondomarenses».

Depois de falar das preciosidades artísticas expostas na cidade de New York, por portugueses, e em especial as belas jóias de filigrana em ouro com aplicações de esmalte e da arte popular dos trabalhos de agulha, dos bordados e das rendas, escreve:

«Também mãos femininas gondomarenses e valboenses têm o condão de fazer maravilhas de filigranas em ouro e prata.

Na Exposição de Ourivesaria, que se realizou no Palácio de Cristal do Porto, em 1883, um grupo de filhas de ourives filigraneiros apresentou-se nesse certame, produzindo sensação, quando à vista do público executou essa outra renda urdida com esses lindos e reluzentes fios de metais preciosos.»

O 2.º Congresso, em Março de 1926, realizou-se em Lisboa: se o primeiro foi uma tentativa de organização da classe, o segundo foi uma afirmativa dessa organização que procura estudar um plano geral de reconstrução.

E uma das mais instantes reclamações será a de que se organize o Regulamento e a Lei de Contratarias, para se garantir a «legitimidade dos interesses, sem sofismas, sem

sofismas, sem abusos e sem delapidações», como afirmou a 20 de Dezembro de 1852 um grupo de ourives, reunidos na sala das sessões das Comissões da Corporação dos Ourives do Porto.

É este ainda hoje o mesmo critério. O fim deste 2.º Congresso foi promover e estreitar as relações pessoais da grande família dos ourives nacionais, para facilitar a solução dos problemas fabril e económico e propor leis para garantirem o prestígio da classe e promoverem a expansão da ourivesaria nacional.

É digna de mui elogiosa menção a conferência proferida pelo ilustre economista Bento Carqueja neste Congresso. Fala, entre outros assuntos, da educação moral e da técnica; alude à fiscalização rigorosa dos juízes de ofício, afirmando que os Grémios ou Corporações não representavam a exploração do pobre pelo rico ou do aprendiz pelo mestre, pois refere que já em 1826, «na regência da Infanta D. Isabel Maria, o contraste dos ourives de prata, António José de Sousa, protestava solenemente contra aqueles que diziam que as instituições dos ofícios eram «cadeias lançadas à indústria», a qual é propriedade única do pobre, «segundo querem alguns políticos e economistas modernos». Elogia os antigos Regimentos; diz que são preciosíssimos os manuscritos existentes, a tal respeito, na Biblioteca Municipal do Porto. O mais antigo remonta a 1538; é o regimento dos ourives de ouro de Lisboa, se bem que represente tradições muito mais antigas. A mesma circunstância se dá com os documentos dos Ofícios do Porto, dos séculos XVI e XVII». Mais abaixo afirma: «Até à primeira metade do século XIV, a ourivesaria portuguesa dedicava-se principalmente ao serviço religioso, trabalhando portanto às ordens da Igreja». E cita depois, no século XV, a Custódia dos Jerónimos, onde estão representadas todas as nossas glórias nacionais. O movimento separatista, diz ele, acentuou-se à proporção que o espírito municipal, esse espírito que Herculano tão bem definiu, se foi levantando, inspirado pelo elemento burguês. Os primeiros Regimentos de Ourives datam do princípio do século XIII; foram os de Montpelier e de Paris. Durante um século foi-se prepa-

rando a transição da ourivesaria religiosa para a ourivesaria profana, indubitavelmente mais difícil, porque havia a atender às variadíssimas exigências e inúmeros caprichos da sociedade profana.

Afirma que fora antiquíssima a separação entre os ourives de ouro e os de prata, a julgar-se por um processo que os ourives de prata do Porto sustentaram, em 1575, com os de ouro, por causa duma factura de jóias miúdas de prata, que lhes pertencia desde remotos tempos.

Em 1801, o Príncipe Regente, para acabar com estas questões, procurou fundir os dois regimentos, de acordo com o senado de Lisboa; ordenou ao senado do Porto que informasse sobre a petição formulada pelos ourives de prata pedindo que tais disposições de fusão fossem extensivas aos do Porto; ainda desta vez não houve acordo, porque os ourives de ouro não concordavam. «Para se promulgar o regimento de 1822, diz ele, seguiu-se orientação diversa da adoptada nos anteriores. Declarava-se que as artes fabris formavam depois da agricultura e do comércio. Mais se declarava que os ourives de ouro e cravação, do Porto, viviam sem lei e daí o descrédito e o estado deplorável, com prejuízo da Arte e do público. A aprendizagem foi reduzida de 8 a 6 anos; cada mestre só poderia admitir dois aprendizes e eram proibidos os *curiosos*».

O Sr. Bento Carqueja, por fim, aborda a questão económica presente que desde 1870 começa a revelar os pródomos da crise da ourivesaria portuguesa; os ourives, por isso, queixavam-se das pautas aduaneiras, reclamando alterações a essas pautas; ora o remédio, diz o conferente, estava, não no Estado nem no Parlamento, mas na reforma do ensino do ofício, da aprendizagem. «Tinha de ser procurado em casa dos próprios ourives, nas suas oficinas, onde se produziam artefactos que estavam longe de corresponder às tradições gloriosas da ourivesaria portuguesa».

Salva, porém, algumas exceções honrosas. Termina dizendo que o «futuro dependerá do que for o ensino profissional da ourivesaria». A base desse ensino será adquirida nas escolas profissionais. E só as cooperativas de crédito

e de produção poderão fornecer os capitais para a autonomia desta arte.

No fim deste 2.º catálogo vem a lista dos anunciantes, com suas oficinas e depósitos. Das *oficinas* cita, por ordem alfabética, do nosso concelho:

Artur de Castro Kock — Boa Vista, Gondomar; Avelino Martins da Silva — Pedreira, Gondomar; Carlos Marques de Almeida Russo — Valbom, Gondomar; Cosme António Magalhães Júnior — Valbom; Cosme Gaspar Vieira & Filhos — S. Cosme, Gondomar; Damião de Castro Neves — Lago, S. Cosme; Domingos Martins Ferreira & Filhos — Quintã, S. Cosme; Fernandes & Irmão — S. Cosme; Gabriel Pinto da Mota — S. Cosme; Henrique Ferreira das Neves — S. Cosme; Joaquim António de Magalhães & Filho — Valbom; João António de Magalhães Júnior — S. Cosme; João Moutinho — Rio Tinto; José Caetano Pereira & Filho — Praça Manuel Guedes, S. Cosme; José Ferreira da Silva — Lamas, Valbom; José Gameiro da Costa — R. da Fonte Pedrinha, Gondomar; José Monteiro de Sousa Mota — S. Cosme; José da Rocha e Sousa — Lamas, Valbom; José da Silva Neves — Quintela, S. Cosme; José de Sousa Santos — S. Cosme; M. França Oliveira (Viúva & Genro) — S. Cosme; Manuel da Silva Monteiro — S. Cosme e Vicente Gonçalves Pereira — Pedreira, S. Cosme.

Depositários, apenas:

Domingos Martins Teixeira — Ramalde, S. Cosme,
Todos os outros são de Lisboa e Porto.

GRANDE CERTAME DE SEVILHA

No ano de 1929 a ourivesaria de Gondomar concorreu a esta grande Exposição Artística, a confirmar os créditos e as honrosas tradições do seu passado, marcando assim mais uma página brilhante no livro de ouro das suas obras mundialmente apreciadas. Mornamente a arte das filigranas conta na Vila, em Valbom, Rio Tinto e S. Pedro da Cova

eminentes artistas, cujos trabalhos, de carácter regional, com aplicações de pedras e esmaltes são um primor de execução; e as bolsas de finíssimas malhas de ouro e de prata são artefactos exclusivos dos ourives gondomarenses. Dando, portanto, o seu concurso a esta Exposição, obtiveram mais um triunfo na carreira secular da sua arte famosa.

Foram em número de 17 os industriais pertencentes à Associação de Classe dos Ourives de Gondomar que se fizeram representar naquela Exposição. São os seguintes:

Alberto Dias de Magalhães, de Valbom; Damião de Almeida Ramos, de Valbom; Domingos Martins Ferreira & Filhos, Francisco Martins Gomes, Gabriel Pinto da Mota, Germano José de Castro, Henrique Ferreira das Neves, Jcsé Caetano Pereira & Filhos, José Moreira Fernandes, José Teixeira dos Santos, estes da Vila de Gondomar; Manuel Armando Gaudêncio Correia, de Rio Tinto; M. França Oliveira (Viúva & Genro), da Vila de Gondomar; Manuel Martins de Azevedo, de Fânzeres; Manuel da Silva Monteiro, Olindo Ferreira Querido e Serafim de Castro Nogueira Ramos, também da Vila de Gondomar e Viúva de Joaquim António de Magalhães & Filho, de Valbom.

MOVIMENTO DAS CONTRASTARIAS, MORMENTE DA DE GONDOMAR

Da *Esmeralda*, n.º 17 (Agosto de 1926) transcrevemos o *Mapa do movimento de contrastarias nos anos de 1913-1914, 1920-921, 1921-922 e 1922-923*. Achamos útil apresentar esse movimento da nossa contrastaria juntamente com o das de Lisboa e Porto, para os leitores poderem confrontar os dados estatísticos e verificarem por eles quão justificável é a existência da Contrastaria em Gondomar.

Ei-lo:

Repartições de contrastarias	Ano	PRODUÇÃO NACIONAL			
		N.º de peças	Peso de ouro — Gramas	Peso de prata — Gramas	Emolumentos
Lisboa . .	1913-14	150.465	182.177	1.153.596	3.255\$73
Porto . .		1.731.240	3.125.732	10.851.684,5	46.120\$40
Gondomar . .		653.056	1.705.109,4	2.361.730	21.295\$79
Lisboa . .	1920-21	153.322	133.927	1.712.660,9	18.832\$70
Porto . . .		2.039.218	2.256.631,8	18.649.891,6	148.596\$39
Gondomar . .		1.222.905	1.829.919,2	4.755.608	79.574\$02
Lisboa . .	1921-22	99.650	106.785,5	1.440.910,8	25.602\$39
Porto . . .		1.812.360	1.523.705,3	17.031.783,3	199.169\$76
Gondomar . .		1.061.916	1.120.693,4	4.079.750	101.146\$79
Lisboa . .	1922-23	115.203	103.503,5	1.629.073	25.946\$72
Porto . . .		2.470.328	2.027.847	13.292.528,7	254.360\$04
Gondomar . .		1.131.616	1.174.388,6	3.029.551	102.925\$09

Este mapa não acusa peso de platina, senão em Lisboa; e Gondomar não acusa importação (¹).

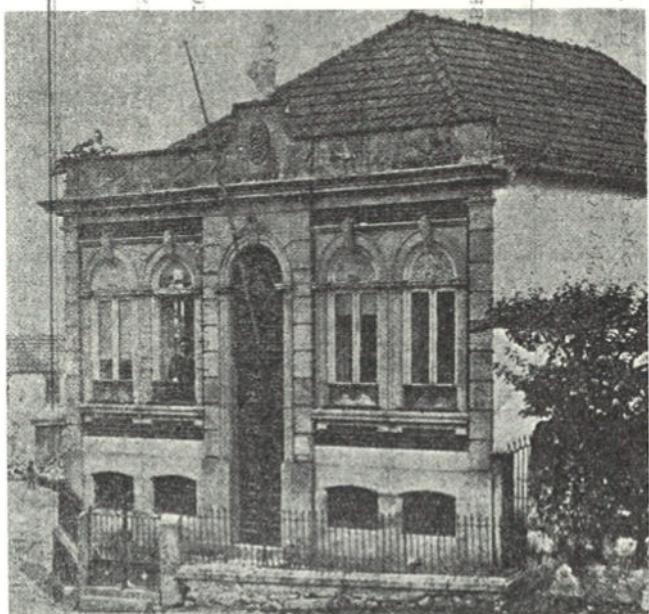
E para se poder avaliar do movimento mensal, extraímos da mesma Revista o seguinte

(¹) A mesma revista *Esmeralda*, em Julho de 1927, dá-nos uns números encontrados no mapa do movimento das contrastarias que são de molde a preocupar os industriais ourives portugueses. E assim nos diz: «No mês de Junho de 1927 verificamos as seguintes entradas: Lisboa, ouro, 114 quilos; prata, 785 quilos; diversos, 1.883; Porto, ouro, 24 quilos; prata, 477 quilos e diversos, 693 quilos, nas duas repartições num total de 3.978. Porém o mais importante para nós é o aumento dos objectos de ourivesaria importados do estrangeiro, que vai num crescendo constante, atingindo o ano findo em Junho, 2 quilos de platina, 5 quilos de ouro e 100 quilos de prata em obra, o que é, comparado com os anos anteriores, uma soma muito elevada. Em face dos números, verificamos que a produção nacional diminuiu, prova evidente de que o consumo não aumentou».

**MAPA DOS ARTEFACTOS DE OURIVESARIA, MARCADOS
NA REPARTICAO DE CONTRASTARIA EM GONDOMAR,
DESDE JANEIRO A MAIO DE 1925**

ESTABELECIMENTO DE OBTURADORES — LAMEGO																
JANEIRO			FEVEREIRO			MARÇO			ABRIL			MAIO				
	Quantidade	Peso Quil.		Quantidade	Peso Quil.		Quantidade	Peso Quil.		Quantidade	Peso Quil.		Quantidade	Peso Quil.		
Artefactos de fabrico nacional	0	0	Ouro	48.105	171.766,4	Prata	21.541	127.273,3	23.348	112.033,0	26.552	137.561,7	38.269	187.334,0	44.107	217.639,2

Dissemos acima que tais dados estatísticos justificam a necessidade da existência da nossa contrastaria; e não foi sem razão feita esta afirmação, porque se falou aí por alturas do ano de 1926 que ela ia ser suprimida; e en tão um membro da Junta Directiva dos Ourives Portugueses enviou um ofício ao Sr. Administrador interino da Casa



GONDOMAR — Repartição de Contrastaria

da Moeda e Valores Selados, em 8 de Julho do dito ano, apoiando as reclamações dos ourives de Gondomar, no sentido de se manter ali a repartição de contrastaria, «pois que, em seu entender, nada, absolutamente nada, justifica a sua extinção». Em prova desta asserção, o dito ofício diz ainda: «De resto, o movimento dessa Repartição é tão lisonjeiro que as actuais instalações se vão tornando aca-

nhadas; acresce ainda a circunstância da receita total dessa Repartição ser exclusivamente obtida da produção nacional⁽¹⁾, e de fabrico especial dessa região⁽²⁾, facto que é indispensável salientar para um mais perfeito juízo da causa a julgar». Pela Junta Directiva, assinava o grande cobreiro nas letras e defensor da classe, Sr. Ferreira Tomé. Nessa ocasião foram a Lisboa entender-se para esse fim com o referido Sr. Administrador Geral da Casa da Moeda os Srs. Abel Domingos e o falecido Américo de Carvalho, delegados do Porto e de Gondomar. Felizmente não havia motivo para tanta apreensão. Lá na Casa da Moeda não se lembrara ninguém de vir perturbar a vida e os interesses dos nossos ourives. Ainda bem; e afinal tais boatos repetiram-se várias vezes.

(1) «Os ourives portugueses transformam, já hoje, anualmente, cerca de 20 toneladas de prata e 5 toneladas de ouro. Todavia a importância comercial e económica da ourivesaria como factor de riqueza nacional pelo trabalho industrial e artístico que efectiva, capitais que movimenta, não se pode aferir pelo número de peças que transitam pelas Repartições de Contrastaria. Sendo, embora, lisonjeiros, são ainda assim, indicadores insuficientes para se chegar a conclusões estatísticas, exactas ou bastante aproximadas, dos vastos recursos de trabalho industrial». (*A Legislação de Contrastarias na Política Económica dos Ourives*, do Sr. José Ferreira Tomé).

Muita obra de exportação sai como contrabando; mas convinha à ourivesaria uma pauta favorável para que desaparecesse tal contrabando.

(2) Os artefactos de ourivesaria, marcados na Contrastaria de Gondomar desde Junho de 1927 a Janeiro de 1928, foram:

Ouro — Quantidade, 71.874; peso em quilos, 163,1465; emolumentos, 41.700\$39. E no mês de Julho seguinte, o total desses emolumentos foi de 42.551\$49; no de Agosto subiu para 43.963\$88. Em Setembro ainda subiu para 51.309\$24. Em Outubro, porém, desceu para 47.223\$96, continuando a descer em Novembro para 41.186\$36. Em Dezembro desse ano, ficou em 42.127\$56; mas ainda desceu em Janeiro do ano seguinte para 39.909\$38; e em Fevereiro, para 34.640\$78. Confronte-se com os mapas acima expostos.

EXPORTAÇÃO E ESCOLHA DE MERCADOS

Li na *Indústria Portuguesa*, revista da Associação Industrial Portuguesa, ano 10.^o (número especial), Janeiro de 1937, uma notícia que deve aproveitar aos filigraneiros de Gondomar, pois o nosso cônsul em Port of Spain, na Ilha da Trindade, diz que tal região se tornou um belo mercado de filigranas de prata, de uso e predilecção dessa população; e que nas montras abundam muitos artigos orientais, mormente da Índia, mas a maior parte é importada da Itália. Ora as filigranas portuguesas podem bem competir com as italianas, talvez em preço e vantajosamente em perfeição de fabrico. O *Bombay Bazar* deseja entrar imediatamente em relações com produtores portugueses de filigranas. Interessam-lhe, sobretudo, adornos de tais artefactos para mulheres, como brincos, pulseiras, braceletes e broches, na cor branca do metal e não filigrana de prata dourada. O *Bombay Bazar* pretende ser o agente de filigranas portuguesas para a Trindade, dando referências bancárias e mais garantias, que poderão ser verificadas pelos exportadores portugueses que quiserem entrar em relações comerciais com aquela casa, sita em Frederick Street, 16, Ilha da Trindade, Port of Spain.

FABRICANTES, FORNECEDORES E OFICINAS
DE OURIVESARIA EM 1936

O *Anuário Comercial* chama a Gondomar o «grande centro da Indústria de Ourivesaria Portuguesa». Vejamos os seus *fabricantes e fornecedores*: Na Vila temos, no lugar de *Aguiar*, Franklim do Espírito Santo e Joaquim Ferreira das Neves; na *Boa-Vista*, Cristiano Pinto de Sá; no *Casal*, Jose Maria Fernandes; nas *Cavadas*, Arnaldo Pereira de Castro, Domingos Martins Ferreira, tele. 32 — Gondomar e José António Rocha Júnior; em *Ermentão*, Joaquim Vigário Correia de Sousa. Em *Fânzeres*, Albertino Martins de Moura e Albino Moreira do Couto; na *Pedreira*, Cosme Pereira das Neves; em *Quintã*, Caetano Pereira & Filhos,

tele. 77 — Gondomar, J. Martins de Castro e Manuel da Silva Monteiro, telef. 28 — Gondomar.

Em *Valbom*, Pompeu Teixeira Lopes e a Viúva de Joaquim António de Magalhães, telef. 26 — Gondomar.

Ofcinas de ourives. No lugar de *Aguiar*, Américo de Sousa Pereira, António Pereira das Neves, Damião Ferreira Neves e Daniel José Vigário. Em *Barreiros*, Barnabé França e Hermínio Marques de Sousa. Nos *Carregais*, José Alves Viana, José Lopes da Silva, Olindo Ferreira Querido e Serafim Castro Nogueira Ramos.

Nas *Cavadas*, Adriano da Silva Barbosa, Alfredo Ferreira Pinto Barrote, António Soares Pereira, Arnaldo Pereira de Castro, Domingos Martins Ferreira e Joaquim de Castro Rosas. Na *Cônea*, Gabriel Pinto da Mota e José Teixeira dos Santos. No *Crasto*, Francisco M. Gomes. No lugar da *Igreja*, José Alves de Castro, Em *Ermentão*, António Ferreira Vigário, António Martins de Almeida, Delfim dos Santos Vigário, Emílio Pereira da Fonseca, Jerónimo de Castro Nogueira, Joaquim dos Santos Vigário, José dos Santos Vigário, Manuel Alves Patrício e Manuel Martins de Almeida.

Em *Fânzeres*, Abel Pinto de Sousa, Alfredo Moreira de Magalhães, Alfredo Pinto de Moura, Américo Martins Marques, Damião Pinto de Castro, Dolar Martins de Castro, Henrique Magalhães Godinho, José Borges, José Ferreira, José da Fonseca, José Pereira dos Santos, José da Silva Gomes, Filhos, José Teixeira Soares, Júlio Martins das Neves, Manuel Martins de Azevedo, Manuel dos Santos Moreira, Serafim de Sousa Pinto, Tomaz Martins da Rocha, Vitorino Gomes da Silva e Viúva de Eduardo Martins de Almeida. No lugar da *Gandra*, Joaquim Alves Patrício, José Martins Pereira e José Nogueira Gonçalves. Em *Gondomarinho*, Joaquim Pereira dos Santos. Em *Gramido*, Primo Moreira de Sousa. Na *Pedreira*, António Barbosa Lino, António Ferreira da Silva, Cosme Pereira das Neves, Cosme Pinto de Moura, Damião Cândido Pereira das Neves, Firmino Alves Moreira, Hermínio Barbosa Lima, João Alves Moreira, João Pereira da Silva, João Soares dos Santos, José Pereira dos Santos e Vitorino Silva Reis.

Em *Pevidal*, Adriano Augusto da Rocha. No lugar do *Pinheiro de Além*, Jerónimo Marques de Sousa.

Na *Prelada*, Alberto de Castro Rosas, Florindo Nogueira Pontes e José Soares da Silva. Em *Quintã*, António Alves Ribeiro, Caetano Pereira & Filhos, Cosme da Costa Cruz, Hilárião Pereira Cardoso, Joaquim Pinto Nogueira, José da Silva Neves, Manuel de França Oliveira Júnior e Manuel da Silva Monteiro.

Em *Ramalde*, Domingos Ribeiro, João Pereira dos Santos, Manuel Moreira Marques e Manuel Ribeiro.

Em *S. Jumil*, José Gomes da Silva. Em *Rio Tinto*, Francisco Soares de Queiroz, João Moutinho, José António Marcelino Grilo, Manuel Armando Gaudêncio Correia e Manuel Casal Aguiar.

Em *Valbom*, Alberto Dias de Magalhães, Albino Teixeira, Alfredo Moreira, Abílio Pinto da Fonseca, Adriano Francisco da Silva, Albino Teixeira dos Santos, Américo Alves de Sousa e Silva, António Moreira Martins Cardoso, Américo Martins da Rocha, Arlindo Teixeira, Damião de Almeida Ramos, Damião Alves Viana, Domingos Gomes Barbosa, David Francisco Barreira, David Pinto da Mota, João de Almeida Ramos, José Ferreira da Silva, Joaquim Carvalho da Silva, Joaquim de Sousa Ribeiro, José de Barros Lima, Jaime Gameiro da Costa, Manuel da Cunha Barbosa, Manuel Ramos Pereira de Castro, Manuel Vieira de Sousa e Ramiro Gomes Vieira.

Em *Jovim*, oficinas de José Martins dos Santos e José Pereira Cardoso. Em *Rio Tinto*, oficinas de José António Marcelino Grilo, José Ferreira, José Moutinho, José de Oliveira Pinto e Manuel Joaquim Vieira.

Em *S. Pedro da Cova*, oficinas de Antero de Azevedo Moura, Augusto Pinto Barbosa e José de Sousa.

Em *Valbom*, oficinas de Alberto Dias de Magalhães, Barnabé França, Damião de Almeida Ramos, Damião Alves Viana, Damião de Castro Neves, David Pinto da Mota, Joaquim da Silva Martins Cardoso, José de Barros Lima, José Gameiro da Costa, Maria Ferreira Aguiar, Olin-

do Ferreira Querido, Rosalino Alves Viana, Veríssimo Ferreira de Freitas e Viúva de Joaquim António de Magalhães & Filho.

INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO SR. GERMANO JOSE
DE CASTRO, A RESPEITO DA INSTALAÇÕES
DA CONTRASTARIA:

A delegação da Contrastaria do Porto em Gondomar foi criada a pedido dos ourives deste concelho e com o compromisso por eles tomado de arranjar casa para a sua instalação, ficando de sua conta o aluguer que tivessem a pagar.

A primeira instalação da referida delegação foi feita no prédio pertencente ao Sr. Joaquim Martins Cardoso, no Lugar de Quintã, hoje Praça Manuel Guedes.

Em 1902 foi a delegação transferida para o prédio pertencente ao Sr. José Alves Garrido, sítio no mesmo lugar, cujo aluguer continuou a ser pago pelos ourives, até 1910, data em que passou este encargo para o Estado, a pedido dos ourives e por se verificar que os rendimentos da delegação eram suficientes para suportar a despesa do aluguer.

Em 1912, o proprietário Sr. Aureliano Correia de Castro mandou construir um prédio próprio para os serviços da Contrastaria de Gondomar, sítio no Lugar de Quintã de Baixo, hoje rua Novais da Cunha e onde está convenientemente instalada essa Repartição.

O aluguer da Contrastaria, durante os anos acima referidos, foi pago por subscrição entre os ourives; e depois, pela sua Associação de Classe, datando a fundação desta colectividade, de 1904, alguns anos depois, portanto, da delegação da Contrastaria.

Foram seus directores: Guilherme Harberts, António Simões Terceiro, Alberto Coutinho da Silva Morais, Laurindo Costa e actualmente o Ex.^{mo} Sr. Nuno Henriques Verdial.

Os actuais restantes funcionários são:
Analista de 1.^a classe, Serafim Rosas.

Analistas de 2.^a classe, Edith de Oliveira Machado e Joaquim Mário Correia Barbosa.

Marcador, João José da Silva Júnior.

Ajudantes de marcador, Alexandre R. Leite de Andrade, Eduardo da Rocha Koch, José Dias Júnior.

Tesoureiro, João de Oliveira Moraes.

Proposto do tesoureiro, Virgílio Baptista Leite Bastos.

A S M I N A S D E C A R V A O

AS PRIMITIVAS ESCAVAÇÕES DE CARVÃO E ANTIMÓNIO FEITAS EM S. PEDRO DA COVA, EM 1802

Sigamos a ordem cronológica.

Num manuscrito existente no Arquivo da Biblioteca P. Municipal do Porto, encontrei a nota 27.^a, das que se subordinam ao título *Colecção de algumas notícias históricas que extraí no ano de 1814*, a qual diz o seguinte: «Em 28 de Junho de 1802 se expediram ordens ao bacharel José Jacinto de Sousa para fazer as primeiras escavações do lugar de Ervedosa, da freguesia de S. Pedro da Cova, na Quinta de Valinhos, passal do Abade, e nelas se descobriu excelente carvão. Em 1804 pararam as escavações, até que por ordem do Governo se tornaram a continuar até ao presente com manifesta vantagem, abrindo-se nova mina na Serra do Covelo, no lugar dos Guindais, próximo ao Douro. Neste mesmo sítio se descobriu uma rica mina de antimónio da grossura de 7 polegadas».

(*Investig. Port., de Dezbr.^o de 1814*, n.^o 42, a págs. 241).

PRODUÇÃO DAS MINAS DE CARVÃO DE S. PEDRO DA COVA, DESDE 1816 A 1821

Do *Essai Statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, Paris, 1822, tomo I, págs. 136, recortamos o seguinte apontamento:

ANOS	Carvão tirado - Carros	Valor e mreis	
1804	6.146	17.397\$600	
1805	6.591	17.758\$000	
1806	6.073	15.323\$200	
1819	6.318	17.401\$600	
1820	6.033	16.099\$600	
1821 RIO DA COVA	5.103	—	70 mineiros dos quais 50 estão matricu- lados

as Páginas do

No relatório de 1821 a estatística abrange só até 13 de Outubro.

Diz o autor que esta mina é de *carvão mui rico e de excelente qualidade* e que desde 1804 até 1809 se venderam 29.392 carros dele, avaliados em 40 contos, à boca da mina.

(ii) Quasi um século depois, as *Notas sobre Portugal* dão-nos a seguinte estatística no ano de 1900:

O ANO	Toneladas métricas de produção	Valor à boca da mina, em reis
1900	12.495.000	72.345\$000

Também Angel Marvaud, no livro *Le Portugal et ses Colonies, Paris*, 1912, referindo-se ao subsolo português, ou antes, à sua riqueza mineira, fala, entre outras, da faixa carbonifera de S. Pedro da Cova que se estende de S. Pedro do pardigo a S. Lourenço de Asmes; atribui-lhe uma produção anual de 5 a 6.000 toneladas de carvão e diz que ultimamente se constituiu em Inglaterra uma companhia

(The Anglo-Portuguese Colleries C.^o Ltd.), com o capital de 150.000 libras esterlinas para a exploração da antracite e da hulha das principais concessões de S. Pedro da Cova.

E acrescenta que esta faixa cobre uma outra de quartzo, de 10 km. de largo e de 60 de comprido, onde se encontra o *antimónio* e o *ouro*. Este último metal era explorado já do tempo dos Romanos. As minas mais importantes actualmente exploradas são, diz ele, as de Fisga e das Banjas (Gondomar).

VENDA DE CARVAO DAS MINAS DE S. PEDRO DA COVA,
EM 1848

No dia 2 de Abril do ano de 1851, nos Paços do Concelho, perante exame feito ao livro-caixa da Empresa, verificou-se que se venderam desde 11 até 30 do mês de Dezembro, do ano de 1848, 344 carros de carvão de primeira qualidade; 191, de segunda; 3, de terceira e 21, de quarta, que vendido pelos preços tarifados naquele tempo importam em 1.639\$440 réis; e deduzidas as despesas, fica líquida, nos 21 dias decorridos, a quantia de 951\$186 réis. (Livro n.^o 3).

AUTO DA DEMARCAÇÃO PARA A EXPLORAÇÃO
MINEIRA E SUA RECTIFICAÇÃO

O auto da demarcação da mina para exploração de carvão de pedra, na freguesia de S. Pedro da Cova, realizou-se a 23 de Abril de 1849; e foi rectificado e ratificado na sessão municipal de 16 de Maio do mesmo ano.

INDÚSTRIA MINEIRA, NO DISTRITO DO PORTO
E SEUS PROPRIETARIOS, EM 1869

Em Portugal são reduzidas em número estas indústrias. No distrito do Porto existem as seguintes:

Companhia Anónima Portuguesa de Exploração de Combustíveis, Gens, Midões e Covelo e outras, carvão; Empresa Portuense de Carvão, Lda., Valdeão (couto mi-

neiro), carvão; Minas da Lomba, Lda., Barral, carvão; Henrique Dias Teixeira, Passal de Baixo, carvão; Companhia das Minas de S. Pedro da Cova, S. Pedro da Cova e outras, carvão; Vesey Brown, Rodas do Marão e outras, estanho; Société Minière et Industrielle du Tamega, várias minas em Amarante, estanho.

A receita do imposto mineiro, nos últimos anos tem regulado, em todo o País, em média por 250 contos.

Refere J. M. P. Pinto, nos seus *Apontamentos para a História da Cidade do Porto*, 1869, as seguintes minas relativas ao nosso concelho — *Carvão mineral*:

Covelo e Cabeça do Espigão: é do Sr. Lodi e Nazaré.

Covelo e Gens: é do Sr. Guerreiro.

Covelo e Melres: é do Sr. Rodrigues.

S. Pedro da Cova: é do Sr. Conde de Farrobo. Foi descoberta por Manuel Álvares de Brito, em 1795; esta mina é muito abundante; no ano de 1852 deu para o consumo do Porto, 5.380 toneladas.

EXPLORAÇÃO DA MINA DO RIBEIRO DA SERRA, FEITA ATÉ 1884

A *Companhia das Minas de Gondomar*, com sede em Lisboa, publicou o boletim n.º 1, de Lisboa, em 1884, que abre com a tabela suplementar das análises de quartzo aurífero feitas até 30 de Julho de 1884. Apresenta o número de ensaios (440) relativo aos desmontes do primeiro piso, uns com ouro visível, outros com ouro não visível, indicando o valor por uma tonelada e os gramas de ouro por tonelada, bem como a parte da mina donde saiu a amostra, no César superior e inferior, nos poços mestres, segundos pisos, Vale de Cana, Ferreira Cardoso e um filão novo. Depois apresenta o relatório do Sr. Engenheiro Carlos Leuschner, sobre os trabalhos efectuados na mina da Ribeira da Serra, desde o ano p. p. até ao fim do semestre findo. Relata as edificações concluídas, casa para o engenheiro, outra para o capataz, outra para escritório, outra para poço mestre, armazéns para arrecadação, casa para laboratório e nove habitações para famílias de operários, etc.

Diz que foram montadas as máquinas de lavagem de antimónio, preparação de quartzo aurífero e as de esgoto e extração do poço mestre. Refere que se procedeu ao desmonte, em parte de dois filões: o César e o Ferreira Cardoso. No filão César desmontou-se para cima do nível de esgôto 294^{m2},0042; e no mesmo filão e no primeiro nível 1444^{m2}, 0074.

No Ferreira Cardoso 215^{m2}, 0069, no primeiro nível; estes desmontes produziram 704 barricas, as quais, regulando por média 500 quilos, deram aproximadamente 340 toneladas, já exportadas para Londres. Há também uma pilha de mineral miúdo que deve produzir para cima de 500 toneladas de minério exportável, quando for submetido à nova preparação mecânica.

Destes desmontes resultou também uma quantidade de quartzo que reputa superior a 1.200 toneladas; e muito mais considerável seria o arranque do mineral se não houvesse toda a conveniência de esperar que os maquinismos funcionassem, a fim de reduzir as despesas de lavagem e extração. Expõe em seguida os trabalhos de exploração e pesquisas.

Nos trabalhos do segundo nível prolongou-se a travessa mestra até à extensão de 120 metros. A 65^m cortou-se um filão e a 71^m outro. Estes filões encontram-se perfeitamente metalizados, chegando em pontos a atingir 0^m,60 de espessura. Os trabalhos de exploração, feitos pela Companhia até ao presente são representados pelos seguintes números: 876^m,50 de galerias de avanço; 328^m,40 de galerias travessas; e 198^m,40 de poços de averiguações. Abriram-se mais dois poços de ventilação medindo ambos 37^m,80 de altura; e abriu-se também o poço de extração que vai até ao primeiro nível e mede de altura 20^m,60. Termina apresentando a tabela das análises, que dá 272 ensaios.

O mapa do mineral que produziu a mina do Ribeiro da Serra de 1 de Outubro de 1883 a 30 de Junho de 1884 dá a importância de 24.059\$160 réis, quanto ao mineral antimónio, tanto o vendido no Porto como o consignado a Londres e existente na mina. Acrescentando ainda 500 to-

neladas de mineral antimónio, calculado a 56\$000, líquido de despesa, 28.000\$000 réis e 1.200 toneladas de quartzo aurífero obtém-se o total de 49.183\$260 réis. O balancete fecha com igual quantia de activo e passivo, isto é, 891.455\$136 réis. Os directores, A. Pereira Ferraz, José E. Ferreira Pinheiro e A. José G. Neto Júnior.

(Vide vol. I, págs. 220, desta *Monografia*, onde se desenvolve mais este assunto da mina do Ribeiro da Serra).

No 1.^o vol., págs. de 209 a 211, expusemos o que nos diz, em relatório, o engenheiro de minas, Sr. G. Cudell, em 1885, sobre as minas de antimónio e de quartzo aurífero, no nosso concelho; e dissemos que os trabalhos sobre os filões, construções e utensílios, fariam parte do capítulo sobre indústrias.

O referido relatório ocupa-se, depois, dos trabalhos mineiros já executados: descoberta de entulhos antimoníferos e galaria antiga, que se supõe do tempo dos Romanos, e bem assim de um candil de barro encontrado nos entulhos.

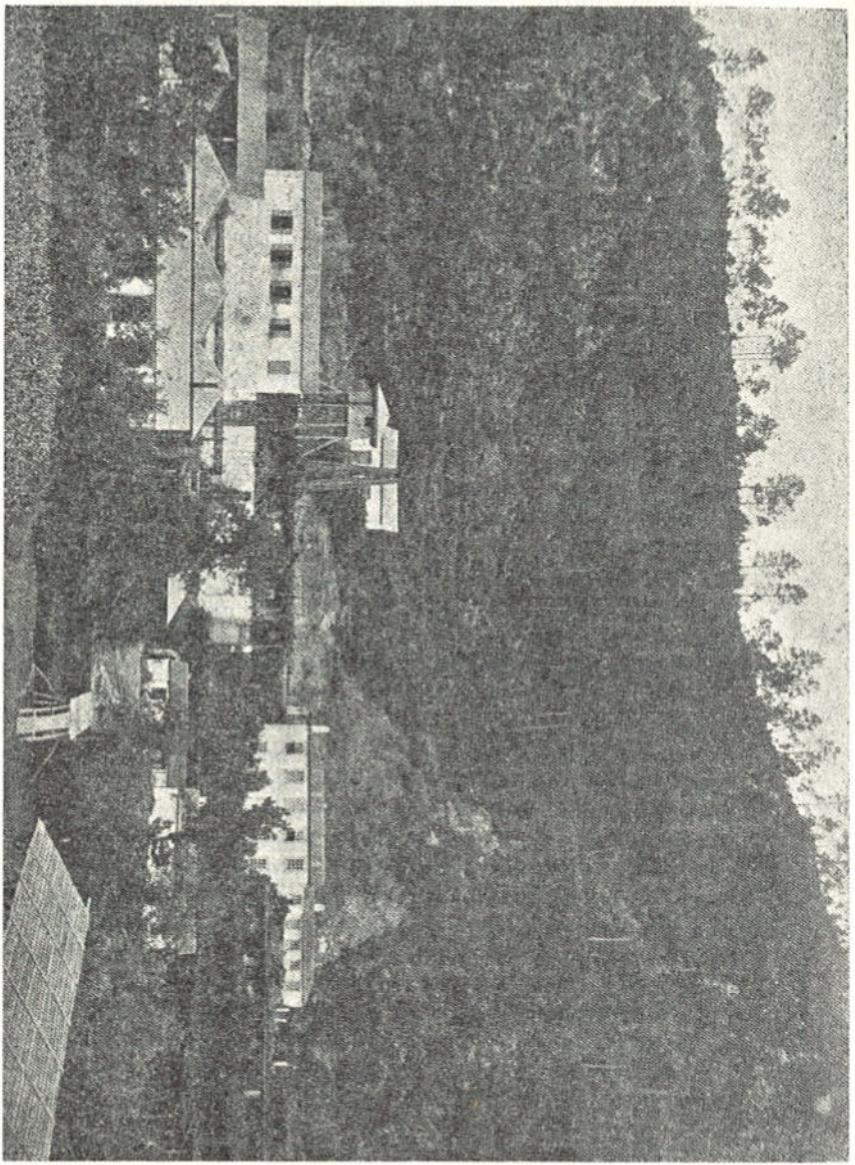
Desenvolve em seguida os trabalhos sobre os filões n.^{os} 1, 2 e 5 e do Campo do Sul. No poço mestre, já numa profundidade de 74 metros apareceram galenas de antimónio salpicadas; e na galaria travessa para o filão n.^o 2 atravessaram-se diversos ramais de quartzo contendo galenas de antimónio salpicadas e algumas betas puras, plumosit e pequenos cristais de blenda de zinco e de calcopirite; no piso n.^o 2 do poço mestre, o filão também mostra galenas de antimónio; e ganga constou de xisto e de quartzo, com amostras de ouro visível. O mesmo se diz do minério encontrado nos trabalhos sobre o filão n.^o 2 (poço de pesquisa) e o filão n.^o 5. A mina do Corgo possuía uma casa, contendo forja, ferramentas, carpintaria, etc.; uma máquina a vapor, uma dupla via de caminho de ferro em toda a extensão do poço mestre, uma bomba, dois separadores hidráulicos, uma balança, uma máquina para enroscar parafusos, etc. Tem o relatório a data de 15 de Dezembro de 1884 e assina-o o engenheiro G. Cudell.

AS MINAS DE ANTIMONIO E DE QUARTZO AURIFERO DE MONTALTO

Já falámos no 1.^o vol., págs. 216, destas minas, segundo o *Inquérito Industrial*, de 1890, relativo a minas e pedreiras. Também no 2.^o vol., a págs. 324, e devido aos preciosos apontamentos fornecidos pelo meu prezado amigo Sr. Joaquim M. dos Santos Rocha, de Covelo, se trata proficientemente desta mina.

Tenho, além disso, presente um trabalho impresso em 1889, e assinado pelo mesmo engenheiro Sr. G. Cudell que se ocupa com muito desenvolvimento deste assunto. Depois de descrever a situação geográfica e meios de comunicação, diz que a moderna indústria mineira de Portugal foi iniciada em 1820 com a exploração das minas de antracite de S. Pedro da Cova, seguindo-se em 1836 a exploração das minas de chumbo do Braçal, e em 1854 a das minas de cobre do Palhal. Em 1858 deu-se princípio à exploração das minas de antimónio existentes nos arredores do Porto. Fala dos salários dos mineiros, entre 200 a 500 réis, segundo as 8 ou 12 horas de trabalho; e de 80 a 100 réis para os menores. A área das seis concessões abrangia o total de 3.282.100 m².

Na concessão Montalto, como minerais aproveitáveis, cita galena de antimónio, às vezes aurífera, acompanhada de pequenas quantidades de pirotibite, plumbosite, pirites de ferro e pimelite (mineral com cerca de 3 p. c. de óxido de níquel); quartzo aurífero e argentífero e ouro nativo, acompanhados de pequenas quantidades de blenda de zinco, pirites de ferro e nacrite. O ouro só desde 1881 é que principiou a despertar a atenção dos industriais mineiros do distrito do Porto, embora desde 1850 se tivessem encontrado várias pepitas de ouro nos aluvões do rio Sousa e outros afluentes do rio Douro. Em 1881 encontraram-se em Montalto, nos desmontes do piso n.^o 4, pequenas pintas de ouro nos quartzos extraídos com o mineral de antimónio. A proporção do ouro (invisível) nos quartzos varia desde 5 a 70 gramas por 1.000 quilogramas de quartzo. Aparece muitas vezes acompanhado de prata na proporção de 40 a 460



VISTA PARCIAL DA MINA DE MONTALTO (1895)
Tirada da Referida (Covelo)

gramas. O ouro visível apresenta-se em pintas impregnadas no quartzo e às vezes na galena do antimónio em lâminas, ao contacto do quartzo e galena de antimónio com as salbandas do filão, e finalmente em pepitas maiores ou menores, tendo aparecido até hoje de 15 gramas. Em seguida ocupa-se dos trabalhos subterrâneos — poços mestres, galeria de Santo António, galeria de S. João, galeria de Santo Agostinho, com as respectivas dimensões de altura, acima do rio Sousa, inclinação e profundidade. Ocupa-se dos 3 pisos interiores, com seus respectivos desenvolvimentos e descobertas. Quanto à produção de minérios, esta mina desde o seu princípio, em 1864, até ao fim do ano de 1888, produziu o total de 6.763.172 quilogramas de galenas de antimónio. Depois de despertada a atenção para o outro, principiou-se com ensaios que deram, na primeira remessa para diversas fundições na Alemanha, no total de 4.517 quilogramas, 325 gramas de ouro; na segunda remessa, em 43.560 quilogramas, 2.629 gramas de ouro; na terceira remessa, em 39.758 quilogramas, 1.296 gramas de ouro; na quarta, quinta e sexta remessas, total das remessas 32.035 gramas, total de ouro 2.933 gramas e total de prata 4.923 gramas; na sétima e oitava remessas no total de 28.020 quilogramas, 2.802 gramas de ouro e 1.089 gramas de prata; na nona, décima e décima primeira remessa, no total de 38.264 quilogramas, apuraram-se 2.974 gramas de ouro e 1.046 gramas de prata. Resumo das remessas: total dos quartzos: 186.154 quilogramas; total do ouro: 12.956 gramas; total da prata: 7.058 gramas. Existem ainda no local da mina de Montalto cerca de 1.000 toneladas de quartzo apartadas desde o ano de 1882. Haverá ainda 5.000 a 6.000 toneladas de quartzo enterradas. O minério de antimónio era exportado para Inglaterra. Quanto à força hidráulica, a mina aproveita a força motriz do rio Sousa; tira-se a água no sítio do açude da Devesa e dali é conduzida para uma levada de 3.000 metros de comprimento para a mina; a queda útil produzida no local da mina é de 11 metros; o canal tem 2 metros de largura por 1^m,20 de profundidade e pode fornecer por segundo um volume de água de 2.000 litros; temos, pois, uma força útil de 205 cavalos de vapor.

Os maquinismos eram: uma roda hidráulica de 8 metros de diâmetro e de força de 30 cavalos de vapor; uma máquina auxiliar a vapor da força de 14 cavalos; quatro bombas cada uma nos respectivos quatro pisos interiores. Todos os encanamentos e transmissões eram solidamente construídos de ferro; com trabalho regular pode-se levantar 1.000 litros de água por minuto. A extracção do poço mestre vertical é feita por um elevador movido pela turbina da oficina de preparação mecânica; nesta oficina, para a preparação do minério, há os seguintes motores e aparelhos: uma turbina da força de 27 cavalos, uma máquina a vapor, etc., como já se disse no 2.º volume, a páginas 326.

Por fim fala da concessão de Caravelo que garante, diz, a exploração e a lavra do filão de Montalto a maior profundidade; igualmente na concessão de Golela há um forte filão que cruzando com o de Montalto deve ocasionar concentrações importantes de minério, mas nesta não existem trabalhos mineiros. Dizem que a mina da Golela atravessa o monte e vem ter à Barbosa. No tempo da Companhia Alemã (Goldbergban am Duero) em 1898 fizeram pesquisas em Trancosa, afirma o Sr. Santos Rocha. Na concessão Altinho dos Lagos há um bem pronunciado filão, atravessando os xistos e conglomerados. Comprovou-se a existência de antimónio. Não há; trabalhos mineiros. Há dois filões na concessão Levada do Rêgo da Peneda, num dos quais se executou um poço de 28 metros de profundidade e galerias na extensão de 60 metros. Na concessão Midões segurou-se a continuação de um dos filões da concessão do Rêgo da Peneda. Nela existem trabalhos antigos. Tem este relatório a data de 30 de Junho de 1889. Assina o engenheiro Gustavo Cudell.

No Verão do ano de 1935, os Srs. Dr. Gaspar da Costa Leite e Manuel Otero Salgado fizeram venda da propriedade do Montalto ao Sr. Sebastião Ferreira Mendes, para aí montar uma fábrica de fiação e tecelagem, que está a construir-se sob a direcção técnica do Sr. engenheiro Óscar Torres.

COMPANHIA DAS MINAS DA TAPADA
E GERÊNCIA DE 1893

Já no 1.º volume, páginas 205 e 206, fizemos referência a esta mina, quanto à sua situação e parte geológica.

Quanto à parte económica, temos presente o Relatório e Contas da Direcção, com o Parecer do Conselho Fiscal, relativo à gerência de 1893 (que nos foi cedido pelo Sr. M. A. Guilherme de Oliveira, de Gens).

É uma sociedade anónima, com o capital de 430.000\$000. Teve a despesa de 60.287\$480 e a receita de 61.152\$160.

A produção de minério de antimónio, durante o ano de 1893 foi de 786t, 301; com a que havia de 1892 que era de 49t,202 perfaz a soma de 835t,503; e tendo sido feita a venda de 692t,129, resta em existência em 31 de Dezembro de 1893, 143t, 374. Apresenta em seguida os documentos diversos. No *desenvolvimento da conta de produtos minerais de 1893* dá a importância de 61.059\$362; é de 50.636\$923 o desenvolvimento da conta de ganhos e perdas desse ano. O activo é igual ao passivo: 500.479\$273.

Quanto a trabalhos subterrâneos, apresenta o mapa, por onde se vê que durante o ano que findou (1892) se fizeram nesta mina, em galerias de avanço, 54^m,40 e em poços interiores 85^m,695, compreendendo neste último número 27,20 que se executaram no trabalho que vai designado de poço da Máquina.

Apresenta depois o mapa dos trabalhos executados na mina de Vale de Pinheirinhos no ano de 1893. Ora já vimos, na página 226, do 1.º volume, os trabalhos relativos a esta mina até ao ano de 1889. Vejamos agora o que nos diz o referido mapa quanto ao ano de 1893. No filão de S. Jerónimo, nas galerias, 2.º piso para O. 46^m,40; 5.º piso para O. 119^m,10; 5.º piso para E. 38^m,60, Poço n.º 10, 27^m,40. No filão de Santa Bárbara, na galeria, 5.º piso para SO. 200^m,40; 5.º piso para NE. 12^m,40; travessa no 5.º piso, 11^m,40; travessa no 6.º piso, 16 metros. No poço de Santa Bárbara, 22^m,60 e depósito para água 6^m,160.

A Caixa de Socorros das Minas da Tapada, dá o balanço em 31 de Dezembro de 1893 dum *deve* igual ao *haver*: 1.973\$737. Concluindo, o relatório, firmado pelo Sr. A. Gomes da Silva, refere que a produção do ano de 1893 foi de 786,301 quilos, menos 99,840 que em 1892 e menos 287,456 que em 1891; e a causa foi devida ao facto de, no maciço do 6.^o piso, ter desaparecido completamente a metalização, «em vez de melhorar, como tudo fazia supor». Eram directores: Adrião de Seixas, Mark Seruya, J. P. Diogo Patrone Júnior.

MINAS DE «S. PEDRO DA COVA»
E «PASSAL DE BAIXO», EM 1914

Do *Boletim de Minas* (Ministério do Fomento), relativo ao ano de 1914, quanto a serviços mineiros, destacamos o que se refere à mina de «*S. Pedro da Cova*».

«Concessionário: — Empresa das Minas de S. Pedro da Cova, Limitada.

Director-Técnico: — Vasco Bramão.

Produção: — Foi de 24.891 toneladas de antracite.

Trabalhos executados: — Galerias, 378 metros; poços, 146 metros; desmontes, 35.934 metros cúbicos; entulhamentos, 31.200 metros cúbicos de vazios. Trabalhou-se durante 300 dias.

Pessoal: — Administrativo e técnico, 16; empregado na lavra da mina, 393; empregado na preparação dos minérios, nas construções e polícia da mina, 141; empregado nas oficinas acessórias, 64. Total, 614.

Este *Boletim* refere-se às minas do Alto do Sobrido, de ouro e antimónio com 1 director e 1 engenheiro e o vencimento cada de 1.200\$00 escudos; as do Passal de Baixo (carvão), com 1 director e 1 engenheiro do mesmo vencimento; 2 capatazes com o vencimento cada de 480\$00 e 1 escriturário, com 300\$00; minas de S. Pedro da Cova (carvão), com 2 directores, de vencimento 1.200\$00, 1 engenheiro, com 1.200\$00; 1 condutor, com 720\$00; 7 capatazes, com 1.620\$00 e 5 escriturários, com 1.284\$00. Minas de Achas e Ribeiro da Igreja (antimónio), sem mais refe-

rências. Isto quanto ao mapa 18; quanto ao mapa 19, a estatística refere-se às minas do Alto do Sobrido, com 8 mineiros nos trabalhos subterrâneos e 4 a céu aberto e 4 safreiros e 4 no esgoto; nas minas do Passal de Baixo, nos trabalhos subterrâneos 6 mineiros, com o salário de \$40; 30 safreiros, com o salário de \$30 e 8 menores de 15 anos, com \$18; nos trabalhos à superfície e remoção de entulho 3 homens, com o salário de \$30 e 8 menores de 15 anos, com o salário de \$14; na extração 6 homens, com o salário de \$40; e no esgoto, 2, com \$30 e 1 menor, com \$16; na mina de S. Pedro da Cova, empregaram-se nos trabalhos subterrâneos 74 mineiros, com o salário de \$45 e 100 safreiros, com \$34 e 50 menores de 15 anos, com \$20; nos trabalhos à superfície e remoção de entulho 53 homens, com o salário de \$36 e 45 menores, com \$14 e na extração 71 homens, com o salário de \$37.

Desastres: — Houve 2 desastres, causando uma morte.

Força motriz: — Foi fornecida por 10 motores térmicos com a potência de 180 H. P.

Exportação: — Não houve. Foram consumidas no País 24.891 toneladas, com o valor de 76.691\$00.

Imposto: — O Estado cobrou o imposto de 1.680\$73.

Despesa: — A despesa da lavra da mina foi de 95.645\$17.

MINA DO «PASSAL DE BAIXO»

Concessionário: — Companhia das Minas de Carvão do Passal de Baixo.

Director-Técnico: — A. A. de Sousa Rego.

Produção: — 460 toneladas de antracite.

Trabalhos executados: — Galerias, 130 metros; poços, 72 metros. Trabalhou-se durante 260 dias.

Pessoal: — Administrativo e técnico, 5; empregado na lavra da mina, 64; empregado no tratamento dos minérios, nas construções e polícia da mina, 2; empregado nas oficinas acessórias, 4. Total, 75.

Desastres: — Houve 6 desastres, resultando deles ferimentos e contusões.

Força motriz: — Foi fornecida por um motor térmico com a potência de 18 H. P.

Exportação: — Não houve. As 460 toneladas de combustível produzido foram consumidas no País, tendo obtido o valor de 552\$00.

Imposto: — O Estado cobrou o imposto de 26\$31.

Despesa: — A despesa da lavra da mina foi de 6.200\$00.

No ano de 1914, o Passal de Baixo produziu 460 toneladas de carvão, com o valor no mercado de 552\$00. S. Pedro da Cova produziu 24.891 toneladas, no valor de 76.691\$00.

O *Boletim* de 1914 trás uma diminuição, bem importante, no valor de 501.329\$00, na exportação e consumo de minérios, reflectindo-se na lavra das minas.

Acentuou-se este enfraquecimento no 2.º semestre desse ano, porque desde o começo da guerra europeia fecharam-se alguns dos mais importantes mercados para a colocação dos produtos mineiros.

A GREVE DOS MINEIROS EM 1923

Em *A Voz da Verdade*, quinzenário republicano de Sant'Ana de Cambas (Mértola), no dia 1.º de Dezembro de 1923, bem longe, portanto, de Gondomar, vem uma local sob a epígrafe *A greve dos mineiros de S. Pedro da Cova* e diz:

«A situação miserável dos mineiros de S. Pedro da Cova, dada a exiguidade de salários, não atingindo o máximo de 6\$50, forçava-os a uma urgente reclamação. Preparavam-se, inteligenciavam-se, quando os surpreende a suspensão dum dos seus camaradas, suspensão essa ditada e imposta pelo engenheiro-soba daquela empresa, arbitriadamente fundamentada no encontro dum mineiro dormindo vencido pelo sono e pelo cansaço depois de 16 horas consecutivas de trabalho.»

Por este motivo a greve foi geral. Pensando a ineficácia das perseguições e violências, a empresa procurou entrar no período de conciliação e junto dos delegados da C. G. T. foi solucionada a greve desta maneira:

«Admissão completa de todo o pessoal aos seus respectivos lugares. Cumprimento integral do horário de 8 horas de trabalho. Sobre as reclamações de ordem material foram feitos aumentos que variam entre 2\$50 e 3\$50, ficando para os mineiros estabelecida uma única classe, com o mínimo de 10\$00. As regalias que tinham antes da greve continuam de pé.»

FINANÇAS DA COMPANHIA EM 1923

A Companhia das Minas de S. Pedro da Cova dispunha no ano de 1923, do capital de 8.687.700\$00, com a reserva de 60.000\$00. O Conselho de Administração era constituído pelos Srs. Dr. João Baptista da Silva, Presidente, Luiz Gonçalves de Oliveira, Dr. Augusto Cupertino de Miranda, João Henrique Andresen e Artur Sérgio. Faziam parte do Conselho Fiscal, Manuel Vicente Ribeiro, Albino Fernandes e António Magalhães Ribeiro.

O balanço, em 31 de Dezembro desse ano, acusava o activo de 13.985.343\$71 e igual quantia do passivo.

VALOR COLECTAVEL DO MINÉRIO DA MINA DE S. PEDRO DA COVA EM 1926

Na sessão de 22 de Maio de 1926, da Câmara Municipal, foi recebido um ofício da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, informando de que o valor colectável atribuído ao minério da Mina de S. Pedro da Cova em 1926 foi de 1.614 contos e 15 escudos (1.614.015\$00); e a taxa fixa a que se refere o § 1.^º do art. 76.^º da lei n.^º 677, foi de 4 %.

PROCESSOS PROFILATICOS A EMPREGAR
NOS TRABALHOS DOS MINEIROS

Com a epígrafe *Parasitismo intestinal dos mineiros de S. Pedro da Cova*, extraímos o seguinte importante trecho, referido no *Congresso Nacional de Medicina*, Porto, Junho de 1927, por Carlos Ramalhão:

«Impunha-se o trabalho de pesquisa parasitária nos mineiros de S. Pedro da Cova, para verificação de parasitas aclimatados no nosso País. Dificuldades estranhas à nossa vontade, afastando-nos de concluir o programa que gizáramos. Tivemos conhecimento da alta percentagem de ancilos-tominados nessas minas; o nosso fim era procurar definir as condições e as possibilidades de contágio, pôr em destaque os meios de profilaxia que defendessem os trabalhadores, assegurando-lhes elementos de protecção, já suficientemente experimentados nos centros infectados. Este estudo foi executado pelos quintanistas de medicina Costa Maia e Davide Ramalhão, os quais durante dois meses e meio procuraram desembaraçar-se duma tarefa bem merecedora do nosso aplauso. Não salientarei os obstáculos a vencer e a grande soma de paciência que estes modestos trabalhadores tiveram de suportar, para não abandonarem os seus trabalhos. Registo o facto, para que, se nova tentativa tiver de ser feita, sejam garantidas aos estudiosos as facilidades que tais missões exigem.

Foram examinados 240 indivíduos de idade e ocupação diversas nas minas. Destes, 75 acusaram nas fezes ovos de ancilóstomo, dando assim uma percentagem de 30,4; isto é, 30,4 % da população mineira acha-se parasitada pelo *ancylostomum duodenalis*.

A avaliação da hemoglobina e a contagem dos glóbulos rubros denunciaram uma *anemia moderada*. Tomando por base uma cifra de glóbulos rubros inferior a 4 milhões, só 18 casos se registam, correspondendo à diminuição globular uma baixa de hemoglobina que oscila por 65 %. Podemos, pois, concluir que nos 73 casos parasitados, só 24,6 % se apresentam anemiados.

Relativamente a idade, concluímos que em 72 infectados (num caso não pode marcar-se a idade, obs. 95), contam-se: 23 no período etário (10-20), 36 no segundo período (20-40), e 13 no 3.^o período, idade superior a 50 anos, isto é, 31,9 %, 50 %, 18 %, cabendo a maior percentagem ao período em que a população operária é maior.

A propósito do tempo de permanência da mina verificamos o seguinte: dos 72 infectados há um grande número de operários que vivem nas minas durante longos anos.

Escalonando-os, pudemos averiguar que num período de 1 a 5 anos há 15 infectados; num período de 5 a 10 anos há igualmente 15; 31 num período de 10 a 20 anos e num período superior a 20 anos há 11, registando-se (obs. 119) o facto de um indivíduo trabalhar há 42 anos no fundo das minas!

A associação parasitária é frequente e mista: infecção parasitária quase constante pelo *áscaris*, *trichocephalus* e *oxyurus*. Em 240 examinados, encontram-se as seguintes percentagens: em 5 casos ausência de parasitas; 1 caso pelo *trichiurus* (obs. 117); 3 casos pelo *oxyurus* associado ao *áscaris*, *trichiurus* e *ancylostomum*; 37 pelo *áscaris lumbricoides*; 194 casos, ou 80,8 % revelam duma maneira constante *áscaris*, associados ao *trichiurus*. Nos 72 ancilostomiados, a associação de *áscaris* e *trichiurus* é quase sempre constante.

Em 240 examinados, 68 estiveram fora do País ou exerceiam a sua profissão noutras minas de Portugal.

... A ancilostomose sobressai nos individuos que estiveram em Espanha; e em Portugal a maior percentagem cabe aos que permaneceram nas minas de Passal de Baixo e Midões.

Dos 73 casos positivos, 24 pertencem a indivíduos que trabalham noutras minas ou fora do País, ficando, pois, 49 que seguramente se infectaram nas minas de S. Pedro da Cova.

Evolução do parasita. — Impunha-se a determinação da temperatura e do grau de humidade, como factores necessários à evolução do ovo. A temperatura tem influência

marcada no desenvolvimento, podendo este efectuar-se a partir de 15°, embora lentamente e mais rapidamente a partir de 18°. Temperaturas registadas nos poços:

Poço da Bimbarra:

3. ^o piso — Sul	TM. 23°, 5 — Tm 23°
Norte	22°, 5
Entre-piso	22°, 75
4. ^o piso — Norte	21°, 5
a meio	20°
5. ^o piso — Norte	21°, 15 — H — 91 %
6. ^o piso — Norte	23°, 75 — H — 91 %

Nota: — Encontram-se fezes em várias galerias; na do 6.^o piso havia uma vala onde corria água e fezes!

Neste poço não há retrete. Fezes semeadas pelo método de LOOSS: larvas de *ancylostomum* verificadas no fim do 4.^o e 8.^o dia de exposição.

Poço Santa Helena:

1. ^o piso	T 27° — H — 96%
Noutro ponto	TM. 25°, 5 — Tm 25°

Nota: — Encontram-se fezes em várias galerias; em duas observações microscópicas constatou-se a existência de bastante ovos de *áscaris* e alguns ovos de *ancylostomum*. Duas placas semeadas revelaram: no fim de 3 dias — larvas de *ancylostomum*. Neste poço não há retrete.

Poço de S. Vicente:

1. ^o ponto	21°, 5
2. ^o »	TM. 23° — Tm 22°, 5

Nota: — Neste poço há uma retrete: caixa de madeira com abertura numa das fases; dentro encontra-se um vaso de folha reservatório das fezes, com uma pequena porção de cal.

Poço de S. Pedro: — Poço de exploração recente com duas galerias. A mais superficial a 25 metros da superfície com a direcção N. S.; a segunda com a mesma direcção e a 6 metros de profundidade.

1. ^o piso — Norte . . .	18°,5
Sul . . .	TM. 19° — Tm 18°,5
2. ^o piso — Norte . . .	22° — H — 19%
A meio da galeria . . .	TM. 21°,5 — Tm 21°

Nota: - - Há duas retretes e pareceu-nos o mais higiénico dos poços. Nele trabalham cerca de 20 mineiros. Todas as placas semeadas revelam larvas.

Poço de Farrobo: — Este poço tem três pisos, sendo o último muito pouco ventilado.

2. ^o piso	TM. 20° — Tm 19°,5
Noutro piso	19,5

Poço de Jesus: — Poço baixo com dois pisos e água abundante. T 19°,5. Não há retretes. As placas semeadas mostraram larvas ao 5.^o dia.

Rampa: — Poço pequeno e em declive. TM 22°,5 — Tm 22°. Placas positivas ao 6.^o dia.

Devesas: — Poço pequeno. T Norte 23°. Quatro placas semeadas mostraram cultura positiva no fim de 5 dias.

As temperaturas registadas, a humidade e a presença de ar, factores indispensáveis ao desenvolvimento da larva, encontram-se em todos os poços das minas de S. Pedro da Cova. A verificação pelas culturas confirma a possibilidade da contaminação. A presença de fezes nas lamas revelando ao exame microscópio ovos de *ancylostomum*, traduz o grau de inquição dessas minas.

Em face de tais documentos, o mineiro tem de ser protegido, promovendo-se uma campanha sanitária, moldada nos preceitos já regulados e aplicados em todos os centros mineiros». E mais abaixo: «Se é certo que a ancilos-

tomose nos mineiros de S. Pedro da Cova não acusa um aspecto clínico grave, visto que, além de fenómenos dolorosos e edemas, o estado de anemia não é muito acentuado, há contudo necessidade de extinguir o parasita, saneando as minas. O mineiro vive em condições péssimas: «quase sempre *nu* da cinta para cima, descalço, fazendo as suas refeições sem precauções de limpeza e dejectando livremente em vários pontos das galerias. A continuar tal sistema, nunca será possível exterminar o mal. São poucos os poços que têm retrete, e resta saber onde e como são desinfectadas as fezes recolhidas nos baldes de folha.

Diz mais o autor deste interessante artigo que ao Dr. Toscano Rico (¹) se deve a descoberta da doença entre nós e os primeiros ensaios terapêuticos pela essência de *Chenopodium*. Tornam-se, pois, necessárias e urgentes medidas profiláticas. Refere que «em Fevereiro de 1921, a Comissão Rockefeller apresentou um relato dos trabalhos feitos por Darling e Smillie sobre a ancilostomose no Brasil, concluindo que o medicamento que mais vantagens oferecia e de manejo mais fácil, era o óleo de chenopodium, dado aos parasitados em duas doses de 0,75 cc. com intervalo de 2 horas, e 2 horas, depois da última dose, o indivíduo ingeriu um purgante salino». Afirma que dois tratamentos bastavam para se produzir uma expulsão de 97 % dos ancilóstomos. Igualmente conta que, em 1923, Peyre tratou 200 casos de ansilostose por esse óleo, concluindo que a mistura rícino-chenopodium é prática, inofensiva e muito eficaz. Também, diz, foram verificados os efeitos do tetracloreto de carbono, na Guyana holandesa, em Cayena e em Saint-Laurent; porém, pois, que tal medicamento é um excelente agente terapêutico.

Termina assim:

«Nas minas de S. Pedro da Cova, e de resto em todas as outras que se encontram infectadas, impõe-se:

(1) Toscano Rico. *Société de Biologie*, 1926, II, págs. 15, 93, 1595.

Regras de saneamento do solo. — a) colheita em recipientes apropriados das fezes e sua destruição ulterior; b) distribuição de água potável; c) ventilação e drenagem das galerias.

Regras individuais. — a) exame em série para selecção dos parasitados e seu tratamento; b) fornecimento ao mineiro de calçado apropriado; c) impedir que se alimentem no fundo das minas, desprezando, como presentemente, sucede, as mais rudimentares precauções de limpeza.

Regras gerais. — a) exigir a construção de enfermaria, balneário, refeitório e vestíario.»

Isto será o mais estritamente indispensável para garantir ao mineiro, na sua árdua e extenuante lida diária, a higiene precisa à sua vida.

CENTRAL TERMO-ELECTRICA DESTAS MINAS

A respeito da «bacia carbonifera do Norte e a solução termo-eléctrica do problema de Electricidade no Norte de Portugal», o distinto engenheiro das Minas de S. Pedro da Cova, Dr. Augusto Farinas de Almeida, publicou em 1929 uma Separata do *Boletim da S. E. C. N. P.*, n.º 1, ano III, a qual, a págs 4, diz:

«Não creio mesmo que seja frequente e fácil encontrar uma bacia carbonifera que reúna tantos predicados necessários para a alimentação duma Central termo-eléctrica como a bacia antracitosa do Norte. A sua localização próxima do maior centro de consumo da região e de um dos nossos maiores cursos de água; a estrutura do seu jazigo onde aparecem misturados carvões de alto preço com outros de preço baixo, de desmonte simultâneo, aparecendo os segundos como sob-produtos dos primeiros; o desenvolvimento relativo de alguma das minas da região e a fácil lavra de outras; a facilidade de resolução do problema de transporte dos carvões para o sítio próprio da central; e até as condições em que se apresenta a lava destas minas, sem muitas das grandes dificuldades que complicam a exploração de bastantes minas estrangeiras; todos estes factos, re-

pito, me parecem tão favoráveis e extraordinários, que não sei de que me admire mais: se da sua reunião numa única bacia, se do fastamento sistemático a que os carvões do Norte têm sido votados quanto à resolução do problema que nos ocupa.»

Arquivamos a opinião autorizado deste homem de ciência e lamentamos o facto.

O citado engenheiro depois de apresentar a análise média anual dos carvões $0/25 \text{ m}^3/\text{m}$ deduzida das análises diárias feitas na mina e ainda outras, bem como a média da extração diária das toneladas deste combustível e os componentes salários, etc., termina o seu curioso e bem elaborado estudo por esta conclusão:

«Pelo preço de kw produzido, mais baixo que o hidro-eléctrico; pela imobilização dum capital muito menor; pelo valor das reservas das Minas do Norte, que permitiriam assegurar um prazo longo correspondente à sua amortização, sem prejuízos da economia nacional; pelas vantagens que poderiam advir para o País da criação duma autêntica indústria mineira; por tudo isto considero a solução termo-eléctrica, quer como transitória quer mesmo como a mais conveniente para um prazo mais ou menos longo.» É um trabalho consciente e de alto valor.

TRABALHOS MINEIROS E PRODUÇÃO EM 1932

A mina do «Passal de Baixo»:

Pelo Ministério do Comércio e Indústria, foi publicado o *Boletim de Minas* relativo ao ano de 1932, cujo capítulo I trata da Lavra de Minas, nesse ano. Quanto às minas de carvão, cita a do «Passal de Baixo», da freguesia de S. Pedro da Cova. E diz: «Concedida a Henrique Dias Teixeira».

Produção: — A mina produziu 162t,35 (4t,50 de terceira qualidade e 157t,85 de mistos), que foram expedidas para venda no País.

Trabalhos executados durante o ano: — A lavra limitou-se ao arranque de carvão encontrado no decurso dos trabalhos de conservação.

Despesa total da lavra: — 15.098\$92.

Pessoal da direcção técnica e da administração; vencimentos anuais médios: — 1 engenheiro e 1 capataz (a 5.200\$00).

Pessoal operário; salários médios diárias: — 5 operários (4 homens e 1 mulher), assim distribuídos: a) na lavra subterrânea; 2 mineiros (a 9\$00) e 2 safreiros (a 7\$25); b) na remoção de carvão: 1 mulher (a 6\$00).

A mina de «S. Pedro da Cova»:

Concedida à Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova.

Produção: — Foi de 183.289 toneladas de antracite, em bruto. A escolha produziu 167.474 toneladas sendo de carvão, 678 de «chauffage», 6.071 toneladas de superior, 30.301 toneladas de segunda, 4.530 toneladas de crivado, 112.411 toneladas de misto, 8.947 toneladas de pó e 4.536 toneladas de lavados. Foram expedidas e vendidas no País 151.090 toneladas, sendo 1.010 toneladas, 6.301 toneladas, 20.972 toneladas, 5.707 toneladas, 108.500 toneladas, 5.297 toneladas e 3.303 toneladas daquelas qualidades, respectivamente.

Em depósito na mina e no Monte Aventino ficaram 33.745 toneladas, sendo 5 toneladas, 101 toneladas, 10.108 toneladas, 296 toneladas, 15.520 toneladas, 6.480 toneladas e 1.233 toneladas das ditas qualidades.

Trabalhos executados durante o ano: — Somaram 190 metros de poços com saída para o exterior (a 50\$00 por metro), 215 metros de poços interiores de serviço (a 500\$00 por metro), 250 metros de poços de divisão de maciços (a 50\$00 por metro), 3.085 metros de galerias de avanço (a 100\$00 por metro), 675 metros de galerias travessas e de esgoto (a 1.000\$00 por metro), 72.524^{m³} de desmontes na área de 36.732^{m²} (a 80\$00 por m²) e 40.750^{m³} de entulhamentos de vários (a 15\$00 por m³).

Segundo o relatório apresentado pelo engenheiro director-técnico Farinas de Almeida, os trabalhos distribuiram-se da forma seguinte:

No exterior. — Além dos trabalhos correntes, instalaram-se duas câmaras de transformação de energia eléctrica na relação de 15.000 volts para 400, e construiram-se quatro

carregadeiras de alvenaria para o serviço do cabo aéreo, com a capacidade de 160 toneladas.

No interior. — 1.^o piso. — A lavra concentrou-se principalmente na zona do poço de S. Pedro, podendo considerar-se como esgotada a 1.^a camada deste piso até à superfície, entre o poço Bimbarra e 160 metros ao Norte do poço S. Pedro, salvo o maciço de protecção do Terreiro Novo e o banco do muro entre o poço Farrobo e o poço Esperança.

A 2.^a camada foi trabalhada numa pequena zona ao Norte da Travessa do Passal (Secção Sul) e junto ao antigo poço de Santo António.

Na 3.^a camada lavrou-se uma pequena zona no extremo Sul, um prisma ao Norte do poço Farrobo e outro ao Norte do poço S. Pedro, em acabamento de extracção. Um outro prisma de carvão para o caso de ser necessário um aumento inesperado de produção, foi definido por uma nova travessa de 400 metros. A produção deste piso atingiu 64.301 toneladas.

2.^o piso. — É servido pelo poço S. Vicente e está a 94 metros abaixo da boca deste poço. Na 1.^a camada os trabalhos foram pequenos por a galeria do muro não ter avançado suficientemente para Norte, de modo a poder-se abrir novas travessas marcando outros prismas para desmonte.

A lavra da 2.^a camada teve lugar numa zona importante de 180 metros de extensão entre as travessas de S. Vicente e da Serra. O carvão apresenta intercalações de xisto. Na 3.^a camada foi a zona principal do desmonte deste piso, tendo-se extraído 45.000 toneladas numa zona de 300 metros de extensão. Na 4.^a camada apenas se desmontou um maciço de 30 metros.

3.^o piso. — É servido pelo poço Novo, encontrando-se a 134 metros abaixo do nível da boca deste poço e a 116 metros da do S. Vicente.

Na 1.^a camada houve pequenos desmontes ao Norte do poço Auxiliar, e não se pode intensificar a lavra em virtude da grande quantidade de água de infiltração. Na 3.^a camada

fizeram-se trabalhos de traçagem sendo insignificante o desmonte efectuado. Na 4.^a camada. — Fez-se desmonte numa zona de cerca de 100 metros, que foi o maior deste piso.

4.^o piso. — Com serventia por dois poços auxiliares, o poço Bimbarra, a Sul, trabalhando como poço auxiliar do 2.^o piso e a Norte o poço auxiliar aberto no muro da camada; por eles se eleva o carvão para o 2.^o piso. Está a 157 metros abaixo do nível da boca do poço de S. Vicente. É um piso em preparação. Na 1.^a camada fez-se o desmonte dos maciços de protecção do poço auxiliar do Sul, já fora de serviço e fez-se a traçagem em volta do novo poço auxiliar, simultaneamente com alguns desmontes. Procedeu-se ao conhecimento da 3.^a camada fazendo-se o seu recorte por uma galeria travessa.

Despesa total da lavra: 5.963.015\$40.

Pessoal da direcção técnica e da administração; vencimentos anuais médios. — 5 engenheiros (a 29.520\$00), 4 químicos (a 3.000\$00), 9 geómetras (a 8.400\$00), 22 capatazes (a 6.221\$00), 30 mestres e encarregados (a 4.000\$00), 2 administradores (a 6.000\$00), 3 directores (a 30.000\$00), 68 escriturários (a 7.514\$60), 5 apontadores (a 3.245\$00), e 40 guardas (a 3.294\$00). Total 182 pessoas.

Pessoal operário; salários médios diárias. — 1.462 operários (1.029 homens, 138 rapazes, 218 mulheres e 77 raparigas), assim distribuídos: — a) na lavra subterrânea; 218 mineiros (a 12\$00), 450 safreiros (a 10\$00) e 47 rapazes (a 6\$00); — b) na remoção de madeiras, etc.: 146 homens (a 7\$00), 19 rapazes (a 2\$50), 85 mulheres (a 5\$50) e 12 raparigas (a 2\$50; — c) na extração e no esgoto: 17 maquinistas (a 10\$00), 9 fogueiros (a 9\$50), 22 arreadores (a 10\$00) e 10 bombeiros (a 10\$00); — d) nas oficinas de tratamento manual do minério: 29 homens (a 8\$00), 54 rapazes (a 3\$00), 133 mulheres (a 5\$00) e 65 raparigas (a 3\$00); — e) nas construções: 10 carpinteiros (a 10\$00), 5 pedreiros (a 8\$50), 11 trabalhadores (a 6\$00), 10 outros artífices (a 10\$00) e 4 rapazes (a 3\$00); — f) nas oficinas gerais: 6 electricistas (a 12\$00), 23 fogueiros (a 8\$00), 26 serrálheiros (a 10\$30), 11 rapazes, aprendizes (a 5\$00), 4 forjadores (a 10\$50), 2 ajudantes (a 6\$50), 10 carpinteiros (a 10\$00),

1 rapaz, aprendiz (a 5\$00), 1 serrador (a 10\$50), 4 ajudantes (a 6\$50), 8 outros artífices (a 10\$00) e 1 rapaz (a 5\$00).

Vítimas de desastres. — 1 morto e 482 feridos.

Motores e máquinas diversas. — 7 máquinas a vapor fixas, uma de 400 cv, uma de 150 cv, uma de 60 cv, e 4 de 25 cv, 1 locomotiva a vapor de 25 cv; 4 automóveis; 3 dinamos de 220 kw, 210 kw, e 25 kw, accionados pelas duas primeiras máquinas a vapor; 25 motores eléctricos, 1 de 80 kw, 2 de 40 kw, 1 de 24 kw, 1 de 23 kw, 6 de 18 kw, 1 de 17 kw, 2 de 12 kw, 1 de 10 kw, 1 de 6 kw, 5 de 4 kw, 1 de 3 kw, 1 de 1 kw, 2 de menos de 1 kw; 3 compressores de ar, 2 de 60 cv e 1 de 25 cv; 8 perfuradoras e 2 escavadoras a ar comprimido de 6 cv.

Animais empregados: 12 bois e 2 muares.»

A págs. 56 do referido *Boletim*, quanto a minas de chumbo, se referem os *registos mineiros efectuados*, entre eles 6 de chumbo, antimónio e ouro no concelho de Gondomar, e 1 de ouro, antimónio e cobre, no mesmo concelho.

Quanto a concessões, foram adjudicadas a José Caetano Salema Garção, minas de chumbo e ouro, a 19 de Setembro desse ano de 1932 (Serra do Facho) com a área de 5.222^a,44.

E concessões abonadas, as de antimónio de Montalto (Covelo) a 12 de Novembro (data da publicação da declaração), com a área de 9.800^a.

No livro IV, diversos, contém a lista cronológica das minas que foram concedidas até à actualidade. Nessa lista refere como incluídas no Couto Mineiro de Valdeão as de minério de carvão, do lugar do Seixo, em Fânzeres e de Valdeão, de Rio Tinto, com a área respectivamente de 8.803^a, ambas pelo decreto ou alvará de concessão de 2 de Março de 1917.

Igualmente nesta lista se conta o carvão antracite de Gens, Midões e Covelo n.^o 4, com a área de 4.956^a,50, pelo decreto ou alvará de concessão de 3 de Agosto, de 1922; e a de manganês de Zebreiros, da freguesia de S. João da Foz do Sousa, com a área de 5.000^a, pelo alvará de concessão de 25 de Janeiro de 1924; por último vem a mina

de carvão do lugar do Seixo n.º 3, de Fânzeres, com a área de 6.147^a, pelo alvará de concessão de 20 de Dezembro de 1929.

MARCENARIA DE GONDOMAR

Já dissemos, a págs. 90 deste volume, que os mercados da cidade do Porto e doutras terras estão hoje abastecidos com móveis manufacturados em Valbom, Vila de Gondomar, Fânzeres e alguns de S. Pedro da Cova. Falámos então da qualidade da madeira empregada para artefactos dessa indústria local e da situação económica da classe (veja-se a respectiva nova).

Esta indústria local é também muito antiga e os artistas dispõem, como os ourives, dumra rara habilidade natural para estes trabalhos, alguns dos quais são modelos de perfeição artística. Pena é que não tenha havido da classe patronal aquela protecção que seja indispensável à vida do pobre operário, que na sua maioria vive em fraca situação material; e quanto à instrução técnica, já hoje, graças a Deus, dispõe da Escola Industrial de Marques Leitão, onde pode colher elementos seguros para a execução desses trabalhos. Por isso a classe luta pelo seu movimento associativo. Para que os leitores façam ideia do esforço feito pela associação dessa classe, vejamos a

FUNDAÇÃO E FINS DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS OPERARIOS MARCENEIROS VALBOENSES

Esta Associação foi fundada a 14 de Julho de 1898; o seu alvará teve aprovação superior em 26 de Julho de 1899. Em 1928 estavam inscritos 146 sócios. Num ofício que me foi dirigido pelo cartorário, Sr. António Alves Freixo, em 11 de Outubro de 1928, vê-se que «por vezes esta Associação tem reclamado da classe patronal aumento de salário e redução do horário de trabalho; e tanto assim que em 1927 encetou um grande movimento para que fosse mantido em todas as oficinas o horário das 8 horas, enviando ao Tribunal das Transgressões alguns industriais». Há seguramente 20 anos que vem subsidiando os seus associa-

dos na doença ou invalidez, com a sua caixa de pensões, que tem anexa. Os seus fins são: criar uma caixa de auxílio, destinada a subsidiar os sócios desempregados; procurar por todos os meios dignos obter melhoramentos, quanto à situação material e moral dos membros da classe; promover a criação de cooperativas de produção, consumo e quaisquer outras; criar uma escola e biblioteca; realizar conferências, palestras, saraus, etc., para instrução e educação dos sócios. A sua sede era no lugar da Culmeira — Valbom.



FUNDAÇÃO E FINS DA ASSOCIAÇÃO DE CLASSE DOS INDUSTRIAIS DE MARCENARIA DE GONDOMAR

A sua fundação data de 19 de Julho de 1919. O alvará de aprovação dos seus Estatutos é de 23 de Março de 1920. Em Outubro de 1928 tinha 85 sócios, mas o número dos que transitaram por esta Associação até essa data era de 321. Os seus fins compreendem o estudo e defesa dos interesses económicos de seus associados, criar escolas, uma caixa de pensões para os sócios, organizar exposições e congressos das suas indústrias e fundar uma biblioteca. Como serviços prestados, criou uma caixa de pensões que subsidia os sócios, quando doentes ou inabilitados. Organizou uma exposição de mobiliário na sua sede em 1921, que deu excelentes resultados. Além disso tem acompanhado com a maior solicitude todas as reclamações a favor da classe.

Era então presidente da Direcção, o Sr. António Vieira.

A INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO DE GONDOMAR E AS EXPOSIÇÕES DE LISBOA E PORTO

Abriu, em 8 de Junho de 1933, em Lisboa, o segundo ciclo da *Grande Exposição Industrial Portuguesa*. A ela concorreu a *Cooperativa de Mobiliário de Gondomar*, com mobiliário próprio, enviando para essa exposição uma rica mobília de casa de jantar, estilo moderno, construída em nogueira americana, guarnecid a folha de *Ronce* e *Pau Rosa* e composta de 15 peças: guarda-pratas, aparador, mesa e 12 cadeiras.

No dia 17 do referido mês e ano, também se inaugurou, no Palácio de Cristal, no Porto, a *Exposição do Norte de Portugal*; igualmente a ela concorreu a *Associação dos Industriais de Marcenaria de Gondomar*, expondo duas belas mobílias: uma de quarto de dormir e outra de casa de jantar.

**SESSÃO CORPORATIVA INAUGURAL DO SINDICATO
NACIONAL DOS OPERARIOS MARCENEIROS E OFÍCIOS
CORRELATIVOS DO DISTRITO DO PORTO, COM SEDE
EM GONDOMAR**

Presidida pelo Sr. Dr. Correia Pinto, delegado do Instituto Nacional de Trabalho; no Porto, realizou-se no dia 17 de Janeiro de 1939, no edifício do Grupo Nun'Álvares Valboense, a sessão corporativa inaugural do Sindicato Nacional acima referido; outra igual sessão se realizou no dia 15 de Fevereiro, na rua da Igreja, freguesia de Fânzeres, para o mesmo fim. Este Sindicato já em Dezembro de 1936 estava de posse dos Estatutos devidamente aprovados pelo Sub-Secretário das Corporações e Previdência, bem como do alvará respectivo.

**INAUGURAÇÃO DO PRIMEIRO ARMAZÉM DE VENDAS
DA COOPERATIVA DE MOBILIÁRIO DE GONDOMAR.
NOMES DE ALGUNS MARCENEIROS**

No domingo, 30 de Outubro de 1932, no antigo lugar de Pinheiro de Além, hoje Rua Dr. Joaquim Manuel da Costa e no rés-do-chão do conhecido Palacete Santos, realizou-se a sessão inaugural do primeiro armazém desta Cooperativa, abrindo desde então as suas portas ao público que acorreu com entusiasmo a visitar as suas interessantes instalações; ali se viam luxuosas e bem construídas mobílias, do mais requintado bom gosto; a-pesar-de ser uma incipiente tentativa, não deixou de ser uma honrosa esperança para o engrandecimento da classe, pois o armazém começou a ser muito visitado, tendo-se realizado já animadoras transacções.

Do *Anuário Comercial*, de 1937, colhemos os nomes de alguns marceneiros que, como os ourives, devem figurar neste trabalho monográfico.

São eles:

Em *Fânceres*: — Adriano Paulo da Silveira, Alberto Ferreira Querido, Alfredo Augusto Leite, Américo Coelho, António Martins de Oliveira, Domingos Ferreira Balio, Domingos da Silva Santos, Francisco Vieira Barbosa, João Martins de Oliveira, João de Sousa Salgado, Joaquim Martins dos Santos, Joaquim Soares, Joaquim de Sousa, Manuel Alves de Castro, Manuel Martins Ferreira, Pompeu Martins Moutinho e Vicente de Sousa Rocha.

Em *Rio Tinto*: — David Ferreira Soares (Perlinhas).

Em *Valbom*: — Albino Martins de Sousa, Alfredo de Castro Sousa, António Alves da Silva, António Godinho Pinto, António Gonçalves Pinto Moreira, António da Rocha (Major), António Soares, António de Sousa Ramos, Augusto Pereira, Camilo José Ferreira, Cooperativa de Mobiliário de Gondomar, Damião Pinto Vieira, Francisco Ferreira Sarinho, João Pereira da Silva, Joaquim Vieira da Cruz, José Fernandes Ramos, José Gonçalves de Oliveira, José Teixeira, Júlio Francisco da Silva, Manuel Fernandes, Manuel Fernandes de Magalhães, Salvador António Viana e Salvador Pereira de Castro.

Em *S. Cosme*: — Abel Ferreira Cardoso, Albino Araújo, Américo Martins das Neves e António Pinto de Magalhães.

Como facilmente se pode calcular, estes nomes são colhidos, como representando alguns elementos da classe; temos presente um rol que nos foi fornecido, do número de carpinteiros e marceneiros, que atinge o número de 142; e ainda inclui apenas os donos das oficinas, mas nem de todas.

ESCOLA INDUSTRIAL DE GONDOMAR

Referimo-nos acima à existência da Escola Industrial de Marques Leitão, criada por decreto de 13 de Dezembro de 1921, e que funciona no lugar de Lamas, freguesia de Valbom. Para este assunto chamamos a atenção dos leitores, podendo consultar o 3.^o volume, a págs. 43 e seguintes.

INDÚSTRIA DA PESCA EM VALBOM

O ilustre Professor e Director do Instituto de Investigação Científica de Zoologia da Universidade do Porto, o falecido Sr. Augusto Nobre, publicou em 1935 um volumoso livro intitulado *Fauna Marinha de Portugal*, que, a págs. 180, referindo-se à indústria da pesca do Norte do País e principalmente aos pescadores valboeiros, faz as seguintes considerações: «A pesca em Valbom arruinou-se e terminou». Mais abaixo prossegue: «Da antiga pesca com as lanchas de Valbom desapareceu quase tudo; restam apenas alguns pescadores, velhos e indigentes. Por serem curiosas algumas notas sobre esta pesca e que não tardarão a desaparecer da tradição oral, também julgamos interessante arquivar aqui algumas informações, obtidas por o antigo funcionário do Museu de Zoologia e que vive em Valbom, o Sr. Caetano Pinto Pimenta.

O primeiro pescador ouvido foi um velho de 84 anos, Manuel Rafael, o «Manuel do Mar» e que afirmou ter conhecido apenas 8 lanchas, em algumas das quais serviu como marinheiro. As lanchas regulavam por um comprimento de 52 palmos por 16 de largura e eram tripuladas por 24 homens, além do arrais, e por 2 a 3 moços ajudantes.

Em Campanhã, segundo o mesmo informador, havia 2 lanchas na praia do Esteio, un.a comandada pelo arrais Ventura, o «Malhado», que era o nome dessa lancha, e outra, a «Basteira», cujo mestre era Joaquim Frade.

Avintes tinha ainda duas outras lanchas, a «Graciosa» e a Andorinha». O segundo informador que, como o primeiro, vive da caridade, chama-se José Carriço, o «Zé da

Neca», de 74 anos de idade, também de Valbom. Este diz que se lembra de ter havido 9 lanchas na praia da Ribeira do Abade, cujos comprimentos não excediam 55 palmos. Eram tripuladas, cada uma, por 24 homens e 4 a 5 rapazes, como ajudantes. O desaparecimento da última lancha foi há já algumas dezenas de anos. Emigraram alguns velhos pescadores de Valbom para o Brasil, tendo morrido a maior parte deles e vivendo os outros na indigência. Dizem os dois informadores, que já nos últimos anos da existência das lanchas, começaram a aparecer as «catraias» para a pesca da sardinha, que deram bom rendimento. Depois vieram as traineiras, que durante alguns anos ancoraram naqueles sítios, vendendo aí o peixe. Actualmente, a indústria da pesca tende a desaparecer, porque os filhos da maior parte dos pescadores se dedicam a outros ofícios, os de marceneiros e de trolhas. Lanchas e catraias já não existem.

Ainda me recordo desses peditórios lúgubres que os pescadores faziam pelas ruas do Porto, com a vela enrolada e apoiada sobre os ombros da campanha, caminhando em fila, nas ocasiões dos longos e grandes temporais que impediam as lanchas de ir ao mar e traziam a miséria aos seus pobres lares».

Triste e comovedor espetáculo!

O mais que diga respeito à pesca nas freguesias do concelho já ficou descrito no 1.^º vol., págs. 325 e no 3.^º, a págs. 447 e seguintes.

OBRAS DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DA ENERGIA ELÉCTRICA

O engenheiro Sr. Ezequiel de Campos apresentou no 3.^º Congresso de Electricidade, em Coimbra, no ano de 1926, novo trabalho acerca do importante problema da produção e transporte da electricidade. Princípio por afirmar que «por todo o mundo vai-se resolvido o problema da energia cada vez por instalações mais poderosas, e estas dia a dia mais interligadas, reduzindo-se de ano para ano



na indústria a produção da energia por conta própria, a não ser em circunstâncias especiais de evidente proveito».

Faz em seguida uma apreciação, com dados estatísticos, do que acontece lá fora, nos Estados Unidos da América do Norte, na Suíça, na Itália e na Espanha; quanto a Portugal, diz que só temos a central hidro-eléctrica de Lindoso, da Electra del Lima, com valor mediano, para serventia regional, relacionada com a termo-eléctrica do Freixo — sendo a central de Lindoso e a linha de transporte Lindoso-Porto de capital espanhol, por quotização das sociedades Hidroelectrica Espanhola, H. Ibérica, Electra de Viesgo, Cooperativa Eléctrica de Madrid, Electra Valenciana, Union Electrica Vizcaina, Union Electrica de Cartagena.

A lista das centrais eléctricas portuguesas, desde o Coura até ao Alva não encerra mais nenhuma que ultrapasse o abastecimento a bem dizer local, com unidades de 7.000 kw, ou capaz de directamente, ou por auxílio termo-eléctrico, poder assegurar aquela potência no csto. Varosa que vem até Matosinhos, tem a unidade maior com 4.300 kw, e por enquanto muito pequena no verão. À excepção de Lindoso e a sua serventia, toda a produção da nossa região atlântica está ainda desconexa e individualizada, na maior parte pelo vapor; e não há também nenhuma outras linhas de transporte de electricidade, além das de Lindoso e da Varosa. Estudando as necessidades do mercado para determinar a ordem de grandeza dos recursos de energia e de instalações, conclui «que é da ordem de 100 milhões de kw a necessidade de energia eléctrica utilizada dentro de cinco anos, para a região atlântica do Porto a Lisboa, na pior hipótese do mercado».

Quanto aos recursos actuais da produção de electricidade, diz que ainda não há nenhuma central hidro ou termo-eléctrica portuguesa capaz de abastecimento regional. Supõe que o abastecimento da maior parte das vilas e cidades da região atlântica se mantém até 1930 com os recursos actuais da produção.

Lindoso dispõe de $2 \times 7.000 = 14.000$ kw instalados, ligados ao Porto por uma linha de 75.000 kw, em anos médios, *de potência por doze horas*, e 6.000 kw em anos favoráveis.

Por isso, podemos contar com 12.000 kw de potência nas centrais de Lindoso e Freixo no verão, com diagrama de carga similar ao actual; e 20.000 kw no inverno. Supondo que a Companhia Carris de Ferro do Porto deixa, por qualquer motivo, de utilizar a sua central de Massarelos, pode-se calcular em 10.000 kw a potência do verão e em 18.000 kw a de inverno, em 1930. O ilustre engenheiro, baseado sempre em números e cálculos deles deduzidos, entende que há necessidade de começar, dentro de dois ou três anos, novas instalações de produção de electricidade, pela saturação provável dos recursos actuais em 1930; é que o nosso País é pobre de combustíveis minerais; e embora a electricidade gerada pelas quedas de água vá permitindo maior trabalho industrial sem o consumo do combustível, ainda o uso do carvão é indispensável a muitos produtos e portanto insubstituível pela electricidade. É necessário atender também à mesquinhez de capitais portugueses disponíveis e o nosso atraso na realização das obras de produção e abastecimento da energia eléctrica.

Quanto aos nossos recursos hidro-eléctricos, e para nos ocuparmos apenas do que mais de perto nos interesse, diz o distinto economista:

«O Douro Português abaixo de Barca de Alva, presta-se a dois aproveitamentos relativamente grandes.

Mas, no estio, a potência de qualquer destes é pequena, pois não atingirá cada um, em muitos anos, 6.000 kw. Por isso, também o Douro português não poderá, de começo, abastecer integralmente a região atlântica de Portugal. O problema do aproveitamento do Douro abaixo de Barca de Alva é complexo, e de demorados preliminares de realização, pelas expropriações, por interferir com a navegação fluvial e marítimas e com o caminho de ferro do Douro, e pela própria grandeza do empreendimento, parte do qual em pedidos de concessão, irrealizáveis todos nos seus termos.»

Falando da evolução do abastecimento de electricidade à região atlântica, tem esta judiciosa observação:

«Num bom relacionamento de interesses, bem podiam as minas de S. Pedro da Cova ter aproveitado um entendimento com Lindoso para uma reciproca valorização: vendendo os mistos por um preço muito abaixo à beira-Douro (entre o Gramido e Atães), e adquirindo energia para os seus serviços mineiros. — Citamos S. Pedro da Cova por ser a mina de maior avanço na exploração *das que têm mistos facilmente transportáveis para a beira-Douro, em sítio bem acessível ao carvão estrangeiro.* Valeria, talvez a pena às minas vender o carvão misto por preço ainda muito inferior ao seu custo à boca da mina, desde que com isso obtivessem energia bastante e por preço conveniente para toda a sua laboração, e desde que assim ficassem libertas do misto invendável por outra forma no caso de uma lavra medianamente intensa.

A cotação da antracite não mista regula actualmente por 280\$00 a de primeira qualidade, e 120\$00 a de segunda qualidade, por tonelada nos depósitos. Imaginemos para os mistos *superabundantes* o preço de 15\$00 por tonelada na mina, ou 20\$00 por tonelada na central da beira-Douro.

Arbitremos também a seguinte extracção: $\frac{2}{5}$ de misto, $\frac{4}{18}$ de segunda e $\frac{2}{18}$ de primeira. A tonelada média seria vendida a 67\$77, supondo todo o misto de 15\$00 por tonelada. Por esta forma, mina lavraria na tonelagem que fosse conveniente sem o peso morto do misto invendável, até ao limite de absorção da central termo-eléctrica.

Comparemos de um modo grosseiro as circunstâncias de laboração de uma central termo-eléctrica na beira-Douro, entre o Gramido e Atães, com as do Freixo. A primeira avantagear-se-ia muito à segunda: O carvão podia ficar pelo preço antes da greve do carvão que tinham as centrais inglesas em melhores circunstâncias, em vez de pela concorrência ao carvão inglês no Freixo.»

E conclui: «Se compararmos o custo de três ou até quatro quilogramas de carvão misto na central da beira-Douro, supostos necessários para um kw vendido, com o dispêndio em carvão por kw em 1925 nas centrais inglesas, dado pelo *Supplement to The Electrical Times*, concluimos que muito poucas centrais inglesas tiveram tão exíguo dispêndio no carvão por kw vendido o ano passado como o suposto para a central da beira-Douro.

Não se realizou o entendimento da central na beira-Douro com as minas; se ela se tivesse efectuado, deveria haver, pelo menos, 20.000 kw no verão e 25.000 kw no inverno; e esta potência para todo o mercado atlântico bastaria até ao ano de 1838».

Mais adiante (soluções do abastecimento de electricidade à região atlântica Porto-Lisboa), diz que «a ter de se fazer obras termo ou hidro-eléctricas de vulto em Portugal — e elas, sem dúvida, devem ser precisas para a serventia da região atlântica, incluindo Lisboa — não se pode deixar de considerar o Douro português na ponderada comparação, subordinada à máxima valia nacional, dos valores potenciais». Para o aproveitamento hidro-eléctrico, basta observar que este rio tem uns 200 quilómetros entre o Porfo e Barca de Alva, com cerca de 120 metros de diferença de nível. E conio a Espanha, com a represa do Esla e do Aliste com a central de Ricobayo, as represas do Tormes com as centrais de Caberllino e Argusinos, a represa de Ieltes — todas a convergir para o Douro fronteiriço — e a central de Villardiegua no Douro espanhol, está aproveitando o máximo da energia hidráulica duriense, é evidente que o nosso interesse ficará retardado, se uma bem entendida política luso-espanhola não vier a efectivar o aproveitamento de esse caudal português (abaixo de Barca de Alva); pois sendo assim, dentro de alguns anos, estaria feita a inter-conexão desde o Porto até Madrid, ao longo do Douro português.

INAUGURAÇÃO DA LUZ ELÉCTRICA
NA SEDE DO CONCELHO

Depois de se ter organizado em Valbom a *Empresa Eléctrica Valboense*, tendo à frente o Sr. Álvaro Portela que inaugurou a luz eléctrica naquela freguesia a 9 de Maio de 1926, formou-se uma grande comissão em S. Cosme que com a dita Empresa se entendeu, para que a energia do Lindoso seguisse até à sede da vila e outras freguesias ou localidades, com o auxílio do Município e com a inscrição de 94 consumidores. Mas tudo isto não era suficiente, pois que as despesas eram superiores a 100 contos e apenas havia um saldo de 35 contos. Venceram-se, porém, todas as dificuldades! e o dia 7 de Maio de 1927 foi uma verdadeira festa na vila. Seguiram do Porto em automóveis os engenheiros da União Eléctrica Portuguesa, Srs. Manuel Costenla e Gouveia Neves, representante da casa Jaime da Costa & C.^a, Lda., instaladora da *cabine*, Álvaro Portela, da Empresa Eléctrica Valboense e vários representantes da Imprensa. No lugar do Miradouro esperava-os uma banda de música — a do Sr. Monteiro — que tocou o Hino Nacional, enquanto atroava os ares uma girândola de foguetes. Muito povo ali se juntara com os membros da comissão instaladora da luz.

Todo esse cortejo seguiu para o lugar da Cavada, onde tinha sido construída a *cobine* transformadora da energia eléctrica. De várias casas foram lançadas flores por damas gentis, das janelas embandeiradas. O lugar da Cavada estava lindamente iluminado com balões venezianos.

O projecto da *cabine* foi executado pelo engenheiro Sr. António Ferrão, gerente no Porto da firma Jaime da Costa & C.^a, Lda, que habilmente dirigiu também a montagem e construção. A rede eléctrica foi montada sob a direcção técnica do Sr. Manuel dos Santos Costa, da Empresa Eléctrica Valboense.

Ja ser aberta a energia. O Sr. Dr. Barbosa Ramos convidou para isso — para abrir a alavanca da luz particu-

lar, o Sr. Manuel Ribeiro de Almeida e da luz pública o Sr. engenheiro Costenha.

Surgiu a luz! Uma forte trovoada de palmas indicou a alegria de todos os espectadores!

Às 23 horas desse dia, o cortejo chega ao edifício da Câmara, onde e no largo fronteiro havia profusa iluminação de balões venezianos. Todas as colectividades e agremiações foram convidadas para uma sessão solene naquele edifício. Falaram, exaltando os serviços daqueles que se empenharam por tal melhoramento, vários oradores e durante a sessão foi queimado muito fogo do ar. Na Praça Manuel Guedes um grande arraial esteve gozando até altas horas da madrugada, lindos trechos de música.

Um mês depois, também festivamente, foi inaugurada a luz eléctrica no lugar da Gandra (2.^a zona), no dia 11 de Junho. Em Jovim, fins do ano de 1936, se constituiu uma comissão para tratar da instalação deste melhoramento.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉCTRICA EM 1931 NO NOSSO CONCELHO

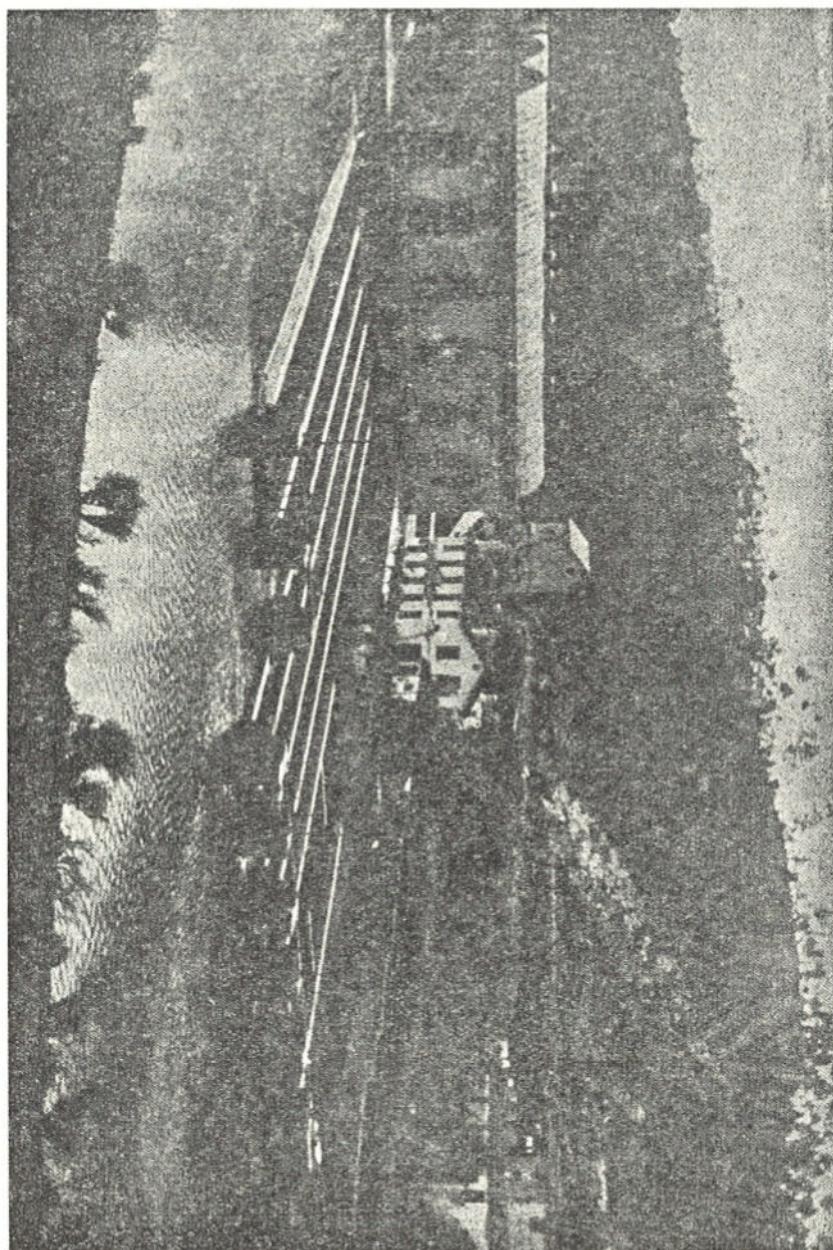
Da Estatística das instalações eléctricas em Portugal (Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos), colhemos os seguintes dados, quanto a Gondomar:

Superfície	139 km ²
População	50.492 habitantes

Consumo geral de energia em kwh, 2.665.388, quanto a serviços públicos de distribuição; e 2.000.000, de serviços particulares, o que perfaz o total de 4.665.388 kwh. Quanto a consumos específicos totais 92,4 kwh, por habitante e 33,6 milhares de kwh, por quilómetros quadrados.

As empresas distribuidoras são: A Iluminadora Eléctrica de Rio Tinto, a Empresa Eléctrica Valboense, Limitada — Gondomar; a Empresa Eléctrica Valboense, Limitada — Valbom e a União Eléctrica Portuguesa.

Quanto à alimentação da rede, a Iluminadora Eléctrica de Rio Tinto tem o posto de transformação de 20 kW



Depósito das águas na Foz do rio Sousa

— 15.000 v.; e as outras duas Empresas Eléctricas Valboenses têm cada uma posto de transformação de 15 kvA — 15.000 v. As características da distribuição da de Rio Tinto são 220/380 — alternada aérea; as mesmas das outras.

Energia distribuída por kwh:

Iluminação pública da Iluminadora Eléctrica de Rio Tinto 40.642 kwh; da Empresa Eléctrica Valboense de Gondomar, 11.014; da Empresa Eléctrica Valboense, de Valsobom, 11.635; e iluminação particular, respectivamente, 56.098, 17.193 e 31.965 e também respectivamente quanto a força motriz: 22.546; 1.967; 47.159; e da União Eléctrica Portuguesa 2.425.169.

Quanto ao número de clientes, a primeira tem 853; a segunda, 179; e a terceira, 335.

No que respeita a tarifas de venda, a primeira acusa da iluminação \$250; a segunda \$170 a \$230; a terceira a mesma importância! e acusa de força motriz \$80 a \$160, a primeira; \$70 a \$200, a segunda e a terceira, respectivamente energia fornecida pela U. E. P., Fábrica de Tecidos, Lda. e Azevedo, Ferreira & C.ª, Lda.; energia fornecida pela U. E. P. (das Valboenses); e fornecimentos directos a particulares A. T.

Segundo a *Estatística das instalações eléctricas em Portugal*, no ano de 1934, fornecida pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, as Centrais termo-eléctricas de serviço particular, de potência instalada igual ou superior a 20 kw, são em Gondomar duas: uma em S. Pedro da Cova e a outra em Ribeira de Abade. A primeira é da Companhia das Minas de Carvão.

ABASTECIMENTO DAS ÁGUAS DO RIO SOUSA

Já tratámos, a páginas 350, do primeiro volume, deste importante assunto, quanto à cidade do Porto. Agora cum-pre-nos completá-lo quanto à zona do nosso concelho.

Segundo o *Inquérito sobre abastecimento de água nos municípios do País*, em 1934, pelos engenheiros A. P. Miranda Guedes e Amadeu P. Rodrigues, a Vila de Gondo-

mar, com uma população de 7.677 habitantes, comparticipa também do abastecimento e distribuição da água da Companhia.

A este respeito diz:

«I. — *Modo de abastecimento.* — Com água canalizada para alguns prédios e para marcos fontanários, fornecida pelos Serviços Municipalizados do Porto, e com água de nascentes e minas locais.

II. — *Adução e distribuição.* — A água é canalizada da rede do Porto e tem em Gondomar uma extensão de 1.002,55 m., em diâmetro de 100,80 e 60 mm.

III. — *Volume disponível e distribuído.* — O volume distribuído pelos Serviços do Porto é, apenas, de 18^{m³} por dia, mas o volume disponível por estes Serviços é superior àquele volume.

IV. — *Qualidade da água.* — Como no Porto, quanto à água distribuída.

V. — *Sistema e preço da venda.* — Como no Porto, havendo actualmente 43 assinantes, com medição por contadores.»

ESTATÍSTICA SOBRE INDÚSTRIAS E SUA VIDA ECONÓMICA, EM 1881 E EM 1889

O Relatório feito pela subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais, no distrito do Porto, no ano de 1881, apresenta, a respeito do nosso concelho, a seguinte estatística:

Moagens — Moinhos de água, 60; número de mós, 180; pessoal, 90-120. Moinhos de vapor, 1; número de mós, 1; pessoal, 1; total de mós, 181.

Padaria — Número de fornos, 12; pessoal, 24; nada diz sobre salários e produção.

Pescaria — Número de campanhas, 9; número de barcos, 9; número de pescadores, 270. Nada diz sobre lacticínios.

Destilação de bagaço de uva, alambiques, 12.

Construção — Carpinteiros, pedreiros, estucadores, 148; salário, réis 500-360. Nada diz sobre serração de pinho.

Ferraria — Oficinas, 11; operários, 26.

Curtumes — Número de oficinas, 2; número de túniques, 28; número de operários, 26. Nada diz sobre salários.

Fornos de cal — Número de fornos, 1; pessoal operário, 6. Nada diz sobre produção. Nada diz sobre tanoaria e preparação de cortiça.

Pirotecnia — Fogueteiros, 2.

Carvoaria — Pessoal, 80; produção (toneladas), 500-700.

Asfalto — Oficinas, 1; operários, 1.

Fundição de metais — De ferro (panelas), oficinas, 1; operários, 8, em Zebreiros.

Manufactura de linho — Número de teares domésticos, 200.

Manufactura de algodão — Teares domésticos, 200; tarefa por metro, 30 réis.

Passamanaria de palheta — Oficinas, 1; teares, 3.

Vestuário — Alfaiates, sapateiros, 82.

Tinturaria — Oficinas, 1; operários, 1. Nada diz sobre tamanqueiros.

Armaria — Espingardeiros, 1.

Obra de verga e palha — Cesteiros, 7.

Ourivesaria — Oficinas, 52; operários, 170.

Dá ao nosso concelho 12.775 hectares de terreno; a população (ano de 1878) de 24.353 e 190 habitantes por quilómetro quadrado.

No *Inquérito Industrial* (Indústrias fabris e manufacturais) organizado pela Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 1891 (vol. IV), relativo ao capital fixo e circulante, duração de trabalho e número médio de operários e aprendizes empregados por dia, no concelho de Gondomar, figuram 392 de fiação e tecelagem de algodão com 458 teares manuais empregando em média 445 operários. Oficinas de botões e colchetas, 8 e 40 operários; e como pequena indústria, escovas e pinceis (4), fogueteiro (1), funileiro (6), gravura (1) e linho com 58 teares manuais (55), empregando em geral 12 horas por dia, de verão e 7 a 8 de inverno.

Na marcenaria figuram 8 de grande indústria e 121 de pequena indústria, empregando 322 operários e 110 aprendizes, todos de Valbom, com o capital fixo de 2.667\$000 e circulante de 4.829\$000.

Figuram como pequena indústria: moagens, 3 oficinas; ourivesaria (fabrico de objectos de ouro), 103 oficinas, com o capital fixo de 8.934\$000 e circulante de 33.665\$000, relativo apenas a 95 estabelecimentos; (8 não responderam), ocupando 184 operários e 47 aprendizes; e com objectos de prata 67 oficinas, com o capital fixo de 724\$000 e circulante de 3.274\$000, ocupando 151 operários e 24 aprendizes. Refere também, como pequena indústria, a passamanaria de palheta, 42 oficinas, empregando 46 operários; pentes, com 2 oficinas e 4 operários; e serralharia, com 14 oficinas, com 27 operários e 12 aprendizes. Mais nada. Quanto à retribuição do pessoal, o salário vai desde \$070 aos menores, até \$500 aos de mais de 16 anos. Nesse ano de 1889 empregaram-se matérias primas na importância total de 1.225\$000 em botões e colchetas; em fiação e tecelagem de algodão, 46.131\$600; de linho, 5.424\$000; da marcenaria, 39.836\$800; em moagem, 3.266\$000; em ourivesaria, de ouro, 246.086\$750; de prata, 19.258\$000; em serralharia (ferro e aço), 2.765\$500. Quanto à produção, arquivou-se: algodão, 60.538\$500; botões e colchetas, 3.122\$000; pequenas indústrias (escovas, fogueteiro, funileiro e gravura), 3.128\$000; linho, 6.660\$700; marcenaria, total 76.508\$980; moagem, 1.404\$700; ourivesaria, fabrico de ouro, 272.168\$130; de prata, 29.590\$800; serralharia, 4.338\$000.

No *Boletim do Trabalho Industrial* (Relatório dos Serviços das Circunscrições Industriais no ano de 1925), relativamente a Gondomar, colhemos os seguintes informes;

Número de chaminés cuja construção foi autorizada, 7; vistoriada, 6. Receitas provenientes das autorizações, 140\$00; de vistorias, 60\$00. Total, 200\$00.

MAPA DO MOVIMENTO DE ALVARAS

De Gondomar, requerimentos e alvarás entrados, 25. Alvarás concedidos, 1. Processos para 1926, 24. Ainda assim, fora dos dois bairros da cidade, Gondomar no distrito do Porto é o concelho de maior movimento, depois de Gaia e Matosinhos.

Serralharia e caldeiraria, entradas em 1925, 1 requerido.

Derretimento de sebo, 1 para unificar.

Saboaria, 2 requeridos antes de 1925.

Fornos de padaria, entradas em 1925, requeridos 6.

Fiação e tecidos, anterior a 1925, requerido 1.

Curtumes, anterior a 1925, requerido 1; e para unificar, 1.

Serração de madeira, marcenaria e carpintaria, 1 requerido.

Talho, em 1925, 9 requeridos.

Matadouro, em 1925, 2 requeridos e 1 para unificar.

INDÚSTRIAS VARIAS DO NOSSO CONCELHO EM 1928

Da Repartição de Finanças, do nosso concelho enviaram-nos a seguinte estatística do número de indústrias, segundo as profissões:

Fabricantes de azeite, 9; açouges, 21; fábricas de fiação (algodão), 2; fabricantes de aguardente, 9; depósitos ou armazéns, 3; alfaiates, 20; mercadores de tecidos de algodão, 27; ensaiadores de análises químicas, 2; barbeiros, 40; barcos para passageiros e mercadorias, 20; alugadores de bicicletas, 7; fabricantes de botões de osso, 1; camionetas de carga, 7; camionetas de passageiros, 8; negociantes de carne salgada, 2; carpinteiros, 2; carros ou carroças, 154; depósitos de carvão mineral, 36; casas de pasto, 6; casas de penhores, 1; de cereais e legumes, 5; cereeiros, 2; mercadores de cerveja, 2; fábricas de couros, 6; fabricantes de cola, 1; fornecedores de energia eléctrica para iluminação, 2; empreiteiros de obras, 17; empreiteiros de obras de trolha, 11; entalhadores, 31; estâncias de madeira, 12; ne-

gociantes de farinha, 5; farmácias, 9; ferradores, 5; ferragens, 1; fogueteiros, 1; fábrica de fundição, 1; alugador de objectos funerários, 7; funileiros, 4; vendedoras de leite, 17; negociantes de lenha, 60; vendedores de louça, 2; marceneiros, 326; ourives, 322; moínhos, 15; negociantes de gado, 39; mercearias, 375; fabricantes de sabão, 2; sapateiros, 10; negociantes de calçado, 5; serralheiros, 47; serração de madeiras, 7; negociantes de vinhos, 56; tanoarias, 4; torneiros, 8; negociantes de trapo, 4; indústria de vidro, 2; relojoeiros, 2; chapeleiros, 1.

É claro que esta estatística é muito deficiente. Já Pinho Leal, no seu dicionário *Portugal Antigo e Moderno* cita, em Valbom, 2 fábricas de curtumes, (Agosto de 1882), uma das quais tinha então 20 tanques e «virá a ter 56 tanques». Havia então 30 oficinas de obras de verga, empregando 120 operários e 35 oficinas de marcenaria, empregando também 120 oficiais e aprendizes». Hoje contam-se já fábricas de seda e algodão, fábricas de lançadeiras, em Fânzeres, etc.

O Sr. José Gonçalves de Oliveira, com estabelecimento de serração de madeiras, em Valbom, dignou-se fornecer-me a seguinte informação, sobre esta indústria:

«O número de marceneiros, em todo o concelho, está calculado em 1.700, dos quais 30 % exercem a sua actividade na cidade do Porto. O número de oficinas, segundo o estudo feito, é de 307, distribuídas pelas freguesias seguintes: Valbom, 170; Fânzeres, 82; S. Cosme, 31; Jovim, 15; Rio Tinto, 5; S. Pedro da Cova, 4. As madeiras empregadas na construção de mobiliário são: *Nacionais* — nogueira, castanho, plátano, amieiro, cerdeira, negrilho, freixo, cedro, choupo, mimoso, austrália e pinho; *Estrangeiras* — mogno, pau preto, nogueira americana, nogueira-setim, carvalho liso, carvalho flor, freixo americano, cedro, freijó, andiroba, macacáuiba, pau setim, pinho Flandres, riga e pau roxo.

Forma artística: estilo D. João V, Renascença, Luis XIII, XIV, XV e XVI, gótico, manuelino, império, rainha Ana, futurista. Objectos trabalhados: guarda-vestidos, lavatórios, cómodas, *toilettes*, mesas de cabeceira, guarda louças aparadores, trinchantes, mesas americanas e elásticas,

consolos, cadeiras, banquetas, sofás, *porte-bibelots, divans, colunas, floreiras, psychés, chiffonnières, coiffeuses, mappes, poufs*, etc.

O seu movimento associativo é constituído por: Associação de Classe dos Industriais de Marcenaria de Gondomar, Associação de Classe dos Operários Marceneiros Valboenses (extinta), Cooperativa de Mobiliário de Gondomar, Red-Star (Cooperativa dos Marceneiros), Sindicato Nacional dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto. O número de serrações em todo o concelho é de 6: 2 em Valbom, 2 em Fânzeres, 1 em Rio Tinto e 1 em S. Cosme.

NOMES DE VARIOS INDUSTRIAIS E ARTISTAS
DO NOSSO CONCELHO, SEGUNDO O «ANUARIO
COMERCIAL», DE 1936

VILA DE GONDOMAR — *Alfaiates*: António Carvalho Alves de Castro, José Alves Patrício, José Pinto Cardoso e Miguel Alves da Cunha.

Armador de igrejas: Manuel Ferreira Marques.

Aluguer de automóveis: Domingos Pereira.

Barbeiros: Francisco Bento Pereira, Francisco Ferreira de Sousa e Joaquim Caetano da Silva.

Aluguer de bicicletas: José Martins das Neves Torres.

Ferrador: José Pereira da Silva.

Fotografia: Agostinho Silvestre Cardoso, Suc.or.

Fundição de ferro: Fundição de Aboína.

Laboratórios: Gabriel Pinto da Mota, José Martins de Azevedo Moura, Manuel Alves de Castro, Silvestre Gomes de Oliveira Cardoso.

Latoeiro: João Pereira Soares.

Serração de madeira: Lavoura de Gondomar, Lda.

Materiais de construção: Azevedo & Coelho e Manuel Martins dos Santos.

Sapatarias: Aristides José Lopes da Silva.

Serralharias civis: António das Neves, Bernardino das

Neves, João Joaquim de Sousa e José Martins das Neves.

Tipografia: Escola Gráfica de Gondomar (já não funciona).

Vinhos — Vinicultores: Adozinda de Carvalho, Albino Borges, David Tomé Moutinho, Domingos Pinto de Castro, José Tomé Moutinho, Manuel Martins de Castro Aniceto e Manuel Ribeiro de Almeida.

COVELO — Lavradores e agricultores: Adriano Alves dos Santos Lixa, António Vieira da Silva, Delfim Alves dos Santos Lixa, José dos Santos Rocha, Manuel Moreira, Manuel Moreira dos Santos, Maria Lagareira e Rosendo de Sousa Carvalho.

FÂNZERES — Fábricas de fiação e tecidos: José Martins Marques, Luiz Pereira Marques e Manuel Pinto Lisboa Júnior.

Gravador: Manuel de Pinho Valente.

Serração de madeiras: António Ferreira Brito e Manuel Alves de Castro.

FOZ DO SOUSA — Lagares de azeite: Francisco Alves da Cunha e Rosendo de Sousa Matos.

Depósitos de farinhas:

MELRES — Padaria: João Madureira Soares.

RIO TINTO — Alfaiate: António Alves da Costa.

Armadores de igrejas: António Ferreira Barbosa e António Moutinho (na Areosa).

Chapelarias: Américo Ferreira Cardoso (na Areosa), Joaquim Ferreira Pacheco, Cesário da Silva e Vitorino Coelho.

Drogarias: Augusto Maia da Costa (na Venda Nova) e Joaquim da Silva Marques.

Electricista: Guilherme dos Santos Tavares (na Lourinha).

Ferragens: José Ribeiro da Silva.

Fábricas de fiação e tecidos: Aliança (na Areosa), Azevedo, Ferreira & C.^a (em Cabanas) e Santos & Lima.

Fogos de artifício — Fabricantes: Viúva de Pedro de Sousa, Filhos & Netos.

Fundição de sinos: Laurentino Martins de Castro.

Latoeiros: Alfredo Ferreira da Rocha, Gaspar de Sousa Ferreira, Joaquim de Almeida Sereno e Mário Sereno.

Serração de madeira: Rodrigo Ferreira & Filho.

Padarias: Adelino Dias Miranda, Albertino Antunes, Alfredo Martins Duarte, António Pereira da Silva, António dos Santos Ferreira, Cândido Augusto, Delfina Neves da Silva, Henrique Ferreira Canelas, Júlio Rodrigues, Manuel Ferreira da Silva Júnior e Manuel José Moreira.

Fábrica de papel: Francisco Perdigão, eng. (na Venda Nova).

Pastelaria: David Costa (no Outeiro).

Curtumes e preparação de peles: Arlindo Pereira Pinto, Joane Casanueva, Joaquim Ferreira Dias, José Maria de Oliveira, Luiz Nobleia e Manuel Martins.

Relojoeiros: António Moutinho e Emílio Veloso Cardoso.

Fábrica de sabão: Coelho & C.^a, em comandita.

Fábrica de sebo: António Teixeira da Fonseca.

Serralharias civis: Joaquim Carlos Coutinho (no Calvário), Joaquim Ribeiro e Joaquim da Silva Pereira Júnior.

Dos donos dos talhos se fala, relativamente ao Matadouro Municipal, (vol. 2.^o, págs. 537 e vol. 4.^o, págs. 95).

S. TEDRO DA COVA — Barbeiros: Américo dos Santos Martins, Arnaldo Barbosa Branco e David Teixeira.

Carpintarias: José de Castro Gandra e José Ferreira dos Santos.

Padarias: António Fernandes de Sousa, Joaquim Bastos Moreira, José Martins de Castro, José Moreira da Silva e Ricardo de Oliveira e Silva.

Serralharia civil: Luiz Campos.

Vinicutores: António Martins dos Santos, António Martins de Sousa, António Pereira Dias de Oliveira, José Alves Martins, José Martins de Castro e José Martins Ferreira.

VALBOM — *Fábrica de cola e grudes:* Manuel Gomes da Silva.

Fábrica de curtumes: Julião da Cunha Freitas Guimarães.

Fabricante de fogos de artifício: Joaquim Martins da Rocha.

Iluminação: Empresa Eléctrica Valboense, Lda.

Serração de madeiras: Alfredo de Castro, Fernandes & Gonçalves, Lda e Manuel Vieira.

Padarias: António Simões de Moura, Armindo Martins, Joaquim Ribeiro Lopes, José Martins da Silva & Sobrinho, Martins & Ramos, Neves & Reis, Rosa de Sousa Neves e Serafim de Almeida Ramos.

Fábrica de sabão: Fernando J. Soares.

Fábrica de sacos de papel: Fernando de Oliveira.

CAPÍTULO XI

SUMARIO: — Associações de socorros mútuos. Corporações de assistência e montepios. Preventório Feminino Infantil. Bombeiros voluntários. Bandas de música, tunas ou orquestras e orfeões. Clubes, assembleias, centros e escolas dramáticas e musicais. Alas de legionários. Jogos desportivos: escoteiros, clubes de caçadores, grupos columbófilos, futebol, natação, «water-polo», patinagem, «tenis», «gincanas» e touradas. Teatros e cinemas.

MUTUALISMO E ASSISTÊNCIA

O princípio associativo pode dizer-se que tomou o seu primitivo desenvolvimento em 1848. Em França, por então, agitava-se fortemente o problema económico que doutos e simples buscavam resolver sob diversas formas.

Em Portugal essa agitação tomou aspecto de uma luta, quando em 1852 se fundou o centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas. Até então, apenas se havia fundado em 1839 a *Sociedade dos artistas lisbonenses*; e esta tida como a primeira organizada entre nós. Fora seu fundador um homem que nem brilhara pelo estudo nem pelo talento, mas que deixou semeado o germe das futuras instituições que mais úteis benefícios traziam à humanidade: chamava-se ele Alexandre Fernandes da Fonseca.

«Nos últimos 40 anos, diz o Sr. B. Carqueja (*Econ. Pol.*, t. II, pág. 302), o movimento associativo tem-se desenvolvido consideravelmente em Portugal, vendo-se o legislador obrigado a intervir frequentemente neste assunto. Regulamentaram-se sucessivamente as associações de socorros mútuos (dec. de 28 de Fevereiro de 1891 e de 2 de Outubro de 1896), as associações de classe (dec. de 9 de Maio de 1891), os sindicatos agrícolas (dec. de 5 de Julho de 1894 e lei de 3 de Abril de 1896), enfim consagrou-se o princípio de liberdade de associação (lei de 14 de Fevereiro de 1907).»

Actualmente regem-se pelos decretos n.^{os} 19.281 e 20.944, de 29 de Janeiro de 1931 e 27 de Fevereiro de 1932.

Para darmos uma ideia do grau de desenvolvimento do mutualismo em Portugal, apresentamos as seguintes notas estatísticas:

Em 1930, a população mutualista contava 588.745 indivíduos de ambos os sexos; deste número pertenciam 265.942 a Lisboa e 131.776 ao Porto. O capital social, em 31 de Dezembro daquele ano, era de 217.667.199\$80, cabendo 190.680.815\$02 a Lisboa e 10.628.086\$21 ao Porto. A receita total das associações, no mesmo ano, foi de 54.300.612\$10.

Gondomar conta desde há 60 anos um número cada vez maior de associações, não só destinadas a socorros mútuos, mas para defesa de classes ou desenvolvimento da instrução e recreio.

Vejamos as principais, além daquelas que já citámos nos três volumes anteriores:

Sociedade Fúnebre de S. Bento das Peras de Rio Tinto. É uma das mais prestantes associações do concelho, como se pode verificar pelas contas dadas nos seus relatórios; em 1927 havia a receita de 73.259\$76; e a despesa de 77.575\$69. Ficou sendo o fundo social de 126.786\$79. Contava então no fim do ano de 1926, 6.178 sócios, e admitidos em 1927, 1.298; ficaram existindo em 31 de Dezembro de 1927, 7.017 sócios.

É muito concorrida a romaria de S. Bento das Peras. *A Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora do Amparo de Rio Tinto, Fânzeres e S. Pedro da Cova* foi fundada em 2 de Janeiro de 1897 e inaugurada em 2 de Janeiro de 1898. Os seus primitivos Estatutos foram aprovados por alvará régio de 17 de Outubro de 1904, tendo sempre a sua sede no lugar da Venda Nova, da freguesia de Rio Tinto.

Os fins para que foi instituída são: prestar socorros monetários, médicos e farmacêuticos aos seus associados quando doentes, presos ou temporariamente impossibilitados de trabalhar e bem assim concorrer com um donativo para ajuda do funeral dos que falecerem.

A primeira Direcção eleita foi composta pelos Srs. Padre Belmiro Joaquim Pereira da Silva (sócio n.º 1), Manuel Bento Alves, Luiz António da Silva; Albino de Sousa Santos, António Ferreira de Sousa, Manuel Tomé de Castro e Francisco José de Almeida e a sua primeira sessão realizou-se na Farmácia da Venda Nova em 5 de Janeiro de 1898.

O seu primeiro médico foi o falecido Dr. João Baptista da Silva Guimarães.

O seu fundo social em 31 de Dezembro de 1898 era de 968\$71,5 e em 31 de Dezembro de 1927 de 6.318\$85.

O número de sócios existentes em 31 de Dezembro de 1927 era de 153.

Sociedade de Socorros Mútuos de S. Cristóvão de Rio Tinto. Foi instalada a 12 de Junho de 1879, sendo o seu alvará de 12 de Julho de 1882. Tem a sua sede no lugar da Boavista, na dita freguesia. Pelo seu registo têm transitado 879 associados, sendo em 1928 o seu número de 150. Como todas as suas congêneres, presta socorros aos associados, quando doentes, quer socorro monetário, quer assistência médica e farmacêutica; e quando faleçam, um subsídio para a família.

Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora da Conceição de Rio Tinto. É hoje a Associação mais importante daquela freguesia, na qualidade de socorro mútuo, porque, como fúnebre, é mais importante a de S. Bento das Peras. O número de registos ascende a 2.056 associados, sendo o número de 1.012 no ano de 1928. Tem a sua sede no lugar da Lourinha. O mapa demonstrativo da receita e despesa em 1927 foi de 27.865\$80.

A Gondomarense (Associação de Socorros Mútuos), em Valbom. Foi fundada a 1 de Janeiro de 1909; a data da aprovação do seu alvará é de 11 de Agosto de 1910. Transitaram por esta Associação 425 sócios, e no ano de 1928 o número de sócios era de 297. Tem a sua sede na *Escola Dramática e Musical Valboense*.

Associação de Beneficência «Irmãos Vianas», da freguesia das Medas. Foi fundada em 28 de Março de 1928; o alvará da aprovação dos Estatutos é de 23 de Abril do

mesmo ano. Foi constituída por um legado de vinte contos oferecidos pelos irmãos Srs. Manuel e Vicente Gonçalves Viana da Silva, naturais desta freguesia e residentes no Rio de Janeiro.

O fim é promover a beneficência adentro da respectiva freguesia, distribuindo esmolas mensais aos pobres que por incapacidade física ou mental não possam prover à sua subsistência.

Preventório Infantil Feminino, em Rio Tinto. Tem o nome do seu benemérito instituidor, o Sr. Belmiro Ribeiro dos Santos, importante capitalista, natural de Fânzeres, que em suas disposições testamentárias legou a sua fortuna a várias instituições de Portugal, de Santos e do Brasil. Foi fundada esta Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal em Abril de 1931; no 1.^o de Fevereiro de 1933 inaugurou-se esse organismo de profilaxia anti-tuberculosa, da iniciativa da Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal⁽¹⁾. É destinado a internar crianças de 3 a 10 anos, internamento que se pode estender até aos 13 anos ou mais. Continha nessa ocasião uns 30 leitos. Fo inaugurado também o *Secretariado da Assistência Social*, constituído por visitadoras que têm por missão visitar os indivíduos atacados do mal, ver das suas condições de vida para se tomarem as devidas providências. Houve uma sessão solene, à qual assistiu o prelado da diocese e na qual foi enaltecido o Sr. Dr. Lopes Rodrigues, principal dirigente de todos os serviços de Assistência. E celebrando o 4.^o aniversário, foi inaugurada em Março de 1935 a nova sede, instalada em edifício próprio, modelar no enquadramento sanatorial da sua situação topográfica; nesta celebração, instituiu-se também uma escola infantil, sob a orientação de religiosas franciscanas.

(1) Em *A Nossa Terra*, semanário de Gondomar, de 5 de Setembro de 1931, lê-se que o Sr. Dr. Aguiar Cardoso publicara um livro intitulado «A distribuição de subsídios aos institutos de caridade no último triénio», onde se constata que Gondomar desde 1928 a 1930 não obteve qualquer subsídio, distribuído pela Direcção Geral de Assistência.

Corporação de Assistência — a Cruz Branca. Inaugurou-se na Vila esta associação de beneficência, no dia 25 de Dezembro de 1936. Foram seus organizadores: Raúl Ramos Lobão, Aníbal Marques de Oliveira e Serafim Caetano Pereira, além dos componentes do Corpo Activo. Destina-se a socorrer os que sofrem em caso de perigo ou desastre, transportando-os na sua auto-maca ao Hospital da Misericórdia ou fazendo os curativos no seu posto de socorros, para o qual dispõe dum corpo de saúde habilitado.

A sua inauguração foi seguida dum sessão solene, realizada no salão nobre da Câmara Municipal.

Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha (Delegação de Gondomar). Tem a sua sede em Rio Tinto. É seu presidente o Sr. Fernando Leituga.

Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre Familiar de S. Salvador de Fânzeres. Foi fundada em 2 de Abril de 1905. O alvará régio tem a data de 16 de Junho de 1905, a sua instalação foi a 9 de Julho do mesmo ano. Como o seu título indica, tem socorros pecuniários na doença e para funeral. No ano de 1929, o total dos sócios (secção de socorros e secção fúnebre) era de 422.

Associação de Socorros Mútuos Fúnebre para ambos os sexos de Jovim. Foi fundada em 24 de Junho de 1911 e os seus Estatutos foram aprovados em 1 de Março de 1913. Foram seus organizadores: José Soares Cardoso, Manuel de Oliveira e Silva, José Guedes da Silva, António Alves dos Santos e António Marques de Oliveira. Tem transitado por ela 300 sócios.

Associação Fraternal e Beneficência dos Artistas e Industriais de Valbom e S. Cosme de Gondomar. Foi fundada a 3 de Maio de 1875. Foi seu médico o Dr. António Ramos Moutinho de Almeida Sousa, que recebia pelo serviço clínico 15\$000 réis anuais. Foram 220 os seus sócios fundadores. Foi seu primeiro presidente da Assembleia Geral, o Sr. Manuel Gaudêncio Correia. Tem edifício próprio. Valor existente em 1 de Janeiro de 1928: 19.008\$10-

Sócios que transitaram por esta Associação, 1.160.

Montepio de S. Cosme de Gondomar (Associação de Socorros Mútuos para ambos os sexos). Foi fundado em 8 de Setembro de 1909. Os seus Estatutos foram aprovados por alvará de 9 de Junho de 1910. Têm transitado por esta Associação, 664 sócios. Foram seus organizadores: António da Costa, Guilherme A. Harberts, José Alves Garrido, Manuel Joaquim da Rocha, Domingos Pereira Coutinho e António Gaudêncio Correia; médico: Dr. Agostinho E. de Sousa Pinto.

Não citamos aqui as irmandades e confrarias que já ficam enumeradas no *Relatório do movimento religioso*, a págs. 261 e seguintes, do 2.º volume.

BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE GONDOMAR, DE VALBOM E DA AREOSA

As grandes civilizações primitivas tinham já então organizado socorros contra o incêndio. Os Hebreus e os Gregos instituíram guardas, munidos de meios sem dúvida muito imperfeitos, mas cuja função era fazer rondas nocturnas, dando sinal de alarme, em caso de sinistro. O mesmo se deu entre os Romanos.

Hoje já não só nas grandes cidades, mas até nas humildes terras de província, o povo compreendeu a necessidade de se defender contra os perigos de incêndio e vai organizando os seus corpos de salvação pública.

Em Portugal, a primeira instituição deste género foi organizada com o nome de *Associação dos Bombeiros Voluntários de Lisboa*, em 18 de Outubro de 1868 e foi convidado para seu comandante Guilherme Cossoul; no dia 18 de Outubro de 1902, quando esta Associação completava 34 anos de existência, houve banquete solenizando a data e publicou-se o número único dum jornal intitulado *O Voluntário*, com os retratos dos 41 associados que então compunham o corpo activo daquela colectividade.

No Porto, em 1874, sob a presidência de D. Luiz I, foi fundada a *Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Porto*, sustentada por quotas dos associados protectores, subscrições, donativos, etc.

Foi seu fundador o falecido e benemérito Guilherme Gomes Fernandes que forneceu os fundos necessários juntamente com abastados portuenses. Mais tarde, saiu desta Associação e foi criar, a expensas da Câmara Municipal, a actual *Corporação de Salvação Pública*; e, diga-se de passagem, em Agosto de 1900, os bombeiros portuenses obtiveram as mais honrosas distinções em Paris, aonde foram com Guilherme Fernandes e a eles coube o primeiro prémio — 1.500 francos e uma taça de Sèvres — no campeonato do Mundo, disputado por bombeiros de toda a parte.

Na revista realizada em Vincennes, a 14 de Agosto, a multidão saudou os Bombeiros do Porto, aos gritos de *Vivam os Portugueses!*; e quando se efectuou a entrega do prémio, o Presidente da República, abraçando Gomes Fernandes, ergueu ao ar o seu chapéu, exclamando: *Viva Portugal!* O que receberam em Sião foi uma medalha e uma estátua de bronze. Esta vitória teve eco em todo o mundo.

Em Gondomar, S. Cosme, foi fundada em 23 de Julho de 1916 uma corporação de bombeiros com a designação de *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Gondomar*, com seus Estatutos e Regulamentos aprovados em 1 de Março de 1917. Era seu comandante desde início, o Sr. Artur Cabral Borges, com *Caixa de Pensões «Cabral Borges»*. Faleceu.

O nosso concelho conta actualmente três corporações de Bombeiros Voluntários: uma na sede da Vila, outra em Valbom e outra na Areosa. A fundação da casa-esqueleto da corporação de bombeiros da Vila data já do ano de 1913, cuja direcção, desde 16 de Março desse ano, era constituída pelos Srs. Alexandre M. Barbosa, Arnaldo Martins de Souza, Manuel Marques e António da Silva Ribeiro Júnior.

Eram então sócios efectivos 187. A comissão de assistência é formada pelo Presidente da Câmara Municipal ⁽¹⁾, administrador e médico. É obra de assistência uma adicional para esta comissão; esta dispunha de nove contos; era seu 1.º comandante o Sr. Geraldo de Araújo Gonçalves, do

(1) A Câmara Municipal subsidia com 200\$00.

Porto, e 2.^º comandante, Cabral Borges, que depois foi Inspector Geral dos Incêndios, nomeado para tal cargo na sessão de 18 de Fevereiro de 1926 (serviço gratuito).

Na sessão camarária de 8 de Novembro de 1915, foi lido um ofício da Corporação dos Bombeiros Voluntários deste concelho, pedindo licença para a construção duma casa-esqueleto no lugar de Quintela, na Vila, bem como para o mesmo fim uma faixa de terreno e autorização para depositar materiais. Deferido.

Depois, porém, levantaram-se obstáculos e ficou sem efeito esse deferimento. Em 1932, devido à actividade dos corpos directivos desta corporação, deu-se início à construção do novo edifício-quartel, cuja planta estava a cargo de um engenheiro que obsequiosamente se prontificou a apresentá-la. O Sr. José de Castro, importante proprietário desta Vila, ofereceu, para tal edificação, dois terrenos à escolha, junto do Clube Gondomarense ou na Praça Manuel Guedes.

Neste sentido foram incansáveis os Srs. João de Deus Lameirinhas, presidente então da Direcção, Alexandre M. Barbosa e Serafim Rosas, que além da oferta da pedra e de bastante madeira, têm conseguido, por meio de sorteio e subscrição pública, muitos milhares de escudos. Já em Julho de 1931, esta humanitária instituição adquiriu uma nova e potente sirene que fez instalar na frente do seu próprio quartel, com um fio de ligação para a Estação Telefónica, podendo assim ser dado o alarme logo que a notícia de qualquer incêndio ou desastre chegue ao conhecimento da encarregada do telefone.

Para os leitores avaliarem dos serviços prestados por esta Corporação, damos a seguir a nota das saídas do material em 1936:

Incêndios em S. Cosme, 9; em Valbom, 8; em Fânzeres, 7; em Jovim, 5; em Rio Tinto, 3; em S. Pedro da Cova, 2; na Foz do Sousa, 2; em Águas-Santas (Maia), 1; total: 37. E note-se que esta Corporação compareceu 31 vezes em primeiro lugar, apesar de, durante todo o tempo em que o «Pronto-Socorro» esteve em reparação, ter havido sete

incêndios e alguns bem distantes, aos quais compareceu, fazendo a condução do material na sua bomba braçal!

Assistências, em S. Cosme, 16; em Valbom, 9; em Jovim, 7; em Fânzeres, 3; em Rio Tinto, 3; Em S. Pedro da Cova, 1; em Covelo, 1; soma 40. Sendo esta Corporação gratificada por vinte conduções e as restantes, grátis, que por sinal foram as mais distantes.

Representações em festas, funerais, etc., 41.

Publicaram-se 130 ordens de serviço. Houve três assembleias gerais, sendo duas do Corpo Activo e uma dos Moto-riatas; diversas formaturas gerais, festas, etc.

Em Fevereiro de 1930, o bombeiro voluntário Sr. Ricardo Arroio, nomeado pela Comissão Administrativa da Câmara de Gondomar para o cargo de Inspector de Incêndios do Concelho, visitou oficialmente as três corporações respectivas. Compareceu primeiro na de Valbom onde após a revista, colocou no peito do comandante dos bombeiros daquela freguesia, uma medalha de prata, com que foi agraciado pelos voluntários de Ermesinde, por auxílio prestado a estes num sinistro. Dirigiu-se em seguida a S. Cosme, onde era aguardado já pelo 2.º comandante dos de Gondomar e pelo Corpo Activo composto de 12 voluntários. Foi-lhe lida a folha de serviços prestados pelo Sr. António Martins Fernandes durante 10 anos, entregando-se ao Sr. Inspector uma «fivelas» galardoante e uma medalha de prata, que por sua vez ele colocou no peito do condecorado que é hoje o digno comandante dos Voluntários de Valbom. Partiu depois para o quartel dos Voluntários da Areosa, visitando a enfermaria, a sala de jogos, o dormitório dum piquete permanente e a sala das sessões. Pelo Sr. Correia Mendes foi feita nessa ocasião o pedido ao Sr. Inspector, para que interceda junto da Câmara para uma equitativa distribuição do subsídio das Companhias de Seguros, que no ano anterior tinha sido bastante desproporcionado.

O material existente nas três corporações é o seguinte:

Valbom: um pronto-socorro ⁽¹⁾ e uma moto-bomba «Northern» e uma maca de mão e outra rodada.

Gondomar: um pronto-socorro com moto-bomba «Metz», bomba braçal e maca.

Para a construção do edifício da Corporação dos Voluntários de Valbom muito contribuiu em 1933 o Sr. Fernando José Soares e sua bondosa esposa a Ex.^{ma} D. Maria dos Santos Oliveira Neves, que ofereceram o terreno onde se está edificando a casa-quartel, em frente do edifício da Escola Dramática Valboense, numa esplêndida situação central.

Os nomes destes beneméritos merecem aqui uma especial menção, e um preito de gratidão da parte do povo para cujo benefício tanto contribuíram aquelas duas almas benfeizas. O projecto da frontaria da casa-quartel é da autoria do presidente da Direcção Sr. Delfim Ramos de Castre, que tem sido infatigável na consecução desta utilíssima empresa. Principiaram estas obras em 1933.

HISTÓRIA DA MÚSICA EM GONDOMAR MÚSICOS E BANDAS DE MÚSICA

Era da Casa da Torre, dò lugar de Ramalde, da Vila de Gondomar, o primeiro professor de música e organista, dos nossos tempos, o Pe. João Ramos das Neves, mais conhecido por Pe. João da Torre. Em 1850 organizou um terceto musical de que faziam parte o Pe. Moutinho, também de Ramalde e o Pe. Joaquim, do lugar de Pevidal, para missas e novenas.

Por alturas de 1858 apareceu no dito lugar de Ramalde um rapaz dotado de intuições musicais e que não sabendo música, fabricava flautas e outros instrumentos de cana, com que organizava grupos musicais.

⁽¹⁾ A inauguração do pronto-socorro em Valbom e a entrega dumha rica bandeira oferecida pelas senhoras valboenses ao Corpo dos Bombeiros daquela freguesia, foi feita a 22 de Julho de 1928.

Em 1859 o Pe. João da Torre encarregou-se de o instruir; foi assim que se fez artista Damião Monteiro, que por sua vez começou a ensinar música a vários amadores, entre os quais os Lopes, de Ermentão.

Em 1863, Manuel João Ramos de França, do lugar do Paço, desta vila, abandonando os estudos, pois era estudante de ordens menores, organizou uma banda de música e escolheu para ensaiador o dito Damião Monteiro. Surgiu, depois, outra banda musical sob a regência de Damião Lopes e ainda outra sob a regência de Camilo Duarte Lopes, conhecido por *Pujeiras*, que, com os irmãos, por alguns anos sustentou uma rival da do Monteiro. Citaremos ainda os *Cestas* e os *Quelhas*, de Valbom, que constituíram uma banda de música. Mais tarde, um discípulo do Sr. Monteiro e exímio tocador de flautim, Augusto Martins dos Reis, o *Manzinha*, foi organizar uma banda de música em Avintes; e ainda mais tarde, o contramestre da banda Monteiro, José de Castro Gandra, com elementos da mesma, organizou com Camilo de Oliveira Aguiar, a banda de S. Pedro da Cova. Ainda depois, uma outra se formou nessa freguesia sob a regência de Serafim de Castro Gandra, filho daquele.

Em 1900, regressando de Lisboa, onde exercera a profissão de relojoeiro e fizera parte de agrupamentos musicais, convivendo com os maestros M'guel Ferreira, Taborda, Carlos Graça, Guerreiro, Lacerda, Neiva, etc., Domingos Monteiro fixou residência em S. Cosme e seu pai confiou-lhe a sua banda de música que ele teve de abandonar por dificuldades que não pode vencer. Nessa ocasião o Pe. Augusto Maia, com a coadjuvação de José Martins de Moura, ambos discípulos de Monteiro, organizou uma orquestra sinfônica. Desavieram-se e formaram cada um a sua banda de música, mas tiveram vida efémera; então Domingos Monteiro reorganizou a sua banda que pode dizer-se que existe desde 1863. Finalmente foi Damião Monteiro o decano e mestre de quase todos os músicos desta terra, incluindo os citados Lopes, isto é, Damião Martins de Almeida Lopes, José M. de A. Lopes, Joaquim M. de A. Lopes, e os Lopes de Ermentão: Serafim, José, Manuel e João.

Várias orquestras, tunas e grupos musicais se formaram em Gondomar, como a tuna de Manuel Martins Correia, de Quintã, a Escola Musical Gondomarense, a tuna de Aguiar, etc. Hoje existe a tuna dos Legionários, sob a regência de Damião Marques de Almeida e Orfeão de Gondomar, sob a regência de José Martins Moura.

A honrar esta terra, temos ainda João Martins de Oliveira, o *Bagulho*, num regimento de Évora, Guilhermino de Moura Monteiro, na banda da Guarda Republicana, João da Silva Monteiro, na banda dos Bombeiros Portuenses e José da Rocha Neves, na Ilha da Madeira.

Em Rio Tinto houve os *Espingardeiros* e os *Matildes*, excelentes músicos; actualmente existe uma banda de música sob a regência de Delfim das Neves e cujo filho José Ferreira das Neves é um dos melhores elementos da banda da Guarda Republicana e que foi nomeado professor do Conservatório de Música do Porto. (Vid. vol. 3.º, págs. 144).

Foram estes os apontamentos que se dignou enviar-me o meu prezado e velho amigo, Sr. Domingos Monteiro.

Orfeão de Gondomar. Em Março de 1917 constituiu-se uma comissão que promoveu a inscrição de orfeonistas, sob a direcção artística do falecido Padre Augusto Maia. Mais tarde, a 25 de Março de 1920, reorganizou-se o Orfeão que tinha decaído, por causa da mobilização militar, devido à guerra europeia, e tomou então a direcção artística o Sr. José Martins de Moura, de modo que a 20 de Novembro desse ano o Orfeão fez a sua primeira apresentação ao público. De aí por diante tem realizado saraus e espectáculos, a título de beneficência, pois não foge aos fins para que foi criado, como agremiação artística de beneficência, instrução e recreio. Tem a sua sede no Largo da Boavista — Vila de Gondomar. O hino deste Orfeão tem letra do Sr. Dr. José Barbosa Ramos e música do Sr. José Martins de Moura — letra e música duma beleza arrebatadora.

Escola Musical Gondomarense. No dia 31 de Julho de 1913 constituiu-se uma comissão que fundou uma sociedade de beneficência, instrução e recreio, à qual deu o nome de *Escola Musical Gondomarense*, com o fim de criar uma tuna musical, dispensando lições de música aos asso-

ciados; a sua instalação provisória foi numa dependência da residência do Sr. Damião Soares Martins, do lugar da Igreja; inscreveram-se 34 sócios; em Outubro desse ano organizou-se um corpo cénico, sob a direcção do amador Sr. José de Freitas Pacheco e a 4 de Janeiro de 1914 realizou a sua estreia no Salão-Teatro do Clube Gondomarense. Mais tarde, já com 22 executantes e sob a direcção do Sr. José M. de Moura, colaborou em várias obras de beneficência e de recreio, espectáculos, etc. Por dificuldades de carácter económico dissolveu-se a 4 de Dezembro de 1927. O seu hino tinha como autor da música o Sr. Domingos da Silva Monteiro, e da letra o falecido Sr. Joaquim Dias de Sousa.

Assembleia de Rio Tinto. Foi fundada em Julho de 1921. Dez anos depois celebrou-se a 4 de Julho, com brilhantismo essa data aniversária, para benefício ao Dispensário de Rio Tinto para crianças pobres.

Grupo Dramático e Recreio da Mocidade Valboense. Foi fundado em 31 de Janeiro de 1911, com fim benficiante e recreativo. Por ele têm transitado cerca de 500 sócios, e, no lugar da Culmieira. Alguns dos sócios dedicam-se à Arte de Talma.

Centro de Instrução e Recreio Seixense, de Fânzeres. Foi fundado em 1926, no lugar do Seixo. Tem uma escola nocturna.

Escola Dramática União Riotintense. Espectáculos e festas de caridade.

Centro Recreativo de Instrução e Beneficência de Vale de Ferreiros. Foi fundado em 1932. Promove quermesses e outros divertimentos para donativos aos pobres.

Escola Dramática «Almeida Garrett». Festas de caridade e recreio.

Escola Dramática Musical Valboense. Foi fundada a 4 de Agosto de 1905, com sede no lugar da Culmieira, hoje Rua Dr. Joaquim M. da Costa. Intitulava-se então *Escola Dramática Juventude Valboense*, e tinha por lema «Instrução, Recreio e Beneficência», por isso distribuía um bodo aos pobres na festa da Páscoa e nela se realizavam entre o

Carnaval e a Páscoa, festas e quermesses, cujo produto revertia a favor do dito bodo, distribuído depois em géneros e dinheiro.

Em 1909 a sua sede foi instalada no lugar das Cambôas, hoje Rua Alexandre Herculano, em um edifício térreo e depois, feitas cerias obras, foi aí construído um salão-teatro. Mudou então o nome «Juventude» para «Musical». Em 1914 comprou-se o terreno para a construção dum edifício próprio; mas a Grande Guerra pelo encarecimento dos materiais de construção, veio interromper os trabalhos que prosseguiram em 1920. Nesta Escola têm sido tratados assuntos de magna importância para os melhoramentos do concelho, como a Escola Industrial, a luz eléctrica, o semanário *A Nossa Terra*, a criação de os bombeiros voluntários, o calcetamento da estrada principal a paralelipípedos, etc., etc. Em conferências públicas tem sido feita homenagem a homens ilustres e têm-se comemorado datas históricas nacionais. Em 1914 inaugurou-se o primeiro cinema do concelho, sendo sua projecção com gasogénio; hoje tem um belo aparelho cinematográfico sonoro, inaugurado a 28 de Outubro de 1933. O número de sócios é cerca de 600. Tem sala de jogos, de conferências e bilhar.

Clube Gondomarense. Teve inicio em 1906, quando um grupo de moços cheios de entusiasmo organizou uma comissão, tendo à frente o saudoso António Ramos Lobão para fundar o *Grémio Aurora e Juventude*; em 1907 mudou o nome para *Clube Camoneano Gondomarense*. Em 17 de Julho de 1908 foram aprovados os seus actuais Estatutos, sendo-lhe dado, nesse ano, o nome de *Clube Gondomarense*. O seu fim é o desenvolvimento intelectual e moral do povo gondomarense, proporcionando aos sócios recreios úteis, boa leitura, conferências, jogos lícitos, dança, biblioteca, música, etc.

Em 1910, com grande contentamento de todos, foi inaugurada a actual sede do Clube, com salão de recreio, salão nobre e salão de teatro, onde funcionou aos domingos um cinematógrafo. Organizou-se igualmente um corpo cénico, constituído por sócios, sob a direcção do ensaiador-amador, o Sr. António Dias Gonçalves Correia. Este Clu-

be, até 1928, contava 110 sócios contribuintes. Em Junho de 1933 inauguraram-se as novas dependências do edifício que sofreu uma importante remodelação. Houve sessão solene; nela se fizeram referências às pessoas que mais têm contribuído para o progresso desta agremiação, destacando-se a figura do Sr. Dr. João Lopes Cardoso. A sua sede é no lugar das Cavadas, Vila de Gondomar. Actualmente não tem palco. Tem salão nobre, gabinete de leitura, de bilhar e jogos.

Grupo Musical e Beneficente de Rio Tinto. Foi fundado em Abril de 1929. É seu regente o Sr. José Ferreira Neves e presidente da Direcção do Grupo o Sr. Firmino Augusto Proença.

Grupo Musical Amigos de S. Martinho. Fundou-se em Janeiro de 1932, com sede provisória no lugar da Arrocia. Tem por fim cultivar a música e promover passeios recreativos.

Grupo Beneficente Instrução de Baguim, em Rio Tinto. Tem dado vários espectáculos de beneficência, assim como o *Rio Tinto Atlético Clube*, da mesma freguesia.

Companhia Dramática «Estrela de Fânzeres», no lugar da Carvalha. Foi fundada em 1921. Já teve teatro.

Tuna Musical «União de Fânzeres», fundada em 1925, no lugar da Igreja.

Centro Republicano Democrático de Instrução e Recreio, de Fânzeres, no lugar da Igreja. Foi fundado em 1905.

Clube Recreativo de Fânzeres, no lugar de Santa Eulália. Foi fundado em 1931.

Centro Democrático Luz e Esperança «Pádua Correia», de Valbom. Foi fundado em 1905. Tem escola que já foi subsidiada pela Câmara Municipal.

D E S P O R T O

Grupo de Escoteiros Marítimos, n.º 69, em Valbom. É uma instituição a dos escoteiros que prepara os cidadãos para a luta pela existência, aprendendo a fazer-se homens, pela destreza, força e exercício, contando com a prática

das manhas de guerreiro, destemido e acautelado. Foi Sir Robert Baden Powell, general inglês, que fundou esta utilíssima instituição, pois viveu muito tempo fazendo bастas campanhas na Índia e África do Sul em contacto com os selvagens. Todas as nações lhe têm consagrado distinções. Portugal conferiu-lhe em 1920, a comenda de Cristo.

Este Grupo de Escoteiros Marítimos de Valbom foi fundado no 1.^o de Dezembro de 1926; foi seu fundador o prof. António José Rodrigues Guiomar Júnior. Cada grupo em organização, para ter o carácter oficial e receber o respectivo diploma de exercício, filia-se na *Associação dos Escoteiros de Portugal*, com sede em Lisboa; e assim este grupo foi filiado em 7 de Julho de 1927. Começou a sua vida com 8 escoteiros, em 1926 e contava já, em 1928, 4 patrulhas, 28 nautas, 1 chefe, 1 subchefe, 2 instrutores, 1 chefe de secção, 1 chefe de materiais e 1 médico, num efectivo de 35 sócios activos. A sua sede é no lugar de Lamas, junto à Escola Industrial. É formado exclusivamente por alunos das escolas técnicas e liceus.

Ala dos Legionários Nun'Álvares de Jovim. Foi fundada em 1 de Maio de 1927. Os seus Estatutos foram aprovados pela autoridade eclesiástica e entregues à autoridade civil. O número de sócios em 1928 era de 68; os seus fins são a instrução moral, civil e religiosa aos seus associados, dando à Pátria bons e prestantes cidadãos, praticantes das doutrinas católicas. Tem a sua sede no lugar da Igreja.

Ala dos Legionários de Nun'Álvares de Gondomar. Foi inaugurada no edifício onde estão instalados o Cine-Teatro Nun'Álvares, um consultório médico, a residência paroquial e salas de recreio e jogos e onde também estiveram a redacção e tipografia de *O Legionário*.

Clube Naval Infante D. Henrique. Tem a sua sede em Valbom. A sua secção de remo está valorizada com uma flotilha de seis elegantes embarcações; mandou também construir no seu estaleiro um barco de corrida, de construção delicada, cujo tipo oriundo da Inglaterra se designa pelo nome de «Shell»; em Portugal ainda até hoje não foi construído nenhum barca de igual categoria. Tem-se

realizado no rio Douro provas de remo, para apuramentos de campeonatos.

Clube dos Modestos de Rio Tinto. Foi fundado em Dezembro de 1932. Tem por fim arrancar da senda do vício os transviados e instruir os analfabetos. É presidente da Comissão Administrativa o Sr. Avelino Dias de Almeida. É professor da escola que o Clube sustenta, o Sr. João Nogueira.

Clube Columbófilo de Rio Tinto. Tem a sua sede no lugar da Venda Nova. Este núcleo deve a sua formação recente aos Snsr. António Alves da Costa e Joaquim Ferreira Garrido que possuem belos exemplares de pombos e que têm obtido quase sempre os primeiros prémios nos concursos.

Grupo Columbófilo de Fânzeres. Em Abril de 1931, o Sr. António A. da Costa, do lugar da Venda Nova, Rio Tinto, recebeu o 1.^º prémio, no concurso de pombas Lisboa-Fânzeres; o seu lindo pombo fez o percurso em 5 horas e 28 minutos, pelo que chegou às 13 h. e 58 m., sendo a solta efectuada em Lisboa, às 8,30. Foi fundado em 1922. A sua sede é no lugar da Costa.

Clube dos Caçadores de Gondomar. Foram aprovados seus Estatutos em assembleia geral de 23 de Março de 1915 e apresentados na Administração do Concelho em 20 de Abril do mesmo ano. A sede do Clube, na Vila, tem sala de leitura e jogos.

O futebol. Já os gregos se exercitavam, como ainda refere a História e se vê da numismática, no pugilato, no salto, na corrida e nas diferentes formas da esferística. Os romanos mesmo herdando toda a educação da sua vizinha, entregavam-se à equitação, à natação, à esgrima, à corrida e aos jogos de pela. O renascimento destes jogos desportivos data dos últimos anos do século XIX, na Inglaterra, ao ar livre, especialmente as corridas de cavalos, restos ainda das tradições cavalheirescas da Idade-Média, cheias de episódios como os Doze de Inglaterra, estavam muito em voga, antes de serem introduzidos na França. Na Alemanha tais recreios datam de 1870.

Em Portugal é relativamente moderno o uso destes exercícios; mas hoje os rapazes, mormente no futebol ganham tamanho entusiasmo que enchem uma praça, para terem o prazer de assistir a um desafio. Chega a ser uma loucura. E se é certo que como exercício moderado, é útil à saúde e ao desenvolvimento físico, levado ao excesso, é altamente condenável.

A introdução do futebol data de 1892 em Portugal; o 1.^º foi o *Clube Lisbonense*; no Porto, em 1893; o 1.^º clube, o *Oporto Cricket Club*.

Em Gondomar havia o campo Alves Pimenta, junto à Praça da República (Souto) que já acabou; mas ainda os há em Rio Tinto, e na Arroteia, em Valbom.

Futebol Clube de Gondomar. Fundou-se em 1 de Maio de 1921. Transitaram já por ele 506 sócios e em 1928 tinha 353. Os seus fins são jogos desportivos e educação física; a sua sede é na Praça Manuel Guedes, Vila de Gondomar.

Sport Clube de Rio Tinto. Foi fundado a 1 de Julho de 1923; o alvará da aprovação é de 15 de Dezembro desse ano. Transitaram por ele até ao ano de 1928, 760 sócios e contava nesse ano 310. Os seus fins são estudo e prática de exercícios físicos e jogos ao ar livre, especialmente o futebol. Também tem prestado serviços de beneficência. A sua sede é na Ferraria (à Venda Nova).

Natação e «water-polo». Do quinzenário «*A Voz de Gondomar*, de 4 de Outubro de 1925, extraímos a seguinte apreciação:

«...Gondomar, com o rio Douro a seus pés, banhando a maioria das suas freguesias, algumas delas muito importantes, como Valbom, não possui um único clube da especialidade; e os que existem quase só tratam de *futebol* de verão e de inverno.

A natação e o *water-polo*, dois excelentes desportos da época calmosa, são totalmente abandonados pelas nossas agremiações desportivas! Esta situação não pode continuar, pois ela é extremamente vexatória para todos aqueles que se intitulam desportistas.

É preciso que no verão os clubes, cuja vizinhança do rio isso lhes permita, abram aos seus associados aulas de natação, dirigidas por pessoas competentes, para o que julgo não faltarão nem professores cuidadosos, nem alunos com vontade de praticar o mais útil, mais agradável e mais higiénico de todos os desportos.»

«*Ginkana*». Realizou-se pela primeira vez na Vila de Gondomar, campo «Alves Pimenta» (hoje extinto) em Agosto de 1933, uma «ginkana» de automóveis que o Clube Gondomarense organizou, por intermédio da sua comissão de festas.

Patinagem. Junto ao «Bar», no gracioso Monte Crasto, foi fundado um campo de patinagem que constitui uma distração e um exercício higiénico para os seus frequentadores. Tem sido muito concorrido.

Campo de «tennis». Também, um pouco abaixo do campo de patinagem foi há pouco construído o campo do jogo de «tennis», na vertente do Monte e cercado de uma alta rede de arame, conforme o exige o fim para que foi criado.

Praça de touros da Areosa. Antigamente realizaram-se magníficas touradas nesta praça, na qual lidaram famosos toureiros, como o espada *Maera*, *Angelillo*, Simão da Veiga (pai e filho), João Branco Núncio, José Casimiro e seus filhos Manuel e José, etc. Hoje, felizmente, tende a desaparecer este bárbaro entretenimento.

Teatros e cinemas. Antigamente, há mais de 50 anos, houve um teatro, no Largo de Quintã, hoje Praça Manuel Guedes, no sítio onde está construída a casa de residência do Sr. Dr. José Silvestre Cardoso e intitulava-se *Teatro Almeida Garrett*, de que fala o *Minho Pitoresco*. (Veja-se vol. 2.º, págs. 299, desta *Monografia*). Mais tarde, aí pelo ano de 1904, e em casa do Sr. José Alves Garrido, um grupo de rapazes organizou o *Teatro Recreio Familiar*, que também teve pouca duração.

Em algumas freguesias, tais como Rio Tinto, S. Cosme e Valbom predomina hoje o cinema: o *Cine-Gondomarense*, o *Ideal Cinema*, de Rio Tinto, o *Cine-Teatro Valbom*, e outros de que falamos atrás, neste capítulo.

Ciclismo. Em Junho do corrente ano de 1937, disputa-se na Vila de Gondomar a prova das «oito voltas a Gondomar», com prémios valiosos aos melhores corredores.

CAPÍTULO XII

SUMARIO: — Saúde pública e hospitalização. Censo demográfico: nascimentos, casamentos, óbitos e nado-mortos. Causas da morte. Movimento emigratório. Mortos na Grande Guerra. Cemitérios. O desemprego no concelho em 1931. Presos políticos. Presos de crimes comuns: homicídios, roubos e suicídios. Prostituição. Fenómenos assombrosos e deformações corporais. Tabernas e jogo.

SAÚDE PÚBLICA E HOSPITALIZAÇÃO DO CONCELHO

Gondomar não tem um hospital que tão necessário se torna não somente para curar qualquer vítima dum desastre ou enfermos sem recursos, mas também para, em casos de peste ou epidemia, recolher os doentes. E não tem hospital próprio pela razão simples de ficar a uma légua de distância da cidade do Porto. Recorre, como todas as povoações dos arrabaldes da cidade, ao Hospital Geral de Santo António. No entanto, quando grassou em 1854, a febre tifóide, a Câmara Municipal, na sua sessão extraordinária de 1 de Maio daquele ano, à face de um ofício do Governador Civil mostrando a necessidade de a Câmara estabelecer em Valbom um hospital provisório, para nele serem recolhidos e tratados os doentes de febre tifóide e outras moléstias contagiosas, que em grande escala grassam naquela freguesia, deliberou, visto que não tem em cofre quantia alguma disponível, se sustenham algumas pequenas e que da importância da verba orçada se disponha da quantia de 50\$000 réis. Vamos, que já foi um grande gesto... «nem lhe parecia justo» «contrair um empréstimo, porque para o solver, é indispensável subcarregar (sic) os povos com novas contribuições».

Quando se fez o *cordão sanitário* em volta da empesta-dida cidade do Porto, em 1899, a Câmara Municipal dirigiu ao Governador do distrito um requerimento-protesto contra

tal medida que não era a mais adequada à profilaxia nem à economia pública, pois a «higiene encontra-se hoje munida de meios que autorizam a prescrever aquele meio». Pede para não ser abrangido parte do concelho dentro do cordão, pois os lavradores na colheita ficam impossibilitados de colher todos os seus frutos em terrenos, uns fora, outros dentro do cordão. Esta medida é um vexame; e pede que este concelho seja poupadão. Mas a Câmara não ficou por aqui. Dirigiu uma representação a S. Majestade, mostrando os inconvenientes de tal medida, para enterramentos dentro das respectivas freguesias, para colheitas nas terras de seus proprietários e até quanto aos serviços administrativos e judiciais e correspondência postal. Tem a data de 7 de Setembro de 1899. Era presidente da Câmara, o sr. Manuel Ribeiro de Almeida. Não chegou ao trono o clamor do povo de Gondomar.

Como a população tende a aumentar e a higiene pública é um dos cuidados entregues aos municípios, a Câmara, na sua sessão de 26 de Março de 1913, resolveu que o concelho fosse dividido em três partidos ou zonas sanitárias. A 1.^a em S. Cosme, sede do concelho; a 2.^a em Rio Tinto, e a 3.^a em Melres. A 1.^a foi constituída pelas freguesias de S. Pedro da Cova, Foz do Sousa (menos o lugar de Esposade), S. Cosme e Jovim; a 2.^a pelas de Fânzeres, Rio Tinto e Valbom; a 3.^a, pelas de Covelo, Lomba, Medas, Melres e o lugar de Esposade, da freguesia da Foz do Sousa. A 1.^a zona ficava então com 13.200 habitantes: a 2.^a com 20.269 e a 3.^a com 4.469 (a mais dispersa e montanhosa).

Pelo Ministério do Interior (Direcção Geral de Saúde), foi publicado o 1.^o vol. — Higiene rural — com o título *Notícia dos Inquéritos de higiene rural e sobre águas e esgotos*, no ano de 1935.

A págs. 172, trata do concelho de Gondomar, dando o respectivo Sub-Inspector de Saúde a resposta aos quesitos (114) que lhe foram apresentados. Em resumo é o seguinte:

A assistência médica e domiciliária e no consultório. Há três partidos municipais: S. Cosme, Melres e Rio Tinto. O 1.^o partido abrange as freguesias de S. Cosme, S. Pedro

da Cova e Foz do Sousa; o 2.º, as freguesias de Rio Tinto, Fânzeres e Valbom; e o 3.º, as freguesias de Melres, Lomba, Medas e Covelo. O 1.º partido conta 4.057 fogos e 17.522 habitantes; o 2.º 6.234 fogos e 28.955 habitantes; e o 3.º, 1.073 fogos e 4.798 habitantes. Há no concelho 14 médicos. Não há hospitais, nem asilos, nem parteiras municipais, nem dispensários, nem creches, nem gotas de leite, nem patronatos de infância ou outras quaisquer instituições de assistência infantil. Não há pavilhões para tuberculosos. Não há casas de pensão para tratamento, mas, como fica perto do Porto, para esta cidade vão os doentes para casas que alugam. Não se têm feito vacinações pelo B.C.G. Não se faz luta antiepidérmica, nem há postos de desinfecção. Faz-se regularmente a vacinação antivariólica, mas não a antidiftérica e antitéfica. Há lepra, mas não há tracoma.

Tem havido casos de doenças causadas por parasitas intestinais, ténias, ascárides, oxiúros, tricocéfalos e anelostoma.

Poucos casos de impaludismo. Há formas clínicas da terçã. Não há arrozais. Há profilaxia da raiva, por causa de cães raivosos e há casos de raiva humana. Não há canil municipal, nem postos anti-rábicos, nem vacinação de cães, nem casos de carbúnculo humano, nem vacinação anti-carbunculosa do gado. As doenças infecto-contagiosas mais frequentes são a tuberculose pulmonar, febres tifóides e paratifóides. Não há luta antivenérea, nem inspecção de meretrizes. Há muitos sifilíticos. Há onze farmácias. Há abastecimento de águas, fontes, poços, fontes de mergulho e água encanada para fontanários; água encanada para domicílios, em poucas casas. As águas provêm de minas e de poços; do rio Sousa só para dois fontanários; estas águas dos poços, umas são puras, outras inquinadas; nenhuma é filtrada. Os esgotos são feitos para fossas fixas, a descoberto.

As casas em geral têm latrinas, mas não têm canalização interior de esgotos, nem tal canalização se faz para sumidouros, mas para fossas fixas; não há fossas sépticas ou Mouras. Não há rede geral de esgotos nos aglomerados de habitações. Há latrinas sobre estrumeiras e estas às vezes

junto das casas; nem há estrumeiras devidamente arranjadas. Os currais, cortelhos, pocilgas, capoeiras, estábulos e coelheiras, no geral estão debaixo das habitações. Não há coabitacão no mesmo pavimento, pois os animais ficam nas lojas, mas muito poucos em dependências isoladas. Não há tipo de casa rural. Há um matadouro municipal. Há lavadouros públicos, mas não balneários públicos.

As principais indústrias são a ourivesaria, a marcenaria e minas de carvão de S. Pedro da Cova e Sousa (Midões). É em geral pouco higiênico o estado sanitário dos estabelecimentos que não têm esgotos, e onde se empregam menores e mulheres. Há associações de socorros mútuos, cujos associados são 2.546. Há consultórios médicos que dão medicamentos.

O regime alimentar do trabalhador é: de manhã, café e pão; ao jantar, caldo, broa, um prato e vinho; à ceia, caldo, broa e um prato; os géneros de maior consumo são: pão de milho, arroz, batatas, feijão, bacalhau e carne de porco; é variável a refeição. Abusa-se bastante das bebidas alcoólicas, sobretudo na região mineira. O salário médio dos homens é de 9\$00 e o das mulheres, 6\$00; é insuficiente em relação com o custo de vida.

O tipo comum de vestuário é de lã no inverno e de algodão no verão; andam descalços. Tem havido casos de alcoolismo; há muitas tabernas; a população tem hábitos alcoólicos. A propriedade rural está dividida. Quanto à sua situação económica, o concelho é rico. O orçamento da Câmara Municipal, de 1930-1931 foi de 540.000\$00. Quanto à verba destinada à assistência, 5.300\$00 (para tratamento anti-rábico), 600\$00; para tratamento de doentes pobres no Hospital de S. José, Lisboa, 3.650\$00; para expostos e menores (dinheiro à Junta Geral do Distrito), 1.000\$00; subsídio para o instituto dos Cegos do Porto, 50\$00; total: 5.300\$00. Para a higiene e melhoramentos sanitários, 14.700\$00; extinção de cãis vadios, 100\$00; saneamento de focos de insalubridade, 100\$00, fontanários de Valbom (Companhia das Águas), 3.000\$00; quota para fundo sanitário contra a tuberculose (decreto n.º 13.970), 1.500\$00; para reparação e conservação de fontes, tanques e lavadou-

ros, 10.000\$00; total 14.700\$00. A sub-inspecção de saúde está pessimamente instalada, mas a Câmara auxilia-a com pessoal e material.

Tal foi a resposta enviada à circular n.º 15-A, da Direcção Geral de Saúde, de 6 de Janeiro de 1931.

POPULAÇÃO DE GONDOMAR EM 1869 E EM 1883

Devemos notar que o estudo do movimento demográfico dumha região é de uma enorme valia para se ajuizar do seu clima, da educação, da natureza das habitações ou higiene e da vida ou costumes da sua gente.

É a parte demográfica um trabalho que os antigos não cuidaram suficientemente. A Suécia inaugurou-o no fim do século passado e Portugal só principiou a consagrar-lhe a sua atenção em 1864. Isto não quere dizer que os antigos não tinham relatórios censuários, mas tão somente que as estatísticas não eram tão completas como havia mester. É que por meio delas o higienista explica as causas e os efeitos da progressiva ou decadente população de um país ou de uma parte dele.

Já, através dos três volumes publicados, vimos os diferentes mapas da população do nosso concelho, desde os tempos mais antigos até quase ao último quartel do século XIX.

Da sessão da Câmara Municipal, de 10 de Novembro de 1869, consta o mapa da população: Medas, 706 habitantes; Lomba, 1.252; Melres, 1.152; Covelo, 699; Sousa, 1.665; Jovim, 1.278; S. Pedro da Cova, 1.547; Fânzeres, 1.922; Rio Tinto, 4.880; Valbom, 3.650 e S. Cosme, 3.700.

E na sessão de 23 de Agosto de 1883, a população era a seguinte: Medas, 679 habitantes; Lomba, 1.174; Covelo, 766; Sousa, 1.887; Jovim, 1.234; S. Pedro da Cova, 1.716; Fânzeres, 2.122; Rio Tinto, 5.483; Valbom, 4.190 e S. Cosme, 3.853.

Agora vejamos o censo da população em 1920 (Ministério das Finanças).

FOGOS. POPULAÇÃO DE RESIDÊNCIA HABITUAL. POPULAÇÃO DE FACTO, AGRUPADA POR FREGUESIAS
DISTINGUINDO SEXO, NACIONALIDADE, NATURALIDADE, ESTADO CIVIL E INSTRUÇÃO

FREGUESIAS	Fogos		POPULAÇÃO DE FACTO		NACIONALIDADE		SOLTEIROS		SEPARADOS JUDICIALMENTE		DIVORCIADOS		VIÚVOS		ANALFABETOS		SAIBER LER						
	População de residência habitual		Portugueses		Naturais		Casados		Separações		Divorciados		Viúvos		Analfabetos								
	Total	Varões	Fêmeas	Do próprio concelho	De outro concelho	De outra nacionalidade	Estrangeiros	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas						
Gondomar	9.066	44.818	41.400	19.353	21.447	30.845	2.954	1.548	43	12.006	12.512	6.480	7.059	5	3	18	14	504	1.880	12.357	7.508	5.415	
Covilhã	209	943	934	432	562	882	44	28	—	290	291	140	155	—	—	—	—	12	56	308	454	134	48
Prazeres	892	4.217	4.135	1.893	2.142	3.810	210	71	14	1.307	1.251	620	707	—	—	1	56	181	1.234	1.553	750	589	
For do Sousa	651	2.941	2.885	1.312	1.563	2.769	67	29	—	875	876	359	471	—	—	2	48	154	846	1.206	465	257	
Gondomar (S. Gome)	1.382	6.555	6.635	3.311	3.234	6.165	250	119	1	2.942	1.945	974	1.030	1	—	1	1	93	248	1.916	2.070	1.305	1.154
Jovim	469	1.919	1.694	906	988	1.830	31	37	—	566	571	311	329	—	—	—	—	29	89	575	665	331	323
Lomba	298	1.317	1.297	581	716	1.214	32	51	—	355	480	199	214	—	—	1	1	26	71	459	620	142	96
Medas	206	900	965	457	529	918	48	20	—	316	317	158	—	—	—	—	16	55	221	308	226	131	
Melras	347	1.445	1.448	670	778	1.213	71	64	1	414	438	215	228	—	—	41	92	442	664	228	114		
Rio Tinto	2.378	11.105	10.993	5.638	8.557	11.682	752	22	8.401	3.184	1.799	1.984	2	—	12	7	151	473	2.951	3.971	2.414	1.657	
S. Pedro da Covilhã	603	3.394	3.394	1.000	1.734	2.567	175	168	4	1.074	1.049	476	537	—	—	2	2	48	156	1.183	1.451	417	268
Valbom	1.571	7.043	6.579	3.226	3.653	6.504	265	209	1	2.058	2.091	1.160	1.246	2	3	2	—	74	313	2.292	2.980	1.084	763

FAMILIAS, POPULACAO DE RESIDENCIA HABITUAL E POPULACAO DE FACTO, AGRUPADA POR FREGUESIAS

DISTINGUINDO O SEXO, A NATURALIDADE, O ESTADO CIVIL E A INSTRUÇÃO

(Vejamos ainda o mapa n.º 3, do último censo, de Dezembro de 1930)

FREGUESIAS	POPOULAÇÃO DE FACTO, SEGUNDO O ESTADO CIVIL																							
	NATURALIDADE					POPOULAÇÃO DE FACTO																		
	População de residência habitual					Familias																		
						População de residência habitual																		
						Total																		
						Varões		Fêmeas																
Gondomar (ontealhe)	11.533	49.758	49.583	24.957	25.250	45.205	3.378	939	61	15.425	14.328	8.265	8.111	6	6	12	29	649	2.152	18.756	19.109	10.551	6.128	
Covilhã	222	960	961	447	514	897	36	28	—	299	136	160	—	1	—	—	12	54	226	410	191	104		
Paneres	1.397	5.474	5.430	2.080	2.750	4.805	520	89	16	1.695	1.557	992	1	—	3	7	88	221	1.652	1.084	1.038	766		
Foz do Sousa	709	3.050	3.061	1.440	1.611	2.945	80	10	6	968	933	436	518	2	2	—	1	34	147	895	1.358	545	365	
Gondomar (S. Coimbra)	1.783	7.502	7.379	3.924	8.555	7.417	207	80	15	2.498	2.121	1.298	1.152	—	—	—	1	118	281	2.076	2.498	1.748	1.057	
Jovim	585	2.352	2.368	1.149	1.210	2.382	34	52	—	711	710	415	430	1	—	1	—	21	79	479	1.144	670	70	
Lombas	312	1.292	1.294	568	725	1.260	28	11	—	362	423	186	207	—	—	—	1	20	65	419	638	149	82	
Medas	347	1.028	1.044	484	550	984	31	24	5	325	326	153	180	—	—	—	16	44	224	357	270	180	100	
Mataes	1.570	5.157	5.05	2.870	1.532	40	11	2	44	514	229	282	—	—	—	—	32	470	718	255	1.557	754	450	
Rio Tinto	3.582	14.258	14.148	7.006	11.718	1.094	435	1	4.277	3.814	2.601	2.698	1	2	7	14	180	614	3.511	4.006	3.475	2.176	350	
S. Pedro da Covilhã	971	4.298	2.446	2.296	4.070	285	64	13	1.408	1.321	686	730	—	1	—	1	52	183	1.568	1.886	578	578	578	
Valhom	1.787	8.014	7.944	3.938	4.163	7.705	128	105	8	2.447	2.260	1.313	1.419	1	—	1	4	76	390	2.166	3.309	1.672	754	754

MOVIMENTO FISIOLÓGICO

POPULAÇÃO DE FACTO AGRUPADA POR IDADES
DISTINGUINDO SEXOS, EM 1920

IDADES	POPULAÇÃO DE FACTO		
	Total	Varões	Fêmeas
No Concelho	41.400	19.953	21.447
De 0 a 4 anos	4.728	2.393	2.335
De menos de 1 ano	1.056	545	511
De 1 ano	773	380	393
De 2 anos	839	426	413
De 3 »	999	489	510
De 4 »	1.061	553	508
De 5 a 9 anos	5.457	2.770	2.687
De 5 anos	1.118	559	559
De 6 »	1.099	581	518
De 7 »	1.149	563	586
De 8 »	1.116	581	535
De 9 »	975	486	489
De 10 a 14 anos	5.057	2.581	2.476
De 10 anos	1.083	533	550
De 11 »	884	471	413
De 12 »	1.111	557	554
De 13 »	926	465	461
De 14 »	1.053	555	498
De 15 a 19 anos	4.752	2.482	2.270
De 20 a 24 »	3.554	1.703	1.851
De 25 a 29 »	3.181	1.508	1.673
De 30 a 34 »	2.796	1.292	1.504
De 35 a 39 »	2.430	1.078	1.352
De 40 a 44 »	2.191	1.004	1.187
De 45 a 49 »	1.769	835	934
De 50 a 54 »	1.504	671	833
De 55 a 59 »	1.104	479	625
De 60 a 64 »	1.068	462	606
De 65 a 69 »	659	255	404
De 70 a 74 »	513	197	316
De 75 a 79 »	250	90	160
De 80 a 84 »	180	65	115
De 85 a 89 »	52	18	34
De 90 a 94 »	21	8	13
De 95 a 99 »	5	1	4
De 100 ou mais anos	4	—	4
De idade desconhecida	125	61	64

DO MESMO ANO, NÚMERO DE FAMILIAS
E SUA COMPOSIÇÃO

Total: 9.066. De uma pessoa, 568; de duas, 1.266 de três, 1.487; de quatro, 1.489; de cinco, 1.397; de seis, 1.154; de sete ou mais que sete pessoas, 1.705. No ano de 1900, a população do concelho era de 32.314; em 1911, era de 37.929; e em 1920 atingia o número de 41.400, de modo que a densidade de população por quilómetro quadrado era em 1911 de 283,1; e em 1920, era de 309,0.

O distrito do Porto é um daqueles em que a taxa do crescimento da população é mais elevada, o que se pode avaliar pelo seguinte quadro desde 1864 a 1890:

CONCELHOS	Censos anuais da população			Taxas anuais % habitantes	
	1864	1878	1890	1864-1878	1878-1890
Amarante	28.142	29.827	31.380	4,3	4,0
Baião	18.893	22.321	22.633	12,9	1,0
Bouças	17.317	20.368	27.563	12,5	27,3
Felgueiras	19.969	20.526	21.599	1,9	4,0
Gondomar	20.331	24.216	31.053	11,9	21,8
Lousada	14.016	14.941	15.857	4,7	4,6
Maia	15.981	15.603	18.754	4,8	15,6
Marco	23.302	24.905	27.488	4,8	8,0
Paços de Ferreira	9.229	10.217	11.320	7,5	8,3
Paredes	17.182	17.614	19.627	1,7	8,7
Penafiel	27.811	28.524	30.380	1,8	5,0
Póvoa do Varzim	18.033	19.813	22.606	7,0	10,9
Santo Tirso	20.707	22.160	25.571	4,9	11,9
Valongo	8.303	9.278	11.157	8,3	15,5
Vila do Conde	18.183	22.951	25.333	18,6	8,0
Gaia	46.205	52.779	65.081	10,1	18,0

CASAMENTOS, POR ESTADO CIVIL DOS NUBENTES
EM 1921

CASAMENTOS, NASCIMENTOS, OBITOS E NADO-MORTOS, EM 1921

Total de casamentos										CASAMENTOS		NASCIMENTOS		OBRITOS		NADO-MORTOS		
					Nubentes que assi- naram o termo do registo													
					Total		Varões		Fêmeas									
					Total geral													
417	424	249	175	1.706	1.518	782	736	188	94	94	855	406	449	99	53	46		

NADO-VIVOS, POR FILIAÇÃO E SEXOS. EM 1921

FILIAÇÃO

1243

FILIAÇÃO

				ILEGITIMOS				TOTALS	
		LEGITIMOS		Reconhecidos		Não reconhecidos			
		Pelo pai	Pela mãe	Por ambos	Expostos	Não expostos		Total	
Varões	Fêmeas								
784	737	1.521	22	20	34	39	22	18	—
									—
								17	16
								95	93
								183	
								879	833
									1.709
				Varões		Fêmeas		Geral	

OBITOS, POR CAUSAS E POR SEXOS, EM 1921

CONCELHO DE GONDOMAR	Várgos	Fêmeas
Febre tifóide (tifo abdominal)	13	13
Difteria e garrotilha	5	2
Gripe	4	5
Doenças epidémicas	1	1
Tuberculose pulmonar	42	29
Outras tuberculoses	7	9
Cancro e outros tumores malignos	4	8
Meningite simples	13	17
Congestão, hemorragia e amolecimento do cérebro	12	17
Lesões orgânicas do coração	18	36
Bronquite aguda	17	17
Bronquite crónica	9	5
Pneumonia	3	4
Outras doenças do aparelho respiratório (excepto tísica)	14	12
Doenças do estômago (excepto cancro)	4	1
Diarreia e enterite (antes dos 2 anos)	49	59
Diarreia e enterite (2 e mais anos)	16	31
Hérnias, obstruções intestinais	1	—
Cirrose do fígado	5	3
Nefrite aguda e mal de Bright	5	7
Tumores não cancerosos e doenças de órgãos genitais	—	1
Septicemia puerperal (febre, peritonite, flebite)	—	3
Outros acidentes puerperais da gravidez, etc.	—	3
Debilidade congénita e vícios de conformação	18	11
Senilidade	7	26
Mortes violentas (excepto suicídios)	4	2
Outras doenças	26	22
Doenças ignoradas ou mal definidas	167	107
Total por sexos	402	453
Total geral		855

MOVIMENTO EMIGRATÓRIO

A emigração, em qualquer país, é sempre devida a causas morais, políticas, religiosas, cósmicas ou económicas. Portugal, com pouco mais de 6.800.000 habitantes na Metrópole, contava com uma emigração anual de uns 30.000 indivíduos, cujos braços fugiam ao trabalho nacional, isto é, à agricultura e à indústria; sempre a louca ilusão dum futuro melhor! Como desfecho, ou a morte na terra estranha ou a repatriação forçada, como revelação duma miséria ainda maior, sofrida fora do lar paterno.

A emigração é neste concelho, como em todo o Norte do País um dos males sociais a que é preciso por cobro. Antigamente todos os pais que tinham umas leiras de terra e muitos filhos, com o intuito pouco paternal de deixarem todos os bens a um só, livravam-se de dificuldades, empandeirando os restantes para o Brasil. E até neste *negócio* entravam os engajadores. Na sessão de 5 de Março de 1913, a Câmara Municipal recebe um ofício da Comissão Administrativa de Abrantes pedindo a cooperação para o pedido que vai fazer ao Governo, a fim de evitar tanto quanto possível a emigração, tomando-se medidas severas contra os engajadores, que enganando o bom povo, têm contribuído para o aumento da emigração. A Câmara resolveu pres tar todo o seu apoio.

No entanto, se isto denota esforço da parte das autoridades neste sentido, o mal continua sem solução. Veja-se a estatística seguinte, no ano de 1921:

EMIGRAÇÃO POR SEXO, ESTADO CIVIL, IDADE E DESTINO
DA POPULAÇÃO DE GONDOMAR

		ESTADO CIVIL				IDADE										
		VARÕES		FÊMEAS		MAIORES DE 14 ANOS		MENORES DE 14 ANOS								
	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Divorciados	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Divorciadas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas
184	152	49	99	4	—	32	12	18	2	—	176	148	28	8	4	4

Com destino ao Brasil, 84 varões e 24 mulheres; para a América do Norte, apenas 1 varão, ficando na Europa 67 varões e 8 mulheres.

A GRANDE GUERRA EM 1914

O desenvolvimento cada vez mais crescente da actividade industrial e comercial na Europa, impulsionada pela febre do lucro, a rivalidade económica entre a Inglaterra e a Alemanha, e a velha hostilidade entre esta e a França, por um lado, no Ocidente, e por outro, no Oriente, a ampliação territorial do reino da Sérvia, que não podia agradar à Áustria-Hungria, tudo isto devia ter como consequência a formidável conflagração europeia. A causa próxima — o pretexto — foi o assassinato do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono da Áustria, em Junho de 1914, cometido por dois sérvios, em Serajevo, capital da Bósnia.

Os nossos soldados lutaram heroicamente na Flandres e na África, contra os alemães.

Toda a gente sabe que Portugal foi arrastado para o formidável braseiro do centro da Europa e teve de bater-se heroicamente ao lado da sua antiga aliada a Inglaterra. O nosso concelho, interpretando fielmente o sentimento nacional, tomou atitude firme em apoio do Governo da Nação. A Câmara Municipal de Gondomar, na sua sessão de 27 de Abril de 1916, «pela voz do seu presidente colocou-se ao lado do Governo, que, como representante da Nação, aceitou a declaração alemã de hostilidade».

O seguinte quadro, gentilmente fornecido pelo Sr. Dr. Jaselino Costa, digno Conservador do Registo Civil do Concelho, dá-nos os nomes dos filhos desta terra que se bateram na França e na África pela honra e integridade da Pátria e que lá faleceram.

Ei-lo:

N O M E S	Freguesia da naturalidade	Filiação	Lugar do falecimento	Data do óbito e cemitério em que foi sepultado	Patente militar
Agostinho Augusto da Silva Rosa Martins (1), casado com Maria S. Cosme	Silvânia	António Augusto da Silva e Maria Rosa	Franca	13 de Julho de 1917, cemitério de Pont du Hem	Soldado n.º 502 da 3.ª Companhia de Infantaria 6
Diamantino Fernandes Vendas, casado com Rosa da S.ª Ribeiro	Venâncio Valongo	Manuel Fernandes Vendas Júnior e de Ana Fernandes	Lourenço Marques	17 de Outubro de 1917	Soldado n.º 466 da 9.ª Companhia, 3.º Batalhão, Infanteria 31
Augusto da Silva, solteiro (2)	Rio Tinto	Maria da Silva	Franca	23 de Janeiro de 1919, cemitério de Ambieteuse, coval 60	Soldado n.º 532 da 2.ª Companhia de Infantaria 6
António Fernandes da Cunha, solteiro	Lomba	Miguel Fernandes Cunha e de Rosa Alves	Franca	9 de Abril de 1918	Soldado servente 51 da 4.ª Bataria de Artilharia 6
José dos Santos Ramos, solteiro	Sousa	Henrique dos Santos Ramos e de Cláudia Martins de Oliveira	Franca	29 de Setembro de 1914, cemitério de Merville, coval 21	Soldado n.º 596 da 1.ª Companhia de Artilharia 6
José Pereira, solteiro	Rio Tinto	António Pereira e de Rosa de Jesus	Franca	14 de Novembro de 1917, cov. de Vieille Chapele, coval F. 7	Correiro n.º 357 da 3.ª Companhia de Infantaria 6
Manuel Augusto Martins, casado com M.ª de Sousa Barboza	Jovim	António Augusto e de Maria da Conceição	Franca	7 de Janeiro de 1918, cemitério de Vieille Chapele, coval F. 7	Soldado n.º 486 da 2.ª Companhia de Infantaria 6
José Francisco da Cruz Ferreira	Lomba	Manuel Francisco da Cruz Ferreira e de Maria da Cruz	França	9 de Abril de 1918	Soldado n.º 251 da 2.ª Companhia de Infantaria 6

(1) Do casamento, realizado em Gondomar, a 4-5-1914, verifiquei que este soldado era natural de Rans, Pena-fiel, e que a esposa se chama Maria Rosa das Neves, residindo no lugar de Taralhão, S. Cosme.

(2) Faleceu de bronco-pneumonia e nefrite.

HOMENAGEM AOS MORTOS DA GRANDE GUERRA

No dia 21 de Agosto de 1927, houve a inauguração dos canteiros destinados a recolher os restos mortais dos mortos na Grande Guerra e que eram naturais do concelho. Foi celebrada esta cerimónia nos quatro cemitérios: Valbom, S. Cosme, Fânzeres e Rio Tinto, com a assistência dos Srs. Governador Civil e Comandante da 1.^a Região Militar. Também nesse dia foi lançada solenemente a primeira pedra para o edifício da Escola no lugar da Triana. (Vid. vol. 3.^o, págs. 51).

HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS

As antigas sepulturas da velha Grécia e da famosa Roma não constituíam *cemitérios*; havia, sim, as catacumbas, como em Siracusa, em Nápoles, Roma, etc. Mas desde o século IV adoptou-se o costume de enterrar os mortos nas igrejas.

Já em 1776 se protestou em França contra esse costume; e a 12 de Junho de 1804, Napoleão, por um decreto, proibiu estes enterramentos. Em Portugal enterravam-se os cadáveres dentro dos templos ou em carneiros ali existentes ou nos adros. Os alvarás de 27 de Março de 1805 e de 18 de Outubro de 1806 ordenavam a fundação de cemitérios públicos. Foi letra morta. Só em 1835, sendo ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães e pelo decreto de 21 de Setembro, se legalizou a criação dos cemitérios públicos, proibindo terminantemente os enterramentos nas igrejas; e apesar deste rigor proibitivo, ainda em 1882 existiam no distrito do Porto muitas freguesias sem cemitério, o que obrigou o governador civil de então, José Moreira da Fonseca, a 26 de Junho daquele ano, a mandar a todos os concelhos do seu distrito instruções para o cumprimento da lei.

As instruções do Conselho de Saúde Pública, promulgadas em 1863 exigem que a superfície seja suficiente para um número de sepulturas igual a cinco vezes o número anual de óbitos da freguesia, além do espaço suficiente para ruas, jazigos, acréscimos de população e superveniência de alguma epidemia⁽¹⁾.

CEMITÉRIOS MUNICIPAL E PAROQUIAIS

Em sessão de 5 de Abril de 1854, a Câmara tendo recebido uma circular do Sr. Governador Civil para a construção imediata de um cemitério público do concelho, com o resguardo necessário, não fazendo, isto é, não incluindo verba orçamental, não veria aprovado o seu orçamento. «À vista do que, foi pela Câmara deliberado que para o Cemitério público do concelho seriam bastantes 50 varas de comprido por 30 de largo e que o local mais próprio para ele era o Souto denominado de Santo António, da freguesia de S. Cosme, não só por ser terreno público, báldio municipal, como por ser o mais central do concelho e reunir em si todas as qualidades que o bem geral reclama».

Deliberaram que se procedesse ao seu orçamento e se levassem a efeito as ordens do Governo.

Logo no ano seguinte, isto é, em 1855, a Câmara Municipal, na sua sessão de 2 de Maio, sendo-lhe apresentada a planta do terreno para a construção do Cemitério

(1) Os alvarás de 1805 e 1806, sancionados pelo referido decreto de 1835, exigem 200 passos ou 143 metros de distância às mais próximas habitações. Nesse tempo considerava-se o cemitério um *lugar insalubre!* Ora a ciência, felizmente, vai reconhecendo que o ar que cerca o cemitério não acusa a presença de produtos da decomposição cadavérica, em tal quantidade que prejudiquem a saúde pública, sempre que os enteramentos sejam feitos conforme ordena a lei. A terra que tudo consome e a arborização que purifica o ar encarregam-se de garantir a salubridade do local.

da freguesia de Rio Tinto, foi de parecer que a Junta de Paróquia proceda à aquisição do terreno.

Quanto à freguesia de Valbom, a Câmara Municipal, em sua sessão de 25 de Junho de 1863, aprova a escolha do terreno para a construção de um cemitério, junto do adro da igreja paroquial, «não por ser o mais próprio para a formação de um cemitério, segundo os preceitos da higiene, como afirmaram os facultativos do concelho, mas por ser o único aproveitável e conveniente à paróquia».

Os anos, porém, iam passando e o povo não se preocupava com o cumprimento da lei, relativa à construção dos cemitérios paroquiais. Daí mais outra circular:

Em sessão extraordinária de 8 de Fevereiro de 1869, entre outros assuntos, recebe a Câmara um ofício-circular n.º 29, dirigido pela 3.^a Repartição, em 6 do corrente, «relatando várias disposições para se levar a efeito a conclusão dos cemitérios em todo o concelho, remetendo igualmente um mapa das freguesias que tinham e deixaram de ter cemitérios paroquiais».

Entretanto, foram sendo construídos cemitérios em Fânzeres, S. Pedro da Cova, Sousa e Jovim até o ano de 1886. E assim a Câmara Municipal, na sessão de 29 de Julho desse ano, declara que «as freguesias das Medas, Covelo, Melres e Lomba tratam de construir seus cemitérios paroquiais; as restantes já os têm». Mas a Câmara ainda na sessão de 23 de Março de 1893, «em virtude da intimação que lhe foi feita, resolveu oficializar ao Administrador do Concelho, para convidar os facultativos, a fim de serem ouvidos sobre a escolha do terreno, no lugar do Covelo, para a construção do cemitério, assistindo a Câmara à vistoria». Levou, pois, o seu tempo.

O DESEMPREGO NO CONTINENTE, MORMENTE
NO PORTO, EM LISBOA E EM GONDOMAR

INQUERITO REALIZADO EM AGOSTO DE 1931,
SEGUNDO A DIRECÇAO GERAL DE ESTATÍSTICA

Em todo o Continente o número de desempregados é de 38.225. Os distritos que fornecem maiores contingentes de desempregados são os do Porto, que figuram em primeiro lugar, com 5.934 e os de Beja e Lisboa. O de Bragança é o mais favorecido, pois regista apenas 155.

Quanto ao estadio civil, em número mais elevado são os solteiros — 18.429, e logo os casados — 17.909. E a idade deles é dos 20 aos 29 anos.

Dos 38.225 desempregados, apenas 6.360 não têm pessoas de família a sustentar. Quanto aos ofícios, são os da lavoura os mais atingidos — nada menos de 14.381. Logo a seguir os industriais de construção — 5.168.

A cidade do Porto deu, no 1.^o bairro, 1419; e no 2.^o bairro, 1.123, perfazendo o total de 2.542, número que, somado com os dos concelhos, dá 5.934 homens sem trabalho. O distrito de Lisboa deu um número inferior, pois não passou de 5.771; a capital com os seus 4 bairros deu 5.285.

Em Gondomar o número de desempregados foi de 286. Com menos de 20 anos, 30; de 20 a 29 anos, 126, de 30 a 39 anos, 54; de 40 a 49 anos, 39; de 50 a 59 anos, 21; de 60 para cima, 14. Solteiros, 114; casados, 160; viúvos, 9. Profissões: afinadores de teares, 1; carpinteiros, 4; cerâmicos, 1; cobradores, 1; construção civil, 5; criados de servir, 1; electricistas, 6; empregados do comércio, 34; entalhadores, 1; estucadores, 9; ferreiros, 5; ferroviários, 3; fundidores, 4; litógrafos, 1; maquinistas, 1; marceneiros, 71; marítimos, 1; mineiros, 13; moageiros, 7; operários fabris de ferragens, 1; padeiros, 1; pedreiros, 12; serradores, 1; serracheiros, 7; soldadores, 1; tanoeiros, 10; tipógrafos, 1; trabalhadores, 64; moços de levoura, 10; vidraceiros, 3 e sem indicação, 6. Para confronto com os restantes concelhos do distrito do Porto, temos:

	Número de desempre- gados
Amarante	284
Baião	143
Felgueiras	44
Lousada	66
Maia	114
Marco de Canavezes	185
Matosinhos	442
Paços de Ferreira	79
Paredes	146
Penafiel	130
Póvoa do Varzim	210
Santo Tirso	67
Valongo	105
Vila do Conde	137
Vila Nova de Gaia	954

PRISÕES POLÍTICAS, DAS QUAIS RESULTOU
A MORTE OU GRAVE AGRESSAO

No *Mapa dos presos políticos que faleceram na Cadeia de Penafiel*, escrito por António de Almeida, vem em primeiro lugar o nome de António Alves de Castro, da freguesia de Valbom; e acrescenta: «entrou por ordem do Intendente da Polícia do Porto, Sá Pereira, em 26 de Setembro de 1832, e morreu a 7 de Dezembro do mesmo ano». O mesmo aconteceu a António Martins, fabricante em Campanhã. «Entrou na dita Cadeia de Penafiel a 13 de Setembro de 1832 e faleceu a 14 de Dezembro do mencionado ano». Regime político de D. Miguel.

Quase um século depois, em 1918 e 1919, por ocasião da célebre *monarquia do Norte*, foram presos e barbaramente espancados nas cadeias do Porto e principalmente

no Eden-Teatro desta cidade, muitos republicanos conhecidos, alguns do nosso concelho, como por exemplo o jornalista Carlos Amaral, morador em Rio Tinto, que pelos maus tratos recebidos faleceu no Aljube durante o ominoso período da *Traülânia*. Outro preso político que no Eden sofreu as maiores torturas por espancamento foi o professor Camilo Martins de Oliveira, que durante três noites foi vítima indefesa dos bandidos à ordem do famoso Solari Alegro. Do *Boletim Oficial da Sociedade da Cruz Vermelha* (1.º trimestre de 1919, III série, vol. 3.º, pág. 354 constam os curativos resultantes dos três espancamentos recebidos. *O Primeiro de Janeiro*, do dia 27 de Fevereiro desse ano, refere a lista dos republicanos que no Eden foram martirizados.

Na relação dos que o posto da Cruz Vermelha socorreu, posto estabelecido no quartel da Companhia n.º 4 dos Serviços de Saúde, se alude ao referido professor e dele se diz: «*Chamada feita em 28 de Janeiro, às 6 horas. Camilo Martins de Oliveira, morador na travessa de Fernão de Magalhães. — Ferida contusa nas regiões parietais; sutura de dois pontos. Entorse do dedo mínimo da mão esquerda com contusões na face dorsal. Feridas contusas em todos os dedos da mão direita. Contusões com derramamento interno nas regiões lombares, julgando-se haver contusões internas.*

Seria muito longa a lista dos presos políticos, tanto monárquicos como republicanos, que foram maltratados e sujeitos a grandes privações durante o agitado período que mediou entre os últimos anos da monarquia e a definitiva implantação do novo regime. Gondomar deu um grande contingente destas vítimas.

**PRISÕES POR CRIMES COMUNS E SUAS CAUSAS
DURANTE OS ANOS DE 1910 E DE 1927**

Para darmos uma conta exacta de todos os presos desde tempos antigos, seria obra volumosa e pouco lucro se tiraria de tão vasta averiguação. Pedi ao meu velho amigo António de Sousa Bastos, carcereiro das cadeias da vila de Gondomar, uma nota de presos recolhidos nessa

cadeia nos anos de 1910 e de 1927, suas causas e seu destino; e à face dela, verifiquei que no ano de 1910 foram presos 273 indivíduos assim distribuídos: por vadiagem, 115; por furtos, roubos e averiguações, 83; por prostituição, 57; por desordens, 31. Ao todo, foram remetidos ao tribunal, 65. Os restantes ou foram postos em liberdade ou foram enviados em geral ao Administrador de Valongo ou ao Comissariado Geral da Polícia do Porto.

Vê-se que a vadiagem, prostituição e furto são os crimes mais frequentes. Predomina o furto de pinheiros e lenha.

No ano de 1927 foram presos 265 indivíduos, predominando os mesmos caracteres criminológicos. Foram enviados ao tribunal 66 presos. Dois menores foram remetidos à Tutoria de Infância.

Dentre estes 265 presos figura Diamantino Gonçalves da Silva que, com outros, assassinou, no lugar de Medançelhe, Rio Tinto, um funcionário da Alfândega ali morador, de nome Matias Ribeiro.

Felizmente os assassinatos são raros. Há uma ou outra ofensa corporal, motivada por questões de namoros ou por provocações de linguagem.

A embriaguez, a difamação, obscenidades, sonegações, desfalques, recepções, uma ou outra adulteração de leite ou falsificação de letras completam o quadro da vida criminal, neste concelho, porque, de resto, este povo é trabalhador e pacífico.

As mulheres dão, porém, um contingente razoável de prisões, em furto, prostituições e vadiagem. No ano de 1910, foram presas 11; e no ano de 1927, entraram na cadeia 54 mulheres, quase pelos mesmos motivos, figurando algumas por obscenidades.

De 1900 a 1921, isto é, no espaço de 21 anos, realizaram-se na Morgue da cidade do Porto e Instituto de Medicina Legal, 4.539 autópsias. Destas, bem averiguadas, colhemos 283 por motivo de homicídio.

De Gondomar só os anos de 1900, 1902, 1903, 1907, 1910, 1911, 1914 e 1916 é que não deram homicídios. E assim em 1901, houve um; em 1904, dois; em 1905, um; em 1906, um; em 1908, um; em 1909, dois; em 1912, três; em 1913, quatro; em 1915, dois; em 1917, três; e um em cada ano de 1918, 1919 e 1920. Total, 23 homicídios.

Nos arredores do Porto, somente o concelho de Vila Nova de Gaia deu mais homicídios, porque contribuiu com 58; Maia com 18; Matosinhos com 14; e Valongo apenas com 5, no dito espaço de 21 anos.

Por estes números se vê que os atentados pessoais vão aumentando assustadoramente, nos últimos anos. Mas a frequência da taberna, as brigas e ódios políticos, o acréscimo da população e até a benignidade dos antigos juris criminais, tudo isto terá contribuído para esta perturbação social.

O Sr. Dr. Manuel da Costa Portela, assistente do Instituto de Medicina Legal do Porto, numa estatística das autópsias por homicídio, afirma que, fazendo a distribuição dos homicídios, por esções, «o seu número atinge o apogeu no outono e o mínimo no inverno». E acrescenta que «a influência das estações não parece fazer sentir-se muito sobre o homicídio, havendo todavia um ligeiro predomínio no verão e no outono, tal como sucede para o suicídio.» Seguindo ainda as verificações deste ilustre clínico, vemos que tanto na estatística que se refere ao concelho do Porto, a proporção é quase de 3.1; para os vizinhos concelhos em conjunto (Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo e Maia) esta porporção é duas vezes maior, quase 6.1; isto é, diz ele, assassinam-se três vezes mais homens que mulheres no concelho do Porto e seis vezes mais homens que mulheres nos concelhos citados. Chega a averiguar também que o número de homicídios, sendo nulo até à idade de 10 anos, atinge rapidamente o seu máximo, dos 20 aos 30 anos, decrescendo lentamente até aos 60.

Estes homicídios dão-se mais em varões solteiros, e em geral trabalhadores, principiando pelos industriais e depois comerciantes. A arma de fogo é que faz o maior número de vítimas, depois de vários instrumentos contundentes;

pois, nos ditos concelhos, tomados em conjunto, foram mortos por contusão, 43; por corte-perfuração, 26; por armas de fogo, 33; e os restantes, por infanticídio, 2; por estrangulamento, 2; por sufocação, 1; por submersão, 1; por instrumentos cortantes, 3; por corte-contundentes 2; por perfurantes, 3; e 1 indeterminado, no total de 117.

São o instrumento contundente, arma de fogo e o corte-perfurante as armas mais usuais nos concelhos limítrofes do Porto.

F R O S T I T U I Ç A O

R E L A Ç Ã O DAS TOLERADAS NO NOSSO CONCELHO

A Polícia Administrativa desta cidade dignou-se fornecer-me a lista destas infelizes, matriculadas nos anos de 1923, ao todo 12, pertencentes 3 a Rio Tinto, 4 a Valbom, 2 à Sousa, 2 a Melres e 1 a Fânzeres. Em 1925, o número delas é de 10: de Gondomar, 4; da Sousa, 1; de Rio Tinto, 1; de Melres, 1; e de Fânzeres, 3; ora, tendo o concelho 50.000 habitantes, poucas são aquelas que a rede policial colheu para o cadastro dessa desgraçada vida. Em todo o País, havia em 1926 mais de 2.550; em Lisboa, 924; e no Porto, 579.

Um horror! Infelizmente não é fácil obviar a esta miséria material e moral. Há, é certo, regulamentos que criam as visitas sanitárias, como o de 1 de Dezembro de 1835 ou o de 1 de Dezembro de 1865 ou ainda o de 28 de Agosto de 1900, mas tudo isso é um triste paliativo; o melhor será sempre o recurso às casas de correção e preventórios infantis. É preciso notar-se que a prostituição clandestina excede em muito a tolerada, pois aquela inclui grande número de mulheres casadas que dessa maneira subtraem o seu nome ao livro do registo. E por isso a lista do concelho que me foi fornecida não pode de modo algum aproximar-se da verdade dos factos. A miséria e o analfabetismo são as principais causas desta tristíssima degradação da espécie humana.

UM CEGO MARAVILHOSO DE GONDOMAR

A percentagem de cegos dos dois olhos, existentes no País, é de 6.700, conforme se depreende dos censos da nossa actual população, sendo portanto a percentagem superior a 1 por 1.000 habitantes. Gondomar não é das terras que contam grande número de cegos, felizmente. Há, porém, um ou outro caso que nos chama a atenção pelos maravilhosos fenómenos psíquicos que a cegueira nos revela. Vamos relatar um destes prodígios que lemos em vários jornais do País e extractamos dum diário da capital, de Abril de 1935. Ei-lo:

«COUSAS ESPANTOSAS

UM CEGO QUE VENDE CAUTELAS

MARAVILHA SABIOS E DOUTORES DE MATEMÁTICA,
PELA PRECISAO COM QUE FAZ DIFICEIS CÁLCULOS
MENTAIS

Anteontem, no Clube Militar Naval, perante uma assistência numerosa, composta quase exclusivamente de oficiais superiores do Exército e da Armada, um cego, um pobre cego, realizou prodigiosos cálculos mentais, deixando todos os presentes verdadeiramente maravilhados.

O caso tem a sua história.

Num belo dia, o Sr. Eng. Artur Cohen, que mora na rua de S. Bernardo, à Estrela, ouviu falar numa loja, perto de sua casa, desse homem portentoso. Disseram-lho capaz de fazer as quatro operações aritméticas, tão facilmente e exactamente como essas pasmosas máquinas de calcular, que nunca se enganam. E tudo isso de cor!

Conheceu o cego. Pô-lo à prova. E viu que efectivamente era como lhe haviam contado.

Espantado com essa revelação, falou do assunto a várias pessoas das suas relações, e combinou-se levar o pobre homem ao clube referido e convidar para o apreciarem alguns matemáticos distintos, entre eles o sábio Almirante

Gago Coutinho. Antes disso, em casa do Sr. Com. Cisneiros de Faria efectuou-se uma experiência. Já ali foram alguns oficiais superiores do Exército e da Armada, a quem o cego deixou igualmente assombrados, pela forma como efectuava as mais complicadas operações.

Idêntica, ou ainda maior impressão causou, anteontem, no Clube Militar Naval. Ali, concentrando-se, e com facilidade, fez, por exemplo, duas multiplicações: uma de treze algarismos por seis o outra de vinte e um por quinze. Depois fez uma divisão de treze algarismos por seis. Ao cabo de cada um dos seus fantásticos trabalhos mentais, não só dizia os resultados totais exactos como enunciava os parciais, prova dos nove, etc. Chegou a dizer, mesmo, o número de algarismos que entravam em cada uma dessas operações. E, mais impressionantemente, no fim, uma hora depois do segundo cálculo, repetia, como se os visse e lesse, escritos na sua frente, multiplicando a multiplicador, e produtos parciais e total, com uma precisão impecável.

O Sr. Almirante Gago Coutinho, que assistiu a esta demonstração de tão raras qualidades, confessou-se, entre outros oficiais, espantado. E frisou mesmo que reputava aquele fenómeno superior ao conhecido e famoso, do grande Inaudi, que Lisboa há muitos anos viu trabalhar, porque — frisava o ilustre matemático — enquanto Inaudi via os algarismos e fazia os seus cálculos auxiliado pela memória visual, este cego fá-los abstractamente, utilizando apenas, por assim dizer, a memória verbal.

O cego em questão chama-se Manuel Moreira. Estivemos ontem em sua casa, e esteve ele, à noite, nesta redacção. Contou-nos a história da sua vida, que tem sido bem triste.

Nasceu na freguesia de S. Cosme, no concelho de Gondomar. E pelo que lhe contaram mais tarde, quinze dias depois — não faz ideia do que seja isso, como todos os cegos nessas condições — perdeu a vista. Seus pais, Manuel Moreira e Maria Antónia Josefa Macedo, que já lá estão na terra da Verdade, muito contristados ficaram com essa desgraça. Consultaram médicos, gastaram bom dinheiro, mas o mal não tinha cura. E o pequenito foi crescendo, até que aos onze anos foi para o Porto, educou-se no Instituto

dos Cegos daquela cidade, e ali fez exame de 1.º grau, com boa classificação. Mais tarde é que veio para Lisboa, em 1925, e tem andado por aí, por essas ruas, a vender cautelas e sinas. Tem-lhe sido bem difícil a existência, e ainda mais seria se não o sustentasse e abrigasse uma sua irmã, Maria Antónia Felicidade Moreira, que mora na Travessa do Posidónio, 15, loja.

Foi ali que os doutores de matemática o foram buscar, para admirarem suas raras, deslumbrantes faculdades de calculador.

Manuel Moreira quis também que o admirássemos. E pediu-nos que lhe dessemos, para dividir ou multiplicar, dois números. Não lhe exigimos grande esforço. Fornece-mos-lhes para multiplicação, 385 por 28972. Concentrou-se. Pôs-se a bichanar, a escrever na sua fantástica memória os vários produtos, e passados uns instantes dizia-nos, exactíssimos, os resultados parciais, e o total: 11.154.220.

Depois solicitou-nos, o que fizemos com prazer, lhe soubessemos do paradeiro de três irmãos seus mais velhos — António, Joaquim e José Moreira, respectivamente com as idades de 47, 45 e 40 anos — de quem nunca mais ouviu falar, e não sabe se vivos ou mortos são.

Por fim, quando o felicitamos e lhe dissemos que afinal, embora sem vista, mais valia e mais útil era, do que muitos que andar por aí de olhos abertos, e lhe auguramos, portanto, vida futura mais folgada, se alguém se lembra de lhe aproveitar os seus extraordinários méritos de calculador, sorriu-se todo consolado. E disse-nos:

— Oi! isso é que era bem bom! Porque tenho sofrido muita miséria.

E lá se foi pelo braço dum sobrinho, não sem nos confidenciar que tenciona agora levá-lo diante dum grande mestre (sabemos ser o Sr. Prof. Dr. Mira Fernandes) para também lhe mostrar as suas raras habilidades.»

DEFORMAÇÕES CORPORAIS

A 6 de Dezembro de 1930, publiquei a seguinte curiosa notícia:

«Dum Extrait des Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris, Séance du 7 avril 1927, com o título: «Quene de cochon» chez une enfant, escrito por J. A. Pires de Lima, que a Biblioteca Pública Municipal do Porto possui, traduzo o interessante artigo por este médico feito no referido ano, sobre uma criança do sexo feminino, natural de Rio Tinto e que lhe tinha sido enviada, para observação, pelo Dr. Alvarim F. Silva.



A criança com apêndice caudiforme

Diz o artigo do sábio professor: «No dia 20 de Fevereiro de 1926, o Dr. Alvarim F. da Silva enviou-me, para observar, uma criança do sexo feminino nascida dias antes em Rio Tinto e que era portadora duma longa cauda. Os pais são normais e tinham três outros filhos, todos perfeitos. A mãe havia sofrido duma pneumonia quando esta criança estava no seu sétimo mês de gestação. Não há sífilis, nem tuberculose, nem alcoolismo, nos membros da família.

A cauda é cilindro-cónica, comprida e flutuante, sem mobilidade activa e termina por uma ponta aguçada. Mede 51^{mm} de comprido, tendo 10^{mm} de diâmetro, na base de implantação; é mole, flácida, desprovida de esqueleto e inserta no sulco nadegueiro, 15^{mm} abaixo da ponta do cócix. Ao nível das vértebras cocigeas, nota-se uma pequena fístula infundibuliforme, donde emerge um pincel de pelos finos e compridos. Parece que, a partir de dois centímetros acima da base da cauda, a crista sagrada se desdobra.

A família opôs-se a que eu estudasse mais minuciosamente este exemplar».

Mais tarde, por informações que me prestou o meu particular amigo Sr. Dr. Pedro Vitorino, a criança foi operada, há hoje talvez seis anos. Possuo duas fotografias (*cliché* da Faculdade de Medicina do Porto) que me foram d'spensadas gentilmente pelo referido médico Sr. Dr. Pedro Vitorino.

Ouçamos ainda a propósito o Sr. Dr. Pires de Lima: «Double e Houssay discutem largamente a questão da cauda humana, referindo-se aos habitantes da ilha de Luçon (Filipinas), que são frequentemente providos deste apêndice, segundo o que, desde o começo do século XVIII, tinha averiguado Carreri.

Recentemente Forbin mencionou também a tribo selvagem dos Boutocs, que vivem na ilha de Luçon e cujos membros apresentam mui frequentemente uma cauda mais ou menos longa, como o mostram diversas fotografias tiradas por este autor». Depois o Dr. Pires de Lima cita a classificação de Bartels que considera cinco variedades de caudas humanas incluindo este exemplar de Rio Tinto na 4.^a classificação, isto é «cauda comprida, pequena (cauda de

porco), sem vértebras, devida ao desenvolvimento duma cauda embrionária que se tornou persistente, em vez de se atrofiar. Supõe este ilustrado médico que é o segundo caso português, devidamente registado, de cauda humana. Mas eu suponho que tem havido mais casos, pois pessoa fide-digna me afirmou que em Águeda existia há tempos uma mulher de cauda, de nome *Tanoca* (alcunha).»

Mas seja ou não assim, o facto é que se fez mais tarde a operação cirúrgica da extracção desse apêndice caudiforme, sem prejudicar de modo algum a saúde ou o organismo da criança.

E escusado é saber-se quem é ela, tanto mais que a ciência procura apenas estudar estes casos anómalos como subsídio para explicar a origem antropológica, ainda hoje discutível, em face das tradições religiosas, bastante arrraigadas.

J O G O E T A B E R N A

Deix antros de vício e crime. A juntar à lista da prostituição e do roubo, devemos incluir também a embriaguez nas tabernas que, principalmente aos sábados, os operários, de regresso do seu trabalho, vão frequentar, uns arrastados por outros e onde se conservam até altas horas da noite, bebericando, jogando e discutindo, gastando enfim desta estúpida maneira o pequeno salário ou férias que amargamente ganharam às vezes só com três ou quatro dias de trabalho durante a semana, sem se lembrarem da mulher e dos filhinhos que em casa pedem pão...

Não raro, a esposa, sabendo onde estaciona o pobre marido, vai à sua procura, a suplicar-lhe que venha para casa; mas ele, já então dominado pelo vinho ou pelo vício do jogo, ou por ambas estas coisas, ainda insulta e espanca a mãe de seus filhos, dando assim o mais triste espectáculo a que o homem pode descer na escala da perversão humana.

O jogo e a taberna são, pois, dois terríveis cancros da pobre família operária, bem digna de que os poderes públicos empreguem as providências que entenderem suficientes para debelar estes males sociais.

CAPÍTULO XIII

SUMÁRIO: — Vida administrativa municipal do concelho desde 1834. Orçamentos. Receitas e despesas até 1936. Quadro dos funcionários municipais. Divisão administrativa e sua história; nomes dos administradores e secretários ou escrivães desde 1836. Repartição de Finanças. Contribuição industrial e predial em várias épocas. Registo Civil e seus postos. Círculo eleitoral. Divisão militar. Tribunal criminal. Notariado.

PRIMEIRA COMISSÃO MUNICIPAL INTERINA DE GONDOMAR, NO ANO DE 1834

Em 21 de Maio de 1834, tinha sido dado auto de posse e juramento aos cidadãos que constituiram a primeira Comissão Municipal interina deste concelho; para isso veio do Porto o Dr. Gaudêncio Xavier de Carvalho e Silva, Provedor-delegado do 3.^º distrito de Santa Catarina, como se vê a páginas 136 do 1.^º volume.

Era administrador geral do distrito do Porto, interino, José Manuel Teixeira de Carvalho; e o concelho do distrito tinha como presidente, o administrador geral, sendo os restantes membros, José de Azevedo Gouveia Mendanha, Manuel Joaquim de Magalhães Lima, Dr. Caetano Joaquim de Oliveira e António Maria de Magalhães. Eram procuradores da Fazenda, Domingos José de Pinho Pereira Coutinho, José Albino de Santa Rita e Manuel Francisco Cordeiro.

Constituiram essa primeira comissão interina municipal os cidadãos cujos nomes constam da acta da posse.

Foi o 1.^º presidente dessa comissão Manuel José da Silva Braga.

Nesse 1.^º vol., a págs. 139, lê-se: «A 17 de Agosto de 1836, começam, para cobrir despesas e encargos, visto que a sua receita é assaz diminuta e em virtude da lei de 4 de Fevereiro passado, a ser lançadas Imposições: cada pipa de vinho maduro, que der entrada neste concelho, pagará

480 réis, e sendo vinho verde, 240 réis por cada pipa; e de todo o trigo que desembarcar nas praias deste concelho se pagará cinco réis, por cada alqueire; e da venda de todos e quaisquer bens de raiz, existentes neste concelho, se pagará cinco por cento de todo o seu preço».

Foi assim como o nosso município em 1836, há um século! — começou a sua vida económica. Vejamos a sua receita e despesa, ou seja o seu orçamento, do ano de 1842, como consta da sessão camarária de 14 de Dezembro desse ano:

Despesa obrigatória :

Para o ordenado do escrivão da Câmara	40\$000
Material e expediente da secretaria	23\$000
Gratificação ao administrador do concelho	30\$000
Ordenado ao escrivão da administração	25\$000
A um amanuense da mesma	18\$000
Ao oficial de diligências da mesma	10\$000
A um caminheiro da mesma	4\$800
Gratificação a dois professores do ensino primário	20\$000
Terça para o tesouro deste ano de 1842	33\$.50
Para conserto de estradas, de que se carece	50\$000
Quota arbitrária ao concelho para sustentação dos expostos do distrito	306\$524
Para despesas do distrito	3\$947
Despesa dos expostos nos Receptáculos do concelho	10\$000
<i>Soma</i>	<i>577\$021</i>

Receita — Rendimento ordinário:

De laudémios poderá produzir	60\$000
De resto da Contribuição Municipal do ano antece- dente poderá produzir	200\$000
<i>Soma</i>	<i>266\$000</i>

«Em cuja Receita não cabe entrar o Rendimento dos Foros que só se hão-de vencer para o São Miguel do ano de 1843. E portanto era necessário votar os meios conve-nientes para fazer face às ditas Despesas dos Vereadores e Membros do Conselho Municipal. Os quais à vista do exposto acordaram se adoptasse a contribuição já naquele

orçamento votada, de hum Real e me'o em cada quartilho de vinho, do que se vender, e consumir no concelho... etc.»

LANÇAMENTO DE IMPOSTOS DO ESTADO RELATIVOS
AO CONCELHO E IMPORTÂNCIAS POR FREGUESIAS,
DO ANO DE 1843-1844

Na Biblioteca Pública Municipal do Porto, existe um livro, da Imprensa Nacional, com o *Mapa demonstrativo classificado por Districtos, Concelhos e freguesias, do que mez de Dezembro de 1884, constou no Thesouro Público, terem produzido os Lançamentos da Decima e Impostos annexos do anno de 1843-1844, e sua comparação com o de 1942-1843.*

No que se refere ao nosso concelho dá a seguinte estatística:

FREGUESIAS	IMPORT. DOS LANÇAMENTOS		DIFERENÇAS — Para mais
	De 1842-1845	De 1845-1844	
Rio Tinto	821\$358	859\$591	38\$233
Valbom	416\$340	437\$734	20\$894
Covélo	36\$714	45\$503	8\$789
Fânzeres	344\$345	351\$508	7\$163
Foz do Sousa	189\$638	214\$126	24\$488
Gondomar	787\$918	795\$866	7\$948
Jovim	168\$676	184\$097	15\$421
Lomba	71\$175	81\$702	10\$527
Medas	50\$678	68\$575	17\$897
Melres	137\$719	163\$816	26\$097
S. Pedro da Cova	194\$962	200\$490	5\$528

1.^a Repartição do Tribunal do Thesouro Publico, 2 de Abril de 1845.

Simão Thadeo de Moraes

RECEITA CAMARÁRIA EM 1854

Dum mapa demonstrativo das derramas para a colecta de 1854 a 1855, vê-se que a Câmara de Gondomar tinha a receita de 1.768\$906 réis; e dez por cento da décima adicionados que são 434\$595, perfazendo o total de 2.203\$501 réis; e as quotas respectivas 519\$919 réis. Dos 19 concelhos então pertencentes ao distrito, a soma das receitas camarárias foi de 163.676\$611 réis; e de quotas respectivas, 40.000\$000 réis. Tem a data de 5 de Abril de 1854. (*O Ecco Popular*, de 11 de Abril de 1854).

Vejamos o orçamento municipal meio século depois:

MAPA DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA DA
CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE GONDOMAR
NOS ANOS DE 1900, 1916 E 1926

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
<i>Capítulo Especial</i>			
Saldos	1.834\$918	1.919\$44	260\$37
<i>Rendimento de bens próprios, juro de papéis de crédito e dividendos de bancos e companhias:</i>			
Rendimento de foros do município	360\$687	410\$07	1.920\$60
Rendimento de laudêmios	24\$000	—\$—	—\$—
Rendimento das inscrições da Junta de Crédito Público	24\$150	4\$20	174\$30
<i>Multas por transgressão de posturas e regulamentos municipais :</i>			
Produto das multas por transgressão de posturas	5\$000	11\$12	815\$25
<i>Taxas pela ocupação de terrenos e lugares públicos e pelo uso de bens do logradouro comum:</i>			
Produto das taxas pela ocupação de terrenos nas vias e lugares públicos	31\$030		3.144\$00

Designação da receita	Em		
	1900	1916	1926
Rendimento da feira do Largo do Souto, em S. Cosme	—\$—	—\$—	763\$15
<i>Impostos municipais e dívidas activas:</i>			
Produto da percentagem sobre as contribuições do Estado	3.105\$342	13.625\$73	114.409\$96
Produto da percentagem sobre o imposto cobrado pelo Estado, sobre o valor das transacções	—\$—	—\$—	16.077\$49
Produto da percentagem sobre o rendimento de capitais mutuados .	—\$—	—\$—	7.927\$82
Produto do imposto de prestação de trabalho	1.656\$100	1.579\$70	37.180\$00
Impostos sobre os géneros de consumo	5.050\$000	7.331\$25	10.965\$00
Produto da contribuição municipal sobre as companhias de seguros que exercem a sua indústria neste concelho	—\$—	—\$—	5.000\$00
Produto das taxas pelas licenças que foram concedidas pela Câmara para edificações, reedições de prédios e outras obras .	—\$—	—\$—	1.620\$21
Produto das taxas pelas licenças para o exercício do comércio e indústria	—\$—	—\$—	27.400\$28
Produto das taxas pelas licenças sobre veículos	—\$—	—\$—	285\$00

Designação da receita	Em		
	1900	1916	1926
Produto das taxas pelas licenças sobre cães .	—\$—	4\$70	165\$00
Produto das taxas pela aferição de pesos e medidas	218\$800	273\$96	5.266\$16
Produto das taxas sobre os requerimentos entradados na secretaria da Câmara	—\$—	—\$—	252\$00
<i>Dívidas activas:</i>			
Produto da cobrança de foros de anos anteriores	15\$780	34\$74	1.348\$72
Produto da cobrança do imposto de prestação de trabalhos de anos anteriores	14\$840	—\$—	7.536\$70
Produto da contribuição sobre o rendimento de capitais mutuados de anos anteriores	—\$—	—\$—	2.431\$18
Produto das taxas pelas licenças para o exercício do comércio e indústria de anos anteriores	—\$—	—\$—	11.702\$01
Produto da dívida cobrada da Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova, com sede no Porto, proveniente do imposto sobre minas	—\$—	—\$—	12.082\$62
<i>Outros rendimentos permanentes destinados por lei a constituir receita municipal:</i>			
Produto da percentagem a favor da Câmara sobre os emolumentos do registo civil	—\$—	142\$52	1.084\$94

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Produto de licenças de caça . . .	—\$—	189\$00	958\$00
Produto de emolumentos nos termos do artigo 2.º, do decreto n.º 9.459, de 29 de Fevereiro de 1924, referente a fábricas de sebo . . .	—\$—	—\$—	25\$00
<i>Produto de alienação de bens :</i>			
Produto de servidões concedidas pela Câmara em bens municipais . . .	4\$100	19\$00	—\$—
Produto da cedência de terrenos para alinhamento, ou que a Câmara entendeu desnecessários para os seus serviços . . .	32\$545	23\$52	388\$49
Produto da venda das vertentes do fontanário da Praça Manuel Guedes . . .	—\$—	—\$—	500\$00
<i>Outros rendimentos incertos e eventuais</i>			
Rendimento dos juros vencidos pelos depósitos da Câmara na Caixa Económica Portuguesa .	—\$—	—\$—	613\$47
Rendimento da exploração por particulares das pedreiras municipais . . .	—\$—	2\$40	840\$00

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Rendimento dos juros de mora aplicados às contribuições municipais . . .	—\$—	—\$—	1.263\$94
Importância de depósitos efectuados no cofre municipal para os fins designados no artigo 94. ^o do Código de Posturas e que não foram levantados, tendo revertido a favor da Câmara .	—\$—	—\$—	610\$00
Produto da venda de 16 carros e meio de saibro	—\$—	—\$—	33\$00
Produto de venda do Código de Posturas	—\$—	—\$—	4\$00
Produto da venda de dejectos do edifício dos Paços do Concelho	—\$—	—\$—	20\$00
Produto da venda de soro antidiftírico .	—\$—	—\$—	5\$00
Produto de impressos de aferição de pessoas e medidas . .	—\$—	—\$—	122\$60
Produto de impressos de licença para o exercício do Comércio e Indústria	—\$—	—\$—	231\$60
Produto de juro de duas inscrições da dívida interna fundada, destinado à distribuição de prémios escolares «Manuel Guedes» instituídos pelo ci-			

Designação da receita	Em		
	1900	1916	1926
dadão António Ferreira Ramos . . .	—\$—	10\$50	21\$00
Produto das multas por transgressão do disposto na lei da caça de 7 de Julho de 1913 . . .	—\$—	6\$50	90\$00
Importância com que contribuiu Germano José de Castro, para custeamento das despesas com o tratamento de uma doente no Manicómio «Miguel Bombarda»	—\$—	—\$—	1.825\$00
Venda de madeira inutilizada	—\$—	8\$00	—\$—
Empréstimo autorizado para a construção do edifício dos Paços do Concelho	9.000\$000	—\$—	—\$—
Juro liquidado na Caixa Geral de Depósitos e Instituição de Previdência	—\$—	1\$82	—\$—
Quota parte com que o Estado contribuiu para a despesa de instrução primária	—\$—	239\$82	—\$—
Importância com que os empresários das minas de carvão em exploração neste concelho contribuiram para o município	—\$—	4.162\$00	—\$—
Importância oferecida pelo cidadão			

Designação da receita	Em		
	1900	1916	1926
Anastácio Dias da Cunha para auxiliar a abertura de uma mina de alimentação de água para a fonte pública do lugar da Cuncela de Melres . . .	—\$—	31\$50	—\$—
Importância oferecida pelo cidadão António Martins de Moura, para auxiliar a despesa da instalação do telefone na Administração do Concelho	—\$—	21\$25	—\$—
Importância descontada a um empregado . . .	—\$—	1\$04	—\$—
Imposto sobre cada carro de carvão exportado do concelho .	—\$—	4\$20	—\$—
Multas por transgressão no disposto no n.º 3.º do artigo 44.º da 5.ª parte do regulamento geral dos serviços do exército com destino ao fundo de instrução militar preparatória .	—\$—	91\$50	—\$—
<i>Soma . . .</i>	21.377\$292	30.199\$59	277.390\$86

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
<i>Construção, reparação do edifício dos Paços do Concelho e mobílias:</i>			
Construção do edifício dos Paços do Concelho . . .	7.574\$900	—\$—	—\$—
Reparação, conservação e limpeza do edifício dos Paços do Concelho . . .	—\$—	69\$45	872\$55
Aquisição, reparação e conservação de mobília e utensílios para o edifício dos Paços do Concelho e das repartições do mesmo ou anexas . . .	—\$—	49\$30	737\$00
Seguro do edifício dos Paços do Concelho e mobília competente contra o risco de fogo . .	18\$165	20\$63	178\$51
Roupas, utensílios e lavagem das cadelas . . .	9\$610	5\$58	—\$—
Conservação e limpeza da casa onde estiveram instaladas as secretarias da Câmara e da Administração . . .	10\$000	—\$—	—\$—
Pagamento de dívidas exigíveis . .	22\$300	366\$38	12.878\$74
<i>Despesas resultantes da execução de contratos legalmente celebrados e amortização de empréstimos :</i>			

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Pagamento da prestação do empréstimo autorizado por decreto de 1 de Dezembro de 1898, publicado no <i>Diário do Governo</i> , n.º 272, de 3 do mesmo mês	400\$000	400\$00	400\$00
Pagamento do juro do mesmo empréstimo	476\$198	312\$00	72\$00
Assinatura do telefone instalado no edifício dos Paços do Concelho	45\$000	119\$74	2.023\$34
<i>Litigios :</i>			
Despesas judiciais, incluindo advogados e procuradores	27\$500	50\$40	920\$00
<i>Vencimentos dos empregados pagos pelo cofre municipal :</i>			
Repartição da Câmara	1.850\$496	2.596\$87	73.026\$06
Repartição da Administração	846\$823	1.460\$00	2.460\$00
Aposentações	351\$660	899\$20	10.990\$56
<i>Livros, despesas de secretaria, expediente e publicação de anúncios :</i>			
Despesas de secretaria, livros, expediente e anúncios da repartição da Câmara	122\$505	299\$02	4.957\$78
Despesas de secretaria, livros, expediente e anúncios da repartição da Administração	—\$—	—\$—	649\$70



Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Assinatura do <i>Diário do Governo</i> . . .	9\$115	18\$00	330\$00
Aquisição da legislação oficial. . . .	5\$665	33\$38	300\$00
<i>Construção, reparação e conservação de pontes e estradas municipais :</i>			
Construção, reparação e conservação de pontes . . .	106\$830	1.256\$71	5.083\$35
Aterro feito na Avenida direita da ponte de S Tiago de Meires . . .	22\$400	—\$—	—\$—
Construção do pontão no ribeiro da Golmeira, da freguesia da Lomba . . .	49\$500	—\$—	—\$—
Estudo de estradas . . .	50\$000	—\$—	—\$—
Cantoneiros . . .	308\$350	471\$69	—\$—
Continuação da estrada municipal de 2. ^a classe, de Rio Tinto, por Medancelha, Fornel e Brasileiro	575\$645	—\$—	—\$—
Reparação e conservação de estradas já construídas	1.244\$560	4.405\$22	37.003\$25
Continuação das estradas em construção, estudo e abertura de novas estradas e expropriação de terrenos para as mesmas	—\$—	734\$02	1.461\$80
Construção da variante à estrada municipal de Rio			

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Tinto e S. Cosme, por a Igreja de Fânzeres, no lanço compreendido entre Santa Eulália e S. Cosme e destinada ao assentamento da linha eléctrica para S. Cosme, incluindo expropriação de terrenos . .	—\$—	—\$—	22.102\$33
Obras, limpeza, ajardinamento e conservação de logradouros públicos e aquisição de árvores para os mesmos	—\$—	38\$92	2.251\$20
Aquisição e conservação de instrumentos, ferramentas, aguçamentos e outros utensílios para serviço de obras, incluindo carrinhos e gigos para transporte de materiais.	—\$—	162\$45	1.494\$30
<i>Serviço de vacinação, inspecção sanitária e semelhantes.</i>			
Despesa de vacinação	34\$200	17\$91	734\$00
Prevenção, combates de epidemias e desinfecções	1\$200	2\$68	46\$80
Extinção de cães vadios	3\$000	—\$—	15\$60
<i>Tratamento de doentes pobres:</i>			
Quota respectiva ao Hospital de S. José, de Lisboa, nos ter-			

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
mos do Decreto de 6 de Agosto de 1892	10\$000	—\$—	—\$—
<i>Expostos, crianças desvalidas e abandonadas :</i>			
Quotas para despesas com menores expostos, desvalidos e abandonados	281\$547 179\$525	290\$59 —\$—	400\$00 —\$—
<i>Subsídios de lactação</i>			
<i>Instrução primária :</i>			
Vencimento dos professores e professoras	—\$—	6.635\$71	—\$—
Importância com que a Câmara contribuiu para as despesas do fundo de instrução primária, conforme a tabela que faz parte do Decreto de 20 de Abril de 1899	2.872\$220	—\$—	—\$—
Rendas das casas das escolas e de habitação dos professores	—\$—	805\$50	4.248\$89
Subsídio para rendas de casa aos professores que não têm moradia no edifício escolar	—\$—	314\$20	375\$00
Aquisição de móbilis escolar e material de ensino	—\$—	474\$78	—\$—
Reparação e conservação dos edifícios escolares	—\$—	313\$85	1.800\$00

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Prémio do seguro dos mesmos edifícios contra o risco de incêndio	—\$—	12\$98	—\$—
Expediente das escolas	—\$—	287\$44	1.951\$34
Gratificação pela régência de um curso nocturno criado depois da promulgação do regulamento de 19 de Setembro de 1902	—\$—	85\$71	—\$—
Fornecimento de carboneto para iluminação da escola onde funciona o mesmo curso	—\$—	12\$52	—\$—
Despesas de expediente e outras provenientes destes serviços	—\$—	81\$11	301\$05
Gratificação pelos serviços de instrução primária em conformidade com o disposto no § único de art.º 69.º do Decreto de 29 de Março de 1911 .	—\$—	100\$00	—\$—
Dívidas passivas provenientes de despesas de instrução primária	—\$—	97\$71	—\$—
Para distribuição de prémios escolares «Manuel Guedes» .	—\$—	21\$00	—\$—
<i>Dotação de todos os serviços municipais regularmente estabelecidos;</i>			

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Retribuição ao aferidor de pesos e medidas	87\$520	—\$—	2.649\$80
Puncções, material, combustível e impressos para o afilamento de pesos e medidas e compra de padrões	16\$120	29\$31	79\$00
Gratificação ao Subdelegado de Saúde	—\$—	50\$00	—\$—
Para expediente da Subdelegação de Saúde	—\$—	14\$40	135\$00
Quota à Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha	—\$—	2\$40	—\$—
Despesa com o fornecimento de água para o fontanário do lugar da Arroteia, em Valbom	—\$—	95\$80	1.830\$40
Manutenção da biblioteca popular	50\$000	46\$33	490\$50
Para a instalação de redes de distribuição de energia eléctrica para iluminação pública, aquisição e substituição de lâmpadas, estudos, projectos e outras despesas necessárias aos serviços das redes de distribuição de energia eléctrica no concelho	—\$—	—\$—	8.401\$92

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
<i>Polícia e segurança do concelho:</i> Renda da casa destinada ao posto da Guarda Nacional Republicana neste concelho	—\$—	65\$00	150\$00
Aquisição, reparação à conservação de mobília, utensílios, petróleo e carboneto e outras despesas para os postos da Guarda Nacional Republicana neste concelho	—\$—	25\$78	437\$35
Passagens em barco no rio Douro das praças da Guarda Nacional Republicana em serviço de patrulhas e rondas na freguesia da Lomba	—\$—	5\$38	16\$00
Distintivos para cabos de polícia	22\$000	—\$—	—\$—
<i>Recenseamento eleitoral, expediente de eleições, recenseamento militar e da população e da estatística agrícola :</i> Serviço de recenseamento político e de eleições compreendendo urnas, impressos e mais objectos indispensáveis, em harmonia com as disposições legais .	299\$675	316\$48	966\$30

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Recenseamento militar, compreendendo impressos, expediente e outras despesas	18\$245	62\$56	946\$30
Quota para a Câmara Regional de Agricultura	—\$—	61\$40	—\$—
<i>Outras despesas postas por Lei a cargo da Câmara:</i>			
Quota para o fundo de despesa sanitária contra a tuberculose, em conformidade com o disposto na Lei de 5 de Junho de 1903 e o mapa publicado no <i>Diário do Governo</i> n.º 128 de 10 Julho do mesmo ano	—\$—	150\$00	150\$00
Taxa de 5 % para o Cofre Geral do Ministério de Finanças	—\$—	342\$75	6.524\$45
Aquisição e reparação de mobília e utensílios para a Repartição do Registo Civil	—\$—	49\$00	— \$—
Despesas a satisfazer nos termos do § 3.º do art.º 16.º do Código das Execuções Fiscais, aprovado por Decreto de 23 de Agosto de 1913	—\$—	19\$30	22\$12

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Gratificação aos secretários das rege-dorias	44\$000	—\$—	9\$60
Renda da casa da Repartição da Fa-zenda	27\$000	—\$—	—\$—
<i>Com aplicação especiul:</i>			
Importância que cons-tituí o «Fundo es-pecial» a que se refere o § único do art. 47. ^o da Lei n. ^o 15, de 7 de Julho de 1913, para a fis-calização, repovo-a-mento venatório e expediente, nos ter-mos do art. 1. ^o da Lei n. ^o 1.717, de 29 de Dezembro de 1924	—\$—	—\$—	450\$00
<i>Construção, re-paração e conser-vação de caminhos, fontes, tauques, la-vadouros, captação e canalizaçāo de água :</i>			
Construção, repara-ção e conservação de caminhos e ex-propriação de ter-reños para os mesmos	7\$000	1.430\$04	25.837\$11
Construção, repara-ção, conservação e limpeza de minas, poços, fontes, la-douros, tanques, aquedutos e explo-			

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
ração de água para abastecimento público	1\$800	391\$09	3.826\$74
<i>Especial :</i>			
Subsídio à Sociedade da Cruz Vermelha em Rio Tinto.	—\$—	2\$40	—\$—
Subsídio à Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha a favor dos feridos portugueses na guerra	—\$—	50\$00	—\$—
Subsídio concedido ao Clube Gondomarense para ajuda da sustentação de um curso de instrução primária .	—\$—	10\$00	—\$—
Subsídio ao Instituto de Cegos do Porto	—\$—	20\$00	20\$00
Subsídio à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Gondomar	—\$—	20\$00	5.000\$00
Subsídio à escola de ensino primário de Rio Tinto «Bernardino Machado» . . .	—\$—	180\$00	1.950\$00
Subsídio ao Centro Pádua Correia, em Valbom, para auxiliar o funcionamento da sua aula de instrução primária	—\$—	180\$00	1.200\$00
Quota com que a Câmara Municipal subscreveu para a Sociedade de Propaganda de Portugal	—\$—	—\$—	6\$00

Designação da despesa	Em		
	1900	1916	1926
Despesas extraordinárias e imprevistas, incluindo as festas nacionais . Quota respectiva para «Fundo de Socorros a Náufragos» nos termos das alíneas a) e b) do § único do artigo 1.º da Lei de 21 de Abril de 1892 . Quota respectiva para «Fundo de Assistência Nacional a Tuberculosos» por virtude do disposto no § 1.º da Lei de 17 de Agosto de 1899 Gratificação do escrivão de fazenda pelos serviços a que se refere o § único do artigo 98.º do Código Administrativo Gratificação à pessoa encarregada de fazer e atender as chamadas do telefone . . . Dispendido com um empregado técnico Soma . . .	—\$— 41\$750 352\$922 50\$000 —\$— —\$— 18.508\$946	283\$96 —\$— —\$— —\$— 24\$00 532\$00 28.152\$12	747\$80 —\$— —\$— —\$— —\$— —\$— 251.610\$94

OBSERVAÇÃO: — Na sessão de 8 de Dezembro de 1926, a Câmara, em resposta a um ofício da Direcção Geral de Ensino e Fomento solicitando que lhe seja enviada uma nota dos baldios e incultos deste concelho, respondeu que já não

existe baldio ou inculto algum, nas condições do decreto n.º 10.552, de 14 de Fevereiro de 1925.

Pelo decreto de 6 de Agosto de 1892, as câmaras municipais são obrigadas a contribuir anualmente, pelo fundo de viação municipal, para o Hospital Real de S. José. Gondomar contribui com a quota de 10\$00.

Na sessão de 29 de Outubro de 1914, a Câmara propõe, para abastecimento de água potável, que se proceda a sondagem no lugar de Nasce-Águas, a ver se esta nascente dará água suficiente para alimentar um fontanário a construir-se na Praça Manuel Guedes. Reconheceu-se que o tal lugar não dava água suficiente, a não ser que se fizessem grandes despesas. Apareceu o oferecimento da mina dos Srs. José de Castro e António Alves Fontes das Neves, captada no lugar das Cavadas e que hoje abastece o dito fontanário. (Vide 1.º vol., pág. 399).

RECEITAS ORDINARIAS E TOTAIS DO NOSSO
CONCELHO E AS DOS OUTROS MUNICÍPIOS
DO DISTRITO DO PORTO, EM 1913

O Sr. Tomaz Cabreira, no 2.º volume, pág. 128, de *O Problema Tributário Português*, ed. de 1917, diz que as taxas locais em Portugal são extremamente variadas e a maior parte delas representa verdadeiros impostos, mascarados com o nome de taxas de licença. Variam de município para município, tanto em qualidade como em tarifa, mas nunca são tão variadas como os impostos indirectos, que são, com os adicionais às contribuições directas do Estado, as fontes mais produtivas das finanças municipais. As receitas locais são constituídas principalmente pelos adicionais às ditas contribuições e pelos impostos independentes, entre os quais avultam os impostos indirectos de consumo. Os adicionais estão limitados a quinze por cento para as juntas gerais do distrito, e setenta e cinco por cento para as câmaras municipais e a vinte por cento para as juntas de paróquia.

As receitas ordinárias e totais, relativas à Câmara de Gondomar, no ano de 1913, foram: receita ordinária, 17.951\$00; receita total, 18.523\$00.

Conclui o Sr. Cabreira, depois de publicar a estatística relativa a todas as câmaras do País, que exceptuando as capitais do distrito e algumas povoações importantes, «os recursos municipais são muito reduzidos, tornando assim pouco intensa a vida dos concelhos, cujas fontes de rendimento são quase exclusivamente constituídas pelos adicionais às contribuições do Estado e pelo produto das licenças e impostos de consumo».

E, a págs. 133, o mesmo autor apresenta o quadro que por distritos dá as receitas ordinárias e totais, expressas em contos, das suas câmaras municipais, no ano de 1913, compreendendo subsídios, juros licenças, multas, foros, etc. No que se refere ao distrito do Porto, vejamos as respectivas câmaras com as relativas receitas:

CAMARAS	Receita ordinária	Receita total
Porto	739,413	874,469
Amarante	12,463	15,082
Baião	6,409	26,562
Felgueiras	8,885	9,687
Gaia	58,400	62,615
Gondomar	17,951	18,523
Lousada	10,175	10,193
Maia	12,939	15,014
Marco de Canavezes	10,101	17,761
Matosinhos	47,368	51,513
Paços de Ferreira	8,687	8,757
Paredes	10,221	10,581
Penafiel	21,019	21,173
Póvoa do Varzim	32,111	34,042
Santo Tirso	16,002	17,022
Valongo	7,174	9,308
Vila do Conde	25,066	25,117

Por este quadro comparativo se vê que em Portugal são muito reduzidos os recursos municipais: a exceptuarmos as capitais de distritos; por isso a vida financeira dos concelhos cujas fontes de rendimento quase são só constituídas pelos os adicionais às contribuições do Estado e pelo produto das licenças e impostos de consumo, é muito precária. As receitas totais dos municípios do nosso distrito são, pois, segundo o autor citado, relativas àquele ano, de 1.226.427 contos. As receitas de todos os municípios do País somam a quantia de 9.902.315 contos, exceptuando as receitas de S. João da Pesqueira que não figuram na estatística de 1913.

ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS A CÂMARA, EM 1933

O Mapa n.º 7, do Orçamento Geral para o ano económico de 1933-1934, referente à conta da dívida das autarquias locais do Continente e ilhas adjacentes, trás, na Divisão B — *Dívida global e encargos das câmaras municipais*, os empréstimos realizados. A dívida em 30 de Junho de 1933, da Câmara Municipal de Gondomar, era de 154.084\$77; e quanto ao ano económico de 1933-1934, acusa os juros de 12.104\$04; realizou-se a amortização de 11.359\$56, somando portanto, 23.463\$60.

POSSIBILIDADES CAMARÁRIAS, EM 1935

O Suplemento ao *Diário do Governo*, n.º 164, 2.ª série, de 17 de Julho de 1935, trás o *Inquérito sobre o abastecimento de águas e saneamento* das sedes de concelho do País, realizado pela Comissão de Engenheiros nomeada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, por portarias de 12 de Janeiro e 23 de Maio de 1934. Sobre a Vila de Gondomar, refere, quanto às possibilidades camarárias desse ano:

«O orçamento ordinário do corrente ano é de 596.200\$90. A câmara contraiu para obras de viação, em 1927, na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, um empréstimo de 200 contos, amortizável em quinze anos,

do qual ainda devia, em Julho de 1934, 142.725\$21, e que lhe acarreta um encargo anual de 22.307\$15. Só mediante novo empréstimo poderá instalar a rede de esgotos, pois que o concelho é muito extenso, com freguesias enormes (só a freguesia de Rio Tinto tem 14.148 habitantes), muitos caminhos e estradas a reparar e abrir de novo, não podendo, por isso, lançar-se em novas despesas.»

Vejamos agora a receita e despesa do ano passado, isto é, do ano de 1936:

R E S U M O

Designação dos rendimentos	Receita cobrada
Impostos directos	393.802\$51
Impostos indirectos	732\$90
Taxas — Rendimento de diversos serviços	225.713\$55
Rendimento de bens próprios — Capitais, acções e obrigações de bancos e companhias	3.664\$31
Reembolsos e reposições	5.878\$10
Consignações de receitas	61.802\$30
Reccitas extraordinárias	45.797\$30
	— 737.390\$97

CAPI- TULOS	Designação da despesa	Pagamentos efectuados
I	Encargos de empréstimos	22.119\$50
II	Pensões e aposentações ou outras pa- gas a funcionários fora do serviço	10.851\$94
III	Secretaria	129.705\$34
IV	Tesouraria	10.598\$95
V	Serviços de Saúde	20.303\$93
VI	Sanidade Pecuária	11.529\$88
VII	Serviços de higiene e limpeza	—\$—
VIII	Serviços de água e luz	70.226\$79
IX	Cemitérios	—\$—
X	Matadouro	—\$—
XI	Mercados e feiras	—\$—
XII	Obras	279.339\$28
XIII	Jardins e arborização	150\$00
XIV	Cadeia	5.719\$10
XV	Polícia Municipal	742\$00
XVI	Serviços de aferição	4.933\$20
XVII	Serviços de incêndios	11.700\$00
XVIII	InSTRUÇÃO	61.103\$90
XIX	Biblioteca e museu	1.086\$55
XX	Pagamento a diversas entidades por consignação de receita	61.821\$97
	 Soma	 701.932\$33

NOTA DOS PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL,
DESDE 1834 A 1937

1834	
1835	Manuel José de Araújo Braga.
1836	Serafim de Sousa Melro.
1837	Manuel Ferreira da Silva.
1838	Manuel Tomé Alves.
1839	
1840	Serafim de Sousa Melro.
1841	
1842	António Martins de Oliveira.
1843	
1844	Manuel de Sousa Pedroso.
1845	António Martins Ferreira.
1846	António Martins Oliveira.
1846	João Ramos das Neves.
1847	
1848	
1849	António Martins Ferreira.
1850	
1851	
1852	
1853	José Ferreira da Silva.
1854	
1855	António Martins Ferreira.
1856	
1857	
1858	João Marques de Moura.
1859	
1860	
1861	António Martins Ferreira

1862	
1863	Manuel Alves Ferreira da Silva.
1864	
1865	Manuel Pereira das Neves.
1866	
1867	José Francisco Quelhas.
1868	
1869	João Marques de Moura.
1870	
1871	António de Melo Menezes e Castro.
1872	— Delfim Martins Ferreira.
1873	— António de Melo Menezes e Castro.
1874	
1875	
1876	Delfim Martins Ferreira.
1877	
1878	— Albino Pinto de Miranda Montenegro.
1879	
1880	
1881	António de Melo e Castro.
1882	
1883	
1884	Francisco João Cardoso.
1885	
1886	— Joaquim Ferreira da Silva.
1887	
1888	— Manuel Pereira das Neves.
1889	António Gomes dos Santos

1890	
1891	{ Davide Correia da Silva.
1892	
1893	
1894	{ António Martins do Rio.
1895	
1896	
1897	
1898	
1899	{ Manuel Ribeiro de Almeida.
1900	
1901	
1902	
1903	{ Davide Correia da Silva.
1904	
1905	
1906	{ António Martins da Silva.
1907	
1908	— José Pereira de Sousa.
1908	— António Martins da Silva.
1908	
1909	{ Luiz Pizarro da Cunha Portocarrero.
1910	
1910	
1911	
1912	{ Lucindo Martins de Oliveira.
1913	
1914	
1915	{ António Dias Gonçalves Correia.
1916	
1917	{ Ventura Martins de Castro.

1918 —	José Novais da Cunha.
1918	
1919	Tomaz Lopes Cardoso.
1919	
1920	
1921	Adriano Vieira da Silva Lima.
1922	
1923	
1924	Américo Jazelino Dias da Costa.
1925	
1926 —	José Barbosa Ramos.
1926 —	António Dias Gonçalves Correia.
1927	
1928	
1929	Américo Fernandes de Carvalho.
1930	
1931	
1931 —	Crispim Gomes Leite.
1932	
1933	António Matias dos Santos.
1934	
1934	
1935	
1935	Crispim Gomes Leite
1936	
1937	

NOTA DOS NOMES DOS ESCRIVÃES OU SECRETARIOS
DA CAMARA MUNICIPAL, DESDE 1834 A 1937

1834	Joaquim Raurino da Costa.
a	
1845	
1846	Francisco José de Oliveira Lima.
1847	Joaquim Raurino da Costa.
1847	António Joaquim Ferreira.
a	
1882	
1883	Justiniano Vieira Ramos.
a	
1913	
1913	António Vieira Ramos.
a	
1937	

QUADROS DOS ACTUAIS FUNCIONARIOS MUNICIPAIS

Chefe da Secretaria: — António Vieira Ramos.

Tesoureiro: — Manuel Coelho das Neves.

Aspirantes: — José da Silva Maia e Alexandre M. Barbosa.

Escriturários: — Domingos da Silva Monteiro, Damião Marques de Almeida e António Martins de Oliveira.

Desenhador-topógrafo: — José Martins de Moura.

Aferidor: — António Martins Fernandes.

Chefe da Repartição das Obras: — Engenheiro Barbosa de Matos.

Fiscais apontadores: — João Vieira da Silva e Luiz Teixeira Cardoso.

Chefe da Secção Administrativa: — Alexandre M. Barbosa.

Oficiais de diligências: — José Lopes da Silva e José Martins de Castro.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

CORREIÇÕES, COMARCAS, PROVÍNCIAS, DISTRITOS,
REGIÕES E CONCELHOS

(LEGISLAÇÃO A TAL RESPEITO)

Em Portugal a mais antiga colecção de leis tomou o nome de *Ordenações* que, por serem publicadas no reinado de D. Afonso V, se chamaram afonsinas e foram publicadas em 1446. Depois vieram as *Ordenações manuelinas* em 1514 e por fim as filipinas, em 1603, com a criação da *Relação do Porto e da polícia urbana*, por alvará de 12 de Março desse ano.

A organização administrativa da monarquia absoluta em Portugal não distinguia as diversas funções jurídicas do Estado, isto é, a administração e justiça eram desempenhadas pelos mesmos agentes. A divisão do reino, feita então por comarcas, abrangia uma área um pouco inferior à do actual distrito e a ela presidia o corregedor — um delegado do poder real, que, além de atribuições fiscais, policiais e militares, ainda inspecionava a administração municipal. Cada comarca abrangia um certo número de concelhos que a princípio eram verdadeiras autarquias, mas depois se tornaram escravos do poder central, por isso que para ele apelavam em questões internas e de aí a instituição dos *juízes de fora* que afinal se tornaram presidentes do senado municipal. Era necessário, pois, discriminar funções. (Vid. vol. 1.º, pág. 129).

O primeiro Código de leis administrativas foi publicado em 1836, referendado por Passos Manuel. Seguiram-se os de 1842 e de 1865, de Costa Cabral, o de 1878, de Rodrigues Sampaio, o de 1886, de Luciano de Castro, a reforma administrativa de 1892, de J. Dias Ferreira, o Código de 1896, de João Franco, e o de 1899.

Com a implantação da República, foi publicado um decreto que procurava dar novo vigor ao Código Administrativo de 1878, mantendo a vigência de uma grande parte do Código de 1896. A Constituição Política de 1911 impôs ao 1.º Congresso da República o dever de elaborar um código administrativo, que afinal se não levou a efeito. O actual, o Novo Código Administrativo, de 31 de Dezembro de 1936, obedece criteriosamente a uma experiência de dois anos.

O Sr. Tito de Sousa Larcher publicou em Leiria, no ano de 1930-1931, um interessante volume (II) intitulado *Estudos de Regionalismo — Correição, Província, Distrito, Região*.

Começa por historiar a divisão administrativa, desde a fundação da nacionalidade até 1820. Diz ele:

«São muitos os partidários de uma ampla descentralização administrativa, desde a nominal até à república federal, tendo por base a província; mas são poucos os que conhecem o meio em que vivemos». Depois dum esclarecimento sobre este assunto, nota que a província é criação dos fins do século XVI, entre nós, correspondendo em parte ao que, até o reinado de D. João III, se designava por correições, depois comarcas; acrescenta que «a única organização que se aproximou da divisão provincial foi a das Correições».

Mais adiante: «Para se fazer melhor ideia da divisão das Comarcas, ou Correições que hoje designamos por Províncias, transcreverei das Ordenações Afonsinas e da Geografia Histórica, rol dos besteiros que, segundo Rebelo da Silva, na *Memória sobre a população e a agricultura em Portugal*, pág. 43, foi organizado no reinado de D. Diniz ou, talvez, no de D. Afonso III, rol de que procurou tirar elementos para o cálculo da população no reino, mas escolhendo uma base muito elevada resultou achar uma população que devemos supor exagerada».

O Sr. Gama Barros, na sua *História da Administração Pública em Portugal*, vol. II, pág. 306, também se refere ao rol dos besteiros. O Sr. Larcher cita em seguida o rol na

íntegra, segundo as *Ordenações Afonsinas* e as *Provas da História Genealógica*, por António Caitano de Sousa.

Fala do codicilo do testamento de D. Diniz, por onde se vê que o País era considerado como formando quatro regiões, a primeira das quais era entre Douro e Minho; tal divisão se foi aproximando das Correções ou Comarcas até o reinado de D. João III, em que pela criação de novas comarcas acabou a confusão entre as correções e regiões.

Indica em seguida as novas correções. Quanto ao Porto, não se podendo precisar a data da sua criação, diz que ela é anterior a 1538.

Em 1842 o Porto conta 21 concelhos e 89.836 fogos.

Em 1864, 19 concelhos, 385 freguesias e 102.049 fogos.

Em 1878, 18 concelhos, 378 freguesias e 113.802 fogos.

Em 1890, 17 concelhos, 379 freguesias e 139.009 fogos.

Em 1900, 17 concelhos, 379 freguesias e 139.102 fogos.

Na lista dos concelhos dos distritos do continente e ilhas, de 16 de Outubro de 1920, o distrito do Porto tem 3 de 1.^a ordem: Porto, Penafiel e Gaia; 12, de 2.^a ordem: Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paredes, Póvoa do Varzim, Santo Tirso e Vila do Conde; e 2 de 3.^a ordem: Paços de Ferreira e Valongo. Neste ano o Porto tinha 17 concelhos, 369 freguesias e 157.747 fogos.

EXTINÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES DOS CONCELHOS

Por decreto de 31 de Dezembro de 1927, n.º 14.812, e novamente publicado no *Diário do Governo*, n.º 26, 1.ª série, de 1 de Fevereiro de 1928, foram extintas as administrações de concelho, do Continente e Ilhas adjacentes, passando a ser desempenhado nas secretarias das câmaras municipais, as atribuições que, nos termos da legislação vigente, competiam às mesmas administrações, continuando os concelhos cuja sede não for também sede de distrito, a ser administrados por um administrador de concelho, nomeado pelo Ministro do Interior, sob proposta do respectivo Governo Civil.

CLASSIFICAÇÃO DOS CONCELHOS

No novo Código Administrativo aprovado pelo decreto-lei n.º 27.424, de 31 de Dezembro de 1936, estabelece-se a classificação dos concelhos urbanos de 3.ª ordem, obrigatoriamente federados com o Porto, não compreendidos na 1.ª e 2.ª ordem (n.º 3.º do § 1.º do artigo 3.º); e são três: Gondomar Maia e Valongo. Do nosso concelho, as freguesias de 1.ª ordem são: Fânzeres, Gondomar (S. Cosme), Rio Tinto e Valbom; e de 2.ª ordem as restantes, isto é, Covelo, Foz do Sousa, Jovim, Lomba, Medas, Melres e S. Pedro da Cova⁽¹⁾.

Segundo a nova divisão administrativa, o concelho de Gondomar pertence ao Douro Litoral, que tem por capital

⁽¹⁾ O Regulamento da Contribuição Industrial, aprovado por decreto de 28 de Junho de 1894, classificava de 5.ª ordem as freguesias de S. Cosme, Rio Tinto e Valbom; de 6.ª ordem, as de Fânzeres, Foz do Sousa e S. Pedro da Cova; e de 7.ª ordem, as restantes do concelho.

Anteriormente a este decreto, todas eram de 6.ª ordem, excepto a de S. Cosme que era de 4.ª ordem.

a cidade do Porto e abrange mais os seguintes concelhos: Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto (1.^o e 2.^o bairros), Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia. Também comprehende Aveiro com os concelhos de Arouca, Castelo de Paiva, Espinho e Feira; e Viseu, com os concelhos de Resende e Sinfães.

TRANSIÇÃO DO REGIME MONARQUICO PARA O REGIME REPUBLICANO

Consta do livro das actas das sessões camarárias:

«O antigo presidente D. Luiz Pizarro da Cunha Portocarrero dá posse à nova Comissão Administrativa republicana, composta dos seguintes indivíduos: Dr. Lucindo Martins de Oliveira, Dr. Agostinho Emílio de Sousa Pinto, Alexandre de Barros, Manuel Marques de Almeida Russo, Davide Teixeira de Sousa, Joaquim Teixeira e Agostinho Silvestre Cardoso, vogais efectivos, que constituem a Comissão Municipal; e o cidadão Dr. Rufino Ferreira Cardoso, a quem compete exercer as funções de presidente, como representante da autoridade civil». No dia 11 de Outubro foi a sessão; e nesse mesmo dia lhe foi conferida a posse e feita a distribuição dos pelouros.

Na sessão de 14 de Dezembro de 1910, a Câmara informou o Governador Civil de que toma o compromisso de fornecer, com carácter permanente, o necessário compartimento, dentro do edifício dos Paços do Concelho, para alojamento da força militar que for distribuída à sede deste concelho.

Foi alojar-se na residência paroquial; e de lá veio para Quintã a força militar constituída por 5 a 7 soldados e só retirou a 3 de Fevereiro de 1927.

DESCANSO SEMANAL

Na sessão de 5 de Abril de 1911, a Câmara resolveu que o descanso semanal fosse ao domingo.

«MONARQUIA DO NORTE»

A sessão camarária de 30 de Janeiro de 1919 ficou por assinar. Eram vereadores os Srs. Dr. Tomaz Lopes Cardoso, António da Costa Viseu, Pe. Manuel Joaquim Matias dos Santos, Belmiro Martins de Moura e José Alves da Cunha Espinheira.

FERIADO DO CONCELHO

Na sessão de 16 de Abril de 1919, a Câmara resolveu outra vez que o 1.^o de Maio fosse dia feriado do concelho, «em homenagem ao povo trabalhador do concelho que bem meresse essa justiça».

LARGO DO SOUTO

Na sessão de 17 de Junho de 1926, foi deliberado dar ao Largo do Souto o nome de «Praça da República».

NOMES DOS ADMINISTRADORES DO NOSSO CONCELHO
E DA DATA EM QUE TOMARAM POSSE

N O M E S	DATA DA POSSE		
	Dia	Mês	Ano
Manuel de Moura Guimarães	—	—	1836
João Martins Ferreira	—	—	1854
Dr. Manuel Cardoso Coutinho de Abreu (ou de Madureira?)	—	—	1861
Dr. José Alfredo da Câmara Leme	—	—	1865
Albino Pinto de Miranda Montenegro	—	—	1866
Dr. José António de Faria	—	—	1873
Dr. Ramiro César de Sousa Nunes Leal	—	—	1879
Dr. Manuel Pereira de Meireles Garrido	—	—	1880
José Novais da Cunha	—	—	1881
António de Melo Menezes e Castro	—	—	1886
Dr. Rodrigo de Sousa Moreno	—	—	1886
Davide Correia da Silva	—	—	1887
António Molarinho	—	—	1888
Dr. Joaquim Manuel da Costa	—	—	1890
José Novais da Cunha	—	—	1891
Dr. Mateus de Castro Moura	—	—	1890
Guilherme Quilinam da Silva Machado (foi cônsul no Pará)	—	—	1893
Manuel Pereira das Neves	—	—	1893
Davide Correia da Silva	—	—	1897
José Novais da Cunha	—	—	1900
Manuel Ribeiro de Almeida	—	—	1904
José Francisco da Cruz	—	—	1905
António Cecioso de Sá e Melo	—	—	1906
Manuel Ribeiro de Almeida	—	—	1906
Dr. Joaquim Manuel da Costa	—	—	1908
Henrique Carlos da Silva e Sousa	—	—	1909
José Pereira de Sousa	29	Janeiro	1910
Dr. Joaquim Manuel da Costa	6	Julho	1910
Dr. Rufino Ferreira Cardoso (no regime republicano)	11	Outubro	1910
Dr. Ernesto José Rodrigues de Bastos Coutinho Beleza de Andrade	15	Julho	1911
Dr. Lucindo Martins de Oliveira	23	Novembro	1911
Eduardo Lopes	25	Novembro	1911
Dr. Rufino Ferreira Cardoso	19	Fevereiro	1913
Dr. Jaime de Menezes Vieira Coelho	14	Maio	1913

N O M E S	DATA DA POSSE		
	Dia	Mês	Ano
Francisco Alexandre Carneiro Araújo			
Aranha	25	Junho	1913
Adriano Vieira da Silva Lima	10	Outubro	1913
Manuel dos Santos Moreira	19	Novembro	1913
José Ferreira de Araújo	16	Março	1914
Ventura Martins de Castro	7	Janeiro	1915
Dr. Alvarim Ferreira da Silva	8	Janeiro	1915
Dr. Casimiro Carneiro Fontoura Curado	8	Fevereiro	1915
Ventura Martins de Castro	10	Abril	1915
José Francisco Lopes (Tenente)	24	Abril	1915
Adriano Vieira da Silva Lima	20	Maio	1915
António Martins de Moura	8	Maio	1916
João António da Silva Vilaça	—	Março	1917
António Martins de Moura	18	Março	1917
Ventura Martins de Castro	1	Abril	1917
Ariosto Silva	4	Abril	1917
António Eugénio Lopes da Silva (Cap.)	17	Setembro	1917
Aívaro Delacirene Delmar Correia de Sá	10	Outubro	1917
José Pereira de Sousa (no periodo sidi-nista)	13	Dezembro	1917
Alberto Ramires	12	Agosto	1918
Dr. Tomaz Lopes Cardoso	28	Dezembro	1918
Alberto Ramirez	2	Janeiro	1919
José Pereira de Sousa	21	Janeiro	1919
Alberto Ramires	23	Janeiro	1919
Dr. Tomaz Lopes Cardoso	10	Fevereiro	1919
Lino Nunes Figueiroa (apos a monarquia do Norte)	14	Fevereiro	1919
Adriano Vieira da Silva Lima	27	Fevereiro	1919
Lino Nunes Figueiroa	5	Março	1919
Adriano Vieira da Silva Lima	26	Março	1919
Lino Nunes Figueiroa	30	Março	1919
Adriano Vieira da Silva Lima	—	Abril	1919
Lino Nunes Figueiroa	18	Abril	1919
Adriano Vieira da Silva Lima	19	Abril	1919
Joaquim António de Magalhães	20	Agosto	1919
Adriano Vieira da Silva Lima	16	Janeiro	1920
Egídio Martins dos Santos	27	Maio	1920
Adriano Vieira da Silva Lima	1	Julho	1920
Manuel dos Santos Moreira	2	Outubro	1920
Adriano Vieira da Silva Lima	—	—	—

N O M E S	DATA DA POSSE		
	Dia	Mês	Ano
Alfredo Coelho da Silva	29	Janeiro	1921
Adriano Vieira da Silva Lima	3	Junho	1921
Joaquim Teixeira	27	Junho	1921
Adriano Vieira da Silva Lima	14	Julho	1921
Joaquim Teixeira	4	Agosto	1921
António de Sousa Ramos	24	Outubro	1921
Adriano Vieira da Silva Lima (como presidente da Câmara)	11	Fevereiro	1922
Joaquim António de Magalhães	16	Março	1922
Adriano Vieira da Silva Lima (como presidente)	1	Novembro	1922
Agostinho Ribeiro	1	Janeiro	1923
Adriano Vieira da Silva Lima	11	Janeiro	1923
Agostinho Ribeiro	22	Novembro	1923
Joaquim Teixeira	26	Novembro	1923
António Marques Moura	7	Janeiro	1924
Manuel Martins Ferreira dos Santos	1	Março	1924
Adriano Vieira da Silva Lima	16	Abril	1925
Agostinho Ribeiro	14	Agosto	1925
Francisco Martins Vieira	23	Outubro	1925
Adriano Vieira da Silva Lima	17	Novembro	1925
Tito Lívio Cameira	18	Novembro	1925
Adriano Vieira da Silva Lima	21	Novembro	1925
Sebastião Ferreira Mendes	18	Fevereiro	1926
Agostinho Ribeiro (após o 28 de Maio)	1	Junho	1926
Sebastião Amaral (Capitão)	7	Junho	1926
António Dias Gonçalves Correia (como presidente da Câmara)	4	Setembro	1926
Sebastião Amaral	13	Setembro	1926
Ezequiel da Costa Ferreira	26	Fevereiro	1927
António Ferreira de Lima	4	Novembro	1927
Ezequiel da Costa Ferreira	19	Novembro	1927
Américo Fernandes de Carvalho (como presidente da Câmara)	10	Janeiro	1928
Alberto Fernandes de Oliveira	27	Janeiro	1928
Américo Fernandes de Carvalho	12	Junho	1928
Alberto Fernandes de Oliveira	20	Junho	1928
Américo Fernandes de Carvalho	16	Julho	1928
Alberto Fernandes de Oliveira	8	Agosto	1928
Manuel de Sousa Matos (vice-presidente da Câmara)	23	Agosto	1928

N O M E S	DATA DA POSSE		
	Dia	Mês	Ano
Alberto Fernandes de Oliveira . . .	31	Agosto	1928
Américo Fernandes de Carvalho (como presidente)	14	Setembro	1928
Alberto Fernandes de Oliveira . . .	1	Outubro	1928
Américo Fernandes de Carvalho (como presidente)	17	Setembro	1929
Alberto Fernandes de Oliveira . . .	23	Setembro	1929
Américo Fernandes de Carvalho (como presidente)	14	Agosto	1930
Alberto Fernandes de Oliveira . . .	—	Agosto	1930
José Correia Pires de Lima (Tenente) .	8	Agosto	1931
Manuel Ribeiro de Almeida (vice-presidente)	16	Maio	1933
Sotero Lopes Ferreira	17	Maio	1933
Belmiro Martins de Moura (vogal da Câmara)	27	Maio	1933
Sotero Lopes Ferreira	30	Maio	1933
Manuel Ribeiro de Almeida	21	Janeiro	1934
Sotero Lopes Ferreira	22	Janeiro	1934
P. ^o Crispim Gomes Leite	6	Junho	1935
Dr. Porfírio Andrade e Silva	31	Julho	1935
P. ^o Crispim Gomes Leite	12	Novembro	1935
Almerindo Martins Gomes	18	Novembro	1935

LISTA DOS NOMES DOS ESCRIVÃES
DA ADMINISTRAÇÃO DO NOSSO CONCELHO DESDE 1837
E DATAS DO TEMPO DE SUAS FUNÇÕES

Até à vigência do Código de 1896 tais funcionários tinham a designação de *escrivães*; depois passaram a ser *secretários*. São eles:

João Martins Pita, desde Abril a Junho de 1837.

Joaquim José Vaz, desde Outubro de 1837 a Janeiro de 1839.

Braz de Sousa Lobo, desde Abril de 1839 até Junho de 1860.

António Correia, desde Junho a Outubro de 1860.

António Correia de Freitas Silva e Carvalho, desde Novembro de 1860 até Agosto de 1862.

Eduardo Augusto de Amorim Viana, desde Novembro de 1862 até Outubro de 1867.

Miguel Joaquim da Silva Leal, em Janeiro de 1868.

Joaquim Mendes Barbosa, desde Agosto de 1868 a Janeiro de 1886.

Adelino Augusto Alvares Pimenta, desde Janeiro de 1886 até Fevereiro de 1901.

Alexandre Mendes Barbosa, desde Fevereiro de 1901 até hje. (Agora, pelo novo Código Administrativo, tem a designação de Almirante da Câmara Municipal).

REPARTIÇÃO DE FINANÇAS E RECEBEDORIA

CONTRIBUIÇÕES GERAIS

(HISTÓRIA DA SUA LEGISLAÇÃO)

O primeiro de entre todos os tributos pagos ao Estado para as despesas públicas da Nação foi a contribuição de sisa; este imposto já se achava implantado na Península, independentemente da intervenção do Estado, pelos povos que a habitavam antes da fundação da nossa monarquia.

Em 1832, o Ministro Mousinho da Silveira restringiu este tributo aos contratos de venda e troca de bens de raiz; depois ainda alterações e acrescentamentos foram feitos sobre tal legislação.

A contribuição predial cobrava-se, já nos primeiros tempos da nossa Nacionalidade, sob o nome de *jugada*. Tal imposto, entre nós, consistia no pagamento da quota parte de trigo, milho, etc., produzidos numa terra lavrada por uma junta de bois. As herdades sobre que ela recaía, chamavam-se *jugarias* e os cultivadores *jugueiros* ou *jugadeiros*. Quando eles faltavam aos deveres que lhes eram impostos em virtude do contrato de *jugaria*, era esta transformada em *reguengo*.

A *jugada* foi extinta por decreto de 13 de Agosto de 1832.

Em 1641, com o fim de fazer face às despesas contraídas com a guerra da Independência, foi decretada a *décima militar*.

Pelo decreto de 31 de Dezembro de 1852 foi a *décima militar substituída* pela *contribuição predial*, promulgada por Fontes Pereira de Melo, em substituição também dos dízimos, trazendo a revisão das matrizes; ainda em 1861 este tributo foi substituído por uma quota e em 1866 houve reforma de matrizes que deram em resultado um caos e um acervo de injustiças e fraudes. Depois ainda desde 1880 se seguiu uma série de decretos sobre este ramo de serviço público, o que deu lugar ao *Código da contribuição predial*, de 5 de Julho de 1913.

CONSERVATÓRIAS DO REGISTO PREDIAL

As freguesias do nosso concelho constituem umas a segunda secção e outras a terceira da 1.^a Conservatória do Porto, pelo decreto n.º 12.578, de 28 de Outubro de 1926.

A 1.^a secção abrange na cidade as freguesias do Bonfim, Campanhã, Paranhos, Santo Ildefonso, Sé e Vitória; e as de S. Cosme (Vila de Gondomar), Valbom, Rio Tinto e Sousa, do nosso concelho.

A 2.^a secção compreende as restantes freguesias de Gondomar e todas as dos concelhos da Maia e Valongo.

ESTATÍSTICA DAS CONTRIBUIÇÕES EM GONDOMAR

Não devemos alongar-nos em estatísticas antigas das contribuições relativas ao concelho; mas para se fazer uma ideia desse movimento há meio século, transcrevo o que nos refere o *Dicionário de Geografia Universal*, de Tito A. de Carvalho, quanto ao ano de 1881:

«As contribuições pagas, nesse ano, em Gondomar, foram: predial, 5.167\$183 réis; industrial, 1.329\$080 réis; sumptuária, 39\$600 réis; de renda de casas, 133\$420 réis; décima de juros, 1.675\$862 réis; registos, 5.841\$222 réis; selo, 663\$343; e real de água, 4.309\$716 réis.»

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL, HA 18 ANOS

Tomemos agora por exemplo o ano de 1918 e vejamos a importância colectável relativa ao nosso concelho. O número de prédios rústicos era de 21.912; e o dos urbanos 7.830, num total de 29.742; o rendimento dos prédios rústicos foi de 95.376\$38 e o dos urbanos de 105.913\$78, o que perfaz o rendimento colectável de 201.290\$16.

PROPRIETARIOS E IMPORTANCIAS
DAS COLECTAS, NESSE ANO

	Dos prédios rústicos e urbanos		Dos prédios rústicos		Dos prédios urbanos	
	Proprietários	Colectas	Proprietários	Colectas	Proprietários	Colectas
Total . .	7.833	15.598\$99	3.114	6.420\$76	4.719	9.178\$23

CONTRIBUIÇÃO PREDIAL RÚSTICA E ADICIONAIS

Números de conhecimentos, 1.720. Importâncias liquidadas por que foram debitados os tesoureiros da Fazenda Pública, total geral, 12.075\$20; impostos para o Estado, total, 6.585\$46; contribuição, 6.420\$76; selo de documentos dos impostos municipais e distrital, 164\$70; rendimentos administrativos, total, 5.489\$74; Junta Geral do Distrito, 321\$04; impostos para o município, despesas gerais, 1.926\$22; instrução primária, 3.242\$48.

Vejamos agora as diferenças durante o triénio de 1916, 1917 e 1918, quanto à contribuição rústica e urbana, importâncias liquidadas, conforme os débitos aos tesoureiros da Fazenda Pública e destrinçados os impostos municipais para despesas gerais e para a instrução primária, bem como as percentagens dos impostos municipais:

Liquidação da contribuição predial rústica e urbana, incluídos os impostos municipais, o selo de arrendamento

e outros — total geral, em 1916, 25.594; em 1917, 25.565; em 1918, 29.406. Diferenças entre as liquidações de 1917 e de 1918, para mais, 3.941.

Impostos municipais (compreendidos no total da contribuição) em 1916, total, 9.328; instrução primária, 4.664; despesas gerais, 4.664; em 1917, total, 9.320; instrução primária, 4.660; despesas gerais, 4.660; em 1918, total, 12.557; instrução primária, 7.877; despesas gerais, 4.680.

Percentagens dos impostos municipais directos sobre as contribuições do Estado. Em 1916, total, 60,00; instrução, 30,00; despesas gerais, 30,00; em 1917, total, 60,00; instrução primária, 30,00; despesas gerais, 30,00; em 1918, total, 60,00; instrução primária, 30,00; despesas gerais, 30,00.

CONTRIBUIÇÃO DE REGISTO,
HOJE IMPOSTO SUCESSORIO E SISA

Quanto a liquidação e cobrança da extinta contribuição de registo por título gratuito e oneroso desde o ano económico de 1913-1914 e seguintes:

Liquidação por título gratuito — 9.271\$39; por título oneroso — 8.084\$49; total: 17.355\$88.

Cobrança por título gratuito — 8.312\$18; por título oneroso — 8.084\$49; total: 16.396\$67.

Saldos da contribuição de registo por cobrar em 30 de Junho de 1914:

Liquidação. Em 30 de Junho de 1913 — saldo por cobrar: 8.223\$24; no ano económico de 1913-1914 — 17.355\$88; total: 25.579\$12.

Cobrança. No ano económico de 1913-1914, 16.396\$67. Saldo em 30 de Junho de 1914 — 9.182\$45.

Liquidação e cobrança dos emolumentos pela liquidação de processos da contribuição de registo (Artigos 13.^º e 18.^º do decreto de 24 de Maio de 1911).

Liquidação por título gratuito — 328\$19; por título oneroso — 155\$31; total: 483\$50.

Cobrança por título gratuito — 315\$15; por título oneroso — 155\$31; total: 470\$46.

Conhecimentos procesados para pagamento da contribuição de registo por título oneroso, agrupados, segundo a sua importância. — Número de conhecimentos — 505, na importância de 8.084\$49. De importância igual ou inferior a 4\$00, número de conhecimentos, 40; na importância 7\$02. De mais de 4\$00 a 20\$00, número de conhecimentos, 127, na importância de 107\$19. De mais de 20\$00 a 40\$00, número de conhecimentos, 65, na importância de 169\$25. De mais de 40\$00 a 80\$00, número de conhecimentos, 64, na importância de 292\$73. De mais de 80\$00 a 160\$00, número de conhecimentos, 64, na importância de 597\$30. De importância superior a 160\$00, número de conhecimentos, 145, na importância de 6.911\$00.

Processos de liquidação da contribuição de registo por título gratuito. — Existentes em 30 de Junho de 1913 — 183; instaurados — 166. Liquidados definitivamente — 127; pendente de nova liquidação — 1. Existentes em 30 de Junho de 1914 — 222; pendentes de inventário — 64; de usufruto — 54; para liquidação imediata — 104. Confrontemos com a seguinte:

CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL, LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA, ANULAÇÕES E DÍVIDAS DE 1915-1916

Quanto à liquidação, saldo por cobrar em 30 de Junho de 1915, 9.138\$05; da gerência de 1915 a 1916, 9.292\$38; total: 18.430\$43. Relativamente a cobrança, 9.078\$43 e anulações 3.876\$89 num total de 12.955\$32. Dívida em 30 de Junho de 1916, 5.475\$11.

E no ano de 1918, a contribuição industrial acusa as seguintes importâncias liquidadas:

Número de conhecimentos, 988; número de contribuintes, 10.033; total geral, 19.324\$51. Para o Estado, total, 11.127\$12; verba principal, total, 10.311\$19. De taxas da tabela A, 1.928\$41; Parte III, 296\$60. De taxas da tabela A, 1.928\$41. Adicionais, englobados por decreto de 29 de Maio de 1911, 3.129\$26. Selo, licença, 570\$00. De documentos dos impostos municipais e distrital, 234\$93. Rendimentos administrativos — total, 8.197\$39; Junta Geral do

Distrito, 515\$55; imposto para o município — instrução primária, 5.207\$16; despesas gerais 2.474\$68.

**NÚMERO DE COLECTAS, SEGUNDO A SUA
IMPORTÂNCIA**

Total correspondente ao número de conhecimentos, 988. Colectas inferiores a \$50; 3; de \$51 a 1\$00, 110; de 1\$51 a 2\$00, 160; de 2\$01 a 3\$00, 142; de 3\$01 a 5\$00, 259; de 5\$01 a 10\$00, 92; de 10\$01 a 15\$00, 52; de 15\$01 a 20\$00; 9; de 20\$01 a 50\$00, 36; de 50\$01 a 100\$00, 12; de 100\$01 a 200\$00, 1; de 200\$01 a 500\$00; 1; de mais de 500\$00, 1.

**CONTRIBUIÇÃO DE REGISTO RELATIVA
AO ANO ECONÔMICO DE 1917-1918**

Número de processos de liquidação da contribuição por título gratuito, existentes em 30 de Junho de 1917 — 253; definitivamente — 161 e 2 que ficam pendentes de inventário — 93; de usufruto — 75 e para liquidação imediata — 127, no total de 295.

Liquidação por título gratuito — 10.392\$21. *Por título oneroso* — 16.769\$69; total — 27.161\$90.

Cobrança, por título gratuito — 8.754\$54. *Por título oneroso* — 16.769\$69; total — 25.524\$23. — *Anulações* — 243\$86. Dívida em 30 de Junho de 1918 — 6.727\$74.

Para confronto, vejamos o número de prédios, rendimento colectável e número de proprietários, no ano seguinte, isto é, em 1919:

Prédios inscritos na matriz, total, 29.833. Rústicos, 21.912; urbanos 7.921. Rendimento colectável, total, 204.189\$62; inferior a 11\$000 — isento — total, 14.540\$62; rústico, 3.650\$38; urbano, 10.890\$24. Superior a 11\$000 — tributado — total, 189.649\$00; rústico, 91.726\$00; urbano, 97.923\$00.

Número de proprietários, total, 7.833; isentos, total, 3.320; de prédios rústicos, 1.390; de prédios urbanos, 1.930; tributados, total, 4.513; de prédios rústicos, 1.724; de prédios urbanos, 2.789.

E neste mesmo ano as importâncias liquidadas, rústicas e urbanas foram:

Rústica — Número de conhecimentos, 1.724. Total geral, 14.643\$54. Para o Estado, total, 7.007\$06. Verba principal, 6.444\$30. Selo — de documentos dos impostos municipais e distrital, 229\$09; cofre geral dos emolumentos, 333\$67; rendimentos administrativos, total, 7.636\$48; Junta Geral do Distrito 483\$32; impostos para o município, instrução primária, 3.286\$58; despesas gerais, 3.866\$58.

Urbana — Número de conhecimentos, 2.789; total geral, 19.590\$89. Para o Estado, total, 10.250\$74; verba principal, 9.482\$40; para o Estado, selo — de documentos dos impostos municipais e distrital, 280\$21; cofre geral dos emolumentos, 488\$13; rendimentos administrativos, total, 9.340\$15; Junta Geral do Distrito, 711\$18; impostos para o município, instrução primária, 4.836\$01; despesas gerais, 3.792\$96.

A urbana, com as novas avaliações, aumentou consideravelmente.

NÚMERO DE COLECTAS (RÚSTICA) E SUAS IMPORTÂNCIAS, SEGUNDO AS TAXAS, EM 1919

Importância total: 6.444\$30; rendimento colectável, de 11\$00 a 20\$00, taxa 4, colectas, 387; importâncias: 107\$24; de 21\$000 a 100\$00, taxa 6, colectas, 831; importâncias: 1.672\$62; de 101\$00 a 300\$00, taxa 7, colectas, 390; importâncias: 2.659\$65; de 301\$00 a 500\$00, taxa 8, colectas, 64; importâncias: 1.004\$96; de 501\$00 a 1.000\$00, taxa 9, colectas, 29; importâncias: 697\$68; de 1.000\$00 a 2.000\$00, taxa 10, colectas, 12; importâncias: 172\$60; de 2.000\$00 a 5.000\$00, taxa II, colectas, 10; importâncias: 97\$57; de 10.001\$00 a 20.000\$00, taxa 13, colectas, 1; importâncias: 31\$98.

NÚMERO DE COLECTAS (URBANA) E SUAS
IMPORTÂNCIAS, SEGUNDO AS TAXAS, ANO DE 1919

Importância total 9.482\$40. Rendimento colectável, de 11\$00 a 20\$00, taxa 7, colectas, 820; importâncias: 638\$31; de 21\$00 a 100\$00, taxa 9, colectas, 1.429; importâncias: 3.716\$64; de 101\$00 a 300\$00, taxa 10, colectas, 418; importâncias: 2.811\$00; de 301\$00 a 500\$00, taxa 11, colectas, 68; importâncias 745\$36; de 501\$00 a 1.000\$00, taxa 12, colectas, 32; importâncias: 690\$48; de 1.000\$00 a 2.000\$00, taxa 13, colectas, 13; importâncias: 450\$19; de 2.001\$00 a 5.000\$00, taxa 14, colectas, 8; importâncias: 350\$98; de 10.001\$00 a 20.000\$00, taxa 16, colectas, 1; importâncias: 29\$44.

CONTRIBUIÇÃO SUMPTUÁRIA EM 1919
— (HOJE NÃO EXISTE)

Importâncias liquidadas — Número de conhecimentos, 114; para o Estado, verba principal, 961\$49; selo — de documentos dos rendimentos administrativos e distrital, 31\$30; cofre geral dos emolumentos, 49\$64; quanto a rendimentos administrativos, para a Junta Geral do Distrito, 72\$11; impostos para o município, de instrução primária, 490\$35; despesas gerais, 480\$74.

Número de contribuintes e de factos tributados — Número de contribuintes, 114; quanto a valores locativos, acusa a importância total de 3.436\$77 (de 101 a 300). Cavalgaduras de cómodo pessoal, 79; veículos, montados, 1; automóveis, 6; motocicletas, 2; com *side-car*, 1.

Importâncias liquidadas em verba principal, segundo os casos de incidência e adicionais — (Da contribuição sumptuária): — Total geral, 2.085\$63; total, 961\$49. Não acusa criados, nem cavalgaduras para veículos, nem desmontados, nem jardins. Valores locativos, 432\$34; cavalgaduras de cómodo pessoal, 249\$63; quanto a veículos, montados, 5\$26; automóveis, 252\$18; motocicletas, 6\$32; com *side-car*, 15\$76; adicionais, 1.124\$14.

Número de colectas, segundo a sua importância —
 Total correspondente ao número de conhecimentos, 114; de 3\$01 a 5\$00, 79 colectas; de 5\$00 a 10\$00, 3; de 10\$00 a 15\$00, 13; de 15\$00 a 20\$00, 9; de 20\$00 a 50\$00, 10.

Importâncias liquidadas — Número de conhecimentos, 1.653; receita virtual, contribuição, 6.628\$68; cofre geral dos emolumentos, 338\$26 receita eventual, 466\$66. Total geral, 7.433\$60; total, 6.966\$94.

CONTRIBUIÇÃO DA TAXA MILITAR

Importâncias liquidadas — Número de conhecimentos, 3.488. Fixa, 4.161\$600; variável, 330\$30. (Hoje é paga por estampilha).

(*Do Anuário das Contribuições Directas, Partes III e IV*).

Já acabaram a liquidação e cobrança do imposto sobre o valor das transacções; é incluída hoje esta verba na contribuição industrial, grupo A B e C. Não privamos, porém, os leitores de avaliarem pelo quadro seguinte o valor das referidas verbas nos anos económicos de 1924-1925 e 1925-1926:

GONDOMAR	LIQUIDAÇÃO			COBRANÇA		
	Total	Por avença	Por de- claração	Total	Por avença	Por de- claração
Ano econô- mico de 1924-25	391.891\$32	384.243\$87	7.647\$45	243.380\$60	236.372\$45	7.017\$15
Ano econô- mico de 1925-26	149.062\$00	143.085\$67	5.976\$33	169.581\$85	164.145\$68	5.436\$17

E no ano económico de 1924-1925, a cobrança do imposto do selo foi a seguinte:

PAPEL SELADO E OUTRAS FÓRMOLAS DE SELO, DA CASA DA MOEDA	Total geral	131.865\$40
	Total	74.297\$41
	Papel selado em branco ...	13.796\$00
	Letras ...	652\$90
	Bilhetes de espetáculos públicos ...	1.087\$50
	Impressos diversos e diplomas de encarte ...	198\$50
SELO DE VERBA	Estampilhas ...	58.741\$64
	Total	26.284\$11
	De livros	23.616\$38
	De processos	2.663\$32
SELO COBRADO POR FORMA ESPECIAL	De documentos ...	4\$41
	Avenças, multas, etc. ...	31.238\$85

Com profunda mágoa deixo aqui declarado que, apesar dos esforços porfiados que empreguei para obter uma nota embora muito resumida da estatística do último ano das Finanças do concelho, tal me não foi permitido obter dos funcionários da respectiva Repartição.

NOMES DOS ESCRIVAES DE FAZENDA

No ano de (?) — João da Costa Ramos e Sousa.

No ano de (?) — José Augusto Freire de Andrade.

No ano de (?) — Manuel de Castro Borges.

No ano de (?) — Augusto Teixeira Rego.

Posse no ano de 1887 — João Tomaz de Brito.

Posse no ano de 1895 — João Teles Sampaio.

Posse no ano de 1900 — Fernando Moreira Pinto.

Posse no ano de 1911 — Francisco de Almeida e Silva Vasconcelos.

Posse no ano de 1918 — José Coutinho Freire de Lúcena.

Posse no ano de 1923 — Roque António Lopes da Silva.

Posse no ano de 1923 — Manuel Maria Teixeira.

Secretários de Finanças — Posse em 1931 — Carlos Eugénio Torres e em 1936 — Pedro José da Cunha.

QUADRO DOS ACTUAIS FUNCIONARIOS
DA REPARTIÇÃO DE FINANÇAS

Chefe de Secção de Finanças — Pedro José da Cunha.
Aspirante — António Pinto de Sousa.

TRIBUNAL DAS EXECUÇÕES FISCAIS. *Juiz* —
Pedro José da Cunha.

Escrivães — José da Silva Gonçalves e Manuel Martins de Sousa.

Oficial de diligências — Manuel Martins dos Reis.

MAPA DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES LIQUIDADAS NO ANO DE 1937

	Rústica. Bem- e- mero colectivo)	Para o Estado	Para a Câmara Provincial	Para a Junta Provincial	Para o fundo do desenvol- vimento	Imposto comple- mentar	Selo de licenças	Selo de entidade mais importante	Total	Número de conhe- cimentos
<i>Contribuição Predial</i>										
Urbana. . .	2.098.467\$18	306.260\$00	162.393\$00	23.889\$00	14.383\$00	7.762\$00	—	—	632.046\$00	6.361
<i>Contribuição Industrial — Grupo A.</i>	3.955.706\$00	417.319\$00	7.156\$00	1.293\$00	—	750\$00	—	—	76.791\$00	432
» » » — » B. .	67.592\$00	833\$00	142\$00	—	712\$00	—	—	—	10.198\$00	2
» » — » C. .	4.226.650\$00	634.776\$00	73.170\$00	13.213\$00	—	52.875\$00	24.427\$00	1.597\$00	800.058\$00	1.588
<i>Imposto Profissional (Empregados por conta de outrem)</i>	—	24.260\$00	—	—	—	—	—	—	24.260\$00	135
Profissões liberais	—	4.406\$00	673\$00	157\$00	—	—	—	—	5.256\$00	10
<i>Imposto complementar por lan- amento</i>	—	20.196\$00	—	—	—	—	—	—	20.196\$00	102
<i>Imposto sobre aplicação de capitais (Secção A.)</i>	73.643\$00	—	—	54\$00	—	—	73.702\$00	725	—	—
Total	10.280.822\$18	244.225\$00	38.694\$00	14.393\$00	62.153\$00	24.427\$00	1.597\$00	1.942.448\$00	7.768	

N. B. — Com reiteradas instâncias, consegui, embora

esta escrita no alto da pág. 326,

muito tarde, obter este mapa, ficando, pois, sem efeito o que

TESOURARIA DA FAZENDA PÚBLICA. *Tesoureiro* — Casimiro Pereira Bastos.

Proposto — Abílio Pereira Bastos.

Auxiliar — (Vago).

Informadores fiscais — Fernando Pereira de Miranda e Luiz João Salazar.

Não me foi fornecida, apesar de pedida, a lista dos nomes dos vários tesoureiros do concelho, principalmente desde que, por lei de 13 de Maio de 1896, foram dissolvidas as recebedorias de comarca e criadas as recebedorias de concelho. Nessa data a comarca a que pertencia Gondomar compunha-se de quatro concelhos: Bouças (sede), Maia, Valongo e Gondomar.

No entanto julgo que estava servindo a recebedoria em 1856, Braz de Sousa Lobo; em 1860, António Augusto Bacelar Guedes; em 1864, Henrique da Silva Maia; em 1903; Augusto César Dias de Figueiredo de Araújo e Castro; em 1929, Joaquim Augusto de Matos e Silva e em 1933, Albano de Andrade. (Nota colhida dos almanaque).

ANTIGOS JULGADOS DE GONDOMAR E DE MELRES E OS MODERNOS JUIZES DE PAZ

(HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO)

No 1.^º vol., pág. 94, referindo-me ao Julgado de Gondomar, disse que ele pertencia ao 7.^º Rol, das Inquirições de D. Dinz.

Para mais largo esclarecimento acrescentarei que esse 7.^º Rol ainda se conserva original na Gav. VIII, Maço III, n.^º 2, em um Rol de dezasseis peças de pergaminho, de um palmo de largura e 59 de comprido; e principia: «Este é o septimo Rol do septimo Livro». Foi lançado de Leitura Nova, no Livro I, de Inquirições de Além-Douro, de fls. 41, v., col. 2, até fls. 62, v., col. I. Compreende os Julgados de Refóios, de Riba d'Ave, Maia, Mouças, Gondomar, Aguiar de Sousa, Lousada e Penafiel de Sousa.

Numa nota a respeito do Rol deste 7.^o Livro, elucida: «Tem no fim a seguinte verba de um dos Reformadores de D. Manoel: «Este roll he trellado, e concertado, e por quanto hi avia dous, ambos de hum theor, e este he o mais saão, se deve a este credito, e fica por original. E por verdade eu Gabriel Gil, que ora tenho cargo de concertar, e rever a Livraria do Tonbo por especial mandado del Rey nosso Senhor, asignei aqui por minha maão aos 20 dias do mez de Novembro. Era 1511 Annos. — Gabriel Licenciatus. — Concertado per mim Fernã das Nães». — Cuja verba accusa a falta de outro original, que actualmente se não encontra no Real Archivo».

A seguir trata do 8.^o Rol, onde está incluído o Julgado de Melres. Diz: «O VIII Rol se achava dividido em dous fragamentos na Gav. VIII, Maço V, n.^o 3, e no Maço III, da mesma Gav., n.^o 5; hoje se acha já unido e guardado no Maço V, n.^o 3, daquella Gav. Hé hum Rollo de 9 peças de pergaminho, de palmo largo, e 29 de comprido, e ainda hoje conserva, posto que quebrado, o Sello Real de cera branca comprido, pendente por fita de laã miscrada. Principia — Este he o oitavo Rol do oitavo Livro — e no reverso — Oitavo Rol — Lourenço Estevães — e he já emendado — Foi lançado de Leitura nova no Livro de Inquirições de Além-Douro de fol. 28, col. 2, até fol. 41, col. 1, in principio. Comprehende os Julgados de Melares (Melres), Santa Cruz de Riba Tamega, Felgueiras e Celorico de Basto». Também é acompanhado desta nota explicativa: «Tem no reverso esta verba de hum dos Reformadores de D. Manoel. Este rol foi concertado com outro, que se achou aqui do mesmo theor (*que hoje não existe*): e por este seer sealado, e mais autorizado, no ouve por málhor. Aos 2 dias de Setembro. 1510 — Petrus —». E no fim do Rol — «Foi trelladado, e concertado aos 27 dias de Novembro de 1510. — Petrus —».

Segundo Raphael Bluteau (*Voc. Port. e Lat.*), julgado era «uma povoação, que não tem Pelourinho, nem goza dos privilégios de Vila, mas tem justiças, e juízes, que julgão». Era, portanto, uma divisão territorial sobre que tem jurisdição o juiz ordinário. Assim, Gondomar tinha

juiz que exercia as justiças do concelho e dos coutos.

Até 24 de Outubro de 1855, todos os concelhos eram julgados; foram então suprimidos 54 concelhos no continente, e 3 nos Açores; e o concelho ficou sendo uma circunscrição diversa de julgado, porque foram suprimidos os julgados de Bouças, Gondomar, Maia, Valongo e V. N. de Gaia, ficando apenas como concelhos.

Desde quando vem a existência dos juízes de paz?

Já no tempo de D. Manuel I, foi promulgada a lei de 20 de Janeiro de 1519, mandando criar em todos os concelhos *avindores* ou *concertadores* das demandas, para conciliarem as partes, disposição que fora omitida na *Ordenação* desse tempo e portanto ficou sem efeito, até à queda do regime absoluto.

Com a revolução de 1820 criaram-se os *juízes de paz* que representariam os antigos *avindores* ou *concertadores de demandas*, o que se depreende do art. 195.^o da Constituição de 1822, ainda mais explicitamente contido nos arts. 128.^o e 129.^o da Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826. O decreto n.^o 24, de 16 de Maio de 1832, criou um juiz de paz em cada uma das freguesias de que se compusesse o julgado, e eleito pelo povo; mas o decreto de 29 de Março de 1890 determinou que tais juízes fossem da nomeação do Governo. O decreto de 19 de Julho de 1894 tornou bienais as funções destes juízes.

São, pois, magistrados que presidem ao juízo conciliatório em cada distrito do juízo de paz, escolhidos dentre os cidadãos que, em geral, oferecem maior confiança e nota de probidade.

Em 1875, em cumprimento da lei, as Câmaras Municipais procederam à divisão dos julgados que deviam ter mil a dois mil fogos; desta maneira, agruparam-se as freguesias. Por exemplo, em 1903, estavam assim distribuídos os julgados de paz, em Gondomar:

De *Rio Tinto*, António José Ferreira; de *Covelo, Sousa e Jovim*, João Martins da Richa; de *Fânzeres e S. Pedro da Cova*, José Pereira Pinto; de *Valbom e S. Cosme*, Manuel de Sousa Teixeira; de *Medas, Melres e Lomba*, Manuel Alves Ferreira da Cruz.

Tais funções hoje estão confiadas aos professores primários nas sedes de concelho que não sejam sedes de comarca.

O decreto n.º 15.344, de 12 de Abril de 1928, tratando do Estatuto Judiciário, diz no seu art. 156.º: «Nos julgados de paz, sedes de concelho que não sejam sedes de comarca, a função de juiz de paz é inerente ao cargo de oficial do registo civil, e nos restantes é inerente ao cargo de professor, do sexo masculino, do ensino primário da sede do respectivo julgado, com exceção dos julgados das sedes das comarcas. Tal função será por eles exercida independentemente da nomeação, diploma e posse». Não foi possível saber-se o nome de todos os juízes de paz do concelho, porque não há disso termo de posse arquivado na Câmara. Tal doutrina já estava consignada no decreto de 25 de Outubro de 1926, como pode ver-se na nota, a págs. 237, do vol. II. O restante assunto sobre o julgado de Gondomar já ficou exposto no vol. II, págs. 236 e seguintes.

DISTRITO JUDICIAL DO PORTO
(SEDE DE COMARCA DE 1.ª CLASSE)

Antigamente os processos-crimes relativos aos habitantes do nosso concelho pertenciam ao 1.º distrito criminal do Porto — Tribunal de S. João Novo. Esse 1.º distrito compreendia as freguesias da Sé, Santo Ildefonso, Vitória, Bonfim, Campanhã, Paranhos, Gondomar, Maia e Valongo.

Pelo decreto n.º 15.344, de 12 de Abril de 1928 (mapa dos círculos criminais anexo a este decreto), a comarca do Porto contava quatro juízes criminais: o 1.º e 2.º, com os respectivos juízes criminais e o juiz auxiliar de investigação criminal; e o 3.º e 4.º, com os respectivos juízes e o juiz da Tutoria Central da Infância.

Desde 1933 conta mais outro juízo criminal; ao todo cinco; e os processos são distribuídos indeferentemente por todos os cinco juízos criminais.



VARAS CÍVEIS

O mapa das circunscrições judiciais, constante do Estatuto Judiciário e anexo ao decreto acima referido, incluía nesta comarca do Porto cinco varas cíveis, com um contador, um distribuidor geral para todas as varas, quatro escrivães e quatro oficiais de diligências. À 1.^a vara pertencem as freguesias do Bonfim, Campanhã e todas as do concelho de Gondomar.

Actualmente existe mais outra vara cível; há, pois seis varas.

RELAÇÃO DO PORTO

O Porto é a sede de uma Relação que compreende as comarcas dos distritos administrativos de Aveiro, Braga, Bragança, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Esta Relação compõe-se de um presidente, 16 juízes desembargadores, um secretário (chefe de repartição), um segundo oficial, dois contadores, três escrivães, quatro terceiros oficiais, três oficiais de diligências, um contínuo e um correio. (Vid. vol. II, págs. 235 e respectiva nota).

DIVISÃO MILITAR TERRITORIAL

Como já ficou dito no 2.^o vol., págs. 229, a 1.^a região militar tem a sua sede no Porto e compreende os distritos de recrutamento n.^o 3 (Viana do Castelo), n.^o 6 (Penafiel), n.^o 8 (Braga), n.^o 9 (Lamego), n.^o 10 (Bragança), n.^o 13 (Vila Real) e n.^o 18 (Porto); a este distrito pertencem Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto — Bairro Ocidental, Porto — Bairro Oriental, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Vila do Conde e V. N. de Gaia. Noutros tempos o distrito de recrutamento era o n.^o 6, constituído pelos concelhos de Espinho, Feira, Gondomar e V. N. de Gaia.

O Porto, como sede da 1.^a Região Militar, aquartela os seguintes regimentos: Artilharia n.^o 5 — Gaia; 1.^o Grupo de Esquadrões de Cavalaria n.^o 9; Infantaria n.^o 18; Pri-

meira Companhia de Saúde; Regimento de Sapadores Mineiros (2.º grupo); Batalhão de Metralhadoras n.º 3; 1.º Grupo do Regimento de Telegrafistas.

Já no 2.º vol., págs. 231, apresentámos um quadro do serviço militar referente aos anos de 1907, 1917 e 1927, com o número de mancebos apurados e isentos, por freguesias. O recenseamento do ano de 1936 é o seguinte:

F R E G U E S I A S	Mancebos
Covelo	12
Fânzeres	56
Jovim	24
Lomba	17
Medas	16
Melres	28
Rio Tinto	142
S. Pedro da Cova	52
Foz do Sousa	48
Valbom	103
Vila de Gondomar (S. Cosme)	96
Total.	594

REGISTO CIVIL

O decreto que criou o Registo Civil obrigatório é de 18 de Fevereiro de 1911 e entrou em vigor no dia 1 de Abril do mesmo ano. A lei de 10 de Julho de 1912 introduziu modificações ao decreto anterior, sendo os actuais serviços regulados pelo decreto n.º 22.018, de 22 de Dezembro de 1932.

No Porto estão criadas quatro conservatórias do Registo Civil.

Gondomar pertence à 3.ª Conservatória, com sede na Praça da República; esta 3.ª Conservatória abrange as

freguesias de Cedofeita, S. Nicolau e Vitória, da cidade, e arquiva os extractos dos registos lavrados nos concelhos de Gondomar e V. N. de Gaia.

É conservador o Sr. Dr. Luiz Caldeira Mendes Saraiva e ajudante o Sr. Alberto Cardoso Guimarães.

Quanto à acomodação deste serviço em Gondomar, na sessão de 20 de Agosto de 1913, foi resolvida a transferência da sua instalação para os baixos dos Paços do Concelho, tendo estado até então instalada no actual gabinete do Sr. Administrador do Concelho. É preciso explicar que os extractos de que acima falamos, desde 1 de Abril de 1911 até 31 de Dezembro de 1917 encontram-se na 2.^a Conservatória do Porto; de aí por diante é que ficaram na 3.^a.

Foi seu 1.^º Oficial o Sr. Dr. Ernesto José Rodrigues de Bastos Coutinho Beleza de Andrade, em 1911 e seu ajudante o Sr. Domingos Beleza Pais Moreira. Foi depois Oficial provisório o Sr. Rogério Marques de Almeida Russo, desde 16 de Outubro de 1912 a 20 de Janeiro de 1913. Entretanto foi nomeado em 6 de Janeiro de 1913, tomando posse em 20 do mesmo mês, o Sr. Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, que actualmente exerce essas funções.

Hoje todos os arquivos paroquiais estão na Conservatória do Registo Civil.

POSTOS DO REGISTO PAROQUIAL

Vila de Gondomar — Dr. Américo Jazelino Dias da Costa; Ajudante, António Augusto da Silva Pereira.

Covelo — Jerónimo Moreira Gomes.

Foz do Sousa — Professora D. Gracinda das Dores Ferreira da Costa.

Jovim — (anexo à sede).

Lomba — Manuel Francisco Correia.

Medas — Manuel Moreira dos Santos.

Melres — Albano de Castro Nogueira.

Rio Tinto — Adelino Teixeira Pires.

S. Pedro da Cova — (anexo à sede).

Valbom — João Francisco da Silva.

JUNTAS GERAIS DO DISTRITO
E JUNTAS DE PARÓQUIA

Estas Juntas Gerais do Distrito têm sofrido sorte variada. Foram corporações compostas de procuradores eleitos directamente por concelhos, cuja função era a de discutir e aprovar o orçamento distrital, administrar e promover os interesses do distrito, auxiliar a administração municipal e paroquial e a execução de serviços de interesse geral.

Em 1836 foram eleitas por delegados paroquiais; depois em 1842 passaram a ser da nomeação das câmaras e concelhos municipais com funções bienais que se tornaram trienais em 1865, quadrienais em 1878, trienais em 1886, até serem extintas pelo decreto de 21 de Abril de 1892; e pela lei de 6 de Agosto deste ano foram criadas as comissões distritais. Ressurgiram, porém, no Código de 1899.

Actualmente, pelo novo Código Administrativo, chamam-se *Juntas de Província*. São órgãos da administração provincial o conselho provincial, com os seus procuradores e a junta de província, com seu presidente, vice-presidente e três vogais.

E, a propósito, convém notar que as Juntas de Paróquia também têm sido vítimas de constantes alterações. De atribuições um pouco latas em 1836, estas lhe foram cerceadas em 1842, depois consideravelmente alargadas em 1878, outra vez cerceadas até quase à extinção em 1892, tornando a receber mais amplas atribuições em 1896. E com o pároco sucedeu o seguinte: ora é eliminado desta corporação administrativa local, como em 1836 e 1842; ora passa a vogal e presidente nato da Junta, como em 1865; ora é despedido dela, como em 1878; ora se torna vogal nato, mas presidente de eleição, ora é considerado presidente nato, como no Código de 1896. Com a implantação do regime republicano, o pároco deixou outra vez esta função que só poderá vir a desempenhar por eleição e mediante prévia autorização do seu superior eclesiástico.

Voltamos à Junta Geral do Distrito. Não tenho à mão documentos que me habilitem a referir os nomes dos pri-

meiros procuradores ou vogais efectivos de esta Junta. Apenas me foi dado colher dos almanaques os seguintes, relativos ao nosso concelho, unido então a Valongo:

- Em 1867, António Inácio Pereira de Sainpaio.
- Em 1869, José Alves Jorge de Oliveira Malta.
- Em 1871, José dos Santos Ferreira Moura.
- Em 1873, Frederico Soares de Andrade.
- Em 1875, António Cardoso e Silva Júnior.
- Em 1878, José Taveira de Carvalho Pinto e Menezes.
- Em 1879, Bernardo Teixeira de Moura Coutinho.
- Em 1881, Henrique Maria Ferraz Viana.
- Em 1885, José Moreira da Fonseca.
- Em 1886, Joaquim António de Ascensão e Oliveira (substituto).

Em 1887, Dr. José António Moreira dos Santos, até 1891.

Por informes colhidos na Repartição da Junta de Província do Douro Litoral, gentileza que devo à pronta solicitude do funcionário superior do Governo Civil, o Ex.^{mo} Sr. Guilhermino Lopes, a quem aqui deixo expresso o meu reconhecimento, apurei que, após a extinção em 1892, das Juntas Gerais, foi efecta no dia 2 de Janeiro de 1893 uma Comissão delegada, composta dos seguintes cidadãos: Paulo Marcelino Dias de Freitas, José António Moreira dos Santos e Joaquim Augusto de Matos.

Em 1 de Fevereiro desse ano realizou-se a primeira sessão da Comissão distrital, que se compunha dos seguintes nomes: presidente, António Pinto de Mesquita Carvalho Magalhães; vice-presidente, Barão de Paçô-Vieira (Alfredo); secretário, Vitorino Teixeira Laranjeira e vice-secretário, Tito Augusto Fontes.

Seguiu-se um largo período em que estas Comissões distritais não tinham uma feição política definida, isto é, não eram compostas de nomes completamente estranhos aos anteriormente apontados, porque saíam uns e ficavam outros, conforme talvez as conveniências políticas da época.

Após o movimento vitorioso de 28 de Maio de 1926, e em harmonia com as disposições do Novo Código Administrativo, foi eleito primeiro procurador por Gondomar

ao Conselho de Província do Douro Litoral, o Rev. Crispim Gomes Leite, actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho.

**ESTATÍSTICA DO NÚMERO DE ELEITORES
DO CONCELHO**

Antes da publicação do Novo Código Eleitoral, os serviços do actual recenseamento eleitoral regulam-se pelo decreto n.º 19.694, de 5 de Maio de 1931, que organiza o recenseamento para eleições administrativas e políticas, e o decreto-lei n.º 23.406, de 27 de Dezembro de 1933, que regula o recenseamento eleitoral a que se tem de proceder antes da publicação do Novo Código.

Para dar aos leitores uma ideia aproximada do número de eleitores do nosso concelho, escolhi três épocas distanciadas, dez anos umas das outras, como consta do seguinte mapa:

FREGUESIAS	Número dos eleitores	Número dos eleitores	Número dos eleitores
	Ano de 1906	Ano de 1916	Ano de 1926
Covelo	98	85	90
Fânzeres	293	362	475
Gondomar (S. Cosme)	483	570	779
Jovim	143	186	232
Lomba	167	127	124
Medas	140	124	169
Melres	152	135	178
Rio Tinto	721	785	1.145
S. Pedro da Cova . .	237	201	249
Sousa	294	206	296
Valbom	554	562	749
Total	3.282	3.343	4.486

Para os leitores verificarem qual foi o aumento da população eleitoral do concelho, basta dizer que no ano de 1847, o número de eleitores apurados pelo respectivo recenseamento foi de 557, como se verifica da acta da sessão camarária de 6 de Outubro desse ano. Constituiram-se duas assembleias eleitorais, uma composta de 276 e a outra de 281 eleitores.

**RECENSEAMENTO ELEITORAL DO CONCELHO
DE GONDOMAR, EM 1936**

CADASTRO DOS ELEITORES CONTRIBUINTES E DOS
QUE SABEM LER E ESCREVER, COM DIREITO A VOTO
PARA A ELEIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL,
DA ASSEMBLEIA NACIONAL E DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

F R E G U E S I A S	Votantes
Covelo	97
Fânzeres	422
Jovim	204
Lomba	114
Medas	200
Melres	196
Rio Tinto	1.088
S. Pedro da Cova	376
Foz do Sousa	276
Valbom	821
Vila de Gondomar (S. Cosme)	781
Total	4.575

CADASTRO DOS ELEITORES, CHEFES DE FAMÍLIA,
COM DIREITO A VOTO PARA A ELEIÇÃO DAS JUNTAS
DE FREGUESIA, EM 1936

F R E G U E S I A S	Votantes
Covelo	176
Fânzeres	511
Jovim	632
Lomba	171
Medas	186
Melres	337
Rio Tinto	1.467
S. Pedro da Cova	739
Foz do Sousa	582
Valbom	1.195
Vila de Gondomar (S. Cosme)	918
Total	6.914

CÍRCULO ELEITORAL DE GONDOMAR E SEUS
REPRESENTANTES, EM CORTES

Numa *Miscelânia*, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, encontrei umas *Instruções que devem regular as eleições dos Deputados que vão a formar as Cortes extraordinárias Constituintes no ano de 1821*, Lisboa. Consta de dois capítulos. No primeiro se determina que, para se formar a representação nacional, haja Eleições de Eleitores, e Eleições de Deputados; as Eleições dos Eleitores «serão feitas na Câmara cabeça do distrito respectivo; e as dos Deputados serão feitas pelos Eleitores na Casa da Câmara da cabeça da Comarca». O capítulo 2.º trata das segundas Eleições, isto é, das dos Deputados. Este decreto tem a data de 31 de Outubro de 1820. Em seguida vem o *Mapa demonstrativo do número dos Eleitores e Deputados*

que cabem aos diversos Concelhos e Comarcas do Reino, pela força da sua respectiva povoação sobre o censo de 1801. Na comarca do Porto apresenta a seguinte estatística:

Porto, com 19 eleitores; Aguiar de Sousa, com 10; Azurara, com 1; Baião, com 6; Benviver, com 4; Bouças, com 5; Gaia, com 13; Gondomar, com 6; Maia, com 13; Póvoa de Varzim, com 2; Refóios, com 6; Soalhães, com 1. — Deputados, 6.

E o *Mapa geral das freguesias, fogos e habitantes do Reino de Portugal com o que lhes cabe de Deputados* atribui à comarca do Porto 202 freguesias, 50.798 fogos, 194.490 habitantes e 6 Deputados. Vejamos os Deputados pelo nosso concelho desde 1852:

1852 — Visconde de Castro Silva, Damião Roussado Gorjão e Salvador de Oliveira Pinto de França.

1856 — José Bernardo da Silva Cabral, Elias da Cunha Pessoa, Joaquim Gonçalves Mamede e Manuel de Clamoure Brown Júnior.

1857 — António José de Ávila.

1858 — António José de Ávila, Sebastião de Almeida Brito, José da Silva Passos e Manuel Clamoure Brown.

Por efeito da lei de 23 de Novembro de 1859, Gondomar começou a ser sede de círculo eleitoral com Valongo, cabendo-lhe o n.º 24. Contava então, segundo indica o decreto, 5.335 fogos e Valongo 1.875.

Depois foram eleitos:

1860 — Joaquim Gonçalves Mamede.

1861 — António Inácio Pereira de Sampaio.

1864 — Delfim Martins Ferreira.

1865 — Delfim Martins Ferreira.

1868 — Augusto Pinto de Miranda Montenegro.

1869 — Augusto Pinto de Miranda Montenegro.

Pelo decreto de 18 de Março de 1869, para eleição de Deputados, passou a ser sede de círculo sob o n.º 20, com Bouças. Os seus representantes foram:

1870 — Francisco da Silveira Viana e Francisco Antônio da Veiga Beirão.

1871 — António Augusto Cerqueira Veloso.

1874 — Barão de Ferreira dos Santos.

1878 — Barão de Ferreira dos Santos.

Mas a lei de 8 de Maio de 1878 dá a Bouças a sede de círculo, ficando Bouças, Maia e Gondomar, sob o n.º 37. Foram seus representantes desde 1879 a 1884: Barão de Ferreira dos Santos, António Lúcio Tavares Crespo e José Maria de Sousa Monteiro. Os recenseamentos políticos eram até 1878 feitos pelas Câmaras e depois passaram a ser feitos por comissões de sete membros eleitos pelos 40 maiores contribuintes da contribuição predial. Pelo Código de 1896 passaram a ser elaborados por uma comissão composta de três membros, nomeados anualmente, sendo um pelo juiz de direito, para servir de presidente, outro pela comissão distrital e o terceiro pela Câmara Municipal. Depois, em 1879, foi eleito António Lúcio Tavares Crespo e em 1881 José Maria de Sousa Monteiro.

Segundo a lei de 21 de Maio de 1884, os três referidos concelhos tiveram o n.º 32 e os seus representantes foram, desde 1884 até 1894, os seguintes: Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho Mårtens, José Ventura dos Santos Reis, Manuel Vieira de Andrade, Mariano José da Silva Prezado, José Augusto Correia de Barros e Manuel da Terra Pereira Viana. Seguem-se:

1895 — Alfredo Morais Carvalho, Manuel Pedro Guedes, António Barbosa de Mendonça, António Veloso da Cruz, Artur Alberto Campos Henriques, Augusto Dias Duarte da Gama, Diogo José Cabral, João Pereira Teixeira de Vasconcelos, José António Lopes Coelho, Licínio Pinto Leite, Manuel Sousa Avides, Wenceslau de Sousa Pereira de Lima.

Quanto à sede de círculo eleitoral, o decreto de 28 de Março de 1895 estabeleceu as sedes desses círculos nas dos distritos administrativos e assim vigorou nas sessões legislativas de 1896 e 1897.

A lei eleitoral de 21 de Maio de 1896 que alterou este último decreto, fez nova divisão de círculos, passando o de

Gondomar a formar com Bouças o n.º 24. Os seus representantes foram, desde 1897 a 1899, Henrique Carlos de Carvalho Kendall e Leopoldo José de Oliveira Mourão.

Seguem-se:

1900 — Paulo de Barros Pinto Osório.

1901 — Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro, António Barbosa Mendonça, Carlos Alberto Soares Cardoso, Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Clemente Joaquim dos Santos Pinto, Paulo de Barros Pinto Osório e António Afonso Maria Alves Valado Pereira da Fonseca.

1904 — Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro, Carlos Alberto Soares Cardoso, Clemente Joaquim dos Santos Pinto, Mateus Teixeira de Azevedo, Silvino Maria Teixeira Coelho, Adriano Antero de Sousa Pinto e Paulo de Barros Pinto Osório.

1905 — Adriano Antero de Sousa Pinto, António Simões dos Reis, José Augusto Lemos Peixoto, Luiz Vaz de Carvalho Crespo, Paulo de Barros Pinto Osório, Clemente Joaquim dos Santos Pinto e Alberto Castro Pereira de Almeida Navarro.

1906 (Abril) — Alberto Castro Pereira de Almeida Navarro, Clemente Joaquim dos Santos Pinto, Manuel de Sousa Avides, Jorge Vieira, José Novais da Cunha, João Pereira Teixeira de Vasconcelos e Francisco Joaquim Fernandes.

1906 (Agosto) — José de Abreu do Couto Amorim Novais, José da Cunha Rola Pereira, Luiz Pizarro da Cunha Porto Carrero, Paulo de Barros Pinto Osório e Luiz Vaz de Carvalho Crespo.

1908 — Manuel de Sousa Avides, Visconde de Vila Moura e Alberto de Castro Pereira de Almeida Navarro.

1910 — José Novais da Cunha, Eduardo Augusto Soares de Freitas, Francisco Joaquim Fernandes, José Guilherme Pacheco de Miranda.

No regime republicano:

1911 — (círculo n.º 12) — Adriano Mendes de Vasconcelos, Alexandre Augusto de Barros, Alfredo Djalme Martins de Azevedo e Porfírio Coelho da Fonseca Magalhães.

1918 — (círculo n.º 11) — Mário Mesquita, Pedro Sanches Navarro e Alberto Castro Pereira de Almeida Navarro.

1919 — Domingos Cruz, Mem Tinoco Verdial e Orlando Alberto Marçal.

1921 — Custódio Lopes de Castro e José Barbosa Ramos.

1922 — Delfim de Araújo Moreira Lopes, João Baptista da Silva e Lourenço Correia Gomes.

1925 — Custódio Lopes de Paiva, João Baptista da Silva e Lourenço Correia Gomes.

Desde então não houve parlamento, por ter triunfado a revolução de 28 de Maio de 1926; em 1934 procedeu-se à eleição de deputados, não por círculos, mas em conjunto, em número de noventa; e a primeira sessão da Assembleia Nacional realizou-se a 10 de Janeiro de 1935.

TABELIONATO OU NOTARIADO EM GONDOMAR

Os funcionários que davam autenticidade a vários actos de direito privado, sobre propriedades, chamavam-se *tabeliães*, do lat. *tabella*. No princípio do século XI, Diogo Gelmires, cônego e depois arcebispo da igreja de S. Tiago, exercia em 1094 o cargo de *notário* do Conde Raimundo, genro de D. Afonso VI; neste século operou-se a conversão dos notários em magistrados de jurisdição voluntária. Havia tabeliães do paço ou das *notas* e havia tabeliães do judic' al que eram os das audiências ou do juízo onde serviam; mas comummente só aos escrivães dos juízes gerais de primeira instância se dava o nome de tabeliães.

Nas cortes de Lisboa de 1439, D. João I ordenou que para fora do reino os tabeliães se chamassem *notários*.

No século XIV apareceram dois regimentos de 1305, o primeiro dos quais revela que já havia na Chancelaria

da Corte uma *tabela*, pela qual os tabeliães deviam regular os salários do seu ofício e tirando-lhes o arbítrio na cobrança dos seus proventos.

E posteriormente nas Cortes de Leiria em 1372, se reclamava *mais uma vez* contra o sobejo número de tabeliães, pedindo-se que ele seja reduzido ao que era em tempo de D. Afonso IV. Nos reinados sucessivos queixas e providências deram em resultado estabelecer-se que nos lugares da população superior a 500 vizinhos houvesse dois tabeliães das notas. Hoje o Código do Notariado está contido no decreto n.º 26.118, de 24 de Novembro de 1935.

**TABELIÃES OU NOTÁRIOS DO CONCELHO
DE GONDOMAR, DESDE 1834**

1.º ofício	Joaquim Raurino da Costa.
	Domingos José Soares.
	António Cândido de Rezende Lobo.
	Domingos Curado.
	Aristides Albano de Moura Teixeira.
2.º ofício	Vasco Borges de Avelar.
	Manuel de Sousa Dias.
	Joaquim Mendes Barbosa.
3.º ofício — José Cândido Pinto da Cunha. (Este ofício encontra-se extinto).	Ernesto da Fonseca.

**DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE E INSPECÇÃO
DA PECUARIA**

É Delegado desta Direcção o Sr. Dr. Rufino Ferreira Cardoso; e Inspector da Pecuária, o Sr. Dr. Aires Rangel Coelho de Almeida. (Vid. este vol., págs. 242 e 243).

MÉDICOS DOS PARTIDOS MUNICIPAIS DE GONDOMAR,
DESDE 1835

O primeiro médico-cirurgião foi o Dr. Francisco José de Oliveira Lima, da freguesia de Valbom, que prestou juramento a 26 de Março de 1835 «para servir de Cirurgião do Segundo Partido, ao poente deste concelho». (Vide vol. I, pág. 138).

A Câmara, em sessão de 14 de Setembro de 1836, arbitrou-lhe a gratificação de 60\$000 réis anuais.

Depois em 1856, o Dr. António Correia de Almeida.

Em 1863, o Dr. Camilo José de Sousa.

Em 1886, na sede do concelho, Dr. Joaquim Augusto da Silva Ribeiro; e em Melres, Dr. Francisco Eduardo Leite da Silva. Nesta mesma freguesia de Melres, serviram os seguintes:

Em 1889, o Dr. Pedro José Ferreira (interino).

Em 1898, o Dr. Lucindo Martins de Oliveira (interino) e o Dr. António Joaquim Pereira Pinto Guedes.

Em 1911, o Dr. Aurélio Mendes Guimarães (interino).

Em 1913, o Dr. António Augusto Peixoto Osório Sarmento e Castro; na sede do concelho, desde 1913, o Dr. Rufino Ferreira Cardoso que ainda exerce tais funções; e em Rio Tinto, nesse mesmo ano, o Dr. Francisco Adriano da Silva Tavares.

Estas datas referem-se aos anos em que tais médicos tomaram posse destes cargos.



CAPÍTULO XIV

SUMÁRIO : — Superstições e sonhos. As sinas, Jogos e divertimentos. Adivinhas. Cantigas populares, amorosas e descantes. Lendas. Ditados. Costumes e locuções regionais. Arraias e festas religiosas. Procissões tradicionais. Alterações etnográfico-lingüísticas. Toponímia de Gondomar. Notas históricas.

SUPERSTIÇÕES POPULARES

Não obstante o já considerável avanço dos conhecimentos da física e da química, da electricidade e da mecânica, da cirurgia e da medicina, ainda hoje assistimos ao espectáculo degradante das multidões embrutecidas que se deixam levar por astuciosos *vigaristas* a quem vulgarmente se dá o nome de feiticeiros. Se pretendem fazer crer que curam as doenças, esses embusteiros, sempre na mira da ganância, exigem roupas, cordões de ouro e outros objectos para com eles invocar os santos, dizem, a favor do desgraçado que teve a tola ingenuidade de os procurar. Para acabar com tais abusos, as antigas Ordenações impuseram pena capital aos que se entregavam a esta miserável exploração; mas nem a severidade das antigas leis impediu o alastramento das superstições de que está eivado o nosso povo. Ainda hoje, se bem que não sejam tão vulgares, existem aqui ou ali *mulheres de virtude*, possuidoras do diabo ou em cujo espírito se introduz a alma de um frade, para revelar coisas deste mundo, úteis aos parvos.

Todas as superstições se fundam no temor ou na ignorância e conduzem em geral ao cumprimento de falsos deveres, imposto por uma fé cega em coisas ineficazes, verdadeiras credices ridículas. A criatura supersticiosa vê acontecimentos que não têm relação alguma com as causas da sua produção.

Percorri algumas freguesias da minha terra, mormente as do alto concelho e colhi algumas superstições, que vou descrever e que revelam o deplorável estado de ignorância em que se mantém esse povo, aliás digno de melhor sorte.

Aí vão, como pano de amostra, estas:

Talhar as bichas (lombrigas). — Enfarruscam a parte abdominal com carvão e azeite; depois limpam essa região, mas nos poros ficam sempre alguns pontos negros do carvão, que são, segundo eles dizem, as cabeças das bichas. Como matá-las? Com uma navalha de barba raspam tanto quanto é possível, esses tais pontos negros. Feito isto, supõem curado o padecente!

Esta é a operação *cirúrgica*; mas para a benzedura, põe-se o doente de barriga para o ar. A benzedeira, com uma faca de cozinha sobre o ventre do padecente, diz:

Bicho, rabicho, sai-te daqui
Que Jesus Cristo não te quere aqui.
Por poder de Deus e da Virgem Maria.

(Ave-Maria).

E em nome das três pessoas da SS. Trindade, vai talhando desde o n.º 9 até meia lombriga. E de todas as vezes que talha, finge cortar a cabeça à lombriga, invocando o padre Santo António, *talhador da porfia*, em talhar bichas e lombrigas que de nove desfazem em oito e depois em sete, etc., até não ficar nenhuma por talhar, *de fio em fio*, com uma faca. O fio é duma maçaroca; a agulha é enfiada numa linha que não tenha nó e cortada por uma tesoura.

Talhar o unheiro. — O talhador diz:

«Unheiro verde parido,
Quem te talharia?
Foi Nossa Senhora,
Só ela esse poder teria.
Em louvor de S. Pedro e S. Paulo
E de S. Silvestre
Isto que eu faço, preste.»

Talhar uma abridura (doença de peito aberto). Quando alguém adoece por motivo de algum tombo ou outro desastre, donde resultou luxação ou entorse e fica com dores, ordinariamente nos *jogadoiros*, chama-se uma mulher que teve duas crianças ambas do sexo masculino; e deitado o padecente, a tal mulher que teve os referidos gémeos passa três vezes por cima do lugar dorido, dizendo: — Eu que coso? Carne quebrada e fio destorço. — Isso mesmo é que eu coso, por poder de Deus, e da Virgem Maria, de S. Pedro e de S. Paulo e de S. Silvestre; que seja o verdadeiro mestre; tudo que eu faço, preste. Outra variante: «carne quebrada, torna a tua casa; fio destorço, torna a teu poço». Chamam *coser o fio*, porque a bruxa usa o fio, a agulha e a tesoura.

Outra variante: — Quando alguém sofre uma luxação ou coisa semelhante nos quadris ou no peito — chamam *peito aberto*. Então procura-se uma mulher que tenha tido dois gémeos; essa mulher tem de saltar nove vezes por cima do padecente que jaz no chão; e ela, a cada salto dum lado para o outro, vai dizendo:

«Jesus, santo nome de Jesus,
Assim como sarei da minha paridura
Assim sares da tua abridura.»

Este acto faz-se durante três dias, terminando cada um com uma Salvé-raínha.

Talhar a fistula. — Talha-se com uma pouca de lã de ovelha pequenina, acompanhando o acto com uma reza semelhante à antecedente.

Talhar o bicho. — Passa-se um tição aceso pela frente da ferida e fazendo com ele o sinal da cruz, diz-se:

«Jesus, nome de Jesus! (3 vezes)
Talho bicho, bichão,
Cobra, cobrão,
Aranha, aranhão,

Desde os pés à cabeça
 Tenhas conclusão.
 E seco sejas
 Como este carvão.»

(Reza-se uma Ave-Maria).

Talhar a dada. — Quando uma mulher tem uma criança, mas fica com os seios enfartados, chamam a este enfartamento uma *dada*. Talham-na então:

«Dada m'a deu;
 Quem m'a daria?
 Talhe-m'a Deus e a Virgem Maria.
 Quando o Senhor pelo mundo andou
 Bom homem encontrou;
 Má mulher lhe fez a cama
 Sobre vidros e sobre lama.
 Assim como isto é verdade
 Que seque esta dada.»

Para evitar abortos. — A mulher que já teve abortos ou que não quere vir a tê-los, aproveita a ocasião da saída dumha procissão e passa por debaixo do pálio.

Para curar o fluxo. — Quando uma mulher tem «fluxo», procura obter a alba com que um padre disse a sua missa nova e veste-a bem chegada à pele por debaixo de toda a outra roupa e assim anda vestida durante oito dias.

Para levedar o pão. — Quando o pão não leveda bem na masseira, por o crescente não estar em condições, a mulher que amassa, vai buscar umas calças ou um casaco de homem e coloca essa roupa sobre a massa para que o pão levede.

Para curar dispepsias. — Nesta doença chama-se a bruxa, que faz um emplastro de bife, pão de ló, vinho fino, canela, etc., e tudo misturado é colocado na região abdominal, permanecendo o padecente durante oito dias com tal empastelamento.

Na mudança dos dentes. — Quando a criança começa a mudar os dentes, levam-na para junto dum forno e dizem, com as costas para ele voltadas, segurando o dente que caiu: «S. Romão, S. Romão! pega lá este dente podre e dá-me um sâo». E deitam o dente para trás do forno.

Correr o fado. — A criatura que corre o fado, tem de percorrer cada noite sete freguesias, sete igrejas e sete pontes. E só acaba o fado, quando alguém a espera em qualquer sítio, ferindo-a e fazendo-lhe sangue. Fica então nua. Termina assim o fado.

Quem é que corre o fado? — É um dos sete filhos, quando todos são ou só do género masculino ou só do género feminino; então este último filho ou filha, se não quiser correr o fado, tem de ser baptizado ou baptizada com o nome de Adão ou de Eva.

Quantos leitões hão-de nascer? — No acto da cobrição, cada ronco do porco barrão representa um porquinho nascituro. Mas se ele roncou mais vezes do que o número de tetas que tem a porca, entende-se então que o macho julgou que os assistentes não ouviram bem todos os roncos que principiou a dar!

Para livrar de bruxedos. — Quando uma criança nasce, a parteira embrulha-a numa camisa do pai, ou na falta dela, noutro vestido, dizendo, é claro, palavras que ela sabe e que servem para preservar dos malefícios que o bruxedo pode causar.

Talhar o trasorelho. — Trata-se do pescoço inchado, resultado de alguma inflamação interna. Este tratamento é inteiramente cómico. É colocado um jugo ou canga dum boi sobre o pescoço do padecente e segurado do outro lado sobre o pescoço daquele que está a talhar o trasorelho, dizendo:

«*Trasorelho, sai-te de aqui!*

Assim como boi ou vaca cangou aqui.»

Para provocar abortos. — A mulher que pretende abortar, procura água que esteja depositada numa valsa ou selha para têmpora das ferramentas, na oficina de ferreiro. Essa água bebida é remédio eficaz para abortos.

Para curar a coqueluche ou tosse de esgana. — Esta receita é inacreditável! Foi preciso que pessoa de todo o crédito me contasse, na presença de outras pessoas daqueles lugares que confirmaram a narrativa.

Ela aí vai:

Toma-se excremento de boi; mistura-se com um pedaço de açúcar e lança-se esta mistura numa panela ou vasilha que se põe ao lume, com água, até ferver. Depois esta mixórdia nojentíssima é coada por um pano e dada a beber, como um verdadeiro xarope!

Para curar ferimentos. — É vulgar colocar sobre a ferida uma teia de aranha com açúcar. E quando alguém se queima, cobre a parte ulcerada ou inflamada com excremento de boi.

Para curar hemorragias. — Contra as hemorragias uterinas, prepara-se uma sopa feita duma galinha riça que é cozida inteira com penas e tudo o mais e dada a comer à doente.

Para curar as asma ou bronquite asmática. — Dá-se a comer ao doente um gato preto sem ele saber o que come. É o caso: *gato por lebre*.

Para aliviar a parturiente. — Quando o parto se torna difícil, a parteira manda que a parturiente sopre com quanta força puder no gargalo duma garrafa, para ficar aliviada, evitando assim a intervenção médica. Reconhece-se por estas e outras práticas, ou mèzinhas, que o povo não procura o médico nem a farmácia, mas sim as drogas das bruxas, como remédios eficazes. Isto mesmo tive eu ocasião de verificar, ouvindo essas credices, ditas com toda a convicção por aqueles que a professavam.

Para curar a erisípela, diz-se o seguinte:

«Talho erisípela, fogo e fistula;
Assim como a talho com este carvão
Que fique em verdadeira acção.»

Ao mesmo tempo fazem três cruzes sobre a parte afectada da doença. Quando haja comichão, talha-se e com o nome de *rosa do monte*, diz-se: — «Rosa gloriosa que no monte andou, Jesus a encontrou e lhe perguntou: Rosa gloriosa, que fazes por aqui? E ela responde: Comendo carne e chupando sangue. E Jesus lhe respondeu: Não comas carne nem chupes sangue, que eu te mandarei do céu o fogo que te abrase e te porei a mão e a palma». E coloca a mão direita sobre a parte dorida, rezando então uma Ave-Maria.

Sinal de morte certa. — Quando alguém está de cama, doente e se ouve o mocho a piar, é sinal de morte certa; é também sinal de morte o meio-dia dado pelo sino duma freguesia ao mesmo tempo que o meio-dia dado por outro, de freguesia vizinha.

Para guardar o porco. — Quando se compra o porco na feira, ao chegar a casa, o porco tem de entrar às arreiras para a corte, com as palavras: Santo António te guarde.

Talhar os assans aos cevados e o cidrão aos bois. — Dá-se a benzedura quando o sangue, dizem, sobe ao cérebro dos animais. Quem me informou desta superstição, não sabia qual o processo ou remédio usado neste caso, bem como para *talhar o arejo*, que a bruxa se furta a explicar.

A sorte dos namorados. — Na noite de S. João, os namorados deitam num copo cheio de água um ovo quebrado que há-de formar uma imagem duma igreja, duma torre, dum trono, etc.; e pela configuração que o ovo apresenta se calcula se se realiza o casamento ou não.

A festa do baptizado. — No acto religioso do baptismo, os padrinhos seguram uma vela acesa; mas aquele que, ao segurar-la, ficar com a mão por cima da do outro, mais perto da luz, é que ganha a *festa*, isto é, o outro tem de pagar a música e toda a restante despesa.

Votos ou promessas aos santos. — Ainda há o costume, embora já atenuado, de ir cumprir uma promessa a um santo ou santa, cujo altar se levanta longe, com a condição de, pelo caminho, o devoto não dizer uma única palavra. Se se esquecer e falar, torna atrás para cumprir o voto feito-

Muitas outras superstições estão em uso entre este povo, como, por exemplo, *botar as cartas*, *ler as sinas*, servindo-se até de objectos de religião, como pedaços da *pedra de ara*, cruzes, novelos, incenso, tripeça, livros de S. Cipriano, escapulários ou bentinhas, rosários, roupas usadas pelas pessoas sobre as quais a bruxa tem de prognosticar as doenças ou a sorte, etc.

Infelizmente pouco se tem feito para tirar o povo desta deplorável ignorância.

E assim se vê, lá como cá, o uso das maias metidas pelas frinchas das portas e das janelas no 1.^o de Maio, para evitar que o diabo penetre nos aposentos. Ainda hoje se acredita que o diabo anda à solta no dia 21 de Setembro — dia de S. Mateus. Ainda hoje se acredita que a coruja, quando assobia, perto da casa onde mora um doente, trás consigo a morte; ainda hoje se acredita nas *almas penadas* e que se metem no corpo deste ou daquele, a que chamam o *possesso* do demónio. Enfim, uma infinidade de credências tolas que só desaparecerão lentamente, com uma instrução bem orientada feita pelos que no meio do povo ignorante têm a obrigação moral de o guiar e o prestígio suficiente para impor a sua doutrina livre de todos estes prejuízos.

Nos anexins populares ainda se conserva a aversão ao tipo *ruivo*, o qual, entre os povos germânicos, é considerado como um vestígio cítico:

«Ruço, de má pejo,
De má casta
E má cabelo.»

É antipatia que ainda se encontra também entre os Egípcios, Israelitas, Árias e Semitas.

Nas aldeias ainda se costuma apertar a cabeça da criança-nascida com lençós, «para lhe arranjar a moleirinha», ficando às vezes com verdadeiras deformações!

— Comer castanhas cruas faz criar bichos na cabeça dos meninos.

- Para extrair uma cobra da garganta de alguém, põe-se leite ao pé da boca ou aplica-se sobre a cobra uma tenaz em brasa, porque assim a cobra sai.
- A urina de menino cura certas doenças (feridas).
- Sobre feridas recentes põem-se teias de aranha.
- A doninha ferra na pessoa que lhe chamar *feia*; e essa mordedura só se cura com o unto da doninha.
- Quando espetamos um prego no corpo, é preciso cravá-lo numa cebola para sarar a ferida.
- A quem tem soluços, bate-se-lhe nas costas.
- Em cima do pé dormente, deita-se cuspo e faz-se uma cruz.
- O pão quente torna os gatos danados.
- Duas pessoas que abrem a boca ao mesmo tempo, serão compadres ou morrem no mesmo dia.
- Os gatos têm asma e apagam-na à gente.
- Os gatos, para sairem bons, devem ser roubados.
- Os sardões são amigos dos homens e inimigos das mulheres. Com as cobras dá-se o contrário
- As ferroadas da vespa ou abelha curam-se, colocando sobre a parte lesa uma faca de aço, ou espremendo-lhe em cima uvas brancas ainda verdes.
- O homem de cruz de cabelo no peito, está livre de coisa ruim.
- Môsca vareja que entra em casa é sinal de visita.
- As borboletas pretas são sinal de má nova.
- A quem bate num sapo e não acaba de o matar, este vai-lhe à cama urinar.
- Não se devem matar as *joaninhas*; apanham-se carinhosamente e deixam-se voar, dizendo: «*Joaninha voa, voa, que teu pai está em Lisboa*».
- Sonhar com excremento é sinal de dinheiro a receber, assim também como quando o grilo canta na cozinha.
- A figa é um preservativo contra os feitiços.
- Quando alguém espirra, diz-se-lhe: *Dominus tecum, a que a pessoa visada responde: muito obrigado*.
- Ver um preto em jejum é enguiço ou mau agouro.
- Sonhar com um dente é presságio de morte de parente.

— Quem cospe no lume, apanha uma tísica ou morre cedo.

— Quem urinar no lume, ganha *dor de pedra*

— A mulher que não teve o cuidado de evitar que sobre o lume o leite se lhe soltasse, fica seca de leite.

— Para curar as aftas, fazem-se, diante da boca aberta, três cruzes com uma brasa viva, porque, segundo a crença geral, as aftas são produzidas pela peçonha que qualquer animal deixa ao passar sobre o pão ou qualquer comida que depois levamos à boca.

— Para evitar a espinhela caída ou afugentar do mau olhado, há entre certa gente o costume de chamar *Custodinho* à criança ainda não baptizada, para que as bruxas não lhe chupem o sangue pelo umbigo; noutras partes, prendem-lhe uma figa ao pulso.

— Para o mau olhado também serve a rama do naipo.

— Para queimar o terçol, saltm nove vezes sobre a chama dum pequenino forno, feito com três ou quatro pedras no meio do caminho ou no terreiro à porta da casa, aos gritos de *aqui del-rei, fogo na casa do terçogo*.

— As mulherzinhas do povo e sobretudo as criadas, passam em cruz sobre o lume as perneiras de salsa, as cabeças de hortelã ou o raminho de serpão, que foram colher à horta, antes do sol nascer ou depois dele posto.

— Entornar vinho na toalha é alegria; azeite é desgraça.

— Não se dá um lenço a ninguém; quando se dá, deve receber-se em troca qualquer coisa, de contrário há separação.

— Quando se fala em pássaros que ainda estão a criar no ninho, dá-se-lhes o nome de *sapinhos*, senão, vem o bicho e come-os.

— A fralda de fora serve para afugentar as bruxas.

— Nunca se devem cruzar as mãos quando cumprimos duas ou mais pessoas ao mesmo tempo.

— É dano certo uma praga rogada entre a hóstia e o cálix, durante a missa.

— As minas feitas pelos romanos e mouros ocultam fadas ou mouras encantadas e tesouros preciosos.

- Quando num cortejo fúnebre o cadáver passa por uma casa onde há um doente de cama, este tem de levantar-se nessa ocasião para não falecer.
- Havendo treze pessoas à mesa, uma delas tem de retirar-se, senão morre alguma das treze durante um ano.
- Estão a dizer mal daquela pessoa que tiver a orelha direita quente ou vermelha; e dizem bem, se estiver vermelha a esquerda.
- Não se deve por dinheiro em cima da mesa.
- Pondo-se a mão sobre o coração de quem dorme, este revela os segredos.
- Quem por naipo passou e não cortou, se diabo trazia, diabo levou.
- Aipo é contra o mau olhado da inveja.
- O alho pôrro guarda-se para evitar desgraças na família.
- É mau agouro pôr o pão virado de costas.
- A ferradura pregada nas portas preserva do mau olhado.
- A arruda e a erva de Nossa Senhora simbolizam a felicidade; se murcham, há desastre.
- Para que as bichas não abafem as crianças, deita-se-lhes ao pescoço um colar de alhos.
- O primeiro que nas esfolhadas apanhar uma espiga rota, há de ser feliz.
- O pio do mocho, perto do doente, anuncia a sua morte.
- Para expulsar o diabo, as bruxas roubam nos altares um bocado de pedra de ará.
- As galinhas riças livram da feitiçaria.
- O pêto e o corvo anunciam chuva.
- Quem matar um gato, durante sete anos corre-lhe a vida para trás, isto é, durante sete anos é infeliz.
- Criança que brinca à noite com lenha acesa, mijá de noite na cama.
- Não se deve *enguiçar*, isto é, passar as pernas por cima dumha criança, senão ela não cresce mais.
- Quando alguém deita sangue pelo nariz, faz-se-lhe uma cruz nas costas, para o sangue estancar.

— Beber com candeeiro, vela ou candeia acesa na mão, é beber o juízo.

— Quando se boceja, faz-se uma ou mais cruzes na boca com a mão, para o demónio não entrar no corpo.

— Enquanto o recém-nascido não tem nome, chamam-lhe o *Custodinho*. Quando recebe os primeiros banhos, a ama ou a mãe dá-lhe *água do cu lavado*, que é água do mesmo banho, para ele sair do génio sossegado. Enquanto a mãe está a beber, não deve dar de mamar à criança, senão esta fica a sofrer ataques epilépticos. Se se queimar figura na casa, seca o leite à mãe. Não se deve chegar a criança aos espelhos, porque lhe retarda a fala. Quando a criança vê os outros a comer e lhe não dão comida, fica *ougada*.

A respeito de agouro de casas, também o povo tem as suas superstições.

— Quem faz ou manda construir casa para viver, se já não é novo, morre logo depois dela feita; de aí, o adágio: «Ninho feito, péga morta». Não se deve varrer a casa de noite, porque se varre a fortuna. A porta deve ter uma ferradura, para livrar dos malefícios. Quando se vai servir para casa estranha, entra-se com o pé direito. Quando no cai a comida que levamos à boca, é alguém que nos quer falar; quando com ela nos engasgamos, é porque a comida é chorada.

E, sobre feitiçaria, seria um nunca acabar, se tivessemos de arquivar todos os fenómenos supersticiosos da demonologia, que já as Ordenações Afonsinas e as Constituições dos Bispados, bem como os inumeráveis processos da feitiçaria da Inquisição Portuguesa do século XV ao século XVIII, descrevem detalhadamente. É o *poder oculto* da natureza, auxiliado pelo fanatismo religioso que cria estas concepções populares, a que vêm também dar incremento as guerras, as pestes, os terramoto e outras convulsões materiais ou sociais.

Prosseguindo:

— Beiça-se o pão que cai ao chão, antes de ser comido.

— Não se atiram pedras a sapos, porque eles esguicham um veneno que cega a vista do agressor.

- Não se deitam tremoços dentro dum chapéu, tendo de os comer, porque eles depois fazem criar a tinhá.
- Atalha-se a azia ou os arrotos, comendo um torrão de açúcar.
- Combate-se a iterícia, bebendo em jejum urina de criança.
- Veda-se o sangue com teias de aranha e açúcar.
- A dádiva dum lenço, dumas tesouras, estampas de santos ou contas de rosário, entre namorados, é apartamento.
- A oferta dum alfinete é amor de um ano e um dia.
- Uma meia ou coturno calçado às avessas, é sinal de dinheiro ou boa sorte, ou serve para preservar das bruxas.
- Comer o canto do pão faz com que se case cedo.
- Fósforo que se deita ao chão e fica aceso, é sinal de bom êxito numa empresa.
- As crianças, se passarem por baixo das nossas pernas, ficam anões. Chama-se *enguiçar*.
- A chuva em dia de casamento, anuncia felicidade aos noivos.
- Matar um galo, é andar para trás com a sua vida económica.
- Para saber qual dos namorados quiere bem um ao outro, desfolham alternadamente uma flor de malmequeres, dizendo um, ao arrancar uma folha. *malmequeres*, a que o outro responde: *bem-me-queres*, fazendo o mesmo, até ao fim; aquele que terminar, é que decide quem *bem ou mal quere*, do par enamorado.
- Não se devem contar as estrelas apontando com o dedo, porque nascem verrugas.
- O trovão é o Senhor a ralhar.
- Não se deve realizar o casamento às terças-feiras.
- O número 13 é mau agouro.

*

* * *

O meu ilustrado colaborador, Sr. J. M. Santos Rocha, de Covelo, dignou-se fornecer-me um valioso subsídio que

tenho muito prazer em publicar, pois vem aumentar os apontamentos que sobre este assunto colhi. Segue o seu trabalho:

«O catálogo das nossas superstições populares nem está feito, nem que o estivesse, caberia aqui, nem porventura poderá completar-se nunca. Quem é capaz de enumerar todas as folhas e botões que nascem no campo ao rebentar das árvores? Pois assim rebenta na imaginação do povo a vegetação dos mitos. As crenças novas condenam as velhas, mas as invenções recentes são, no fundo, idênticas às vetustas, porque o homem rude de hoje vive como viveu o homem do passado.»

Oliveira Martins — *Systema dos Mythos Religiosos* — 2.^a ed., págs. 305.

A brucha macha. — «A bruxa macha é que ensina as outras todas, e que organiza o grupo: tem uma pata de sapo no olho esquerdo.

As bruxas dançam nas encruzilhadas, com o diabo no meio, de carapuça vermelha a tocar viola. Quem as encontrar, deve seguir o seu caminho, porque não querem ser reconhecidas; de contrário vingam-se, tirando os sentidos ao indivíduo, que só acorda, todo arranhado, no meio de algum silvado.

Têm uma morte aflita, custa-lhes muito deixar esta vida. Gritam repetidas vezes:

— Eu deixo! Eu deixo...

Só uma das assistentes mais resoluta exclamar:

— Deixe a essa vassoura!

A vassouras começa logo aos saltos e vem parar fora da porta e a bruxa pode então morrer sossegada; mas quem passar de noite pela porta da falecida, veiá, durante noites, sairem labaredas por debaixo da porta.

Quem se quiser ver livre delas, é bom trazer à cinta uma cabeça de alho dos campos, chamado porro, com um só dente.

Chucham o sangue às crianças a que faltam palavras do baptismo.

Quando às parturientes aparecem de manhã manchas negras pelo corpo, que depois passam a amarelas, são ferradelas das bruxas.

Devem esfregar o corpo com alhos bravos; sendo vulgares, elas comem-nos.

Na iniciação untam o corpo com *azeite* (urina do diabo) e têm de entrar pela boca de uma mina. A uma, que cheia de medo exclamou: Cruzes! Santo nome de Jesus! — respondeu a bruxa macha:

— Falaste no Cru-cru, então fica para aí só tu!

Partiu, deixando-a só e a chorar, nua como tinha nascido.

Um cavaleiro de passagem que a encontrou a chorar, perdida entre as silvas, embrulhou-a no seu capote e trouxe-a à mãe.

*

As bruxas fazem longas viagens de noite, indo até ao Brasil.

Conta-se que um barqueiro da beira-rio (Douro) encontrava certas manhãs o barco atado fora do local em que o deixara de véspera; resolvido a averiguar o motivo, escondeu-se debaixo da proa.

Altas horas da noite apareceu um bando de bruxas, de que fazia parte uma sua comadre, saltou para dentro e pôs o barco em movimento; mas uma delas, pressentindo pessoa estranha, gritou:

— Cheira aqui a fôlego vivo!

A comadre, que o queria proteger, replicou:

— Nem cheira, nem cheiraria! Rema para lá que é dia. Cada remada, cem léguas!

A velocidade foi tal que em breve chegaram às costas do Brasil, ataram o barco e desembarcaram.

O compadre abandonou o seu esconderijo, saltou em terra e cortou um ramo de laranjeira que trouxe consigo.

Nessa mesma noite regressaram a Portugal e o dono do barco colocou à janela o ramo cortado; mas a comadre,

sempre amiga, avisou-o de que tirasse o ramo e guardasse segredo, caso contrário seria morto.

Actualmente os aviões e zepelins estão prestes a alcançar a velocidade do barco das feiticeiras e tornar o sonho em realidade.

Origem da maldade das mulheres. — Quando Jesus Cristo e S. Pedro andavam pelo mundo, passaram um dia por um lavadouro, onde se achavam várias mulheres em grande algazarra, com o diabo no meio; Jesus, tendo notado o escândalo, mandou S. Pedro cortar a cabeça a todos, o que ele fez e seguiu o seu caminho.

Volvidos alguns passos, arrependeu-se Jesus do sucedido e ordenou que S. Pedro voltasse atrás e colocasse as cabeças sobre os respectivos troncos para que todos ressuscitassem.

S. Pedro, porém, enganou-se e colocou a cabeça do diabo no corpo duma mulher, pelo que desde então a maldade reina entre elas: têm a cabeça do diabo.

Para ter boa espiga (boas colheitas). — Quem quiser ter boas espigas nos seus campos, precisa ser o primeiro a entrar na igreja após a procissão de Ramos.

Benzidos os ramos e distribuídas as palmas, saem todos da igreja, na procissão, e o Juiz da Cruz fecha as portas; dadas as voltas do ritual, o pároco manda bater com o pé da cruz na porta da igreja.

Abertas as portas, à terceira pancada, todos entram de roldão, havendo muitas vezes atropelamentos, apesar das repreensões dos párocos, porque todos procuram ser os primeiros, por causa da espiga.

*

O alecrim e o olivão dos ramos benzidos nesse domingo, servem para deitar ao lume por ocasião das trovoadas, para as afugentar.

Para ter bom linho. — Quem quiser ter bom linho, tem de o semear em Março, assistir às três ladaínhas de Maio e, finda a última, vir pelo monte e cortar um trovisqueiro macho (pé de trovisco com uma única haste), que

se vai espantar no meio do campo, para que o linho atinja a mesma altura e só depois se pode entrar em casa.

*

Para ter bom feijoal, deve semear-se na primeira sexta-feira de Março.

— As *maiias* metem-se nos campos semeados e nas casas: às portas e janelas, antes do pôr do sol, para que o Maio não entre.

Remédio para as carraças. — Quem quiser ter o gado livre das carraças, tem de o levar na manhã de S. João, muito cedo, a pastar nos montes; do contrário serão perseguidos todo o ano.

Boa fortuna nos negócios. — Quem a houver de ter, há-de ir na manhã de S. João cortar ao monte um ramo de azevinhate, tão cedo que não encontre ninguém, tanto à ida como à volta. Ao cortá-lo dirá:

Ramo de azevinhate,
Eu te venho cortar,
Para me dares fortuna
No vender e no comprar.

O olho da fonte. — Na madrugada de S. João a primeira pessoa que foi à água à fonte depois da meia-noite, traz o olho da fonte, que tem muito préstimo.

— Na noite de S. João os rapazes solteiros levam os craveiros das namoradas para o adro da igreja ou torre do sino, tendo elas, por esse motivo, o maior cuidado em os guarda dentro da casa.

O mesmo sucede aos carros de bois e cancelas que encontram desacutelados.

Por tal motivo, todos tratam de ver se lhes falta alguma coisa, para a irem buscar, antes do povo ir para a missa, evitando a risota geral.

Para que as crianças falem. — Se as crianças demoram sem falar, além do tempo usual, vai a madrinha com elas ao colo, dentro dum fole, pedir pelas portas, dizendo:

Uma esmola para o menino do fole
Que quere falar e não pode.

Agouros. — Quando passa um enterro pela porta, mandam pensar a toda a pressa o gado: porcos, bois, ovelhas, etc., para que tudo esteja de pé; mandam até erguer as pessoas, porque se estiverem deitadas podem adoecer; e, se doentes, morrem.

Se durante os enterros as velas se conservarem acesas, é sinal de que não tarda novo funeral.

— O novo Juiz da Cruz da Confraria do Sub-Signo toma posse na Quarta-feira de Cinza; e se a primeira morte na freguesia for de cabeceira de casa (chefe de família), é sinal de grande mortandade nesse ano.

— Se durante uma viagem aparecem borboletas brancas, é sinal de boas notícias; se aparecem em casa, é anúncio de carta; sendo pretas as borboletas, mau agouro.

— Ao pôr as galinhas a chocar, se a dona de casa deseja galinhas, vai repetindo à medida que põe os ovos no ninheiro:

Em louvor de S. Salvador,
Saiam tudo pitas e um só galador.

Se deseja frangos, exclama:

Em nome de Santa Rita,
Saiam tudo galos e só uma pita.

— Quando aparecem pelas portas os vendedores de crivos e peneiras, é sinal de chuva. No geral, aparecem no Outono, pelas colheitas. Ora pelo S. Mateus, não peças chuva a Deus!

Coser o fio. — Para curar o entorse dum pé ou duma mão, produzido por mau jeito, faz-se ferver uma chocolateira de água que se inverte sobre o fundo dum algidar. Manda-se sentar o doente com o pé ou mão no ar, levantando por cima do fundo da chocolateira.

Toma-se um novelo de linhas com uma agulha espetada e anda-se à volta do pé ou mão, dizendo: Jesus, nome de Jesus, que é o nome da virtude, onde está Jesus não está mal nenhum.

Eu que coso?

Carne quebrada, fio destroço.
Carne quebrada, volta à tua casa.
Fio destorço, volta ao teu posto,
Que eu por isso mesmo é que coso.

Pelo poder de Deus e da Virgem Maria,
S. Pedro e S. Paulo e milagroso S. Silvestre,
Tudo que eu faço e esta criatura preste;
O Senhor e a Divina Nossa Senhora
Sejam seus divinos Mestres. Amém.

Puxa-se pela chocolateira e a água entra toda outra vez, o doente fica melhor, a poder bulir o pé.

Aqui a medicina está de acordo: receita banhos quentes.

Erguer o ventre às crianças. — Estrela-se um ovo numa colher com azeite, o azeite que sobeja serve para esfregar o ventre. Este ovo coberto de canela, é colocado em cima dum lenço estendido onde se pôs estopa e acintro. Compõe-se com as mãos a barriga da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, de baixo para cima e coloca-se o emplastro, dizendo: Jesus, nome de Jesus, que é o nome da virtude, onde está Jesus não está mal nenhum.

Ventre, espinhela,
Masseira e rodelas,
Tem-te em forte;
(e sempre a compor a barriga)
Assim como a Virgem Nossa Senhora
Se teve em si à hora da morte;
Ventre, espinhela,
Masseira e rodelas,
Tem-te no teu corpo,

Assim como Nossa Senhora
 Se teve em si no Horto.
 Ventre, espinheja,
 Masseira e rodelas,
 Tem-te nas tuas veias,
 Assim como a Virgem Nossa Senhora
 Se teve em si à hora da sua ceia.

Pelo poder de Deus e da Virgem Maria, etc.

Liga-se, e estando sossegado durante 24 horas, passa a soltura e a criança fica boa.

Erguer a espinhela. — A espinhela é a parte inferior do esterno denominado apêndice xifóide e diz-se que o doente tem a espinhela caída quando sente dor na boca do estômago.

Conhece-se, mandando deitar horizontalmente o doente na cama e estender os barços e as pernas, unindo-os.

Se os pés forem mais compridos, a doença está na barriga; se forem as mãos, de modo que um dedo fique mais comprido, o erro é da espinhela.

Quanto mais se come, mais fraco se fica e sente-se o estômago sempre vazio.

Manda-se vir um emplastro confortativo da farmácia, mata-se uma galinha e come-se bem.

Coloca-se o emplastro em cima do estômago, ligado com um lenço e deixa-se até despegar, dizendo: Jesus, nome de Jesus...

Espinheira, tem-te em forte;
 Assim como Nossa Senhora
 Esteve em si à hora da sua morte;
 Assim como a água sobe e desce
 E corre para o mar;
 Por Deus e pela Virgem Nossa Senhora,
 Fica espinheira no teu lugar.

Pelo poder de Deus e da Virgem Maria...
 Tem de estar na cama três dias, em descanso.

Talhar o bicho. — Qualquer infecção, de que não sabem explicar a origem, é atribuída a rastro de bicho peçonhento.

Jesus, nome de Jesus que é o nome da virtude, onde está Jesus não está mal nenhum.

Bicho, bichão.
Aranha, aranhão.
Sapo ou sapão.
Sardonisca ou sardão.
Cobra ou cobrão
E bicho de toda a nação.

S. Pedro e S. Paulo e milagroso S. Silvestre,
Tudo que eu faço a esta criatura, Preste;
O Senhor seja o seu divino Mestre.

Talha-se em cruz com um bocadinho de lã a arder; há-de deitar fumo e, se não arder, mete-se uma brasa no meio.

No fim esfrega-se em cruz a parte doente com o morrasco que fica; não lavra mais e murcha logo.

Talhar as bichas às crianças. — A benzedeira munida dum pau e duma faca vai simulando que corta, em frente da criança, ao passo que diz:

Jesus, nome de Jesus, etc.

Talho ar de bichas,
Ar de longras e ar de lombrigas;
Estas bichas, longras, lombrigas,
E assães e bicotil.
Estas bichas e longas lombrigas
E assães eu as talho;
Que sequem e esmirrem
As que precisas não forem,
Como o pau do bogalho
E a folha do carvalho.

Talhar o medo. — Quando o indivíduo estremece sem motivo aparente e é muito medroso e lhe tarda a fala, deve-

-se talhar o medo, para o que se escolhe uma noite de luar, sem nuvens. Diz-se:

Jesus, nome de Jesus...

Como o Sol nasce na serra e se põe no mar,
Por Deus e pela Virgem Nossa Senhora,
Todo o medo desta criatura há de retirar.

No fim diz-se o Credo em cruz e a criança fica boa.

Talhar a ougarice. — Quando a pessoa ou animal está magro, fraco e anda descorado, sem se saber o motivo, diz-se que ougou (aguou).

Como remédio, manda-se cozer no forno um bolo, com buracos, onde se deita azeite; este bolo é dado a comer à pessoa ou animal detrás duma porta, mas não se deixa comer todo, guarda-se um bocado que se dá a outra pessoa ou animal para quem passa a doença.

Outra variante:

Para talhar a ougarice às crianças, pedem-se cinco bocados de carne que se dividem ao meio, de modo a formar cinco pares.

A criança está em leitão e esfrega-se em cruz, com um par, desde a ponta do dedo do pé direito, segue pelo lado do pé, até ao calcanhar, segue pela parte de trás da perna, subindo pelo corpo até ao ombro esquerdo e desce pelo braço esquerdo até à ponta do dedo indicador.

Repete-se no outro pé, perna, etc., dizendo sempre:

Eu te desougo, criatura de Deus;
Que esta ougarice vá para o mar,
Que te deixe comer, beber, dormir e descansar.
Pelo poder do SS. Sacramento do Altar,
S. Pedro e S. Paulo e milagroso S. Silvestre,
Tudo que eu faço a esta criatura, preste.
O Senhor e a Virgem Nossa Senhora
Sejam os seus divinos Mestres.

Repetem-se as palavras cinco vezes.

Depois de talhar, entrega-se a Santo António e o resto deita-se a um cão, dizendo:

Pega lá, cão, que tu fiques ougado e o meu menino F.
fique são!

A outra metade dos bocados que ficam estrugem-se,
com o pingue (gordura), esfrega-se em cruz, por três vezes,
a espinha, na região lombar, e os rojões deitam-se acima
do telhado.

Gato que os apanhe fica com a doença e põe-se arri-
piado dum dia para o outro.

Talhar a rosa do monte. (Zipelão bravo). — Talha-se
com cinco pares de raminhos de queiró e carqueja, azeite,
sal e água, remexe-se tudo e põem-se em carreira os cinco
pares;unta-se a parte dorida, dizendo:

Jesus, nome de Jesus que é o nome da virtude...

O Senhor quando pelo mundo andou, rosa formosa,
gloriosa, erisipela encontrou:

— Tu que fazes por aqui?

— Como carne e chucro sangue.

— Não comes carne, nem chuches sangue que eu man-
darei vir do Céu remédio para te talhar.

— Não mandes vir do Céu remédio para me talhar,
que eu me derreterei como o sal na água, pondo-me a mão
e á palma.

Eu te talharei com queirós
E carquejas do monte,
Água fria da fonte,
Sal virgem e azeite bento
Que alumia ao SS. Sacramento.
Pelo poder de Deus e SS. Sacramento do Altar,
S. Pedro e S. Paulo e em louvor de S. Silvestre,
Tudo o que eu faço a esta criatura, preste.
O Senhor e a Virgem Nossa Senhora
Sejam os seus divinos Mestres.

Põem-se de novo os cinco pares em carreira, metem-se
outra vez na água, azeite e sal e diz-se com eles o Credo em
cruz. Despejam-se a seguir os raminhos com água ao lado
do lume e conforme vão secando água e raminhos, vai
desaparecendo o mal.

Talhar o sol. (Princípio de insolação). — Pega-se numa toalha de olhos ou guardanapos, dobra-se em triângulo e coloca-se sobre a cabeça do doente, inverte-se em cima um copo cheio de água.

Com umas contas, que tenham um crucifixo, talha-se à hora do meio-dia, com o sol sem nuvens, dizendo:

A Virgem Nossa Senhora
 Quando pelo mundo andou
 Quanto sol havia
 Quanto apanhou
 E disse a seu Amado Filho:
 Sol talharia
 Com uma toalha de olhos
 E copo de água fria.
 Pelo poder de Deus e da Virgem Maria,
 S. Pedro e S. Paulo e milagroso S. Silvestre,
 Tudo o que eu faço a esta criatura, preste.
 O Senhor e Nossa Senhora
 Sejam os seus divinos Mestres.

No fim os dois rezam 9 Padre-nossos e 9 Ave-Marias com a Salve-Raínhia no fim.

Ao talhar: a água começa a ferver no copo, sem passar nenhuma para a toalha e o doente sara.

Talhar o unheiro. (Quando os olhos picam e choram). — Talha-se em cruz com cinco grãos de trigo, dizendo:
 — Jesus, nome de Jesus, que é nome da virtude...

Unheiro verde que em parede seco estais,
 Quem vos talhará?
 Será a Virgem Nossa Senhora
 Que só ela poderá.
 Unheiros e bagueirões, secos sejais,
 Mirrados, negros como carvões!
 Milagroso S. Silvestre,
 Tudo que eu faço a esta criatura, preste.
 O Senhor e a Nossa Senhora
 Sejam os seus divinos Mestres.

Logo que se talhe, desaparece todo o mal e fica a vista pura.

Talhar a triz (iterícia). — O povo para indicar a gravidez da doença emprega o ditado: A triz matou quem quis.

Jesus, nome de Jesus...

— Com que se talha a triz?

— Com um corpinho de carneiro, farelo de Valongo, urina do mesmo doente, calcada e recalada e tornada a recalcar.

Em louvor de S. Bernardo, S. Bernardino e S. Luiz que este é o verdadeiro mestre para talhar a triz ou o triz.

Passa-se três vezes por debaixo das nernas e na vez do resto, em torno dos braços e no fim põe-se em cima da cabeça.

Coloca-se tudo atrás do lume e conforme vão secando a urina e os farelos, vai o mal desaparecendo do doente.

Talhar a zípela (erisípela) em seco. — Jesus, nome de Jesus, que o nome da virtude, onde está Jesus não está mal nenhum.

Nem o lume tem fome, nem o mar tem sede, talhe-me o Senhor, que não há outro como Ele.

Pode-se também talhar com vinho verde; molham-se os dedos no vinho e diz-se:

— Jesus, nome de Jesus...

— Zípela e zipelão bravo, sai-te daqui, que vai vinho verde da videira, sobre ti.

O resto do vinho que fica deita-se ao lume e a inflamação desaparece.

Cura do terçogo — Quando aparece um terçogo, faz-se uma pequena casa de pedra ao lado dum caminho, onde se acende fogueira; o doente salta esta fogueira por três vezes, gritando sempre:

— Aqui d'El-rei! fogo em casa do terçogo!

O primeiro que passar onde esteve a fogueira, é o herdeiro do mal dos olhos, se lhe tocar.»

SONHOS AGOURENTOS

O sonho é um fenómeno psicológico de que é vítima a pessoa que dorme e que o povo pretende explicar, em geral, pela analogia que pode haver entre as coisas percebidas no sonho e as da vida real. Os sonhos deram, por isso, desde a antiguidade, origem a uma interpretação na arte adivinhatória.

Assim: sonhar com um boi é sinal de casamento; com carne de porco é desgosto na família; com cães, é vida sossegada; com carneiros, ciúme ou deslealdade da esposa; com caracóis, calúnias de inimigos; com caranguejos, perda de capitais ou atraso de negócios; com cavalos, perigo iminente, mas superável; com gatos, desconsideração de parentes invejosos; com galos, notícias boas; com galinhas, casamento de viúvos; com perdizes, mulheres ingratas ou bom êxito em amores; com lebres, acidente em viagem; com coelhos, falta de vontade; com cobras, susto; com serpentes, inimigos; com corvos ou morcegos, mau agouro; com cucos, marido infiel; com abelhas, se a gente as vê, é sinal de bom resultado em negócios; se é mordida por elas, é esperança enganadora; com canários, inquietações; com cegonhas, ladrões de casa; com centopeias, proveitos próximos; com criados, intrigas domésticas; com formigas, vida bem encarreirada; com lagostas, corte de relações pessoais; com peixe, desordem caseira; com rãs, abuso de confiança; com sapos, pedido de dinheiro; com toupeiras, amor mal correspondido, etc.

Com objectos, não é menor a credice: perder um dente, é morte de parente; sonhar com sangue é desgosto; com carvões acesos, é ameaça de perigo; com água turva, é doença; com um cemitério, é herança ou morte de parente que não deixa grandes saudades; sonhar que morreu, é vida prolongada; sonhar com carvão, é dinheiro; com uvas pretas, é pouca sorte nos amores; com uvas brancas, é felicidade no casamento; com um abano, falsa amizade; sonhar que comprou abóboras, é grande sorte à porta; com arroz, riqueza ou abundância; com batatas, pouca sorte; com café, desgosto; com um muro, feliz presságio;

com um incêndio, bom agouro; com cerejas, notícias agradáveis; com escremento humano, dinheiro a receber; com mel, bom resultado; com nabos; decepção forte, etc., etc.

O HOMEM DA SINA

Não só no nosso concelho como talvez em todo o País e ia dizer em quase todo o mundo, a gente rude das aldeias acredita na sina, lida na palma da mão. Pelas feiras e romarias não é raro ver-se o intrujo, em geral, estranho à terra a ler as *sinas*. E é curioso observar a atenção religiosa com que ele é escutado, dispondo por necessidade de ofício, de um recado muito sabido, variável de indivíduo para indivíduo, procurando sobretudo agradar ao *cliente*, tipo boçal, que fica contente com as referência feitas à sua pessoa e ao destino que a sorte lhe dá.

Este *modo de vida* aproveita da ignorância popular, sem base alguma científica; mas é certo que a mão do homem há-de vir a ter um lugar muito mais importante do que tem tido, no estudo psíquico do ser humano. É que, sem ela, o homem nada ou quase nada conseguiria; é um órgão extremamente característico da actividade humana, tanto física como mental, onde a quiromancia científica irá um dia colher informes importantes. Reiss, na sua obra *Manuel du portrait parlé*, Lausanne, 1914, dedica páginas interessantes às mãos e utilização dos caracteres, na sinalética descritiva. Richet diz: «A alma reflecte-se na estrutura do nosso ser; na fisionomia, nos traços da face e na configuração das mãos». (Vachide: — *Essai sur la psychologie de la main*, 1909). Afirma igualmente Binet (*Essai de chiro-mancie expérimentelle*, 1908) que «há alguma cousa de verdade na quiromancia».

Estes intruções de arraial desconhecem, porém, os módulos de canones antropométricos ou a íntima ligação que existe entre a caracterização geral de certos tipos endocrinos e a configuração da mão que lhe apresentam, mão que pode ser de adisoniano, mão de acromegálico, mão de mixedematoso, etc. Este estudo, porém, que tão proficuamente está iniciado, há-de constituir um dia um proveitoso triunfo da medicina legal e experimental.

Às autoridades compete a repressão destas burlas que, se às vezes nos efeitos são inofensivas, outras vezes podem originar trágicas desavenças no seio das famílias, ou vinganças exercidas sobre supostos malfeiteiros.

JOGOS E DIVERTIMENTOS

Entre crianças há o jogo do pico-pico-maçarico, o jogo da roda, o das escondidas, o do botão, e até o da sardinha, para aquecer as mãos.

Nos largos e caminhos públicos, as crianças e rapazes jogam o pião, a choca, a patela ou malha, o carolo, a guerra ou a barra, a piasca, o jogo da corda, o da macaca, o da carta aberta, o da cabra-cega, dos carneirinhos, o da bogalhinha e tantos outros que são passatempos inocentes e higiénicos. Os rapazes também deitam estrelas ou papagaios e balões, pelo S. João. Nas rifas, levantam às vezes um mastro untado de sebo e no topo do qual suspendem as prendas que serão dadas a quem lá trepar. Outra distração, que causa hilaridade na assistência, é o jogo de corrida em que o concorrente a uma prenda que está a uma certa distância, tem de ir com as pernas dentro dum saco; aquele que, junto com outros, lá chegar primeiro, é quem ganha o prémio. Este jogo faz rir pelos trambolhões a que se arriscam os concorrentes. Há também o jogo de enfiar a agulha, entre as raparigas que, para isso, levam a enfiadura da linha na mão e os rapazes seguram a agulha; a primeira que enfiar é que ganha o prémio. Também há o jogo de enfiar o pau na regueifa; os concorrentes estão com os olhos vendados depois de terem visto o alvo ou o sítio onde está dependurada a regueifa; dão-lhe depois duas voltas à distância de 10 ou 12 metros e, assim desorientados, os concorrentes, entregues a si mesmos, hão-de dirigir-se ao alvo e enfiar o pau na regueifa. É outro motivo de risota pública.

Outro divertimento é o jogo do *quem te pesa*. São os rapazes que colocam um dos companheiros de olhos vendados nos ioclos de outro. Vem depois um terceiro que se encarrapita às costas deste e o que está sentado pregun-

ta-lhe: — Quem te pesa? Se a resposta não acerta, vem outro e outro até que ele adivinhe quem o sobrecarrega. Quando acerta, fica o outro no seu lugar.

Nas tabernas joga-se a bisca de três, a lambida, a bisca de nove, o acuso, o diabrete ou burro, o solo, a sueca, o trinta-e-um, etc.; o dominó e damas ou o voltarete são raros. Os jogadores na taberna jogam a pagar o vinho quem perder e às vezes apenas para passarem o tempo.

Nas salas, em família, há jogos, como o do *senhor abade*, em que pela categoria das figuras que tomam porte no jogo, se desficham piadas a quem por fim vai parar à berlinda.

Actualmente a nossa gente moça entretém-se particularmente com o «tenis», a patinagem, o futebol e o remo. As danças ainda em voga no alto concelho são o vira, a seranda, a cana verde, etc.

Nos trabalhos agrícolas há as esfolhadas; a rapariga que encontrar uma espiga vermelha que se chama a *rainha*, vai dar um abraço a todos os presentes. No fim há danças acompanhadas à viola (cavaquinho) e desafio de cantigas, em que os cantadores se mordiscam em versos de pé quebrado, por vezes com certa graça. Nas espadeladas, as raparigas solteiras escondem as maçãs no fundo dos cortiços, para as darem aos namorados, mas cobrem-nas com tojos arnais, para os rapazes as não roubarem.

Entrudo. — Jogar o entrudo é andar com máscara, pelas ruas, intrometendo-se com quem passa. Os bandos mascarados usam de bisnagas e seringas, cheias de água choca, para borrifarem os transeuntes. Felizmente esta grossaria vai passando de moda.

As Janeiras. — É uma jornada nocturna, de origem cristã, pois estas festas realizam-se por ocasião do Natal e têm por motivo celebrar a vinda do Redentor. Uma banda de música ou uma orquestra, composta de vários instrumentos musicais percorre alguns lugares duma freguesia, visitando em geral as casas das pessoas mais gradas da terra. Estes grupos de visitantes recebem, em troca das

boas-festas, algum dinheiro ou alguma comida e bebida. Dura o festival toda a noite. As cantigas alusivas aos donos das casas são pouco mais ou menos deste gosto:

Viva lá o senhor F...
Raminho de salsa crua;
Quando se põe à janela
Alumia toda a rua.

Vila lá o senhor F...
Coradinho como a cereja;
É a mais bonita rosa
Que entra na nossa igreja. Etc.

Outro divertimento, aliás estúpido, é o de *deitar os carapatos*. A autoridade, felizmente, tem dado caça a estes brincalhões de mau gosto, pela imoralidade que revelam.

Há também a *serração da velha*; pelo espectáculo que oferece, um cortejo com coro infernal de pandeiretas ou latas velhas, cercando um andor para nele ser serrada a velha. é bem triste sinal do atraso moral do povo.

O jogo da choca — (Do Sr. J. M. dos Santos Rocha). — «Vamos descrevê-lo por ter muitos pontos de semelhança com o bolapé, ter sido muitíssimo vulgar e ter caído em desuso, devido ao jogo da bola.

Havia uma roda de cortiça com alguns centímetros de diâmetro, denominada *choca* e havia os *cacheiros*, semelhantes a bengalias, com a extremidade mais grossa dobrada em ângulo obtuso, para assentar no chão e fazer correr a *choca* com a pancada.

Os jogadores tinham de ser número par e dividiam-se em dois grupos; os canheiros de todos eram atados num molho; em frente do molho ajoelhava um dos jogadores com os olhos vendados pelas mãos dum companheiro colocado por detrás e começava a atirá-los aos pares, com as duas mãos, para a direita e para a esquerda. Cada jogador dos dois grupos ananhava um.

O campo tinha duas divisões, uma em cada extremidade e no meio colocava-se a *choca*. Cada grupo procurava

levá-la com os cacheiros até às balizas; o que o conseguia, ganhava um ponto; logo que fizessem quatro pontos, mudavam: os que jogavam para um lado passavam a jogar para o outro.

Via-se deste modo se a vitória tinha sido devida à perícia dos jogadores ou ao acidentado do terreno. Se o mesmo grupo tornasse a ganhar, ficava definitivamente vencedor.

*

Havia o costume, pelo entrudo, de laranjar, que era jogar (atirar) laranjas azedas com violência uns contra os outros. Venciam os de melhor pontaria.»

ADIVINHAS POPULARES

As adivinhas populares nasceram desde que o homem sentiu a necessidade de dar à ideia dos factos ou das coisas uma expressão analógica que essa ideia pode criar. O enigma, tanto entre os povos primitivos, como entre os de maior cultura literária ou científica, há-de constituir sempre um incitamento ao jogo do raciocínio e da imaginação. Baseado esse jogo nas comparações que o nosso espírito encontra entre duas ideias, às vezes bem diferentes, a adivinha é um trabalho curioso de especulação a que o génio popular empresta e empenha as suas mais apuradas lucubrações. Diz Teófilo Braga que «estes produtos tradicionais têm uma grande importância psicológica, indicando-nos as vias por onde a actividade mental se deslocou o estímulo espontâneo das relações de *analogia* para a aproximação indutiva, base de toda a análise racional». Apresentemos algumas adivinhas em verso, colhidas em Gondomar.

Gado miúdo,
Terra mimosas;
Onde ele poisa
Deixa uma rosa.
(É a pulga).

Tamanho duma bolota
Enche o saco até à porta.
(É a luz da candeia).

São muitas vizinhas
Co'as mesmas modas;
Quando uma erra,
Logo erram todas.
(Os botões na roupa).

Vinte mil meninas
Numa varanda
Todas choram
Para a mesma banda.
(As telhas duma casa).

Sou filho de pais cantantes;
Minha mãe já não tem dentes;
Nem nenhum dos meus parentes;
Eu, de mim, sou todo calvo,
Meu coração é amarelo,
Mas meu rosto é alvo.
(É o ovo).

A LENDA DE D. DULCE OU A MORTA DA SERRA DE TRANZARES (FANZERES)

Remonta aos tempos da reacção neo-gótica ou reconquista cristã, isto é, da luta travada entre mouros e cristãos na península. Trata-se duma donzela cristã que se enamora dum guerreiro agarenho e que pelo seu amor se torna joguete de toda a sorte de desventuras. D. Dulce era a filha do rei D. Ramiro e uma das mais formosas raparigas da terra portuense. Travada a batalha em que os mouros sitiantes foram repelidos, houve grande alegria entre os vencedores, com aclamações delirantes ao Conde Hermenegildo, governador e a el-rei Ordonho II, de Leão, que aquele prestara auxílio na defesa da praça. Nem tudo, porém, era regozijo, porque D. Dulce chorava quando descantes e danças coroa-

vam a vitória. Na fuga precipitada dos vencidos, D. Dulce, subindo a um balcão da muralha, viu o quadro horrendo do destroço... Mas além, semi-oculto um vulto, firme como uma estátua, segurava nas mãos as rédeas dum fogoso corcel. Era o enlevo do seu coração apaixonado — era Almançor, a quem tinha jurado amor eterno. D. Dulce brada-lhe: tu vais partir e eu fico só... foge, salva-te. Caiu desmaiada.

Mas eis que uma voz de comando impôs às hostes fugitivas a ordem de parar. Era Abderraman, que dando pela falta de seu filho Almançor, resolveu para para saber notícias dele.

Era o pouco mais de uma légua do burgo do Porto, onde se fez o acampamento mouro. O pai conjectura que seu filho se havia envolvido em alguma referta e naturalmente não viria só.

Horas depois, avistou ele a hoste cristã e com ela Almançor que à frente corre ofegante; atrás um punhado de cristãos com D. Ordonho em altitude de entrar em combate. Dá-se o embate sangrento e o campo fica juncado de cadáveres mouros — o sangue tinge o pequeno Rio da freguesia desde então chamado Rio Tinto... Pela solidão daquela hecatombe caminha uma figura de mulher que um frade encontra e interroga sobre o seu misterioso passo. É D. Dulce que abandona o Paço Real e que busca o seu amor, preferindo morrer a trair seu juramento, o juramento de amor votado a Almançor, para o converter à fé cristã. Julga que o acharia entre mortos; e achou! O frade ali o baptizou: O Almonçor tomava o nome de Fernando e ali também o ermita consorciou os dois namorados.

— Eu, exclama o frade, parto para o meu retiro de Santa Justa, junto à ermida levantada no cimo daquela serra...

— E nós, sozinhos, dizem os noivos, para onde iremos?

— Tende confiança; na minha morada não podereis viver; mas perto dela, há uns subterrâneos, habitados outra vez pelos cristãos neófitos perseguidos pelos romanos; ali podereis morar. Partiram.



D. Fernando ainda fraco, amparado ao frade e à esposa, conseguiu chegar aos fojos que o seu protector lhes indicara, entrando para lá enquanto o frade regressava à sua ermida. Passam-se anos. Morre o frade e os dois casados, privados de recursos arrastam uma vida de extrema miséria. D. Ramiro não perdoava à filha que atribuía às maldições do pai a esterilidade a que Deus a votara — vivia sem um filho desse amor! Além disso, o marido caçava, para matar a fome e concebia a ideia sinistra de que a esposa o atraiçoava.

E aqui o *Morgado do Alto das Urzes*, que publicou esta lenda, em *O Legionário*, de 13 e 20 de Setembro de 1930 (semanário do concelho) e da qual extraio uma leve nota, termina, citando uma bela poesia que se resume no seguinte:

D. Dulce ouve uma voz que lhe brada que não fosse à serra de Trâncares; mas nada a impede; e nisto surge, do lado da cidade, um cavaleiro que ela abraça; era o seu namorado; para ela então corre Almançor:

« — Morre, infiel, grita iroso.
Objecto de execração!
Junta à maldição de um pai,
do marido a maldição.»

« — Pára esposo — exclama a triste;
É tarde; o alfange duro
lhe havia já retalhado
o peito mimoso e puro.»

Então o jovem guerreiro que não pode evitar o mal, brada: Infeliz, que fizeste? Mata também o irmão que vinha trazer-vos o generoso perdão de um pai! Fernando, nessa altura, exclama: Ai de mim! Que fiz eu! Irmão dela?! Espera, amor, não posso viver sem ti! E caiu ao lado dela.

«O mesmo sangue os banhou
A mesma cova os sumiu.»

Os zagalos ainda hoje conservam a memória desta tragédia, chamando a este sítio *Monte dos zelos*. E explica: Montezélo é um pitoresco lugar de Fânzeres.

A LENDA DE SANTA COMBA

É contada pelo Dr. José do Barreiro, na sua *Monografia de Paredes*, pág. 523, citando o jornal *Leverense*, de 30 de Julho de 1916.

No ano de 934, o rei mouro de Córdova, com numeroso exército, entrou em Portugal. Destruiu tudo, esfolou gente viva e cortou até os peitos às mulheres e as pernas às crianças, batendo-lhes as cabeças pelas pedras; Os povos perseguidos fugiam para o interior das minas e subterrâneos. Ramiro 2.º, rei de Leão, acudiu e rechaçou o inimigo; o mesmo fez Ordonho 2.º que lhe sucedeu e depois Ramiro 3.º; mas neste reinado os mouros chegaram até Arouca — depois conquistaram Porto, Braga, Areja, Vila da Feira, Lamego e Viseu. Destruiram então o mosteiro de Aguiar de Sousa, onde tentaram matar, entre sacerdotes, monges e freiras, a Santa Colomba ou Santa Comba que fugiu para o local onde foi martirizada e onde se acha levantada a sua ermida. Foi, pois, uma mártir da invasão mourisca; e eis a razão por que ainda hoje os povos de Covelo, Medas, Melres e Aguiar de Sousa lhe prestam culto religioso. Discutem os entendidos se o convento de freiras era em Aguiar de Sousa, se em Aguiar da Beira, como pretende Pinho Leal. O meu prezado colaborador e conterrâneo, Sr. J. Martins dos Santos Rocha, na dita *Monografia* diz, a propósito da localidade do convento:

«A poente da povoação de Aguiar, margem esquerda do ribeiro de Enxudres, fica o lugar de Mosteirô (monasteriolus), num sítio de belos campos. Ficaria aqui o convento a que pertencia Santa Comba? Entre a gente de Aguiar corre a tradição de que moravam lá uns fidalgos que vinham à missa à Igreja Velha em carros de bois e que um dia os bois correram com o carro ficando os fidalgos caídos pelo caminho». Que existiu o convento lá está o

nome a atestá-lo, ficando sem valor o afirmado a págs. 424 e 524 da dita *Monografia*.

Referindo-se, a págs. 231, ao livro do Pe. Lopes Reis, *A Vila de Valongo*, págs. 57, cita este autor: «Em tempos que já lá vão, os povos de Aguiar de Sousa, nas épocas de grande seca, vinham a este lugar que chamam as Pias de S. Martinho, com uma espécie de procissão. Esgotavam a cisterna que limpavam e enxugavam, colocando no centro uma cruz que traziam, na esperança de, por este meio, fazerem vir a chuva».

Acrescenta o Sr. Santos Rocha: «Não eram só os povos de Aguiar de Sousa, mas também os de Beloi (S. Pedro da Cova), Recarei, etc., que lá iam, quando a estiagem se prolongava, esgotar a pia, em procissão, entoando a ladaína, há pouco mais de 50 anos; não vão hoje (segundo dizem), porque a pia perdera a antiga virtude, em vista duma cabreira a ter profanado, lavando lá uma camisa». Donde o supradito Sr. Santos Rocha conclui que «não se sabe que Aguiar é, nem em qual dos conventos (o de Aguiar de Sousa ou o Archense na Beira) era freira a venerável Colomba».

LENDÁRIA ORIGEM TOPONÍMICA DE RIO TINTO

A págs. 455, do 2.º volume, já se falou desta lenda.

Conta *O Camões* (semanário popular ilustrado, do Porto, 1882, cap. XIII — *O burgo do Porto*, págs. 226), que o conde D. Hermenegildo, descendente dos reis de Leão, tinha, no ano de 959, sujeito à sua jurisdição o território desde o Douro até além do Minho. Ao tomar conta da cidade do Porto, procurou logo a restauração da muralha que os Mouros tinham arrasado. O castelo dos Suevos surgiu então das suas ruínas. Mas por essa ocasião, Abderraman, que se tinha refugiado em Espanha e veio depois a ser rei de Córdova, marchou sobre o Porto, à frente dum poderoso exército. Os defensores da cidade opuseram-lhe tão viva resistência que o califa teve de renunciar à tomada, de assalto; e, prevenido de que el-rei D. Ordonho vinha de Leão, com um troço de valentes tropas para acudir a seu cunhado D. Hermenegildo, Abderraman deixou a praça

e voou ao encontro do rei leonês. No sítio chamado Campanhã encontraram-se os dois exércitos e a peleja foi tão encarniçada que o rio que por ali passa perto, por causa da enorme mortandade, se ficou chamando *Rio Tinto*, tal foi a quantidade de sangue que os Mouros derramaram. Por sua vez Hermenegildo, fazendo rapidamente uma surtida, saíu da praça e caiu sobre a rectaguarda das tropas cordovesas, que foram completamente desbaratadas. Três portas por onde os do Porto saíram a combater foram depois chamadas da *Batalha*, nome que ainda conserva a praça onde se levanta a estátua de D. Pedro V.

Simão Rodrigues Ferreira, em o livro *Antiguidades do Porto*, 1875, supõe que este rio teria já esse nome, antes do célebre combate, *devido a circunstâncias peculiares, inerentes à natureza do solo*; talvez por correr por um terreno devoriano, onde abunda o grés vermelho que ainda hoje aflora ali pelos caminhos.

LENDAS LIGADAS A PLANTAS, ARVORES E FRUTOS

As maias. — Quando nasceu o Deus-Menino, em Belém, o rei Herodes, para poder dar cabo dele, ordenou que fossem degoladas todas as crianças menores de dois anos. Os judeus, ao anotecer do dia 30 de Abril, cercaram os muros da cidade e para que Jesus não escapasse, puseram à sua porta um ramo de maias, como sinal. Mas os executores deste crime degolaram todos os meninos, porque todas as casas apareceram milagrosamente com os mesmos ramos à porta; só o menino, com seus pais, tinha fugido nessa noite para o Egípto. Eis a lenda.

Os tremoços e as silvas. — Quando Nossa Senhora fugiu para o Egípto com seu esposo S. José, de noite, para escapar à fúria de Herodes, empregando na fuga toda a cautela, ao atravessar um campo de silvas e de tremoços, aqueles desviaram-se para ela passar. e os tremoços, ao contrário, fizeram um grande ruído. Passado o perigo da travessia, a Virgem abençoou as silvas, que ficaram desde então guarnecidas de penetrantes espinhos, contra a invasão dos inimigos; serve, pois, para resguardo contra larápios,

estendidas ou nas cancelas dos campos ou nos muros dos quintais.

Há também a missa à Senhora da Silva, rezada logo após o falecimento duma pessoa querida, para que sua alma encontre desimpedido o caminho para a mansão celeste.

Os tremoços que foram amaldiçoados, ficaram com um travor amargo, de modo que é preciso cozê-los, para lhes tirar o amargor; e por mais tremoços que se comam, não enchem a barriga! As vendedeiras de tremoços, feita a medida, acrescentam ao freguês a *graça* uma pequenina ração.

A oliveira. — Esta árvore tornou-se símbolo da paz, da abundância ou da felicidade. No dilúvio universal, diz a *Bíblia*, uma pomba trouxe um ramo de oliveira para a arca de Noé, como sinal das águas se terem afastado da terra. Nos tempos da velha Grécia e de Roma, os vencedores dos jogos olímpicos cingiam suas frontes com coroas tecidas de ramos de oliveira e de louro. Entre nós, no domingo de Páscoa, os fiéis usam ramos de oliveira, nas cerimónias do culto. Há também a crença de que tal árvore livra da fúria do raio; e muitas pessoas há que, após a sementeira dos campos, para os preservarem dos temporais, plantam neles um ramo de oliveira.

O azeite, nos jogos olímpicos, usava-se para as lutas do corpo; e os cristãos utilizam-no no baptismo e na Extrema-Unção, bem como nas lâmpadas das igrejas, para dar a luz que alumia o Santíssimo.

No Norte do País — e não sei se também lá para o Sul — os pedreiros, quando terminam a construção dum edifício, costumam colocar no alto, junto ao telhado, um ramo de oliveira, para que seus moradores sejam felizes.

A nogueira. — Esta árvore, também, entre os antigos, era considerada como de mau agouro. As feiticeiras, à sombra da sua folhagem, reuniam-se e celebravam seus diabólicos festins, se bem que o seu fruto fosse símbolo da abundância e da geração. E é por isto, talvez, que no Norte da Europa, as donzelas casadouras abrem com muito cuidado algumas nozes, tiram-lhes o fruto e em seguida ligam,

como estavam, as duas cascas vazias, de tal maneira que pareça que a noz está intacta. Depois deitam-nas num saco com igual números de nozes cheias e por abrir; fechando os olhos, metem a mão no saco e tiram uma noz; se acertam de tirar uma cheia, casarão dentro de um ano. Aqui também há uns leves vestígios desta velha tradição.

Pelo S. Miguel e nas romarias de S. Cosme e da Senhora do Rosário, comem-se, tanto nas casas como nos respectivos arraiais ou romarias, nozes com trigo ou regueifa; à gente destas terras, ouve-se dizer que no dia de S. Miguel *comer nozes com regueifa sabe a casar*.

COSTUMES REGIONAIS

O povo de Gondomar é trabalhador; seus habitantes empregam-se em geral ou na lavoura, ou na ourivesaria, ou na marcenaria ou nas minas; uma pequena parte nas outras indústrias e no comércio. É, porém, um povo relativamente pouco culto, mormente o do alto concelho, mas sofre resignadamente todas as inclemências da sorte.

A habitação ou, antes, a casa da habitação varia com as profissões e as posses. Se é lavrador, a casa, dum só andar, tem no rés-do-chão, o quinteiro, as adegas, as cortes do gado, o lagar, o palheiro, a tulha e outras dependências para recolher produtos ou utensílios agrícolas; no 1.^º andar tem a cozinha, a varanda interior que cerca o quinteiro e os quartos de dormir. O quinteiro, às vezes coberto de ramada, tem o estrume dos matos e palhas que, com os dejectos dos animais, adubam os campos. À volta desta habitação acomoda-se o alpendre e o coberto, com a respectiva eira, indispensável para a seca dos cereais. O alpendre é o abrigo das espigas do milho, do folhelho, dos nabos, do feijão, das abóboras, das palhas para a forragem e até da lenha que tem de ser rachada para consumo. Nalgumas freguesias há os espigueiros ou sequeiros, construção de madeira, sustentada por quatro colunas de granito onde se guardam as espigas do milho; ao lado, levantam-se os rolheiros que semelham cones, construídos de pinheiros onde o lavrador dependura as canas dos milhos

a secar, para forragem do gado. Antigamente os lavradores iam à cidade do Porto buscar estrumes das fossas e barcos de caranguejos para adubo das terras que, por sinal exalam um cheiro pestilencial; é preciso pôr, quanto antes, cobro a este processo de cultura, a bem da saúde pública. Actualmente, com as obras de saneamento da cidade, este problema tende a ser resolvido...

As casas dos artistas ou operários têm outra disposição. Em geral, térreas ou de sobrado, constam de uma ou mais salas que servem de quartos de dormir, tendo ái as oficinas ou as arrumações precisas, com as retretes e cozinhas. No quintal quase todos têm poço, donde tiram a água potável, por meio de um sarilho e balde preso por uma corda ao tambor e outros, à bomba de ferro. Poucos são os que gozam da água de mina.

Não se nota, porém, nestas habitações, a necessária limpeza e higiene; o que vale é o bom ar. Junto ao poço, muito pobres são os que não possuem uma pequena horta ou pomar e uma corte para a criação de um ou mais cevados e uma capoeira ou coelheira — para economia doméstica.

Além destas edificações, aparece modernamente o palacete. É mandado construir por indivíduos que ganharam fortuna ou a herdaram e compreenderam bem a necessidade de engrandecer a sua terra natal, dotando-a de melhoramentos que destruam esse aspecto tosco de aldeia sertaneja.

Noutro lugar, já falámos também das casas fidalgas, hoje de posse de novos proprietários e que conservam ainda o tom grandioso de sua pesada arquitectura, com seus brasões de armas, na fachada principal, a recordar os velhos tempos das regalias solarengas, como sejam a dos Montenegro, em Valbom, a dos Meireles, de Bouça-Cova (S. Cosme), a de Marialva, de Melres, etc.

Nos últimos tempos, desenvolve-se muito o gosto pela construção moderna, cuja feição está dando embelezamento às ruas e conforto a seus moradores.

A vida doméstica. — Neste concelho toda a gente é madrugadora. O lavrador levanta-se muito cedo, mesmo

de inverno, para o amanho dos campos ou para o corte do mato ou para transportar nos seus carros de bois, nabos, melões, melancias, hortaliças, etc., para a cidade, ou ainda para ir lá buscar estrume. Almoça, portanto, às primeiras horas da manhã — um caldo com boroa, uma talhada de carne ou umas sardinhas; no verão, toma o *entrevém*, pequena refeição, às 10 horas; janta ao meio-dia em ponto; e essa refeição pouco mais abundante é do que o almoço; consta quase sempre de um prato de arroz com um naco de toucinho e o caldo em seguida; o vinho, em caneca, é servido a todos só por uma ou duas vasilhas. A meio da tarde, também só no verão, porque os dias são maiores, têm a *merenda*, repasto frugal — umas sardinhas fritas, azeitonas, pão e vinho. À boca da noite, a ceia que, para variar, é como o almoço. Nalgumas casas ou quase todas, a pessoa mais velha oferece a reza, uns padre-nossos e ave-marias, às vezes rematados pela ladaínha de todos os santos, em comunidade e em voz alta. No fim, os pequenos ou menores ou filhos pedem a bênção aos pais e às pessoas idosas e vão-se deitar. Se as noites são grandes e o trabalho não urge, após a ceia, arma-se uma fogueira na lareira, fazem-lhe cerco e contam-se *histórias*, para entretenimento da pequenada. As mulheres fiam na roca. Na cozinha de lavoura, onde há o forno para cozer o pão de milho, ainda hoje, perto da lareira se estende a *preguiçreira*, caixa comprida que serve de banco e junto dela uma mesa de alcapão, suspensa da parede com dobradiças, de modo a estar encostada verticalmente ou descida horizontalmente, apoiada num espeque ligado pelo meio a ela, a fim de servir de pequena mesa, ao pé do lume. Nestas cozinhas não há fogão nem chaminé. O combustível é lenha e moliço ou carqueja; e o fumo, evolando-se, vai defumar os salpicões, suspensos dos barrotes sobre a lareira. Por baixo da cozinha, para comodidade da cozinheira, ficam os aidos dos porcos que a certas horas recebem a comida lançada por um *bandalheiro*, comprido balde quadrado de madeira que, posto verticalmente, despeja na pia da corte os alimentos para os suíños. Os bois têm, em cada aido, a sua *manjadoura*, que é preciso de vez em quando limpar ou renovar,

porque o gado bovino é limpo e não come sobre estrume.

As mulheres ajudam os homens nos trabalhos do campo; apenas não lavram, mas neste serviço guiam ou chamam os bois. De resto, executam quase todos os outros serviços agrícolas.. Dentro de casa, remendam as roupas, cozinhham, fazem as camas da gente e do gado, varrem com uma vassoura feita de giestas, amassam o pão de boroa, algumas tecem o seu linho, depois de o sedarem, fiarem e corarem. A mulher que amassa o pão, diz:

«São Vicente te acrescente;
São Silvestre te levede;
São João te faço pão
E Nosso Senhor te ponha a sua virtude.»

Faz em seguida uma cruz sobre a massa.

Com o seu linho tece as camisas, as ceroulas, as calças do trabalho, os guardanapos e toalhas, os lençóis e cobertas. O lavrador usa colete e véstia de varas, pano grosso preto, sem mangas, no rigor do inverno; com a chuva, nos serviços do campo, usa uma palhoça, carapuça e tamancos. Ao domingo vai à missa primeira com a família; veste então o seu fato dominguero talhado pelo alfaiate cá da terra, artista que ainda hoje, um ou outro acumula as suas funções com as de barbeiro, ao sábado e domingo. Substitui já as antigas e compridas suíças por um terço delas ou por bigode ou então cara rapada. Nas festas, romarias e feiras, usa o cacete de lódão, arma de apoio e defesa — às vezes para resolver questões onde a lógica não entra.

As raparigas usam lenço na cabeça, já composto com certo gosto, sobre a testa e apanhando as tranças do cabelo com um nó sobre o pescoço; cruzam outro sobre o peito, a prender as pontas na cinta; e a saia, já sem as grandes dobras, desce até aos pés, metidos em chinelos de bezerro; as mangas da camisa prendem os pulsos; e nas mãos morenas e calosas não raro se vê o anel-aliança, como nas orelhas desapareceram as grandes *arrecadas*, substituídas agora por uns pequenos *brincos*; ao peito, que antigamente lembrava uma montra de ourivesaria com seus grossos cor-

dões filigranados e grandes corações de ouro, trazem hoje uns delgados fios de ouro, pendentes ao colo, onde enroscam com duas ou três voltas.

As que não são lavradeiras, vestem já como as criadas de servir do Porto, de cuja moda se deixam afectar; e as senhoras de posição ou de haveres, trajam como as melhores damas da sociedade portuense.

Símbolos, imagens e arraiais. — A vida religiosa deste povo, como de resto, nas outras regiões, exteriorizou o sentimento religioso cristão em grandes cruzes de pedra, à beira dos caminhos e nas encruzilhadas; antigamente faziam a festa das cruzes, enfeitando-as de alto a baixo com flores e funcho no dia 2 de Maio; parte delas já foram a terra, mas ainda se conservam muitas, em lugares afastados do maior trânsito e em povoações distantes dos centros de população, representando o Calvário; na quaresma, ainda não há muitos anos, na sexta-feira santa, ajoelhando ao pé de cada uma chamada estação e rezando umas orações, com canto e em coro, adequadas ao acto da paixão de Cristo. Era a via-sacra. Um, à frente, oferecia a reza, e todos corriam as *estações*, voltando em seguida para a igreja, a ouvir o sermão do *Enterro*.

Nos edifícios particulares ainda aparecem, embora raramente, os nichos, com uma imagem de Cristo ou de algum santo, de veneração local; estes mesmos nichos ainda se conservam também nas paredes dos caminhos públicos, e neles não raro uma lâmpada acesa, com jarras enfloradas, entre castiçais.

Também aqui se notam, embora raros, os quadros das *alminhas*, pintados sobre cal ou madeira, representando as almas do Purgatório. Obra tosca que tem apenas o mérito de excitar a fé dos cristãos. Desses quadros, também pregados nas paredes do caminho, se pode dizer o que o grande romancista Camilo Castelo Branco refere, a propósito em *A brasileira de Prazins*, 1883, págs. 201: «Um trolha inspirado, que já tinha pintado um painel das *Alminhas*, onde havia almas do sexo fraco com grandes tetas lambidas por labaredas, e um rei coroado com a boca aberta no acto de berrar queimado, e tamanha boca que só cedia à de um

bispo mítrado, muito impertigado, com o seu báculo.» É um retrato fiel da pintura destes painéis. Alguns têm dizeres, tais como: *Lembrai-vos de nós — Que penamos por vós.* Outros conservam ao fundo ou ao lado uma pequena caixa de esmolas, bem fechada, com uma fresta na tampa, para os fiéis ali depositarem o dinheiro que a sua devoção inspira.

Na véspera e no dia de grandes festividades religiosas, além da música instrumental e foguetes, com repique de sinos, há o estrondo de morteiros e os Zés-Pereiras, percorrendo os caminhos e povoações principais, atroando os ouvidos com um barulho infernal de grandes bombos, tocados ao mesmo tempo por meia dúzia ou uma dúzia de alentados e folgazões operários que se prestam a esta barulheira selvagem; são os arautos, anunciando a festa; e quanto mais vinho bebem, mais tocam e mais dançam ao mesmo tempo, entretendo a rapaziada.

Nos arraiais, também se faz negócio. Tendas de louça de peixe frito e vinho, barracões para quinquilharias, café e outras bebidas, teatros de fantoches e animatógrafos, estabelecimentos de pim-pam-pum, carros de melões e melancias, sacas de nozes, tabuleiros de doces e pão de ló ou regueifas, assobios de barro ou *cavaquinhos* para crianças, tudo isto constitui a feição comercial dos nossos maiores arraiais, como sejam os do Rosário, de S. Cosme ou de S. Bento das Pêras, em Rio Tinto. É neles que entra o homem que vende reportérios e a história da Princesa Mangalona ou do José do Telhado, ao lado de outro que lê a sina a quem quiser saber o que já passou e o que há de passar.

O povo, para comer, busca os arredores do local ou invade as tabernas ou *lojas* da terra aos grupos, saboreando a posta de carne assada, ou a de sável, o arroz de forno e o presunto, com regueifa ou pão de trigo, tudo bem regado com a boa pinga do verdasco. Mais uma volta pelo arraial; e, ao declinar do Sol, é a debandada.

Em volta do adro das igrejas e capelas ou no largo dos arraiais, as moças solteiras, mesmo de noite e durante

o maior movimento, postam-se a namorar à *carreira*, o rapaz que por acaso apareça. Entre os dois, o diálogo é o que há de mais sensaborão; em geral trocam-se fases estudadas, quase sem nexo, sem brilho e sem graça preguntas e respostas, alheias a tudo que possa interessar o sentimento amoroso. Sai o rapaz que vai logo namorar outra, pois elas estão em carreira, e vem outro substituí-lo com o mesmo ou parecido colóquio; de modo que ao f.m. quando a família dela, que está por ali perto, a chama para se irem embora, a moça tem namorado umas dúzias de rapazes!

Só mais tarde é que o namoro se vai tornando restrito, limitado às vezes a dois que entre si porfiam em obter a mão da rapariga.

E quando ela se decidiu a casar com o seu afeiçoado, e pedida já em casamento, então vem visitar a família do noivo, e ao mesmo tempo ver a casa e as propriedades que lhe pertencerão. Chama-se a isto *as vistas*. Mas, a respeito de namoros, convém acentuar que entre eles não há ciúmes, ou, se os há, revestem uma modalidade estranha. Conta Paulo Severo, nos *Gritos de Prometheu*, Porto, 1900, pág. 102, que «Ali em S. Cosme, há anos, no próprio dia do seu casamento, estiveram os pais, o noivo, os padrinhos e os demais convidados, à espera que uma rapariga acabasse de conversar com um dos seus admiradores para poderem seguir para a igreja. E querendo o pai dela *acabar com aquilo* e chamá-la, foi o *noivo* que se opôs, porque «seria uma desfeita que se faria ao outro!»

AS ESPERAS DO ARRAIAL, CANTIGAS
AO DESAFIO E RIVALIDADES LOCAIS

Quando se realizam romarias, o povo que não vai lá por ser longe, costuma escolher um sítio por onde têm de passar os romeiros e aí constitui o local da espera, fazendo um novo arraial. Para lá levam petiscos e apreciam as danças e cantigas dos foliões.

Por vezes contram-se cantadores e cantadeiras, para, ao som da viola, entreterm a pasmaceira dos assistentes. Quase sempre o desafio das cantigas provoca a gargalhada e deriva numa altertanativa de doestos e chufas entre os cantadores. Pode avaliar-se da intenção deles, por esta cantiga desfechada pela cantadeira ao rival que trazia a tiracolo um chifre de boi:

— Diga lá, ó meu menino,
Donde vem e para onde vai;
E as armas que traz às costas
Se as herdou de seu pai...

A resposta não se fez esperar:

— As armas que trago às costas
Não as herdei de meu pai;
São os cornos de seu marido
Que de maduros lhe caiem.

É isto um pano de amostra dos tais torneiros *poéticos*. Entre as freguesias ou mesmo entre lugares da mesma freguesia estabeleceram-se, desde tempos remotos, certas rivalidades que algumas vezes desfechavam em desordem e pancadaria. Daí os nomes feios que uns punham aos outros. Os de S. Cosme são conhecidos por *nabeiros*; os de Rio Tinto, os *côdeas*; os de Valbom, *faquistas*; os de S. Pedro da Cova, *sanisqueiros*; os de Fânzeres, *arrepiados*; etc., etc.

E estas rivalidades que são tradicionais, costumam no fim das romarias, ser motivo de bordoadas entre o povo dumha freguesia com o doutra. Hoje, porém, está felizmente a desaparecer essa estúpida má vontade.

FESTAS RELIGIOSAS

Entre todos os povos, desde os tempos mais remotos, houve tendência para prestar culto à Divindade, qualquer que seja a religião professada ou o grau de civilização.

As festas religiosas provocam os mercados ou as feiras, a concorrência aos jogos públicos, ou a celebração de datas históricas.

Algumas destas festas relacionam-se com os fenómenos astronómicos.

Como o Sol e a Lua são os dois corpos celestes que mais directamente se relacionam com a Terra, a mais fácil base cronológica estava reservada à revolução lunar; inventou-se o ano, em períodos mensais; mas era necessário que essa revolução lunar coincidisse com a marcha do Sol, em relação a um mesmo solstício; nas civilizações primitivas prevaleceu o ano lunar de 354 dias, tendo de menos 12 dias e 6 horas do que o ano solar; daí a necessidade de destruir os cálculos errados. Júlio César mandou fazer a reforma do cômputo do tempo, adoptando o ano solar, tomado dos egípcios, isto é, fixou o ano de 365 dias e um quarto de dia. Este quarto de dia formava, ao cabo de quatro anos, mais um dia completo, vindo daí o ano *bissexto*. Mas a Igreja sentia a imperiosa conveniência de regressar ao ano lunar, para fixar a festa da Páscoa. Como o regresso do Sol ao equinócio da Primavera é de 365 dias, 5 horas, 48 minutos e 46 segundos, ao fim de 134 anos, surgia a diferença de 1 dia e ao fim de 402 anos, a diferença de 3 dias.

Então Gregório XIII, em 1582, fez a célebre correção, suprimindo 10 dias; isto, porém, não harmonizava o ano lunar com o solar; e ficou a Páscoa oscilando entre 22 de Março e 25 de Abril, para tal festa cair sempre no primeiro domingo depois da lua cheia que se seguisse ao equinócio da Primavera. E assim a Igreja deu formas cultuais aos fenómenos do ano solar e lunar, isto é, às diversas estações do ano, substituindo o culto pagão pelo cristão.

Abstraindo do significado duplo de tais festas, lembrei apenas algumas festas populares que estão no uso do nosso povo. Assim, as *Janeiras* são entre nós celebradas com a visita de magotes de rapazes e músicas, a diversas casas onde, com violas, pandeiretas, rabecas coplas de carácter religioso, dando as boas-festas aos donos ou pa-

trões da casa, que em paga, fornecem gentilmente comida e bebida a todos os visitantes festeiros. Isto repete-se no dia de Reis.

É a comemoração do nascimento do Deus-Menino, em Belém.

No sábado de *aleluia* queima-se o Judas Iscariote, o traidor. Deixa às vezes testamento em verso, repartindo seus haveres — uns bens ridículos — a várias pessoas da sua predilecção. O Judas é pendurado dum mastro, dundo ou duma árvore de fogo, e quando lhe chegam o morrão, estoura com gáudio de toda a gente.

Cem depois a festa das maias para se evitar que o diabo entre nas moradias ou na corte mesmo dos gados. Santo António é patrono dos merceeiros que na sua loja não raro conservam a veneranda imagem metida num nicho. Invocam o santo também para achar todas as coisas perdidas ou curar todos os males. É o taumaturgo português que em Lisboa tem um culto especial.

No Porto, a festa mais popular é a de S. João — o santo precursor, a 24 de Junho. É a festa do solstício do verão. Toda a folia se organiza aos pares e tanto solteiros, como casados ou viúvos, dançam à roda, raparigas com bonés de pano ou grandes chapéus de palha, faixa vermelha ensacando as saias e na mão o clássico alho pôrrro e rama-lhetes de alfazema ou rosmaninho; os rapazes, com violas, bombos, flautas e outros instrumentos acompanham as moças, em descantes como estes:

S. João por ver as moças
Fez uma fonte de prata;
As moças não vão a ela
S. João todo se mata.

E o coro:

Repenica, repenica, repenica,
S. João a mijar em bica...

É dia e noite de folia. Li uma quadra, do *Elmano do Rio Tinto*, (Rio Tinto) que dizia:

«Inda não vi S. João
Sem amores nem bebedeira,
Sem o banho à meia-noite,
Sem cabrito na assadeira.»

E toda essa gente, alegre e folgazã, se aquece junto das *fogueiras*, enquanto os rapazes lançam bichinhas de rabiar e bombas de dez réis; noutras terras as raparigas vão às fontes colher água fresca, esperando a sua vez, com molhos de alcachofras e só voltam de madrugada, depois do nascer do Sol; outras em casa quebram um ovo, deitam a clara num copo e esperam saber se são felizes ou não com o namoro ou se os maridos lhes são fiéis, pela forma cabalística que temar o líquido lá contido.

A festa de S. Pedro é ainda a continuação da antecedente.

A 25 de Julho cabe a festa a S. Tiago. Há uma curiosa descrição deste santo e que vem feita por António de Almeida (*Mem. médico — histórico — corográfica acerca do abuso de tomar bixas pelo S. Tiago no Rio Sousa*, Anais da sociedade literária portuense, n.º 5, p. 125 (1838). Diz assim: «Entre os abusos médicos que encontrei na cidade de Penafiel e suas vizinhanças, quando em Fevereiro de 1791 entrei no exercício de médico de partido, e que ainda hoje se conserva, (1838) há um que merece correção pelas funestas consequências que ocasiona não poucas vezes, algumas das quais eu hei presenciado. Consiste ele em ir c pcvo, no dia de S. Tiago, ou a 25 de Julho, sangrar-se pelas bichas do rio Sousa, que nesta sazão costuma ser pouco caudal. É na verdade cousa memoranda, mas digna de riso, ver aqui umas pessoas metidas na água com as sanguessugas coladas nas pernas, acolá outras com as extremidades inferiores todas ensanguentadas, esperando a vedação do sangue que mana pelas roturas que as bichas abriram; numa parte alguns restaurando já com vinho e alimentos

a perda que sofreram pela sangria, noutras caminhando para suas casas, deixando vestígios de sangue pelos caminhos que passam.

Qual será a antiguidade de esta prática, que não deixa de também ter alguma parte de supersticiosa, por ser sómente executada na ocasião da festividade de S. Tiago, e só escolher para ela aquela parte do rio Sousa que banha o terreno pertencente à freguesia de S. Tiago? Consultando-se a tradição, nada se descobre sobre este objecto; mas na *Europa portuguesa*, de Faria e Sousa, se encontra:

«En la Provincia de Entre Duero y Miño, junto a una Hermida de Sant-Iago, que llaman de las bichas, ay un río pequeno, que dos á tres días del año, vispera e dia de aquel Santo se puebla de sanguijuelas, adonde los que en romaria enfermos se entram, e ellas subindo por elles los muerden e chupan la sangu e salen sanos (t. III, cap. V., p. 351).» E por consequência se pode acreditar que esta prática abusiva já tem pelo menos dois séculos de antiguidade...»

A 24 de Agosto festeja-se S. Bartolomeu. Crê a gente do campo que neste dia anda o diabo à solta.

Na Vila de Gondomar, a 27 de Setembro festejam-se os dois santos padroeiros S. Cosme e S. Damião, médicos e cirurgiões, de que já falámos, no vol. II, a págs. 304 e seguintes.

Vem em seguida, no primeiro domingo de Outubro, a grande romaria da Senhora do Rosário, a última do ano.

Num volumoso manuscrito existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto, com o título *Acontecimentos notáveis, tanto públicos como particulares, que tiveram lugar na cidade do Porto desde o princípio de Abril do ano 1851*, relatados dia a dia, fomos encontrar a págs. 298, a referência à romaria de Nossa Senhora do Rosário, dia 5 de Outubro de 1851. Diz o autor:

«Foi neste dia a Romaria de Nossa Senhora do Rosário que se venera na Egreja de S. Cosme, uma légua ao nascente d'esta cidade. É uma Egreja grande d'uma só nave; o corpo é espaçoso com seu côro, e nelle um grande orgão, e para lá se sobe da mesma Egreja por uma escada; as paredes são forradas d'azulejo em varios riscos, e em sitios

pinturas de Sanctos feitas no mesmo azulejo; o tecto é de madeira pintada d'azul, formando rectangulos; a capella-mór tambem é espaçosa, e o seu pavimento é mais elevado do corpo da Egreja a altura de um degrau; juncto ao altar-mór ha tres ou quatro degraus, e nelle ha um retabolo representando a Cea de Christo; ao lado da Epistola é a Sacrist'a. Tem além do altar-mór mais quatro altares no Corpo da Egreja, dous dos quaes estão voltados para a porta principal, o do lado do Evangelho tem a imagem de Christo crucificado, e o do outro lado a de Nossa Senhora do Rosario; os outros dous altares ficam um a cada lado. A armação do tecto é segura por grossos varões de ferro que atravessam a Egreja d'um ao outro lado. Destes varões pendiam diversas bambinelas da armação que neste dia havia na Egreja, e que não era má; entre as ditas bambinelas de um dos varões sahiam duas bandeiras portuguezas uma para cada lado, entre as quais havia um ovado branco com as seguintes palavras escriptas: TOTA PUL-CHRA ES MARIA.

Por cima do arco cruzeiro estava em pintura a imagem da Senhora do Rosario; e na capella-mór, tres lustres. Ao meio de cada parede dos lados da Egreja ha portas travessas que estavam abertas, e dão sahida para um pedaço de terreno que ha em volta da mesma Egreja, fora da qual do lado do Evangelho ha uma torre baixa faceando com a frente da Egreja, e n'ella um grande sino; está edificada sobre um arco, por baixo do qual se passa para andar em volta da Egreja; na frente d'esta ha um largo fechado por um parapeito em que ha tres entradas: a do meio é fechada com porta de madeira, e as dos lados com pequenas grades de ferro. Havia dentro da Egreja grande bancada de musica. — A estrada desde a cidade até lá não é má, tendo em toda a sua extensão muitas casas altas, e em grande parte é calçada de pedra larga, e se lhe dá o nome d'estrada de S. Cosme.

Sahindo da cidade pela rua 29 de Septembro se chega à Capella do Padrão que estava aberta n'este dia, e os seus altares allumiados; e n'aquelle sitio, a que chamam o esteio de Campanhã, havia algumas bândeiras; desce-se pela

ingreme estrada do Freixo até à ponte de Campanhã, por baixo da qual passa o rio Tincto; segue-se pelo logar chamado Entre Pontes, porque logo depois se vai passar por cima d'outra ponte, de onde ha um caminho que se dirige ao rio Douro; sobe-se então a calçada de Valbom, que é muito inclinada, e onde estão as casas e quinta que foram de João Allen; no cimo d'esta calçada fica o logar da Curnieira (*sic*), bastante povoado pela maior parte por pescadores a que chamam Valboeiros.

Segue-se-lhe o logar de Lamas, que é o ultimo da freguesia de Valbom, onde ha algumas lindas casas. Principia então a freguezia de S. Cosme n'um pequeno largo, onde ha um alpendre sustentado por 4 columnas de pedra, e debaixo do qual estão alguns degraus de pedra do meio dos quaes se eleva uma columna de pedra que no alto tem uma imagem de Christo crucificado, a que chamam o Senhor do Miradouro, que este é também o nome d'aquelle logar. Pouco adiante ha um pequeno largo, e n'elle uma grande casa, chamado alli o logar da Cónega, e logo ad'ante se segue o logar de Quintela, e logo acima ha outro largo chamado o logar de Quintã, onde ha bastantes casas e uma cadea, por cima da qual tambem ha uma linda casa; por cima da porta da cadea estão escriptas estas palavras: CON.co DE GONDOMAR, ANNO 1778.

Ao sul d'este largo se vê um elevado monte sobre o qual ha uma capella a que chamam Sancto Izidro, tendo o monte o mesmo nome; continuando o caminho se chega a outro largo chamado o logar da Egreja, onde ha uma capella com um alpendre fóra, sustentado por seis columnas de pedra; debaixo d'este alpendre e fóra da porta da capella ha um pulpito de pedra: pouco adiante está a Egreja de S. Cosme, é por isso que tem o dicto nome este logar, que é muito povoado. Alli é que esteve o arraial durante o dia.»

Conservamos a ortografia do documento, para também não destruirmos a pobreza do poder descritivo, que ainda assim é claro e conciso. Mas, ¿que modificação se não operou já, volvidos 80 anos? Na igreja paroquial de S. Cosme, a torre não é hoje baixa, nem tem apenas um sino grande. Já há 40 anos ou mais a torre era suficientemente

alta, com um galo na cúpula, e dois sinos, um grande, outro mais pequeno, e para onde se subia por escadas de granito e pelas quais se entrava para o coro que ainda hoje tem um órgão regular e é bastante espaçoso. A sacristia, de que fala este documento, era pequena; mas há uns 50 anos foi derrubada e no mesmo sítio foi construído um elegante e amplo edifício de um andar, cujos compartimentos superiores se destinam às sessões da Junta de Paróquia e arrecadação de alfaias do culto. Agora, no terreno em volta da igreja, estão os dois cemitérios, um do lado norte, outro do lado sul, o mais recente, pois foi construído para acudir ao corrente movimento obituário a que o antigo já não satisfazia, apesar de em tempos já afastados ter sido aumentado, para o nascente, com mais um extenso trecho de terreno que era campo de sementeira e se estendia até ao portão de ferro que havia a fechar a entrada para a igreja, confinante com o largo do Santo. O adro que fica para poente, também não tem hoje a mesma disposição, pois mantém hoje só uma entrada larga, ao meio do baixo muro que o cerca.

A capela de Santo António conservou-se muitos anos sem alpendre e sem as seis colunas de pedra, com púlpito exterior. Ficou apenas um estrado de granito, semelhante a uma eira, tendo ao fundo a cruz alta, onde na Semana Santa, o povo que se encorporava na «via-sacra» ajoelhava a rezar a primeira estação do Calvário.

Pelo decreto n.º 18.745, de 13 de Agosto de 1930, foi cedido o terreno desta antiga Capela à Comissão Administrativa Municipal com o encargo de esta levantar em local apropriado a dita capela, mediante a indemnização de 200\$00, para os efeitos do art.º 104.º, do referido decreto, a qual será paga à Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. A Capela foi reconstruída, enfileirando ao lado das casas que formam ao sul da Praça da República, tornando assim desafogado o espaço para funcionamento da linha eléctrica.

A 27 de Outubro é a véspera da festa de S. Simão e S. Judas. Realizam-se os magustos, montes de castanhas assadas numa grande fogueira; reune-se toda a família, em

bancos, à volta do lume que é remexido com uma grande vara. Com as castanhas serve-se o vinho verde das adegas em grandes canecas. Entre os Druídas é a festa do «fogo da paz»; essa pacífica reunião acendia o fogo naquele dia e não se concedia esse fogo àquele que tivesse perturbado a paz.

Vem depois a comemoração dos mortos ou dos fiéis defuntos, a 2 de Novembro. O povo vai ouvir nesse dia as três missas pelos finados e visita o cemitério, mormente a campa dos falecidos parentes, adornando-a de flores e de jarras e com velas acesas. É dia santo — o dia do luto geral.

A 11 do mesmo mês, celebra-se o S. Martinho. Há entre certa gente zombeteira o costume de eleger a irmandade deste santo que é constituída por nomes de conhecidos amigos da pinga, figurando à cabeça, como presidente, o mais emérito beberrão. É geral o estribilho:

Por São Martinho
Prova o teu vinho.

Ocorre em seguida a festa do Natal — a festa da Família. É astronomicamente a consagração da luz solar, no solstício do inverno. A Igreja celebra o Natal com solemnidade singular.

A data de 25 de Dezembro foi fixada pelo Papa Júlio I, durante o século IV, porque até então em certas igrejas era celebrado ou em Janeiro, ou Dezembro ou até em Abril. Desde o século VI em diante, permitiu a Igreja que os padres pudessem celebrar nesse dia três missas.

Durante a Idade Média atingiu o Natal a maior folia popular e as igrejas revestiam um aspecto rústico: é que personagens vivos representavam o Menino Jesus, a Virgem, S. José, os pastores e os tradicionais boi e burro. Havia procissões com cânticos e danças. Isto tende a desaparecer. Agora nas igrejas arma-se um presépio apenas, e o padre, ao fim da missa, dá o Menino a beijar aos fiéis, que deixam, se querem, uma quota para sustento do culto.

Entre algumas famílias, para entreter a pequenada,arma-se a *Árvore do Natal*, um grande ramo de pinheiro,

coberto de bonecos, maçãs, fios reluzentes, algodão suspenso da rama, semelhando orvalho e brinquedos vários que são a alegria das crianças.

A véspera do Natal, à noite, é solenizada em família com o jantar ou ceia chamada a *consoada*. É a verdadeira festa de família. Na mesa aparece o infalível prato de bacalhau com batatas e grelos. É uma refeição farta. À sobre-mesa, vem a caixa dos figos, das uvas passas, nozes, queijo, vinho fino, por fim o café. Se algum filho *casou para fora*, nesse dia vem com a sua mulher consoar com os pais, no primeiro ano de casado.

Recordam-se então os ausentes, os falecidos, tudo enfim que constitui o amor da família, com os episódios vários que a saudade inspira. Na nossa terra é a *ceia da consoada*. Se há algum vizinho muito pobre, ou é chamado a fazer parte da festa ou manda-se-lhe a casa um ou dois pratos com comida e bebida. É o dia consagrado à generosidade humana. Pena é que os ricos não o façam todos os dias do ano!

A PROCISSAO DE «CORPUS-CHRISTI»

Uma das mais antigas e aparatosas procissões é a de *Corpus-Christi*; foi instituída pelo Breve de Urbano IV, no ano de 1264, Breve confirmado e mandado promulgar em 1311 pelo Papa Clemente V.

Esta procissão, na cidade do Porto, tinha o seu Acórdão e Regimento que fizeram os oficiais da Câmara em 1621. Dele consta, entre outras disposições, as seguintes, na organização dos grupos que a compunham:

«Primeiramente iam os hortelãis e moradores de S.to Ildefonso, com o seu rei, imperador, urso, carro e mentaria e acompanháron o urso pelo menos oito homens com suas lanças e chuços, quatro de cada lado». Depois seguem «as duas folias, uma do concelho de Gondomar e a outra do concelho de Gaia, que a cidade pague a cada um dos oito homens, e virão acompanhados do meirinho e ouvidor de cada julgado, como sempre se costumou». Depois os taberneiros, o ofício de carpinteiros, o de tanoeiros, a figura

de S. Jorge, os barbeiros, os sapateiros, os ferreiros, os pedreiros, os cabouqueiros, os alfaiates, os merceeiros e tendeiros, os pastores que serão 12, os quais darão os mercadores de pano, os sombreiros e tosadores, uma folia muito boa de 12 vozes em canto de órgão que darão os mercadores e tratantes de vinho, com a figura de Baco, a «Pella das regateiras», os seleiros e cutileiros, bainheiros, espadeiros, cabeiros, astureiros e carniceiros, os picheleiros, latoeiros, caldeireiros, agulheiros, anzuleiros e ataqueiros «com suas tochas e arifícis e pintores», a nau de S. Pedro, a Judite que darão os sirgueiros, a figura de Nossa Senhora, fugindo para o Egípto com S. José, o Menino Jesus, em charola, S. Cristóvão e S. Sebastião, os doze Apóstolos e Cristo com os Anjos, as trombetas da cidade, os tabeliãis, escrivãis e inquiridores, o guião da cidade, a bandeira da cidade que levarão os vereadores e acompanhá-la-ão os cidadãos e letrados; Davide dançando com seus pajens, os religiosos de S. Domingos, S. Francisco e S.to Elói, os Carmelitas, oito cidadãos para governo da procissão e o corregedor que porá a procissão em ordem. Aquele que falar, não justificando a falta, incorria em pesadas multas e penas.

No ano de 1730, já se tomaram outras providências; indicam-se os ofícios (classes industriais) que são obrigados a toldar e ornar os edifícios e ruas, por onde haja de passar o cortejo. Parece que a dança tende a ser substituída pelo soldo e ornato. «Os mercadores de Gondomar e Gaia, em lugar das folias⁽¹⁾ que davam, darão cada um quatro carros de ervas cheirosas, para se lançarem nas ruas».

(1) Num manuscrito existente na sala dos Arquivos da Biblioteca P. Municipal do Porto, intitulado *Memoria sobre a origem das Procissoens da Cidade do Porto, ás quaes deve assistir o Ilustríssimo Senado da mesma cidade*, com data de 1820, há no fim um *Mappa da regulação que fez o senado da Camara da Cidade do Porto para a Procissão do Corpo de Deos no anno de 1621 que Sua Magestade confirmou por Alvará de 15 de Julho do mesmo anno. L.º 4.º de Prop. fs 379 e seguintes*. Nesse mapa são referidos os ofícios em número de 29 e relativamente a cada um aquilo com que concorrião para

Pouco depois de acabadas as lutas entre D. Pedro e D. Miguel, foi abolido o costume de toldar as ruas. O pano dos toldos era de serapilheira.

A procissão era precedida (como ainda há pouco) pela imagem do cavaleiro S. Jorge, com o seu estado maior, que era o seguinte:

«Seis cavalos infitados,
Dois tambores, uma bandeira,
Um galego da Ribeira,
Daqueles mais azangados,
Mais atrás quatro criados
E um cavalo bem ornado,
Nele S. Jorge montado,
Dois anjinhos pequerruchos,
Aqui tens Marcia os debuchos
Que tirei do seu estado.»

CANCIONEIRO DO ALTO CONCELHO

É, sem dúvida, muito grato e de interesse nacional, respigar algumas estrofes soltas que o povo, por entre as vicissitudes várias da vida, espalha, como se fora uma imensa harpa eólica desferindo aos ventos toda a gama dos sentimentos humanos. De facto, o povo é esse anônimo rapsodo que traduz em poemas todo o ritmo das suas aspirações, crenças e trabalhos, quer no amanho das terras, na alegre faina das colheitas, quer no recanto das oficinas ou nos colóquios dos namorados, ou nos degraus do altar: é essa linguagem resignada e amorosa, mística ou saudosa que lhe revela o carácter, o seu génio — génio de quem trabalha, sofre, ama, reza e confia.

O povo de Gondomar é paciente, trabalhador, amoroso, a sua dedicação pelos filhos ou pela família, o seu amoroso, crente e reflectido; de aí a sua vaga apreensão do futuro,

a Procissão do Corpo de Deos. Em 3.º lugar vêm Gondomar e Gaia com Duas Follias, que paga a Cidade acompanhadas do Ouvidor e Meirinho.

A seguir vem outro mapá, sobre a mesma festividade, do ano 1773, mas já não inclui Gondomar e Gaia.

ao trabalho, a saudade pelos que morreram e a esperança nos auxílios do Céu.

Vivendo entre montanhas, cujas faldas o Douro e o Sousa regam, num murmúrio recatado como o dos claustros, dispondo duma exuberante riqueza de solo que ostenta a policromia da mais encantadora vegetação, entre pomares e campinas, bouças e azenhais ou regatos, este povo tem aberto a seus olhos o majestoso livro da natureza por onde aprende os temas de suas produções poéticas: as árvores, as flores, os frutos, os rios, o mar, as aves, as estrelas, os santos da sua devoção, os namoros, a família, o Brasil, etc.

As quadras que transcrevo são todos do alto concelho, umas fornecidas pelo Sr. J. M. dos Santos Rocha, de Covelo, outras pelo Sr. José de Sousa Dias, de Medas, aos quais testemunho mais uma vez os meus agradecimentos.

Seguem as coligidas pelo Sr. Santos Rocha:

Se me lavo, sou doudinha;
Se me não lavo, sou suja;
Se saio, sou carreteira;
Se não saio, sou cornuja.

Janela sóbre janela,
Postigo rente ao chão,
Quando o meu amor vier
Que lh'eu possa dar a mão.

Pinheiro, dá-me uma pinha;
Ó pinha, dá-me um pinhão.
Ó menina, dá-me os teus olhos,
Que eu dou-te o meu coração.

Se eu soubera, meu amor,
Que vinhas de trás da Serra,
Mandara varrer a casa
Com um ramo de primavera.

O meu amor e o teu
Andam naquela ribeira;
O meu anda à erva doce
O teu à erva cidreira.

Sete vezes fui casada,
Sete amores perdi.
Agora posso dizer
Que ainda estou como nasci.

Casei-me por um ano
Para ver a vida que tinha;
O ano não estava a meio...
Quem me dera solteirinha.

Solteirinha, não te cases,
Gozá-te da boa vida;
Eu bem sei uma casada
Que chora de arrependida.

Atirei uma azeitona
À menina da janela;
A azeitona lá foi dentro,
A menina quem ma dera.

Atirei uma azeitona
À menina da varanda;
A azeitona caiu lá dentro,
A menina já cá anda.

Manjericão da janela,
Já te podes ir secando;
Já morreu quem te regava,
Já me vou enfadando.

O meu amor disse que vira;
Eu também queria ver
As estrélas ao meio-dia,
Cousa que não pode ser.

Vi o Sol de noite
Na Rua Nova de Almada;
Quando o Sol anda de noite
Que fará a rapaziada!

A rua Nova de Almada
É comprida e não tem fim;
Tem um atalho no meio
Que vai ter ao Bomjardim.

Senhora da Saúde (1)
Dai saúde à minha gente;
Lá ficou em casa
Uma sã, outra doente.

Senhora da Saúde,
Que dais a quem vos fôr ver?
Água da minha fonte
A quem quiser beber.

Senhora da Liberação, (2)
Lívrai-me o meu Manuel
Que ele foi para o Brasil
Num barquinho de papel.

Nossa Senhora do Salto, (3)
Dai um saltinho cá fora;
Lívrai-me dum testemunho
Que me assacaram agora.

A Senhora do Pilar
Tem um pilar de vidro
Que lhe deu um marinheiro
Que se via no mar perdido.

Quando o mar se elevanta
As camarinhas têm mêsdo;
Anda o Senhor da Pedra
De penedo em penedo.

Não há pão como o pão branco,
Nem vinho como o maduro;
Nem amor como o primeiro,
Sendo él bem seguro.

Quem o feio ama,
Bem bonito lhe parece;
Quem ao mais alto sobe,
Ao mais baixo desce.

Rosa branca, toma cõr,
Não sejas tão desmaiada;
Que as outras rosas dizem:
A rosa branca não vale nada.

Tenho à minha janela
O que tu não tens à tua;
O cravo branco rajado
Que atormenta tôda a rua.

Deitei um cravo ao poço,
Fechado saiu-me aberto;
É regalo enganar
Quem se tem por muito esperto.

Deitei um cravo ao poço,
No fundo ganhou raiz.
Disseste que me não querias,
Mas fui eu que te não quis.

(1) Em Pedroso (Gaia).

(2) Em Espozade (Foz do Sousa).

(3) Em Aguiar de Sousa (Paredes).

Tenho à minha janela
O que tu não tens à tua;
Um ramo de violetas
Que dá cheiro a tôda a rua.

Neste lugar de Covelo
É um regalo passear,
Dar uma vista de olhos
A quem não posso falar.

Este lugar de Covelo
É pequenino, mas tem graça;
Tem um chafariz no meio
Para dar de beber a quem passa.

O meu amor é doutor,
É puxado à grandeza;
Escreve com pena de oiro,
Com a de prata é baixeza.

Quem fôra como o Sol
Que entrava pela janela;
Iria ver-te à cama,
Alegres dias te dera.

Quem fôra como o Sol
E correra como a sombra;
Iria por debaixo de água
tomar amores à Lomba.

Tanto limão, tanta lima,
Tanta laranja no chão.
Tanta menina bonita,
Nenhuma na minha mão.

O meu amor enjeitou-me
Por eu andar a pedir;
Hei de correr as casas tôdas,
Só à dele é que não hei de ir.

O meu amor enjeitou-me,
Agora vou para a roda;
A culpa tive-a eu
Por tomar amores tão nova.

Nem no mundo há dois mundos,
Nem no céu há dois senhores;
Não há coração que possa
Ser leal a dois amores.

Ninguém descubra o seu peito,
Por maior que seja a dor;
Quem o seu peito descobre,
De si mesmo é traidor.

Não canto por bem cantar,
Nem por bem cantar o digo;
Eu canto para aliviar
Penas que trago comigo.

Chamaste-me ao desafio,
Eu ao desafio venho;
Eu agora estou para ver
O desafio que tenho.

O meu amor é um cravo,
Só eu o soube escolher;
No craveiro não há outro,
Só se ele agora nascer.

O meu amor é um cravo,
Por isso lhe eu quero bem;
Eu também sou uma rosa
Do jardim que meu pai tem.

Atirei com o verde ao verde,
Atirei com o verde ao mar;
Atirei com o meu sentido
Onde não podia chegar.

Quem namora às escondidas,
Dobradadas penas padece;
Passa pelq pé do amor
E faz que o não conhece.

Está o Céu ennevoado,
Está para chover e não chove;
Está o meu amor doente,
Está para morrer e não morre.

O meu amor veio-me ver,
Lá tornou a caminhar;
O alívio que me deu
Foi deixar-me a chorar.

Os sete-estrelos vão altos,
Mais alto vai o luar;
Mais alta vai a fortuna
Que Deus tem para me dar.

Ó que rua tão escura!
Não vejo nada por ela;
Meninas que estais lá dentro,
Ponde luzes à janela.

Minha estrelinha do Norte,
Minha agulha de marear,
Eu por ela me governo
Quando te quero falar.

Menina de saia branca,
Colete da mesma côr:
Diga lá ao seu pai
Que eu serei o seu amor.

O Sol atirou à Luz
Uma mancheia de terra;
Por isso a Lua tem
Uma nódea amarela.

Fôste dizer ao meu pai
Que eu que estava coradinha;
Os anjos do céu me levem
Se esta côr não era a minha.

Hei de amar o Sol claro
E deixar a noite escura;
Coitadinho de quem nasce
Ao mundo sem ter ventura.

Ó vida da minha vida,
Minha vida vai andando;
Eu fiz a cama na fôlha,
O vento m'a vai levando.

Se o mar tivera varandas,
Fôra ver-te ao Brasil.
Como o mar não tem varandas,
Meu amor, por onde hei de ir?

Antoninho calaceiro
Fêz a cama no penedo;
Tôda a noite caiu neve,
Coitadinho do mancebo!

Se o mar tivera varandas,
Ia-te ver a Lisboa;
Mas o mar não tem varandas
Quem não tem asas não voa.

O sono e mais a preguiça
Têm-me dado muita perda;
O sono: que durma eu.
A preguiça: que me não erga.

Se o mar tivera varandas,
Ia-te ver ao Pará;
Mas o mar não tem varandas,
Fico da banda de cá.

Ó luar da meia-noite,
Tu és o meu inimigo;
Estou à porta do meu amor
E não posso entrar contigo.

O meu amor é Domingos,
Parente dos dias santos;
Não te posso desfrinhar,
Dominguinhas, entre tantos.

Ó luar da meia-noite,
Guarda-te lá para o verão;
Tu és o meu inimigo
Quando eu vou para o serão.

Se algum dia me casar,
Há de ser com um primo meu;
Quando élle se assanhar:
«Quem és tu e quem sou eu?»

O amar e saber amar
São dois pontos delicados;
Os que amam são sem-número,
Mas os que sabem são contados.

Da banda do mar vem a chuva,
Da serra vem a saraiva.
Como o meu amor se chama,
Não quero que ninguém o saiba.

O coração e os olhos
São dois amantes leais;
Quando o coração tem pena,
Os olhos dão os sinais.

Quem te pôs o nome Rosa,
Devia de adivinar,
Rosa no céu e na terra,
Rosa em todo o lugar.

A dama que dá ao damo,
É de fraco entender;
O damo que dá à dama,
É de muito bem querer.

Menina, trate-se bem;
Quem se bem trata, bem dura.
Eu vou comendo pão estreme,
Terra de tanta mistura.

O meu amor é aquêle,
Que eu no andar o conheço;
Tem o andar miúdinho
Como a fôlha do codeço.

Eu esta noite sonhei,
A outra sonhada a tinha:
Que estava na tua cama,
Acordei e estava na minha.

Ó minha pombinha branca,
Empresta-me o teu vestido;
Ainda que élle seja de penas,
Eu também de penas vivo.

A moça para ser moça,
Ninguém lhe há de pôr a mão;
Há de ser como a toupeira,
Que anda por baixo do chão.

Minha mali, case-me cedo,
Enquanto sou rapariga;
O milho sachado tarde,
Nem dá palha, nem dá espiga.

Menina, anda e mais eu,
Não tenhas medo à fome,
Que meu pai tem uma quinta
Que mantém a quem não come.

Meu amor, se queres bananas,
Apega-te à bananeira;
Vai comendo e vai botando,
Vai metendo para a algibeira.

Sim, senhora; não, senhora;
Foi a minha criação.
Quem quiser que o estime,
Há de dar a estimação.

Rolinha quo está rolando,
Onde irá fazer o ninho?
Ao pinheiro de Viana,
Ao mais alto ramalhinho.

A cantar ganhei dinheiro,
A cantar se me acabou;
Dinheiro mal ganhado
Água o deu, água o levou.

Coitadinha da rabaça,
Que está com os pés na friura;
Coitadinho de quem nasce
Ao mundo, sem ter ventura.

— Moleiro, anda para o céu!
— Senhor, não tenho vagar;
Tenho o fole (1) na moega,
Ainda está por mauiar.

(1) Saco de pele de carneiro para transportar o milho e a farinha para os moínhos.

Alfaiares não são homens, (1)
Nem se lho pode chamar;
Foram sete a uma aranha
E não a puderam matar.

— Alfaiares não são homens?!
Alfaiares homens são!
Se não fôssem os alfaiares
Andavas tu em leitão!

Fornecidas pelo Sr. José de Sousa Dias:

Limoeiro da calçada
Já não torna a dar limões,
Que lhe cortaram a rama
Para render corações.

Se tu fôres ao meu jardim,
Escolhe a flor que quiseres;
Só quero que tu me deixes
A flor dos bem-me-queres.

Ó oliveira do adro:
És mais alta que o padrão;
Quem não querer que o mundo fale
Não lhe dá ocasião.

Ó rosa de Alexandria,
Onde perdeste tu o cheiro?
— Perdi-o na tua cama,
Na renda do travesseiro.

Muito lindo é o carvalho
Que dá três frutos num tempo:
Bota a sua bugalhinha
Co'a sua môsca lá dentro.

Ó alta serra de neve!
Onde se pinta a cambraia;
Quem é limpo não se suja,
Antes que na lama caia.

A oliveira pequena
Que azeitonas pode dar?
Dará uma, dará duas
Quando muito carregar.

A maçã que tu me deste
Nem a comi, nem a dei;
Tenho-a na minha caixa,
Com ela te pagarei.

Debaixo desta ramada
Nem chove nem cai orvalho;
Menina, se há de ser minha
Não me dê tanto trabalho.

Toma lá que te dou eu
Estas quatro palavrinhas;
Já que não te posso dar
Dos meus olhos as meninas.

Eu subi ao limoeiro,
Cheguei ao meio, caí;
Se o limoeiro é morte,
P'ra morrer é que eu nasci.

O meu amor, coitadinho,
Lá vai nas ondas do mar;
E a água que mais leva
São bagadas de chorar.

Não procures subir alto,
Modera as tuas canseiras;
Há muitas vezes beleza
Mesmo nas ervas rasteiras.

Moro à beira do rio;
Minha vida é caçar peixe;
Eu quero deixar o mundo
Antes que o mundo me deixe.

(1) Desafio entre aldeões de Leverinho.

Vós chamais-me pequenina;
Sou mulher de minha casa;
Se não chegar à masseira,
Ponho-me em cima da rasa.

Vós dizeis que cante, cante...
— Cante quem tem alegria!
Como é que hei de cantar
Com a barriga vazia?!

Já vi o Sol nascer
Numa flor de veludo;
Tanta chança e tanto brio!
Vem a morte e leva tudo!

Os sete-estrelhos vão altos,
Os sete-estrelhos altos vão;
E a Lua é o celeiro
Onde o Sol guarda o pão.

Ó estrelinha do Norte,
Aguilha de marear:
Eu por ela me governo
Quando te quero falar.

Eu quero-te tanto bem
Que não sei onde te mèta,
No fundo do coração,
Na derradeira gaveta.

A rolinha se queixou
Que lhe tiraram o ninho;
P'ra que o fizeste, rôla,
Tanto ao pé do caminho?!

Maria, minha Maria,
O pecado te atentou;
Tu és como o peixe na água,
O mimo te derrancou.

Papagaio, pena verde,
Foi cantar ao meu jardim;
Pôs o pé na erva doce
E o bico no alecrim.

Anel de sete pedrinhas,
Salta fora do meu dedo;
Fôste tu o causador
De eu tomar amores tão cedo!

A Senhora da Saúde
Tem vinte-e-cinco janelas;
Quem me dera ser o Sol!
Que entrava por uma delas!

Hei de fazer um relógio
Das pernas dum caranguejo,
P'ra poder contar as horas
Dos dias que te não vejo.

Mariana é baixinha,
Traz a saia pela lama;
Quantas vezes te tenho dito:
— Ergue a saia, Mariana!

Estes mocinhos de agora
São franguinhos de vintém;
Prometi dez réis às almas
A ver se a barba lhe vem.

Sei uma saca de cantigas
E mais uma taleigada;
Se as canto hoje tôdas
P'ra amanhã não fica nada.

Adeus serra de encantos,
Adeus serra dos Açores,
Onde me eu tenho ficado
Por causa dos meus amores.

É no lugar de Broalhos,
O lugar que tem mais graça;
Tendo chafariz no meio
Dá de beber a quem passa.

Adeus, ó lugar da Lixa,
Ó terra das oliveiras,
Ó terra da gente santa,
Onde não há feiticeiras!

Eu hei de ir cantar a Arouca,
Quero arrasar os de Paiva;
Hei de lá ir em segredo,
De modo que ninguém saiba.

Ó Senhora da Saúde,
A vossa toalha cheira...
Cheira a cravos, cheira a rosas,
À flor de laranjeira.

Adeus ó lugar da Lixa,
Agora vai a valer:
Raparigas como cravos,
Rapazes onde escolher.

Outras trovas regionais amorosas e cantigas ao desafio:

É tão certo eu amar-te
Como o lenço branco ser;
E deixar de te amar
Quando o lenço a cõr perder.

Tu dizes que me não queres
Pela minha geração;
Sou sobrinha-duma rosa
E neta dum manjericão.

O gôsto que tem a salsa
Têm meus olhos em te ver;
Fôste meu amor primeiro,
Hás de ser até morrer.

Rosa que estás na roseira
Deixa-te estar até ver;
Que eu vou ao Brasil e venho;
Inda te hei de vir colhêr.

O papel com que te escrevo
Sai-me da palma da mão;
A tinta sai-mé dos olhos,
A pena do coração.

A silva verde cheirosa
Assubiu ao limoeiro;
Anda de ramo em ramo;
Se cai ao chão, perde o cheiro.

Vão os nossos corações
Dentro dum amor perfeito;
Quando vieres de Funtão
Não leveis tudo a cito.

Pega lá este raminho;
Leva silva de prisão;
Também leva lírio roxo
Que é sinal de apartação.

Salsa da beira do rio
Uma folhinha tempera;
Mais vale um amor de fora
Que vinte-e-cinco da terra.

AO DESAFIO

(ÉLE)

Assubiu ao limoeiro,
Lá no meio fiz encôsto;
Em amar-te fiz *bum* bem,
Não fôsses tu do meu gôsto.

Menina dos olhos verdes
Chegue-se aqui para mim;
Que lhe quero dar um cravo,
Uma rosa e um jasmim.

(ELA)

Cravo que o Sr. me oferece
Já o tenho em meu peito;
O jasmim e *maila* rosa
São favores que eu aceito.
Só queria que me dissesse
O nome que o Sr. tem;
Que eu pretendia saber
Como se chama o meu bem.

Com pena peguei na pena,
Com pena escrevi um S;
Com pena mandei dizer
Ao meu amor, que viesse.

(ÉLE)

O meu nome é Jacinto;
Breve lho quero dizer.
Grande pesar eu sinto
Quando a não posso ver.
Meu nome tem seus espinhos
Que defende os meus amores;
Rosa são gostos da vida,
Sou tratado com primor.

Já dormi na tua cama,
Já tua boca beijei;
Já logrei os teus carinhos,
E agora descansarei.

(ELA)

Por certo que deves ter
Espinhos bem penetrantes
Que oferecem compaixão
Aos compassivos amantes.
Eu também junto à rosa
Fico como o cordeirinho;
Mas sempre com o receio
Que me pique algum espinho.

Fui à fonte beber água
Bebi, tornei a beber;
Estava o meu amor em frente,
Consolei-me de o ver.

Passei pela tua porta,
Pus a mão na fechadura;
Não m'a quiseste abrir,
Coração de pedra dura.

Quem namora um estudante
Faz dois pecados mortais;
Faz com que ele perca as aulas
E gaste dinheiro aos pais.

Fui-me deitar a dormir
Ao pé da água que corre;
A água me respondeu:
Quem tem amores não dorme.

Ó mar largo, ó mar largo,
Ó mar largo, sem ter fundo;
Mais vale andar no mar largo,
Do que nas bocas do mundo.

Manjericão da janela,
Já te podes ir murchando;
Quem te regava, morreu;
Eu já me vou enfadando.

Não me atires com pedrinhas,
Que estou a lavar a louça;
Atira-me com beijinhos,
De modo que ninguém ouça.

Com pena peguei na pena
Com pena de te escrever,
A pena caiu-me ao chão,
Com pena de te não ver.

Os olhos do meu amor
São confeitos, não se vendem;
São balas com que me atiras,
Cadeias com que me prendes.

As estrélas do céu correm,
Tôdas numa carreirinha;
Assim corressem os beijos
Da tua boca para a minha.

O meu amor é *magala*,
Só à noite me vem ver;
Vem-te embora, ó *magala*,
Que já toca a recolher.

Olha para mim e ri-te,
Tira-te dessa tristeza;
Ainda que queiras, não achas
Coração de mais firmeza.

Julgavas em me deixares,
Que por ti deitava dó;
Bem fraco é o navio
Que tem uma amarra só.

Tu julgavas por me eu rir,
Que já me tinhas na mão;
Eu não sou tão rabaceira
Que côma a fruta do chão.

Julgavas em me deixares
Que me davas um desgôsto;
São pratos do prateleiro,
Um tirado, outro já pôsto.

Olha o tôlo, olha o vário,
Olha o mal ajuizado:
Foi pedir a filha ao pai
Sem com ela ter falado!

Menina, não te namores
De homem casado, que é p'rigo;
Namora-te dum solteiro,
Que possa casar contigo.

Quando era solteirinha,
Usava fitas e laços;
Agora que sou casada,
Trago meus filhos nos braços.

Solteirinha, não te cases,
Goza-te da boa vida;
Eu conheço uma casada
Que chora de arrependida.

Quem me dera ser casado,
Quem me dera dormir só;
Quem me dera ter meninos,
Dá-los a criar à avó.

Fôste dizer a meu pai
Que eu que andava a namorar;
O meu pai te respondeu:
A raiva é que faz falar.

O beijo que tu me deste
Sem teu pai nem m'ei saber,
Toma-o lá, já o não quero,
Que já lho foram dizer.

Sê tu estás arrependido
De algum bem que me fizeste,
Dá-me os beijos que te eu dei,
Que eu dou-te os que tu me deste.

Os olhos do meu amor
São duas contas escuras
Que eu rezo todos os dias
Dum rosário de amarguras.

Para te amar, deixei a Deus,
Olha, amor, o que eu perdi!
Agora, vejo-me só,
Sem amor, sem Deus, sem ti!

Vou andando, vou andando,
Vou regando o pé às flores:
Ai de mim, que vou amando
A quem tem outros amores.

O amar-te foi um sonho,
Foi uma variedade:
Foi enquanto não achei
Amores à minha vontade.

Meu amor, procura agrados,
Não procures formosura;
Formosura sem agrados
É viver na noite escura.

Meu amor, se fôres chamado
Ao tribunal das formosas,
Apega-te às moreninas,
Que as brancas são enganosas.

O meu coração é de bronze,
Fecha com dois cadeados;
Dum lado fecha o amor;
Do outro, pênas e cuidados.

O meu amor não é aquélle;
O meu amor traz chapéu;
Tem o andar miüdinho
Como as estrélas do céu.

O meu amor não é aquélle,
No andar bem o conheço;
Tem um andar miüdinho
Como a fôlha do codeço.

Passei pela tua porta,
Olhei para dentro e li
Um letreiro que dizia:
«Amor não sou p'ra ti.»

Eu, como sabia ler,
Tirei aquélle e pus outro:
«Amor, tu não és p'ra mim,
Nem eu p'ra ti, tampouco.»

Não chores, amor, não chores,
Que inda aqui estou contigo;
Chorarás quando me vires
No mar largo, sem abrigo.

Fui-me deitar a dormir
Onde a água quebra o lanço;
Quem tem a mulher bonita
Nem na cama tem descanso.

Suspirando, dando ais,
Anda o amor pela rua;
Suspira quando quiseres,
Que eu sou doutra, não sou tua.

Quando te eu amava, amor,
Tua mài que te dizia?
— Namora, filha, namora,
Que eu também assim fazia.

Quando te eu amava, amor,
Tua mài que te dizia?
Que eras pano de alto preço,
Que para mim não servia.

Açucena com o pé na água,
Dá-lhe o vento e balanceia;
Assim é o amor dos homens
Que em pouco tempo rareia.

Algum dia era eu
No teu prato a melhor sopa
Hoje em dia sou veneno,
Resalgar na tua bôea.

Eu dantes, para te ver,
Saltava trinta quintais;
Hoje, para te não ver,
Salto trinta ou inda mais.

Indo eu por aqui abaixo,
Como quem não vai a nada,
Pus-me a abanar uma pereira
Que nunca foi abanada.

Menina, se queres saber
Como é que se namora,
Mete o lencinho no bôiso,
Com a pontinha de fora.

Fui ao jardim passear,
Para espalhar a minha dor;
Fui encontrar teu retrato
Na mais formosa flor.

Os olhos pretos são falsos;
Os azuis são lisonjeiros;
Os olhos acastanhados
São os leais, verdadeiros.

Açucena com o pé na água,
Pode estar quarenta dias;
Eu sem ti, nem uma hora;
Tu sem mim, noites e dias.

Quero cantar, ser alegre,
Que a tristeza, não faz bem;
Inda não vi a tristeza
Dar de comer a ninguém.

O anel que tu me deste
Era de vidro e quebrou;
Assim dure a tua vida,
Como o anel me durou.

Roussinol que tão bem cantas,
Onde aprendeste a cantar?
— Nas varandas da rainha,
Quando o rei vai a passar.

Cravo branco à janela
É sinal de casamento;
Menina, recolha o cravo
Que p'ra casar, tem tempo.

Tu chamas amor-perfeito
Às cousas que a terra cria;
Amor-perfeito só há um,
Filho da Virgem Maria.

Da minha janela à tua
É um saltinho de cobra;
Eu inda espero chamar
À tua māi minha sogra.

O pouco que Deus nos dá.
Cabe numa mão fechada;
O pouco com Deus é muito,
O muito sem Deus é nada.

O meu amor, de chieira,
Não assenta o pé no chão;
Assenta, meu bem, assenta,
Que a chieira não dá pão.

Quem fala de mim, quem fala?
Quem fala de mim, quem é?
É algum chinelo vélho
Que não me cabe no pé.

Ó meu amor de tão longe,
Chega-te mais cá p'ra perto;
Já me dói o coração
De te ver nesse deserto.

A amora nasce da silva,
A silva nasce do chão;
A vista nasce dos olhos,
Nasce o amor do coração.

O meu amor disse que vinha
Lá quando a Lua viesse;
A Lua já acolá vem;
Meu amor não aparece.

Eu sou Sol, tu és a sombra,
Qual de nós será mais firme?
Eu como Sol a seguir-te,
Tu como sombra a fugir-me?

Quem tem pinheiros, tem pinhas;
Quem tem pinhas, tem pinhões;
Quem tem amores, tem zélos;
Quem tem zélos, tem paixões.

Como o vento é para o fogo,
É ausência para o amor;
Se é pequeno, apaga-o logo;
Se é grande, torna-o maior.

Se tu queres e eu quero,
Que nos importa os parentes?
É um ano, mais ou menos,
Que nós andamos indiferentes.

Arcipreste verde, triste,
Cópia da minha figura;
Verde qual minha esperança,
Triste qual minha ventura.

O demónio leve os ratos,
Leve os dentes das formigas;
Que me roeram os sacos
Onde eu trazia as cantigas.

Ausência tem uma filha
Que tem por nome *Saüdade*;
Eu sustento mãe e filha
Bem contra a minha vontade.

CANÇÕES MATERNAIS

Nana, nana, meu menino,
Que tua mãe logo vem;
Foi lavar os teus paninhos
Ao chafariz de Belém.

Quem tem meninos no berço,
O remédio é cantar;
Quantas vezes a mãe canta
Com vontade de chorar.

Vai-te embora, passarinho,
Deixa a baga ao loureiro;
Deixa dormir o menino
Que está no sono primeiro.

O meu menino é de ouro,
De ouro é o meu menino;
Hei de mandá-lo p'ro céu
Enquanto é pequenino.

ADAGIÁRIO REGIONAL

O adagiário dum povo representa a norma do seu viver — é toda a sua psicologia. Nele está condensada toda a filosofia e toda a moral duma nação ou até de toda a humanidade. Todos os seus costumes e crenças, a compreensão de todos os seus trabalhos, o fruto das suas experiências, a prática do seu viver, o resumo das suas tradições cu o grau da sua civilização, tudo se encontra expresso, numa concisão admirável, nessa coleção de aforismos ou adágios que são as verdadeiras sentenças populares. Citaremos os mais comumente usados em Gondomar; não se deve estranhar que para aqui se transcrevam muitos que também são conhecidos noutras regiões; é que se torna impossível seleccionar os que por ventura aqui têm mais voga; citá-los todos ou quase todos, é dar uma ideia geral do folclore filosófico do povo gondomarense.

A

A limpeza Deus a amou.
A racha atira à acha.
A necessidade é inimiga da virtude.
A ocasião faz o ladrão.
Amor com amor se paga.
A palavras loucas, orelhas moucas.
Ande eu quente e ria-se a gente.
A boda e baptizado não vás sem seres convidado.
A mulher e a sardinha quere-se da pequenina.
Atrás de mim virá quem bom de mim fará.
Antes que cases, olha o que fazes.
Até ao lavar dos cestos é vindima.
A bom entendedor, meia palavra basta.
Ao menino e ao borracho, põe Deus a mão por baixo.
A luz que vai adiante, alumina duas vezes.
Antes martelo do que bigorna.
Ao rico não devas, ao pobre não prometas.
As paredes têm ouvidos.
Águas passadas não mōem (aliás movem) moinhos.
A custa dos abades comem os reitores (ou à saúde dos abades bebem os reitores).
Ao meu pai não há quem lho dê; mas à minha mãe, não falta quem lho peça.
A ração não é para quem se talha, é para quem a come.
A gente vê caras, não vê corações.
A Deus o que é de Deus, a César o que é de César.
Abril frio e molhado, enche o celeiro e farta o gado.
A cada um, segundo seu merecimento.
A fé é que nos salva.
A união faz a força.
A ficharia de bico não faz ninguém rico.
Ande o frio por onde andar, no Natal cá vem parar.
A Cascais, uma vez e nunca mais.
À quarta-feira, nem cases a filha, nem urdas a teia.
Adivinhar é proibido.
Água mole em pedra dura, tanto dá até que a fura.
Amigos, amigos, negócios aparte.

A ordem é rica e os frades são poucos.
 Antes da sopa, molha-se a boca.
 Antes morte que má sorte.
 Aprender até morrer.
 Atrás do tempo, tempo vem.
 Azeite, vinho e amigo, o mais antigo.
 A chuva não quebra osso.
 A ferida do cão cura-se com o pelo do mesmo cão.
 A fome não tem lei.
 A inveja matou Caim.
 A raposa tem sete manhas; e a mulher, a manha de sete rãposas.

O sebe dura três anos; o cão três sebes; o cavalo três cães; o homem 3 cavalos; o corvo três homens e o elefante três cervos.

B

Burro velho não toma andadura.
 Boa romaria (ou festa) faz quem em sua casa está em paz.
 Burra que faz *im* e mulher que sabe latim, *libera nos Domine*:
 Boi solto lambe-se todo.
 Bezerrinha mansa mama na sua e na alheia.
 Bicho morto, cevada ao rabo.
 Bem prega Frei Tomaz: olha pra o que ele diz, não olhes pra o que ele faz.
 Bem canta Marta depois de farta
 Enas contas lança o preto, mas melhor o seu senhor.
 Barqueiro não paga a barqueiro.
 Borda molhada, boda abençoada.
 Boca que pedes, coração que desejas.
 Bácoro em celeiro, não quere parceiro.

C

Chuva de S. João tira o vinho e não dá pão.
 Cesteiro ou (canastreiro) que faz um cesto, faz um cento.

Com teu amo não jogues as peras, que ele come as maduras e dá-te as verdes.

Cada qual come do que gosta.

Comer é em casa, que na taberna é um roubo.

Comer a isca e cagar no anzol.

Casarás e amansarás.

Chega-te aos bons, serás um deles; chega-te aos maus, serás pior que eles.

Cada qual com seu igual e cada ovelha com sua parelha.

Comida feita, companhia desfeita.

Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso.

Cão que ladra, não morde.

Cada tolo com sua mania.

Casa quanta caibas, terra quantas vejas e dinheiro quanto gastes (ou contes).

Cada cabeça, cada sentença.

Cautela e caldos de galinha nunca fizeram mal a doidentes.

Cria fama e deita-te a dormir.

Cá e lá más fadas há.

Cada qual no seu ofício.

Cada um enterra seu pai como pode.

Cada um sabe as linhas com que se cose.

Cada um sabe de si e Deus de todos (e as beatas do que se passa em casa dos vizinhos).

Cães grandes nunca se mordem.

Carne de ontem, peixe de hoje (ou pão de hoje), vinho do outro verão, fazem um homem sâo.

Com homem perdido ninguém se meta.

Com tolos nem para o céu.

Cré com cré, lé com lé.

Criados e bois, um até dois.

Cresce e aparece.

Cruz na boca e o diabo no coração.

Coisa ruim não tem desvio.

Cada qual chega a brasa para a sua sardinha.

Canta Marta depois de farta.

Chi, coração! pipa de vinho, caixa de pão.

D

Do prato (ou da mão) à boca se perde a sopa.
 De Maio a Abril não há muito que rir.
 De fartas ceias estão as sepulturas cheias.
 Dos enganos vivem os escrivães.
 De hora a hora Deus melhora.
 Diz-me o que tens e aonde.
 Diz-me com quem andas (ou lidas), dir-te-ei as manhas
 que tens.
 Deus dá o frio conforme a roupa.
 Deus nos livre de maus vizinhos de ao pé da porta.
 Dá Deus as nozes a quem não tem dentes.
 Do pão do nosso compadre, boa fatia ao afilhado.
 Diz a panela (ou tacho) à certã: tira-te para lá, não me
 enfarrusques.
 Deus escreve direito por linhas tortas.
 Dor de parente, dor de dente.
 De boas intenções está o inferno cheio e o céu de
 boas obras.
 De pequenino se torce o pepino.
 Depois de roubado, trancas à porta.
 Deus nos dê muito e nos abunde (ou contente) com
 pouco.
 Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer.
 Deus que te assinalou, algum defeito te achou.
 De noite todos os gatos são pardos.
 Dia de S. Bartolomeu anda o diabo à solta.
 Da mulher e da sardinha, a mais pequenina; da mulher
 e da pescada, a mais alentada.
 Devagar se vai ao longe.
 Devagar, que tenho pressa.
 Depois da festa, a gente não presta.
 Depois da sopa, molha-se a boca.
 Deus castiga sem pau nem pedra.
 Dinheiro emprestaste, inimigo ganhaste.
 Duro com duro não faz bom muro.
 Dar uma no cravo, outra na ferradura.
 Deita estérco ao pão, que as terras to pagarão.

E

Em tempo de guerra não se limpam armas.
 Em Março tanto durmo como faço.
 Entre pais e irmãos não metas as mãos.
 Entre marido e mulher, nunca metas a colher.
 Em casa de ferreiro espeto de pau.
 Ensinar o padre-nosso ao vigário.
 Em casa do Gonçalo canta mais a galinha do que o galo.
 Em casa de enforcado, não se fala em corda.
 Em Maio, come as cerejas ao borralho.
 Em Abril queima a velha o carro e o carril e ainda em
 Maio queimou o resto que de Abril ficou.
 Enquanto o pau vai e vem, folgas as costas.
 Em Abril águas mil, coadas por um mandil.
 Escorregar não é cair — é meio caminho andado.
 Este mundo é uma bola — tanto anda como desanda.
 Está a chover e a dar Sol e a velha a tocar roussinol.
 Em que pensas, porco? — Na bolota.
 Ele a dar-lhe e a burra a fugir.
 Enquanto dura, vida doçura.
 Em Janeiro põe-te no outeiro; e se vires verdear, põe-te
 a orar; e se vires terrear, põe-te a cantar.

F

Filho és, pai serás; assim como fizeres, assim acharás.
 Fugir ao dever, que o pagar é certo.
 Fevereiro quente traz o diabo no ventre.
 Fia-te na Virgem e não corras, verás o tombo que levas
 (ou o trambolhão que apanhas).
 Filho de peixe sabe nadar.
 Fui a casa do vizinho e injuriei-me; vim a minha casa e
 arrremediei-me.
 Falar no mau e aparelhar o pau.
 Falar no diabo e ele à porta.
 Filho de burro, sai cavalo.
 Faz bem jejuar depois de jantar.
 Faz bem, não olhes a quem.
 Faz o mal, espera outro tal.

G

Grão a grão enche a galinha o papo.
 Grande nau, grande tormenta.
 Gato escaldado (ou pelado) de água fria tem medo.
 Galinha pedrês, nem a comas nem a dês.
 Guarda o que não preste, terás o que te é preciso.
 Gota a gota, o mar se esgofa.
 Gaba-te, cesta, que vais para a vindima.
 Ganharás o pão com suor do teu rosto.

H

Homem pobre, nem quieto, nem calado.
 Homem velho e mulher nova, filhos até à cova (ou corno ou cova).
 Homem prevenido vale por dois.
 Homem doente, homem para sempre.
 Homem de sete ofícios, em todos é remendão.
 Hora a hora Deus melhora.
 Homem honrado, antes morto que injuriado.
 Há males que vêm por bem.
 Há muitas maneiras de matar pulgas.
 Hoje por mim, amanhã por ti.
 Homem magro e não de fome, guarda-te dele, como de outro homem.
 Honra e proveito não cabem em saco estreito (ou não fazem jeito).
 Há sempre um chinelo velho para um pé doente.
 Há viver e há morrer.
 Honra sem proveito faz mal ao peito (ou faz queixa de peito).

I

Indo por caminho recto, de longe se faz perto.
 Infeliz ao jogo, feliz nos amores.
 Inverno chuvoso, verão abundoso.
 Inverno nevoso, ano formoso.
 Ir buscar lã e ficar tosquiado.

J

Já a formiga tem catarro.
 Jogo e bebida, casa perdida.
 Julguei que me benzia e quebrei o nariz.
 Janeiro molhado, se não é bom para o pão, não é mau
 para o gado.

L

Ladrão que rouba a ladrão, tem cem anos de perdão.
 Laranja, de manhã é ouro, ao meio-dia prata e à noite
 mata.

Lua nova e Lua cheia, prea-mar às duas e meia.
 Largos dias têm cem anos.
 Longe da vista, longe do coração.
 Lume (ou fogo) ao pé da estopa, vem o diabo e assopra.
 Leve o diabo paixões e venha a Maria para casa.
 Lá vai tudo quanto Marta fiou.
 Luar de Janeiro não tem parceiro; mas lá vem o de
 Agosto, que lhe dá de rosto.

M

Mais vale ser aguilhão do que boi.
 Muita parra e pouca uva.
 Muito e mal é geral; muito e bem, há pouco quem.
 Muito come o tolo; mas mais tolo é quem lho dá.
 Mais vale um gosto na vida, que seis vinténs na algibeira.
 Morreu por morrer, morra o meu pai que é mais velho.
 Mais vale prevenir, que remediar.
 Mais vale um «toma», que «dois te darei».
 Mais vale um pássaro na mão, que dois a voar.
 Morra Marta, morra farta.
 Mais sabe o tolo em sua casa, que o avisado na alheia.
 Mais vale só, que mal acompanhado.
 Muito riso, pouco siso.
 Mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo.
 Mais vale o mal da inveja, que o bem da caridade.

Mais vale cair em graça, que ser engraçado.
 Muito bem se canta na sé, mas é quem é.
 Mais vale quem Deus ajuda do que quem muito madruga.
 Madrasta o nome lhe basta.
 Mãos frias, coração quente, amor para sempre.
 Muitas graças a Deus, poucas com Deus.
 Mais vale pedir a Deus do que aos santos.
 Mais vale tarde, que nunca.
 Mais amor e menos confiança.
 Mais vale deixar a maus, que pedir a bons.
 Mais vale dizem «bem fiz eu», do que «se eu soubesse».
 Mais vale má avença, que boa sentença.
 Mais vale manha, que força.
 Mais vale pouco e bom, do que muito e mau.
 Mais vale ser invejado, que lastimado.
 Mais vale guardar, que pedir.
 Minha casa, meu lar.
 Mais vêem quatro olhos do que dois.
 Mal de muitos é conforto.
 Mãos quentes, coração frio, amor vadio.
 Mete a gente em sua casa, quem nos ponha fora dela.
 Migalhas também é pão.
 Morte desejada, vida prolongada (ou dobrada).
 Mudam os ventos, mudam os tempos.
 Muito padece quem ama.
 Morre quem morre, salta quem pode.
 Mal por mal cadeia que hospital (ou antes justiça que misericórdia).

N

Não há bela (ou formosa) sem senão.
 Não se pode servir a dois senhores, nem amar a dois amores.
 Nem tudo que reluz é ouro.
 Ninguém diga — desta água não beberei, nem deste pão não comerei.
 Ninguém é profeta na sua terra.
 Não há mal que sempre dure, nem berri que nunca acabe.

Não deixes para amanhã o que hoje puderestes fazer.
 Na casa onde não há pão, todos berram (ou ralham) e
 ninguém tem razão.

Ninguém as faz que as não pague.
 Na terra dos cegos, quem tem um olho é rei.
 Ninguém é pobre senão do juízo.
 Não se vai a Roma num dia.
 Não se caçam trutas a bragas enxutas
 Nem por muito madrugar, amanhece mais cedo.
 Nunca faltou um tolo para a corda do sino.
 No poupar é que vai o ganho.
 Não peças a quem pediu, nem sirvis a quem serviu.
 Na barba do tolo aprende o barbeiro novo.
 Ninguém vê o argueiro no seu olho, ainda que ele seja
 como uma traça.

Nem com toda a sede à pipa, nem com toda a fome à
 caixa.

Nevceiro na lama, chuva na cima.
 Ninguém está bem com a vida que tem.
 Não há regra sem excepção.
 Nada vem (ou se obtém) sem custo.
 Nunca o invejoso medrou, nem quem ao pé dele morou.
 Na primeira quem quer cai; na segunda cai quem
 quere.

Não há luar como o de Janeiro, nem amor como o
 primeiro.

Não há Entrudo sem Lua nova, nem Páscoa sem Lua
 cheia.

No S. Tiago pinta o bago.
 No dia de S. Martinho fura o teu pipinho (ou mata o teu
 porco e bebe o teu vinho ou vai à adega e prova teu vinho).
 Nem o bocado que vai para a boca, é certo.
 Ninguém é bom juiz em causa própria.
 Não se lembra a sogra que foi nora.
 Numa porta se põe o ramo, na outra se vende o vinho.
 Ninguém se arrependa de fazer bem.
 Ninho feito, pêga morta.
 Nada se faz sem tempo.

Não deixes o certo pelo duvidoso.
 Não é com vinagre que se apanham (ou se caçam) moscas.
 Não é pobre o que tem pouco, mas o que cobiça muito.
 Não faças aos outros o que não queres que te façam a ti.
 Não há amigo nem irmão, nãc havendo dinheiro na mão.
 Não há pior cego que o que não quere ver.
 Não há sábado sem Sol, nem domingo sem missa, nem segunda sem preguiça.
 Não há rosa sem espinhos.
 Nas ocasiões é que se conhecem os amigos.
 Nem sempre galinha, nem sempre rainha.
 Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.
 Nem têdas as verdades se dizem.
 Ninguém vê o argueiro no seu olho.
 No tempo dos cravos se cronheceem os asnos.
 Nem tanto, nem tampouco.

O

Os filhos de minha filha meus netos são; os dos meus filhos, ou serão ou não.
 O diabo cobre com uma ponta e descobre com a outra.
 O pai barca e a mãe arca.
 O que não mata, engorda.
 O burro não vai à feira pelas grandes orelhas.
 Onde há fumo, há fogo (ou logo fumega).
 O rei manda marchar, não manda chover.
 O que o berço dá, a tumba o tira (ou o leva).
 Onde mijá um português, mijam dois ou três.
 Onde há galo, não canta a galinha.
 O mal e o bem à cara vêm.
 Onde fores, ter, faz como vires fazer.
 O hábito não faz o monge.
 Ovelha que berra, bocado que perde.
 O medo guarda a vinha.
 O que se não faz em dia de Santa Luzia, faz-se no outro dia.

O teu inimigo é o oficial do teu ofício.
O homem põe e Deus dispõe.
O comer e o coçar está no começo.
Onde elas se fazem, afi se pagam.
O diabo não é tão mau como o pintam.
O pior de esfolar é o rabo.
O seu a seu dono.
O travesseiro é um bom conselheiro.
Olho por olho, dente por dente.
O Senhor mata sem faca.
O Senhor castiga sem pau nem pedra.
O amor e o dinheiro é chocalheiro.
O temporão nunca pediu ao serôdio.
Onde vais serôdio, atrás do temporão? Nem dáis palha,
nem dáis grão.
Os filhos nunca cheiraram mal aos pais.
Obra do comum, obra de nenhum.
Obra feita, dinheiro espreita.
O primeiro milho é dos pássaros.
O casamento e a mortalha do céu se talha.
Outubro quente traz o diabo no ventre.
Onde não há, el-rei o perde.
O calado é o melhor.
O cantar quere hora.
O homem é fogo, a mulher estôpa, vem o diabo e assopra.
Os homens não se medem aos palmos.
O lume ao pé da estôpa, vem o diabo e assopra.
Ódio velho não cansa.
O olho do dono engorda o cavalo.
Ouve cantar o galo, e não sabe onde.
O prometido é devido.
O que arde, cura e o que aperta, segura.
O que faz bem ao fígado, faz mal ao baço.
O que há de ser, tem muita força.
O que não tem remédio, remediado está.
O que tem o cu com as calças?
O saber não ocupa lugar.



O seguro morreu de velho.
 O segredo é a alma do negócio.
 O tempo tudo cura.

P

Pão de hoje, carne de ontem e vinho de outro verão,
 fazem o homem sāo.
 Para baixo todos os santos ajudam.
 Por bem fazer, mal haver.
 Pela boca perde o peixe.
 Para vilão, vilão e meio.
 Pede o guloso para o desejoso.
 Para tudo há remédio, até p'rā morte — que é morrer.
 Presunção e água benta, cada qual toma a que quere.
 Palavras leva-as o vento.
 Parentes sāo os dentes.
 Paga o justo pelo pecador.
 Para tudo se quere sorte.
 Pelos domingos se tiram os dias santos.
 Pela aragem se vê quem vai na carruagem.
 Pelo S. Martinho, mata o teu porco e prova o teu vinho.
 Pelo S. André quem não tem porco, mata a mulher.
 Pão quente dana a gente.
 Por cima de peras, vinho bebas e tanto que nadem as
 peras.
 Por cima de melão, vinho de tostão.
 Para trás mija a burra.
 Pêga só não faz ninho.
 Por o burro dar um coice, não se lhe há-de cortar a
 perna.
 Pagar em três prestações: tarde, mal e nunca.
 Pôr o loureiro numa parte e vender o vinho na outra.
 Pobre é o diabo, que ninguém o quere.
 Perdõo-lhe o mal que me faz pelo bem que me sabe.
 Palavra puxa palavra.
 Para amigos, mãos rotas.
 Para grandes males, grandes remédios.
 Para quem é, bacalhau basta.

Paz em casa, e guerra com todo o mundo.
Pecado confessado é meio perdoado.
Pelo dedo se conhece o gigante.
Pelo falar é que a gente se entende.
Pelo fio se vai ao novelo.
Perdigão perdeu a pena, não há mal que lhe não venha.
Pobrete e alegrete.
Pôr as barbas de mólho, quando estão as do vizinho
a arder.
Por fora cordas de viola; por dentão pão bolorento.
Por onde irás, Braz, que te não perderás?
Preso por ter cão e preso por não o ter.
Primeiro a obrigação, e depois a devocão.
Primeiro estão os dentes que os parentes.

Q

Quem se não sente, não é filho de boa gente.
Quem parte e reparte e para si não tira a melhor parte,
ou é tolo ou tem pouca arte (ou merece que o matem).
Quem se deita sem ceia, toda a noite rabeia.
Quem cabritos vende e cabras não tem, de algures lhe
vêm.
Quem com ferros mata, com ferros morre.
Quem é desconfiado não é certo.
Quem tem medo, compra um cão.
Quem o seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre.
Quem meus filhos beija, minha boca adoça.
Quem diz o que quere, ouve o que não quere.
Quem vai ao vento, perde o assento.
Quem tem amigos, não morre na cadeia.
Quem desdenha, quere comprar.
Quem tem telhados de vidro não atira pedras ao do
vizinho.
Quem não deve, não teme.
Quem engana a ladrão, tem cem anos de perdão.
Quem tem rabo, não se senta.
Quem a boa árvore se chega (ou encosta), boa sombra
o cobre.

Quem não se aventurou, nem perdeu nem ganhou.
 Quem quere a bolata, aírepá.
 Quem conta um conto, acrescenta-lhe um ponto.
 Quem boa cama fizer, nela se há-de deitar (ou nela há de dormir).
 Quem muito tem, muito gasta; quem pouco tem, pouco lhe basta; quem nada tem, Deus o mantém.
 Quem faz mal, espere outro tal.
 Quem sai aos seus, não degenera.
 Quem não vê, não peca.
 Quem faz o que pode, a mais não é obrigado.
 Quem me quere bem, diz-me o que sabe e dá-me do que tem.
 Quem o feio ama, bonito lhe parece.
 Quem semeia ventos, colhe tempestades.
 Quem se sujeita a amar, sujeita-se a padecer.
 Quem cala, consente.
 Quem andou, não tem para andar.
 Quem tem boca, vai a Roma.
 Quem dá antes que morra, merece uma cachaporra.
 Quem para diante não olha, para trás tornâ.
 Quem muito fala, pouco acerta.
 Quem tem filhos, tem cadilhos; quem os não tem, cadilhos tem.
 Quem porfia, mata caça.
 Quem dá aos pobres, empresta a Deus.
 Quem não pode, trapaceia.
 Quem dá e torna a tirar, ao inferno vai parar.
 Quem muito dorme, pouco aprende.
 Quem te fez alveitar foi o mal dos meus burrinhos.
 Quem aos 20 não é, aos 30 não tem, aos 40 não é ninguém.
 ☺ Quem tudo quere, tudo perde.
 Quem paga o que deve, sabe quanto lhe fica.
 Quem dá o que tem, a pedir vem.
 Quem vai à guerra, dá e leva.
 Quem anda à chuva, molha-se.
 Quem tem capa, sempre escapa; e quem a não tem, escapa também.

- Quem tem burro e anda a pé, mais burro é.
Quem muito pede, muito fede.
Quem comeu a carne, que rôa os ossos.
Quem não quere ser lobo, não lhe veste a pele.
Quem quere vai; quem não quere, manda.
Quem não tem, não pode dar.
Quem não sabe, é como quem não vê.
Quem mais jura, mais mente.
Quem não semeia, não colhe.
Quanto tens, quanto vales.
Quem fez a casa na praça a muito se aventurou; uns dizem que ficou baixa, outros que de alta passou.
Quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita.
Quem levou os teus dentes? Foi o vinho frio e as castanhas quentes.
Quando mal, nunca maleitas.
Quem mais tem, mais quere.
Quem não trabuca, não manduca.
Quem se faz mel, as moscas o comem.
Quem demos compra, demos vende.
Quem não tem bois, ou semeia antes ou depois.
Quem trás calça branca em Janeiro, ou é tolo ou tem pouco dinheiro.
Quando não chove em Fevereiro, nem bom prado, nem bom lameiro, nem bom corno no carneiro.
Quem o alheio veste, na praça o despe.
Quando o mal é de morte, o remédio é morrer.
Quem ao mais alto querer subir, ao mais baixo vai cair.
Quem aos 30 não pode, aos 40 não sabe e aos 50 não tem, nunca será ninguém.
Quem as arme, que as desarme.
Quem casa, quere casa.
Quem corre por gosto, não cansa.
Quem dá é tio.
Quem dá o pão, dá o pau.
Quem novo não morre, de velho não escapa.
Quem dorme, dorme-lhe a fazenda.
Quem de uma escapa, cem anos vive.
Quem é pobre, não tem vícios.

Quem é teu inimigo? — o oficial do teu ofício.

Quem é tolo, pede a Deus que o mate ou ao diabo que o leve.

Quem escrrega, também cai.

Quem era, desespera.

Quem espera, sempre alcança.

Quem está bem, deixa-se estar.

Quem mal não tem, mal não cuida.

Quem me avisa, meu amigo é.

Quem muito escolhe, pouco acerta.

Quem muito se abaixa, o rabo se lhe vê.

Quem não aparece, esquece.

Quem não tem que fazer, faz colheres.

Quem não tem vergonha, todo o mundo é seu.

Quem pensa, não casa; e quem casa, não pensa.

Quem pregunta, querer saber.

Quem se deita com crianças, amanhece borrado.

Quem se mata, morre cedo.

Quem se mete por atalhos, não se livra de trabalhos

Quem se querer bem, sempre se encontra.

Quem se veste de ruim pano, veste-se duas vezes no ano.

Quem tarde vier, comerá do que trouxer (ou do que houver).

Quem te manda a ti, sapateiro, tocar rabecão?

Quem te não conhecer que te compre e saberá a prenda que leva.

Quem tem amores, não dorme.

Quem tem cu, tem medo.

Quem tem frio, embrulha-se na capa de seu tio.

Quem tem unhas, que toque guitarra.

Querer atrancar o céu com as pernas.

Quem apanha a azeitona antes do S. Nicolau, deixa o azeite no pau.

Quem apanha a azeitona antes do Natal, deixa o azeite do olival.

Querê-lo dado e arregaçado.

Quando Deus queria, até da serra chovia.

Quem tiver juízo, agradeça ao Senhor.

Quem quere caçar, não diz chô!

Quem não tem dinheiro, não tem vícios.
 Quem vai à festa, três dias não presta.
 Quem vê as barbas do vizinho a arder, ponhas as suas
 de molho.
 Quem vier a trás, que feche a porta.
 Quanto mais burro, mais peixe.
 Quem canta, seu mal espanta.
 Quem espera por sapatos de defunto, toda a vida anda
 descalço.

R

Remenda o teu pano, chegará até ao ano.
 Rei morto, rei posto.
 Ralham (ou zangam-se) as comadres, descobrem-se as
 verdades.
 Roma e Pavia não se fizeram num dia.
 Rogar ao santo, até passar o barranco.
 Ruço de má pêlo, má casta e má cabelo.

S

Se fores a Roma, faz-te romano.
 Se não fores casto, sé cauto.
 Se neste mundo queres gozar, é ver, ouvir e calar.
 Se queres que teu filho engorde e cresça, lava-lhe o corpo
 e rapa-lhe a cabeça.
 Se queres ser pobre, sem o sentir, mete obreiro e deita-te
 a dormir.
 Segredo em boca de mulher, é manteiga em focinho
 de cão.
 Sem tempo nada se faz.
 Semeia e cria, viverás com alegria.
 Só dura a mentira, enquanto a verdade não chega.
 Só lembra Santa Bárbara quando troveja.
 Sua alma, sua palma.
 Segredo de três, o diabo o fez.
 Santos de ao pé da porta não fazem milagres.

Só se veja quem só se deseja.
 Se queres conhecer o vilão, mete-lhe a vara na mão.
 Sabidas as contas, linhas quebradas tudo são pontas.
 São mais as vozes que as nozes.
 Sobre queda, coice.
 Se queres bom conselho, pede-o ao velho.

T

Toda a medalha tem duas faces.
 Todos somos almoocreves; na mesma estrada andamos e na mesma nos encontramos.
 Todo o burro come palha — a questão é saber-lha dar.
 Tantas vezes vai o cântaro à fonte, que lá deixa a asa.
 Tão ladrão é quem entra dentro, como quem fica fora.
 Todos os caminhos vão dar a Roma (ou vão ter a Roma).
 Três vezes nove, vinte e sete: quem matou o cão foi o Baeta.

Tempo trás tempo e chuva trás vento.
 Telha de igreja, sempre goteja.
 Tal pai, tal filho.
 Tristezas não pagam dívidas.
 Três luzes a arder, deitam uma casa a perder.
 Tu que sabes e eu que sei, cala-te tu, que eu me calarei.
 Todos vão, todos vão, mas nenhum como o dono do furão.

U

Usa e serás mestre.
 Um mau presente duas mãos suja.
 Uma mão lava a outra e ambas o rosto.
 Uma desgraça nunca vem só.
 Um burro carregado de livros é um doutor.
 Um dia não são dias.
 Um homem é um homem, e um gato é um bicho.
 Um no papo, outro no saco e chora pelo que está no prato.
 Uns comem os figos, a outros rebenta-lhes a boca.
 Uma nódoa cai em bom pano.

V

Voltou-se o feitiço contra o feiticeiro.
Vozes de burro não chegam ao céu.
Viva a galinha com sua pevide.
Vermelho ao nascente, chuva de repente.
Vermelho para a serra, chuva na terra; vermelho para o mar, Sol no ar (ou as velhas a assoalhar).
Velha que seja a panela, há sempre um testo para ela.
Vão-se os anéis e fiquem os dedos.
Velho que de si cura, cem anos dura.
Vento suão cria palha e grão.
Vinho velho, amigo velho, ouro velho.
Vinte galinhas e um galo comem tanto como um cavalo.
Viúva nova e rica, casada fica.

VOCABULÁRIO REGIONAL

De há muito se pensa em recolher por todo o País essa imensa aluvião de vocábulos que completariam o nosso dicionário. As entidades competentes não têm descorado esta importante fonte de psicologia nacional. Uma Circular ao Professorado e ao Clero para a Investigação vocabular, apresentada em 16 de Fevereiro de 1915, por Óscar de Pratt, diz assim:

«A Academia de Ciências de Portugal, como colectividade Scientífica a cuja obra o estudo e conservação da língua pátria estão particularmente afectos, reconhecendo a necessidade de se proceder à pesquisa e catalogação de milhares de vocábulos que, disseminados pela linguagem provincial, não foram ainda registados, constituindo contudo elementos de riqueza vocabular muito importantes na organização do léxico português e no estudo da sinonímia, resolveu proceder a uma investigação geral e minuciosa à linguagem de todo o País.»

Esta resolução, enviada às entidades acima referidas, é acompanhada dum plano de investigação vocabular e seguida, em 11 de Fevereiro de 1916, do Primeiro Relatório dos trabalhos sobre a investigação vocabular, apresentada

pelo referido Sr. Óscar de Pratt, que se encarregou do «honroso mandato» conferido pela Academia.

O que neste capítulo apresento é o pouco com que pude contribuir para o efeito desejado.

TERMOS REGIONAIS

A

- Abaluar* — avaliar.
- Acafunhar* — afocinhar.
- Adebertino* — divertido.
- Adequerido* — querido, estimado.
- Adonde* — onde.
- Afanfar* — espancar.
- Afinfar* — idem.
- Aflautar-se* — preparar-se.
- Ai* (ir num...) ir depressa.
- Alambasar-se* — apropriar-se.
- Alambusar* — sujar.
- Alborar* — fugir.
- Aldeheiro* — vâdio.
- Aldear* — vagabundear.
- Alheta* pôr-se na... fugir.
- Almorróides* — hemorróidas.
- Alonso* — lorpa.
- Alquitetes* — esperto.
- Alumiar* — nomear.
- Anaíño* — anão.
- Antrolhas* — antolhos.
- Anzonice* — intriga (onzenice).
- Apadejar* — bater a massa na gamela, antes de a lançar ao forno.
- Apancado* — maluco.
- Aparafusar* — matutar.
- Apilarado* — aperfeiçoado.
- Arcipreste* — cipreste.
- Armuntolia* — almotolia.
- Arola* — pêta.
- Arrebolar* — atirar fora.
- Arreguiilar* (os olhos) abrir muito.

- Assobalhar* — sujar.
- Astrebido* — atrevido.
- Atrafaís* — ataíais.
- Azambrado* — mal ajeitado.

B

- Badola* — parvo, palrador.
- Banzado* — espantado.
- Bautaul* — avental.
- Bragasta* — vergasta.
- Bresunda* — pândega.
- Bum* — bem ou muito. *Bum bem*, isto é, muito bem.
- Bumbum* — bebida dada à criança.

C

- Cachola* — cabeça.
- Çafate* — açafate.
- Carrapichos* — caracóis de cabelo.
- Caroço* — dinheiro.
- Cartola* — bebedeira.
- Catracego* — vesgo, estrábico.
- Chaniscas* — súfiças pequenas.
- Chedas* — homem desconhecido.
- Chelindró* — cadeia, prisão.
- Chimprar* — baptizar em casa o recém-nascido.
- Chieira* — basófia, vaidade.
- Chiscar* — sujar levemente.
- Chisquinho* — nisquinho, um bocadinho.
- Choringar* — choramingar.
- Coirão* — mulher de má nota.
- Coisíssima nenhuma* — coisa nenhuma.

D

- Desalborar* — fugir.
Desougar — dar de comer ou beber a quem está com vontade.
Depois — depois.
Destrambilhado — desajeitado.
Disma — dízima.

E

- Encabadeira* — embaçadeira.
Enchousar — agredir muito.
Encorricado — enrugado.
Encrena — dificuldade grande.
Entervém — refeição frugal às 10 horas.
Entrosilhado — torto das pernas.
Exertar — encetar, começar.
Enxofrado — melindrado.
Escarinicar — escarnecer.
Escarúntio — esquesito.
Escupir — cuspir.
Espicular — explorar, observar.
Esterlicado — estendido, teso.
Estrepasse — trespasso.
Estomagado — zangado.
Exaustinado — exaltado, fúriso.

F

- Faia* — janota.
Fazer-boca — comer antes de beber.
Fiúsa — matreiro
Fulestrias — fanfarronices.

G

- Gazeiar* — vadiar.

H

- Harmónicas* — suíças ou barbas.

I

- Imbiciñar* — ambicionar.
Imbigo — umbigo.
Impanzinado — cheijo, farto.
Imparo — amparo.
Impor — despedir, empandeirar.
Imprasto — emplastro.
Imprègado — entrèvado
Inchinho — ancinho.
Incorrificado — encarquilhado.
Infingir — fingir.
Ingadilhar — brigar corpo a corpo.
Ingeminar — examinar.
Ingrolar — burlar.
Insurfatar — sulfatar.
Intapuir — entupir.
Intestilar — disputar.
Irtego — hirto.
Izamina — exame.

J

- Jagodes* — homem sem importância.
Jangadas — homem deselegante.
Jergulina — aguardente.
Jessé — o diabo. (Pintou...).
Jibata — chibata.
Jirómeno — Jerônimo.

L

- Labrosque* — labrego.
Labrosta — labrego, rústico.
Lamparina — bofetada.
Lâmpego — relâmpago.
Larada — grande porção de escremento.
Larica — fome.

Le — lhe.

Leiteira — muita sorte.

Loje — loja.

Lôstra — bofetada.

M

Magicar — pensar.

Malhado — fajardo.

Mancebo — pau ao alto para
segurar a candeia.

Mandrana — mandrião.

Mánica — balão de papel.

Manipolo — monopólio.

Maricandeiro — maricas.

Mascambilha — maroteira,
mixórdia.

Matéria — pús saído das fe-
ridas.

Matinar — matutar, pensar.

Matrona — mulher preguiço-
sa.

Medricar — medroso.

Melúria — astuto, sonso.

Mestre-cadela — professor
inculto

Moita — caluda!

Molhelhas — almofadas sobre
o pescoço dos bois, por bai-
xo do jugo.

Morcão — homem estúpido.

Morcona — lorpa, mulher es-
túpida.

Morraça — mau vinho.

Morrasco — morrão.

Morrinha — chuva miúda.

Morrinheira — chuva miúda.

Mosquete — bofetada.

Móssega — mossa.

Mula — homem velhaco.

Músico — manhoso.

N

Nádoa — nódoa.

Nassa — borracheira.

Nisquinha — tudo-nada.

Nisquinho ou nísquito — idem.

O

Ospois — ao depois.

Ougailha — igualha.

Ougar — aguar.

Oupa! — bem está!

P

Pamba! — interjeição que si-
gnifica pancada ou estron-
do produzido por ela.

Papa-córda — papa-açorda.

Patelas — mãos grandes.

Patrasana — lorpa, mal ajei-
tado.

Pelém — fraco, sem saúde.

Pelingrino — peregrino.

Peneira — pobretão.

Pequirrichinho — pequerrucho.

Percebelho — percevejo.

Pibede — pevide.

Pireza — (pôr-se na...) ou
pôr-se no piro — fugir.

Podreca — podre, fraco.

Podrica — idem.

Prausa ou prosa — pedanta-
ria.

Prenóstica — esquisitece, ba-
sófia.

Pumba — o mesmo que pam-
ba.

R

Rabistel — rabo, traseiro.

Ratar — dizer mal de al-
guém.

Rais parta — raios partam.

Restôlho — marulho ou ban-
zé.

Rópia — vaidade, basófia.

Roupa-velha — certa comida
que fica para o dia seguin-
te.

Rusgata — pândega, rusga.

S

Sacana — mau carácter.
Salbage ou saurbage — selvagem.
Santinho — nome dado a quem se não conhece e com quem se fala.
Saramaganta — salamandra.
Sarrabiscar — garatujar.
Serandar — andar para trás e para diante. Fazer serão.
Solipas — barbas ou suíças.
Songuinha — hipócrita, calado, traiçoeiro.
Sostrão — mulher preguiçosa.
Sustância — substância.

T

Tachas — os dentes.
Tacholas — idem.
Taina — pândega.
Tero-lero — falador.
Tio — o senhor F...

Tódolos — todos os.
Toscar — presenciar, observar.
Trambolasana — homem desajeitado.
Trambicar — enganar, codilhar.
Trapola — parlapatão, trapalhão.
Tringalhada — coisa sem jeito.
Troupiar — tropejar, fazer barulho com o calçado nos pés.

U

Ugal — igual.
Ulibes — ourives.
Urca — embarcação (gordo como uma...)

Z

Zé-faz-formas — homem sem valor.
Zurca — maluco.

LOCUÇÕES POPULARES, MAIS USADAS

A nossa terra tem uma variedade de expressões populares, por isso que parte do concelho se deixa influenciar pela convivência que mantém com a gente da cidade, e outra parte conserva, lá para o alto concelho, suas falas regionais, portanto mais apreciáveis. Não é fácil, porém, descriminar umas das outras, razão por que vão todas incluídas, e apenas catalogadas pela letra inicial de cada expressão.

A

Aparar esse pião à unha. Achar uma agulha em palheiro. Acordar o cão que dorme. Andar a ler ou treler. As duas por três. Até virem os peixeiros. Até se lhe tocar com os dedos. Aos pares como os frades. Aparar-lhe o jogo. Andar com a

cabeça à razão de juros. Andar o carro adiante dos bois. Aprender na aula do mestre Cadela. Ainda a procissão não está na rua. Assobiar-lhe às botas. Aqui para nós que ninguém nos ouve. A terra lhe seja leve! A ver em que param as modas. Assim comássim... Anda coisa no ar. Arreganhar a tacha. Arrotar que nem um lavrador. A que porta foi bater! Anda a estudar para galgo. Agarrar-se às abas da casaca de alguém. Achar forte. Assim querem, assim o têm. Arrotar postas de pescada. Apanhar uma turca ou nassa. Andar de candeias às avessas. Atirar-se como o gato a bofes. Aparar as unhas rentes. Andar na lua. Afinar com a história. A leite de pombas. A queima-roupa. À certa confita... Andar no mundo por ver andar os outros. A fingir pau preto. A armazemar ao efeito. Assoar-se a esse guardanapo. As cerimónias são para a missa. A pensar na morte da bezerra. Atirar a pedra e esconder a mão. Amigo de Peniche. Andar ao deus dará. Apertar o torniquete. Afogar-se em pouca água. Apanhar alguém com a boca na botija. Andar de beiça caída. Andar de nariz torcido ou de cara à banda. Arrebitar a orelha. Assentear as costuras. Arrefecer-lhe o céu da boca. Aproveitar o farelo e desperdiçar a farinha. Atirar-se de cabeça. Andar a brincar com o fogo. Andar de orelha murcha. Atifar os cães. Apertar ou alargar os cordões à bolsa. Armar ao pingarelho. Armar um sарilho dos diabos. Agarrar com unhas e dentes. Apanhar alguém descalço. Andar com as calças na mão. Apanhar lenha para se queimar. A toque de caixa. Ao bota fora. Anda mouro na costa. Ao pintar da faneca. Ao deus dará. Aguentar-se no balanço. A torto e a direito. Ainda por cima le bateu. A ver navios da praia. Andar numna fona. Andar a laurear a cadela (vagabundo). Andar à gandala. Andar para trás, como o caranguejo. Andar com a filoxera (sem vintém). A má cara. A matroca. A posta do leão. Alma até Almeida. Agora reza-lhe por alma. Assim... assim... tem-te não caias. Anda aqui caveira de burro. Arrastar a asa. Apalpar-lhe o pulso.

B

Bem te conheço, meu pau de laranjeira. Bater em ferro frio. Bater a boa porta. Bater a bota. Bater-lhe o pé. Botar

pocira aos olhos de... Borrar a pintura. Bulir-lhe na ferida. Beber do fino. Beiça de palmo e meio. Botar o barro à parede a ver se pega.

C

Custa os olhos da cara. Chi, do coração. Cabeça de avelã ou de vento. Corno e aperriado. Comer a dois *carrinhos* (aliás a dois carrilhos). Cair de cangalhas. Cair como um pato. Comer o pão que o diabo amassou. Como Pilatos no credo. Cubra-se, que aqui não há santos. Crescer a água na boca. Comer a isca e cagar no anzol. Chover no molhado. Cair como sopa no mel. Com pés de lã. Correr Seca e Meca. Cara de caso. Como cão por vinha vindimada. Cair pela pereira abaixo. Comer à tripa forra. Cortar-lhe as asas. Carne sem osso. Como quem perdeu na renda. Confundir alhos com bugalhos. Cheirar a esturro. Chegar-se ao rego. Cuspir para o ar. Comer-lhe as papas na cabeça. Cada cavadela, cada minhoca. Cortar-lhe na casaca. Com a pedra no sapato. Chegar-lhe ao bico. Contar tim-tim por tim-tim. Chucha, que é cana doce. Cantar a moliana (chorar). Com dois dedos de gramática. Com o rei na barriga. Com duas pedras na mão. Com seiscentos diabos! ou com seiscentas pipas! Cair das nuvens. Caldo entornado. Cantar-lhe de grosso. Com os machos carregados. Como quem não quere a coisa. Com olhos de carneiro mal morto. Co'a breca! Com o credo na boca. Como tolo no meio da ponte. Contas e borracha. Cor de burro quando foge. Como Deus com os anjos. Cruzes, canhoto! Cara de poucos amigos. Chegar a brasa para a sua sardinha. Canta, que logo bebes... Corta água, vento e abóbora cozida. Chama-lho, antes que to chamem. Cair em si. Como o gato por brasas. Canta conforme lhe tocam. Contar pi á pá, santa Justa. Com o sangue na guelra. Cair de af abaixo. Com as costas quentes. Como quem malha em ceiteio verde. Cantigas, ô Rosa!

D

Dar água pela barba. Dar-lhe água de cu lavado. Dar uma no cravo, outra na ferradura. Dar terra para feijões. Dar mel pelos beiços. Do bom e do melhor. Dar com as ventas num sedeiro. Dar com os burros na água. Dar às de Vila Diogo. Dizer cobras e lagartas. Dar por paus e por pedras. Dançar num pé só. Deitar pérolas a porcos. Diga, diga, de que banda lhe dói a barriga. De corpinho bem feito. Dar-lhe com a porta na cara. Dar à língua ou dar com a língua nos dentes. Dar-lhe o pé e tomar a mão. De cabelinho na venta. De nariz torcido ou de cara à banda. Deitar poeira aos olhos de ... De caixão à cova. Dar pulos de corça. Doutor de lareira. Dizer-lhe quantas se vendem ao vintém, ou se dão à real. Deitar água na fervura. Dar em água de bacalhau. Descalçar a bota. Dar no vinte. De mão beijada. Desfiar a meada. Deitar um remendo. Deitar o barro à parede. Deitar a fatecha. Desmanchar a igrejinha. Dar em droga. Dar de mão. Dar um coice no bico dum alfinete. Dar sorte ou dar o triste pio. Dar-lhe delas. Diz-lhe que sim e mais que também... Deu-lhe para ali. Dar-lhe corda. Do pé p'rá mão. De costas direitas. Dar ao diabo a cardada. Dois galos num poleiro. De candeias às avessas. Dar-lhe na veneta. De caixas encoiradas. Dar-se como cão com o gato. Dizer a letra com a careta. Deixar-se ir no balão ou no embrulho. Dar no goto. Dar-lhe com um trapo quente. Dar a verrúma em prego. Dar a mão à palmatória.

E

É um louvar a Deus. Estás lá ou és de gesso? Esperar-lhe pela volta. É de lhe tirar o chapéu. Estar um brinco! É levado da breca! Está para cair algum santo do altar. Estar entre a cruz e caldeirinha, ou entre a espada e a parede. É de arregalar o olho! Estar a rastos de barato. É da terra do *lú vem um*. Estar-se nas tintas. Estar como uma nassa. Esta tem te não caias. Estar com um grão na asa. Esta é de escêcha-pessegueiro! Em palpos de aranha. Enfiar a carapuça até às orelhas. Engraxar as betas a... Estender o fiado.

Espantar a caça. Encolher as garras. Estar de pernas abertas. Fimrenhar pelos ouvidos. Em primeiro ou em segunda mão Espreitar o furo. Esperar por sapatos de defuntos. Esticar a canela ou o pernil. Em dia de são nunca à tarde. Estar como peixe na água. É o menino Isac. Estar de pedra e cal. Entrar por um ouvido, e sair por outro. Entrar com o pé direito. É de pelo na venta. Esteve *vai não vai* para... Era *não era*, andava a lavrar. É da minha criação. Engolir em sítico. É para ali uma mosca morta. Estar têso (sem vintém). Encontrar a fórmula do seu pé. Estão verdes... nem os cães as podem tragar. É fino, mas não caça ratos. É pássaro bisnau. É de arreppiar os cabelos! Esmurrar-lhe a focinheira. É carne da perna. Escapar pela malha. É um pau de virar tripas. Estourou-lhe a castanha na boca. Em Aveiro sem sapatos.

F

Falo eu ou chia um carro? Ficar justo como uma luva. Fazer o mal e a caramunha. Fazer-lhe o ninho atrás da orelha. Ficar têso. Fazer-se de novas ou fazer-se Lucas. Fazer-se Alonso ou fazer-se fino. Fazer cruzes na boca. Ficar a ver navios. Ficar para tia. Fazer força de vela. Fazer um figurão Fazer a parte. Ficar a olhar para ontem. Ficar em maus lençóis. Ficar ou andar com a pedra no sapato. Ficar sem pinta de sangue. Falar de cima da burra. Ficar com o caldo entornado. Fazer o diabo! Ficar como tolo no meio da ponte. Fazer figura de sendeiro. Fidalgo de meia tejela. Fazer castelos no ar. Fechar-se em copas. Fazer mão baixa. Fazer ofício de corpo presente. Fica-lhe a matar. Fazer de alguém gato-sapato. Fazer ouvidos de mercador. Ficar como uma tumba. Fazer cera. Fazer rir as pedras. Fam como te fam. Falar à politega. Fazer andar alguém com o cu de roda. Falar de papo. Fugir, como o diabo da cruz. Fazer das tripas coração. Ficar-se nas tintas. Fazer a festa e deitar os foguetes. Foi chão que deu uvas. Fazer-lhes as caridades. Foi lá o diabo a quatro. Fazer rapa-pés. Fazer o seu pé de alferes. Ferver em pouca água. Fugir com o rabo à seringa. Foi um dia de juizo! Ferrar-lhe o cão. Favas contadas.

H

Haver de pôr alguém a assar. Há de tudo, como na botica. Há de lhe dar o pago. Houve sermão e missa cantada... Houve mosquitos por corda. Há de saber ao que veio. Homem das Arábias. Há de ainda comer primeiro muitas rasas de sal.

I

Ir tudo por água abaixou. Impingir ou passar.lhe o conto do vigário. Ir com as troixas. Ir tudo raso. Ir às nuvens. Ir no balão. Ir a Valongo ou ir à Serra. Ir ao beija-mão de alguém. Ir pentear macacos. Ir aos arames. Ir na cola de alguém. Ir no conto. Importar-se tanto disso, como da primeira camisa que vestiu ou como da sua avó torta.

J

Jogar as cristas. Jogar com um pau de dois bicos. Jogo franco, cartas na mesa. Já a formiga tem catarro. Já cá canta. Já olha para a sombra. Já deu o que tinha a dar.

L

Levar para tabaco. Levado da breca. Levar água no bico. Levar a água ao seu moinho. Levar couro e cabelo. Lágrimas de crocodilo. Ler nas entrelinhas. Levar à pincha. Ladrar à Lua. Levar à bebida. Limpar as mãos à parede. Levar vida flauteada. Léguas da velha. Lavar a roupa suja. Levar a cruz ao calvário.

M

Mandar plantar batatas. Mandar bugiar. Metido num sino. Metido numa camisa de onze varas. Maria vai com as outras. Meter o rabo entre as pernas. Manteiga em nariz de cão. Mosquitos por corda. Meter o nariz aonde não é chamado. Molhar a sua sopa. Matar o bicho. Meter-se como piolho pela costura. Mentir com quantos dentes tem na boca. Mentir como

cêsta rôta. Mata que é danado. Meter alguém num chineio. Meter-se na boca do lobo. Meter o bedelho. Meter palha para a albarda. Meter as mãos nos bolsos de alguém. Meter os pés pelas mãos. Marcar compasso. Meter a viola no saco. Meter-se pelos olhos dentro. Muita festa para a festa. Mañhar em ferro frio. Marcar lá dois tentos. Meter-lhe os tampos dentro. Mostrar uma candeia a um cego. Me melem se fui eu! Metido num beco sem saída. Meter-lhe a fala no bucho. Mandar alguém àquela parte... Mangar com as tropas. Meter os pés à parede. Mais um tolo, para a corda do sino. Meter uma lança em África. Mandar alguém àquela banda. Mais arrôha, menos quintal. Meteu bispo (a comida). Meu dito, meu feito. Moça de trus. Mandar ir abaixo de Braga. Maré de carvoeiro. Meter o seu gato. Mandar alguém à fava.

N

Não dar o braço a torcer. Nem lá vou, nem faço *minga*. Não meter prego nem estôpa. Não ter perna manca. Não vai por ai o gate às filhoses. Não poder ver uma camisa lavada no corpo dos outros. Não saber de que freguesia é. Não saber patavina. Não pregar olho. Não ter eira nem beira, nem ramo de figueira. Não saber qual é a sua mão direita. Não saber dar o nome aos bois. Não ver toca donde saía coelho. Não cair em saco ou cesto roto. Não ter papas na língua. Não ter aonde cair morto. Não tugir nem mugir. Não lhe cheirar o negócio. Nem tanto ao mar nem tanto à terra. Não fazer farinha. Não dar ponto sem nó. Na ponta da unha. Não chega o pano para mangas. Não saber da missa à metade. Não dar por burro nem por albarda. Nem à mão de Deus Padre. Nem que me leve o diabo. Não poder com uma gata pelo rabo. Nascer num fole. Não se pode ser juiz com tais mordomos. Não levantar uma palheira do chão. Não se lhe pode mostrar os dentes. Não que ele (o dinheiro) é barro! Não ver um palmo adiante do nariz. Nem chus, nem bus. Não chega para a cova dum dente. Nanja por isso.

O

O diabo é tendeiro. Ouvir cantar o galo, sem saber onde.
 Ou vai ou racha. Obras de santa Engrácia. O diabo a quatro.
 O homem da capa preta. O Zé dá gaita.

P

Por dá cá aquela palha. Por descargo de consciência.
 Pancadaria de criar bicho. Pega lá, dá cá. Para cá vens de
 carrinho. Pelar-se por... Pôr tudo em pratos limpos. Pôr as
 barbas de molho. Pegar-lhe com um trapo quente. Passar a
 perna a alguém. Perder a cabeça. Pegar-lhe com unhas e
 dentes. Pintar a manta ou o burro ou o mafarrico ou o jessé.
 Pôr-lhe o sal na môleira. Procurar agulha em palheiro.
 Puxar-lhe pela língua. Puxar a brasa para a sua sardinha.
 Pôr a calva à mostra. Por dez réis de mel coado. Perder na
 renda. Pôr-lhe a careca ao Sol. Pôr-lhe os ossos num feixe.
 Passar-lhe a mão pelo pélo. Por uma unha negra. Pôr-lhe a
 cabeça em água. Para a semana dos nove dias. Por uma pá
 velha. Pagar a cabrita. Pagar na mesma moeda. Prender
 curto. Para inglês ver. Pagar o patau. Perder o seu latim.
 Prà mór de (por causa de). Pagar com língua de palmo e
 meio. Por um tris. Pegar-lhe nas botas. Pau de cabeleira.
 Puxar o fio à meada. Pôr os pontos nos ii. Pôr-se a cavar.
 Pôr pé em ramo verde. Puxa, que eu gemo. Pernas para que
 te quero! Por tralhas ou por malhas. Passar um mau quarto
 de hora. Perder a tramontana. Passar de cavalo a burro. Pôr
 de molho. Pode limpar as mãos à parede. Pescar em águas
 turvas. Pelo sim, pelo não. Pagar as favas. Pôr-se nas suas
 tamancas. Pôr-se na alhefa.

Q

Quem não te conhecer, que te compre. Quere dizer *tá tá*,
 mas não lhe chega a língua. Quando as galinhas tiverem
 dentes. Quartel general em Abrantes, tudo como dantes. Que
 bom bocado dele! Quem lhe encomendou o sermão, que lho
 paque.

R

Roupa de franceses. Remar contra a maré. Ruim de assoar. Roer a corda. Rir a bandeiras despregadas. Rezar-lhe por alma. Roer-lhe na pele. Resvés.

S

Sem dizer *água vai*. Ser como a unha e a carne. Ser da forma do seu pé. Sacudir a água do capote. Sete pobres num palheiro. Saber tanto disto, como eu de lagares de azeite. Sete cães a um osso. Só se perdem as que caiem no chão. Sem pés nem cabeça. Santo de pau carunchento. Suar o topéte. Ser de bom comer. Senhor do seu nariz. Sair-lhe o gado mosqueiro. Sem tom, nem som. Sangrar-se em saúde. Ser levado da breca ou da maleita ou do diabo. Seis e cinco ou pau de cabeleira. Saber da poda. Ser do tempo do arroz de quinze, ou dos Afonsinhos. Sabe que nem gaita. Ser um barra. Ser um poço de doença. Sem mais aquela. Soma e segue. Sem rei nem roque. Ser um *bom-serás*.

T

Trazer o chapéu às três pancadas. Tomara-me eu daqui para fora! Trazer o chapéu às 11 horas. Ter pélos no coração. Trazer a pulga no ouvido. Ter culpas no cartório. Tirar nabos do púcaro sem se pelar. Ter as costas largas. Tecer os pauzinhos. Trazer o rei na barriga. Ter a faca e o queijo na mão. Tirados das canelas. Ter dente de coelho. Ter dedo para isto. Ter lume no olho. Ter o coração perto da boca. Ter bom estômago. Ter pele de sapo. Tomar o freio nos dentes. Tirar ou arrancar a máscara. Trigo sem joio. Torcer a orelha e não deitar sangue. Ter areia. Trinta cães a um osso. Ter falta de uma aquela. Ter rabos de palha. Tirar o cavalo da chuva. Ter os seus dares e tomates. Tem-te não caias. Três por nove ruas (que se queriam raros os frades). Ter paivra de rei. Ter pano para mangas. Tim-tim por tim-tim. Ter carta branca para ... Taponá de criar bicho. Ter para peras. Ter luz acesa em Meca. Trabalhar para c bispo. Trabalhar para squecer.

U

Uma beira de hortaliça. Um ovo por um real. Um pé lá, outro cá. Uma coisa de nada... um nisquinhão. Um pau por um olho. Uma descalçadela e peras! Um ror de gente. Um descimento da cruz! Um santo pagode. Um bicho de sete cabeças. Um céu aberto. Um negócio de trus. Um sarilho dos diabos! Uma língua de prata.

V

Vender gato por lebre. Ver ou gozar os touros de palanque. Voz de cana rachada. Ver as estrelas ao meio-dia. Ver por um óculo. Ver-se à brocha ou à rasca. Ver navios da praia. Vira, que se assa. Vi-me e desse-me. Visto isso e os autos. Vai depois então... Ver-se em calças pardas. Ver tudo cor de rosa. Vai a foguetes.

COMPARAÇÕES POPULARES

Amarelo como a cera. Vermelho como um tomate. Preto como um tição cu uma amora ou um chapéu. Azedo como rabo de gato. Branco como a neve ou como a cal. Lébado como um carro, como um cacho ou como um nabo. Bom como melão. Bruto como uma porta ou como um soco ou tamanco, ou um calhau. Amargo como fel. Doce como mel. Caro como feço. Fino como coral. Cego como a toupeira. Claro como água. Esperto como um alho. Manhoso como a raposa. Feio como um bode. Alto como uma torre ou um cipreste. Valente como as armas. Direito como um fuso. Danudo como uma barata ou uma bicha; gordo como um porco ou como batoque ou chino. Cheio como um ovo. Lindo como os amores ou como uma flor ou como os anjos. Magro como um cão ou como uma espadela. Duro como um corno. Ruim como as cobras. Teimoso como jumento ou mula. Pobre como Jó. Torto como um arrôcho. Pesado como chumbo. Liso como espelho. Leve como o vento ou pena. Rápido como um raio. Escuro como breu cu como um prego. Surdo como uma porta. Raso como uma tábua. Fresco como alface. Seco como as palhas. Mole como papas.

Mudo como um penedo. Teso como um virote. Salgado como pilha, etc., etc.

Há também comparação de acções, como estas: corre como um galgo ou como uma lebre. Come como um lobo. Fala como um doutor ou como um papagaio. Canta como um canário. Mente como uma cesta rota. Bebe como um esponja. Corre como um galgo, etc., etc.

FRASES INTERJECTIVAS POPULARES

O povo tem uma infinita variedade de locuções interjectivas, que na sua concisão exprimem nitidamente os seus sentimentos e as suas ideias. Damos algumas, das mais triviais :

De dor: — Ai Jesus! Valha-me Deus! Deus me perdoe!
Ai que eu morro!

De aplauso: — Bravo! Apoiado! Muito bem! Parabéns!

De desejo: — Oh! Quem dera! Oxalá! Deus queira!
Deus te ouça!

De chamamento: — Olá!? Oh santinho? Oh tio? Psiu!

De indignação: — Sabes que mais? Adeus, minhas encomendas! Canta, que logo bebes! Qual quê, qual história?? Boa vai ela! Espera que *hades* ser servido! Cruzes, canhoto! Credo, abrenúncio! Hom'essa! Ess'agora! Santo nome de Jesus! Caticha! Arre! Irra! Cáspite! Apre! Rais *parta* o diabo! Que grande estopada! Que grande canudo! Que grande espiga! Ora bolas! Caramba! Chiça! Vá bugiar! Vá à missa! Vá à fava! Vá à tábua!

De surpresa: — Olá! Hein! Que tal?! Bonito! Fizeste-la boa! Quem o havia de dizer!? Saiu um bom traste; Agora! Isso sim? Com a breca! Com seiscentos diabos! É de se lhe tirar o chapéu! De três em pipa! Faltava mais essa! Que me dizes??

De aflição: — Aqui-del-rei! Quem me acode! Ó da guarda!

De satisfação: — Canté! Não que ele é tolo! Não querias! Olarilas! Oupa! Tó rola! Isto agora sim! Até que enfim! Marca lá dois tentos! Pudera! ai não!

De juramento: — Na minha salvação! Assim Deus me salve! Pela luz que me alumia! Os diabos me leve! Pela alma de quem lá tem! Pela boa sorte dos meus filhinhos! Assim eu seja ceguinho! Pelo que há de mais sagrado! Pelo Santíssimo Sacramento! etc., etc..

Quando troveja, rezam, como se fosse Nosso Senhor a ralhar; e ao ouvirem o trovão, exclama: *Sam Jerómeno, Santa Bárbara birge!* para que Deus desvie o raio de sobre as suas cabeças.

Os filhos, quando pedem a bênção aos pais, padrinhos, tíos, etc., dizem *sua benção*; e o outro responde, dando a mão a beijar: *Deus te abençoe*. Alguns acrescentam: *e te crie para boa sorte ou te faça um santo*. Respondem os assistentes: *amém*.

Quando se entra em casa alheia, diz-se: *Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo*, a que o dono ou pessoa que o representa, responde: *Para sempre seja bendito e louvado e sua Mãe Maria Santíssima*.

Nas freguesias mais vizinhas da cidade já não se usam estas antigas saudações.

ALTERAÇÕES ETNOGRAFICO.LINGUISTICAS DE GONDOMAR

FONETICA E MORFOLOGIA

A vogal *a* átona da sílaba inicial, às vezes soa *i*, ex.^o *jinela* por janela, *irgola* por argola, etc.

An ou *ão* da sílaba inicial ou medial soa *ain*; em *saingue* por sangue, *Sain Juom* por São João, *inbaingélio* por evangelho; nos restantes casos soa *ão*, como: São Pedro, Santarém, etc.

Ão, quando sílaba final, tem umas vezes o som de *om*, como *coraçom* (coração), *liçom* (lição); noutras soa *ão*, como *verão* (estaçao do ano), mas *verom* (verão, futuro de ver), *irmão*, etc. O substantivo *irmão* serve para a forma feminina, é uniforme; dizem: *minha irmão*. Semelhantemente dizem *Campanhão* por Campanhã e *àmi:ihão*, por amanhã.

Desapareceu a nasalização em *Cristobo* (aqui com razão, de *Christoforum*) por Cristóvão, *Estebo* por Estêvão, *orgo* (órgão), *orfo* (órfão), *soto* (sótão); mantém-na em *bençom* que nós erradamente dizemos *bênção*. O mesmo se dando nos verbos, *andaro*, por andaram, etc.

A vogal *e* da sílaba inicial átona soa *i*, ex.: *Jijum* por jejum, *Iculano* por Herculano. Outras vezes soa *in*, ex.: *indução* por educação, *impedemia* por epidemia, *inglogio* por elogio, *inclesiásteco* por eclesiástico, etc.

A vogal nasal *en* inicial soa quasi sempre *im*, o mesmo se dando com apreposição *em*. Ex.: *interrado* por enterrado; *intruíido* por entrudo; *inguia* por enguia; *im casa* por em casa.

Como sílaba final átona, sofre a desnasalização. Ex.: *image* ou *umaige* por imagem; *passaige* por passagem; *parte* por partem, etc.

O emprego do ditongo *ou* ou *oi* é arbitrário; no geral predomina *oi*, como: *Doiro*, *tesoiro*, etc.

Um soa *im* em *imbigo* por umbigo e *inguento* por unguento.

Oa pronuncia-se *oua*, como *Lisboua*, *patroua*, por Lisboa, patroa, etc.

A sílaba inicial ou medial *al* soa *aur*, como *aurma* alma; *paurma* por palma; *descaurço* por descalço; *caurdo* por caldo, etc.

Em Gens, sendo sílaba final, soa *aul*, pronúncia muito notada pelas povoações vizinhas. Ex.: *Nataul* por Natal; *bantaul* por avental; *maul* por mal, etc.

O ditongo *au* inicial nasaliza-se em *aun*: como *Aungustio* por Augusto e até *Aungustinho* por Agostinho.

A desinência *in* da 3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo dos verbos dos temas em *i* soa sempre *eu*, como *parteu* (partiu), *cobreu* (cobriu), etc.

A 2.^a pessoa do singular do pretérito perfeito indicativo tem um *s* final, como a 2.^a do plural do mesmo tempo; assim se diz *tu fostes*, como *vós fostes*, *tu andastes*, como *vós andastes*; os mais pretensiosos para distinguirem as pessoas, dizem *vós fosteis*, *vós andasteis*, etc., etc..

Do verbo *vir*, conjugam o pretérito perfeito do indicativo, assim:

Eu bim
 tu binhestes ou biestes
 ele ou ela beu
 nós binhemos ou biemos
 bós binhestes ou biestes
 eles ou elas binhero ou biero.

A forma pronominal *lhe* soa quase sempre *le*; eu *disse-le*, por disse-lhe, *mandaro-le*, por mandaram-lhe, etc. Muitas vezes não tem plural.

Tornam graves todas as palavras esdrúxulas terminadas em *ância* e *ência*. Ex.: *traficança*, por traficância; *inse-lença*, por excelência; *pacença* por paciência; *concença*, por consciência, etc.

On soa *um*, sendo inicial, quer esteja ou não protegido de consoante. Ex.: *cumbersa*, por conversa; *undiar*, por ondear; *cumprar*, por comprar, etc. Quantia soa cunitia.

Os sufixos *ejo*, *eja* soam *eijo*, *eija*, Ex.: *lugareijo*, etc., igualmente as terminações *enso*, *elha* soam *enso*, *eilha*, como em: *teinho*, por tenho, *oreilha*, por orelha.

O sufixo *ário* soa *airo*: *rosairo*, por rosário, *boticairo*, por boticário, etc.

Em vez de Camilo dizem *Camílio* e até *Camilho*.

O *el* medial transformou-se em *eur* ou *aur*, como *Anseurmo*, por Anselmo e *saurbage*, por selvagem; o *ol* e *ul*, sílaba inicial, quer estejam ou não protegidos por consoante, soam *or* e *ur*, como *borta*, por volta, *surdado*, por soldado, *úrtemo*, por último, etc.

As sílabas terminais *ónio* soam nuns sítios *onho* e outros *ono*. Ex.: *Antonho* e *Antono*, por António, *demonho* e *demono*, por demónio, etc.

Por assimilação, dizem: *doi-socos* (dois socos), *doi-santos* (dois santos), *nacer* por nascer, *ósselbar*, por observar; ou por vocalização *ousserbar*.

Por dissimilação: *bestuairo* (vestiário), *besita* (visita), *bezinho* (vizinho), *bundima* (vindima), *bulume* e *belume*

(volume) *tartulho* (tortulho), *feturo* (futuro), *arringar* (arrancar), *baurbureta* (borboleta), *Brasebu* (Belsebu), *betom* (botão), *rumendo* (remendo), *jintar* (jantar), *Jasus* (Jesus), *jimento* (jumento), *questume* (costume), *grubata e gurbata* (gravata), *sumana* (semana), *sábedo* (sábado), *chiculate* (chocolate), *çabola* (cebola), *Demiom* (Damião), *sarrote* (serrote), *salapismo* (sinapismo), *seluçar e saluçar* (soluçar), *saturno* (soturno), *estámeço* (estômago), *tabalião* (tabelião), *tinente* (tenente), *seraiva* (saraiva), *serampo* (sarampo), *rezom* (razão), *trebuada* (trovoada), *talifone e telifone* (telefone), *relâmpego ou lâmpedo* (relâmpago), *retólica* (retórica), *remance* (romance), *refastelar* (refestelar), *scaleto* (esqueleto), *dezer* (dizer), *piadoso* (piedoso), *pírula* (pílula), *curesma* (quaresma), *sagredo* (segredo), *rebusto* (robusto), *peneriz* (panarício), *Teresa* (Teresa).

Ao contracção da preposição *a* e o artigo *o*, soa sempre *ó*. Ex.: Ele vai *ó* domingo à missa.

A locução copulativa *e mais*, seguida do artigo definido, soa: *a mai-lo*, *a mai-la*, etc. Ex.: Ele foi *a mai-la* māc.

Raro soa quase sempre *ralo*, como: milho *ralo*, *ralas* vezes, etc.

O sufixo *ico* nas palavras esdrúxulas depois de *t* ou *e* abrange-se em *ego*. Ex.: *polítego* (político), *cismátego* (cismático), *étego* (ético), *hirtego* (histo), etc.

O grupo consonântico *pl* soa *pr* em *prantar* (plantar), *praina* (plaina), *prantão* (plantão), *suprimento* (suplemento), etc.

Nos grupos *fl* e *gl* há a epêntese dum *e* antes do *l* para o sustentar. Ex.: *felor* (flor), *guelória* (glória)), *afeligar* (aflijir), *quelina* por *crina*, etc.

Nas sílabas iniciais *est*, *esp*, *esf*, etc., sendo o *e* mudo, não soa a vogal in'cial. Ex.^o *stá* (está), *spera* (espera), *scaleto* (esqueleto) e até *stória* por história.

O *v* soa sempre *b*, como *binho bélho* (vinho velho); *bom* soa *vô* e *boa* soa às vezes *bounha*.

As sílabas iniciais *car*, *bra*, *ver*, *far*, *for*, *gar per*, *pre*, *por*, *pro*, *ter*, *tor*, *tur*, etc., sofrem metátese; assim *craqueija* (carqueja), *bremeilho* (vermelho), *framácia* (farmácia), *fro-miga* (formiga), *graganta* (garganta), *proparos* (preparos),

pormeter (prometer), *premitir* (permitir), *apreciar* (apreciar), *açucre* (açucar), *Brabosa* (Barbosa), *adromecer* (adormecer), *dromir* (dormir), *proparar* (preparar), *persidente* (presidente), *persunto* (presunto), *porcissom* (procissão), *trocer* (torcer), *português* (português), *porfeito* ou *profeito* (perfeito), *porfessor* (professor), *parteleira* (prateleira), *trubulento* (turbulento), *crasto* (castro), *propianho* (perpianho), *trubeculose* (tuberculose), *treminar* (terminar), *tromenta* (tormenta), *terpadeira* (trepadeira), *nebroso* (nervoso), *crapicho* (capricho), *Delubina* (Ludovina), *delamite* (dinamite), *tormentelho* (trementelo), *treçogo* (terçogo), *treçolho* (tercolho), *sastifaçom* e *stifaçom* (satisfação), *stifeito* e *sastifeito* (satisfiado), etc., *hades* por *hás de*, *celouras* ou *celoiras* (ceroulas ou ceroilas), *córela* (cólera), *treceiro* (terceiro), *preposta* (proposta), *purtétor* (protector), *purpinas* (propinas), *fremoso* (formoso), *fremosura* (formosura), *precebeijo* (percevejo), *perciso* (preciso), *antrebalo* (intervalo), *Jerómeno* (Jerônimo), *largato* (lagarto), *máneca* (máquina), *triatro* (teatro).

Há alguns casos de prótese, como: *infingir* (fingir), *acredor* (credor), *arrecuar* (recuar), *alembrar* (lembra), *achegar* (chegar), *arreceber* (receber), *assujeitar-se* (sujectar-se), *at repar* (trepar), *assubir* (subir), *adebertir-se* (divertir-se), *esgomitar* (vomitar), *alinterna* (lanterna), *antremoços* (tremoços), *acaíso* (quase), *scontra* (contra), *abantage* (vantagem), *assuceder* (suceder) e outros de apêntese, como *fruito* (fruto), *truita* (truta), *chuiva* (chuva), *enxuito* (enxuto), *açaimo* (açamo), *faramengo* (flamengo), *trébulas* (trevas), *desbulhar* (debulhar), *státula* (estátua), *aguardecer* (agradecer), *belanciga* (melancia), *véspra* (vêspa), *bonecra* (boneca), *osprital* (hospital), *desclarar* (declarar), *genlro* (genro), *tenlro* (tenro), *desgrácia* (desgraça), *pássaras* (uvas) por *passas*, *sulfate* (sulfato), etc.

Nota-se a aférese em *té* ou *inté* (até); *studo* (estudo), *scada* (escada), *strumento* (instrumento), *surreiçom* (ressurreição), *poteca* (hipoteca), *drupesia* ou *trupesia* (hidropesia), *Zabel Isabel*, *maginaçom* (imaginação), etc., e também muitos casos de síncope, tais como: *tris* (icterícia), *peneris* (penerício), *abroba* (abóbora), *crôa* (coroa), *brôa* (boroa), *cambra* (câmara), *ombro* (cômoro), *numbro* (número),

próprio (próprio), *propôsto* (propósito), *cunsante* (consoante), *assolhar* (assoalhar), *pribir* (proibir), *pra* (para), *pramor* (por amor), *bácro* (bácoro), *propeçom* (proporção), *gesta* (g'esta), *relojo* (relógio), *solho* (soalho), *Jetrudes* ou *Jatru-des* (Gertrudes), *jurdicõm* (jurisdição), *mancipal* (municipal), *pucro* (púcaro), *porba* (pólvora), *sero* (sério), *curjiom* ou *cerjiom* (cirurgião), *curidade* (curiosidade), *curjido-so* (curioso), *precepiço* (precípicio), *homecê* (vossemecê), *bes-pras* (vesperas), *utro* (útero), *Jom* (João), *Jaquim* ou *Jou-quim* (Joaquim), *Manel* (Manuel), *Lipoldo* (Leopoldo), *Catrína* (*Catarina*), *zipla* (erisípela), *queto* ou *quêdo* (quieto), *calipes* ou *clipes* (eucalipto), *sacrifíço* (sacrifício), etc.

A preposição *com* soa *cum*; assim *cumsigo* (consigo), *cumnosco* (connosco), etc. *Quarenta* soa *curenta* e *primeiro* diz-se *prumeiro*; *sexta* soa *sesta*. Diz-se *grandessíssimo* por *grandíssimo*. Em vez da expressão *qual queres* é vulgar dizer-se *cais queres* e *ca's* é em vez de *qual* é. Então soa *antom* ou *àtom*. *Ao* depois então soa *ós pois à tom* ou *ós-poisantom* ou ainda *òspantom*. Ainda que diz-se *indas que*; *tu hás de ir* é pronunciado *tu hades ir* e em todos os casos iguais. *Incanto* por *enquanto*; *adente* por *diante*; *agantar* por *aguentar*.

Não soa sempre *num*, excepto quando está só na frase. *Súbito* soa *súpeto*; *sacristão* diz-se *sancristão*; *diabo* tem a forma *diainho* ou *dialho*; também diz-se *tamém*. *Contos de réis* é vulgar ouvir-se *contos de rei e me reis* ou *mel reis* por *mil réis*. Nas orações comparativas diz-se é mais novo *ca ti*, em vez de *do que tu*; por analogia diz-se *empregado* por *entrevado* e *enxertar* por *enctetar*. Os pretensiosos dizem: ele ou ela *fiz*, por ele ou ela *fez*; os analfabetos dizem sempre; *eu fez*, mas os mais pretensiosos, em vez de dizerem: o seu *mister* (ou profissão), dizem: o seu *míster*. *Gratuito* soa *gratuítos*; *procurar* soa *prescurar*; *pronto* soa *pron-te*; *quartilho* soa *cartilho*; *santo Ovídio* soa *santo Ouvido*; *Pompeu* pronunciam *Pimpeu*; *ancinho* pronuncia-se *inchin-ho*; *loja* soa *loje*; *lua* soa *lúa*; *loureiro* soa *loreiro*; *ourives* soa *óribes*; *maciço* soa *murciço*; *moínho* soa *munho*, como *üa* por *uma*.

Trocam o género no adjetivo *mau*, na expressão *má home* (mau homem), *má cabelo*. Também dizem *melhímetro* por *milímetro*, *melhilitro* por *mililitro*, *quilho* por *quilo*, etc. A cipulativa *e* nas narrações é substituída por *e bai òspois*, no princípio da frase; como conclusiva *e adei* por *e de aí*.

O povo emprega a iotização em certos vocativos; assim, *Ó i Zé!* *Ó i Ana!* *Ruim soa rōi.* É corrente a forma *prantou-se a chorar* por *pôs-se a chorar*, etc. *Ouvido* (participípio pretérito do verbo *ouvir*) *soa oubisto*, talvez por analogia com *visto*, participípio pretérito do verbo *ver*. É corrente a expressão : eu, se fosse *a ti*, não ia.

Muitas outras irregularidades fonéticas, morfológicas e sintáticas se podiam notar, mas este trabalho levaria longe e não é aqui lugar para maior desenvolvimento deste assunto.

TOPONÍMIAS DE DIVERSOS LUGARES DE GONDOMAR

Já nos referimos, embora de leve, a alguns étimos toponímicos, no 2.^o vol., págs. 20 e seguintes. O Sr. Santos Rocha dignou-se fornecer-me mais os seguintes:

ACHEIRA — será derivado de latim *astula* — → *astularia* — com a significação de local onde existia acha, lenha em abundância; ou referir-se-á antes ao terreno onde está situada a povoação, lugar plano — *a-planaria* — → *a-acheira* — → *acheira* com o protético?

AÇORES — (lat. *acceptor*) serra onde existem tais aves de rapina.

AGUIAR — (lat. *aqüilare*) monte onde habitam águias em abundância.

AREJA — será do lat. *areneca*? A pág. 88, linha 15, do vol. I, lê-se — *ad terrom darega*; ora esta povoação tem junto ao rio um praia de areia.

ARROTEIA — (lat. *arrupleta*) terreno reduzido à cultura.

ATAES — nome pessoal *Athanes*.

AZENHA — (cast. *aceña*) moinho de roda vertical, tocada pela água, introduzido na península pelos árabes, ao passo que o moinho de roda horizontal, turbina primitiva, é dos romanos.

BAGUIM — genitivo de *Baquinus*, nome pessoal.

BELOI — de *Belloy*, povoação belga na antiga Flandres, donde vieram os primitivos povoadores galo-francos; ainda hoje o apelido França é usado por algumas famílias. Ou será nome pessoal *Beloi*?

BOIALVO — Na Idade-Média existia o nome próprio feminino *Bona* (vol. I, pág. 50 e o nome próprio masculino *Bonoi test.*, vol. III, pág. 491, linha 29, da *Monografia*); por isso Boialvo deve ser a forma sincopada dos nomes pessoais Bonoi + Álvaro que deu Booi + Alvo → Boialvo. Semelhante facto se deu em Paialvo, forma sincopada de Paio + Alvaro → Pai + Alvo.

BOUÇA — de *balça* que vem de *baltea*, plural de *Balteum*, terreno inculto.

BRANZELO — esta povoação está situada numa pequena plaina ou chão. Não derivará de *planicellus*? *Planicellus* → *pranzello* → *Branzello*, tendo o *pr* inicial abrandado em *br* talvez por influência de Brandião, povoação vizinha, nas quais o povo julgou ver qualquer parentesco. Ou de *blandicellus* — terreno mole?

BRAOLHOS — de *Bronalius*, nome pessoal.

BUIÑHA — do nome próprio *Buina*, como se vê a pág. 80, linha 35 do vol. I, talvez, derivado de aleolina, nome pessoal feminino.

BULHÃ — do lat. *bulla* — nascente de água que parece ferver pelas bolhas que desprende.

CAMOUCO — monte pedregoso ?

CARREGAIS — terreno encharcado onde abundam as cárregas; do lat. *carex* (o junco) veio *carica* e *caricalis*.

CARREIROS — (lat. *carrarius*) atalho, vereda.

CARVALHAL — bosque de carvalhos. Carvalho vem do lat. *querculus*, de *quercus*.

CARVOAL — lat. *carbonalis* — onde se faz carvão ?

CHELO — (*planellus*) — pequena planicie.

CIBRAO — do nome próprio *Ciprianus*.

COLJO — (monte do —) lat. *cytisum* — colisum, codeço, coijo.

COMPOSTELA — de Campasitela ?

CÓNEGA — de cónega (*canónica*), mulher que fazia parte dum cabido de religiosas.

CORGO — (lat. *corrugus*, *i*) ribeiro donde em tempo se tirava água para lavagem de minério, por meio de canais ? ou por correr em leito profundo cavado entre montes ?

COUCE — (lat. *calx*, *cis*), o ribeiro forma neste ponto uma espécie de calcanhar.

COVA — lat. *cavea*, depressão entre montes, onde está a povoação.

COVELO — diminutivo de cova (*covérulus* → *covello*).

COVILHÃ — diminutivo de cova (*coviculana*).

CULMIEIRA (lat. *culmen* —> *culmenaria*) o mais alto do monte.

ERMENTAO — (do germânico *ermans* — *forte*) nome próprio *Ermentanus*.

ERVEDOSA — (do lat. *arbutus* —> *arbutosa*) local onde abundam os medronheiros.

ESCOURA — (do lat. *scoria*) terreno em que aparecem escórias, restos da preparação de metais.

ESPOSADE — genitivo do nome pessoal *Sposatus*, do latim *Sponsatus*.

ESTÉVES — de *Stephanici*, patronímico de Estêvão.

ESTIVADA — povoação onde se pagava de tributo determinada medida de linho — *stiva*, como se vê a pág. 86, linha 28, vol. I. Ou será estivada o mesmo que arroteia, visto *stiva* significar a rabiça do arado?

FACHO — (lat. *faculus* de *fax* — o archote) ver a pág. 384, do vol. II a explicação do termo.

FÂNZERES — Entre étimos toponímicos, firmados por Joseph M. Piel, publicados no *Boletim de Filologia*, sob o título *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, cita:

«FÂNZERES. Em 1032 lê-se *Fanzaranes*; em 1258 aparece *Fanzares* que também se escrevia já *Fânzeres*. O primeiro elemento está naturalmente por *Fanzar-anis*; o segundo por *fanzar-ici*. Se realmente se trata dum nome gótico, decompor-se-ia em *Fano* e *sar*.» (*Bol. de il.*, tomo III,

FELGA — (lat. *filica*, de *filix* — o feto) lugar onde existem em abundância fetos.

FERRARIA — Onde há ferreiros ou minas de ferro.

FERREIJINHA — povoação situada à margem do rio Ferreira, donde tira o nome.

FISGA — (lat. *fissica*, de *fissum* — a fenda) esta povoação ficava na abertura da lagoa do mesmo nome.

FOJO — (la. *fovea* > *fovium* > fojo) — caverna ou mina.

FOZ — (lat. *faux, cis*) — fauces, garganta.

GAITEIRO — do lat. *cautarius*, de *cautes* — rochedo, penhasco, sítio difícil para a navegação do Douro; na margem direita há pedreiras muito conhecidas.

GANDRA — gândara, terreno pouco produtivo.

GENS — *Genesii villa*, povoação de Genesio.

GOLELA — (lugar da —) lat. *collum* → *collellum* → *colella* (plural) → golela — pequena gola, sítio no rio Sousa onde a corrente, devido a desnível no leito, pende toda a um lado, formando rápido ou cachoeira.

GOLMEIRA — É o mesmo que colmeira por culmieira. A págs. 62 e 88 do vol. I encontra-se *Colmenaryam*.

GONDOMAR — *Gondemari villa* — vide pág. 174 do vol. I e pág. 520 do vol. II.

GONDOMARINHO — de *Gondemarinus*, nome pessoal derivado de *Gondemarus*.

GRAMIDO — (lat. *graminitum*, de *gramen* — a grama) local onde a grama abunda.

JANCIDO — (lat. *Juncitum* por *juncetum*) local abundante em junco.

JOVIM — (*Juvinii villa*), de *Juvinius*, nome próprio.

LAPA — (lat. *lapis*) grande pedra, gruta.

LAVERCOS — *Lovericus*, nome de pessoa.

LEVERINHO — Num documento de 1133 da era cristã, encontra-se *mee ville de leverius*, indicando este lugar (pág. 32, vol. I). Esta povoação está situada na margem direita do Douro e na esquerda existe a povoação de Lever que é sede da freguesia de S. André de Lever e que num documento de 922, a pág. 16, vol. I do *Port. Mon. Hist.* (*Diplomata et Chartae*) é designado por *liueri*. Vê-se que estas povoações vizinhas, tendo estado em tempos antigos unidas religiosamente, têm o mesmo radical: *Liverus* e *Liverinus*; há entre elas o mesmo parentesco etimológico que existe entre *Severus* e *Severinus*, bem como entre *Gondemarus* e *Gondemarinus*, donde vêm os nomes locais de Gondomar e Gondomarinho. Tendo sido os nomes pessoais *Liverus* e *Liverinus* que originaram os nomes das duas povoações e escrevendo-se *Lever*, dever-se-á escrever também *Leverinho* e não *Lebrinho*, em nosso modesto entender.

LIBOSO — do lat. *lapidosus* — pedregoso?

LIXA — praia da... (do cast. *lijas* —> liso?)

LODEIRO — (lat. *lutarium*, de *lutum* — o lôdo), situado em terreno de aluvião, à margem do rio Ferreira, um atoleiro.

LOMBA — (lat. *lumbus* — o lombo), situada no lombo do monte.

MANARIZ — de *Naunaricus*, *Maunarici villa*.

MANDIM — de *Mandinus* ou *Mondinus*? Em Medas.

MARECOS — (lugar e praia de —), do nome pessoal *Mareucus*, existe no concelho de Penafiel uma freguesia de nome idêntico.

MEDANCELHE — a pág. 82 do vol. I encontra-se a forma *Medoncelli*; será um genitivo pessoal?

MEDAS — (do lat. *meta*, limite, marco), será por possuir muitos montes de forma cónica? Na Lomba também há um monte chamado da Meda.

MELRES — (do lat. *merula* — o melro), veio do ablativo, semelhantemente a Sagres, local onde abundavam os melros.

MIDELO — (campo de —), bosque de amieiros. *Amoena arbor* era o amieiro, donde o derivado *amaenatum* e *amaenitellum*, pequeno bosque de amieiros que facilmente deu Midelo. A pág. 87, linha 38, vol. I, lê-se: *Riparium de Menjrello*.

MIDÓES — *Midonis villa*, casa de *Mido* ou *Midão*.

MÓ — da lat. *mola* — mó de moinho, atafona por ali ter existido?

MONTEZELO — do lat. *monticellus*, pequeno monte, de formação semelhante a Arcozelo.

MOREIRA — (do lat. *morus*, *moraria*), local onde havia amoreiras.

MOREJAIS OU MERUJAIS — *Marrubianus* de *marrubium*, o marroio (muragem), lugar onde há abundância da planta morrião, marroio e marugem (merugem).

MORENTAIS — a pág. 74, do vol. I, encontra-se *Mouratanes* e a pág. 98 *Mourenhaes*; será derivado de *Mauritanus*?

NOVAL — (do lat. *novale*), terra novamente alqueivada depois de ter estado sem cultura.

OUSENDA — (campos e caminho da —) de *Adosinda*, nome de mulher.

OUTEIRO — (lat. *altarium*), pequeno monte encostado a outro maior.

PAÇO — do lat. *palatium*, o palácio.

PARAFITA — por *petra facta*, pedra fixa, a prumo; antigo monumento megalítico ou marcos de propriedades.

PÉ DE MOURA — (*Petra Mourae*). A pág. 381 do vol. II lê-se: Nesse local existe um rochedo à beira do rio Douro, metade do que já existiu, conhecido por «pedra encavalada». Pé de Moura é corrução de Pedra ou Penedo da Moura.

PEVIDAL — (do lot. *pipitalis*, de *pipita*), local onde apareciam pepitas de ouro; ou antes de *pinetalis*, de *pinus* o pinheiro; a pág. 98 do vol. I encontra-se a linha 13: — *em lugar que chamam opindal*; ora não será o *pindal* o mesmo que Pevidal, querendo dizer o *pinheiral*?

PORTEZELO — (do lat. *portucellus*), pequeno porto ou praia, à margem do Douro.

PRELADA — (do lat. *petra lata*), pedra larga.

QUINTA — de *quintana* — grande quinta.

QUINTELA — de *quintanella* — pequena quinta.

RAMALDE — de *Ramhaldi*, nome germânico.

REBORDAIS — A págs. 314, do *Port. Mon. Hist.* — (Dipl. et Chart.) encontra-se *roburdanus* e *rovordanus*; não será o mesmo que *Carvalhal*, de *robur*, o carvalho em latim? *Revordaaóns* nas Inquirições, *Robus* —» *roburetum*, —» *roburetanum* —» *roburetosa* —» *roburetellum*. No concelho de Paredes há a freguesia de Rebordosa e a povoação de Rebordelo. Rebordais, do latim *roburetanus*, grande

bosque de carvalhos. Há no onomástico local do país muitos nomes derivados de *roburetum*, bosque de carvalhos. Portanto, *Roburetum* e *roburitum*, *roburetellum* e *roburetinum* deram *Rebordosa* e *Roboredo* — pronúncia popular *Reboredo*, *Reborido*, *Rebordelo* e *Rebordinho*, todos nomes de serras e povoações.

ROÇAMONDE — (*Recemundi villa*), de Recemundo.

S. JUMIL — (*Songemiri villa*), de Songemir.

SANTE — (*Sanctii villa*), povoação de Sanctos ou Sante.

S. TIAGO — (*Sancti Iacobi villa*), devia escrever-se Sant'Iago. A parte superior da encosta onde assenta a povoação é denominada o *crasto*; ao abrirem aí os alicerces para a construção duma casa, encontraram restos de telha e cadiinhos. Dizem que os cadiinhos serviram aos romanos para fundir o ouro. Reza a tradição que no mesmo local existia uma giesta que floria todo o ano; quem cavasse ao pé encontrava um poço que ia até ao nível do rio Douro, tendo no fundo uma grade de ouro.

SANTOGAIS — de *Celteganus*, nome pessoal. A pág. 82 do vol. I, encontra-se *Cilvegaanos*.

SEIXO — do lat. *saxum*, seixo, calhau.

SOBRIDO — (do lat. *suber*, *suberitum*), bosque de sobreiros, sobreiral. Na Idade-Média aparece o sufixo *itum* correspondente a *etum* muito frequentemente.

SOUTELO — (do lat. *saltus*, *saltellus*), pequeno bosque.

SOUTO — (do lat. *saltus*), bosque de castanheiros.

TARALHAO — pequena ave (do lat. *Turdulanus*?)

TARDARIZ — (lugar de —) do genitivo do nome pessoal *Tardericus* que tem a mesma raiz *tard* que figura *Tardinatus*.

TARDINHADE — (do gen. *Tardenadi*), de Tardenado.

TOUTA — (do lat. *caput*), cabeça?

TRAVAÇOS — (lugar de —), do lat. *Trabs* — *trabalium* — trave. A ponte sobre o rio Ferreira, primitivamente de madeira (traves) e hoje de pedra, deu o nome ao lugar que lhe fica junto na confluência com o Sousa.

VARZIELA — (*varzinella* a pág. 71, vol. I), pequena várzea, terreno de aluvião à margem de rio ou regato, cultivado ou não. Será derivado de *arvigena* após a transposição do *v* da segunda sílaba? Teríamos então *vargena* ou *varzena* que facilmente dava *várzea*. Ora *arvum* significa o campo antes de semear.

VESSADA — (lat. *versata*), lavrada, cavada, campo, lameiro ou prado que se cultiva e em grandeza corresponde a uma geira de terra.

VILAR — (lat. *villaris*), pertencente à casa de campo, lugarejo.

VILARINHO — lugarejo.

ZEBREIROS — (do lat. *cevularius*, de *ceva*, vaca pequena e boa leiteira), deve ser nome pessoal por estar no plural, quanto a significado: o vaqueiro. Perto de Zebreiros, à margem do Douro, existia uma anta ou caverna, neolítica de grandes lousas, onde foram encontrados machados de pedra pulida, etc. O Sr. P.^o João de Sousa Ramos, de Compostela, é possuidor de um deles. Foi destruída há alguns anos, tendo servido as pedras para edificações de casas.

VIDA HISTÓRICA DE GONDOMAR

O nosso concelho não foi teatro de famosas lutas guerreiras. A sua vizinhança da cidade do Porto contribuiu, contudo, para o obrigar a comparticipar das várias revolu-

ções que têm perturbado a secular vida burguesa desta cidade. Como fazendo parte da Península Hispânica, em remotos tempos, Gondomar, como já vimos no 2.º vol., págs. 5 e seguintes, dá-nos elementos para verificarmos a vida dos antigos povos que o habitavam, como por exemplo, um machado de silex, encontrado em 1890 e mós de pedras grosseiras, com que os lusitanos trituravam o seixo, as mámoas, antas, dólmenes, etc., que devem remontar à idade da pedra, sem dúvida dos tempos pré-históricos, como se lê, a págs. 28 e seg. do vol. 2.º

De facto um dos povos mais antigos, de que há memória, foi o celta, pertencente à grande família indo-europeia que se espalhou pelo Norte e Ocidente da Península Ibérica, dando pelo cruzamento de raças, origem aos lusitanos que habitaram a terra limitada ao Norte pelo rio Douro e ao Sul pelo Guadiana, tendo o mar pelo Ocidente e estendendo-se pelas províncias espanholas muito além das actuais fronteiras portuguesas. Depois vieram sucessivamente gregos, cartagineses e por fin; os romanos que durante a segunda guerra púnica romanizaram toda a Península. O princípio dessa civilização deve-se sem dúvida a Sertório, general romano, que tendo fugido às procrições de Sila, fez de Évora a capital da Lusitânia, fundou uma Universidade em Osca, (hoje Huesca), na Celtibéria e formou um senado à maneira de Roma. Este guerreiro por fim foi morto e Júlio César submeteu definitivamente os povos peninsulares ao poder imenso de Roma.

Da romanização desta terra é documento bastante a linguagem dos primitivos documentos, contidos no *Port. Mon. Hist.*, como pode verificar-se em o cap. I.º do vol. I. Pela toponímia se vê que os romanos deram nome a todas ou a quase todas as terras do nosso concelho; e alguns étimos toponímicos parece acusarem lutas então aqui travadas, como por exemplo, o *campo da Referta*, em Covelo, junto ao rio Sousa; não se referirá, como se diz no vol. II, pág. 347, a um combate em 1245 entre Martins Gil de Soverosa e a nobreza rebelde capitaneada por Abril Peres e D. Rodrigo Sanches, bastardo de D. Sancho I, que, mal

ferido da peleja, foi morrer perto do Convento de Grijó, onde está sepultado?

Não envolverá a lenda do Rio Tinto um fundo de verdade histórica, da guerra entre mouros e cristãos, no ano de 959, luta em virtude da qual se pretende explicar a origem do nome de *Campanhã, Rio Tinto e Batalha* (praça), de que falámos neste volume, a págs. 384? Essa batalha é narrada por todos os historiadores, pois que os árabes, passando o Estreito de Gibraltar no ano de 710 e dando batalha ao último rei visigodo D. Ramiro, apoderaram-se, pela vitória de Crisso ou Guadalete no ano 711, de toda a parte meridional da Península e depois foram conquistando-a toda, com exceção apenas do Norte das Astúrias, onde se refugiou Pelágio e começou a batê-los, levantando então o estandarte duma guerra de religião e de independência que durou sete séculos e dando origem à formação dos monarquias neo-góticas. O nosso vocabulário contém muitos termos de origem árabe, pois a fusão das raças godas e árabes deixou entre nós vestígios das suas ciências, dos seus hábitos, das indústrias e até da sua índole. A única coisa que impossibilitou a harmonia entre eles foi a diversidade de crenças religiosas; mas ainda assim é notável a influência dos moçárabes, isto é, dos hispano-godos que, exercendo livremente o seu culto, e regendo-se pelas suas leis civis, apenas tinham de reconhecer a autoridade suprema dos muçulmanos.

As grandes explorações mineiras dos romanos e árabes são a prova bem cabal da vida laboriosa e de génio artístico desses povos, pois o subsolo gondomarense, de minério muito explorado, foi sem dúvida a origem de se ter criado neste território a velha indústria da ourivesaria que, de geração em geração, chegou até nossos dias e hoje é, pelas suas obras de filigrana, mundialmente conhecida.

Como já se disse, Gondomar não possui documentação de batalhas aqui travadas, anteriores à invasão francesa. Apenas esta, a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel e a Patuleia se tornaram dignas de menção especial, por ter havido no nosso concelho povoações por onde passaram as

tropas e exerceram, como era natural, as suas represálias, roubos e mortes.

A revolução francesa, o maior acontecimento histórico do século XVIII, não acometeu apeias a França; envolveu nessa imensa cratera de fogo, quase todas as nações da Europa. Ela principiara em Paris em 1789, reinando Luiz XVI que não estava à altura da situação precária que atravessava a França. A tomada da Bastilha foi o primeiro triunfo do povo, a 14 de Julho desse ano; depois de várias agitações populares, todas tendentes a abolir a monarquia absoluta, o rei, novo e inexperiente, fraco demais para poder enfrentar a situação, ainda mais agravada pela resistência da corte às reformas financeiras, é por fim guilhotinado, a 21 de Janeiro de 1793. Vem a época do Terror, com a ditadura de Robespierre. Tudo isto concita as nações contra a França, que abalada também pelas lutas de partidos, forma um Directório. Surge então um general de génio, Napoleão Bonaparte, que de primeiro cônsul passa a imperador e, de vitória em vitória, vai de Marengo a Austerlitz, de aí a Iena e depois a Berlim. Não conseguia, porém, abater o mais temível inimigo — a Inglaterra. Para a reduzir à fome, decretou aí mesmo, a 21 de Novembro de 1806, o *bloqueio continental*, pelo qual obrigava todas as nações da Europa a fecharem seus portos aos navios ingleses. Portugal, que por motivo de velho aliado da Inglaterra, não aderiu, sofreu-lhe as consequências. Napoleão depois de ter feito com a Espanha o convénio de Fontainebleau, envia a Portugal um exército de 27.000 soldados, comandados por Junot que entra em Lisboa sem resistência, no dia 30 de Novembro de 1807, e donde saíra na véspera para o Brasil, o nosso príncipe regente D. João, com toda a sua corte e a família real.

Então a Inglaterra, à qual convinha o nosso território para combater os franceses, envia em nosso auxílio um reduzido exército chefiado por Artur Wellesley, depois duque de Wellington; e as nossas tropas, unidas às inglesas, derrotam as francesas na batalha da Roliça e pouco depois em Vimieiro, a 21 de Agosto. Pela convenção de Sintra,

que para nós foi uma afronta, Junot pôde retirar-se, com armas, bagagens e... tudo que nos roubara!

Em Março de 1909 entram novamente, pelo Norte, as tropas francesas, comandadas por Soult, que de Chaves, passam a Viana e de aí ao Porto; a maior parte da população da cidade, ao aproximar-se o inimigo, foge para a Ribeira, a fim de passar a ponte das barcas; mas esta talvez por não suportar o peso de tanta gente, desconjunto-se e abriu um abismo, onde ficaram afogadas mais de cinco mil pessoas! Ainda, porém, desta vez não conseguiram os franceses o seu fim: batidos pelo exército anglo-luso, abandonaram o nosso País; e apesar desta segunda derrota, não desanimaram; terceira vez entraram no País, comandados por Massena, em 1810, com 80.000 homens; mas o mesmo valoroso exército anglo-luso infligiu-lhes uma célebre derrota na batalha do Buçaco, a 27 de Setembro desse ano; e fazendo-os parar diante das linhas de Torres Vedras, os franceses retiram-se, não sem que a nossa vizinha Espanha se juntasse; é após uma série de brilhantes vitórias, entraram os vencedores em França em 1814, tomando as cidades de Tolosa e Bordeus. Por essa ocasião, após sucessivos desastres, Napoleão abdica e realiza-se o Congresso de Viena em que se acham representadas as diversas potências europeias.

Eis em resumo o que foi a revolução francesa e as ignóbeis invasões de que foi vítima o nosso País. O inimigo, por onde passava, deixava bem marcada a sua acção destruidora e de rapina. Não respeitava sexos, nem idades, nem poupava os objectos de culto religioso, desde que eles tivessem valor, fazendo das igrejas casernas e cavalariças.

Por todo o País os franceses cometem verdadeiras monstruosidades e depredações. Vejam os leitores, como pano de amostra, o roubo dos dois padrões de prata de S. Gonçalo e de Santo António, da igreja da freguesia de Covelo, como fica relatado no vol. II, págs. 47. E escapou a cruz processional de prata, da mesma igreja, da segunda metade do século XVI, porque tinha sido escondida, previamente, bem como os dois padrões do Senhor e da Senhora.

Nas outras duas invasões aconteceu o mesmo. Diz o ilustre escritor católico, falecido Fortunato de Almeida, que a requisição das pratas fora feita na primeira invasão.

Muita gente enterrou em cofres e panelas moedas de ouro e prata; e ainda não há muitos anos, num eido de bois da casa de lavoura pertencente ao falecido Sr. Manuel Pereira das Neves (Laborim), do lugar de S. Miguel, freguesia de S. Cosme, foram encontradas, numas escavações, muitas moedas de prata encerradas numa panela e que decerto lá ficariam eternamente, se não fora o acaso das obras a que se teve de proceder.

A GUERRA CIVIL ENTRE D. PEDRO E D. MIGUEL

Após a última invasão francesa, e a retirada das tropas de Massena em Março de 1811, parece que Portugal devia gozar de um período de paz, tão necessário para se reabilitar dos desastres e prejuízos sofridos. Mas não. A regência, dominada pelo general inglês Beresford, que perseguia quem mostrava espírito de independência patriótica, mais irritava ainda o espírito dos portugueses, ansiosos por se verem livres da dominação inglesa. O nosso monarca, D. João VI, continuava a residir no Rio de Janeiro, para onde havia transferido a capital, elevando esta antiga colónia nossa à categoria de reino. Aumentando por tudo isto o desgosto geral, formou-se em Lisboa uma conspiração, em 1817, para estabelecer no País instituições democráticas; mas os conjurados, uma vez descobertos, foram executados, entre eles o general Gomes Freire de Andrade. No Porto, quando o referido Beresford embarcou para o Rio de Janeiro a pedir dinheiro para pagar às tropas, rebentou a 24 de Agosto de 1820 uma revolução que, uma vez triunfante, instituiu uma junta provisória que governaria o reino até que D. João VI regressasse do Brasil, para promulgar a Constituição que as Cortes aprovaram em Lisboa em 1822 e que o monarca jurou.

Mas havia em Portugal um partido inimigo das ideias liberais e à frente dele estavam a rainha D. Carlota Joaquina e seu filho D. Miguel. E tramando contra a Constitui-

ção, este infante, com um esquadrão de cavalaria, foi até Vila Franca unir-se a um regimento e aí proclamou o regime absoluto. D. João VI chegou a aderir a este movimento e a Constituição foi abolida; mas o mesmo seu filho D. Miguel, continuando a conspirar, a 30 de Abril de 1824, pôs sentinelas ao paço da Bemposta, onde estava o seu pai, e deu ordem para que ninguém fosse lá; então o corpo diplomático salvou o rei dessa situação e o infante, chamado à ordem, embarcou, depois de ser exonerado do lugar de comandante em chefe do exército; e... foi passear para o estrangeiro.

D. João já então adoecera gravemente. Estava na regência, por isso, a infanta D. Isabel Maria e o rei não indicava o nome do legítimo herdeiro do trono, se bem que todos os documentos apontavam como sucessor o seu filho D. Pedro, imperador do Brasil; o próprio D. Miguel, irmão deste, o reconheceu, como tal. Depois da morte do monarca, D. Pedro abdicou os seus direitos à coroa de Portugal em sua filha D. Maria da Glória; e dec'rou que a sua abdicação ficava dependente do juramento da Carta Constitucional e da realização do casamento de sua filha com o Infante D. Miguel; e no dia 29 de Abril de 1826, três dias antes de abdicar, outorgou a Portugal uma Carta Constitucional, tendo em Julho de 1827, nomeado regente o seu irmão que regressa a Lisboa e jura a Carta a 26 de Fevereiro de 1828.

Mas apenas tomou posse da regência, nomeia ministros de reconhecidas ideias absolutistas, dissolve a Câmara dos Deputados e reune os três antigos estados. Este desleal procedimento provoca revoltas militares no Porto e noutras terras que foram reprimidas pelo miguelista general Póvoas e muitos dos cabeças de motim refugiaram-se no estrangeiro, sendo proclamado D. Miguel rei absoluto a 11 de Julho de 1828. Principia então a trágica função da terrível Alçada. Antes de passarmos adiante, vejamos:

Pedro A. Dias, autor dos *Subsídios para a História Política do Porto* (1823-1828), refere, a pág. 113, que «no dia 10 de Agosto de 1828 achava-se já no Porto, e principiara a dar cumprimento à sua espinhosa comissão, a

Alçada criada por D. Miguel na carta régia de 14 de Julho, para, sem perda de tempo, vir a esta cidade devassar da rebelião de 16 de Maio, e julgar os que nela achasse comprometidos». A Alçada tinha poderes ilimitados, pois que não estava subordinada à autoridade do governador das Justiças da Relação e Casa do Porto, chefe superior dos tribunais judiciais, nas três províncias do Norte. Competia exclusivamente a ela inquirir, instaurar sem culpa formada, pronunciar, soltar, absolver e condenar em primeira e única instância, em processo sumário, todas as pessoas, de qualquer condição, classe ou jerarquia que julgasse comprometidas na rebelião.

As sessões de julgamento celebraram-se na Relação.

Começou então a lavrar o verme da denúncia, motivada por ódios políticos e pelo fanatismo religioso.

Desde o fracasso da revolta liberal de 16 de Maio de 1828 até à vinda de D. Pedro, em 9 de Julho de 1832, o Porto, cidade de trabalho e ciosa das liberdades públicas, foi teatro de acontecimentos graves que são e serão sempre uma página de luto e de vergonha para a raça portuguesa.

Tenho presente a *Colecção de Listas, que contém os nomes das pessoas, que ficaram pronunciadas nas devassas e sumários, a que mandou proceder o Governo Usurpador, depois da heróica contra-revolução, que arrebentou na mui nobre e leal Cidade do Porto em 16 de Maio de 1828, nas quais se faz menção do destino, que a Alçada, criada pelo mesmo Governo para as julgar, deu a cada uma delas.* Foi impressa no Porto, em 1833 e é oferecida ao Duque de Bragança pelo Bachare¹, Pedro da Fonseca Serrão Veloso.

Da *Lista* dos presos políticos que estiveram nas cadeias da Relação, aparece, a pág. 59, entre outros, Joaquim Ferreira, que vive da sua agência, de Rio Tinto, e que deu entrada na cadeia a 19 de Dezembro de 1828, acrescentando a mesma lista que em 2 de Abril de 1823 foi removido para as Cadeias de Lamego, por ordem da Alçada.

Da mesma freguesia de Rio Tinto, figura a pág. 93, o lavrador Manuel Coutinho de Azevedo, que entrou na cadeia a 8 de Janeiro de 1830; veio preso de Coimbra. Em 18 de Outubro de 1831 foi removido para as Cadeias de Almeida, por ordem da Alçada.

A pág. 95, Manuel Gonçalves Leite, lavrador, da freguesia de Melres, entrou na cadeia a 16 de Fevereiro de 1832. Tinha sido citado por Carta de Éditos de 28 de Setembro de 1830. Não consta que fosse sentenciado; entretanto esteve na cadeia até 9 de Julho de 1832, em que foi solto pela entrada do Exército Libertador.

Da *Lista dos Ausentes*, que foram citados por cartas de Éditos da Alçada, aparece, a pág. 186, um tal João, filho de João *o Grande*, da Lomba, o qual foi citado a 28 de Setembro de 1830. Não há mais referências a este indivíduo. E, a pág. 195, igualmente se encontra o nome de Joaquim Ferreira, de Rio Tinto, citado no mesmo dia, mês e ano, do antecedente, também sem mais esclarecimentos, bem como, a pág. 203, José da Cunha, de Congostas, freguesia de Melres, também citado na mesma data.

É natural que nesta dita *Colecção de Listas* estejam incluídos mais indivíduos do concelho de Gondomar e cuja naturalidade venha deturpada ou tida pelo do Porto, pois não é crível que, ficando Gondomar a tão pequena distância desta cidade e sendo já bastante habitado, só meia dúzia de pessoas tivesse sido incomodada pelos esbirros da célebre Alçada.

As suas sessões eram secretas. Constituíam os membros deste terrível e negregado tribunal o desembargador honorário do paço Vitorino José Botelho Cerveira do Amaral, que era o presidente e relator, servindo de vogais efectivos os desembargadores Calheiros, Ferreira de Almeida, Casal Ribeiro, Belfort, e Almeida e Vasconcelos. Belfort pouco tempo exerceu este cargo, sendo substituído por um adjunto, de nome Seixas Diniz.

Para triste memória desses tempos, ficou a tragédia dos enforcados na Praça Nova. Enquanto as vítimas subiam ao cadafalso, a facção miguelista, à janela do convento dos Congregados, dando vivas à santa religião e ao Sr. D. Mi-

guel, bebia por cálices de vinho do Porto, entre gargalhadas e insultos aos dez liberais condenados à forca.

Pungente espetáculo o do dia 7 de Maio!

Todo o território português estava sujeito a D. Miguel, menos a Ilha Terceira que se conservou fiel à Carta e a D. Maria II; e apesar duma esquadra que o rei enviou contra ela, o inimigo teve de retirar-se e nela foi instalada uma regência nomeada por D. Pedro, que em breve submeteu todas as ilhas dos Açores. Entretanto D. Pedro, abdicando a coroa imperial do Brasil, regressa, organiza na França e na Inglaterra uma expedição e no dia 8 de Julho de 1832 desembarca em Arenosa de Pampelido⁽¹⁾, perto de Mindelo, com os seus 7.500 bravos, entrando na cidade do Porto no dia seguinte.

As tropas de D. Miguel concentram-se pouco depois em volta da cidade, formando um cerco.

O Dicionário *Portugal*, diz a este respeito:

«Os miguelistas, passado o primeiro momento de susto, começaram a apertar e a cingir com as suas tropas o pequeno exército libertador. D. Pedro contava com grandes defecções no exército contrário; em pouco tempo se convenceu que a única esperança de triunfo estava no heroísmo e abnegação dos chefes e soldados constitucionais. O combate de Penafiel a 17 de Julho, a indecisiva batalha de Ponte Ferreira⁽²⁾ a 23 e a perda da batalha de Souto

(1) Os chamados 7.500 bravos do Mindelo desembarcaram num pequeno porto ou varadouro chamado *Praia dos Ladrões* e não na de Mindelo, próximo do lugar de Arenosa de Pampelido, entre as freguesias de Lavra e de Perafita. No lugar de desembarque foi levantado um monumento comemorativo e a *Praia dos Ladrões* passou a chamar-se *Praia da Memória*.

(2) No documento n.º 239, a pág. 382 da *História da Guerra Civil em Portugal*, de Luz Soriano, se refere a parte oficial da batalha de Ponte Ferreira, ganha pelo exército libertador em 23 de Julho de 1832 (boletim n.º 2).

As tropas miguelistas tinham passado do Sul para o rio Douro e tentavam ameaçar pela retaguarda o exército libertador. Soubese que elas tinham tomado posição sobre a estrada de Penafiel e já estendiam as suas avançadas até

Redondo a 7 de Agosto, mostrou que a causa da rainha corria grave perigo, mas os miguelistas não souberam aproveitar a vitória, nem sequer ocuparam a tempo o convento da Serra do Pilar, e permitiram assim ao Porto resguardar-se quase num instante com fortificações improvisadas. No

Valongo. O Conde de Vila-Flor foi encarregado de reconhecer as forças e o intento do inimigo.

Então, sob o comando do coronel Henrique da Silva, o batalhão de caçadores n.º 5, os voluntários da rainha, o batalhão de marinha e o regimento de infantaria n.º 18 com um destacamento de cavalaria e quatro bocas de fogo, marcham sobre Valongo; ai estavam de facto as vedetas inimigas, mas a grande guarda de cavalaria forçou-as a retirar-se. O batalhão de caçadores n.º 5 que fazia a vanguarda da coluna, rebateu ele só a resistência dos atiradores até serem auxiliados pelos voluntários da rainha. As bocas de fogo protegeram as forças constitucionais que vieram por isso ocupar na retaguarda a forte posição de Rio Tinto, entre Valongo e o Porto. A perda do inimigo foi grande; dos libertadores, ficaram feridos poucos e caiu morto o jovem tenente Narciso de Sá Nogueira. D. Pedro ao saber disto, ordenou ao general Conde de Vila-Flor que se dirigisse com uma divisão de infantaria sobre a estrada de Valongo, para sustentar, se fosse preciso, a retirada daquelas tropas; e quando ia visitar os postos avançados ao Sul do Douro, mudou logo de direcção e tomou a estrada de Rio Tinto, aonde chegou ao mesmo tempo em que a coluna que se retirava de Valongo, e a que do Porto marchava para sustentá-la, tomavam posição.

D. Pedro aí informado das forças do inimigo, resolveu atacá-lo no dia seguinte, mandando avançar do Porto sobre Rio Tinto mais algumas tropas ligeiras e que os postos avançados sobre a estrada do Vouga passassem o Douro e que se cortasse a ponte sobre este rio. Assim concentrou na cidade as forças destinadas à segurança dela e ordenou ao Conde de Vila-Flor que atacassem o inimigo no dia 23. Este dividiu o seu exército em três colunas de ataque: a da direita, comandada pelo coronel António Pedro de Brito, devia avançar pela estrada de S. Cosme; a do centro, comandada pelo coronel Henrique da Silva da Fonseca, seguiria pela estrada de Valongo, enquanto a da esquerda, sob as ordens do tenente-coronel Hodges, dirigindo-se pelo caminho da Formiga, tentaria envolver a direita do inimigo. Nesse dia 23, pelas onze horas da manhã, apenas a divisão ligeira, sob o comando do tenente-coronel João de Schwalbach, que fazia a testa da coluna do



dia 8 de Setembro, Gaspar Teixeira, nomeado chefe do exército miguelista, pretendeu recuperar a posição da Serra e investiu ao mesmo tempo a cidade pelo lado da Aguardente, do Covelo e do Sério, mas nada conseguiu; renovou o ataque no dia imediato, assaltando a Serra e dirigindo simultaneamente forças contra a Casa Amarela, Montanha e Paranhos, ao Norte do rio Douro, mas não foi mais feliz, e só pode ocupar Vila Nova de Gaia no dia 10, em que voltou à carga. Começou então o bombardeamento do Porto, e os liberais, que fizeram uma surtida no dia 16 para impedir o estabelecimento de novas baterias, sofreram

centro, se encontrava nas fraldas das primeiras colinas, o inimigo rompeu fogo, mas aquela divisão sustentou o combate, dando assim tempo à coluna da esquerda para poder entrar em combate; a coluna, então, conduzida a terreno descoberto, foi carregada por um esquadrão inimigo; mas, abrigada por um bosque, repeliu aquela carga e pôs a cavalaria em completa retirada. O general Conde de Vila-Flor mandou reforçar a ala esquerda e avançar a do centro atacando vigorosamente. O rei, numa posição que dominava o campo de batalha, observava os movimentos e dava ordens ao general. O combate tornou-se geral, e as tropas libertadoras, desalojando das posições o inimigo, obraram prodígios de bravura. O capitão Pereira, do 3.^o de caçadores, com poucos homens ousou intimar ao regimento n.^o 12 de infantaria rebelde que se rendesse, depoendo as armas e fazendo depois fogo sobre ele, lhe aprisionou alguns soldados, sem perda dos seus. Assim o inimigo foi abandonando as suas posições, até que, já à noite, vendo-se rechaçado de todos os lados, procurou ganhar a crista das montanhas que lhe ficavam na retaguarda e fugiu em debandada pela estrada de Baltar a Penafiel, deixando o campo coberto de destroços. O rei, o general e os oficiais dos seus estados-maiores bivacaram sobre o campo de batalha. E, pela madrugada do dia seguinte, verificando a retirada do inimigo, vieram sobre o Porto, onde entraram no meio de aclamações e alvoroço geral.

Acrescenta o relator da escaramuça: «Deste modo se terminou, depois de sete horas de combate, este dia glorioso para as armas da senhora D. Maria II». A perda dos vencedores, nos dias 22 e 23, entre mortos, feridos e extraviados, não excedeu 300 homens: a dos inimigos, segundo todas as informações, excedeu a 1200.

graves perdas. A 29, por ser dia de S. Miguel, deram os miguelistas um ataque geral e chegaram a penetrar dentro das linhas pelo lado das baterias do Bonfim, Cativo e Fojo, mas depois de renhido combate, das 3 para as 4 horas, estavam desapossados de todos os pontos que tinham ganho, sendo repelidos com gravíssimas perdas.

O tenente-general Conde de Vila-Flor, informando o Ministro da Guerra, Agostinho José Freire, das operações militares, sob o seu comando, isto é, dando notícia oficial das operações do exército libertador da batalha do dia 29 de Setembro de 1832, ou no grande ataque feito pelos miguelistas na sua máxima força às linhas constitucionais do Porto (boletim n.º 7 e documento n.º 247, transcrito por Luz Soriano, na *História da Guerra Civil*), diz que «no dia 29 de Setembro, das seis para as sete horas da manhã, apareceu o inimigo em considerável força sobre a extrema direita da nossa linha de defesa ao Norte do Douro, e tendo passado a ponte de Campanhã, obrigou os piquetes da direita a retirarem-se sobre as trincheiras, bem como uma peça de campanha assestada além da Quinta do Prado, que tomou posição junto à da China, ficando assim o inimigo senhor das cortaduras exteriores em frente da linha até à estrada de S. Cosme.

Pelas oito horas, o inimigo principiou os seus movimentos de ataque, carregando em grande força a direita da nossa linha, até à estrada de S. Cosme, conseguindo apossar-se da estacada que defendia o batalhão de atiradores portugueses». Mas o tenente-coronel Conde da Bemposta, auxiliado por duas companhias de infantaria n.º 6 e uma outra de infantaria n.º 10, repeliu o inimigo, após um renhido combate. Já nessa ocasião D. Pedro, ao ouvir os primeiros tiros, dirigiu-se ao ponto de combate, reuniu o corpo de guias e acompanhado do seu estado-maior, mandou que o dito corpo fosse postar-se convenientemente sobre a estrada de S. Cosme, por detrás da primeira cortadura que defendia a mesma estrada. Foi depois colocar-se em sítio donde pudesse mais facilmente acompanhar o desenvolvimento do ataque.

O inimigo tinha destacado uma forte coluna da altura

das Antas para a baixa das baterias do Cativo, do Bonfim e do Fojo e com este reforço conseguiu segunda vez apossear-se da parte das trincheiras donde havia sido repelido; e assim pode penetrar pela estrada de S. Cosme, na parte interior das trincheiras; então J. Nepomuceno de Macedo, coronel de cavalaria e comandante do corpo de guias, observando do Bonfim este movimento do inimigo, conseguiu com uma força de 300 a 400 homens, derrotar completamente o adversário, com o auxílio ainda das forças do Conde de Vila-Flor. E como este ainda estava de posse da bateria da Lomba, o brigadeiro Valdez, ajudante-general do exército, ordenou o major José Teixeira de Mesquita que tomasse o comando de três companhias do 1.^º batalhão de infantaria n.^º 6 e uma parte do 2.^º batalhão fixo de voluntários nacionais, e que marchando pela estrada de S. Cosme, sustentasse o tenente-coronel Pacheco, o qual se achava defendendo a posição entre aquela estrada e a bateria do mirante de Barros Lima, regulando os seus movimentos pelos daquele tenente-coronel, a quem ordenara igualmente que atacasse o inimigo, que se achava de posse da sobredita bateria, o que se efectuou da maneira mais bem combinada, atacando e flanqueando a cíta bateria aquele tenente-coronel, com aquela bravura e sangue-frio que o caracteriza, retomando-a logo, enquanto o major Mesquita, carregando o inimigo pela estrada de S. Cosme, lhe tomava duas peças de artilharia e um obus, que os rebeldes se viram obrigados a abandonar. A 14 de Outubro renovaram os absolutistas os seus ataques contra a Serra do Pilar, mas foram repelidos; e foi então que D. Miguel, cedendo às repetidas instâncias dos seus generais, se resolveu a sair de Lisboa, declarando que ia tomar o comando do exército. O visconde de Santa Marta⁽¹⁾, que era então

(1) «O mau resultado (Luz Soriano, tomo II) constantemente alcançado das operações activas, até então tentadas por Gaspar Teixeira contra as linhas do Porto e a Serra do Pilar, fez adoptar ao visconde de Santa Marta o sistema das operações passivas, limitando-se à estrita defensiva das suas posições e entricheramentos, destinados a tomar por toda a maneira efectivo o bloqueio do Porto, único meio de cortar

o chefe do exército miguelista, tentou mais uma vez, porém debalde, apoderar-se da serra. Entretanto o bombardeamento continuava incessantemente, e entre os liberais apreciam dissidências e rivalidades que levaram D. Pedro a assumir o comando do exército que, desde os Açores, tinha sido exercido pelo Duque da Terceira.

aos sitiados as provisões de guerra e de boca, visto não lhe aproveitarem por mar as suas grandes forças navais.

Estabelecido o seu quartel-general em Aguas Santas, a colocação do seu exército foi pela seguinte maneira: a 3.^a divisão que ultimamente chegara a Lisboa passou a ser comandada pelo brigadeiro José A. de Azevedo Lemos, de quartel no Alto da Bandeira, e a guarnecer a margem do Sul do Douro, desde o Esteio (quere dizer Esteiro) de Avintes até às baterias da Pedra do Cão e Cabedelo, tendo uma brigada no alto do Mirante de Boucinhas; outra no campo da Barrosa; e outra denominada provisória formava no Verdinho e alturas do Canadal, tendo na sua frente a bateria da Furada (Afurada) e na sua esquerda todas as que dali iam até ao mar. Em frente de Avintes, na margem do Norte do Douro, achava-se colocada a coluna móvel, do comando do coronel António Joaquim Guedes, que se estendia pela Quinta do Freixo, Valbom, Campanhã e forte do Tim, até ao campo do Chão Verde e alto de Rio Tinto, onde o mesmo coronel tinha o seu quartel-general. Seguia-se a esta a 4.^a divisão, sob o comando do marechal de campo A. P. de Moraes Sarmento, de quartel em Pedrouços; uma das brigadas desta divisão ocupava Arroteia, Cruz das Regateiras, outra Águas Santas e Areosa; a 3.^a linha ia do forte de Contumil até à esquerda da estrada de Valongo; e a quarta, a parte que ia desde ali até ao forte de Sobral e Paranhos, tocando em S. Mamede de Infesta. A 2.^a divisão, comandada pelo brigadeiro Teles Jordão, de quartel em S. Tiago de Custóias, tinha uma brigada em Vila Nova de Baixo, outra na Senhora da Hora e Ramalde, outra no Padrão da Légua e a 4.^a em S. Mamede de Infesta.»

Tal era a distribuição do exército realista.

«E todo este aparato bélico, para quê? Vai responder-nos o mesmo Luz Soriano (tomo I, pág. 471):

«Santa Marta, devendo como lhe cumpria, conservar a todo o custo o Porto e chamar em seu apoio a 2.^a brigada da sua divisão, que conservava para as partes da Figueira, comandada pelo brigadeiro João de Gouveia Osório, bem pelo contrário sem disparar um só tiro abandonou prontamente uma cidade que pelos seus vastos recursos deu margem a que

A 14 de Novembro fizeram os liberais uma surtida feliz para os lados de S. Cosme, e no dia 28 surpreenderam os acampamentos miguelistas da Prelada, Padrão da Légua, Boa Hora e Matosinhos. O bombardeamento continuava cada vez mais terrível; começava a sentir-se a fome e faltavam as munições de guerra, mas a entrada de José da Silva Carvalho para o Ministério da Fazenda restabeleceu a confiança, e os habitantes do Porto deram constantemente provas de heroísmo e dedicação extraordinária, pelas quais a cidade bem mereceu o título de Invicta, com que posteriormente foi honrada. No dia 17 de Dezembro fizeram os liberais uma nova surtida para o Sul do rio Douro, a fim de destruirem o convento de Santo António; e ao princípio foram mais felizes, mas na retirada faltaram-lhes os barcos a tempo, do que resultou sofrerem graves perdas e ficarem muitos afogados. Com o intento de evitar as rivalidades entre os seus generais, D. Pedro chamou ao Porto o general francês Solignac, a quem deu o posto de marechal do exército e o cargo de major-general. Estreou-se o general estrangeiro com uma surtida no dia 24 de Janeiro de 1833 contra o monte do Crasto e à custa de prodígios de valor das tropas colocadas sob as suas ordens, conquistou a posição desejada, mas afinal, sem motivo algum plausível,

os constitucionais pudessem nela entreter por largo tempo a guerra. O inexplicável deste imprudente passo uns o dão filho da irreflexão com que o general abusou da faculdade, que teve de se retirar para a margem esquerda do Douro, o que só devia ter feito quando inteiramente não pudesse conservar o Porto; outros o atribuem aos desejos que os realistas tinham, de vingar a segunda cidade do reino as suas duas revoluções liberais de 24 de Agosto de 1820, e 16 de Maio de 1828,creditando que postos uma vez em terra os constitucionais da Terceira, lhes seria fácil acabar com eles...

Tão irreflectido foi Santa Marta, como o próprio D. Pedro que nesse lance, bem poderia, livre do inimigo pela frente, voltar-se para a retaguarda, para as forças de José Cardoso, que facilmente desbarataria, dando vez a que este seguindo por Valongo, a Penafiel, passasse o Douro em Melres, indo juntar-se a Santa Marta, no dia 12 de Julho, a Oliveira de Azeméis.»

abandonou-a, e deste modo tudo quanto se praticara de heróico nesse dia assinalado foi de pouco ou nenhum proveito para a causa da rainha. Por esse tempo o general Saldanha, que por questões particulares não havia ainda tomado parte na guerra, veio desembarcar no Porto, e, recebendo o comando da esquerda da linha o lado da Foz, de tal modo fortificou esse sítio, que repeliu energeticamente o ataque contra ele dirigido a 4 de Março pelo visconde de Santa Marta. Sendo nessa mesma ocasião os realistas infelizes no ataque que fizeram à serra do Pilar, foram daí a poucos dias, a 24, rechaçados também, quando tentaram apoderar-se da posição das Antas. A situação do Porto nessa época era deveras tristíssima, porque a falta de socorros de toda a espécie, falta que mais e mais se agravara desde que o inverno fechara a barra do Douro, veio juntar-se o terrível flagelo da cólera-mórbus; mas coisa alguma fazia abalar a fé dos soldados de D. Pedro, e a luta que durava havia meses, parece que cada vez se tornava mais encarniçada. A terrível epidemia que grassava no Porto estendeu-se também aos arraiais de D. Miguel e, quando passou a estação invernosa e a cidade pode ser abastecida, embora os mantimentos e munições tivessem de passar sob o fogo das baterias inimigas, a situação da cidade melhorou muito. A tomada da posição do Covelo no dia 9 de Abril pelos liberais e a derrota que os miguelistas sofreram no dia imediato, quando tentavam recuperar esse ponto, veio daí novo alento aos defensores da causa constitucional; mas então a falta de paga às tripulações da pequena esquadra liberal deu lugar a que a marinhagem se insubordinasse contra o almirante Sartorius, que parece não tinha energia bastante para a conter. Era este um golpe de morte para o partido liberal, porque o Porto, sem esquadra protectora, bloqueado por mar e por terra, teria de render-se vencido pela fome.

Foi então que o barão de Quintela, depois conde do Farrobo, adiantando o dinheiro necessário ⁽¹⁾, salvou a causa da Liberdade. O comando da esquadra foi dado então

(1) 65.000 libras esterlinas.

a Carlos Napier; e resolvida uma expedição ao Algarve, sairam do Porto as tropas que, às ordens do Duque da Terceira, desembarcando em Cacilhas e atravessando o Alentejo, entraram a 24 de Julho em Lisboa. Nesse meio tempo, os miguelistas, comandados por Bourmont, tinham querido no dia 5 de Julho cortar as comunicações do Porto com a Foz, mas foram batidos, e o mesmo lhes sucedeu num ataque que dirigiram nesse dia contra a serra do Pilar. No dia 25 ordenou Bourmont um ataque geral às linhas do Porto; os miguelistas, que tiveram no princípio algumas vantagens, foram por fim repelidos pelo Conde de Saldanha, que desde a retirada de Solignac, a 14 de Julho, exercia o cargo de chefe do estado-maior imperial. Logo que chegou ao Porto a notícia da entrada dos liberais em Lisboa, D. Pedro embarcou para a Capital, deixando a Saldanha o governo da cidade, e Bourmont, a 7 de Agosto levantou o cerco, partindo também para o Sul com parte do seu exército. E frente do Porto ficou então o general Almer que, depois de incendiar os armazéns de vinho em Vila Nova de Gaia, foi entrincheirar-se em Avintes. Foi uma barbaridade inaudita aquele incêndio, em que se destruiram 17.374 pipas de vinho finíssimo, e 533 pipas de águadente superior, na importância total de 2.513.631\$541 réis, segundo uma nota reproduzida por Luz Soriano, no tomo IV, da *História da Guerra Civil*, pág. 437.

Saldanha atacou o general Almer em Avintes, a 18 de Agosto, e o obrigou a definitivamente levantar o cerco, terminando assim essa série de combates gloriosos que durante mais de um ano se travaram em volta do Porto, com a conhecida convenção de Évora-Monte. E assim D. Miguel, a 1 de Julho de 1834 embarcou em Silves, a bordo do vapor inglês *Stag* que o transportou a Génova.

D. Pedro tem no Porto, na Praça Nova, hoje Praça da Liberdade, uma estátua equestre, obra do escultor francês M. Anatole Calmells, concluída em 1865; e em Lisboa uma outra estátua pedestre, no largo do Rossio. O seu coração guarda-se como preciosa relíquia num singelo mausoléu de granito ao lado do Evangelho da capela-mor da igreja da Lapa.

A REVOLUÇÃO DA MARIA DA FONTE

Depois da Convenção de Évora-Monte, todo o reino aceitou o regime constitucional, sob a regência de D. Pedro IV, durante a menoridade de sua filha, D. Maria II. D. Pedro morre a 24 de Setembro de 1834.

A 9 de Setembro de 1836, a Guarda Nacional de Lisboa proclama a Constituição de 1822, o que obrigou a rainha a organizar um ministério setembrista: mas os marechais Duque da Terceira e Saldanha recorreram à força armada para restaurar a Carta Constitucional; não o conseguiram e tiveram de internar-se em Espanha; vigorou então uma nova Constituição — a de 1838. Costa Cabral, porém, em Janeiro de 1842 promove no Porto a proclamação da Carta, nomeando-se uma regência provisória, o que deu como consequência a formação do ministério do Duque da Terceira, que em 10 de Fevereiro desse ano restaurou a Carta de 1826. Deram causa a esta revolução as violências do ministério Costa Cabral, principalmente as relativas às suas disposições tributárias. Começou a revolta pelo Minho e em breve se espalhou por todo o País. A rainha, assustada, demitiu o ministério Costa Cabral e encarregou o Duque de Palmela de formar governo, em Maio de 1846; mas em Outubro cai esse governo e forma-se outro com elementos cartistas, sob a presidência do Duque de Saldanha. Em face desta situação, o Porto revoltou-se e organizou uma *Junta provisória do reino*, com a presidência do Conde das Antas. Ateia-se então a guerra civil entre as forças do governo e as da Junta do Porto, que depois recebeu auxílio do partido miguelista. A rainha, neste lance perigoso para o trono, reclama a intervenção da *quadrupla aliança de 1834*. Um exército espanhol, comandado pelo general Concha entra em Portugal por Trás-os-Montes e chega até Valongo. E na mesma ocasião uma esquadra inglesa aprisiona pelo mar a divisão do Conde das Antas que, saindo do Porto, se dirigia para o Sul, a tentar um movimento. Os revoltosos tiveram então de aceitar a convenção de Gramido que dissolia o exército da Junta e mandava soltar todos os presos políticos, a 29 de Junho de

1847. Assim terminou esta revolta, conhecida na História pela *Revolução da Maria da Fonte*. Atribui-se a uma mulher, das proximidades da Póvoa de Lanhoso, o principal papel da insurreição popular contra os agentes do fisco. Como era natural dum lugar denominado a *Fonte*, é conhecida por *Maria da Fonte*. Também se chama a *Patulea*, por este ser o nome que se designava o partido setembrista.

Foi preciso que a Inglaterra, a França e a Espanha tomassem o partido da rainha, para frustrar as aspirações políticas da *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*. O Marquês de Loulé, em nome da Junta, recusou-se a tratar a paz com o Duque de Saldanha que representava o Governo da Capital. O tenente-general Concha, juntamente com o coronel Wilde, pela Inglaterra, o Marquês de Loulé e o general César de Vasconcelos, pela Junta Provisória, compareceram em Gramido com o fim de adoptar as providências necessárias, de modo a evitar-se derramamento de sangue e conseguir uma pacificação geral.

E assim, no dia acima referido, foi assinada a célebre *Convenção de Gramido*, que fora redigida por António Augusto Teixeira de Vasconcelos, romancista e conhecido autor do *Prato de arroz doce*. Citamos textualmente o histórico documento, transscrito pelo nosso Pinheiro Chagas:

«O Tenente-General D. Manuel de la Concha, Conde de Cancelada, e o Coronel de Buenaga, como representantes da Espanha, o Coronel Wilde como representante da Grã-Bretanha, o Marquês de Loulé, par do Reino, e o General César de Vasconcelos, como representante da Junta Provisória reunidos em Gramido com o fim de concertar as necessárias medidas para dar pacífico cumprimento às resoluções das Potências Aliadas; concordaram em que a cidade do Porto se submeteria à obediência do Governo de S. M. F., com as condições estabelecidas nos oito artigos que vão escritos no fim da acta.

«Por esta ocasião os Comissários da Espanha e Grã-Bretanha declararam que a honra militar do exército da Junta, e da antiga, muito nobre, e sempre leal, e invicta cidade do Porto estava completamente salva, e que eles folgavam de fazer esta declaração em favor da honra, e

valor dos soldados portugueses; o Marquês de Loulé e o General César de Vasconcelos disseram que a Junta confiava a sorte do País à boa fé dos Governos Aliados, e que pela impossibilidade de obter melhores condições para os seus subordinados, ainda mesmo depois de encarniçados combates, ela se julgava no caso de aceitar as modificações que os Comissários das três potências fizeram aos artigos primitivamente apresentados pelo Marquês de Loulé e General César de Vasconcelos.

«Os Comissários da Junta Provisória propuseram que os oficiais de primeira linha ao serviço da Junta, fossem equiparados nas promoções já feitas para o exército de Lisboa, e nas que de futuro se fizerem aos oficiais daquele exército, segundo a antiguidade.

«Os Comissários de Espanha e Inglaterra declararam que sentiam muito não coubesse nas suas atribuições tomar conhecimento deste objecto que aliás lhe parecia muito justo, porém que eles confiavam que o Governo de S. M. F. tomaria este negócio na devida consideração.

«Artigo 1.^º O fiel, e exacto cumprimento dos quatro artigos da mediação incluídos no Protocolo de 21 de Maio deste ano é garantido pelos Governos Aliados.

«Art. 2.^º As tropas de S. M. C. exclusivamente ocuparão desde o dia 30 de Junho a cidade do Porto, Vila Nova de Gaia, e todos os fortes, e redutos de um, e outro lado do rio, em quanto a tranquilidade não estiver completamente estabelecida sem receio de que possa ser alterada pela sua ausência, ficando na cidade do Porto, uma forte guarnição das forças Aliadas em quanto estas se conservarem em Portugal. No mesmo tempo o Castelo da Foz será ocupado por tropas inglesas, e no Douro estacionarão alguns vasos de guerra das potências Aliadas.

«Art. 3.^º A época da entrada das tropas portuguesas na cidade do Porto será marcada pelas potências Aliadas.

Art. 4.^º A propriedade e segurança dos habitantes da Cidade do Porto, e de todos os Portugueses em Geral, ficam confiados à honra, protecção e garantia das potências Aliadas.

Art. 5.^º As forças do exército de S. M. C. receberão as armas dos corpos de linha, e voluntários que obedecem à Junta, entregando-se guia ou passaporte gratuito às pessoas que tiverem de sair do Porto para as terras da sua residência, e dando-se baixa aos soldados de linha que tiverem completado o tempo de serviço, e aos que se alistarão durante esta luta para servirem só até à sua conclusão.

Art. 6.^º O exército da Junta será tratado com todas as honras da guerra, sendo conservadas aos oficiais as espadas, e cavalos de propriedade sua.

Art. 7.^º Conceder-se-ão passaportes a qualquer pessoa, que deseje sair do Reino, podendo voltar a ele quando lhe convenha.

Art. 8.^º As três potências Aliadas empregarão os seus esforços para com o Governo de S. M. F. afim de melhorar a condição dos oficiais do antigo exército realista.

E aprovados estes artigos, julgaram os Comissários das Potências Aliadas e da Junta Provisória terminada a conferência, da qual se lavrou esta acta em quatro exemplares assinados pelos mesmos comissários. — Gramido, 20 de Junho de 1847. — Marquês de Loulé⁽¹⁾. — Manuel de la Concha. — César de Vasconcelos. — W. Wilde.»

Neste mesmo dia, a Junta mandava soltar o Duque da Terceira, todos os seus companheiros e todos os presos políticos e prisioneiros de guerra; louvava, em decreto, o Marquês de Loulé, e o Visconde do Carril; votava públicos louvores ao seu exército de mar e terra, ao Porto, às províncias e ilhas adjacentes; ratificava, aprovava e mandava cumprir e executar por todas as autoridades civis, militares e cidadãos sujeitos à mesma Junta, a convenção, que tam-

⁽¹⁾ Este célebre convénio que Teixeira de Vasconcelos redigiu foi assinado pelo Marquês de Loulé, então presidente da Junta do Porto, e Sir Thomas Maitland, com os comandantes das frotas inglesas e espanholas. E assim se deu por terminada a guerra da Patuleia. Ficaram, porém, dignos de registo, os nomes dos dois homens que honraram o brio nacional — Passos Manuel e José Passos.

Quem não pode furtar-se jamais ao ódio do novo foi o autor destas perturbações — o célebre Costa Cabral.

bém determinava fosse guardada, em cópia autêntica, na Câmara Municipal da invicta cidade, onde tivera o seu Governo. Finalmente, a 30 de Junho, lavrou esta acta:

«Aos trinta dias de Junho de 1847, no Palácio da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, em nome da Nação e da Raína, propôs o Vice-Presidente, que, achando-se ultimada a questão portuguesa pela convenção celebrada em Gramido, no dia de ontem, entre os representantes da Junta, e os de Espanha e Inglaterra, se declarasse terminada a sua missão, e que a Junta se dissolvesse; e, sendo os outros membros da mesma opinião, o Vice-Presidente declarou dissolvida a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, e em seguida se lavrou esta acta, que todos assinaram. — José da Silva Passos. — Francisco de Paulo Lobo de Ávila. — Joaquim Fernando Pinto Bastos. Comenta o historiador: «a Junta morria, como se notará, com todos os sacramentos. Não lhe faltou até esta acta... de extrema-unção»!

As três potências não deram valor algum diplomático a esta convenção de Gramido; e neste sentido dirigiram uma nota ao Governo português.

A Junta recorrera àquele expediente para dar a entender que se não curvara ao Protocolo e impôs que Salданha não intivesse nem assinasse a acta da convenção. As potências fizeram então ver ao Governo português que não podia ter valor um acto ou pacto em que Portugal não estivesse representado pelo Governo por elas reconhecido e em que a França, como aliada, não compareceu nem assinou tal convenção.

O convénio, ficou, pois, uma simples combinação particular.

E lá se foi o movimento da *Patulea*, que, no dizer da raína, é a *perdição do trono e do país*. (Carta de D. Maria II, confidencialíssima ao Barão da Luz).

Algumas das freguesias do nosso concelho foram teatro dessa luta entre miguelistas e constitucionais. No 2.º vol., págs. 422, se fala de um castelo, da freguesia das Medas, onde estiveram entrincheirados os guerrilhas de 1846. «Vêem-se ainda neste sítio restos da Casa da Pólvora.

Parece que as tropas aí entrincheiradas esperavam as forças do Duque de Saldanha para lhes impedir a passagem do rio. Alguns soldados estavam escondidos atrás de umas medas que tinham por trincheiras, mas estas foram incendiadas pelo fogo dos recém-vindos; ainda hoje se chama à este sítio o *Monte do Queimado*.

Também, como se conta no vol. 2.º, págs. 483, na freguesia da Sousa, se travaram lutas, durante a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, ao lado do partido legitimista, que estabeleceu uma bateria de artilharia no sítio do Biqueiro, no lugar de Zebreiros.

Igualmente Valbom foi uma das freguesias onde se instalou um dos quartéis do exército, durante a guerra civil no ano de 1847, como pode ver-se no vol. 2.º, págs. 499.

Em Melres fica o solar que foi do Morgado de Vilar de Perdizes, então propriedade de Fr. José da Graça, ferrenho miguelista que teve uma conferência em 1846, no areal de Melres, com o general escocês Reinald Macdonell.

Deste oficial estrangeiro, conta *A Encyclopédia Portuguesa* de Max. Lemos, que servia no exército espanhol durante as guerras da Península e que duas vezes veio a Portugal, no tempo das lutas liberais e depois por ocasião da revolução da Maria da Fonte. Pouco importante fora a sua acção política. Em 1833, contratado por D. Miguel, foi nomeado comandante em chefe das tropas miguelistas; mas, como falhasse o plano de acabar a guerra por uma mediação diplomática, demitiu-se. Pela segunda vez, em 1846, surge em Portugal e pôs-se à frente duma guerrilha miguelista que nas margens do Douro trocou alguns tiros com as forças do Visconde de Sá da Bandeira que, em seguida à derrota de Vale-Passos, recolhiam ao Porto. Foi, por fim, surpreendido por uma força de cavalaria de Vinhais, acutilado e morto, a 30 de Janeiro de 1847, na estrada de Chaves, adiante de Vila Pouca de Aguiar. Os seus restos mortais jazem numa capela, sita no lugar de Sabroso, entre Pedras Salgadas e Vidago.

Camilo Castelo Branco, em a *Maria da Fonte*, transcreve um trecho de Pinho Leal, a propósito das lutas entre D. Pedro e D. Miguel, trecho em que se faz referência aos



Brasão da «Casa Grande» do Morgado de Vilar de Perdizes, que pertenceu depois a Fr. José da Graça, em Melres



Brasão do «Solar dos Portocarreiros» ou «Casa da Bandeirinha», em Melres

dois lugares do concelho de Gondomar: Gramido e Melres e se alude à figura exótica do famigerado R. Macdonell. Diz o trecho:

«Tanto os realistas como os republicanos queriam especular com os tumultos do Minho, que em breve se estenderam a todo o reino, e puxar a brasa à sua sardinha; mas os setembristas andaram mais depressa e foram mais finórios, atraindo ao seu partido bastantes realistas gordos.

D. Miguel I, na esperança de se pôr à testa do seu partido em Portugal, veio para Londres, onde nunca o deixava António Ribeiro Saraiva, que se tornou o seu braço direito.

Foi este quem nos fins de Julho de 1846, nos mandou para cá a bela prenda do decrepito imbecil e borrhachão escocês Reinaldo Macdonell. Macdonell veio para a Península no mesmo vapor inglês em que veio o Saldanha para se pôr à testa dos cabrais. Este teve medo de fazer o seu desembarque nas costas portuguesas e foi desembarcar a

Gibraltar, e de lá veio por terra para Portugal, mas disfarçado, porque já todo o país estava revoltado⁽¹⁾.

Macdonell desembarcou no Porto, a 6 de Agosto, indo buscá-lo a bordo o cônsul inglês da Figueira a quem a gente chamava Lourenço Fuque (Fook), e que tinha um armazém de vinhos em Vila Nova de Gaia.

Já se sabe — ninguém soube que era Macdonell, senão os da panelinha, e foi habitar em casa do cônsul inglês.

O António Taveira tinha em seu poder 50 contos de réis para o primeiro movimento realista; e, se é certo o que ouvi dizer, foi a infanta D. Isabel Maria quem deu este dinheiro — esta grande fortuna para uma revolução!...» Mais adiante: «No dia 6 de Agosto veio o Macdonell a bordo de um escaler inglês, acompanhado do tal Fook e do Padre Luiz⁽²⁾ até Gramido — isto pelas oito ou nove horas da noite. Em Gramido estava um *rodeiro* (barco rabelo sem *apegada*) tripulado por quatro estafermos. 1.º o morgado de Pé de Moura, Manuel Ferreira dos Santos, que depois foi tenente-coronel comandante dos Voluntários realistas de Paiva; 2.º, Manuel Vieira de Andrade, de Fulgoso, que depois foi capitão do mesmo batalhão; 3.º, um fulano Mendes, alferes de Évora-Monte, que morreu no combate de Braga, em 20 de Dezembro de 1846, sendo ajudante de referido batalhão; 4.º, este seu criado que, no 1.º de Dezembro do mesmo ano, foi feito capitão da Companhia de Atiradores do batalhão de Infantaria de Braga — que depois de ser Regimento e se unir à Junta, teve algum tempo a denominação de *Fusileiros da Libe-*

(1) Numa nota, Camilo explica que o frei José da Graça, que em 1846 morava no seu palácio de Melres — um bonito palácio comprado pelo egresso ao morgado de Vilar de Perdizes, é que lhe disse que Macdonell não tinha desembarcado em Cádis, mas em Gibraltar e que estava combinado com os cabrais para nos atraiçoar, arranjando a intervenção estrangeira.

(2) Este padre era ao tempo paleógrafo da Misericórdia, um dos principais «maquinadores da revolta». Era natural de Entre-os-Rios e chamava-se P.º Luiz de Sousa Couto, do Torrão.

dade, e por fim *Regimento de Infantaria 9*; e que, por ser organizado no Quartel do Pópulo em Braga, nunca perdeu o título de *Regimento do Pópulo*.

Não nos fiámos nos marinheiros e nós mesmos levamos o barco, arrastando-o com um cabo pelo rio, que estava muito abaixo; pois dos quatro só o morgado de Pé de Moura era o único que sabia náutica.

Quando chegámos a Melres, estava no areal à nossa espera, Frei José da Graça, grande amigo do Padre Luiz, e ali estivemos em combinações, (e que combinações tão tolas!) enquanto descansávamos nós, os *barqueiros*. (Destes quatro parvos só existo eu e o Manuel Vieira de Andrade. Os outros dois, assim como Padre Luiz, Fook, Frei José da Graça e Macdonell, tudo já está a fazer tejolo!).

Continua Pinho Leal a descrever a viagem heróica daqueles *parvos*, com uma despretensiosidade e bonomia que provoca o riso. Não esquece pormenores ridículos; assim diz do Macdonell que com ele «vinham dois respeitáveis caixões de conhaque, águardente magnífica, vinhos especialíssimos da Hungria e França, e óptimos licores. Vinhos dos mais escolhidos do Douro principiavam a chover em Linhares, assim como outros presentes. Mas não choviam só presentes: choviam pretendentes. O Padre Luiz e Frei José da Graça queriam ser bispos: o Abade de Boaças (irmão do Capitão-mor Luiz do Amaral Semblano, de Nespereira), queria ser capelão-mor de el-rei! o dono da casa contentava-se em passar de coronheiro a correio-mor do reino; finalmente, aquilo eram *avalanches* de aspirantes a empregos gordos e catadupas de ambiciosos de toda a casta».

Como hoje, santo Deus! Até refere que «um diabo muito estúpido», Manuel António de Carvalho, de Lamego, genro dum tal Freitas, funileiro da Bainharia do Porto, queria ser director da Alfândega de Lisboa e que «o traste do cunhado tivesse idêntico emprego na do Porto». Esse tal Carvalho, apesar de «chapadíssimo tolo teve artes de chupar ao António Taveira, 600\$000 réis, para comprar todos os Oficiais e Sargentos de Infantaria 9, pois que os soldados, esses estavam às ordens dele Carvalho». E lá

arvorou com o dinheiro. A seguir explica: «O 9 de Infantaria, esse vimo-lo algumas vezes, mas a dar-nos fogo! Dinheiro para a compra de armas que nunca apareceram, de cornetas, 7 por junto, chumbo para balas, e pólvora para cartuchos, andou a rodo, e cifra vale 10. O alma do diabo do Macdonell estava por tudo, mandava dar dinheiro a todos, e fazia bispos, capelães-mores, correios-mores, e directores das alfândegas... o diabo!

O José Maria de Abreu (irmão de Francisco de Abreu) e eu que estávamos feitos *alquitetes* do Macdonell, morriámos de riso; mas eu achava graça aquilo, porque nunca na minha vida bebi tanto e tão bom».

Pelo que se vê, uma verdadeira borracheira!

Macdonell⁽¹⁾, um autêntico aventureiro, continua o seu percurso bélico, rio acima, visitando Carvociro, Sinfães, Boaças, Paiva, Ancêde, Marco de Canavezés e depois Guimarães e Braga, onde se lhe juntaram as guerrilhas do célebre Padre Casimiro, com as do Abade de Priscos, as do Pádrone Manuel das Agras, etc.

O leitor mais curioso que queira acompanhar até final a história da Revolução do Minho em 1846, leia o apreciado trabalho do nosso romancista, a *Maria da Fonte* ou os *Apontamentos* para essa história, publicados pelo próprio Padre Casimiro, a que se refere o mesmo crítico.

TROPAS AQUARTELADAS NA VILA, EM 1927

A República, antes da pacífica revolução de 28 de Maio de 1926, embora contasse com alguns homens de valor, não oferecia garantias de prosperidade e sossêgo

(1) Morreu este escocês, cercado pelas avançadas do Visconde de Vinhais, na pequena tapada do Ervedeiro, entre Vila Pouca e Pedras Salgadas. Ao entregar a sua espada ao Alferes Carmona que comandava um piquete de cavalaria, recebe uma cutilada na cabeça e em seguida é varado pelas costas, e trucidado o cadáver. Despojaram-no depois do relógio, do cordão de ouro e de muitas peças em dinheiro, cosidas no forro do colete. Repousa na Ermida de Santo Amaro, em Sabroso. Findou com ele o movimento miguelista.

público, por isso que uns, embora a quisessem servir, não eram respeitados nem obedecidos e outros eram ferozmente e até aleivosamente combatidos. Vivia-se à beira duma anarquia; é disso prova a vida dos jornais políticos que tinham como obsessão o ataque sistemático a tudo que não pertencesse ao partido de que se diziam órgãos; esta miserável situação incitava ao ódio e à desordem. O próprio parlamento era a reprodução fiel do que se passava a hora de tomar as responsabilidades do poder. O falecido General Gomes da Costa apresentou-se em Braga, no dia acima referido, e trazendo consigo as tropas lá aquarteladas, passa pelo Porto, numa marcha ordeira até Lisboa, onde entrou sem d'sparar um tiro, afirmado assim ao País a força necessária para retirar aos políticos a posse dos ministérios e criando desde modo o Estado Novo. Fechou-se o parlamento e começa uma vida nova.

Ainda os vencidos tentaram alcançar as situações perdidas; daí as rebeliões militares que o Estado Novo teve de sufocar: a de 3 de Fevereiro no Porto e a seguir, a de Lisboa, do mesmo mês e ano de 1927; a de 20 de Março de 1930, em Luanda; a de 6 de Abril de 1931, na Madeira; a de 6 de Agosto do mesmo ano, na Capital; a de 27 de Outubro de 1933, também em Lisboa, bem como um esboço de revolta duma parte insignificante da Armada, dos dois navios *Dão* e *Afonso de Albuquerque*.

O Governo, de pronto e energicamente acudiu aos focos da insubordinação e providenciou de forma a evitar mais perturbações à República. Nesse intuito, e durante esse tempo, foram enviadas para a Vila de Gondomar algumas praças do Exército, que fizeram dos Paços do Concelho quartel-general, por espaço de um mês. Quando se retiraram, os jornais noticiaram:

«Festa de despedida às tropas governamentais que acamparam nesta vila, após a sufocada revolução de 13 de Fevereiro de 1927.

No domingo, 13 de Março de 1927, por um lindo sol de risonha primavera, realizou-se no alto deste monte uma festa de despedida às forças militares que durante um mês e dias permaneceram acantonadas nesta vila, fazendo dos

Paços do Concelho quartel-general. Essa festa constou duma magustada e vinho aos soldados, no total de 180 praças e cabos de caçadores 1, de Portalegre e artilharia. A assistência do povo a esta festa dava ao local uma nota de encanto e entusiasmo. Aos Oficiais foi servido um *copo-d'água*. Houve brindes e a leitura de uns lindos versos do poeta Sr. A. Castro, saudando as forças militares; e ao 2.^º Comandante Sr. Capitão Cruz foi entregue por essa ocasião um mimoso ramalhete de flores, com fitas verdes e vermelhas, nas quais se lia a seguinte dedicatória, primoroso trabalho do ilustre aguarelista Sr. Raul Lobão:

*As tropas acantonadas em Gondomar,
oferece um grupo de gondomarenses.*

Outros assistentes fizeram brindes, saudando o exército e a Pátria. A todos agradeceu o referido Comandante. Por fim, o Dr. Manuel Laurinho, médico do regimento de Portalegre, proferiu um vibrante discurso sobre a missão do exército, e referindo-se ao acto presente, fez os mais penhorantes elogios do povo de Gondomar.

As tropas de Elvas e da Covilhã, que também tinham feito parte dos destacamentos militares desta terra, já haviam retirado, pelo que os sargentos presentes ficaram encarregados de transmitir aos seus camaradas ausentes as expressões de louvor e de consideração que mereceram dos gondomarenses durante a sua estada neste concelho.»

NOTAS ADICIONAIS

No vol. I, pág. 36, se fala do Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto, fundado para religiosas de S. Bento por D. Diogo Tristisendes e seus filhos, afi pelo mês de Dezembro de 1062. D. Afonso Henriques encoutou esse mosteiro a D. Hermesenda Goterres, abadessa do tal mosteiro, a 20 de Maio de 1141.

Num manuscrito (o n.º 72 e número novo 419) da Biblioteca Municipal do Porto, vem copiada uma escritura «por onde se colige quais eram os padroeiros do mosteiro de Rio Tinto, (escritura que) está no cartório de S. Bento das Freiras do Pôrto». O rei manda indagar das suas posses e rendimentos.

Esse documento começa assim:

«Saibam todos quantos este instrumento virem, e ler ouvirem, que em presença de mim Vasco Martins, tabelião da Maia, e das testemunhas que adiante são escritas, D. Maria Martins, Abadessa ao convento do mosteiro de Rio Tinto, da Ordem de S. Bento, do bisulado do Pôrto, perante Mem Rodrigues de Vasconcelos, meirinho-mor del Rei entre Douro e Minho, e perante Martim Fernandes de Portocarreiro e perante Gonçalo Sanes de Cavaleiros e perante Rui Peres da Lagoa, escudeiro, naturais do dito mosteiro, para isto chamados do dito meirinho-mor, e por mim dito tabelião fizeram ler uma carta aberta de nosso Senhor El-Rei e do seu verdadeiro Sêlo nas costas selada em papel. Da qual carta o teor dela de verbo a verbo tal é: D. Diniz pela graça de Deus, Rei de Portugal, e do Algarve, a vós Mem Ro s de Vasconcelos, meu meirinho-mor além Douro, saúde. Sabei que a Abadessa e o convento do mosteiro de Rio Tinto e os vigários do Porto, que ora foram visitar o dito mosteiro, me enviaram dizer em como o dito mosteiro está mui minguado de guisa, que as donas que afi vivem não podem haver em que se mantenham, nem o dito mosteiro não pode ser mantido no corporal e no espiritual por razão de muitos naturais que afi há e dizem que o dito mosteiro não há tantos casais nem tantas rendas por que o possa

sofrer, e essas donas que aí hão que não podem aí viver, e seguirem onde sair e ir viver em alguns outros mosteiros dessa Ordem.»

Continua o rei a dizer que as donas que aí vivem são fidalgas entregues ao serviço de Deus e como é indispensável acudir ao seu sustento e ao do convento, ordena que o dito tabelião e mais pessoas vão lá saber os casais e rendas que o mosteiro possui e quais os encargos de aí resultantes, tudo isto feito com tóda a solicitude e verdade, *pois os naturaes son tantos...*

Carta régia dada em Santarém, a 20 de Janeiro. Afonso Reimundo a fêz, era de 1349 (era de César). Era abadessa D. Maria Martins e capelão P.^o Estêves. Declararam então as testemunhas que o dito mosteiro tinha naturais vinte ricos-homens e infansões cento e oitenta-e-quatro e cavaleiros trezentos-e-dez e que havia no dito mosteiro trinta donas e dois capelães e muitos outros encargos.

Então o meirinho-mor ouve as testemunhas, que declararam quais os rendimentos que o convento possui e que lhe devem ser entregues e assinam todos a 16 de Março, do mesmo ano, que na era vulgar corresponde ao ano de 131.

Vê-se por tal documento que não era mui desafogada a vida económica d'este mosteiro de donas fidalgas e que só coercivamente elas conseguiram manter os seus direitos conventuais.

*

No vol. I, pág. 229, dissemos que em Gondomar há registo de caulinho em Ervedosa (S. Pedro da Cova) e Rio Tinto. Posteriormente na revista mensal do Porto, *O Trabalho Nacional*, de Abril de 1929, a pág. 1.252, lê-se a seguinte comunicação:

Em 2 de Março, a *Anglo-Portuguese Clay Company, Limited*; requereu licenças para pesquisas de minas de caulinho, da Cruz da Capela de S. Sebastião, Lourinha Sete Casais, Lourinha Cerim, freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar, distrito do Porto.

No vol. II, pág. 472, falámos de desordeiro; e criminosos da freguesia de S. Pedro da Cova. Daremos aqui mais esta nota interessante:

«Morava nesta freguesia um tal José de Oliveira, por alcunha o «Cêsta», bêbado e desordeiro, bem como outro, chamado Acácio do Couto, gatuno e assassino. Um dia, pelo

ano de 1920, armaram tal desordem que a Guarda Republicana teve de intervir, mas os desordeiros chegaram a desarmar um ou outro dos soldados; nessa altura, os militares armados viram-se na necessidade de voltar as armas contra o José de Oliveira que ficou morto; o outro, o Acácio, escapou por ter fugido; mas mais tarde, quando se evadiu pela segunda vez da Penitenciária, teve igual destino.

O posto da Guarda Republicana saiu desta vila de Gondomar no fim de Abril de 1927.»

*

Citámos no vol. III, até à pág. 73, todos os periódicos ou semanários que se têm publicado no concelho. Depois daquelas datas, publicou-se apenas mais um: a *Defesa de Gondomar*, que apareceu a 4 de Abril de 1936 e suspendeu a sua publicação a 15 de Maio de 1937, tendo como director o Sr. Dr. Porfírio de Andrade Silva e administrador e editor o Sr. Almerindo Martins Gomes.

*

No vol. III, a pág. 122, por omissão involuntária, não citámos o nome do P.^r João de Sousa Ramos, natural ao lugar de Compostela, freguesia da Foz do Sousa, com o curso teológico pelo Seminário de Beja. Tem exercido o sacerdócio na dita freguesia e o cargo de Capelão em Jancido. É muito estimado pela sua bondade.

Neste mesmo volume, a pág. 148, fizemos uma referência ao falecido Sr. José Martins do Rio. Acrescentaremos mais estas notas relativas à sua vida e ao seu carácter.

José Martins do Rio, nasceu em Ferreirinha, freguesia da Foz do Sousa, onde faleceu solteiro com 72 anos, a 3 de Setembro de 1917. Foi de 14 anos com o irmão António para o Brasil (Maranhão), tendo-se dedicado ao comércio; ao princípio a fortuna não lhe sorriu, valeu-lhe o irmão que, tendo-se estabelecido, lhe deu sociedade. Ao fim de 40 anos regressou com meios de fortuna à sua casa de Ferreirinha, onde começou a curar pela homeopatia e terapêutica sugestiva, ciências que aprendera em S. Luiz do Maranhão. Era espírita e acreditava na transmigração das almas.

Vinham ali pessoas desenganadas, abandonadas de clínicos diplomados que ele curava: às segundas, quartas e sextas-feiras exercia a clínica homeopática; aos domingos a sugestiva (enxotava os diabos no dizer do povo), tudo gratuitamente, até os remédios: o doente só pagava os frascos.

Gente de muito longe, alguns de Mirandela, Bragança, etc., vinham com dias de antecedência; do Porto havia carrei-

ras de carros, do alquilador Lamas, a trazer gente nos dias da consulta. Era uma verdadeira romaria. Era tal o seu poder pessoal que homens e mulheres, vindos de muito longe a fazer bravuras, alguns até algemados, ficavam sossegados logo que ele lhes deitava as mãos e falava — iam bons para casa. Nos últimos tempos servia-se de dois médiums. Foi preso por exercer clínica ilegal; o juiz absolveu-o e declarou ter pena a que a lei não permitisse premiá-lo; fazia contudo votos para que os remédios continuassem sempre a fazer bem.

Faleceu há perto de meio ano, um seu parente, que foi durante mais de meio século, professor de ensino livre na cidade do Porto, o saudoso Joaquim Martins do Rio, que por ter ficado sem um braço devido a um descuido com arma caçadeira, abandonou muito novo a lavoura da sua casa de Ferreirinha e seguiu os estudos na cidade onde fixou residência toda a sua longa vida, numa honesta e contínua torefa do professorado. Faleceu em Ferreirinha, já octogenário.

*

Consagrámos o cap. VI, vol. III, aos nomes daqueles que pela sua posição social mereceram a nossa atenção. Hoje podemos citar mais alguns, como os que seguem:

Em Covelo, terminou o Curso do Magistério Primário, Alberto Barbosa de Oliveira, sobrinho do professor primário Delfim B. de Oliveira; fez o curso no Porto, tendo ficado aprovado este ano no exame de estado feito em Agosto; e o Dr. Guilherme Pinto Harberts, natural da vila de Gondomar, médico pela Faculdade de Medicina, da Universidade do Porto e assistente da mesma Faculdade, em cujo curso obteve as melhores classificações. Está na Alemanha a tirar o curso de obstetricia. É filho do actual director da Contrastaria do Porto, o Sr. Guilherme Harberts.

*

No vol. II, pág. 257 e no III, pág. 141, citámos o nome de José António do Carmo Velho Barbosa, aludindo apenas ao cargo de pároco encomendado da freguesia de Valbom, em 1822 e ao de redactor principal do jornal a *Vedeta da Liberdade*. A nota mais importante da sua biografia ficou por publicar. Este ilustre homem de letras, natural de Barcelos, onde nasceu a 15 de Setembro de 1789 (ano da revolução francesa) destinou-se à vida claustral, segundo Inocêncio, onde recebeu o hábito de S. Bento no Mosteiro de Tibães, em 1805. Tomou armas contra os invasores franceses; e depois da expulsão das tropas napoleónicas, começou de preferir «o

som das cornetas ao do órgão» e isto contribuiu para ele se insubordinar contra o regime conventual. Ordenado de presbítero, foi nomeado prior do mosteiro de S. Bento da Vitória, do Porto e pregador régio. Em 1829 foi preso e removido para o mosteiro de Paço de Sousa, onde escreveu uma obra pretendendo demonstrar que a Igreja daquele mosteiro não era sagrada. Em Junho de 1833 esse mosteiro de Paço de Sousa foi destinado para hospital militar das tropas que cercavam o Porto; e então sairam deles os monges e Velho Barbosa ou Frei António após a vitória dos liberais, veio a ser pároco encomendado de Valbom, a 18 de Junho de 1834 (ou 1833?), onde começou a escrever para a referida *Vedeta*, ficando por isso com a alcunha de *Padre Vedeta*. Por questões com seus paroquianos, chegou a ser suspenso, por portaria de 9 de Novembro de 1838, até que foi eleito abade da igreja matriz de Leça do Balio, sendo lá colocado a 25 de Março de 1850 e falecendo a 4 de Fevereiro de 1854.

Oração fúnebre do muito alto e poderoso Senhor D. Pedro IV, rei e regente de Portugal, recitada no dia 24 de Setembro de 1847, nas anuais exéquias celebradas na igreja da Lapa.

Explicação do terceiro corpo das profecias de Gonçalo Enes Bandarra, começadas a verificar no reinado do Sr. D. João V, e acabadas no reinado do Sr. D. Pedro IV.

Explicação interlinear dos seis primeiros cantos de Eneida, de P. Virgílio Maron, feita sobre os melhores autores. Por... V. Barbosa, Canto I.

Não continuou esta versão, mas dela encarregou o Sr. Pereira Caldas, que chegou a verter o livro IV da Eneida e «cujo autógrafo deve existir entre os papéis do espólio do finado padre».

Memória histórica da antiguidade do Mosteiro de Leça, chamada do Balio, impressa em 1852.

Inocêncio, no mesmo *Dicionário Bibliográfico Português*, 2.^a edição, tomo I, fala ainda deste padre, «Egresso da Congregação dos Monges Beneditinos em Portugal, cuja regra parece professara no mosteiro de Tibãis. Foi tesoureiro-mor e pároco da igreja matriz de Leça do Balio, Cavaleiro da Ordem de Cristo, sócio da Academia R. das Ciências de Lisboa, etc.». Refere mais as seguintes obras literárias:

Exame crítico das Cortes de Lamego. O autor refuta a existência dessas cortes, «aduzindo razões a que até agora os que seguem a opinião contrária não apresentaram, que eu saiba, resposta plausível». A já citada *Memória histórica da antiguidade do Mosteiro de Leça*.

Memória acerca da combinação das épocas que contém a inscrição da Torre da Estrela da cidade de Coimbra, inserta

no tomo II, parte I, da 2.^a série das *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Consta de quatro páginas.

*

O nosso concelho é um dos mais populosos do distrito do Porto. Como se vê pelo mapa demográfico apresentado a pág. 248, do vol. III, no ano de 1890, só Amarante e Vila Nova de Gaia excederam Gondomar em população. Há mesmo casos de extraordinária proliferação.

Na freguesia de Jovim o Sr. José de Oliveira Fernandes, natural desta, tirou há tempos o retrato, rodeado dos seus 33 netos!

E Virginia Alves de Sousa, casada com António Augusto Gonçalves Barbosa (o Varziela), natural de Melres e lá moradora, no lugar da Eira do Melo, teve 23 filhos, entre os quais 15 do sexo masculino. Teve dois partos com gémeos. Estão ainda vivos 11. Tinha 48 anos quando nasceu o último. Goza uma excelente saúde.

*

No vol. III, pág. 259, fizemos referência, quanto ao senhorio de Gondomar, à família dos Correias e Porto Carreiros. Damos agora mais esta nota:

Falando dos Correias, da Rua Cham, representados pelo Sr. Bernardo Pinto de Miranda Monte-Negro, no vol. VII, pág. 526, Pinho Leal aponta a sua casa solarenga com o brasão de armas dos *Correias*, que é — em campo de púrpura, uma águia negra, tendo o corpo formado por um escudo, também de púrpura, com um tecido de correias de ouro. É o solar dos Correias. Descreve depois a genealogia e na 5.^a geração vem Afonso Vasques Correia, ao qual D. Pedro I confirmou a alcaidaria-mor de Abrantes. O rei D. Fernando lhe deu o senhorio de Gondomar, junto ao Porto, em 1380. D. João I confirmou esta doação, em 1388.

Esta alcaidaria conservou-se nesta família até ao reinado de D. João V, que deu esta vila de Abrantes, *de juro e herdade*, a D. Rodrigo Anes de Sá Almenda e Menezes, progenitor da família dos marqueses de Abrantes.

Na décima geração destes Correias vem Miguel Correia Pinto Montenegro, fidalgo da Casa Real. Vinculou a sua quinta das Sete Capelas, na freguesia de Valbom, em 12 de Outubro de 1554 e de que tratamos nesta *Monografia*, vol. III, pág. 259.

No mesmo vol. VII, pág. 519, Pinho Leal fala da família *Cunhas Porto Carreiros* e em 15.^a geração surge *Manuel da Cunha Coutinho Porto Carreiro* que viveu em Melres, onde

casou com D. Antónia Ferraz de Araújo e Azevedo. Outro descendente foi *João da Cunha Coutinho Osório Porto Carreiro*, casado com D. Vitória Joana Brandão da Cunha, filha de António Brandão de Macedo e Melo e de sua mulher D. Guiomar Pinto Brandão da Cunha, da vila de Melres. Viveram no Porto no seu palácio da *Bandeirinha*, ou das *Sereias*. Um filho destes, de nome Manuel, morreu afogado no rio Douro, indo de Melres para o Porto e não deixou sucessão. Herdou a sua casa seu irmão Francisco da Cunha Osório Porto Carreiro, que também faleceu sem sucessão. Conta-se, diz Pinho Leal, que Francisco da Cunha, todas as vezes que olhava para o rio Douro, dizia: — *Ah! rio, rio! — que a meu irmão mataste a sede, e a mim a fome e o frio!* Herdou a casa sua irmã D. Ana Luiza, nascida a 27 de Novembro de 1746.

O último de que fala Pinho Leal chamava-se *João Pinto Pizarro da Cunha Porto Carreiro*, 20.^º senhor do solar da Torre, fidalgo da Casa Real que nasceu no palácio das Sereias, na Bandeirinha, da cidade do Porto, em 16 de Maio de 1844 e que casara na freguesia de Miragaia com a Sr.^a D. Emilia Cândida Miranda da Costa, deixando deste casamento 5 filhos. A propósito da guerra da Patulea, no vol. IV publicámos o brasão desta casa dos Portocarreiros — a Casa da Bandeirinha, em Melres, a pág. 494.

*

A pág. 278, do vol. III, falámos da *Estação Agrária do Porto*. Faltou esclarecer que pela portaria de 12 de Outubro de 1933, o Ministério da Agricultura estabeleceu o quadro das brigadas técnicas, ficando a Estação Agrária do Porto a abranger os concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Matosinhos, Valongo, Gondomar, Porto, Vila Nova de Gaia, Sinfães, Arouca, Castelo de Paiva, Macleira de Cambra, Vila da Feira e Espinho.

*

A pág. 434, do vol III, fizemos referência a um vínculo dos *Peres*, de Meixide, administradores do morgado de Vilar de Perdizes (na comarca de Chaves). Mais esclarecimentos se oferecem no mesmo volume, a págs. 443 e seguintes, envolvendo nos mesmos a quinta da Bandeirinha, de que fala o Sr. António Cruz (2.^a carta).

Podemos agora, nas notícias sobre a guerra da *Patulea*, publicar a fotografia dos brasões das duas casas, gentilmente oferecidas para este efeito pelo meu velho companheiro de estudos, o Sr. Pedro Moreira de Sousa, que hoje é possuidor do solar da «Casa Grande».

A pág. 446 descreve os três escudos de armas — o do morgado de Vilar de Perdizes, da casa da Bandeirinha e do Marquês de Marialva; para lá chamamos a atenção dos leitores.

Ainda a propósito dos morgados de Vilar de Perdizes, Pinho Leal, no vol. XI, pág. 1263, do seu *Portugal Antigo e Moderno*, diz que em 1551, António de Sousa, capelão e fidalgo da casa do Duque de Bragança e abade da freguesia de Vilar de Perdizes, da comarca de Montalegre, distrito de Vila Real, instituiu e dotou o Hospital e capela de Santa Cruz, daquela freguesia, com uma soma importante. Este capelão fidalgo recebeu dos duques D. Jaime e D. Teodósio, «de moradias e mercês em dinheiro grandes somas, com que comprou muitos bens, como consta de uma escritura feita em Braga no dia 15 de Dezembro de 1557». Um dos sucessores e herdeiro deste vínculo foi o célebre Domingos Mendes Dias, por alcunha o *Manteigueiro*, que tendo sido marçano e aguadeiro, faleceu nos fins do século XVIII, em Lisboa, deixando uma fortuna de 2.600 contos de réis, soma fabulosa naquele tempo; «E hoje tudo dos herdeiros de João Lopes de Freitas, da vila de Montalegre, que a houve por emprazamento de 60 anos». Isto diz Pinho Leal.

O Dr. Pedro A. Ferreira, autor do folheto *Vila do Conde*, a tal respeito, biografa melhor o tal Domingos Mendes Dias; diz que este «fugiu furtivamente da casa paterna, sendo ainda rapaz e foi ter a Lisboa, onde começou a sua carreira exercendo o mister de aguadeiro; depois foi marçano — e por ocasião do terramoto de 1755 já era negociante da praça de Lisboa. Sendo já rico e nobre, foi muito bajulado pelo fidalgo de Vilar de Perdizes, que lhe deu *carta de parente* com o intuito de ficar, como ficou, seu herdeiro».

Quanto à sua fortuna, ignora-se como a adquiriu. «Uns dizem que foi lançaço feliz de rede por ocasião do terramoto, — outros referem-se à expulsão dos jesuítas, — outros, finalmente, atribuem-na ao contrabando. No palácio mandado fazer pelo grande capitalista em Lisboa, na rua da Horta Seca, se alojou em 1807 o general francês Junot, pertencendo ainda ao tempo o dito palacete aos herdeiros do fidalgo de Vilar de Perdizes. Aquele palácio foi vendido em 1860 ao Visconde de Condeixa, por trinta e tantos contos de réis, segundo nos informam».

Mais abaixo, o mesmo falecido abade, explica ainda que os fidalgos de Vilar de Perdizes foram muito nobres e muito ricos e que de entre muitas famílias irradiaram os Coutinhos e que se explica a posse daquela grande fortuna por ter sido o *Manteigueiro* o «notável introdutor da manteiga inglesa em Lisboa, por meio da sua grande casa comercial».

No referido palácio também «se instalou com sua família o Sr. Dr. Manuel de Arriaga, digníssimo Presidente da *República Portuguesa*, que no dito palácio deu bailes esplêndidos e reuniões oficiais». Acrescenta por fim que os tais fidalgos também tiveram uma boa casa brasonada no Porto, ainda hoje bem conservada, posto que há muito em posse estranha; é a casa n.º 76, da rua das Taipas, que tem a frente principal sobre a dita rua, à esquerda de quem entra para a de S. Miguel. Nela esteve durante muitos anos o *Tribunal Militar* e actualmente é a *Escola Comercial de Oliveira Martins*.

O dicionário *Portugal* informa que esta freguesia de Vilar de Perdizes, do concelho e comarca de Montalegre, situada na raia da Galiza, foi uma simples aldeia, tendo sido feita sua igreja em 1698 e arvorada em vigararia em 1700. Fez parte da antiga Honra de Vilar de Perdizes. É mui mimosa de caça, nomeadamente de perdizes, donde tirou o apelido. É um dos templos antigos da província de Trás-os-Montes e diz a tradição que foi fundado pela célebre *Maria Manteia*. Teve muita prata que foi roubada pelos franceses na Guerra Peninsular. Entre outras capelas tem a de *Santa Cruz*, pertencente à antiga casa dos morgados de Vilar de Perdizes. Esta freguesia compreendia antigamente, entre outras povoações, a de Meixide.

*

Os fósseis cuja fotogravura estampámos a pág. 430, do vol. III, foram escolhidos pelo insigne antropologista e Professor da nossa Universidade, o Sr. Dr. Mendes Correia, a quem aqui deixamos exarado, por isso, o nosso reconhecimento.

*

No vol. IV, pág. 245?, lêem-se no mapa os nomes dos falecidos na Grande Guerra. É, porém, de toda a justiça lembrar os nomes dos que na África e na Flandres sacrificaram a sua vida, ou falecendo em virtude da guerra ou ficando por isso inutilizados.

As freguesias que maior contingente deram, foram as da Sousa e de Melres. Destas temos presente o rol. Dois bateram-se na África e oito na França; dois ficaram mutilados. Ao todo são:

Manuel da Rocha, António Luiz, Domingos Moreira dos Santos, Joaquim Gonçalves Viana, José Gonçalves Viana, Belmiro Martins Alves, António da Rocha Carvalhal, Manuel de Sousa, Camilo Nogueira e Isidro Moreira.

Da freguesia da Sousa, sete bateram-se na África e vinte e um na França; faleceram quatro. Ao todo são:

Em África: — Joaquim Alves Pinto da Costa, Rozendo Lourenço Casal, Fernando Francisco da Rocha, José de Oliveira e Silva, Joaquim de Sousa Oliveira, Eduardo Ferreira de Castro e Júlio da Silva Pacheco. Os três primeiros mortos na guerra.

Em França: — Manuel Tavares de Almeida, Luiz Tavares de Almeida, Jerónimo Martins de Sousa, José de Sousa Oliveira, José Ramos Martins, Manuel Martins da Cunha, Manuel Rodrigues de Carvalho, Manuel Nogueira, Delfim Martins de Almeida, Silvino Martins de Oliveira, João Ferreira de Castro Neves, Daniel Rodrigues Moreira, Jerónimo Moreira de Sousa, Rozendo de Oliveira e Silva, José Pereira de Sousa, Joaquim Moreira de Sousa, José Ferreira de Carvalho, Joaquim Carniro, António de Sousa, Francisco de Sousa e José dos Santos Ramos. Este último morto em campanha.

*

A propósito da prostituição em Gondomar, de que nos ocupámos no vol. IV, pág. 255, preciso se torna dizer que nos tempos bem remotos do século XVI, não era mais louvável a morigerado dos costumes. Ora vejam:

Nas *Memórias quinhentistas dum Procurador de El-rei no Porto*, inédito da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. n.º 553, fls. 10, publicadas agora pelo Sr. Dr. A. de Magalhães Basto, no Boletim da Câmara Municipal, ano II, n.º 81, lê-se :

«o que aconteceu huma britiz ge milheiroos filha dana afonso querelou de hum poull do Rio tinto por a levar de sua honrra e dahi a dous mezes veo ter comigo para querellar de hum Rodrigo annes do mesmo Rio tinto pella mesma virgindade; de maneira que saiba quem não sabe ha molher de dous...» *mineceus* (direi eu, a substituir, por este sinónimo, o termo chulo que lá está escrito).

Era assim já no meado do século XVI.

Avaliando a intensidade da prostituição no País, a província onde em média se verifica maior número de inscrições é a Estremadura; depois vem o Douro. No ano de 1901, o número de toleradas no distrito do Porto era de 438; e o número de homens correspondentes a cada tolerada era de 189. Conclui-se que, sendo as províncias que dão maior fornecimento à prostituição, é o Douro quem lhe dá maior contingente para a inscrição coerciva; mas tal inscrição não obsta ao alastramento da prostituição clandestina que infelizmente não é em número inferior à dos prostíbulos tolerados.

*

Na pág. 259, do IV vol. falámos de deformações corporais, a propósito duma menina que nasceu com rabo, em Rio Tinto. Em um *Tratado que compôs o nobre e notável Capitão António Galvão*, obra impresa na Casa de João de Barreira e traduzida para inglês por Richard Hakluyt, em 1601, com o título *The discoveries of the World*, pág. 108, ed. de 1852, London, se diz, a respeito da Ilha de Samatra, que lá se come carne humana; e acrescenta: «Dizia haver aí homens a que chamam *Daraquedara*, que têm rabos como carneiros...»

*

B A L D I O S

No vol. IV, pág. 259 se diz que em Gondomar já não existem baldios que são tratos de terra inculta, cujos produtos podem ser aproveitados pelos habitantes do concelho ou freguesia onde estão. O documento legislativo mais antigo que se refere ao aproveitamento dos baldios é a lei das sesmarias, publicada em 1375, nas Cortes de Santarém, no reinado de D. Fernando. Deles também se ocupam as *Ordenações* do reino. Desde 1603 até hoje, muitos alvarás e leis têm sido publicados regulando a administração e posse dos baldios. Ainda em 1818 havia baldios e provisões régias que autorizavam as partilhas.

Existe no Arquivo da Câmara Municipal do nosso concelho um auto de partilhas do montado baldio da freguesia de Medas, com a relação dos lavradores, meios-lavradores, cabaneiros e pobres. A Provisão Régia é de 20 de Dezembro de 1818. Reza assim:

«Dom João por Graça de Deos Rey do Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Algarves, d'aqueum, d'álém Mar em Africa, de Guiné, etc. Faço saber a vós Provedor da Comarca do Porto, que tendo-vos emcarregado por Provisão da data desta a divizão, e partilha do monte da Freguezia de Santa Maria das Medas do Termo dessa Cidade que Me pedirão os Moradores d'ella, e suplicando-lhe ao mesmo tempo Henrique Carlos Freire d'Andrade Coutinho, dessa Cidade huma porção de terreno no dito monte e sitio do Chão das agoas, para nelle formar hua quinta, sobre que a Camara foi ouvida, Nobreza, e o Povo, e vos Me informasteis, e em tudo respondeo o Dembargador Procurador da Minha Real Coroa. Ao que atendendo: Hey por bem Ordenarvos: Que na dita Partilha contemplis ao predito Henrique Carlos Freire d'Andrade Couti-

nho com a porção que lhe for proporcionada. Cumprido assim. El Rey Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assignados, do seu Conselho, e seus Dezembargadores do Paço. Manoel Joaquim Pereira da Sylva, a fez em Lisboa a vinte de Dezembro de mil oito centos, e dezouto. Desta oito centos r.s, e de ass.^{as} mil, e dozentos r.^s Bernardo Jose de Foios Cabral a fez escrever.»

Este Andrade Coutinho teve as honras duma provisão para obter decreto a melhor fatia entre os contemplados.

No ano seguinte, no Porto, a 3 de Setembro de 1819, são notificados os interessados para comparecerem a 9 do mesmo mês, no local, para serem ouvidos os seus requerimentos.

E na sessão de 21 de Janeiro de 1885 foi presente à Câmara uma reclamação da Junta de Paróquia da Lomba, pedindo se faça a divisão e partilha dos montados-baldios da mesma freguesia.

Foi nomeada uma Comissão composta dos Srs. António Coelho da Rocha e Augusto Alves Ferreira da Silva, vereadores e os vogais da Junta para o projecto da partilha, aprovado pela Câmara e pela Comissão distrital. Hoje, porém, não há baldios no concelho.

Dissemos a página 285, deste volume, em *Observação*, que a Câmara Municipal de Gondomar, em resposta a um ofício da Direcção Geral do Ensino e Fomento, solicitando que lhe seja enviada uma nota dos baldios deste concelho, respondeu (sessão de 8 de Dezembro de 1926) que já não existe baldio ou inculto algum, nas condições do decreto n.º 10.552, de 14 de Fevereiro de 1925. De facto, assim é. Mas há no lugar de Moreira, freguesia de Melres, um extenso terreno cuja posse em tempos foi alegada pela família Beleza de Andrade; houve várias questões levadas ao tribunal, mas nunca as sentenças foram dadas contra os pobres do lugar, pois tais terrenos são considerados logradouros destes pobres e assim cada lugar tinha o seu logradouro. Por decreto n.º 13.663, de 20 de Maio de 1927, eram divididos em 16 lotes os terrenos baldios situados no lugar de Moreira Penela. A Junta actual conseguiu autorização para por em hasta pública a venda daqueles baldios, estando tal acto marcado para 28 de Agosto de 1937.

O povo, porém, enviou uma representação, coberta por muitas assinaturas, ao Ministro da Agricultura e este dignou-se mandar suspender a autorização concedida. Nessa representação, entre outras razões alegadas, citava-se a alínea a) do artigo 1.º do dito decreto n.º 13.663, que diz: «A venda só pode ter lugar para os baldios que se não prestem, pela sua reduzida área, à divisão em globos pelos fogos ou lares necessita-

dos dos povos que os têm usufruído». Uma ordem do Governo veio portanto a tempo de evitar que a Junta de Paróquia levasse por diante seus propósitos, o que foi de inteira justiça e motivo de geral satisfação.

FIM DO QUARTO E ÚLTIMO VOLUME



Í N D I C E

C A P I T U L O I X

Vias de comunicação. Estradas	5
Subsídios pelo Ministério do Comércio	12
Pelo fundo dos melhoramentos rurais	13
Estrada marginal	16 a 21
Novas estradas e pontes	17
As estradas municipais; o aproveitamento hidro-eléctrico no rio Douro	18
Pontes	21
Caminhos de ferro	22
Caminhos de Ferro Portugueses	23
Rede ferro-viária ao Norte do Mondego	25
Carros eléctricos	26
Inauguração de mais um ramal da linha eléctrica em S. Cosme	28
Mais obras de rectificações de alinhamentos, cortes, encascamentos de estradas, etc.	29
Estradas municipais (Concelho de Gondomar)	30
Vias de comunicação com concelhos vizinhos	34
Automóveis eléctricos sem «rails»	34
Aeronáutica	35
Automobilismo	35
Feiras	37
Casas de pasto ou estalagens	41
O correio	44
Telefone	51
Telegrafia	54
Preços dos géneros e de salários	59
Aferição de pesos e medidas e tarifas dos preços dos géneros	63
Padrões de aferição	68
Estabelecimentos comerciais, armazéns ou depósitos	79
Agência de Seguros e representantes de casas bancárias	82
Comércio de importação e de exportação	83
Relação dos animais manifestados no ano de 1925 e 1935	88
O matadouro municipal	90
Consumo de carnes e sua distribuição	97
Associação Comercial e Industrial de Gondomar	98

CAPÍTULO X

A história das minas de ouro e prata em Portugal ...	103
Inquérito à vida industrial em 1881	105
Indústrias de Gondomar em 1878 — Inquérito aos estabelecimentos industriais	111
A ourivesaria entre os povos da antiguidade e entre nós até hoje. A filigrana de Gondomar. Apreciações críticas	116
A fiscalização antiga, perante as fraudes dos ourives	132
Origem e fins da Associação de Classe dos Ourives de Gondomar	139
Congressos da Ourivesaria Portuguesa	140
Grande certame de Sevilha	148
Movimento das contrastarias, mormente da de Gondomar	149
Exportação e escolha de mercados	154
Fabricantes, fornecedores e oficinas de ourivesaria, em 1936	154
As minas de carvão. As primeiras escavações de carvão e antimónio feitas em S. Pedro da Cova, em 1802 ...	158
Produção das minas de carvão desde 1816 a 1821 ..	158
Produção das minas de carvão no ano de 1900 ...	159
As minas de antimónio e de quartzo aurifero de Montalto ...	164
Companhia das minas da Tapada e gerência de 1893	168
Minas de «S. Pedro da Cova» e «Passal de Baixo», em 1914 ...	169
A greve dos mineiros em 1923 ...	171
Finanças da Companhia em 1923 ...	172
Valor colectável do minério da mina de S. Pedro da Cova em 1926 ...	172
Processos profiláticos a empregar nos trabalhos dos mineiros ...	173
Central termo-eléctrica destas minas ...	178
Trabalhos mineiros e produção em 1932 ...	179
Marcenaria de Gondomar ...	184
Fundação e fins da Associação de Classe dos Operários Marceneiros Valboenses ...	184
Fundação e fins da Associação de Classe dos Industrias de Marcenaria de Gondomar ...	185
A indústria de mobiliário de Gondomar e as exposições de Lisboa e Porto ...	185
Sessão corporativa inaugural do Sindicato Nacional dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, com sede em Gondomar ...	186

Inauguração do primeiro armazém de vendas da Cooperativa de Mobiliário. Nomes de alguns marceneiros	186
Indústria da pesca em Valbom	188
Obras de produção e abastecimento da energia eléctrica	189
Inauguração da luz eléctrica na sede do concelho ...	194
Consumo de energia eléctrica em 1931	195
Abastecimento das águas do rio Sousa	197
Estatística sobre indústrias e sua vida económica em 1881 e em 1889	199
Mapa do movimento de alvarás	201
Indústrias várias do concelho em 1928	201
Nomes de vários industriais e artistas em 1936 ...	203

C A P I T U L O X I

Mutualismo e assistência	207
Bombeiros Voluntários de Gondomar, de Valbom e da Areosa	212
História da música em Gondomar. Músicos e bandas de música	216
Desporto	221

C A P I T U L O X I I

Saúde pública e hospitalização do concelho	227
População de Gondomar em 1869 e em 1883	231
Movimento fisiológico, desde 1920 a 1930	236
Emigração por sexo, estado civil, idade e destino da população	244
A Grande Guerra em 1914	245
História da construção dos cemitérios	247
Cemitérios municipal e paroquiais	248
O desemprego no Continente, no Porto, Lisboa e Gon- domar	250
Prisões políticas	251
Prisões por crimes comuns e suas causas durante os anos de 1910 e 1927	252
Prostituição	255
O cego maravilhoso de Gondomar	256
Deformações corporais	257
Jogo e taberna	262

C A P I T U L O X I I I

Primeira comissão municipal interina em 1834	263
Acordoamento de impostos do Estado em 1843-1844 ...	265

Receita camarária em 1854	266
Mapa da receita e despesa da Câmara Municipal em 1900, 1916 e 1926	267
Receitas ordinárias e totais e as dos outros municípios do distrito do Porto em 1913	286
Encargos de empréstimos à Câmara em 1933 ...	288
Possibilidades camarárias em 1935	288
Receita e despesa do ano de 1936... ...	289 e 300
Nota dos presidentes da Câmara Municipal desde 1834 a 1937	291
Nota dos nomes dos escrivães ou secretários da Câma- ra Municipal, desde 1834 a 1937	295
Quadro dos actuais funcionários municipais ...	295
Divisão administrativa. Correções, comarcas, provin- cias, distritos, regiões e concelhos ...	296
Extinção das administrações dos concelhos ...	299
Classificação dos concelhos ...	299
Transição do regime monárquico para o regime repu- blicano ...	300
Descanso semanal e feriado do concelho ...	300 e 301
Nomes dos administradores do concelho e da data em que tomaram posse ...	302
Lista dos nomes dos escrivães da administração do concelho desde 1837 e datas do tempo de suas funções ...	305
Repartição de Finanças e Recebedoria. Contribuições gerais ...	306
Conservatórias do registo predial ...	307
Estatísticas das contribuições ...	307
Contribuição predial ...	308
Contribuição de registo, hoje imposto sucessório e sisa	309
Contribuição industrial e número de colectas ...	310
Contribuição sumptuária e de taxa militar ...	313 e 314
Nomes dos escrivães de Fazenda ...	315
Quadro dos actuais funcionários da Repartição de Fi- nanças ...	316
Mapa das contribuições liquidadas em 1937 ...	318 e 319
Antigos julgados de Gondomar e de Melres e os mo- dernos juízes de paz ...	320
Distrito judicial do Porto. Juízos criminais ...	323
Varas cíveis ...	324
Relação do Porto ...	324
Divisão militar territorial ...	324
Registo civil ...	325
Postos do registo paroquial ...	326
Juntas gerais do distrito e juntas de Paróquia ...	327
Estatística do número de eletores do concelho ...	329
Recenseamento eleitoral em 1936 ...	330

Círculo eleitoral e seus representantes em Cortes ...	331
Tabelionato ou notariado ...	335
Direcção Geral de Saúde e Inspecção Pecuária ...	336
Médicos dos partidos municipais, desde 1835 ...	337

CAPITULO XIV

Superstições populares ...	339
Sonhos agourentos ...	364
O homem da sina ...	365
Jogos e divertimentos ...	366
Adivinhas populares ...	369
A lenda de D. Dulce ...	370
A lenda de Santa Comba ...	373
Lendária origem topónimica de Rio Tinto ...	374
Lendas ligadas a plantas, árvores e frutos ...	375
Costumes regionais ...	377
As esperas do arraial, cantigas ao desafio e rivalidades locais ...	383
Festas religiosas ...	384
A procissão de «Corpus-Christi» ...	393
Cancioneiro do alto concelho ...	395
Adágio regional ...	408
Vocabulário ...	427
Termos regionais ...	428
Locuções populares ...	431
Comparações populares ...	440
Frases interjectivas ...	441
Alterações etnográfico-lingüísticas de Gondomar ...	442
Topónimias de diversos lugares do concelho ...	448
Vida histórica de Gondomar ...	457
A revolução francesa ...	460
A guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel ...	462
A revolução da Maria da Fonte ...	475
Tropas aquarteladas na vila em 1927 ...	481
Notas adicionais ...	487

N
JF
P

ÍNDICE DAS GRAVURAS DO 4.º VOLUME

Antiga estação ferroviária de Rio Tinto	24
Mataouro Municipal e casa de matança	94
Associação Comercial e Industrial de Gondomar	98
Artefactos de Gondomar. Estrelas e correntes	122
Corações filigranados	124
Brincos	126
Caravelas	128
Distintivos, alfinetes e broches	130
Caixas	131
Repartição de Contrastaria	152
Vista parcial da Mina de Montalto (Covelo)	165
Depósito das águas na Foz do rio Sousa	196
A criança com apêndice caudiforme	260
Brasão da «Casa Grande», do Morgado de Vilar de Perdizes em Melres	481
Brasão do «Solar dos Portocarreiros» ou «Casa da Bandeirinha» em Melres	481

ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO GERAL

ABREU (Adelino de) — Monografia sobre Oliveira do Hospital.

ACONTECIMENTOS notáveis, tanto públicos como particulares, que tiveram lugar na cidade do Porto, desde o princípio de Abril do ano de 1851. — (*Ms. da Biblioteca Munic. do Porto*).

AGIOLÓGIO Lusitano. Vide: Cardoso (Jorge).

ALLEN (Eduardo Augusto e não Visconde de Vilar d'Allen, como se diz a pág. 286 do vol. II) — Notícia e Descrição de uma moeda cunhada pelos Visigodos na cidade do Porto, em fins do século VI.

ALMEIDA (António de) — Índice de alguns documentos que se acham nos Livros dos Registos do Cartório da Câmara Municipal de Penafiel. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*). 236 — vol. II.

— Mapa dos presos políticos que faleceram na cadeia de Penafiel. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).

— Memórias estatísticas da cidade de Penafiel, enviadas à Academia das Ciências. (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).

— Memória médico-histórico-corográfica acerca do abuso de tomar bichas pelo Santiago no Rio Sousa. (*Anais da Sociedade Literária Portuense*, n.º 5, de 1838).

ALMEIDA (Fortunato de) — História da Igreja em Portugal.

— História das Instituições em Portugal.

— História de Portugal.

ALVES (P.º Francisco Manuel) — Memórias históricas e arqueológicas do distrito de Bragança.

ARAGAO (Teixeira de) — Moedas romanas.

ARQUEOLOGO Português, dirigido por J. Leite de Vasconcelos.

ARQUIVO Histórico-Português, dirigido por Braancamp Freire.

ARQUIVO Nacional de «Ex.Libris», dirigido por João Jardim de Vilhena e A. de Gusmão Navarro.

- ARTE (A) e a Natureza em Portugal.
- ATAIDE (José de) — Relatório dos serviços da Repartição de Turismo.
- AZEVEDO (Francisco Cardoso de) — Novo Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular.
- AZEVEDO (João A. Monteiro de) — Descrição Topográfica de Vila Nova de Gaia.
- BALBI (Adien) — *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*.
- BAPTISTA (António do Carmo Velho de) — Memória histórica da antiguidade do Mosteiro de Leça, chamada do Balio.
- BARREIRO (Dr. José do) — Dr. José Correia Pacheco — Monografia de Paredes.
- BARROS (Gama) — História da Administração Pública em Portugal.
- BARROS (João de) — Geografia Dentre Douro e Minho e Trás-os-Montes.
- BARROS (Dr. José Maximiano Correia de) — Notas entomológicas.
- BEÇA (Humberto) — Monografia de Ermesinde.
- BINET — *Essai de chiromancie experimentelle* — 1908.
- BLUTEAU (D. Rafael) — Vocabulário Português e Latino.
- BONANÇA (João) — Enciclopédia de aplicações usuais.
- BRITO (Bernardo de...), Frei António Brandão e Frei Francisco Brandão — Monarquia Lusitana.
- BROTERO (Félix Avelar) — Flora Lusitânica.
- CABREIRA (Tomaz) — O problema tributário português.
- CAMPAGNE (E. M.) — Dicionário Universal de Educação e Ensino.
- CAMPOS (Ezequiel de) — A Conservação da Riqueza Nacional.
- CARDOSO (Jorge) — Agiológico Lusitano.
- CARDOSO (P.^r Luiz) — Dicionário Geográfico.
- CARNEIRO (Dr. Bernardino) — Elementos de Direito Eclesiástico Português.
- CARQUEJA (Bento) — Economia Política.
- O Imposto e a Riqueza pública em Portugal.
- CARVALHO (A. Ferraz de) — O Clima de Coimbra.
- CARVALHO (Dr. Augusto da Silva) — O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil.
- CARVALHO (Coelho de) — D. Pedro.
- CARVALHO (Rebelo de) — Considerações gerais sobre a constituição zoológica do Alto-Douro.
- CARVALHO (Tito Augusto de) — Dicionário de Geografia Universal.

- CASIMIRO (P.) — Apontamentos para a História da Revolução do Minho, em 1846.
- CASTELO BRANCO (Camilo) — A Brasileira de Pra-zins.
- Maria da Fonte.
- CASTELO BRANCO (José Barbosa Canais de Figueiredo) — Árvores de Costados das Famílias Nobres de Portugal, etc.
- CASTRO (D. Aurora de) — Monografia da Cidade do Porto.
- CASTRO (João Baptista de) — Mapa de Portugal.
- CATALOGO Descritivo da Secção de Minas, publicado sob a direcção de José Augusto César das Neves Cabral.
- CATALOGO dos Religiosos Professos na Real Congregação dos Agostinhos Descalços, de Portugal. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
- CATARINO (P.º Manuel A.) — Monografia do Concelho de Proença-a-Nova.
- CENSUAL do Cabido da Sé do Porto.
- CERECEDA (J. Dantin) — Resumen Fisiografico de la Peninsula Iberica (1912).
- COELHO (Trindade) — Manual Político do Cidadão Português.
- COMUNICAÇÕES da Comissão de Serviços Geológicos de Portugal.
- COSTA (Dr. João Carrington da) — Novos elementos para o estudo geológico da região de Valongo.
- O Paleozóico Português.
- COSTA (Laurindo) — várias obras sobre ourivesaria.
- COSTA (Rebelo da) — Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto.
- COUTO (João) — Ourivesaria Portuguesa.
- CRÔNICA dos Cónegos de Santo Agostinho. Vide: Santa Maria (Dom Nicolau de).
- CUDELL (G.) — Relatório publicado em 1885 relativo ao Corgo e Tapada dos Cortiços.
- CUNHA (Narciso C. Alves da) — Monografia de Paredes-de-Coura.
- CUNHA (D. Rodrigo da) — Catálogo dos Bispos do Porto.
- DELGADO (Nery) — Étude de stratigraphie paleontologique (Système Silurique du Portugal).
- DINIZ (Júlio) — A Morgadinho dos Canaviais.
- DIAS (Pedro Augusto) — Subsídios para a história política do Porto. 1823-1828.
- DICIONARIO aristocrático, tomo I.
- DICIONÁRIO Enciclopédico Hispano-Americanoo.

- ENCICLOPÉDIA Portuguesa, dirigida por Maximiano Lemos.
- ENCICLOPÉDIA Universal Ilustrada Europeia-Americana (Espanha).
- FAZENDA (Pedro) — A ourivesaria portuguesa contemporânea e os metais e pedras preciosas.
- FERREIRA (Mgr. José Augusto) — Fastos episcopais da Igreja Primacial de Braga.
- Memórias Arqueológico-Históricas da cidade do Porto.
 - Porto (A Arte em Portugal, n.º 1).
- FERREIRA (Pedro Augusto) — Tentativa etimológico-toponímica.
- Vila do Conde.
- FERREIRA (Simão Rodrigues) — Antiguidades do Porto.
- FIGUEIREDO (Filipe E. de Almeida) — A Terra. (Apontamentos de geologia).
- FLORES (Henrique) — Espanha Sagrada. Tomo XXI.
- FLOS Sanctorum.
- FRANKLIN (Francisco Nunes) — Memória para servir de índice dos forais das terras do Reino de Portugal e seus domínios. Lisboa, 1825-1826.
- GALVÃO (António) — *Tratado que compôs o nobre e notável capitão...* — Obra impressa na Casa de Joam de Barreira e traduzida para inglês por Richard Hakluyt, em 1601, com o título *The discoveries of the World*, ed. de 1852, London.
- GAMA (Arnaldo) — A Última Dona de S. Nicolau.
- GARRET (Almeida) — Arco de Santana.
- GAVAND (Eugène Henri) — Estudo sobre o abastecimento de água da cidade do Porto. 1864.
- GAVIAO (Manuel Lobo de Mesquita) — Colecção de Documentos Inéditos.
- GIRALDES (J. P. C. Casado) — Tratado completo de cosmografia e geografia histórica.
- GOMES (B. de Barros) — Cartas Elementares.
- Relatório da Arborização Geral do País.
- GRISLEY (Gabriel) — Viridarium Lusitanum (1661).
- GUEDES (Miranda) e Amadeu Rodrigues — Inquérito sobre abastecimento de águas nos municípios do País, em 1934.
- GUIA do Forasteiro no Porto e Província do Minho, edição de F. Lopes.
- GUIMARAES (Ribeiro) — Sumário de vária história.
- HAECKEL (E.) — Graminées du Portugal.
- HEISS (Aloiss) — Description générale des monnaies des rois Wisigoths d'Espagne.

- HERCULANO (Alexandre) — História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal.
— História de Portugal.
— Opúsculos.
- HIGIENE Rural — I — Notícias dos inquéritos de higiene rural e sobre águas e esgotos, no ano de 1935.
- HOOKER — Elementos de Botânica.
- INOCÊNCIO — Dicionário Bibliográfico Português.
- INQUÉRITO ao abastecimento de carne bovina, no Continente e Ilhas Adjacentes, dirigido pelo Dr. José Miranda do Vale.
- INQUÉRITO Industrial, de 1890.
- INVESTIGADOR Português, n.º 42, de Dezembro de 1814.
- JACKSON (Lady) — A Formosa Lusitânia.
- JOAO I (Dom), rei de Portugal — Livro de Montaria.
- JORGE (Ricardo) — Demografia e Higiene da Cidade do Porto.
- JORNAL de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais.
- LAPA (Ferreira) — Relatório da Missão Agrícola na província do Minho, em 1871.
- LARCHER (Tito de Sousa) — Estudos de Regionalismo.
- LIMA (Dr. Américo Pires de) — O valor higiénico do leite do Porto.
- LIMA (Baptista de) — Terras portuguesas.
- LIMA (J. Pires de) — «Queue de cochon» chez une enfant.
- LIMA (Wenceslau de) — Flora fóssil de Portugal — Monografia do género *Dicranophyllum*.
- LIVRO das Inquirições de Além-Douro, de leitura nova.
- LIVRO preto, da Sé de Coimbra.
- LIVRO da Recepção e Profissão dos Noviços, sendo Provincial N. M. R. P.º Frei Faustino de Santa Rosa... 1748 (Convento de S. Francisco do Porto) — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
- LIVRO das Vereações de 1640, da Câmara do Porto.
- LOBATO (Gervásio) — Mistérios do Porto.
- LOPES (Fernão) — Crónica de El-Rei D. Fernando.
— Crónica de El-Rei D. Pedro I.
- MACHADO (Diogo Barbosa) — Biblioteca Lusitana.
- MACHADO (José de Sousa) — Brasões inéditos.
- MARTINS (J. P. Oliveira) — Sistema dos mitos religiosos.
- MATOSO (Dr. António) — Compêndio de Geografia Económica.
- MELO (Pascoal José de) — Livro singular da história do Direito Civil Lusitano.
- MEMÓRIAS Económicas da Academia.

MEMORIAS da Literatura Portuguesa, da Real Academia das Ciências.

MEMORIAS Paroquiais, de 1758. (*Ms. da Torre do Tombo*).

MEMORIAS quinhentistas dum Procurador de El-Rei no Porto. — Ms. da Biblioteca P. Municipal do Porto, publicados pelo Dr. A. Magalhães Basto, no Boletim da Câmara Municipal do Porto, ano II, n.º 81.

MOMMSEN — Histoire de la monnaie romaine.

MONTEIRO (António Luiz) — Antiguidades curiosas.

MORAIS (Cristóvão Alão de) — Miscelânea histórica (*Manuscrito n.º 72 da Biblioteca do Porto*).

NOBRE (Augusto) — Agricultura em Portugal.

NOBRE (Dr. Ferreira) — Animais venenosos de Portugal.

NOTAS sobre Portugal — Exposição Nacional do Rio de Janeiro, 1908.

NOVAIS (Manuel Pereira de) Anacrisis Histórial, 1.^a e 2.^a partes.

ONCKEN (G.) — História Universal.

ORTIGAO (Ronaldo) — As Farpas.

PEIXOTO (António Augusto da Rocha) — As Filigranas.

PEIXOTO (Augusto César de Magalhães) — Descentralização do Ensino Primário (Congr. Nac. Municipalista de 1922).

PEREIRA (Armando Gonçalves) — A variação dos preços — Lisboa 1905.

PIMENTEL (Alberto) — Os amores de Camilo.

— A primeira mulher de Camilo.

PINTO (António Bessa) — Existência de uma nova zona carbonífera em Portugal.

PINTO (Cónego Dr. Ferreira) — O Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Diocese do Porto.

PINTO (J. M. P.) — Anontamentos para a história da cidade do Porto — Porto, 1869.

PINTO (Rui de Serpa) — Introdução à Arqueologia portuense.

— Notas ceramográficas.

PORUGAL — Diccionário Histórico, Corográfico, etc., dirigido por Esteves Pereira e G. Rodrigues.

PORUGAL (Le) Hydrologique et Climatique — (Edição oficial).

PORUGALIA — Materiais para o estudo do Povo Português. Director: Ricardo Severo.

PORUGALIA Monumenta histórica.

- PRATT (Óscar) — Circular ao Professorado e ao Clero para investigação vocabular, 1913.
- Primeiro Relatório dos trabalhos sobre a investigação vocabular, 1916.
- QUEIROZ (Eça de) — A Cidade e as Serras.
- QUINTELA — Anais da Marinha Portuguesa.
- RAMALHÃO (Carlos) — Parasitismo intestinal dos mineiros de S. Pedro da Cova.
- REIS (Henrique Duarte de Sousa) — Apontamentos para a História do Porto. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
— Memórias sobre a origem das procissões na cidade do Porto. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
— Vida de Frei Manuel de Santa Inês. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
- REIS (P.^o Joaquim A. Lopes) — A Vila de Valongo.
- REISS — Manuel du portrait parlé — 1914.
- RELAÇÃO dos Distritos que Sua Majestade tem determinado para as levas, e recrutas de todos, e cada um dos Regimentos do seu Exército, na conformidade do seu Alvará com força de Lei, dado no dia 24 de Fevereiro de 1764. — (*Ms. da Biblioteca Municipal do Porto*).
- RELATÓRIO acerca da arborização geral do País — Lisboa, 1868.
- RELATÓRIO apresentado ao Governador Civil do distrito do Porto, pela Subcomissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais (1881) — (Relator: J. P. Oliveira Martins).
- RELATÓRIO do Inquérito Agrícola-Pecuário — 1922.
- REVISTA de Ciências Naturais e Sociais. Publicação da Sociedade Carlos Ribeiro.
- REZENDE (André de) — Antiguidades Lusitanas.
- RIBEIRO (Carlos) — Memórias sobre as minas de carvão dos distritos do Porto e Coimbra, etc.
- RIBEIRO (João Pedro) — Dissertações cronológicas e críticas.
- RIBEIRO (Leite) — Tratado de Armaria.
- SAMPAIO (Alberto) — Estudos históricos e económicos — Porto, 1923.
- SANTA Maria (Frei Agostinho de) — Santuário Marian.
- SANTA Maria (Dom Nicolau de) — Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho.
- SANTA Rosa de Viterbo (Fr. Joaquim) — Elucidário de palavras. — Lisboa, 1799.
- S. TOMAZ (Frei Leão de) — Beneditina Lusitana.
- SARMENTO (Moraes) — D. Pedro e a sua época.
- SCHOEFFER — História de Portugal.
- SEABRA (A. F. de) — Estudos sobre os animais úteis

ou nocivos à agricultura.

SEVERO (Paulo) — Gritos de Prometeu, 1909.

SEVERO (Ricardo) — O Cemitério romano do Monte de Penoucos, de Rio Tinto.

SILVA (A. J. Ferreira da) — Contribuições para a Higiene da Cidade do Porto, 1889.

— Descrições e Propriedades físicas das águas do Rio Sousa.

SILVA (Baldaque da) — Estado actual das pescas em Portugal.

SILVA (Gomes da) — Elementa ad Floram Portuensem — *Ms.*,

— Flora Médica Portuense.

SILVA (José Soares da) — Memórias de D. João I.

SILVA (Rebelo da) — Memória sobre a população e a agricultura em Portugal.

SORIANO (Luz) — História da Guerra Civil.

— História do Cerco do Porto.

SOUSA (Luiz Caetano de) — Geografia Histórica.

TOMBO de S. Simão da Junqueira.

TOMÉ (José Ferreira) — A Legislação de Contrararia na Política Económica dos Ourives.

TRABALHO (O) Nacional, revista mensal, do Porto.

VACHIDE — Essai sur la psychologie de la main, 1909.

VEIGA (Estácio da) — Antiguidades de Mértola.

VELOSO (Pedro da Fonseca Serrão) — Coleção de Listas, que contém os nomes das pessoas que ficaram pronunciadas nos devassos e sumários, a que mandou proceder o Governo Usurpador, depois da heróica contra-revolução, que arrebatou na mui nobre e leal Cidade do Pcto em 16 de Maio de 1828, etc. — Porto, 1833.

VERGNET (Jean) — Essai iconographique sur S. Côme et S. Damien.

VIEIRA (José Augusto) — Minho Pitoresco.

VILA Maior (Visconde de) — O Douro Ilustrado.

VITORINO (Dr. Pedro) — O Grito da Independência em 1808.

— e Dr. Alberto Saavedra — Catálogo da Exposição Retrospectiva da Medicina, de 1925, no Porto.

WATTISON (J. T.) — Notas paleontológicas sobre os arredores do Porto.

ÍNDICE ANALÍTICO DOS QUATROS VOLUMES (¹)

A

- Abadalar, v. 1.º, p. 58.
Abade dos Beneditinos, v. 2.º, p. 516.
» de Boaças, v. 4.º, p. 483.
» de Priscos, v. 4.º, p. 484.
» Vasco Moreira, v. 1.º, p. 2.
Abastecimento das águas do rio Sousa, v. 1.º, p. 350; v. 4.º,
p. 198.
Abderramen, v. 1.º, p. 36; v. 2.º, p. 165 e 453; v. 4.º, p. 375.
Abel Domingos, v. 2.º, p. 153
» Mendes Teles, v. 2.º, p. 267.
Abílio A. Valdez de Passos e Sousa, v. 1.º, p. 12.
» Pacheco T. Rebelo de Carvalho, v. 2.º, p. 18; v. 3.º,
p. 68, 235 e 240.
Aboinha, v. 2.º, p. 21.
Abril Perez, v. 4.º, p. 458.
» Roiz, cavaleiro de terra de Santa Maria, v. 1.º, p. 48.
Academia de Fortificação, v. 3.º, p. 229.
» Politécnica, v. 3.º, p. 84.
» Real da História, v. 1.º, p. 1.
» Valboense, v. 3.º, p. 58.

(¹) A alfabetação deste índice é feita conforme aparecem citados os nomes. Para consulta, veja-se o índice bibliográfico.

Nos respectivos capítulos mencionamos os nomes de artistas, industriais, comerciantes, clérigos, médicos, magistrados, professores, militares e funcionários públicos; e por esta razão julgamos desnecessário incluí-los neste índice.

As letras *v* e *p* significam *volume* e *página*.

- Acheira, v. 4.^o, p. 448.
- Açores (Serra dos), v. 2.^o, p. 394; v. 4.^o, p. 448.
- Actuais funcionários das Finanças, v. 4.^o, p. 316.
- » funcionários municipais, v. 4.^o, p. 395.
- Actualidade (A), v. 3.^o, p. 61.
- Administração local, v. 1.^o, p. 130.
- » militar, v. 2.^o, p. 228.
- » municipal, v. 1.^o, p. 128.
- Administrações do concelho, v. 2.^o, p. 234; v. 4.^o, p. 299 e seg.
- Administradores do concelho e data em que tomaram posse, v. 4.^o, p. 302.
- Administrador geral do distrito em 1834, v. 4.^o, p. 261.
- Adozinda (D.), filha de Gundezinho, v. 1.^o, p. 30.
- » (D.), v. 3.^o, p. 514.
- Adrião de Seixas, v. 4.^o, p. 169.
- Afonso (D.) Henriques, v. 1.^o, p. 37, 51 e 83; v. 2.^o, p. 40, 145, 166, 177, 333, 452, e 457; v. 3.^o, p. 452, 493, 516 e 538.
- Afonso 2.^o (D.), v. 1.^o, p. 19, 91 e 175; v. 2.^o, p. 198; v. 3.^o, p. 535; v. 4.^o, p. 104.
- Afonso 3.^o (D.), v. 1.^o, p. 16, 88, 123, 325, 326 e 434; v. 2.^o, p. 60 e 299; v. 3.^o, p. 447, 450 e 452; v. 4.^o, p. 39 e 297.
- Afonso 4.^o (D.), v. 1.^o, p. 37, 101, 327 e 433; v. 2.^o, p. 52, 69, 166, 203 e 232; v. 4.^o, p. 344 e 526.
- Afonso 5.^o (D.), v. 1.^o, p. 101; v. 2.^o, p. 57 e 226; v. 3.^o, p. 64, 296, 313 e 428; v. 4.^o, p. 142.
- Afonso 6.^o (D.), v. 4.^o, p. 113 e 128.
- » Anes, v. 4.^o, p. 43.
- » (Dr.) Costa, v. 4.^o, p. 36.
- » Miz, clérigo, v. 1.^o, p. 48.
- » de Melo, v. 2.^o, p. 531.
- » Pires, v. 2.^o, p. 57 e 512.
- » De Ripis, v. 1.^o, p. 71 e 72.
- » Reimondo, v. 4.^o, p. 496.
- » Vasques Correia, v. 4.^o, p. 500.
- Agências bancárias, v. 4.^o, p. 177.
- Agentes de sociedades bancárias, v. 4.^o, p. 79.
- Ager de Revordelo, v. 1.^o, p. 63.
- Agiológio Lusitano, v. 2.^o, p. 54.

- Agnelo Portela, v. 1.^o, p. 12.
- Agostinho (P.^r) A. de Azevedo, v. 3.^o, p. 282 e 499.
- » do Cabo, v. 3.^o, p. 398.
 - » (Dr.) Emílio de S. Pinto, v. 3.^o, p. 123.
 - » (P.^r) Ferreira, v. 3.^o, p. 82.
 - » José Freire, v. 4.^o, p. 469.
 - » (P.^r) Rebelo da Costa, v. 1.^o, p. 322; v.^o 2.^o, p. 43 e 54.
- Agostinhos (frades), v. 2.^o, p. 199.
- Agra de Canas, v. 2.^o, p. 403, 404, 425 e 430.
- Águas de Entre-os-Rios, v. 1.^o, p. 339.
- » minero-medicinais, v. 1.^o, p. 236.
 - » potáveis, v. 1.^o, p. 373.
 - » Santas, v. 4.^o, p. 471.
- Aguiar, v. 2.^o, p. 21; v. 4.^o, p. 448.
- » rio, v. 3.^o, p. 452.
 - » de Sousa, v. 1.^o, p. 15, 85, 88, 120, 139 e 184; v. 2.^o, p. 25 e 26.
- Alas de legionários, v. 4.^o, p. 223.
- Alberto Beauvalet, v. 4.^o, p. 83.
- » Cardoso Guimarães, v. 4.^o, p. 326.
 - » F. de Oliveira, v. 3.^o, p. 395.
 - » Girard, v. 3.^o, p. 399.
 - » Pessoa, v. 2.^o, p. 315; v. 3.^o, p. 497.
 - » Pimentel, v. 1.^o, p. 335; v. 2.^o, p. 122 e 206; v. 3.^o, p. 92 e 96.
- Alberto Saavedra, v. 3.^o, p. 189.
- » Sampaio, v. 1.^o, p. 5, 168 e 434; v. 2.^o, p. 220.
- Albino C. Montenegro, v. 2.^o, p. 493.
- » (Dr.) P. Miranda Montenegro, v. 3.^o, p. 50.
- Alboazar Ramires, v. 2.^o, p. 478.
- Alboinha, rio, v. 3.^o, p. 452.
- Alçadas, v. 2.^o, p. 206, 221 e 232; v. 4.^o, p. 463 e seguintes.
- Alcaides, v. 2.^o, p. 233.
- Alexandre Braga, v. 2.^o, p. 470 e 503.
- » de Córdova, v. 3.^o, p. 136.
 - » Fernandes da Fonseca, v. 4.^o, p. 207.
 - » Herculano, v. 1.^o, p. 1, 3, 12, 32, 92 e 125; v. 2.^o, p. 57 e 179; v. 3.^o, p. 163.

- Alexandre Mendes Barbosa, v. 3.^o, p. 197; v. 4.^o, p. 214 e 296.
» R. Ferreira, v. 3.^o, p. 398.
- Alexandre de Saldanha da Gama, v. 3.^o, p. 351.
- Alfonso de Ripis, v. 1.^o, p. 76.
- Alfredo Álen, v. 3.^o, p. 128.
» Breguet, v. 4.^o, p. 55.
» Pereira, v. 3.^o, p. 57.
- Alho (O), v. 3.^o, p. 59.
- Alili Guntagio, v. 1.^o, p. 26.
- Aljustrel, v. 1.^o, p. 235.
- Almanzor, v. 2.^o, p. 478; v. 3.^o, p. 537 e 538.
- Almas do concelho em 1732, v. 2.^o, p. 106 e 212.
» do concelho em 1890, v. 2.^o, p. 297.
- Almeida Garrett, v. 1.^o, p. 127.
» (J. A. de), v. 2.^o, p. 291, 454 e 464; v. 3.^o, p. 105 e 536.
» Outeiro (J. M. de), v. 3.^o, p. 320.
- Almer (general francês), v. 4.^o, p. 474.
- Almotacéis, v. 2.^o, p. 167.
- Aloiss Heiss, v. 1.^o, p. 175; v. 2.^o, p. 288.
- Alovitu, v. 1.^o, p. 27.
- Alphonse Karr, v. 3.^o, p. 455.
- Alto da Varziela, v. 1.^o, p. 205.
- Alvardo, v. 1.^o, p. 82.
- Alvarim (Dr.) F. da Silva, v. 4.^o, p. 259.
- Alvarinha, v. 1.^o, p. 79.
- Álvaro (Dr.) Machado, v. 1.^o, p. 403.
- Álvaro Portela, v. 4.^o, p. 194.
» Trigo, v. 3.^o, p. 278.
- Alves (Dr.) da Cunha, v. 2.^o, p. 384.
- Alvito, v. 1.^o, p. 29 e 30.
» Osoredizi, v. 1.^o, p. 26.
- Amadeu P. Rodrigues, v. 4.^o, p. 198.
- Amado (P.^o), v. 3.^o, p. 162.
- Américo (D.) Cardial, v. 2.^o, p. 53 e 62; v. 3.^o, p. 183.
- Américo Fernandes de Carvalho, v.. 1.^o, p. 4 e 11; v. 2.^o, p. 358
e 522; v. 3.^o, p. 135; v. 4.^o, p. 17 e 153.
- Américo (Dr.) Jazelino D. da Costa, v. 1.^o, p. 434; v. 3.^o, p. 89,
93 e 94; v. 4.^o, p. 138 e 326.

- Américo (Dr.) Pires de Lima, v. 3.^o, p. 432.
Ana de Calvos, v. 3.^o, p. 224.
» Feliciana L. Pereira, v. 3.^o, p. 223.
Ana de Jesus Lajinha, v. 2.^o, p. 397.
Anacrisis Historial, v. 2.^o, p. 224.
Anais do Município, v. 1.^o, p. 3.
Analista Portuense, v. 3.^o, p. 56.
Anárgiros, v. 2.^o, p. 305.
Anatole Calmells, v. 4.^o, p. 474.
André de Resende, v. 1.^o, p. 323.
Angel Marvaud, v. 4.^o, p. 160.
Angelina A. C. Alvim, v. 3.^o, p. 34.
Ângelo Herreros de Mora, v. 2.^o, p. 279.
Anselmo F. de Carvalho, v. 1.^o, p. 408 e 410.
Ansur (D.), v. 3.^o, p. 163.
Antero (Dr.) de Seabra, v. 3.^o, p. 399.
Antigos julgados de Gondomar e de Melres e os modernos juízes de paz, v. 4.^o, p. 316.
Antiguidades curiosas, v. 2.^o, p. 124.
Antimónio, v. 1.^o, p. 200, 203 e 212.
Antónia (D.) T. de Melo, v. 3.^o, p. 223.
António Afonso Velado, v. 3.^o, p. 128.
» Aguiar, v. 3.^o, p. 393.
» Alredo Barjona de Freitas, v. 1.^o, p. 4.
» de Almeida, v. 1.^o, p. 403; v. 2.^o, p. 431; v. 4.^o, p. 251.
» de Alves Freixo, v. 3.^o, p. 135; v. 4.^o, p. 184.
» de Araújo Pereira, v. 3.^o, p. 251 e 252.
» Augusto de Aguiar, v. 3.^o, p. 43.
» Augusto Alves de Sousa, v. 1.^o, p. 23.
» Augusto de Carvalho, v. 3.^o, p. 35.
» de Azevedo Melo de Carvalho, v. 1.^o, p. 4.
» (Dr.) Baião, v. 1.^o, p. 2; v. 2.^o, p. 523.
» (D.) Barbosa Leão, v. 2.^o, p. 275.
» (D.) Barroso, v. 2.^o, p. 54, 62 e 275.
» (D.) Bernardo da Fonseca Moniz, v. 3.^o, p. 113.
» (Fr.) Brandão, v. 2.^o, p. 478; v. 3.^o, p. 537.
» Caitano de Sousa, v. 3.^o, p. 220; v. 4.^o, p. 298.
» (Dr.) Cândido, v. 3.^o, p. 6.
» (D.) A. de Castro Meireles, v. 2.^o, p. 273.

- António (P.) Carvalho da Costa, v. 2.^o, p. 101; v. 3.^o, p. 256.
» de Castro, v. 2.^o, p. 202.
» (D.) da Costa, v. 1.^o, p. 90; v. 3.^o, p. 222.
» (P.) Fernandes Cruz, v. 2.^o, p. 160.
» F. Campos, v. 2.^o, p. 445.
» Ferrão, v. 4.^o, p. 195.
» Ferreira Ramos, v. 3.^o, p. 26 e 50.
» F. de Seabra, v. 3.^o, p. 407.
» Ferreira da Silva, v. 2.^o, p. 18.
» Fontes Pereira de Melo, v. 3.^o, p. 150; v. 4.^o, p. 55.
» Francisco de Carvalho, v. 3.^o, p. 91 e 92.
» Galvão, v. 4.^o, p. 510.
» Gomes Pereira, v. 3.^o, p. 145.
» Gomes Vieira, v. 4.^o, p. 142.
» Guilherme de Oliveira, v. 1.^o, p. 205 e 281.
» Guiomar, v. 2.^o, p. 500.
» José de Castro, v. 3.^o, p. 507.
» (Dr.) J. de Sousa Júnior, v. 3.^o, p. 30.
» Justino Pereira, v. 1.^o, p. 23.
» (Dr.) L. F. Girão, v. 2.^o, p. 344.
» Luiz Monteiro, v. 2.^o, p. 124; v. 4.^o, p. 142.
» (P.) Luiz Moreira, v. 2.^o, p. 275.
» Luiz dos Santos, v. 3.^o, p. 34.
» de Macedo, v. 2.^o, p. 134.
» (D.) Machado, v. 3.^o, p. 357.
» Maria de Betencourt Rodrigues, v. 1.^o, p. 12
» Maria da Silva, v. 3.^o, p. 504.
» M. Fernandes, v. 4.^o, p. 101 e 216.
» M. Henriques, v. 2.^o, p. 326.
» Martins de Moura, v. 3.^o, p. 395.
» Martins da Rocha, v. 3.^o, p. 504.
» (Dr.) M. dos Santos Júnior, v. 4.^o, p. 101.
» (Dr.) Matoso, v. 3.^o, p. 261.
» de Mena Falcão, v. 3.^o, p. 190.
» (D.) Moniz, v. 2.^o, p. 53.
» Monteiro, v. 2.^o, p. 347.
» (P.) Moreira de Oliveira, v. 3.^o, p. 502.
» de Moura, v. 2.^o, p. 202.
» Oscar de Fragoso Carmona, v. 1.^o, p. 12.

- António P. Catão, v. 2.º, p. 503.
» (P.º) P. Outeiro, v. 3.º, p. 5.
» Pedro de Brito, v. 4.º, p. 468.
» P. Fragateiro, v. 3.º, p. 395.
» Pinto de Oliveira, v. 4.º, p. 35.
» Pinto dos Santos, v. 2.º, p. 503.
» Pires Júnior, v. 4.º, p. 143.
» (Fr.) Possevino, v. 3.º, p. 107.
» Ribeiro Saraiva, v. 4.º, p. 481.
» Rodrigues, v. 3.º, p. 245.
» Rodrigues de Araújo, v. 2.º, p. 500.
» Rodrigues Sampaio, v. 3.º, p. 141.
» (P.º) Rodrigues de Sousa, v. 2.º, p. 516.
» Rodrigues de Sousa, v. 2.º, p. 347.
» de S. José e Castro, v. 2.º, p. 52 e 53; v. 3.º, p. 144
e 176.
António (Fr.) de Santa Miquelina, v. 2.º, p. 118.
» (Fr.) de Santo Ângelo, v. 3.º, p. 82.
» dos Santos Rocha, v. 1.º, p. 150.
» Soares, v. 3.º, p. 139.
» (D.) de Sousa, v. 2.º, p. 123.
» (P.º) de Sousa, v. 4.º, p. 492.
» de Sousa de Macedo, v. 1.º, p. 323.
» Taveira, v. 4.º, p. 480-481.
» (Fr.) de Távora, v. 1.º, p. 341; v. 2.º, p. 123.
» Teixeira de Sousa, v. 3.º, p. 150.
» (P.º) Valente da Fonseca, v. 3.º, p. 497.
» Vieira Ramos, v. 3.º, p. 197.
Antropogeografia, v. 1.º, p. 187.
Aparício Gonçalves, v. 1.º, p. 96; v. 3.º, p. 323.
Apicultura, v. 3.º, p. 421.
Apréstamo ou prestimónio, v. 1.º, p. 69.
Apronius Rufus, v. 2.º, p. 11.
Aradoiro, v. 1.º, p. 78.
Arago, v. 4.º, p. 23.
Arborização, v. 3.º, p. 303.
Arcebispo de Mitilene, v. 3.º, p. 167.
Areja, v. 1.º, p. 301; v. 2.º, p. 368 e 389; v. 4.º, p. 448.
Argiovito, bispo, v. 2.º, p. 51.

- Arenosa de Pampelido, v. 4.^o p. 466.
- Arion, v. 3.^o, p. 59.
- Aristóteles, v. 3.^o, p. 397, 406 e 417.
- Armando G. Pereira, v. 4.^o, p. 60.
- Armas dos Quesados Vilas Boas, v. 2.^o, p. 366.
- » dos Rangéis, v. 2.^o, p. 353.
- Arminda R. da S. Cavadas, v. 1.^o p. 402.
- Arnaldo Gama, v. 3.^o, p. 266; v. 4.^o, p. 44 e 83.
- Arouca, v. 2.^o, p. 370.
- Arqueólogo Português, v. 1.^o, p. 201; v. 2.^o, p. 376.
- Arquivo Histórico Português, v. 2.^o, p. 63 e 103.
- » Nacional da Torre do Tombo, v. 2.^o, p. 450 e 523.
- » Pitoresco, v. 3.^o, p. 57.
- Arrifana, v. 1.^o, p. 101; v. 2.^o, p. 478.
- Arroteia, v. 4.^o, p. 448.
- Artur Cabral Borges, v. 4.^o, p. 214.
- » Castilho, v. 3.^o, p. 280.
- » Cohen, v. 4.^o, p. 257.
- » Ivens Ferraz, v. 1.^o, p. 12.
- Árvore do Natal, v. 4.^o, p. 393.
- Árvores e frutos, v. 3.^o, p. 385.
- Ascensão (Dr.) Correia, v. 3.^o, p. 189.
- Assistência médica e domiciliária, v. 4.^o, p. 229.
- Associação de Classe Comercial e Industrial de Gondomar, v. 4.^o, p. 101.
- Associação de Classe dos Industriais de Marcenaria de Gondomar, v. 4.^o, p. 185.
- Associação de Classe dos Operários Marceneiros Valboenses, v. 4.^o, p. 184.
- Associação de Classe dos Ourives de Gondomar, v. 4.^o, p. 138.
- » de Classe dos Ourives do Porto, v. 4.^o, p. 144.
- » dos Escoteiros de Portugal, v. 4.^o, p. 223.
- Associação Humanitária dos Bombeiros de Gondomar, v. 4.^o, p. 214.
- Associações de Socorros Mútuos, v. 4.^o, p. 208 e seguintes.
- Ataíde (Dr.) de Oliveira, v. 1.^o, p. 2.
- Atães, v. 1.^o, p. 10 e 56; v. 2.^o, p. 360; v. 4.^o, p. 447.
- Atamorras, v. 2.^o, p. 461.
- Atiradores, v. 2.^o, p. 227.

- Atouguia, v. 1.^o, p. 110.
Augusto (Dr.) Barreto Costa, v. 2.^o, p. 494.
» César de M. Peixoto, v. 3.^o, p. 51.
» Costa, v. 3.^o, p. 269.
» E. Neuparth, v. 1.^o, p. 319.
» (Dr.) Farinas de Almeida, v. 1.^o, p. 434; v. 4.^o, p. 179.
» (P.^o) Maia, v. 3.^o, p. 70; v. 4.^o, p. 217.
» Malheiro Dias, v. 4.^o, p. 107.
» Moreira, v. 1.^o, p. 235.
» (Dr.) Nobre, v. 3.^o, p. 399, 407, 455 e 459; v. 4.^o, p. 188.
» (Dr.) da Silva Carvalho, v. 2.^o, p. 305; v. 3.^o, p. 535.
Aureliano C. de Castro, v. 4.^o, p. 49 e 158.
Aurélio (Fr.) de Santo Tomaz, v. 1.^o, p. 293.
Aurora de Gondomar, v. 3.^o, p. 59 e 72.
Avicultura, v. 3.^o, p. 416.
Avintes, v. 1.^o, p. 84, 85, 101 e 334.
Azenha, v. 4.^o, p. 448.
Azevedo, v. 1.^o, p. 67.
» Schiappa (J. B. de), v. 1.^o, p. 168.
Azoenga, v. 1.^o, p. 181.

B

- Bacaim, capitão-mor, v. 3.^o, p. 142.
Bágens, v. 1.^o, p. 200.
Baguim, v. 1.^o, p. 81 e 201; v. 4.^o, p. 448.
Baldaque da Silva, v. 3.^o, p. 449.
Baldios, v. 4.^o, p. 285 e 496.
Baltazar (Dr.) Osório, v. 3.^o, p. 399.
Baptista de Lima, v. 3.^o, p. 509.
Barão (1.^o) de Ferreira, v. 3.^o, p. 125.
» de Quintela, v. 4.^o, p. 473.
» de Soutelinho, v. 3.^o, p. 319.
» de Vilar de Turpin, v. 3.^o, p. 185.
Barbosa (Dr.) du Bocage, v. 3.^o, p. 398 e 409.
» (Dr.) Ramos, v. 3.^o, p. 60, 142 e 197; v. 4.^o, p. 195.
Barca de Alva, v. 1.^o, 320.
Barnabé França, v. 3.^o, p. 417.

- Barro, v. 1.^o, p. 76.
Bartolomeus, bispo de Viseu, v. 1.^o, p. 20.
Bartolomeu (P.^o) do Quental, v. 2.^o, p. 204.
Behetrias, v. 1.^o, p. 16; v. 3.^o, p. 533.
Belágio Fernandiz, v. 1.^o, p. 28.
Belfort, v. 4.^o, p. 466.
Belizário Pimenta, v. 1.^o, p. 2.
Belmiro R. dos Santos, v. 3.^o, p. 49.
Belmonte, v. 1.^o, p. 93.
Beloi, v. 1.^o, p. 68; v. 4.^o, p. 449.
Bendoma, v. 1.^o, p. 77 e 80.
Beneditina Lusitana, v. 2.^o, p. 165.
Beneditinos do Bostelo, v. 2.^o, p. 516.
» da Vitória, v. 2.^o, p. 200.
Beneméritos da Instrução, v. 3.^o, p. 49.
Bento (Dr.) Carqueja, v. 3.^o, p. 273 e 299; v. 4.^o, p. 76, 146 e 207.
Bento José, v. 2.^o, p. 202.
» Rodrigues de Oliveira, v. 1.^o, p. 271; v. 2.^o, p. 468.
Bernardina Amélia, v. 3.^o, p. 92.
Bernardino A. Gomes, v. 3.^o, p. 381, 391 e 445.
» Carneiro, v. 2.^o, p. 279.
Bernardo (Fr.) de Brito, v. 2.^o, p. 144.
» da Encarnação, v. 3.^o, p. 8.
» (P.^o) Moreira de Almeida, v. 3.^o, p. 51.
» Pinto de Miranda Montenegro, v. 4.^o, p. 492.
Berta B. Seriot, v. 3.^o, p. 32.
Bessa Pinto, v. 1.^o, p. 197, 259 e 426.
Betencourt Ferreira, v. 3.^o, p. 398, 414 e 508.
Biblioteca Lusitana, v. 3.^o, p. 82 e 106.
» Municipal de Gondomar, v. 3.^o, p. 64 e 66.
» Nacional, v. 2.^o, p. 33.
Bibliotecas particulares, v. 3.^o, p. 68.
Binet, v. 4.^o, p. 365.
Bispado de Aveiro, v. 2.^o, p. 271.
» de Penafiel, v. 2.^o, p. 65 e 271.
» do Porto, v. 2.^o, p. 62.
Bispo de Claudiópolis, v. 3.^o, p. 112.
» de Meliapor, v. 4.^o, p. 28.

- Bispo de Viseu, v. 3.º, p. 13.
Blainville, v. 3.º, p. 406.
Boialvo, v. 1.º, p. 267; v. 4.º, p. 449.
Boletim teatral, v. 3.º, p. 56.
Bolsa do Comércio, v. 4.º, p. 100.
Bombeiros Voluntários de Gondomar, v. 4.º, p. 212.
Bona Perez, v. 1.º, p. 50.
Bonifácio V, papa, v. 2.º, p. 51.
Borda, v. 4.º, p. 64.
Bouça, v. 4.º, p. 449.
Bouça-Cova, v. 1.º, p. 71 e 97; v. 2.º, p. 18, v. 3.º, p. 520.
Bouças, v. 1.º, p. 100.
Bourmont, v. 4.º, p. 474.
Boutaric, v. 2.º, p. 226.
Bragal, v. 1.º, p. 61.
Bramaluco, capitão, v. 2.º, p. 141.
Brandião, v. 1.º, p. 184.
Branzelo, v. 4.º, p. 449.
Brasões, v. 3.º, p. 243 e seg.; v. 4.º, p. 480.
Brauly (Dr.), v. 4.º, p. 58.
Bravos (Os) do Mindelo, v. 4.º, p. 466.
Broalhos, v. 4.º, p. 449.
Erotero, v. 3.º, p. 325.
Brugnière, v. 3.º, 406.
Buçaco, v. 1.º, p. 267.
Ixuffon, v. 3.º, p. 397.
Buinha, v. 4.º, p. 449.
Buinha, v. 4.º, p. 449.
Rúzeno, v. 1.º, p. 77 e 79.
Búzeos, v. 1.º, p. 77.
Byron, v. 3.º, p. 455.

C

- Cabido do Porto, v. 2.º, p. 124.
Cabos de Polícia, v. 1.º, p. 140.
Caça (A), v. 3.º, p. 475.
Cadastro dos eleitores em 1936, v. 4.º, p. 331.
Cágados (Os), v. 3.º, p. 458.

- Cagnat (Dr.), v. 2.^a, p. 14.
- Caitano (D. Pereira Pires, v. 3.^a, p. 111.
- » Pinto Pimenta, v. 4.^a, p. 188.
- Caldas (José), v. 1.^a, p. 25.
- Cale, v. 2.^a, p. 26.
- Câmara Municipal de Melres, v. 2.^a, p. 444.
- » de Penafiel, v. 2.^a, p. 480.
- » de Valongo, v. 1.^a, p. 176.
- Camaristas, v. 2.^a, p. 225.
- Camarceiras, v. 3.^a, p. 450.
- Camilo Castelo Branco, v. 2.^a, p. 344 e 379; v. 3.^a, p. 220, 251 e 252; v. 4.^a, p. 382 e 480.
- Camilo de Oliveira, v. 1.^a, p. 4; v. 3.^a, p. 42, 59, 133, 135, 136 e 514; v. 4.^a, p. 252 e 382.
- Caminha, v. 1.^a, p. 16.
- Camões (*Luiz de*), v. 3.^a, p. 8.
- Camões (O), v. 4.^a, p. 375.
- Cañouco, v. 4.^a, p. 449.
- Campanhã, v. 1.^a, p. 17, 25, 26, 27, 28, 45, 46, 62, 67, 68, 108, 109, 110, 113 e 114.
- Campaniana (Forno de) v. 1.^a, p. 19.
- Campelc, v. 1.^a, p. 88.
- Campo da Referta, v. 4.^a, p. 458.
- » de ténis, v. 4.^a, p. 225.
- Campos de demonstração, v. 3.^a, p. 283.
- » Henriques, v. 4.^a, p. 140.
- Cana verde, v. 2.^a, p. 419.
- Cancioneiro do alto concelho, v. 4.^a, p. 395.
- Canções de gesta, v. 2.^a, p. 226.
- Cândida Líbia Pimenta, v. 1.^a, p. 271.
- Cândido (P.) de Sousa, v. 2.^a, p. 280.
- Capelas públicas e particulares, no concelho, v. 2.^a, p. 259.
- Capuchinhos (frades), v. 2.^a, p. 200.
- Caramulo, v. 1.^a, p. 238.
- Caridade (*riévora, luvas*), v. 1.^a, p. 36.
- Cardoso de Azevedo, v. 2.^a, p. 435, 454, 464, 475 e 492.
- Carlos Amaral, v. 4.^a, p. 252.
- » I (D.), v. 2.^a, p. 345.
- » V. v. 2.^a p. 277.

- Carlos VIII, v. 3.^a, pág. 244.
» Brandão Alvo, v. 3.^a, p. 243.
» (Dr.) França, v. 3.^a, p. 398 e 399.
» Leuschner, v. 1.^a, p. 220.
» Magno, v. 2.^a, p. 246.
» Maria G. Barbosa, v. 2.^a, p. 379.
» de Menezes, v. 3.^a, p. 357.
» Napier, v. 4.^a, p. 473.
» das Neves Lobo, v. 3.^a, p. 504.
» de Pezerat, v. 1.^a, p. 351.
» Ramalhão, v. 4.^a, p. 173.
» Ribeiro, v. 3.^a, p. 383, 435 e 442.
» Reis, v. 3.^a, p. 139.
- Carlota (D.) Joaquina, v. 4.^a, p. 462.
- Carmelitas, v. 2.^a, p. 200.
- Carneiro de Vasconcelos, v. 3.^a, p. 223 e 260.
- Carrapatos, v. 2.^a, p. 488 e 525; v. 4.^a, p. 368.
- Carregal, v. 1.^a, p. 80.
- Carregais, v. 4.^a, p. 449.
- Carreiros, v. 4.^a, p. 449.
- Carrington Simões, v. 3.^a, p. 436, 441 e 446.
- Carta Constitucional, v. 4.^a, p. 463.
- » de doações de certos prédios junto do monte de Gondomar, v. 1.^a, p. 25 e seguinte.
- Carvalhal, v. 4.^a, p. 449.
- Carvalheira, v. 1.^a, p. 87 e 205.
- Carvalho (P.^o) da Costa, v. 2.^a, p. 306; v. 3.^a, p. 521.
- Carvoal, v. 4.^a, p. 450.
- Casa de Atães, v. 3.^a, p. 228.
- » da Audiência, v. 2.^a, p. 418.
» da Avessada, v. 2.^a, p. 418.
» da Bandeirinha, v. 4.^a, p. 480 e 492.
» de Bouça-Cova, v. 3.^a, p. 232.
» de Cantanhede, v. 3.^a, p. 253.
» do Crasto, v. 2.^a, p. 426.
» Grande, v. 4.^a, p. 480 e 493.
» de Marialva, v. 2.^a, p. 444 e 523.
» das Medas, v. 2.^a, p. 406.
» da Moeda, v. 4.^a, p. 143.

- Casa da Orca, v. 2.^o, p. 27.
» do Orfão, v. 2.^o, p. 407.
Casal, *in ripa de rivilo de Donom*, v. 1.^o, p. 45.
Casimiro (P.^c), v. 4.^o, p. 484.
Cassagnac (A. Granier de), v. 3.^o, p. 249.
Cassini, v. 4.^o, p. 64.
Castelo de Aguiar de Sousa, v. 2.^o, p. 6; v. 3.^o, p. 502 e 553.
Castelões de Cepeda, v. 2.^o, p. 164.
Castelos de Asnar, v. 2.^o, p. 479.
Castro Mau, v. 2., p. 170.
» e Vasconcelos, v. 2.^o, p. 189.
Catálogo dos Bispos do Porto, v. 2.^o, p. 145 e 169.
Catarina (D.), v. 4.^o, p. 105.
Catarina Queixada, v. 3.^o, p. 503.
Caulino, v. 1.^o, p. 229; v. 4.^o, p. 488.
Cedofeita, v. 1.^o, p. 46, 63, 73, 76, 78 e 79.
Celorico, v. 1.^o, p. 93.
Cemitérios em Gondomar, v. 4.^o, p. 248.
Censual do Cabido da Sé do Porto, v. 1.^o, p. 43; v. 2.^o, p. 73;
v. 3.^o, p. 513
Cerejeira (Dr.), v. 2.^o, p. 511.
Certame de Sevilha, v. 4.^o, p. 149.
César Cantu, v. 2.^o, p. 285.
» Goulard, v. 1.^o, p. 351.
» de Vasconcelos, v. 4.^o, p. 476.
Cette ou Cete, v. 1.^o, p. 30, 32, 34, 35 e 56.
Chã das Cavadas, v. 1.^o, p. 180.
Chancelaria do Porto, v. 2.^o, p. 178.
Chão do Guiso, v. 2.^o, p. 28.
Charles Bonnet, v. 3.^o, p. 442.
» Lepierre, v. 1.^o, p. 233, 251 e 286.
Chateaubriand, v. 3.^o, p. 424.
Cheias do rio Douro, v. 1.^o, p. 307.
Chelo, v. 4.^o, p. 450.
Chumbo, v. 1.^o, p. 229.
Cibrão, v. 4.^o, p. 450.
Cícero, v. 3.^o, p. 65.
Ciclismo, v. 4.^o, p. 224.
Cidade de Anégia ou Arégia, v. 2.^o, p. 368 e 374.

- Cidade da Fisga, v. 2.º, p. 424.
» do Vaticano, v. 2.º, p. 246.
- Cidi Astrulfizi, v. 1.º, p. 26.
- Cilvegaanos, v. 1.º, p. 82.
- Círculo eleitoral de Gondomar e seus representantes em Cortes, v. 4.º, p. 331.
- Ciríaco de Cardoso, v. 3.º, p. 174.
- Cisneiros de Faria, v. 4.º, p. 257.
- Clara (D.) Maria da Cunha Barbosa de S. Miguel Vasconcelos, v. 3.º, p. 233 e 237.
- Clara de Sousa, v. 3.º, p. 504.
- Clarke (Dr.), v. 1.º, p. 350.
- Classificação dos concelhos, v. 4.º, p. 299.
- Clasto contra Dorium, v. 1.º, p. 78.
» contra Madiam, v. 1.º, p. 78.
- Clemente V (papa), v. 4.º, p. 393.
» VII (papa), v. 2.º, p. 278.
- Climatologia, v. 1.º, p. 402.
- Clube dos Caçadores, v. 3.º, p. 484.
» Gondomarense, v. 4.º, p. 220.
- Clubes, v. 4.º, p. 223 e seguintes.
- Código Civil, v. 1.º, p. 345.
- Coelho de Carvalho, v. 2.º, p. 58.
» (Dr.) da Rocha, v. 1.º, p. 312; v. 2.º, p. 435, 439 e 445;
v. 3.º, p. 423 e 497.
- Coijo, v. 4.º, p. 450.
- Coima, v. 1.º, p. 45.
- Colação, v. 1.º, p. 58.
- Colégio das Artes, v. 3.º, p. 9.
» dos Orfãos, v. 3.º, p. 181.
» da Visitação, v. 2.º, p. 275.
- Colectas diocesanas, v. 2.º, p. 267.
- Colheiceiros, v. 1.º, p. 45.
- Colheita, comedura, procuração, visitação, jantar e parada, v. 1.º, p. 45.
- Colmenaria, v. 1.º, p. 62.
- Colonos, v. 1.º, p. 7.
- Comarca de Penafiel, v. 2.º, p. 151, 152, 219, 236, 431; v. 3.º, p. 145.

- Comarcas, v. 2.^o, p. 235.
» eclesiásticas, v. 2.^o, p. 242.
- Combate (O), v. 3.^o, p. 59.
- Comeduras, v. 1.^o, p. 45.
- Comenda, v. 1.^o, p. 65.
- Comendador, v. 1.^o, p. 65 e 66.
- Comércio, v. 1.^o, p. 136.
» Ilustrado, v. 3.^o, p. 163.
» (O) do Porto, v. 1.^o, p. 309.
- Comitiva real, v. 3.^o, p. 476.
- Companhia de Jesus, v. 2.^o, p. 277; v. 3.^o, p. 9.
- Companhia das Minas de Gondomar, v. 2.^o, p. 397.
» das Minas de S. Pedro da Cova, v. 2.^o, p. 468; v.^o 4.^o, p. 172.
- Compostela, v. 1.^o, p. 60, 61, 64, 70 e 71; v. 4.^o, p. 450.
- Concelho de Gondomar, v. 1.^o, p. 21.
» de Rio Tinto, v. 1.^o, p. 156.
» de S. Pedro da Cova, v. 1.^o, p. 150.
- Concilio da Igreja, v. 2.^o, p. 76.
» IV de Latrão, v. 2.^o, p. 53.
» III de Toledo, v. 2.^o, p. 51.
- Concha (General), v. 2.^o, p. 500; v. 4.^o, p. 475.
- Concita, da familia Suaris, v.^o 1.^o, p. 27; v. 3.^o, p. 450.
- Condado (O), v. 3.^o, p. 462.
- Conde de Almargem, v. 2.^o, p. 499.
» de Alva, v.^o 2.^o, p. 215.
» das Antas, v. 4.^o, p. 475.
» de Avila, v. 1.^o, p. 158.
» de Bemposta, v. 4.^o, p. 470.
» de Cambridge, v. 2.^o, p. 226.
» de Campo Belo, v. 3.^o, p. 504; v. 4.^o, p. 15.
» das Devezas, v. 1.^o, p. 279.
» de Farrobo, v. 1.^o, p. 264; v. 2.^o, 464 e 468; v. 4.^o, p. 473.
» Fernando Rodrigues, v. 1.^o, p. 19.
» de Ferreira, v. 3.^o, p. 12, 15 e 125.
» D. Henrique, v. 1.^o, p. 14; v. 2.^o, p. 67, 369 e 479.
» Hermenegildo, v. 2.^o, p. 455.
» de Hoffmeneegg, v. 3.^o, p. 325.
» (2.^o) da Ilha do Príncipe, v. 2.^o, p. 339.

- Conde de Linhares, v. 2.^o, p. 518.
 » de Moser, v. 2.^o, p. 504.
 » de Paris, v. 3.^o, p. 104.
 » de Povolide, v. 2.^o, p. 212; v. 3.^o, p. 532.
 » de Redondo, v. 2.^o, p. 444.
 » de Sandomil, v. 2.^o, p. 210.
 » de Santa Marta, v. 4.^o, p. 472.
 » de Vila-Flor, v. 1.^o, p. 150; v. 4.^o, p. 467 e 469.
- Condes de Gondomar, v. 2.^o, p. 295.
- Condessa Matilde, v. 2.^o, p. 246.
- Condorcet, v. 4.^o, p. 51.
- Cônegos, v. 4.^o, p. 450.
- Cônegos da Colegiada de Cedofeita, v. 2.^o, p. 194.
- Confraria dos Ourives do Porto, v. 4.^o, p. 142.
 » de Santo Elói, v. 4.^o, p. 142.
- Congregação do Oratório, v. 2.^o, p. 199 e 204.
- Congregações religiosas do Porto, v. 2.^o, p. 514.
- Congresso (1.^o) Municipalista, v. 1.^o, p. 130.
 » Nacional Municipalista de 1922, v. 3.^o, p. 51.
 » da Ourivesaria, v. 4.^o, p. 141.
 » (1.^o) dos Ourives Portugueses, v. 4.^o, p. 138.
 » de Viena, v. 4.^o, p. 461.
- Conservatórias do registo predial, v. 4.^o, p. 307.
- Constância (bispo), v. 2.^o, p. 54 e 199.
- Constituições diocesanas, v. 2.^o, p. 61 e 274.
- Contrastaria, v. 4.^o, p. 109.
- Contribuição industrial, v. 4.^o, p. 310.
 » do registo ,v. 4.^o, p. 309.
 » da taxa militar, v. 4.^o, p. 314.
- Contribuições prediais, v. 4.^o, p. 308.
- Convenção de Gramido, v. 2.^o, p. 499; v. 4.^o, p. 476.
 » de Sintra, v. 4.^o, p. 460.
- Convénio de Fontainebleau, v. 4.^o, p. 460.
- Convento da Ave-Maria, no Porto, v. 1.^o, p. 38 e 39; v. 2.^o, p. 46 e 169.
- Convento de Cantanhede, v. 2.^o, p. 209.
 » de Cete, v. 1.^o, p. 83.
 » dos Congregados, v. 2.^o, p. 200 e 206; v. 4.^o, p. 466.
 » de Corpus Christi, v. 1.^o, p. 429.



- Convento da Formiga, v. 3.º, p. 109 e 179.
» de Grijó, v. 4.º, p. 458.
» dos Lóios, v. 2.º, p. 206.
» de N. S. da Conceição de Enxabregas, v. 3.º, p. 123.
» de Paris, v. 3.º, p. 107.
» de Pernambuco, v. 3.º, p. 82.
» de Rilhafoles, v. 3.º, p. 110.
» de Rio Tinto, v. 3.º, p. 163.
» de Santo António de Penafiel, v. 2.º, p. 516.
» de Santo António de Vale de Piedade, v. 2.º, p. 200;
v. 3.º, p. 462; v. 4.º, p. 472.
- Convento de S. Cristóvão de Lafões, v. 2.º, p. 370.
» de S. Francisco, v. 2.º, p. 118, 199 e 515; v. 4.º,
p. 100.
- Convento de S. João Novo, v. 2.º, p. 222.
» de S. Lourenço do Porto, v. 3.º, p. 184.
» de S. Vicente de Fora, v. 2.º, p. 209.
» da Cidade do Porto, v. 2.º, p. 199
» e mosteiros, v. 2.º, p. 114, 116 e 117.
- Cooperativa de Mobiliário de Gondomar, v. 4.º p. 186.
- Cooperativas, v. 1.º, p. 131.
- Cordão sanitário, v. 4.º, p. 238.
- Coreixas, v. 1.º, p. 34.
- Corgo, v. 4.º, p. 450.
- Corpus Códicum, v. 1.º, p. 100, 102 e 122; v. 2.º, p. 30 e 67.
- Corredoira, v. 1.º, p. 76.
- Corregedores, v. 2.º, p. 103 e 234.
- Correia (Dr.) de Barros, v. 3.º, p. 408.
» (Dr.) da Costa, v. 4.º, p. 90.
» Mendes, v. 4.º, p. 216.
» (Dr.) Pinto, v. 4.º, p. 186.
- Correias Montenegro, v. 2.º, p. 46 e 493; v. 3.º, p. 460.
» Portocarreiros, v. 4.º, p. 492.
- Correio (O), v. 4.º, p. 44.
- Côrtes de Lamego, v. 4.º, p. 491.
- Cortinhas, v. 1.º, p. 17 e 19.
- Cortinis (Monte), v. 1.º, p. 19.
- Cosme Aranha, v. 2.º, p. 339.
- Costa Brandão e Albuquerque (J. da), v. 2.º, p. 518.

- Costa Cabral, v. 4.º, p. 297 e 475.
» Lobo, v. 2.º, p. 105.
» Maia, v. 4.º, p.º 173.
» Serrão, v. 1.º, p. 320.
- Costumes regionais, v. 4.º, p. 377.
- Couce, v. 4.º, p. 450.
- Couço, v. 1.º, p. 181.
- Coupin, v. 3.º, p. 459.
- Coutadas, v. 1.º, p. 16; v. 3.º, p. 476.
- Couto de Campanhã, v. 3.º, p. 515, 521 e 532.
» de Crestuma, v. 1.º, p. 40.
» de Grijó, v. 1.º, p. 101.
» de Gondomar, v. 1.º, p. 17 e 177; v. 3.º, p. 511, 517 e 522.
- Couto de Rio Tinto, v. 1.º, p. 82 e 110; v. 2.º, p. 167; v. 3.º, p. 511 e 518.
- Couto de S. Pedro da Cova, v. 1.º, p. 40, 68 e 149; v. 3.º, p. 516.
- Coutos, v. 1.º, p. 15 e 16; v. 2.º, p. 220.
- Cova, v. 2.º, p. 462; v. 4.º, p. 450.
- Cowan, v. 3.º, p. 423.
- Covelo, v. 1.º, p. 32, 34, 85, 207 e 280; v. 2.º, p. 128, 211, 219, 262 e 319; v. 3.º, p. 18, 20 e 516; v. 4.º, p. 450, 458 e 461.
- Covelo Sport Clube, v. 3.º, p. 505.
- Covilhã, v. 1.º, p. 93; v. 4.º, p. 450.
- Crasanc, v. 1.º, p. 244, 251 e 252.
- Craso, v. 2.º, p. 32.
- Crasto, v. 2.º, p. 22, 24 e 27.
- Crestuma, v. 1.º, p. 40, 52 e 312.
- Creusa, v. 3.º, p. 492.
- Criação de novas freguesias, v. 2.º, p. 271.
- Crispim (P.º) G. Leite, v. 1.º, p. 427; v. 2.º, p. 359; v. 3.º, p. 134 e 135.
- Crisso ou Guadalete, v. 4.º, p. 458.
- Crónica de Cister, v. 2.º, p. 453.
» Constitucional, v. 3.º, p. 167.
- Cruz, v. 1.º, p. 8.
» das Regateiras, v. 4.º, p. 471.
» Vermelha, v. 4.º, p. 252.

- Culm, v. 3.^o, p. 443.
 Culmieira, v. 4.^o, p. 450.
 Cunha (P.^o) Brito, v. 3.^o, p. 477.
 Cúria do rei, v. 2.^o, p. 232.
 » diocesana, v. 2.^o, p. 247.
 Curro, v. 1.^o, p. 182.
 Cursos nocturnos, v. 3.^o, p. 39.
 Cuvier, v. 3.^o, p. 406.

D

- Damião (Dr.) Peres, v. 2.^o, p. 33.
 » dos Santos Couto, v. 3.^o, p. 417.
 » Vieira Soares, v. 2.^o, p. 189.
 Daniel Sharpe, v. 3.^o, p. 435 e 442.
 Dantin Cereceda, v. 1.^o, p. 411.
 Daraquedara, v. 4.^o, p. 496.
 Darvin, v. 3.^o, p. 397.
 Davide Correia da Silva, v. 2.^o, p. 459.
 Defesa de Gondomar, v. 4.^o, p. 489.
 Deformações corporais, v. 4.^o, p. 259.
 Delalande, v. 3.^o, p. 397
 Delegação da Contrastaria do Porto, v. 4.^o, p. 157.
 Delfim (Dr.), v. 3.^o, p. 131
 » Ferreira das Neves, v. 2.^o, p. 458.
 » Guimarãis, v. 3.^o, p. 97.
 » (Dr.) M. Ferreira, v. 2.^o, p. 459.
 » M. dos Santos, v. 1.^o, p. 279; v. 2.^o, p. 487.
 Descanso semanal, v. 4.^o, p. 301.
 Descrição da romaria do Rosário, v. 4.^o, p. 388.
 Desembargadores Afravistas, v. 2.^o, p. 222.
 Desemprego (O), v. 4.^o, p. 250.
 Deshayes, v. 3.^o, p. 406.
 Devassar, v. 1.^o, p. 95.
 Devesa, v. 1.^o, p. 19.
 Dia de Reis, v. 4.^o, p. 388.
 Diana, v. 1.^o, p. 372.
 Diard, v. 3.^o, p. 397.

- Diário de Lisboa, v. 3.^o, p. 117.
» da Manhã, v. 3.^o, p. 139.
» de Notícias, v. 2.^o, p. 317.
» do Parlamento das carnes, v. 3.^o, p. 56.
» Portuense, v. 3.^o, p. 56.
- Dieta de Worms, v. 2.^o, p. 277.
- Diniz (D.), v. 1.^o, p. 14, 89, 91, 92, 95, 109 e 111; v. 2.^o, p. 60; v. 3.^o, p. 7, 8, 232 e 263; v. 4.^o, 103, 297 e 487.
- Dioceses, v. 2.^o, p. 242 e 272.
- Diogo (bispo), v. 2.^o, p. 51.
» da Costa, v. 2.^o, p. 60.
» (D.) Dias Rangel, v. 3.^o, p. 252.
» Gelmires, v. 4.^o, p. 335.
» Homem Carneiro, v. 2.^o, p. 141.
» Lopes de Sousa, v. 2.^o, p. 222.
» M. Mourato, v. 2.^o, p. 61.
» Patrone Júnior (J. P.), v. 4.^o, p. 169.
» (D.) Pinheiro, v. 2.^o, p. 309.
» (Fr.) do Rosário, v. 2.^o, p. 313.
» Soares, v. 1.^o, p. 35 e 51.
» (D.) Tristisendos (ou Trutezindes?), v. 1.^o, p. 36; v. 4.^o, p. 487, não será o mesmo que
- Diogo (D.) Trocozendes (ou Truczindes?), v. 2.^o, p. 166, 452 e 457; v. 3.^o, p. 536.
- Diplomata et Chartae (Dipl. et Chart.:), v. 1.^o, p. 294, 419 e 420.
- Direcção Geral de Saúde e Inspecção da Pecuária, v. 4.^o, p. 334.
- Directores da Contrastaria de Gondomar, v. 4.^o, p. 158.
- Directores e redactores dos periódicos do concelho, v. 3.^o, p. 58 e seguintes.
- Direito de apresentação e padroado, v. 1.^o, p. 33.
» (O) Notarial, v. 3.^o, p. 139.
- Direitos reais, v. 1.^o, p. 92.
- Dispensário das Crianças Pobres, v. 3.^o, p. 157.
- Distribuições cotidianas, v. 1.^o, p. 50.
- Divisão administrativa, v. 4.^o, p. 296.
» administrativa e judicial do Porto, v. 2.^o, p. 234.
» Militar Territorial, v. 4.^o, p. 324.
- Dizima nova, v. 3.^o, p. 452.
- Doação da terra de Gondomar, v. 3.^o, p. 522.

- Doações, trocas e vendas (das igrejas), v. 1.^o, p. 30.
- Dólmenes, v. 2.^o, p. 402.
- Domingos (Dr.) de Azevedo, v. 3.^o, p. 282.
- » Cruz, v. 3.^o, p. 46.
 - » F. Barbosa, v. 3.^o, p. 434.
- Domingos G. de Sá, v. 1.^o, p. 427.
- » G. de Sá Júnior, v. 2.^o, p. 524; v. 3.^o, p. 32, 51 e 157.
 - » Miz, abade de Galegos, v. 1.^o, p. 50.
 - » (P.^o) Martins da Cruz S. Paio, v. 2.^o, p. 197.
 - » Mendes Dias, v. 4.^o, p. 494.
 - » Moreira da Silva, v. 3.^o, p. 51 e 507.
 - » Pais, de Braga, v. 1.^o, p. 42 e 43.
 - » de S. Neves, v. 3.^o, p. 434.
- Donas da Arrifana e Tarouquela, v. 1.^o, p. 39.
- » de Corpus Christi, v. 2.^o, p. 317.
- Dordia (D.) Regemondi, de Ripa Vizelle, v. 1.^o, p. 47
- Double, v. 4.^o, p. 261.
- Duarte (D.), v. 1.^o, p. 118; v. 3.^o, p. 64; v. 4.^o, p. 104.
- » Nunes de Leão, v. 1.^o, p. 323.
- Dulce (D.), v. 1.^o, p. 18.
- Duque de Lafões, v. 3.^o, p. 10.
- » de Loulé, v. 2.^o, p. 518.
 - » de Pajmela, v. 4.^o, p. 475.
 - » de Saldanha, v. 2.^o, p. 280 e 423; v. 4.^o, p. 475.
 - » da Terceira, v. 2.^o, p. 386; v. 4.^o, p. 472, 473 e 475.
- Durando João, v. 1.^o, p. 65.
- Duvancel, v. 3.^o, p. 397.

E

- Eça de Queiroz, v. 1.^o, p. 328.
- Echa Martim, v. 2.^o, p. 370.
- Eckhel, v. 2.^o, p. 31.
- Edrico, v. 4.^o, p. 104.
- Eduardo A. Álen, v. 3.^o, p. 108.
- » Sequeira, v. 3.^o, p. 424 e 459.
- Egas (Dr.) F. Pinto Basto, v. 3.^o, p. 496.
- » Gondesendez, v. 1.^o, p. 32.
 - » Moniz, v. 1.^o, p. 32 e 37.

- Egas Petri, escudeiro, primo co-irmão de D. Pelágio, abade de Palaciolo, v. 1.^o, p. 47.
- Egidio (bispo), v. 2.^o, p. 52 e 57.
- Eidania, v. 1.^o, p. 46.
- Eiradega, v. 1.^o, p. 65, 77 e 78.
- Eira de Melo, v. 2.^o, p. 434 e 445.
- Eiras, v. 1.^o, p. 45.
- Eldolça Menendiz, v. 1.^o, p. 28, 30 e 421.
- Eléctrica Valboense, v. 2.^o, p. 494.
- Eleodoro (J.) de A. Rangel, v. 2.^o, p. 352.
- Eleva, v. 3.^o, p. 163.
- Elmano, de Rio Tinto, v. 4.^o, p. 387.
- Elvino de Brito, v. 3.^o, p. 301.
- Elvira Garcia, v. 1.^o, p. 48.
- » Gonçalves, v. 1.^o, p. 47.
- E. M. Campagne, v. 1.^o, p. 314.
- Embarcações de pesca no rio Douro, v. 3.^o, p. 470.
- Emídio Navarro, v. 3.^o, p. 84.
- Empresa Eucaliptal de Gondomar, v. 3.^o, p. 502.
- » Iluminadora Eléctrica de Rio Tinto, v. 3.^o, p. 157.
- Encargos de empréstimos à Câmara, em 1933, v. 4.^o, p. 288.
- Encarregados do correio, v. 4.^o, p. 51.
- Engenhos, moinhos, ribeiros e fontes, v. 1.^o, p. 375 e seguintes.
- Enqueredor, v. 1.^o, p. 92 e 95.
- Entidades oficiais, desde 1875 até 1933, v. 3.^o, p. 198 a 218.
- Entre os Rios, v. 1.^o, p. 320.
- Episcopólogo, v. 3.^o, p. 500.
- Erdman Schreck, v. 4.^o, p. 35.
- Erigo, v. 1.^o, p. 28.
- Ermentão, v. 4.^o, p. 450.
- Ermesenda, v. 1.^o, p. 37.
- » Suerii, v. 1.^o, p. 46.
- Ermezinde, v. 1.^o, p. 37.
- Ermígio (abade), v. 1.^o, p. 26.
- » Moniz, v. 1.^o, p. 51.
- Ermitais de S. Pedro da Cova, v. 1.^o, p. 41.
- Ernest Babelon, v. 2.^o, p. 32.
- Ernesto Bravo, v. 3.^o, p. 282.
- » (Dr.) da Fonseca, v. 4.^o, p. 29.

- Ernesto Haeckel, v. 3.^o, p. 325.
» (Dr.) J. R. de B. C. Beleza de Andrade, v. 4.^o, p. 326.
» Ringuier, v. 1.^o, p. 351.
- Errigo, notário, v. 1.^o, p. 46.
- Ervedosa, v. 1.^o, p. 264; v. 4.^o, p. 450.
- Eschwege (barão de), v. 1.^o 271 e 278.
- Escola do Bonfim, v. 3.^o, p. 164.
» Comercial de Oliveira Martins, v. 4.^o, p. 494.
» Dramática Musical Valboense, v. 3.^o, p. 70.
» do Exército, v. 2.^o, p. 227.
» Industrial de Faria Guimarãis, v. 3.^o, p. 164.
» Industrial de Marques Leitão, v. 2.^o, p. 494; v. 3.^o, p. 43 e 45.
- Escola Politécnica de Lisboa, v. 2.^o, p. 228; v. 3.^o, p. 150.
- Escolas Eclesiásticas, v. 2.^o, p. 52.
» particulares, v. 3.^o, p. 21.
» Primárias Superiores, v. 3.^o, p. 44.
- Escoura, v. 4.^o, p. 450.
- Escrivães da Administração do Concelho desde 1837, v. 4.^o, p. 305.
» de Fazenda, v. 4.^o, p. 316.
- Espanha Sagrada, v. 2.^o, p. 51.
- Espasa, v. 1.^o, p. 175.
- Esperas (As) do arraial, cantigas ao desafio e rivalidades locais, v. 4.^o, p. 384.
- Espinhaço do Cão, v. 2.^o, p. 172.
- Espalo, v. 1.^o, p. 27.
- Esposade, v. 4.^o, p. 450.
- Estação Agrária do Porto, v. 3.^o, p. 278; v. 4.^o, p. 493.
- Estácio da Veiga, v. 2.^o, p. 6 e 7.
- Estados Pontifícios, v. 2.^o, p. 246.
- Estatística dos géneros alimentícios, v. 3.^o, p. 287.
» do número de eletores, v. 4.^o, p. 328.
- Estatísticas das Contribuições, v. 4.^o, p. 307.
» sobre indústrias, em 1881 e em 1889, v. 4.^o, p. 198.
- Estêvão Dias, v. 3.^o, p. 520.
» Ermígio, v. 1.^o, p. 88.
» Gonçalves, v. 1.^o, p. 59 e 101.
» Martinho, v. 1.^o, p. 67.

- Estêvão Martins, v. 1.º, p. 43, 65 e 113.
» Perez, v. 1.º, p. 47 e 48.
» Raimundo, v. 1.º, p. 65 e 66.
» Soares, v. 1.º, p. 69.
» Soares da Silva, v. 1.º, p. 17.
» Valasco, v. 1.º, p. 47.
- Estêves, v. 4.º, p. 459.
» (P.º), v. 4.º, p. 488.
» Pereira, v. 2.º, p. 352.
- Estivada, v. 4.º, p. 451.
- Eugène Henry Gavand, v. 1.º, p. 347 e 356.
- Evolucionista (O), v. 3.º, p. 60 e 72.
- Exposição Agrícola do Porto, v. 3.º, p. 317.
» Industrial, v. 4.º, p. 136.
» de Pomologia, v. 3.º, p. 319.
- Extinção das administrações dos concelhos, v. 4.º, p. 299.
- Ezequiel de Campos, v. 1.º, p. 317; v.º 4.º, p. 21.

F

- Fabricantes e fornecedores de Ourivesaria, v. 4.º, p. 154.
- Fábricas de fundição de Crestuma, v. 1.º, p. 310.
- Facho, v. 4.º, p. 451.
- Fachos, v. 2.º, p. 384.
- Faião (D.) Soares, v. 2.º, p. 144 e 478.
- Família Beleza de Andrade, v. 4.º, p. 498.
» Correias e Porto Carreiros, v. 4.º, p. 492.
» Melo, v. 3.º, p. 241.
- Fanazares, v. 1.º, p. 78 e 79.
- Fânzeres, v. 1.º, p. 10, 51, 71, 78, 108 e 183; v. 2.º, p. 134, 219, 263 e 352; v. 3.º, p. 17; v. 4.º, p. 451.
- Faticeiras, v. 3.º, p. 467.
- Fauna do concelho, v. 3.º, p. 397.
» ornitológica, v. 3.º, p. 418.
- Faustino (Fr.) de Santa Rosa, v. 2.º, p. 199.
- Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, v. 4.º, p. 95.
- Feiras, v. 4.º, p. 38.
- Felga, v. 4.º, p. 451.
- Felgueiras, v. 1.º, p. 343.

- Feliciano de Castilho (A.), v. 3.^o, p. 15 e 264.
Felinto Elísio, v. 2.^o, p. 206.
Felipe III, v. 3.^o, p. 161.
Felisberto Alves Pedrosa, v. 1.^o, p. 12.
Félix A. Pereira, v. 1.^o, p. 2.
» (papa), v. 3.^o, p. 497.
» IV (papa), v. 2.^o, p. 313.
» de Brito Capelo, v. 3.^o, p. 399.
Feriado do Concelho, v. 4.^o, p. 301.
Fernão Estêvés de Veeyri, v. 1.^o, p. 48.
» Roiz, v. 1.^o, p. 47.
» Perez Cavaleiro, v. 1.^o, p. 48.
Fernando I (D.), v. 1.^o, p. 101 e 121; v. 2.^o, p. 57, 58, 226 e 512; v. 3.^o, p. 295, 296, 448 e 521; v. 4.^o, p. 497.
Fernando Capitivo, v. 1.^o, p. 51.
» Fernandi, v. 1.^o, p. 20.
» José Soares, v. 4.^o, p. 216.
» de Lima, v. 2.^o, p. 141.
» Magno, v. 2.^o, p. 166.
» Ramires, v. 2.^o, p. 60.
» Suarii, v. 1.^o, p. 20.
Fernão Aires Batitela, v. 3.^o, p. 257.
» Lopes, v. 2.^o, p. 57, 58 e 511.
» de Oliveira, v. 3.^o, p. 9.
» de Pina, v. 1.^o, p. 14 e 15.
» de Sá, v. 1.^o, p. 118.
Ferraria, v. 1.^o, p. 60, 64 e 71; v. 4.^o, p. 451.
Ferreira, v. 1.^o, p. 8.
» (rio), v. 3.^o, p. 452.
» Fiandor, v. 2.^o, p. 278.
» da Lapa, v. 3.^o, p. 299.
» (Dr.) Nobre, v. 3.^o, p. 401.
» da Silva, v. 1.^o, p. 345, 350 e 359.
» Tomé, v. 4.^o, p. 153.
Ferreirinha, v. 4.^o, p. 451.
Férussac, v. 3.^o, p. 394.
Festa de S. João, v. 4.^o, p. 386.
» de S. Tiago, v. 4.^o, p. 387.
Festas religiosas, v. 4.^o, p. 384.

- Fiat Lux, v. 3.º, p. 60.
- Fidalgos, v. 1.º, p. 65; v. 3.º, p. 477.
- Fligaria, v. 1.º, p. 78 e 80.
- Figueiredo da Guerra, v. 1.º, p. 2.
- Filcunea, v. 1.º, p. 67.
- Filipe II (rei), v. 4.º, p. 46.
- » E. de Almeida Figueiredo, v. 1.º, p. 171.
- » Reiss, v. 4.º, p. 52.
- Filobete Fortuna da Armada, v. 2. : . 145.
- Filões, v. 1.º, p. 222 e seguintes.
- Fisga, v. 4.º, p. 451.
- Flávio Gondemário, v. 2.º, p. 293.
- Fleury, v. 3.º, p. 446,
- Flora fóssil , v. 3.º, p. 379.
- » de Gondomar, v. 3.º, p. 323.
- » médica, v. 3.º, p. 359.
- Flórez (H.), v. 1.º, p. 18; v. 2.º, p. 287.
- Floricultura, v. 3.º, p. 392.
- Fogaça, v. 1.º, p. 77.
- Fojos, v. 1.º, p. 200; v. 2.º, p. 181; v. 4.º, p. 451.
- Fonte de Medoncelli, v. 1.º, p. 82.
- » do Monte Cativo, v. 1.º, p. 350.
- » Pedrinha, v. 1.º, p. 186.
- » Petrina, v. 1.º, p. 19.
- » de Susanam supremam das velas, v. 1.º, p. 45.
- » da Várzea, v. 1.º, p. 17 e 19.
- » das Virtudes, v. 1.º, p. 350.
- Fontes, v. 1.º, p. 236, 370, 382, 388, 391 e 396; v. 2.º, p. 171
- » Pereira de Melo, v. 3.º, p. 12 e 84.
- Fontinal, v. 1.º, p. 371.
- Forais, v. 1.º, p. 12, 13, 14 e 15.
- » novos, v. 1.º, p. 15.
- Foral a foro e foral a fando, v. 1.º, p. 14.
- » de Gaia, v. 1.º, p. 15.
- » de Gondomar, v. 1.º, p. 13, 18, 19 e 20; v. 3.º, p. 521.
- » da Maia, v. 1.º, p. 15.
- » de Melres, v. 1.º, p. 13; v. 2.º, 381, 450 e 523.
- Foraria de Rio Tinto, v. 1.º, p. 80.
- Forbes, v. 3.º, p. 406.

- Forno de Campianiana, v. 1.^o, p. 17.
- Fortunato de Almeida, v. 1.^o, p. 108; v. 2.^o, p. 77 e 233; v. 3.^o, p. 183, 476 e 477; v. 4.^o, p. 104 e 461.
- Fossadeira, v. 1.^o, p. 55 e 75.
- Fósseis, v. 3.^o, p. 379, 439 e 441; v. 4.^o, p. 495.
- Foz, v. 4.^o, p. 451.
- » da Certã, v. 1.^o, p. 238 e 245.
 - » do Sousa, v. 1.^o, p. 58; v. 2.^o, p. 160, 219, 263 e 475; v. 3.^o, p. 18 e 27.
- Frades ou clérigos, v. 2.^o, p. 199 e 205.
- Framilia Astrulfizi, v. 1.^o, p. 26.
- F. (Dr.) Gomes Teixeira, v. 3.^o, p. 435.
- F. Perdigão, v. 3.^o, p. 464.
- Francisco (Dr.) Adriano da S. Tavares, v. 3.^o, p. 50.
- » Alves de Oliveira, v. 3.^o, p. 434.
 - » (Dr.) Aranha, v. 3.^o, p. 283.
 - » A. Correia, v. 3.^o, p. 276.
 - » de Assis, v. 2.^o, p. 202.
 - » de Borja, v. 2.^o, p. 60.
 - » Cardoso de Azevedo, v. 2.^o, p. 296, 320, 353, 362 e 393.
- Francisco Carneiro, v. 2.^o, p. 339.
- » Cugnot, v. 4.^o, p. 22 e 36.
 - » (Dr.) Ferreira Braga, v. 2.^o, p. 143.
 - » (Dr.) Ferreira da Silva, v. 2.^o, p. 61.
 - » Franco, v. 3.^o, p. 139.
 - » J. do Amaral, v. 2.^o, p. 287.
 - » (D.) de Lemos, v. 3.^o, p. 9.
 - » (P.^o) M. do Nascimento, v. 2.^o, p. 205.
 - » Mendes de Oliveira, v. 3.^o, p. 134.
 - » Moreira Coelho, v. 1.^o, p. 382.
 - » Moreira de S. Santos, v. 2.^o, p. 407; v. 3.^o, p. 49.
 - » Newton, v. 3.^o, p. 399.
 - » Nunes Franclim, v. 1.^o, p. 13; v. 3.^o, p. 515.
 - » de Paula Lobo de Avila, v. 4.^o, p. 479.
 - » Pereira de Vasconcelos, v. 3.^o, p. 223.
 - » do SS. Coração de Maria, v. 3.^o, p. 109.
 - » Toscano, v. 2.^o, p. 63.
- Frarigo, v. 1.^o, p. 27.

- Frederico Houssaye, v. 3.^o, p. 285.
 Fredinando (abade), v. 1.^o, p. 28.
 Freguesia (divisão administrativa), v. 1.^o, p. 6.
 » de Lagares, v. 1.^o, p. 184.
 » de Lordelo, v. 1.^o, p. 341.
 Freguesias da Cidade do Porto, em 1820, v. 2.^o, p. 199.
 Freiras de Rio Tinto, v. 2.^o, p. 453 e 457; v. 3.^o, p. 536.
 Freixo de Espada-à-Cinta, v. 1.^o, p. 16.
 Fremosinda, v. 3.^o, p. 491 e 492.
 Froila, v. 1.^o, p. 26.
 » Didaci, v. 1.^o, p. 26.
 Fromosindo Romarigues, v. 2.^o, p. 372.
 Frunyli (D.) Didaci, de Vila Cova, v. 1.^o, p. 47.
 Frutezindo Dias, v. 2.^o, p. 166.
 Funcionários da Contrastaria, v. 4.^o, p. 158.
 Fusileiros da Liberdade, v. 4.^o, p. 482.
 Futbol, v. 4.^o, p. 224.

G

- Gabriel Gil, v. 4.^o, p. 321.
 » Pereira, v. 1.^o, p. 2.
 Gago Coutinho, v. 4.^o, p. 257.
 Gaiteiro, v. 4.^o, p. 451.
 Galvão da Silva, v. 3.^o, p. 399.
 Gama Barros, v. 1.^o, p. 54 e 127; v.^o 2.^o, p. 232; v. 3.^o, p. 179
 e 221; v. 4.^o, p. 298.
 Gandra, v. 4.^o, p. 452.
 Garcia Gonçalves, v. 1.^o, p. 44.
 » Mendes (cavaleiro), v. 1.^o, p. 48.
 » da Orta, v. 3.^o, p. 56.
 Garnot, v. 3.^o, p. 397.
 Gascões, v. 2.^o, p. 146.
 Gaspar (Dr.) da Costa Leite, v. 2.^o, p. 326; v. 4.^o, p. 167.
 » Estaco, v. 2.^o, p. 146.
 » Pereira da Silva, v. 3.^o, p. 114.
 Gasparin, v. 3.^o, p. 295.
 Gaudêncio Xavier de C. e Silva, v. 1.^o, p. 136; v. 3.^o, p. 197.
 Gautery, v. 4.^o, p. 51.

- Geens (Gens), v. 1.^o, p. 59; v. 4.^o, p. 452.
Gennitz (Dr), v. 3.^o, p. 382 e 385.
Gelbira, v. 1.^o, p. 28.
Genealogia da familia Rangel, v. 2.^o, p. 352.
Genealogia dos Macedos, v. 3.^o, p. 240.
General Carmona, v. 1.^o, p. 426; v. 2.^o, p. 519.
Geraldo (D.), bispo, v. 1.^o, p. 49.
 » Afonso, v. 1.^o, p. 73.
Gerez, v. 1.^o, p. 238.
Gervásio Lobato, v. 3.^o, p. 153.
Gil (D.) (bispo), v. 2.^o, p. 70.
 » Alma (bispo), v. 2.^o, p. 52.
 » Estêves (cavaleiro), de Mouriz, v. 1.^o, p. 46.
 » Martins (cavaleiro), de Theyve, v. 1.^o, p. 51; v. 3.^o, p. 517.
 » Miz, abade de Cedofeita, v. 1.^o, p. 50.
 » Valasques, v. 1.^o, p. 20.
Gincana, v. 4.^o, p. 224.
Giraldo Estêves, v. 1.^o, p. 110.
Godim, v. 1.^o, p. 35.
Goeldi (A.), v. 3.^o, p. 398.
Goldbergban am Duero, v. 2.^o, p. 326; v. 3.^o, p. 494; v. 4.^o,
 p. 167.
Golela, v. 4.^o, p. 452.
Golmeira, v. 4.^o, p. 452.
Gomado (bispo), v. 2.^o, p. 369 e 375.
Gomecio Suari, v. 1.^o, p. 20.
Gomes (D.) Correia, v. 1.^o, p. 48.
 » da Costa (general), v. 4.^o, p. 485.
 » Eanes, v. 2.^o, p. 57.
 » Freire de Andrade (general), v. 4.^o, p. 460.
 » da Silva, v. 3.^o, p. 325 e 359.
 » (F.) Teixeira, v. 3.^o, p. 435.
 » (Dr.) e Togar, v. 2.^o, p. 279.
Gomize Nuniz, v. 1.^o, p. 46.
Gonçalo Barbatus, v. 1.^o, p. 49.
 » (D.), bispo de Coimbra, v. 1.^o, p. 44.
 » Dias, v. 1.^o, p. 36; v. 2.^o, p. 166.
 » Garcia, v. 1.^o, p. 50.
 » Martiny, v. 1.^o, p. 58.

- Gonçalo de Morais, v. 2.º, p. 61.
» (Fr.) de Morais, v. 2.º, p. 102.
» Munhão, v. 1.º, p. 26 e 420.
» Pedro, v. 1.º, p. 76.
» (D.) Pereira, v. 1.º, p. 101; v. 2.º, p. 58.
» Perez Gulfaro, v. 1.º, p. 48.
» Rodrigues Moreira, v. 1.º, p. 42.
» Sampaio, v. 3.º, p. 323 e 356.
» Sanes de Cavaleiros, v. 4.º, p. 487.
» (Fr.) de Valbom, v. 2.º, p. 121.
» Vasques, v. 3.º, p. 493.
- Gonçalves Guterres, v. 1.º, p. 28; v. 3.º, p. 450.
- G. Mendi, *cancelarius curie*, v. 1.º, p. 20.
- Gondisalvo, v. 1.º, p. 26
» *minister colimbriensis*, v. 1.º, p. 45.
- Gondomar, v. 1.º, p. 7, 11, 13, 15, 25, 27, 43, 44, 51, 55, 57,
58, 96, 174, 175, 180, 181 a 185 e 188; v. 2.º, p. 112, 219,
264 e 293; v. 3.º, p. 71 e 509; v. 4.º (*passim*).
- Gondomarense (O), v. 3.º, p. 60.
- Gondomarinho, v. 1.º, p. 74; v. 4.º, p. 452.
- Gontado, v. 3.º, p. 492.
- Gontemir, v. 1.º, p. 65 e 66.
- Gontili, v. 1.º, p. 27 e 420.
- Gontina Nunes, v. 1.º, p. 75 e 78.
» Paez, v. 1.º, p. 49.
- Gontinha Soares de Melo, v. 3.º, p. 494 e 496.
- Gontymil, v. 1.º, p. 117.
- Gornice Albar, v. 1.º, p. 115.
- Gotina Antunez, v. 1.º, p. 28, 29, 30 e 421.
- Goudot, v. 3.º, p. 397.
- Governo Civil, v. 2.º, p. 220.
» diocesano, v. 2.º, p. 246.
» eclesiástico, no século XVIII, v. 2.º, p. 217.
» eclesiástico, no século XIX e XX, v. 2.º p. 242 e 246.
» Militar do Porto em 1696, v. 2.º, p. 224.
- G. Rodrigues, v. 2.º, p. 352.
- Graham Bell, v. 4.º, p. 52.
- Gramido, v. 1.º, p. 10; v. 2.º, p. 191; v. 3.º, p. 452; v. 4.º, p.
452 e 481.

- Grande (A) Guerra, v. 4.^o, p. 245 e 495.
 Gregório Kojewzilkow, v. 3.^o, p. 424.
 » XIII (papa), v. 2.^o, p. 204; v. 4.^o, p. 385.
 Grisley, v. 3.^o, p. 325.
 Grupo Nun'Alvares Valboense, v. 4.^o, p. 186.
 Grupos musicais, v. 4.^o, p. 221.
 Gualter (Dr.) Antunes Pereira, v. 1.^o, p. 201; v. 2.^o, p. 170.
 Guandila Didaci, v. 1.^o, p. 26.
 » Gondesendizi, v. 1.^o, p. 26.
 Guarda da Policia, v. 2.^o, p. 227.
 Gudilo, v. 3.^o, p. 492.
 Gudini Unegas, v. 1.^o, p. 26.
 Guear (Aguiar), lugar, v. 1.^o, p. 73 e 97.
 Guedes de Oliveira, v. 3.^o, p. 69 e 174.
 Guerra Junqueiro, v. 1.^o, p. 328.
 Guidões, v. 1.^o, p. 51.
 Guilham (D.) Reimondo, v. 3.^o, p. 495.
 Guilherme de Abreu, v. 4.^o, p. 28.
 » Gomes Fernandes, v. 4.^o, p. 213.
 » Henrique de Carvalho, v. 3.^o, p. 167.
 » de Oliveira, v. 1.^o, p. 426.
 » (Dr.) Pinto Harberts, v. 4.^o, p. 490.
 Guisande, v. 1.^o, p. 37.
 Gunçalo Gutierrez, v. 1.^o, p. 28.
 Gundemario, v. 3.^o, p. 60.
 Gundemaro, v. 2.^o, p. 51, 283, 284, 288 e 520.
 Gundesindo, v. 1.^o, p. 30 e 37; v. 3.^o, p. 514.
 Gundisalvo Menendi, mordomo, v. 1.^o, p. 19.
 Gundisila, v. 1.^o, p. 28
 Guntágio Gatonizi, v. 1.^o, p. 26.
 Gustave Marchant, v. 1.^o, p. 357.
 Gustavo Adolfo G. de S. Reis, v. 2.^o, p. 115.
 » Cudell, v. 1.^o, p. 205; v. 2.^o, p. 326 e 399; v.^o 4.^o,
 p. 163 e 167.

H

- Hanley, v. 3.^o, p. 406.
 Hasting & C.^s, v. 2.^o, p. 327.

- Hasting & Tait, v. 1.^o, p. 279.
- Helias (monge), v. 1.^o, p. 46.
- Henrique (D.) (cardial), v. 1.^o, p. 125; v. 2.^o, p. 222.
» Carlos Freire de Andrade Coutinho, v. 4.^o, p. 497.
- Henrique Coelho da Rocha, v. 2.^o, p. 386.
» Duarte e Sousa Reis, v. 2.^o, p. 242 e 518; v. 3.^o, p. 188.
- Henrique Flores, v. 2.^o, p. 57; v. 3.^o, p. 537.
» Homem Carneiro, v. 2.^o, p. 141.
» da Silva, coronel, v. 4.^o, p. 467.
» (Fr.) Villot, v. 3.^o, p. 107.
- Hermenegildo, v. 4.^o, p. 375.
- Hermesenda, v. 4.^o, p. 375.
» Goterres, v. 1.^o, p. 37 e 166; v. 2.^o, p. 452; v. 4.^o, p. 487.
- Hermógio (bispo), v. 2.^o, p. 51.
- Herodes (rei), v. 4.^o, p. 376.
- Hertz, v. 4.^o, 57.
- Hesiodo, v. 1.^o, p. 372.
- Hidrografia, v. 1.^o, p. 300.
- Hidrologia, v. 1.^o, p. 370.
- Hidroterapia, v. 1.^o, p. 236.
- Hierologia médica, v. 2.^o, p. 311.
- Hintze Ribeiro, v. 1.^o, p. 180; v. 3.^o, p. 150 e 173.
- Hipocrene, v. 1.^o, p. 372.
- História das bibliotecas estrangeiras e nacionais, v. 3.^o, p. 63.
» dos cemitérios, v. 4.^o, p. 247.
» da Igreja em Portugal, v. 3.^o, p. 162.
- Hombron, v. 3.^o, p. 397.
- Homens Carneiros de Vasconcelos, v. 3.^o, p. 228.
- Honra e solar de Soeiro Reimondo, v. 3.^o, p. 257.
- Honras, v. 1.^o, p. 16 e 93; v. 2.^o, p. 220.
- Horraça Ermígia, v. 1.^o, p. 33 e 83.
- Hospital do Conde de Ferreira, v. 3.^o, p. 126.
» Real de S. José, v. 4.^o, p. 285.
- Houssay, v. 4.^o, p. 261.
- Hugo (D.) (bispo), v. 1.^o, p. 35, 44 e 422; v. 2.^o, p. 145; v. 3.^o, p. 516 e 525.
- Humberto Beça, v. 1.^o, p. 37; v. 3.^o, p. 162.

Humboldt, v. 3.^o, p. 295.

Hutton, v. 3.^o, p. 386.

I

Ideal da Mocidade, v. 3.^o, p. 60.

Igreja de Fânzeres, v. 1.^o, p. 64, 77, 78, 79, 80 e 98.

» da Formiga, v. 1.^o, p. 186; v. 3.^o, p. 179. e 184.

» de Guisande, v. 1.^o, p. 37; v. 2.^o, p. 166.

» de Leça do Balio, v. 4.^o, p. 491.

» Lusitana Evangélica, v. 2.^o, p. 276.

» de Meinedo, v. 1.^o, p. 41 e 51; v. 2.^o, p. 50.

» de Santa Maria de Campanhã, v. 1.^o, p. 62, 65, 108, 114 a 117.

Imperadores romanos, v. 2.^o, p. 35.

Inácio (P.) Correia, v. 2.^o, p. 201.

» Ferreira, v. 3.^o, p. 176.

» José de Macedo, v. 3.^o, p. 141.

» (Fr.) de S. Caetano, v. 2.^o, p. 65.

Inauguração da luz eléctrica, v. 4.^o, p. 194.

Index dos originais dos bens e da administração do cabido e do bispo, v. 2.^o, p. 78.

Indústria mineira, v. 4.^o, p. 161.

» de mobiliário, v. 4.^o, p. 186.

» de ourivesaria, v. 4.^o, p. 111.

Industriais e artistas, v. 4.^o, p. 203.

Indústrias várias, v. 4.^o, p. 201.

Inez Borges (abadessa), v. 1.^o, p. 37.

» Miz de Baguim, v. 1.^o, p. 48.

Infante D. Pedro, v. 3.^o, p. 245.

Inocêncio III (papa), v. 2.^o, p. 278.

» VII (papa), v. 2.^o, p. 70.

» Francisco da Silva, v. 4.^o, p. 491.

Inquérito Industrial, v. 1.^o, p. 212 e 268.

» Industrial, em 1891, v. 4.^o, p. 199.

Inquirições, v. 1.^o, p. 52; v. 2.^o, p. 220; v. 3.^o, p. 511, 517 e 519.

Inquirições de D. Afonso III, v. 3.^o, p. 501 e 521.

Inquisição, v. 2.^o, p. 63, 277 e 278.

- Instituto Beneditino, v. 2.^o, p. 167.
 » Industrial e Comercial, v. 3.^o, p. 84.
 » Superior de Comércio do Porto, v. 3.^o, p. 192.
- Internato de Santo António, v. 2.^o, p. 275.
- Invenção da Imprensa, v. 3.^o, p. 54.
- Isabel Aranha da Rocha, v. 3.^o, p. 503.
 » Brandão de Melo, v. 3.^o, p. 241.
 » Cândida Vaz Mourão (freira), v. 3.^o, p. 91.
 » (D.) Maria (infanta), v. 4.^o, p. 463 e 482.
- Izila Cristovaliz, v. 3.^o, p. 492.

J

- Jacob ben Ascer, v. 3.^o, p. 55.
- Jacquemont, v. 3.^o, p. 397.
- Jacquinot, v. 3.^o, p. 397.
- Jancido, v. 1.^o, p. 59; v. 2.^o, p. 21; v. 4.^o, p. 452.
- Janeiras (As), v. 4.^o, p. 385.
- Jantares (Os), v. 1.^o, p. 45.
- Jazigos metalíferos, v. 1.^o, p. 208.
- Jean Vergnet, v. 3.^o, p. 498.
- Jeremias, v. 1.^o, p. 28.
- Jerónimo Carneiro, v. 2.^o, p. 337.
 » Carneiro de Albuquerque, v. 2.^o, p. 339; v. 3.^o, p. 503.
 » Moreira, v. 1.^o, p. 344; v. 3.^o, p. 319, 320 e 321.
 » Gonçalves, v. 3.^o, p. 27.
 » (D.) Menezes, v. 2.^o, p. 222.
- Joam de Barreira, v. 4.^o, p. 496.
- Joana (D.) de Albuquerque, v. 1.^o, p. 120.
 » (D.) de Saavedra e Cunha, v. 3.^o, p. 223.
- João I (D.), v. 1.^o, p. 122 e 425; v. 2.^o, p. 60, 70, 71 e 104;
 v. 3.^o, p. 258; v. 4.^o, p. 335.
 » II (D.), v. 1.^o, p. 121 e 125; v. 2.^o, p. 70, 100, 104 e 339;
 v. 3.^o, p. 276; v. 4.^o, p. 43.
 » III (D.), v. 1.^o, p. 320; v. 2.^o, p. 64, 101, 104, 166, 221,
 278, 339 e 513; v. 4.^o, p. 46, 105, 142 e 297.
 » IV (D.), v. 2.^o, p. 60, 226 e 227; v. 3.^o, p. 64.
 » V (D.), v. 1.^o, p. 201; v. 2.^o, p. 61; v. 4.^o, p. 491.
 » VI (D.), v. 2.^o, p. 523; v. 4.^o, p. 460, 462 e 497.



- João XXII (papa), v. 1.º, p. 107.
» A. Afonso da S. Alfaro, v. 3.º, p. 44.
» A. Monteiro de Azevedo, v. 1.º, p. 321; v. 3.º, p. 462.
» António de Macedo, v. 1.º, p. 41.
» António da S. Machado, v. 2.º, p. 445.
» Augusto Barata, v. 1.º, p. 269.
» de Azevedo, v. 2.º, p. 60 e 63.
» Baptista de Castro, v. 1.º, p. 340.
» (Dr.) de Barros, v. 1.º, p. 101; v. 2.º, p. 55 e 116; v. 3.º,
p. 9 e 520.
» Belo, v. 1.º, p. 12.
» Bonança, v. 1.º, p. 204.
» Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, v. 2.º, p. 384.
» (Dr.) Carrigton Simões da Costa, v. 3.º, p. 381.
» César, v. 1.º, p. 92.
» Cirita, v. 2.º, p. 370.
» Correia dos Santos, v. 3.º, p. 46.
» Couto, v. 4.º, p. 85.
» da Cunha Coutinho Osório Pinto Carreiro, v. 4.º, p. 492.
» (Dr.) Duarte da C. Rangel, v. 2.º, p. 448.
» Duns Scoto, v. 3.º, p. 106.
» Estevez, v. 1.º, p. 47.
» Fernandes, v. 3.º, p. 258.
» Fernando de Tamial, v. 1.º, p. 73.
» Ferreira, v. 2.º, p. 383.
» de França, v. 2.º, p. 203.
» (D.) de França Castro e Moura, v. 2.º, p. 264; v. 3.º,
p. 70 e 110.
» Franco, v. 4.º, p. 297.
» Franco Barreto, v. 1.º, p. 322 e 323.
» (D.) Garcia, v. 1.º, p. 46.
» Gonçalves, v. 1.º, p. 65 e 66.
» Gonçalves de Sousa, v. 1.º, p. 435.
» Goterres, v. 2.º, p. 226.
» de Gouveia Osório, v. 4.º, p. 472.
» (Dr.) Guedes Coutinho, v. 2.º, p. 170.
» Gutenberg, v. 3.º, p. 54.
» Henrique G. Reese, v. 1.º, p. 270.
» José de A. Basto, v. 3.º, p. 179.

- João Lourenço, cavaleiro de Erossa, v. 1.^o, p. 48.
» Leite de Oliveira, v. 3.^o, p. 242 e 243.
» (P.^o) Lobo, v. 2.^o, p. 200.
» Lopes de Freitas, v. 4.^o, p. 494.
» José Sinel de Cordes, v. 1.^o, p. 12.
» Lourenço de Ervosa, v. 1.^o, p. 48.
» (D.) de Magalhães, v. 2.^o, p. 199.
» (D.) de Magalhães e Avelar, v. 3.^o, p. 145 e 179.
» Manuel de Menezes, v. 2.^o, p. 523.
» Maria Baptista, v. 1.^o, p. 343; v. 2.^o, p. 297, 353, 561, 373, 392, 435, 454, 463, 477 e 491.
» Marques de Moura, v. 4.^o, p. 68.
» Martins, chantre de Viseu, v. 1.^o, p. 50.
» Martins, v. 3.^o, p. 504.
» Martins Ferreira, v. 2.^o, p. 458.
» Martins da Rocha, v. 2.^o, p. 338 e 345.
» Mendes, v. 1.^o, p. 82.
» Mendes de Góis, v. 1.^o, p. 425.
» Monteiro de Meireles, v. 2.^o, p. 494; v. 3.^o, p. 42, 60 e 133.
» (P.^o) Moreira dos Santos, v. 2.^o, p. 439.
» Moutinho, v. 3.^o, p. 50.
» (P.^o) das Neves, v. 2.^o, p. 146.
» de Oliveira Ramos, v. 1.^o, p. 332.
» Palmeiro, v. 1.^o, p. 107.
» Paulo Freire, v. 3.^o, p. 141.
» Pedro, cavaleiro novo, v. 1.^o, p. 47.
» Pedro Ribeiro, v. 1.^o, p. 25 e 90; v. 2.^o, p. 72 e 376; v. 3.^o, p. 313.
» Pereira, v. 1.^o, p. 147.
» Pinto Brandão, v. 3.^o, p. 123.
» (Fr.) de Sahagum, v. 2.^o, p. 117; v. 3.^o, p. 122.
» Salema, v. 3.^o, p. 541.
» de Schwalback, v. 4.^o, p. 468.
» de Sepúlveda, v. 2.^o, p. 142.
» da Silva Feijó, v. 3.^o, p. 399.
» Soares, v. 2.^o, p. 386.
» (Dr.) de Sousa, v. 2.^o, p. 60.
» (P.^o) de Sousa Ramos, v. 4.^o, p. 489.
» Subgerii, v. 1.^o, p. 84.

- João Tomaz de A. Rangel e Castro, v. 3.^o, p. 251.
- » T. de Bom de Lima, v. 3.^o, p. 257.
 - » Valadares, v. 2.^o, p. 60.
 - » (P.^o) Vieira Neves Castro da Cruz, v. 3.^o, p. 160.
- Joaquim (Dr.) A. de Ascenção e Oliveira, v. 2.^o, p. 459.
- » (P.^o) A. Lopes Reis, v. 2.^o, p. 25, 27, 353 e 459;
 - v. 3.^o, p. 537.
- Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, v. 2.^o, p. 352.
- » Ferreira, v. 4.^o, p. 465.
 - » Ferreira Borges, v. 3.^o, p. 309.
 - » Ferreira Pinto Bastos, v. 4.^o, p. 479.
 - » Ferreira dos Santos, v. 3.^o, p. 65 e 128.
 - » Gonçalves Viana, v. 2.^o, p. 439.
 - » Guedes (A. J.), v. 4.^o, p. 471.
 - » (Dr.) José Correia de Vasconcelos, v. 3.^o, p. 118.
 - » José Moreira, v. 1.^o, p. 40 e 41; v. 2.^o, p. 473.
 - » (Dr.) Manuel da Costa, v. 3.^o, p. 133.
 - » Manuel de Oliveira e Silva, v. 1.^o, p. 137.
 - » Martins do Rio, v. 4.^o, p. 490.
 - » Martins dos Santos Rocha, v. 2.^o, p. 8, 22 e 346; v. 3.^o, p. 132, 494 e 500; v. 4.^o, p. 174, 351, 368 e 374.
- Joaquim Pedro C. Casado Giraldes, v. 2.^o, p. 199.
- » Pereira Neto, v. 2.^o, p. 503.
 - » Rasteiro, v. 3.^o, p. 261.
 - » Raurino da Costa, v. 1.^o, p. 8.
 - » (P.^o) dos Santos Figueiredo, v. 2.^o, p. 281.
 - » Vitorino Ribeiro, v. 2.^o, p. 314.
- Joaquina Pereira, v. 3.^o, p. 97.
- Johane Anes Melom, v. 1.^o, p. 42 e 43.
- Johannes, bispo de Lamego, v. 1.^o, p. 58.
- » Dominici, v. 1.^o, p. 58.
 - » Fernandi, v. 1.^o, p. 20.
 - » Menendi, v. 1.^o, p. 58.
 - » Petri, v. 1.^o, p. 58.
 - » Petri (almoxarife), v. 1.^o, p. 47.
- Johanninus, v. 1.^o, p. 20.
- Jorge Cardoso, v. 2.^o, p. 144; v. 3.^o, p. 107.
- » Cuvier, v. 3.^o, p. 397.
 - » Eduardo Kock, v. 2.^o, p. 20.

- Jorge (Fr.) Queimado, v. 2.º, p. 222.
Jornal de Notícias, v. 3.º, p. 136.
José I (D.), v. 2.º, p. 123; v. 3.º, p. 265.
» (Dr.) Alfredo Mendes de Magalhães, v. 1.º, p. 12.
José Alves Garrido, v. 2.º, p. 31; v. 3.º, p. 395; v. 4.º, p. 225.
» Alves dos Santos, v. 3.º, p. 503.
» (P.º) de Anchieta, v. 3.º, p. 399 e 508.
» A. de Azevedo Lemos, v. 4.º, p. 471.
» (P.º) António do Carmo Velho de Barbosa, v. 2.º, p. 258;
v. 3.º, p. 141; v. 4.º, p. 490.
» António da Silva, v. 4.º, p. 33.
» A. de Moraes Sarmento, v. 1.º, p. 292.
» A. Moreira dos Santos, v. 2.º, p. 378.
» de Ataíde, v. 4.º, p. 7.
» Augusto Carneiro, v. 3.º, p. 163.
» Augusto Dias, v. 3.º, p. 502.
» (Mons.) Augusto Ferreira, v. 1.º, p. 2; v. 2.º, p. 51, 58,
61, 62, 65, 102 e 512; v. 3.º, p. 119, 183 e 499.
» Augusto Pinto da Silva, v. 3.º, p. 483.
» Augusto Vieira, v. 2.º, p. 298; v. 3.º, p. 534.
» (Dr.) do Barreiro, v. 1.º, p. 2, 16, 34, 198, 199, 338 e 423;
v. 2.º, p. 29; v. 3.º, p. 401 e 516; v. 4.º, p. 373.
» Bento Lopes, v. 1.º, p. 404.
» Caldas, v. 1.º, p. 25; v. 2.º, p. 68.
» de Castro, v. 4.º, p. 215.
» de Castro Pereira, v. 3.º, p. 233, 236 e 238.
» (Dr.) Correia Pacheco (vid. José (Dr.) do Barreiro).
» da Cunha, v. 4.º, p. 465.
» Dias Ferreira, v. 4.º, p. 297.
» Dias de Oliveira, v. 3.º, p. 179.
» Dias Rocha, v. 4.º, p. 143.
» Domingos Ferreira Cardoso, v. 1.º, p. 222; v. 2.º, p. 397.
» Emílio da S. Moreira, v. 2.º, p. 494.
» (D.) de Évora, v. 1.º, p. 322.
» E. F. Pinheiro, v. 4.º, p. 162.
» E. da Silva Moreira, v. 3.º, p. 45.
» Fernandes Lanha, v. 2.º, p. 347.
» Ferreira Borges, v. 3.º, p. 309.
» (P.º) Ferreira de Carvalho, v. 2.º, p. 156.

- José Ferreira Dias, v. 4.^o, p. 35.
» F. de Lima, v. 2.^o, p. 445.
» (P.^o) Ferreira das Neves, v. 3.^o, p. 71.
» (Dr.) de França Castro e Moura, v. 3.^o, p. 145, 146 e 186.
» Freire de Serpa Pimentel, v. 1.^o, p. 335.
» Garcez Pinto Madureira, v. 1.^o, p. 139.
» Gomes Cardoso, v. 3.^o, p. 417.
» Gonçalves, v. 4.^o, p. 49.
» (Fr.) da Graça, v. 2.^o, p. 434 e 443; v. 3.^o, p. 146; v. 4.^o, 479, 481 e 482.
» (Dr.) Jacinto, v. 1.^o, p. 270.
» Jacinto de Sousa, v. 4.^o, p. 158.
» Joaquim Loureiro, v. 2.^o, p. 386.
» Joaquim Pinto da Silva, v. 4.^o, p. 40.
» (Dr.) J. Vaz Pinto, v. 3.^o, p. 190.
» (Dr.) Leite de Vasconcelos, v. 1.^o, p. 2.
» Lourenço A. de Oliveira, v. 2.^o, p. 417.
» Lourenço de Mendonça, v. 3.^o, p. 291.
» (Dr.) Luciano de Castro, v. 4.^o, p. 297.
» Luiz da Costa, v. 2.^o, p. 417.
» L. Xavier Pinto, v. 2.^o, p. 431.
» Manuel Teixeira de Carvalho, v. 4.^o, p. 263.
» Maria de Abreu, v. 4.^o, p. 482.
» (Dr.) Maria de Oliveira, v. 3.^o, p. 378.
» Maria P. de Lima, v. 2.^o, p. 447.
» Maria Quesado Vilas-Boas, v. 2.^o, p. 366.
» Martins de Castro, v. 2.^o, p. 465; v. 3.^o, p. 395.
» M. do Espírito Santo, v. 2.^o, p. 502.
» M. Ferreira, v. 2.^o, p. 502.
» (Fr.) Martins, v. 2.^o, p. 201.
» (P.^o) Martins das Neves, v. 3.^o, p. 62.
» Martins do Rio, v. 3.^o, p. 148; v. 4.^o, p. 489.
» M. da Costa e Sá, v. 3.^o, p. 398.
» M. dos Santos, v. 3.^o, p. 417.
» (P.^o) Matias de Oliveira Neves, v. 2.^o, p. 344.
» Miranda do Vale, v. 4.^o, p. 91.
» (P.^o) Moreira da Mota, v. 2.^o, p. 522.
» das Neves, v. 3.^o, p. 33.
» Novais da Cunha, v. 3.^o, p. 65; v. 4.^o, p. 47 e 140.

- José (P.) de Oliveira, v. 3.^o, p. 113.
» de Oliveira Fernandes, v. 4.^o, p. 492.
» Pereira, v. 2.^o, p. 470.
» Pinto de Sá, v. 2.^o, p. 501.
» P. da Assunção e Silva, v. 3.^o, p. 15.
» Ricardo Baptista, v. 4.^o, p. 70.
» (P.) de Rio Carreiro, v. 1.^o, p. 250 e 298; v. 3.^o, p. 148.
» (P.) Rodrigo Cardoso da Rocha, v. 2.^o, p. 151.
» (P.) Rodrigues da Costa, v. 2.^o, p. 495.
» (D.) Salamanca, v. 4.^o, p. 23.
» da Silva, v. 1.^o, p. 292.
» da Silva Carvalho, v. 4.^o, p. 472.
» da Silva Passos, v. 2.^o, p. 499; v. 4.^o, p. 479.
» (Dr.) Silvestre Cardoso, v. 3.^o, p. 153; v. 4.^o, p. 225.
» Soares da Silva, v. 1.^o, p. 327.
» de Sousa Dias, v. 2.^o, p. 425; v. 3.^o, p. 496; v. 4.^o, p. 396
e 401.
» de Sousa Machado, v. 1.^o, p. 2; v. 3.^o, p. 249.
» Teixeira de Mesquita, v. 4.^o, p. 470.
» Teixeira Ricardo, v. 2.^o, p. 503.
» Veríssimo A. da Silva, v. 2.^o, p. 199.
» Vicente de Freitas, v. 1.^o, p. 12.
- Jovim, v. 1., p. 50, 55, 56 e 57; v. 2.^o, p. 45, 137, 219, 265 e
359; v. 3.^o, p. 19; v. 4.^o, p. 452.
- Jubim (Dr.), v. 3.^o, p. 153, 154 e 156.
- Jugadas, v. 1.^o, p. 53 e 121.
- Juízes, v. 2.^o, p. 233, 236, 237 e 238.
» de ofício, v. 4.^o, p. 146.
» de paz de Melres, v. 2.^o, p. 449.
» pedáneos, v. 1.^o, p. 133.
- Juízos criminais, v. 4.^o, p. 323.
- Julgado, v. 1.^o, p. 52.
» de Gondomar, v. 1.^o, p. 84; v. 2.^o, p. 236; v. 3.^o, p. 519.
» da Maia, v. 1.^o, p. 82.
» de Melres, v. 1.^o, p. 85 e 94; v. 2.^o, p. 100, 105 e 449.
» de Paz, v. 1.^o, p. 140; v. 4.^o, p. 320.
- Julgados, v. 1.^o, p. 94, 129, 132 e 133; v. 2.^o, p. 99 e 105.
- Juliano, v. 1.^o, p. 67.
» (notário), v. 1.^o, p. 19.

- Juliano Suzjerii, v. 1.^o, p. 68.
 Julião (D.) (bispo), v. 1.^o, p. 35.
 » (Fr.) da Cruz, v. 3.^o, p. 82.
 Júlio César, v. 4.^o, p. 385 e 458.
 Júlio Diniz, v. 2.^o, p. 495; v. 3.^o, p. 5 e 133.
 » G. da Silva Sanches, v. 3.^o, p. 182.
 » Meline, v. 3.^o, p. 267.
 » de Vilhena, v. 3.^o, p. 150.
 Juncidus, v. 1.^o, p. 57 e 59.
 Junot, general francês, v. 4.^o, p. 460 e 494.
 Junta dos Estudos, v. 3.^o, p. 10.
 » de Paróquia, v. 4.^o, p. 327.
 » Provisória do Governo Supremo do Reino, v. 2.^o, p. 499;
 v. 4.^o, p. 475.
 Juntas Gerais do Distrito, v. 4.^o, p. 327.
 Justiani (cardial), v. 2.^o, p. 516.
 Justiniano Vieira Ramos, v. 1.^o, p. 434; v. 3.^o, p. 197; v. 4.^o,
 p. 65.

K

Kol de Alvarenga, v. 3.^o, p. 279.

L

- Lady Jackson, v. 1.^o, p. 190.
 Laferrière, v. 1.^o, p. 6.
 Lamarck, v. 3.^o, p. 406.
 Lamas de Orelham, v. 1.^o, p. 93.
 Lapa, v. 4.^o, p. 452.
 Lapaduça, v. 2.^o, p. 365.
 La Place, v. 1.^o, p. 161; v. 4.^o, p. 64.
 Lapparent, v. 1.^o, p. 162.
 Largo do Souto, v. 4.^o, p. 301.
 Latim bárbaro, v. 1.^o, p. 24.
 Laurindo Costa, v. 3.^o, p. 83; v. 4.^o, p. 29, 110, 141, 143 e 144.
 Lavercos, v. 4.^o, p. 452.
 Leão X, v. 1.^o, p. 39 e 106; v. 2.^o, p. 166 e 277.
 Leão XIII, v. 3.^o, p. 113.
 Lebas, v. 3.^o, p. 397.

- Leblanc, v. 3.^o, p. 361.
Lebrinho, v. 1.^o, p. 83 e 85; v. 4.^o, p. 452 e 453.
Leça, v. 1.^o, p. 101.
Lee (Dr.) de Forest, v. 4.^o, p. 58.
Lederbach, v. 2.^o, p. 328.
Legação junto da Santa Sé, v. 2.^o, p. 247.
Legado Montenegro, v. 3.^o, p. 39.
Legionário (O), v. 2.^o, p. 403. v. 3.^o, p. 60 e 136; v. 4.^o, p. 372.
» (O) de Gondomar, v. 3.^o, p. 86.
Leite (O), v. 3.^o, p. 432.
» Ribeiro, v. 3.^o, p. 245.
» de Vasconcelos, v. 2.^o, p. 6, 511 e 520.
Lenda de D. Dulce, v. 4.^o, p. 371.
» de Rio Tinto, v. 4.^o, p. 375 e 458.
» de Santa Comba, v. 4.^o, p. 373.
Lendas ligadas a plantas, árvores e frutos, v. 4.^o, p. 375.
Leonardo A. da Cunha, v. 2.^o, p. 343; v. 4.^o, p. 11.
» de Vinci, v. 3.^o, p. 380.
Levarinho, v. 1.^o, p. 83.
Leverino ou Lebrinho, v. 1.^o, p. 32; v. 4.^o, p. 452.
Liboso, v. 4.^o, p. 453
Lídios, v. 2.^o, p. 33.
Linar, v. 1.^o, p. 76.
Linares, v. 1.^o, p. 93.
Lindeley, v. 3.^o, p. 386.
Língua portuguesa nos primeiros séculos da monarquia, v.
1.^o, p. 24.
Linhas de Torres Vedras, v. 4.^o, p. 461.
Link, v. 3.^o, p. 325 e 361.
Linneu, v. 3.^o, p. 323, 397 e 406.
Livraria de Alcobaça, v. 1.^o, p. 89.
Livro antigo das Almadravas, v. 3.^o, p. 448.
» grande da cidade, v. 1.^o, p. 121; v. 2.^o, p. 68 e 72.
» de Montaria, v. 3.^o, p. 477.
Lixa, v. 4.^o, p. 453.
» Mining Company, v. 1.^o, p. 215.
Lodeiro, v. 4.^o, p. 453.
Lodge, v. 4.^o, p. 59.

- Lomba, v. 1.^o, p. 85; v. 2.^o, p. 45, 146, 219, 265, 366, 376 e 390;
 v. 4.^o, p. 453.
- Longronha, v. 1.^o, p. 93.
- Lopes (Dr.) Gonçalves, v. 3.^o, p. 409.
 » (Dr.) Rodrigues, v. 2.^o, p. 524.
- Lopo Alfonsi, v. 1.^o, p. 20.
- Loris (casal de), v. 1.^o, p. 40.
- Loureiro, v. 1.^o, p. 101.
- Lourenço Estevais, v. 4.^o, p. 321.
 » Homem Carneiro de Vasconcelos, v. 3.^o, p. 223.
 » João, v. 1.^o, p. 73.
 » Petri de Matus, v. 1.^o, p. 46.
 » Soares Freire, v. 3.^o, p. 495 e 496.
 » Soares (Subgério), v. 1.^o, p. 60, 70 e 98.
 » Vicente, v. 2.^o, p. 57.
- Lourosa, v. 1.^o, p. 101.
- Lousada, v. 1.^o, p. 343.
- Lugar de Broalhos, v. 1.^o, p. 382; v. 2.^o, p. 428.
 » da Fisga, v. 2.^o, p. 422.
 » de Lavercos, v. 2.^o, p. 367, 373 e 377.
 » do Mosteiro, v. 1.^o, p. 36.
 » do Presinho, v. 1.^o, p. 383.
 » de S. Miguel, v. 2.^o, p. 30.
 » de Sante, v. 2.^o, p. 380.
- Lugares do concelho, v. 1.^o, p. 176.
 » de Fânzeres, v. 2.^o, p. 134 e 353.
 » de freguesia de S. Cosme, v. 1.^o, p. 400; v. 2.^o, p. 125
 e 297.
- Lugares de Jovim, v. 2.^o, p. 138.
 » das Medas, v. 2.^o, p. 152.
 » de Melres, v. 2.^o, p. 157 e 435.
 » de Rio Tinto, v. 2.^o, p. 168 e 454.
 » de S. Pedro da Cova, v. 2.^o, p. 176.
 » da Sousa, v. 2.^o, p. 161 e 480.
 » de Valbom, v. 2.^o, p. 186 e 493.
- Luiz I (D.), v. 4.^o, p. 213.
 » XVI, rei de França, v. 4.^o, p. 459.
 » Afonso, v. 4.^o, p. 46.
 » do Amaral Semblano, v. 4.^o, p. 483.

- Luiz Augusto de Abreu, v. 2.^o, p. 418.
» Caitano de Lima, v. 3.^o, p. 527.
» Caitano de Sousa, v. 2.^o, p. 102.
» Caldeira M. Saraiva, v. 4.^o, p. 326.
» (P.^o) Cardoso, v. 2.^o, p. 122.
» (D.) de Castro, v. 3.^o, p. 267 e 273.
» Chaves, v. 3.^o, p. 498.
» Gomes da Mata, v. 4.^o, p. 46.
» Homem, v. 4.^o, p. 46.
» de Magalhães, v. 1.^o, p. 5.
» Nogueira, v. 2.^o, p. 170.
» Pinto de S. Jerónimo, v. 2.^o, p. 404.
» Pires (bispo), v. 1.^o, p. 40.
» Pizarro da Cunha Porto Carreiro, v. 1.^o, p. 313; v. 2.^o, p. 445; v. 4.^o, p. 300.
» Quartim Graça, v. 3.^o, p. 425.
» (P.^o) de Sousa Couto, v. 2.^o, p. 443; v. 4.^o, p. 482.
» (Dr.) Supico Pinto, v. 4.^o, p. 705.
Luneta (Noeda), v. 1.^o, p. 67 e 115.
Lusino (D.) Alvares, v. 3.^o, p. 162.
Lusitânia, v. 1.^o, p. 204.
Luz Soriano, v. 2.^o, p. 577; v. 4.^o, p. 467, 469, 471 e 472.

M

- Mac-Andrew, v. 3.^o, p. 406.
Macpherson, v. 3.^o, p. 381.
Madame Weber, v. 2.^o, p. 490.
Mafalda (D.), v. 3.^o, p. 159 e seguintes.
Magalhães Aguiar, v. 1.^o, p. 357.
» (Dr.) Basto, v. 4.^o, p. 496.
» & Moniz, v. 1.^o, p. 335.
Magasin Pittoresque, v. 3.^o, p. 57.
Maia, v. 1.^o, p. 15, 51, 53, 94, 96, 101, 129, 135 e 188; v. 2.^o, p. 235, 236 e 309; v. 3.^o, p. 282, 514 e 532; v. 4.^o, p. 35 e 298.
Maior Miz, v. 1.^o, p. 47.
Malacologia, v. 3.^o, p. 406.
Malhos ou matracas, v. 1.^o, p. 38.

- Mamíferos do concelho, v. 3.º, p. 429.
- Mámoa de Brandião, v. 2.º, p. 29 e 396.
- » de Soutelo, v. 1.º, p. 80; v. 2.º, p. 30.
- Mámoas, antas e dólmenes, v.º 4.º, p. 457.
- Manariz, v. 1.º, p. 77, 79 e 80; v.º 4.º, p. 453.
- Mandim, v. 4.º, p. 453.
- Maninhos, v. 1.º, p. 22.
- M. A. Guilherme de Oliveira, v. 4.º, p. 168.
- Manuel I (D.), v. 1.º, p. 15, 20, 101, 119, 124 e 125; v. 2.º, p. 52, 71, 166, 205, 309, 339, 374, 381, 435, 450 e 523; v.º 3.º, p. 9, 64, 245, 313, 452, 477, 500 e 511; v. 4.º, p. 46, 64, 104, 142, 321 e 322.
- Manuel (P.º) das Agras, v. 4.º, p. 484.
- » (P.º) de Aguiar Barreiros, v. 1.º, p. 2.
- » Alves Ferreira, v. 2.º, p. 383.
- » Alves Saldanha, v. 2.º, p. 356.
- » Alves Vieira, v. 2.º, p. 465.
- » (P.º) António de Abreu, v. 2.º, p. 207.
- » (P.º) A. Catarino, v. 4.º, p. 58.
- » António de Carvalho, v. 4.º, p. 483.
- » António Nogueira da Rocha, v. 3.º, p. 456.
- » de Araújo Braga, v. 1.º, p. 136.
- » (Dr.) de Arriaga, v. 3.º, p. 30; v. 4.º, p. 494.
- » (P.º) Barbosa Pereira, v. 2.º, p. 495.
- » (D.) Bento Rodrigues, v. 3.º, p. 165 e 166.
- » de Castro Martins, v. 2.º, p. 341.
- » (P.º) de Castro Pereira, arcediago de Valdigem, v. 3.º, p. 233.
- Manuel (Dr.) Coelho da Rocha, v. 2.º, p. 435.
- » (Fr.) da Conceição, v. 2.º, p. 222.
- » (Dr.) da Costa Portela, v. 4.º p. 254.
- » (D.) Coutinho, v. 3.º, p. 256.
- » (P.º) Coutinho de Azevedo, v. 2.º, p. 459.
- » Coutinho de Azevedo, v. 4.º, p. 465.
- » da Cunha Porto-Carreiros, v. 4.º, p. 492.
- » (P.º) Dias, v. 1.º, p. 269.
- » Dias Ferreira Júnior, v. 2.º, p. 425; v.º 3.º, p. 153.
- » (Fr.) da Esperança, v. 3.º, p. 107.
- » de Faria e Sousa, v. 1.º, p. 323.

- Manuel Ferreira Magalhães, v. 1.^o, p. 239; v. 3.^o, p. 496.
- » Ferreira dos Santos, v. 4.^o, p. 482.
 - » G. da Silva Viana, v. 2.^o, p. 405 e 417.
 - » G. Viana, v. 2.^o, p. 445.
 - » Gonçalves Leite, v. 4.^o, p. 465.
 - » Gonçalves de Miranda, v. 2.^o, p. 234.
 - » Gouveia, v. 4.^o, p. 46.
 - » Guedes Ferreira Ramos, v. 2.^o, p. 31; v. 3.^o, p. 26 e 169; v. 4.^o, p. 285.
- Manuel Joaquim, v. 1.^o, p. 198.
- » (Dr.) Joaquim da Costa, v. 2.^o, p. 494; v. 3.^o, p. 165
 - » Joaquim Miranda, v. 2.^o, p. 386.
 - » Joaquim dos Santos, v. 2.^o, p. 347.
 - » (Dr.) Laurindo, v. 4.^o, p. 486.
 - » (Fr.) Leal, v. 2.^o, p. 144 e 145.
 - » Lobo da M. Gavião, v. 2.^o, p. 499.
 - » da Maia, v. 1.^o, p. 110.
 - » Maria da Rosa Colmieiro, v. 3.^o, p. 181.
 - » Marques das Neves, v. 1.^o, p. 402.
 - » (P.^o) Marques da Silva, v. 2.^o, p. 414.
 - » (P.^o) Martins de Castro, v. 3.^o, p. 129 e 131.
 - » Martins Ferreira, v. 2.^o, p. 459.
 - » de Miranda, v. 1.^o, p. 292.
 - » Moreira, v. 2.^o, p. 503; v. 4.^o, p. 258.
 - » Moreira da Cunha, v. 2.^o, p. 343.
 - » Moreira da Gama, v. 3.^o, p. 17.
 - » Moreira Lever, v. 2.^o, p. 426.
 - » de Oliveira, v. 4.^o, p. 133.
 - » de Oliveira Araújo, v. 1.^o, p. 311.
 - » (Fr.) de Oliveira Ferreira, v. 1.^o, p. 322; v. 3.^o, p. 540.
 - » Otero Salgado, v. 4.^o, p. 167.
 - » Pamplona Carneiro Rangel, v. 3.^o, p. 253.
 - » (Dr.) Paulino de Oliveira, v. 3.^o, p. 399.
 - » Pedroso Coimbra, v. 2.^o, p. 189.
 - » (Dr.) Pereira de Meireles Guedes Coutinho Garrido, v. 3.^o, p. 235.
- Manuel Pereira das Neves, v. 3.^o, p. 62; v. 4.^o, p. 462.
- » Pereira Novais, v. 1.^o, p. 322; v. 2.^o, p. 50 e 107.
 - » Quintino, v. 2.^o, p. 495.

- Manuel Ramos Moreira Dias, v. 2.º, p. 403.
- » Ribefro de Almeida, v. 3.º, p. 434, p. 4.º, p. 29.
 - » Rodrigues Júnior, v. 1.º, p. 12.
 - » Rodrigues dos Santos, v. 3.º, p. 165.
- Manuel (Fr.) de Santa Inez, v. 2.º, p. 62, 117 e 458; v. 3.º, p. 56, 145, 183 e 185.
- Manuel dos Santos Costa, v. 2.º, p. 494.
- » (P.º) dos Santos Pinto, v. 2.º, p. 459.
 - » (Dr.) da Silva Cavadas, v. 3.º, p. 71.
 - » de Sousa Castro, v. 2.º, p. 489.
 - » de Sousa Dias, v. 3.º, p. 139.
 - » de Sousa Maia, v. 3.º, p. 190.
 - » de Sousa Matos, v. 2.º, p. 461 e 469; v. 4.º, p. 46.
 - » (P.º) de Sousa Santos, v. 2.º, p. 133.
 - » Tavares de Almeida, v. 2.º, p. 480.
 - » Tavares Gomes, v. 2.º, p. 489.
 - » (D.) Teles de Menezes, v. 2.º, p. 141.
 - » (P.º) Viegas, v. 2.º, p. 170.
 - » Vieira de Andrade, v. 2.º, p. 443; v. 4.º, p. 482.
 - » Vieira de Sousa, v. 3.º, p. 434.
- Mapa das contribuições liquidadas em 1937, v. 4.º, p. 316.
- » da receita e despesas camarárias, em 1906, 1916 e 1926, v. 4.º, p. 279.
- Marano, bispo do Egipto, v. 1.º, p. 20.
- Marcelino de Sousa Alves, v. 2.º, p. 344.
- Marceneiros de Gondomar, v. 4.º, p. 187.
- Marco de Canavezes, v. 2.º, p. 26 e 448; v. 4.º, p. 484.
- Marcóni, v. 4.º, p. 59.
- Marcos (Fr.) de Lisboa, v. 2.º, p. 61 e 222.
- Marecos, v. 2.º, p. 360; v. 4.º, p. 453.
- » (rio), v. 3.º, p. 452.
- Marés (As), v. 1.º, p. 314 e 430.
- Margarida Perez, v. 1.º, p. 314 e 430.
- » de Vilhena, v. 1.º, p. 120.
- Margaride, v. 1.º, p. 343.
- Maria I (D.), v. 2.º, p. 271 e 523; v. 3.º, p. 64, 161 e 398.
- » II (D.), v. 1.º, p. 152; v. 3.º, p. 112 e 125; v. 4.º, p. 468.
 - » (D.) Aguilar Ciezar, v. 3.º, p. 235.
 - » Anes, v. 3.º, p. 494.

- Maria Antónia, v. 3.^a, p. 176.
- » A. Antunes, v. 3.^a, p. 49.
- » de Baguim, v. 1.^a, p. 63 e 78.
- » Didaci de Mouriz (de Bèsteiros), v. 1.^a, p. 48.
- » Domingues, v. 1.^a, p. 48.
- » (D.) de Farlaens, v. 1.^a, p. 48.
- » (D.) F. Isabel de Sabóia, v. 4.^a, p. 128.
- » Gil, v. 1.^a, p. 47.
- » (D.) da Glória, v. 4.^a, p. 463.
- » Helena Leite Pereira de Melo e Alvim, v. 2.^a, p. 360.
- » (D.) de Jesus Brites, v. 3.^a, p. 36.
- » J. da Maternidade Mata de Sousa Coutinho, v. 4.^a, p. 45.
- » Juliani de Pignario, v. 1.^a, p. 46.
- » Mantela, v. 2.^a, p. 44 e 432; v. 3.^a, p. 498; v. 4.^a, p. 495.
- » (D.) Martins, abadessa, v. 4.^a, p. 488.
- » (D.) de Melo, ab. do Convento da Ave-Maria do Porto, v. 1.^a, p. 39; v. 2.^a, p. 167.
- » Mendes, v. 1.^a, p. 49; v. 2.^a, p. 214.
- » da Natividade Pinto e Sotto-Maior, v. 2.^a, p. 488 e 489.
- » Pereira de França, v. 3.^a, p. 88 e 140.
- » Rebelo V. Antunes, v. 3.^a, p. 49.
- Mariano de Carvalho, v. 2.^a, p. 344.
- Marino Gonçalves, v. 1.^a, p. 44.
- Mrino Miguel Franzini, v. 2.^a, p. 518.
- Mark Seruya, v. 4.^a, p. 169.
- Marquês de Abrantes, v. 2.^a, p. 134, 185, 295 e 299.
- » de Alenquer, v. 2.^a, p. 446.
- » de Bolama, v. 3.^a, p. 513 e 514.
- » de Borba, v. 2.^a, p. 436 e 523.
- » de Fontes, v. 2.^a, p. 185 e 337; v. 3.^a, p. 462 e 531.
- » de Loulé, v. 3.^a, p. 220; v. 4.^a, p. 476.
- » de Marialva, v. 2.^a, p. 147, 148, 208, 431 e 446; v. 3.^a, p. 531; v. 4.^a, p. 493.
- Marquês de Pombal, v. 2.^a, p. 64 e 65; v. 3.^a, p. 9, 10, 294 e 399; v. 4.^a, p. 129.
- Marquês de Arruda, v. 2.^a, p. 2.
- » Gomes, v. 1.^a, p. 2.
- » de Sá, v. 2.^a, p. 8.
- Marqueses de Fontes, v. 2.^a, p. 295 e 298.

- Marqueses de Ponte do Lima, v. 3.^o, p. 258.
 » de Tancos, v. 2.^o, p. 523.
 » de Viana, v. 2.^o, p. 523.
- Mártens Ferrão, v. 3.^o, p. 13.
- Martim Afonso de Melo, v. 2.^o, p. 194; v. 3.^o, p. 462.
 » Alvardam, v. 1.^o, p. 47.
 » Anes de Avinhal, v. 2.^o, p. 479; v. 3.^o, p. 538.
 » Cohn, v. 2.^o, p. 325.
 » Domingues, v. 1.^o, p. 47.
 » Estêves, v. 1.^o, p. 46.
 » Fernandes, v. 1.^o, p. 98.
 » Fernandes de (Riba de Vizela), v. 3.^o, p. 520.
 » Fernandes de Portocarreiro, v. 4.^o, p. 487.
 » Ferz, v. 1.^o, p. 48.
 » Fraião, v. 1.^o, p. 48.
 » Gemundi, v. 1.^o, p. 42 e 116.
 » Gonçalves, v. 1.^o, p. 47.
 » Mancipium, v. 1.^o, p. 49.
 » Mendez, v. 1.^o, p. 47.
 » Miz. Sardinha, v. 1.^o, p. 48.
 » Perez Pereira, v. 1.^o, p. 48.
 » Roiz, v. 1.^o, p. 47 (cavaleiro de Mouriz).
 » Soares (de Baguim), v. 1.^o, p. 98; v. 3.^o, p. 520.
 » Suariz, v. 1.^o, p. 47.
 » Vicente, v. 1.^o, p. 46.
- Martinho (D.), bispo do Porto, v. 1.^o, p. 46.
 » II (bispo), v. 2.^o, p. 218.
 » C. Montenegro, v. 2.^o, p. 493.
 » de Figueiredo, v. 1.^o, p. 324.
 » (D.) Giraldes, v. 3.^o, p. 222.
 » João de Levarinho, v. 1.^o, p. 83.
 » (Dr.) Lutero, v. 2.^o, p. 277.
 » Mendes Bicos, v. 1.^o, p. 65.
 » Pedro, v. 1.^o, p. 67.
 » Pelaio, v. 1.^o, p. 82.
 » Rodrigues, bispo do Porto, v. 1.^o, p. 17.
 » Subgerio, v. 1.^o, p. 82.
 » Subgerio de Baguim, v. 1.^o, p. 72.

- Martino (monge), v. 1.^o, p. 29 e 30.
» (D.), arcebispo de Braga, v. 1.^o, p. 19.
» Gonçalves (cavaleiro), v. 1.^o, p. 56 e 57.
» João, v. 1.^o, p. 58.
- Martinho João de Levarino, v. 1.^o, p. 33.
- Martins (Dr.) Ferreira, v. 3.^o, p. 133.
» Gil de Soverosa, v. 4.^o, p. 458.
» Sarmento, v. 2.^o, p. 6.
- Massena (general), v. 4.^o, p. 461.
- Matadouro Municipal, v. 4.^o, p. 90.
- Mateus (Dr.) de Castro Moura, v. 3.^o, p. 507.
- Matias de Albuquerque, v. 2.^o, p. 143.
» Ferreira Ribeiro, v. 2.^o, p. 461.
- Mauran Sparsandizi, v. 1.^o, p. 26.
- Maurice Maeterlink, v. 3.^o, p. 403.
- Mauricio, arcebispo de Braga, v. 1.^o, p. 45.
- Max Schemet, v. 1.^o, p. 357.
- Maximiano de Lemos, v. 1.^o, p. 24 e 433.
- Maxwell, v. 4.^o, p. 58.
- Mayor Nunes, v. 1.^o, p. 35 e 51.
- Meca, v. 2.^o, p. 24.
- Medancelhe, v. 4.^o, p. 453.
v. 3.^o, p. 18, 20, 22 e 24; v. 4.^o, p. 453 e 497.
- Medas, v. 1.^o, p. 10 e 381; v. 2.^o, p. 23, 151, 219, 266 e 391;
v. 3.^o, p. 18, 20, 22 e 24; v. 4.^o, p. 453 e 449.
- Medicina popular, v. 2.^o, p. 314.
- Médicos dos partidos municipais, desde 1835, v. 4.^o, p. 337.
- Meem Perez de Montelongo, v. 1.^o, p. 48.
- Méguns, v. 1.^o, p. 197 e 392.
- Meinedo, v. 1.^o, p. 40, 41 e 51; v. 2.^o, p. 50.
- Meirinho, v. 1.^o, p. 94; v. 2.^o, p. 233 e 234.
- Mèlites, v. 1.^o, p. 65.
- Melo e Castro, v. 3.^o, p. 398.
» Freire, v. 2.^o, p. 198.
- Melres, v. 1.^o, p. 10, 13, 85, 88, 94 e 99; v. 2.^o, p. 19, 44, 156,
219, 224, 266 e 431; v. 3.^o, p. 24, 26, 199, 205, 253, 448 e 510;
v. 4.^o, p. 453, 482 e 492.
- Membros do concelho do distrito, em 1834, v. 4.^o, p. 263.

- Mem Fernandes, v. 1.^o, p. 98.
» Pires Cornel, v. 3.^o, p. 496.
» Rodrigues de Vasconcelos, v. 4.^o, p. 487.
- Memórias estatísticas da cidade de Penafiel, enviadas à Academia Real das Ciências, v. 2.^o, p. 65.
- Memórias Paroquiais, v. 1.^o, p. 160; v. 2.^o, p. 121.
- Mendes (Dr.) Correia, v. 1.^o, p. 187 e 190; v. 2.^o, p. 507; v. 4.^o, p. 495.
- Mendes (Dr.) da Costa, v. 1.^o, p. 257.
» Didaco, v. 1.^o, p. 62 e 63.
» ou Mendo Estrema, v. 1.^o, p. 65, 69, 70, 77 e 81; v. 3.^o, p. 518.
- Mendes Garcia, v. 1.^o, p. 76.
» Martinho, v. 1.^o, p. 82.
» Pedro, v. 1.^o, p. 76.
» Pelaio, v. 1.^o, p. 76 e 81.
» Ribeiro, v. 1.^o, p. 84.
- Mendicantes, v. 3.^o, p. 463.
- Mendo, v. 1.^o, p. 28.
» Pais, v. 1.^o, p. 49.
» Soares (de Quintanela), v. 2.^o, p. 214.
» Soares (de Vila Verde), v. 1.^o, p. 49.
» Suarri (de Merlos), v. 1.^o, p. 46.
- Menendo Atunis, v. 1.^o, p. 28 e 29.
» Rodriguis, v. 1.^o, p. 51.
- Menezes de Azevedo, v. 1.^o, p. 318.
- Mercado do Bolhão, v. 4.^o, p. 87.
- Mercúrio, v. 1.^o, p. 230.
- Merendar, v. 1.^o, p. 77.
- Metro ou sistema métrico, v. 4.^o, p. 64.
- Mets (Dr. A. de), v. 2.^o, p. 316.
- Meurando ou Mearando (casal), v. 1.^o, p. 28 e 29.
- Midelo, v. 4.^o, p. 453.
- Midões, v. 1.^o, p. 8 e 280; v. 4.^o, p. 453.
- Miguel (D.), v. 1.^o, p. 149; v. 2.^o, p. 386 e 514; v. 3.^o, p. 129 e 184; v. 4.^o, p. 252, 459 e seguintes.
- Miguel Correia de Montenegro, v. 2.^o, p. 46, 460 e 493; v. 3.^o, p. 226.
- Milhária, v. 2.^o, p. 25.

- Mina do Alto de Cana, v. 1.^o, p. 208.
» do Alto do Sobrido, v. 1.^o, p. 208.
» de Beloi, v. 1.^o, p. 207.
» do Corgo, v. 1.^o, p. 205 e 212.
» da Fontinha, v. 1.^o, p. 221 e 222.
» da Golela, v. 4.^o, p. 167.
» de Montalto, v. 1.^o, p. 206, 207 e 216; v. 3.^o, p. 502; v. 4.^o, p. 163.
- Mina dos Pinheirinhos, v. 1.^o, p. 226.
» da Ribeira da Igreja, v. 1.^o, p. 207.
» do Ribeiro da Serra, v. 1.^o, p. 208 e 220; v. 4.^o, p. 161.
» da Tapada do Padre, v. 1.^o, p. 208 e 224; v. 4.^o, p. 168.
- Minas de antimónio, v. 2.^o, p. 397.
» do «Passal de Baixo», v. 4.^o, p. 169, 181 e 190.
» de S. Pedro da Cova, v. 4.^o, p. 169.
» do Vale de Achas, v. 1.^o, p. 207.
- Minerais laminares, v. 1.^o, p. 231.
- Minho (O) Pitoresco, v. 2.^o, p. 19, 44, 320, 354, 362, 373, 436, 455, 463, 477 e 492; v.º 3.^o, p. 459 e 534; v. 4.^o, p. 88 e 225.
- Miranda Guedes, v. 4.^o, p. 198.
- Mistérios do Porto, v. 3.^o, p. 153.
- Mó, v. 4.^o, p. 454.
- Mocidade (A) Aldeã, v. 3.^o, p. 60.
- Moedas do rei Gundemaro, v. 2.^o, p. 286.
- Moinhos, v. 1.^o, p. 375 e seguintes; v. 2.^o, p. 467; v. 4.^o, p. 112.
- Monarquia do Norte, v. 4.^o, p. 301.
- Monasterium Morariense, v. 1.^o, p. 27.
- Monografias (As), v. 1.^o, p. 1.
- Monografias das freguesias rurais, v. 1.^o, p. 4.
- Monte do Castelo, v. 2.^o, p. 424.
» Cortinhas, v. 1.^o, p. 17.
» Monte das Covas, v. 2.^o, p. 179.
» Crasto, v. 1.^o, p. 9, 287, 294 e 407; v. 2.^o, p. 295; v. 3.^o, p. 524, v. 4.^o, p. 45.
- Monte do Penouço, v. 2.^o, p. 16.
» do Queimado, v. 1.^o, p. 17 e 19; v. 2.^o, p. 423; v. 4.^o, p. 479.
» Teuvili, v. 1.^o, p. 19.

- Monte de Vacas, v. 1.º, p. 52.
- Montezelo, v. 1.º, p. 79; v. 4.º, p. 372 e 454.
- Morais Carvalho, v. 1.º, p. 267; v. 3.º, p. 114.
- » Sarmento (A. E. de), v. 3.º, p. 61.
- » Sarmento, v. 2.º, p. 58 e 512.
- Moreira, v. 4.º, p. 454.
- » (contos e honras), v. 1.º p. 101.
- » Gomes, v. 2.º, p. 414.
- » da Silva, v. 3.º, p. 502.
- Morejães, v. 4.º, p. 454.
- Morentães ou Mouratais, v. 1.º, p. 61, 63, 70, 74 e 98; v. 4.º, p. 454.
- Morgado do Alto das Urzes, v. 4.º, p. 372.
- » de Boalvo, v. 3.º, p. 504.
- » de Covelo, v. 3.º, p. 225.
- » da Lomba, v. 3.º, p. 225.
- » de Pé de Moura, v. 2.º, p. 443; v. 4.º, p. 482.
- » de Pena, v. 2.º, p. 445.
- » Plácido Carneiro de Albuquerque, v. 2.º, p. 129.
- » de Sande, v. 2.º, p. 383; v. 3.º, p. 171.
- » da Sousa, v. 3.º, p. 226.
- » de Vilar de Perdizes, v. 2.º, p. 434, 443, 445 e 446; v. 4.º, p. 479 e 493.
- Morgados de Atães, v. 2.º, p. 45 e 140; v. 3.º, p. 223.
- Moscardo (O), v. 3.º, p. 60 e 72.
- Moscovite, v. 1.º, p. 231.
- Mosteiro de Alcobaça, v. 3.º, p. 9.
- » de Aronca, v. 2.º, p. 46 e 453; v. 3.º, p. 163.
- » da Ave-Maria do Porto, v. 1.º, p. 420; v. 2.º, p. 164, 166 e 453.
- Mosteiro de Bustelo, v. 3.º, p. 502.
- » de Campanhã, v. 1.º, p. 424.
- » de Cassini, v. 2.º, p. 198.
- » de Cete, v. 1.º, p. 59 e 83, p. 492 e 516; v. 4.º, p. 11.
- » da Costa, v. 1.º, p. 93.
- » de Cramos, v. 2.º, p. 132.
- » da Lavra, v. 1.º, p. 30; v. 2.º, p. 264 e 299; v. 3.º, p. 534.

- Mosteiro de Moreira, v. 1.^o, p. 27 e 421; v. 2.^o, p. 453; v. 3.^o, p. 450 e 536.
- Mosteiro da Ordem de S. Bento, v. 3.^o, p. 511.
- » de Paço de Sousa, v. 2.^o, p. 376; v. 4.^o, p. 490.
 - » de Pedroso, v. 1.^o, p. 50.
 - » de Pombeiro, v. 2.^o, p. 132.
 - » de Rio Tinto, v. 1.^o, p. 36, 71, 72, 75, 77, 82, 85, 422; v. 2.^o, p. 167 e 453; v. 3.^o, p. 499, 500, 516 e 518; v. 4.^o, p. 487.
- Mosteiro de Roriz, v. 1.^o, p. 60.
- » de S. Bento da Vitória, do Porto, v. 4.^o, p. 490.
 - » de Santo Tirso, v. 1.^o, p. 63, 69 e 74.
 - » do Souto, v. 1., p. 73.
 - » de Tarouquela, v. 2.^o, p. 167.
- Mosteiro de Tibães, v. 4.^o, p. 490.
- » de Tuias, v. 2.^o, p. 166.
 - » de Vila Cova, v. 2.^o, p. 166.
 - » de Vilela, v. 1.^o, p. 56 e 101.
- Mosteiros Beneditinos, v. 3.^o, p. 500.
- » e ermídas, v. 2.^o, p. 107.
 - » e Ordens militares, v. 1.^o, p. 128.
- Mota Prego, v. 3.^o, p. 402.
- Mouratâes, vide Morentâes.
- Mousinho da Silveira, v. 3.^o, p. 219.
- Movimento emigratório, v. 4.^o, p. 243.
- Murchison, v. 3.^o, p. 440.
- Museu de Arte Antiga, v. 2.^o, p. 314:
- » Grão Vasco, v. 2.^o, p. 317.
 - » Machado de Castro, v. 2.^o, p. 314; v. 3.^o, p. 497.
 - » Nacional de Belas Artes, v. 2.^o p. 314.
- Músicos e bandas de música, v. 4.^o, p. 216.
- Mutilados ou inutilizados da Grande Guerra, v. 4.^o, p. 495.

N

- Navaaos, v. 1.^o, p. 61, 63 e 71; v. 3.^o, p. 448.
- Napoleão Bonaparte, v. 4.^o, p. 460.
- Narciso C. Alves da Cunha, v. 1.^o, p. 2.
- » de Sá Nogueira (tenente), v. 4.^o, p. 467.

- Natação, v. 4.º, p. 224.
Navegabilidade no rio Douro, v. 1.º, p. 317.
Nepomuceno de Macedo, v. 4.º, p. 470.
Negociantes, v. 4.º, p. 79.
Nery Delgado, v. 1.º, p. 172 e 268; v. 3.º, p. 434, 441 e 442.
Neto Júnior (A. J. G.), v. 4.º, p. 162.
Nicolau V (papa), v. 1.º, p. 423.
» A. de Bettencourt, v. 3.º, p. 271.
» (D.), bispo de Viseu, 1.º, p. 19.
» Monteiro, v. 2.º, p. 52 e 60.
» (D) Paez (almoxarife), v. 1.º, p. 50.
» (Dr.) Pereira de Mendonça Falcão, v. 3.º, p. 220.
» de Seixas, v. 2.º, p. 514.
Nogueira (A), v. 4.º, p. 376.
Noudar, v. 1.º, p. 16.
Nónego (D.), bispo de Vendoma, v. 2.º, p. 55 e 56.
Nossa (A) Terra, v. 1.º, p. 383, 389, 425, 426 e 432; v. 2.º,
p. 240, 494, 522 e 525; v. 3.º, p. 34, 35, 40, 45, 60, 91, 136,
157, 283 e 434.
Notas sobre Portugal, v. 1.º, p. 204.
Notícias avulsas ou Relações históricas e noticiosas, v. 3.º,
p. 56.
Notícias de Lisboa, v. 3.º, p. 56.
Novais e Ferreira (padres), v. 1.º, p. 322.
Noval, v. 4.º, p. 454.
Noviços da Congregação do Oratório da Cidade do Porto, v.
2.º, p. 197.
Nun'Alvares, v. 3.º, p. 8.
Nunes Chaves, v. 1.º, p. 404.
» da Ponte, v. 4.º, p. 28.
» dos Reis, v. 1.º, p. 195.
Nuno Badi, v. 1.º, p. 72.
» Castelo Branco, v. 3.º, p. 93.
» da Cunha, v. 2.º, p. 212.
» Fachelas, v. 1.º, p. 47.
» Fernandes (escudeiro), v. 1.º, p. 47.
» Freire de Andrade, v. 2.º, p. 59.
» Salgueiro, v. 3.º, p. 83.
» Soares, v. 1.º, p. 17 e 46.

O

- Obras de produção e abastecimento da energia eléctrica, v. 4.^a, p. 190.
- Occidente (O), v. 3.^a, p. 126.
- Ocre, v. 1.^a, p. 227.
- Oliveira (A), v. 4.^a, p. 376.
- Oliveira Martins, v. 1.^a, p. 2; v. 3.^a, p. 449; v. 4.^a, p. 352.
- » Ramos, v. 2.^a, p. 286.
- » (Dr.) Salazar, v. 3.^a, p. 269.
- Oratório da Cidade do Porto, v. 2.^a, p. 200.
- Ordem Beneditina, v. 1.^a, p. 39.
- Ordem dos Templários, v. 1.^a, p. 99.
- Ordenações Afonsinas, v. 1.^a, p. 53, 202, 424; v. 4.^a, p. 104, 297 e 350.
- Ordenações de D. Afonso V e de D. Manuel, v. 4.^a, p. 142.
- » Filipinas, v. 3.^a, p. 222; v. 4.^a, p. 142.
- » Manuelinas, v. 1.^a, p. 77 e 425.
- » do Reino, v. 4.^a, p. 67 e 497.
- Ordenanças, v. 2.^a, p. 227.
- Ordonho, v. 2.^a, p. 51; v. 4.^a, p. 374.
- » II, v. 1.^a, p. 36; v. 2.^a, p. 165.
- Ordónio, v. 1.^a, p. 28.
- Orfeões, v. 4.^a, p. 218.
- Organização judicial e civil, v. 2.^a, p. 241 e seguintes; v. 4.^a, p. 320 e seguintes.
- Origem toponímica de Gondomar, v. 1.^a, p. 174; v. 2.^a, p. 520.
- » dos Teles, v. 3.^a, p. 253.
- Orografia, v. 1.^a, p. 283.
- Orquestras, v. 4.^a, p. 218.
- Orraca Anes, v. 1.^a, p. 48.
- » Mendes, v. 1.^a, p. 48.
- Osca (Huesca), v. 4.^a, p. 458.
- Oscar Saturnino, v. 1.^a, p. 404.
- » Torres, v. 4.^a, p. 168.
- Osoris (sarraceno), v. 1.^a, p. 44.
- Oswald Heer, v. 3.^a, p. 381 e 391.
- Ourivesaria, v. 4.^a, p. 116.

- Ousenda, v. 4.^o, p. 450.
 » Paez, v. 1.^o, p. 49.
 Outário, v. 1.^o, p. 76.
 Outeiro, v. 4.^o, p. 452.
 Ovençais, v. 1.^o, p. 93.
 Ovídio, v. 1.^o, p. 372; v. 3.^o, p. 380.

P

- Paço, v. 1.^o, p. 76; v. 2.^o, p. 24; v. 4.^o, p. 452.
 » de Sousa, v. 1.^o, p. 52.
 Paços do concelho, v. 1.^o, p. 143; v. 2.^o, p. 7.
 » de Ferreira, v. 1.^o, p. 343.
 Pactolo, v. 1.^o, p. 323.
 Padres da Lomba, v. 2.^o, p. 379.
 Padroado, v. 1.^o, p. 33 e 34.
 Paio (*barbatus*), v. 1.^o, p. 49.
 » Goncalves, v. 1.^o, p. 44.
 » Mónaco, v. 1.^o, p. 49.
 Palácio (residência do nobre), v. 1.^o, p. 6.
 * » da Bandeirinha, v. 4.^o, p. 492 e 493.
 » da Bolsa, v. 2.^o, p. 115.
 » do Freixo, v. 1.^o, p. 334.
 » das Sereias, v. 4.^o, p. 493.
 Paleontologia, v. 3.^o, p. 434.
 Pampiona e Castro, v. 3.^o, p. 251.
 Panorama, v. 3.^o, p. 57.
 Parada (S. Martinho de) v. 1.^o, p. 34, 35 e 44.
 Parafita, v. 4.^o, p. 454.
 Paranhos, v. 1.^o, p. 51.
 Papa João XXII, v. 1.^o, p. 109.
 Parámos (casal em), v. 1.^o, p. 45.
 Paredes, v. 1.^o, p. 17 e 19.
 » de Coura, v. 2.^o, p. 384.
 Parentes de Camilo Castelo Branco, v. 3.^o, p. 95.
 Partazanas, v. 2.^o, p. 218.
 Partido do Porto, v. 2.^o, p. 224.

- Pascoal II (papa), v. 2.^a, p. 218.
» José de Melo, v. 1.^a, p. 14.
- Passos Manuel, v. 2.^a, p. 499; v. 3.^a, p. 11; v. 4.^a, p. 296.
- Patinagem, v. 4.^a, p. 225.
- Patrícia de Barros, v. 3.^a, p. 91.
- Património de S. Pedro, v. 2.^a, p. 246.
- Patronato das igrejas de Gondomar, v. 1.^a, p. 43.
- Patuleia, v. 2.^a, p. 422; v. 4.^a, p. 476 e 479.
- Paul Bertrand, v. 3.^a, p. 435 e 443.
- Paulo III (papa), v. 2.^a, p. 63.
» Correia Montenegro, v. 1.^a, p. 107.
» Severo, v. 4.^a, p. 384.
- Pé de Moura, v. 1.^a, p. 301 e 430; v. 2.^a, p. 367 e 389; v. 4.^a, 454.
- Pedro I (D.), v. 2.^a, p. 57 a 69.
- Pedro II (D.), v. 2.^a, p. 71; v. 4.^a, p. 129 e 143.
» IV (D.), v. 1.^a, p. 149 e 150; v. 2.^a, p. 514; v. 3., p. 85,
141 e 166; v. 4.^a, p. 459 e 493.
- Pedro V (D.), v. 3.^a, p. 113; v. 4.^a, p. 375.
» Afonso, v. 1.^a, p. 66; v. 2.^a, p. 52 e 60.
» A. Dias, v. 4.^a, p. 463.
» (Dr.) Augusto Ferreira, v. 1.^a, p. 287, 339 e 343; v. 2.^a,
p. 117; v. 3.^a, p. 160 e 524; v. 4.^a, p. 494.
- Pedro de Azevedo, v. 1.^a p. 339 e 425.
» (D.) (bispo), v. 1.^a, p. 50.
» (D.) bispo de Coimbra, v. 1.^a, p. 19.
» (cancelário), v. 1.^a, p. 51.
» (escolar), v. 1.^a, p. 46.
» Correia de Azevedo, v. 1.^a, p. 107.
» Correia Pinto de Azevedo, v. 2.^a, p. 189 e 194; v. 3.^a,
p. 462.
- Pedro da Costa, v. 2.^a, p. 60.
» (D.) Cunha, v. 2.^a, p. 222.
» da Cunha Carneiro, v. 3.^a, p. 239.
» Dias Carrilho, v. 2.^a, p. 366.
» Estêves (cavaleiro), v. 1.^a, p. 47.
» (Dr.) Fazenda, v. 4.^a, p. 130.
» Ferreira dos Santos, v. 3.^a, p. 271.
» da Fonseca Serrão Veloso, v. 4.^a, p. 464.

- Pedro Garcia (pretor), v. 1.^a, p. 20 e 72.
- » Homem (cavaleiro), v. 1.^a, p. 48.
 - » João, v. 1.^a, p. 62.
 - » de Maris, v. 2.^a, p. 145.
 - » Mascarenhas, v. 2.^a, p. 210.
 - » Mauro, v. 1.^a, p. 81.
 - » Moreira de Sousa, v. 2.^a, p. 439, 443 e 448; v. 4.^a, p. 493.
 - » Neto, v. 1.^a, p. 81.
 - » Nunes, v. 3.^a, p. 8.
 - » Pelaio Zorro, v. 1.^a, p. 75.
 - » Peres, v. 1.^a, p. 77.
 - » Pitões, v. 2.^a, p. 60.
 - » (Fr.) de Poiares, v. 2.^a, p. 145.
 - » (D.) Rabaldiz, bispo do Porto, v. 1.^a, p. 40.
 - » Roiz, v. 1.^a, p. 46.
 - » Salvadores, v. 2.^a, p. 60.
 - » Schoeffer, v. 3.^a, p. 55.
 - » Sénier, v. 2.^a, p. 60.
 - » Suarii, v. 1.^a, p. 47.
 - » Subgerio, v. 1.^a, p. 82 e 84.
 - » Subgerio Alvim, v. 1.^a, p. 64, 70 e 71.
 - » (Dr.) Vitorino, v. 1.^a, p. 40; v. 2.^a, p. 313, 316 e 473; v. 3.^a, p. 189 e 190; v. 4.^a, p. 261.
- Pedro Zôrro, v. 1.^a, p. 76.
- Pedroso (mosteiro de), v. 1.^a, p. 50
- Pcgmatites, v. 1.^a, p. 232.
- Peixes do rio Douro, v. 1.^a, p. 303.
- Peixoto (P.^r), v. 1.^a, p. 339.
- Pelágio, arcebispo de Braga, v. 1.^a, p. 32.
- » cantor Portugalie, v. 1.^a, p. 20.
 - » (frade), v. 1.^a, p. 19.
 - » (godo), v. 4.^a, p. 458.
 - » Menendiz, v. 1.^a, p. 26.
 - » Vellaes, v. 1.^a, p. 44.
- Pelaio, v. 1.^a, p. 65.
- » (juiz), v. 1.^a, p. 19.
 - » Mendes, v. 1.^a, p. 76.
 - » Pais, v. 1.^a, p. 44.
 - » Pedro, v. 1.^a, p. 85.

- Pelaio Pelaio, v. 1.^o, p. 85.
Pela República!, v. 3.^o, p. 141.
Peleja (A), v. 3.^o, p. 60 e 72.
Pellaes, v. 1.^o, p. 44.
Pelourinhos, v. 2.^o, p. 42.
Pelourinho de Melres, v. 2.^o, p. 44 e 446.
Pena Cova, v. 1.^o, p. 94.
» de Dono, v. 1.^o, p. 93.
Penafiel, v. 1.^o, p. 15, 85, 100 e 101; v. 2.^o, p. 224; v. 3.^o, p. 536.
Pena do foral, v. 1.^o, p. 23.
Penafrol, v. 1.^o, p. 93.
Pena Garcia, v. 1.^o, p. 16.
Penalva, v. 1.^o, p. 94.
Penamacor, v. 1.^o, p. 93.
Penela da Beira, v. 1.^o, p. 93.
Penouço, v. 2.^o, p. 6.
Pepino, o Breve, v. 2.^o, p. 246.
Pepitas, v. 1.^o, p. 196.
Pereira Ferraz (A.), v. 4.^o, p. 162.
» (Dr.) de Lima, v. 2.^o, p. 325, 344 e 396.
» (Dr.) do Nascimento, v. 3.^o, p. 399.
Peres (de Meixide), v. 2.^o, p. 434; v. 3.^o, p. 226; v. 4.^o, p. 493.
Periódico dos Pobres no Porto, v. 3.^o, p. 185.
Pero Fouce, v. 3.^o, p. 520.
Pesca no rio Douro, v. 1.^o, p. 325; v. 2.^o, p. 193, 381 e 451;
v. 3.^o, p. 447; v. 4.^o, p. 188.
Petra de Assina, v. 1.^o, p. 45.
» Pinta, v. 1.^o, p. 45.
Petrarca, v. 2.^o, p. 31.
Pevidal, v. 1.^o, p. 75; v. 4.^o, p. 454.
Picotas, v. 2.^o, p. 42 e 43.
Pierre Pruvost, v. 3.^o, p. 443.
Pietri (P.) Ciriaci, v. 2.^o, p. 519.
Pignário, v. 1.^o, p. 63.
Pinário, v. 1.^o, p. 63.
Píndaro, v. 1.^o, p. 372.
Pindelo, v. 1.^o, p. 100.
Pinelo, v. 1.^o, p. 68.

- Pinheiro (lugar), v. 1.^o, p. 61.
 » Chagas, v. 4.^o, p. 476.
- Pinho Leal, v. 1.^o, p. 114; v. 2.^o, p. 293, 319, 359, 391, 431, 433, 452, 462, 475 e 491; v. 3.^o, p. 99, 160, 226, 251, 512 e 536; v. 4.^o, p. 374, 480, 483 e 493.
- Pinto de Azevedo (Pedro Correia), v. 3.^o, p. 462 e 531.
 » (J. M. P.), v. 2.^o, p. 293; v. 4.^o p. 161.
 » de Vasconcelos de Miranda Montenegro, v. 3.^o, p. 259.
- Pio VI, v. 3.^o, p. 160.
- Pio IX, v. 3.^o, p. 105 e 113.
- Pires de Lima (Dr. J. A.), v. 4.^o, 259 e 261.
- Pitton de Tournefort, v. 3.^o, p. 325.
- Pividal, v. 1.^o, p. 75; v. 4.^o, p. 454.
- Plácido (P.^o) Carneiro da Silva, v. 2.^o, p. 339; v. 3.^o, p. 503.
- Plágio (D.), abade de Palaciolo, v. 1.^o, p. 47.
 » (D.), bispo de Lamego, v. 1.^o, p. 20.
 » Ermigis, v. 1.^o, p. 47.
- Plágio Menendi (de Godim), v. 1.^o, p. 48.
- Plínio, v. 3.^o, p. 406 e 417.
- Pollux, v. 2.^o, p. 32.
- Pombo-correio, v. 3.^o, p. 417.
- Pompeu de Meireles G. Coutinho Garrido, v. 3.^o, p. 172 e 235.
- Pôncio Alfonsi, v. 1.^o, p. 20.
- Ponte das barcas, v. 4.^o, p. 460.
 » de Campanhã, v. 4.^o, p. 469.
 » Ferreira, v. 4.^o, p. 467.
- Pontes, v. 4.^o, p. 17 e seguintes.
- Pontes de Cepeda, v. 1.^o, p. 340.
- População escolar do concelho, v. 3.^o, p. 36 e 37.
 » do concelho, em 1869 e 1883, v. 4.^o, p. 231.
 » » » 1920 e 1930, v. 4.^o, p. 232.
- Porfírio (Dr.) de Andrade, v. 2.^o, p. 494; v. 4.^o, p. 489.
- Portela das Sete Virgens, v. 2.^o, p. 347.
- Portezelo, v. 4.^o, p. 455.
- Porto (mercado do), v. 1.^o, p. 17.
- Porto-Carreiro, v. 2.^o, p. 434 e 438.
 » de Lupis, v. 1.^o, p. 45.
 » da Senra, v. 1.^o, p. 17 e 19.

- Portugal (*in ripa de rivilo de Donom*) (casal), v. 1.^o, p. 45.
- Portugal Novo, v. 3.^o, p. 60 e 72.
- Portugalia, v. 1.^o, p. 232; v. 2.^o, p. 18; v. 4.^o, p. 116 .
- Portugaliae Monumenta Historica, v. 1.^o, p. 25; v. 2.^o, p. 49; v. 3.^o, p. 263, 450, 491 e 511; v. 4.^o, p. 458.
- Possibilidades camarárias, v. 4.^o, p. 288.
- Postos do registo paroquial, v. 4.^o, p. 327.
- Povoação de Rio Tinto, v. 2.^o, p. 458.
- » de S. Pedro da Cova, v. 2.^o, p. 469.
- Póvoas (general), v. 4.^o, p. 463.
- Praça Manuel Guedes, v. 3.^o, p. 308; v. 4.^o, p. 33.
- » da República, v. 3.^o, p. 308.
- » de Touros, v. 4.^o, p. 225.
- Praia dos Ladrões, v. 4.^o, p. 466.
- Praia da Memória, v. 4.^o, p. 466.
- Precação ou prestação precária, v. 1.^o, p. 45.
- Preço dos géneros de consumo, há cem anos, v. 3.^o, p. 290 e seguintes.
- Prefeitos, v. 1.^o, p. 136.
- Prelada, v. 4.^o, p. 455.
- Preparatórios, v. 2.^o, p. 274.
- Presidente da República (visita a Gondomar), v. 1.^o, p. 426.
- Presidentes da Câmara Municipal desde 1834 a 1937, v. 4.^o, p. 290.
- Presos políticos, v. 4.^o, p. 257 e 464.
- Pressa, v. 1.^o, p. 67.
- Prestameiros, v. 1.^o, p. 92.
- Prestimónio, v. 1.^o, p. 69.
- Preventório, v. 3.^o, p. 157.
- Primeira Comissão Municipal, interina, em 1834, v. 1.^o, p. 136; v. 4.^o, p. 263.
- Primeiro (O) de Janeiro, v. 1.^o, p. 310 e 339; v. 2.^o, p. 16; v. 3.^o, p. 136 e 162.
- Prisões por crimes comuns durante os anos de 1910 e de 1927, v. 4.^o, p. 253.
- Problema (O) cerealífero, v. 3.^o, p. 293.
- Procissão de «Corpus Christí», v. 4.^o, p. 393.
- Produtos dos indutos e peditórios e propaganda da «Boa Imprensa», v. 2.^o, p. 268.

- Professores das Medas, v. 2.^o, p. 408 e 416.
 Professores primários oficiais do concelho, no ano de 1933,
 v. 3.^o, p. 52.
 Progresso (O) de Gondomar, v. 3.^o p. 60 e 72.
 Proliferação, v. 4.^o, p. 491 e 492.
 Proprietários de indústrias mineiras, v. 4.^o, p. 170.
 Prostituição, v. 4.^o, p. 255, 495 e 496.
 Províncias eclesiásticas, v. 2.^o, p. 272.
 » metropolitanas, v. 2.^o, p. 272.

Q

- Quádrupla aliança de 1834, v. 4.^o, p. 475.
 Quairas, v. 1.^o, p. 77 e 78.
 Quartzo aurífero, v. 1.^o, p. 205. e 208.
 Quesados Vilas-Boas, v. 3.^o, p. 260.
 Quinta de Atães, v. 2.^o, p. 360
 » de Fânzeres, v. 2.^o, p. 352.
 » de Fontão Séco, v. 2.^o, p. 337.
 » do Freixo, v. 4.^o, p. 471.
 » das Lágrimas, v. 1.^o, p. 372.
 » da Lomba, v. 3.^o, p. 257.
 » do Paço de Vila Cova, v. 2.^o, p. 405; v. 3.^o, p. 159.
 » do Pinheiro, v. 3.^o, p. 113.
 » do Prado, v. 3.^o, p. 182; v. 4.^o, p. 369.
 » das Sete Capelas, v. 3.^o, p. 226, 259 e 460; v. 4.^o, p. 492.
 » da Varziela, v. 1.^o, p. 280.
 Quintã, v. 2.^o, p. 30; v. 4.^o, p. 40 e 455.
 » de Quintanela, v. 2.^o, p. 214.
 Quintana, v. 1.^o, p. 72 e 82.
 Quintanela, v. 1.^o, p. 75 e 76.
 Quintas das Medas, v. 2.^o, p. 406.
 Quintela (lugar), v. 2.^o, p. 30; v. 4.^o, p. 455.
 Quintela, v. 1.^o, p. 327.

R

- Rafael Bluteau, v. 1.^o, p. 106; v. 4.^o, p. 103 e 321.
 Ramalde, v. 1.^o, p. 70 e 71; v. 4.^o, p. 455.

- Ramaldeira, v. 2.º, p. 419.
Ramalho Ortigão, v. 1.º, p. 331.
Ramiro (D.), rei visigodo, v. 4.º, p. 458 (deve ser Rodrigo).
» rei de Leão, v. 1.º, p. 114.
Rangel, v. 3.º, p. 251.
Ranhados, v. 1.º, p. 93.
Rans, v. 1.º, p. 34.
Raposo Botelho, v. 2.º, p. 277.
Rapport de la Section Portugaise, v. 3.º, p. 57.
Rasamundo, v. 1.º, p. 63.
Raúl Lobão, v. 4.º, p. 486.
Real Arquivo, v. 1.º, p. 81 e 91; v. 3.º, p. 450.
» (A.) Caninha, v. 2.º, p. 419.
» Colegiada de Cedofeita, v. 2.º, p. 124.
» Corpo de Engenheiros, v. 2.º, p. 227.
Reaumur, v. 3.º, p. 397.
Rebelo de Carvalho, v. 3.º, p. 436.
Rebelo da Costa, v. 1.º, p. 320, 322 e 326; v. 2.º, p. 217 e 517;
v. 3.º, p. 105.
Rebelo da Silva, v. 3.º, p. 220 e 266.
Rebordais, v. 4.º, p. 455.
Recáredo, v. 2.º, p. 285 e 287.
Receitas camarárias em 1854, v. 4.º, p. 265.
» ordinárias do nosso município e as dos outros em
1913, v. 4.º, p. 283.
Recenseamento eleitoral em 1936, v. 4.º, p. 328.
» do gado em 1871 v. 2.º, p. 301.
» militar, v. 2.º, p. 229.
Rectidão, v. 1.º, p. 45.
Redondela, v. 1.º, p. 45.
Redondelo, v. 1.º, p. 61.
Refóis, v. 1.º, p. 100.
Refojos (foral de), v. 1.º, p. 15.
Reforma, v. 2.º, p. 280
Regalengo, v. 1.º, p. 53 e 121.
Regimento da Guarda da Cidade do Porto, em 1764, v. 2.º,
p. 224.
Regimento do Pópulo, v. 4.º, p. 482.

- Regiões militares, v. 2.º, p. 229.
» mineiras, v. 1.º, p. 192 e 195.
- Registo Civil, v. 4.º, p. 326.
- Rego Monteiro, v. 4.º, p. 28.
» dos Mouros, v. 2.º, p. 446.
» do Poço, v. 1.º, p. 181.
- Régua, v. 1.º, p. 51.
- Reguengo, v. 1.º, p. 53.
- Reinaldo Macdonell, v. 2.º, p. 387 e 443; v. 4.º, p. 481 e 484.
- Reinos dos Suevos, v. 2.º, p. 291.
- Reis Júnior (J. A. dos), v. 3.º, p. 400.
- Reiss, v. 4.º, p. 365.
- Reitores, abades e curas, v. 2.º, p. 248 e seguintes.
- Relação do Porto, v. 2.º, p. 235; v. 4.º, p. 324.
- Relatório acerca da arborização geral do País, v. 1.º, p. 285.
» do movimento religioso no concelho, em 1922, v. 2.º,
p. 261.
- Relatório da subcomissão do Inquérito Industrial, em 1881,
v. 2.º, p. 301.
- Relatório dos Serviços da Repartição de Turis·no, v. 4.º, p. 7.
» das visitas aos estabelecimentos industriais, v. 4.º,
p. 105.
- Relego, v. 1.º, p. 121.
- Religião cristã evangélica, v. 2.º, p. 276.
- Religiosas de Lorvão, v. 3.º, p. 478.
- Religiosos ilustres, v. 2.º, p. 117 e seguintes.
- Remodelação das dioceses e criação de novas freguesias,
v. 2.º, p. 271.
- Rendimento de cada uma das igrejas, mosteiros e benefícios,
v. 1.º, p. 108.
- Rendimentos paroquiais em 1860, v. 2.º, p. 242.
- Repartição da Conservatória do 1.º Distrito, v. 2.º, p. 235.
» de Contrastarias, v. 4.º p. 143.
» de Finanças, v. 4.º, p. 306.
- Revista Esmeralda, v. 3.º, p. 137.
- Revolução Francesa, v. 4.º, p. 459.
» da Maria da Fonte, v. 4.º, p. 474 e 484.
- Revordaons, v. 1.º, p. 82.

- Reverdão, v. 1.^o, p. 61.
- Ribeira de Abade, v. 1.^o, p. 10 e 325.
- Ribeiro de Castro, v. 2.^o, p. 22.
- » de Fonte Pedrinha, v. 1.^o, 17 e 19.
 - » da Igreja, v. 1.^o, p. 266.
 - » do Rebentão, v. 2.^o, p. 400.
 - » da Serra, v. 1.^o, p. 220.
 - » do Vale da Ponte, v. 2.^o, p. 22.
- Ricardo Arroio, v. 4.^o, p. 216.
- » (Dr.) Jorge, v. 2.^o, p. 99.
 - » Severo, v. 1.^o, p. 232; v. 2.^o, p. 6, 12 e 14; v. 3.^o, p. 526.
- Richard Hakluyt, v. 4.^o, p. 496.
- Richet, v. 4.^o, p. 364.
- Ricos-homens, v. 1.^o, p. 65, 92 e 93.
- Riley (bispo), v. 2.^o, p. 280.
- Rilheiros, v. 4.^o, p. 121.
- Rio Ferreira, v. 1.^o, p. 343 e 344.
- » de Ponte Ferreira, v. 2.^o, p. 179 e 182.
 - » Sousa, v. 1.^o, p. 340 e 343; v. 2.^o, p. 133.
 - » Tinto (freguesia), v. 1.^o, p. 10, 35, 36, 51, 56, 80, 181 e 201; v. 2.^o, p. 46, 164, 219, 266 e 452; v. 3.^o, p. 22, 25 a 27, 30 e 50; v. 4.^o, p. 375, 465, 467 e 487.
- Rio Tinto, (rio), v. 3.^o, p. 452.
- » de Vacas, v. 1.^o, p. 52.
- Robert B. Powell, v. 4.^o, p. 223.
- Robespierre, v. 4.^o, p. 460.
- Roboredo, v. 1.^o, p. 40; v. 4.^o, p. 455.
- Rocha Peixoto, v. 1.^o, p. 231; v. 2.^o, p. 508 e 511; v. 4.^o, p. 107 e 17.
- Roderico, v. 1.^o, p. 23.
- » Mendi, v. 1.^o, p. 20.
- Rodrigo (rei visigodo), v. 1.^o, p. 201; v. 2.^o, p. 287 e 291; v. 4.^o, p. 458. No 4.^o volume saiu o nome *Ramiro* em vez de *Rodrigo* (p. 458).
- Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes, v. 4.^o, p. 506.
- » da Cunha, v. 1.^o, p. 115; v. 2.^o, p. 50, 57, 73, 105 e 145.
 - » da Fonseca Magalhães, v. 3.^o, p. 11.
 - » Mendes S. Cristóvão F. de S. Paio, v. 2.^o, p. 144.
 - » Queida, v. 1.^o, p. 46.

- Rodrigo Sanches, v. 4.^o, p. 458.
 » de Sousa Coutinho, v. 2.^o, p. 518; v. 4.^o, p. 47.
 » (Dr.) Vieira de Castro, v. 2.^o, p. 524.
- Rodrigues Guiomar Júnior (A J.), v. 4.^o, p. 223.
 » Sampaio, v. 4.^o, p. 297.
 » (Dr.) dos Santos Júnior, v. 2.^o, p. 460; v. 3.^o, p. 414.
- Romão José R. Guião, v. 2.^o, p. 192.
- Romaria de Nossa Senhora do Rosário, v. 4.^o, p. 388.
- Romeu Pelágio, v. 1.^o, p. 69.
- Romualdo (Fr.) Nogueira, v. 2.^o, p. 164.
- Roque J. Moreira Barbosa, v. 2.^o, p. 236.
- Rosa Alves Martins, v. 2.^o, p. 470.
 » Alves de Moura, v. 2.^o, p. 504.
- Rosendo, v. 1.^o, p. 60.
 » (P.^c) Manuel da C. Crasto, v. 2.^o, p. 162.
 » de Oliveira, v. 2.^o, p. 347.
 » dos Santos Castro, v. 2.^o, p. 489.
- Rossamonde, v. 1.^o, p. 63, 239, 249, 251 e 253;
 v. 4.^o, p. 455.
- Roteiro de prazos, v. 2.^o, p. 213, 214 e 215.
- Rouge, v. 1.^o, p. 228.
- Rufino J. dos Santos, v. 1.^o, p. 310.
- Rui Dique Travassos Valdez, v. 3.^o, p. 241.
 » Mendes de Vasconcelos, v. 2.^o, p. 104.
 » Pais Bugalho, v. 1.^o, p. 48.
 » Peres da Lagoa, v. 4.^o, p. 487.
 » de Serpa Pinto, v. 2.^o, p. 16, 18 e 24; v. 3.^o, p. 435.
 » Soares de Azevedo, v. 1.^o, p. 105.
- Russo Belo, v. 4.^o, p. 32.

S

- Saa (Sá), v. 1.^o, p. 67.
- Sabugal, v. 1.^o, p. 16.
- Saltão (O), v. 3.^o, p. 61.
- Salvador, v. 1.^o, p. 76.
 » Francisco, v. 1.^o, p. 288 e 293.

- Sanatório dos Tuberculosos do Norte de Portugal, v. 3.^o, p. 157.
- Sancha Anes, v. 1.^o, p. 47.
- » (D.) Bouzou, v. 1.^o, p. 47.
 - » Egeas, v. 1.^o, p. 49.
 - » Miz, v. 1.^o, p. 47.
 - » Perez, v. 1.^o, p. 46.
- Sancho Perez (deão), v. 1.^o, p. 48.
- » Pires (bispo), v. 1.^o, p. 108.
 - » I (D.), v. 1.^o, p. 16, 17, 68 e 69; v. 2.^o, p. 306; v. 3.^o, p. 515 e 534; v. 4.^o, p. 458.
- Sancho II (D.), v. 1.^o, p. 17, 18 e 325; v. 2.^o, p. 60, 68, 72 e 198; v. 3.^o, p. 515.
- S. Cosme, v. 1.^o, p. 10, 69 e 127; v. 2.^o, p. 304 e 307; v. 3.^o, p. 15, 20 e 25; v. 4.^o, p. 394 e 389.
- S. Cosme de Bèsteiros, v. 1.^o, p. 33.
- S. Cristóvão de Rio Tinto, v. 2.^o, p. 75, 106 e 112.
- Sandila (sacerdote), v. 2.^o, p. 372.
- S. Doador de Cabanões, v. 1.^o, p. 113.
- Sando de Lagares, v. 1.^o, p. 26.
- S. Filipe Nery, v. 2.^o, p. 204 e 206.
- S. Frei Gil, v. 2.^o, p. 310.
- Sangimir, v. 1.^o, p. 72 e 74.
- Sanguessugas no Rio Sousa, v. 1.^o, p. 342; v. 4.^o, p. 387.
- S. João de Alpendurada, v. 1.^o, p. 87.
- S. João da Foz do Sousa, v. 1.^o, p. 34, 98, 107 e 109; v. 2.^o, p. 74, 106, 113 e 211.
- S. João de Guilhufe, v. 1.^o, p. 34.
- » da Pesqueira, v. 1.^o, p. 93.
 - » de Tarouca, v. 1.^o, p. 74.
 - » de Ver, v. 1.^o, p. 40.
 - » de Vila Cova de Carros, v. 1.^o, p. 33.
- S. Lourenço de Asmes, v. 1.^o, p. 181.
- S. Jumil, v. 4.^o, p. 455.
- S. Martinho (lugar), v. 1.^o, p. 57.
- » de Campo, v. 1.^o, p. 184.
 - » de Dume, v. 2.^o, p. 144.
 - » de Valongo, v. 1.^o, p. 30.
- S. Miguel, v. 1.^o, p. 73.

- S. Pedro da Cova, v. 1.^o, p. 8, 10, 39, 40, 41, 51, 64, 67, 68, 69, 109, 170, 180, 181, 182, 202, 207, 259, 260, 263, 266 e 426; v. 2.^o, p. 23, 74, 106, 113, 175, 219, 262 e 461; v. 3.^o, p. 15, 24, 25 e 523; v. 4.^o, p. 488.
- S. Pedro de Kauso (igreja), v. 1.^o, p. 30.
- » do Sul, v. 1.^o, p. 237.
- » Gonçalves Telmo, v. 2.^o, p. 318.
- S. Romão de Mouriz, v. 1.^o, p. 33.
- S. Salvador de Fânzeres, v. 1.^o, p. 98.
- » da Labra, v. 1.^o, p. 30.
- S. Tiago, v. 4.^o, p. 455.
- » de Bougado, v. 2.^o, p. 61.
- S. Veríssimo de Valbom, v. 2.^o, p. 75, 106, 113 e 213.
- Santa Casa da Misericórdia, v. 3.^o, p. 126.
- » Comba, v. 1.^o, p. 184.
- » Cruz de Jovim, v. 2.^o p. 75, 106, 113 e 212.
- » Eulália de Gondomar, v. 1.^o p. 30; v. 3.^o, p. 514 e 515.
- » Justa, de Valongo, v. 1.^o, p. 204.
- » Mafalda, v. 2.^o, p. 453 e 457; v. 3.^o, p. 159.
- » Maria de Campanhã, v. 2.^o, p. 76, 113 e 215.
- » Maria de Covelo, v. 1.^o, p. 34 e 106.
- » Maria de Ejá, v. 2.^o, p. 372 e 376.
- » Maria de Fânzeres, v. 2.^o, p. 75, 106 e 113.
- » Maria de Feveros, v. 1.^o, p. 35.
- » Maria de Lodares, v. 1.^o, p. 34.
- Santa Maria das Medas, v. 1.^o, p. 106.
- » Maria de Melres, v. 2.^o, p. 77, 106 e 113.
- » Ovaya, v. 1.^o, p. 79 e 80.
- Sante, v. 4.^o, p. 455.
- Santo André de Lever, v. 1.^o p. 85.
- » António da Lomba, v. 2.^o, p. 106, 113, 209 e 373.
- » António do Monte, v. 2.^o, p. 273.
- » Isidoro, de Romariz, na terra da Feira, v. 1.^o, p. 33.
- » Tirso, v. 1.^o, p. 101.
- » Tirso de Meinedo, v. 1., p. 113.
- Santos, v. 1.^o, p. 8.
- » Monteiro, v. 1.^o, p. 428.
- » Moreira, v. 1.^o, p. 184.
- » (Dr. Rocha, v. 1.^o, p. 2.

- Santogãis, v. 4.^o, p. 456.
Sarnada, v. 1.^o, p. 184.
Sarraceno Osório, v. 1.^o, p. 44.
Sartorius (almirante), v. 4.^o, p. 473.
Savery, v. 4.^o, p. 22.
Saxeо, v. 1.^o, p. 79. (Vede Seixo).
Sayon de Cabanas, v. 1.^o, p. 80.
Schore e Cudell, v. 2.^o, p. 399.
Sé do Porto, v. 2.^o, p. 54.
Seabra (A F.), v. 3.^o, p. 407.
Sebastião (D), v. 1.^o, p. 125; v. 2.^o, p. 226; v. 3.^o, p. 222 e 229;
v. 4.^o, p. 64.
Sebastião (Dr.) Cardoso, v. 4.^o, p. 143.
» Ferreira Mendes, v. 3.^o, p. 502; v. 4.^o, p. 167.
» Martins dos Santos, v. 3.^o, p. 88.
» (P.^o) Pinto da Silva, v. 2.^o, p. 128.
Século (O), v. 3.^o, p. 136.
Seixo, v. 2.^o, p. 134 e 135; v. 4.^o, p. 456.
Seminário dos Carvalhos, v. 2.^o, p. 274.
» de Nossa Senhora da Conceição da diocese do
Porto, v. 2.^o, p. 274.
Seminário de Santo António, v. 2.^o, p. 274.
Senhorio das terras de Gondomar, v. 1.^o, p. 118 e seguintes.
Senra (porto de), v. 1.^o, p. 17 e 19.
Separação (Lei da) do Estado das Igrejas, v. 2.^o, p. 276.
Sereia (A), v. 3.^o, p. 91.
Sericicultura, v. 3.^o, p. 426.
Serra dos Açores, v. 1.^o, p. 205; v. 2.^o, p. 394.
» de Cabeco de Sobreiro, v. 2.^o, p. 389.
» de Cavalos, v. 2.^o, p. 131 e 179.
» da Cuca, v. 2.^o, p. 26.
» da Cucamacuca, v. 2.^o, p. 179.
» de Fânzeres, v. 2.^o, p. 179.
» de Montezelo, v. 1.^o, p. 199; v. 2.^o, p. 135; v. 4.^o, p. 373
e 454.
Serra da Pia, v. 1.^o, p. 200; v. 2.^o, p. 180.
» do Pilar, v. 4.^o, p. 468.
» do Raio, v. 2.^o, p. 28.
» de Reboredo, v. 1.^o, p. 40.

- Serra de Santa Quitéria, v. 1.^o, p. 302.
» Seca, v. 2.^o, p. 372 e 375.
» de Vilarinho, v. 2.^o, p. 385.
- Sertório, v. 4.^o, p. 458.
- Sesmarias, v. 4.^o, p. 496.
- Sétimo Roi ou Livro dos Julgados, v. 1.^o, p. 94.
- Severiano Monteiro, v. 1.^o, p. 269.
- Sharpe, v. 3.^o, p. 435 e 442.
- Sila, v. 4.^o, p. 458.
- Silio Itálico, v. 1.^o, p. 323; v. 2.^o, p. 196.
- Silva (Dr.) Carvalho, v. 2.^o, p. 316 e 318; v. 3.^o, p. 498.
» Pereira, v. 3.^o, p. 55.
» Pinto, v. 3.^o, p. 91.
» (Dr.) Teles, v. 2.^o, 286 e 508; v. 3.^o, p. 261.
- Silvestre (mercador), v. 1.^o, p. 72.
» (D.) Godinho, v. 3.^o, p. 427.
- Silvicultura, v. 3.^o, p. 322.
- Simão (Dr.) de Castro Passos, v. 3.^o, p. 233 e 237.
» (P.^o) de C. Pereira, v. 3.^o, p. 236.
» Rodrigues Ferreira, v. 1.^o, p. 34; v. 2.^o, p. 28; v. 4.^o, p. 375.
- Simão de Sá, v. 2.^o, p. 60.
» de Sá Pereira, v. 2.^o, p. 52.
- Símbolos, imagens e arraiais, v. 4.^o, p. 381.
- Simões Terceiro (A.), v. 4.^o, p. 138.
- Sindicato Agrícola, v. 3.^o, p. 273; v. 4.^o, p. 93.
» Agrícola de Ateli, v. 3.^o, p. 281.
- Sindicato Nacional dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto, v. 4.^o, p. 186.
- Sindicatos Nacionais, v. 3.^o, p. 270.
- Sínodo Bracarense, v. 2.^o, p. 51.
» Lucense, v. 2.^o, p. 51.
» de Toledo, v. 2.^o, p. 285.
- Sisebuto, v. 2.^o, p. p. 286.
- Sisnando Viegas, v. 2.^o, p. 56.
- Siti ou Citi, v. 1.^o, p. 115.
- Sítio do Cachão, v. 1.^o, p. 324.
» da Mesura, v. 1.^o, p. 383.
- Sixto (P.^o) Riessinger, v. 3.^o, p. 55.

- Soarez de Barros, v. 2.^o, p. 102.
- Sobrido, v. 4.^o, p. 456.
- Sociedade de Propaganda do Monte Crasto, v. 1.^o, 296 e 297.
- Soeiro Gomes, v. 2.^o, p. 198.
- » Reimondo, v. 1.^o, p. 98 e 104; v. 2.^o p. 295 e 299; v. 3.^o, p. 494, 513, 520 e 521.
- Solar dos Aguiares, v. 2.^o, p. 479.
- » dos Correias, v. 3.^o, p. 226.
- Solignac (general), v. 4.^o, p. 472.
- Songemiro (P.^r), v. 1.^o, p. 27.
- Soult (general francês), v. 3.^o, p. 177; v. 4.^o, p. 460.
- Sousa, v. 2.^o, p. 21.
- » Brandâo, v. 1.^o, p. 172.
- » Dias, v. 1.^o, p. 8.
- » (Dr.) Pinto, v. 3.^o, p. 192.
- » Pires, v. 3.^o, p. 193.
- » Rego (A. A.), v. 4.^o, p. 171.
- Sousas Chicorros, v. 2.^o, p. 216.
- » do Prado, v. 2.^o, p. 216.
- Soutelo, v. 1.^o, p. 77 e 80; v. 4.^o, p. 456.
- Souto, v. 4.^o, p. 456.
- » de Numão, v. 1.^o, p. 93.
- » Redondo, v. 4.^o, p. 468.
- Soylhhaaes, v. 1.^o, p. 80.
- Spádoa, v. 1.^o, p. 77.
- Spasa, v. 1.^o, p. 175; v. 2.^o, p. 286.
- Stephano, arcebispo de Braga, v. 1.^o, p. 20.
- Stephano Martiny, v. 1.^o, p. 58.
- » Subierii, v. 1.^o, p. 58.
- Stephenson, v. 4.^o, p. 22.
- Strecht de Vasconcelos, v. 2.^o, p. 521.
- Suarri, v. 1.^o p. 19.
- Suário, bispo de Lisboa, v. 1.^o, p. 19 e 20.
- Subjério ou Soeiro Reimondo, v. 1.^o, p. 60, 68 e 73; v. 3.^o, p. 521.
- Sudário, v. 1.^o, p. 29.
- Suer Teles, v. 3.^o, p. 253.
- Suério Lazerado, v. 1.^o, p. 46.

- Suevos, v. 2.º, p. 287 e 390.
Sunanis (casal em), v. 1.º, p. 44.
Sunila, v. 3.º, p. 492.
Sunla Astrulfizi, v. 1.º, p. 26.
Supremo Conselho de Justiça, v. 2.º, p. 227.
Supressão de concelhos, em 1855, v. 1.º, p. 129; v. 3.º, p. 517, 523 e 524.

T

- Tabeliães ou notários, v. 4.º, p. 335 e 336.
Talhos, v. 4.º, p. 97.
Tamacana, v. 2.º, p. 26.
Tamacanos, v. 2.º, p. 372.
Tapada dos Cortiços Velhos, v. 1.º, p. 205.
» do Padre, v. 1.º, p. 206, 210 e 224.
Taralhão, v. 4.º, p. 456.
Tarásia Fernandes, v. 1.º, p. 47.
Tardariz, v. 4.º, p. 456.
Tardinhade, v. 4.º, p. 456.
Tarouca, v. 1.º, p. 74.
Tatela, v. 1.º p. 17 e 19.
Teatro Garrett, v. 2.º, p. 299.
Teatros e cinemas, v. 4.º, p. 225.
Tedio Gundisalvizi, v. 1.º, p. 26.
Tedon Iacobzi, v. 1.º, p. 26.
Tegio Gundisalvizi, v. 1.º, p. 26.
Teiga, v. 1.º, p. 85.
Teixeira de Aragão, v. 2.º, p. 32; v. 4.º, p. 143.
» da Fonseca, v. 2.º, p. 359.
Teixeira de Vasconcelos, v. 2.º, p. 352.
Tel Teles, v. 3.º, p. 253.
Teles Jordão, v. 1.º, p. 150; v. 4.º, p. 472.
Tença, v. 1.º, p. 118.
Teodoberto, v. 2.º, p. 284 e 286.
Teodorico, v. 2.º, p. 286.
Teófilo A. Fernandes, v. 4.º, p. 28.
» (Dr) Braga, v. 2.º, p. 507; v. 3.º, p. 220; v. 4.º, p. 370.

- Teresa (D.), rainha de Portugal, v. 1.º, p. 14, 39 e 44; v. 2.º, p. 68, 71 e 370; v. 3.º, p. 493.
- Teresa Gomes, v. 1.º, p. 48.
- » Mendes, v. 1.º, p. 47.
- » Peres, mulher de João Estêves, v. 1.º, p. 47.
- » Peres, mulher de Martim Fernandes, v. 1.º, p. 48.
- Terra devassa, v. 1.º, p. 68.
- » (A) Portuguesa, v. 3.º, p. 429.
- Território municipal do Porto em 1895, v. 2.º, p. 102.
- Tesla, v. 4.º, p. 59.
- Teuvili ou Teuviło, v. 1.º, p. 17 e 19.
- Thiers, v. 4.º, p. 23.
- Tiraz, v. 1.º, p. 17 e 19.
- Tito Augusto de Carvalho, v. 2.º, p. 296; v. 3.º, p. 459 e 534; v. 4.º, p. 307.
- Tito Lívio Cameira, v. 3.º, p. 135.
- » de Sousa Larcher, v. 4.º, p. 297.
- Toda de Fornelos, v. 1.º, p. 47.
- » Gonçalves, v. 1.º, p. 44.
- » Petri, v. 1.º, p. 47.
- Tomada da Bastilha, v. 4.º, p. 459.
- Tomaz de Almeida (bispo), v. 2.º, p. 61.
- » Barbosa Leão, v. 4.º, p. 101.
- » B. de Albuquerque e Sampaio, v. 2.º, p. 137.
- » Cabreira, v. 4.º, p. 286.
- » (Dr.) Lopes Cardoso, v. 3.º, p. 279.
- » Pires (A.), v. 1.º, p. 2.
- Tombo de S. Simão Junqueira, v. 1.º, p. 28 e 421.
- Tomé José Xavier de S. Coutinho de C. Branco e Menezes, v. 2.º, p. 436.
- Topografia do concelho, v. 1.º, p. 176.
- Torcato Tasso, v. 3.º, p. 63.
- Torre de Mem Corvo, v. 1.º, p. 93.
- » do Tombo, v. 1.º, p. 341; v. 2.º, p. 33, 123 e 206.
- Torres Vedras, v. 2.º, p. 221.
- Torto (rio), v. 1.º, p. 358; v. 3.º, p. 452.
- Torviscarium, v. 1.º, p. 19.
- Toscano (Dr) Rico, v. 4.º, p. 177.

- Tota Gomez, v. 1.^o, p. 47.
» de Veeriz, v. 1., p. 47.
Touta, v. 4.^o, p. 456.
Trancoso, v. 1.^o, p. 93.
Tranzares ou Traz-ares (serra), v. 2.^o, p. 179; v. 4.^o, p. 372.
Trasaigo Alvarizi, v. 1.^o, p. 26.
Transição do regime monárquico para República, v. 4.^o, p. 300.
Tratado de Latrão, v. 2.^o, p. 246.
Travaços, v. 4.^o, p. 456.
Travesso (foro de), v. 1.^o, p. 88.
Tremoços e silvas, v. 4.^o, p. 375.
Tresmalhos, v. 3.^o, p. 467.
Tre-Sousa (rio), v. 1.^o, p. 341.
Trevões, v. 1.^o, p. 93.
Tribunal de Apelação, v. 2.^o, p. 247.
» Colectivo, v. 4.^o, p. 92.
» do Comércio, v. 4.^o, p. 100 e 101.
» do Conselho de Guerra, v. 2.^o, p. 227.
» da Corte, v. 2.^o, p. 232.
» Eclesiástico do Porto, v. 2.^o, p. 247.
» Militar ou do Conselho de Guerra, v. 2.^o, p. 227; v. 4.^o, p. 484.
Tribunal do Santo Ofício, v. 2.^o, p. 277.
Trindade Coelho, v. 1.^o, p. 126.
Tripeiro (O), v. 1.^o, p. 335.
Trisouras, v. 1.^o, p. 40.
Tristão da Cunha de Ataíde e Melo, v. 2.^o, p. 212.
Troarengo, v. 2.^o, p. 51.
Troviscal, v. 1.^o, p. 17 e 19.
Tructesendo (ou Frutesindo)? Dias, v. 1.^o, p. 36; v. 2.^o, p. 166 e 452; v. 3.^o, p. 536.
Tructesendo Osoredizi, v. 1.^o, p. 26; v. 3.^o, p. 492.
Tructesindo ou Trudesindo Atunes ou Antunes, v. 1.^o, p. 28, 29 e 30.
Tunel de Jovim, v. 1.^o, p. 351 a 353 e 361 a 368.

U

- Unisco Dias, v. 1.^o, p. 37; v. 2.^o, p. 166 e 452; v. 3.^o, p. 536.
Universidade do Porto, v. 3.^o, p. 84.

- Urbano II (papa), v. 2.º, p. 115.
» IV (papa), v. 4.º, p. 393.
» VI (papa), v. 1.º, p. 423.
Urraca ou Oraca (D.), v. 1.º, p. 73.
» (D.) Ermigii, v. 3.º, p. 519.
Urrô, v. 1.º, p. 34, 35 e 93; v. 3.º, p. 516.
» (título de), v. 3.º, p. 242.

V

- Vachide, v. 4.º, p. 365.
Valasco Facundi, v. 1.º, p. 47.
Valbom, v. 1.º, p. 10, 49, 50, 61, 107, 109, 183, 201 e 244;
v. 2.º, p. 46, 184, 219, 266 e 491; v. 3.º, p. 417, 451, 461
e 470; v. 4.º, p. 188, 227 e 491,
Valbonus, v. 1.º, p. 74.
Valdez (família), v. 3.º, p. 241.
Vale-Bona, v. 1.º, p. 44.
Vale de Achas, v. 1.º, p. 206.
» de Almofrei, v. 2.º, p. 214.
» de Cana, v. 1.º, p. 206 e 223; v. 2.º, p. 398.
» de Cavalos, v. 1.º, p. 280.
» de Infesta, v. 1.º, p. 206.
» da Lôba, v. 2.º, 329.
» de Mâmoa de Brandião, v. 2.º, p. 29.
» da Piedade, v. 3.º, p. 462.
» de Pinheirinhos, v. 1.º, p. 206, 211 e 226; v. 2.º, p. 397.
» Recium, v. 1.º, p. 57 e 434.
Vales Travessos, v. 1.º, p. 423.
Valongo, v. 1.º, p. 129, 173, 176, 181, 185 e 200; v. 2.º, p. 25, 26
e 459; v. 3.º, p. 441; v. 4.º, p. 467.
Vandas, v. 3.º, p. 467.
Vandelli, v. 1.º, p. 237; v. 3.º, p. 406.
Varas cíveis, v. 2.º, p. 235; v. 4.º, p. 324.
» comerciais, v. 2.º, p. 235.
Varões, ilustres, v. 3.º, p. 75 e seguintes.
Varrão, v. 3.º, p. 417.
Varzéna, v. 1.º, p. 19.
Varzinela, v. 1.º, p. 71; v. 4.º, p. 456.

- Vasco (D.) (bispo), v. 1.^o p. 50.
» Fernandes, v. 2.^o, p. 99.
» da Gama, v. 3.^o, p. 8.
» Gil, bispo do Porto, v. 1.^o, p. 113.
» Martins, bispo do Porto, v. 1.^o, p. 63, 65, 107, 113, 117
e 423; v. 2.^o, p. 79 e 178.
- Vasco Martins (notário), v. 4.^o, p. 487.
» Moreira (abade), v. 1.^o, p. 2.
» Peres, v. 1.^o, p. 94.
- Vedeta (A) da Liberdade, v. 1.^o, p. 133; v. 3.^o, p. 56, 141 e 186;
v. 4.^o, p. 490.
- Velho Liberal do Douro, v. 3.^o, p. 141.
- Veloso Salgado, v. 2.^o, p. 115.
» & Tait, v. 1.^o, p. 279.
- Verdade (A), v. 3.^o, p. 61.
- Verdegar (O), v. 2.^o, p. 419.
- Vergílio, v. 1.^o, p. 372.
- Vermudo, v. 1.^o, p. 57.
- Vessada, v. 1.^o, p. 62; v. 4.^o, p. 456.
- Viator (bispo), v. 2.^o, p. 50 e 62.
- Vicêncio João, v. 1.^o, p. 76.
» Mendi, v. 1.^o, p. 20.
» Pelágio, v. 1.^o, p. 69.
- Vicente (D.) (bispo), v. 1.^o, p. 49.
» G. da Silva Viana, v. 2.^o, p. 405 e 417.
» Luiz da Costa, v. 2.^o, p. 417.
» Pires, v. 1.^o, p. 15.
» de Távora Noronha, v. 2.^o, p. 189.
- Vida (A) Doméstica, v. 4.^o, p. 379.
- Vieira da Cruz (J. B.), v. 3.^o, p. 319 e 320.
- Vigários da vara, v. 2.^o, p. 248.
- Vila Boa de Quires, v. 2.^o, p. 26.
- Vila Cova, v. 1.^o, p. 383.
» Franca, v. 4.^o, p. 463.
» de Gondomar, v. 1.^o, p. 7; v. 2.^o, p. 291.
» de Leverino, v. 1.^o, p. 32.
» Nova, v. 1.^o, p. 100.
» Pouca de Aguiar, v. 1.^o, p. 169.
» Verde, v. 1.^o, p. 61 e 62.

- Vilar, v. 1.^o, p. 75; v. 4.^o, p. 456.
- Vilarinho, v. 4.^o, p. 457.
- Vilas, v. 1.^o, p. 5.
- Vilões, v. 1.^o, p. 7.
- Vínculo de Atáis, v. 3.^o, p. 224 e 232.
- » de Nossa Senhora da Esperança, v. 3.^o, p. 233 e 234.
- » dos Perez, v. 2.^o, p. 434; v. 3.^o, p. 226.
- Vinhais, v. 1.^o, p. 93.
- Vira (O), v. 2.^o, p. 419.
- Virgílio Machado, v. 1.^o, p. 239.
- Virginia Alves de Sousa, v. 4.^o, p. 492.
- Visconde de Azurara, v. 3.^o, p. 128.
- » de Balsemão, v. 3.^o, p. 128.
- » de Beire, v. 2.^o, p. 341.
- » de Carril, v. 4.^o, p. 479.
- » de Castelões, v. 3.^o, p. 120.
- » de Castilho, v. 3.^o, p. 220.
- » de Condeixa, v. 4.^o, p. 494.
- » (1.^o) de Ferreira, v. 3.^o, p. 125.
- » do Freixo, v. 3.^o, p. 128.
- » de Guilhomil, v. 3.^o, p. 320.
- » de Lagoaça, v. 1.^o, p. 348.
- » de Lima, v. 3.^o, p. 258.
- » de uguela, v. 3.^o, p. 91.
- » de Rezende, v. 2.^o, p. 341.
- » de Rio Maior, v. 1.^o, p. 237.
- » de Ruãis, v. 3.^o, p. 95.
- » de Sá da Bandeira, v. 3.^o, p. 121; v. 4.^o, p. 480.
- » de Sanches de Baena, v. 1.^o, p. 105.
- » de Vila Maior, v. 1.^o, p. 333.
- » de Vila Nova de Cerveira, v. 3.^o, p. 241 e 258.
- » de Vilar de Allen, v. 2.^o, p. 286; v. 3.^o, p. 128.
- Visconde de Vinhais, v. 4.^o, p. 484.
- Viscondessa de Oliveira, v. 2.^o, p. 325.
- Viterbo (Fr. Joaquim de Santa Rosa de), v. 1.^o, p. 13, 15, 31, 33, 35, 38, 52, 61, 77, 91, 94, 99, 118 e 121; v. 3.^o, p. 8 e 276.
- Viterico, v. 2.^o, p. 283 e 286.
- Vitória!, v. 3.^o, p. 61.

- Vitoriano J. César, v. 3.º, p. 539.
 Vitorino José Botelho Cerveira do Amaral, v. 4.º, p. 464.
 Vivas (D.), v. 1.º, p. 58.
 Volataria, v. 3.º, p. 476.
Voz e Calúnia (ou *voz e coima*), v. 1.º, p. 61.
 » (A) de Gondomar, v. 3.º, p. 61, 73 e 100.
 » (A) Nacional, v. 3.º, p. 61 e 73.
 » (A) da Verdade, v. 4.º, p. 171.

W

- Wadingo, v. 3.º, p. 107.
 Wallia, v. 2.º, p. 285.
 Walter Scott, v. 3.º, p. 455.
 Water-polo, v. 4.º, p. 225.
 Watt, v. 4.º, p. 22.
 Wattison (J. T.), v. 3.º, p. 381, 382 e 444.
 Waugh, v. 3.º, p. 424.
 Wellesley, v. 3.º, p. 181; v. 4.º, p. 460.
 Wenceslau de Lima, v. 3.º, p. 442, 445 e 446.
 Wheelton Hind, v. 3.º, p. 381.
 Wilde (coronel), v. 4.º, p. 476.
 Witiza, v. 2.º, p. 291.

Z

- Zebrálio (vila), v. 1.º, p. 27 e 28.
 Zebreiros, v. 1.º, p. 52, 60, 254, 301 e 420; v. 2.º, p. 161; v. 3.º,
 p. 452 e 491; v. 4.º, p. 457 e 479.
 Zebrário (rio e monte), v. 1.º, p. 52.
 Zeferino dos Santos Pinto, v. 2.º, p. 459.
 Zimmermann, v. 1.º, p. 220.

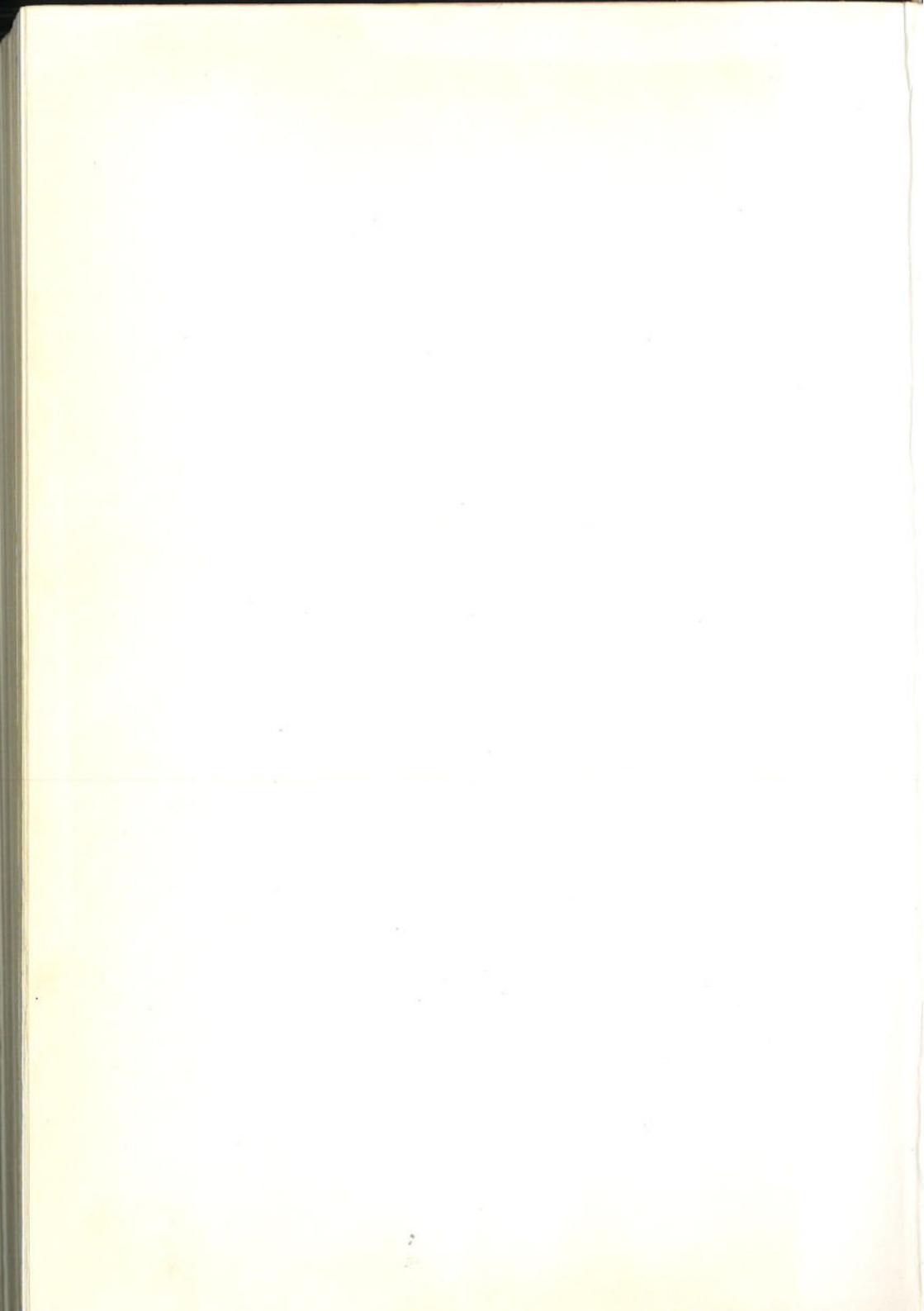


SETEMBRO 1979

*Composto e impresso
na*

COOPAG, S.C.A.R.L. | PORTO

Tiragem: 1.000 exemplares





Gondomar
Biblioteca Municipal

BMG

O concelho de Gondomar



00005173



BMG
O concello de Gondomar

00005173